

KARINE FLAVIA SIMÕES

Para além de *O Ateneu*: Raul Pompeia em “Lembranças da Semana” (1890-1892) do *Jornal do Comércio*

ASSIS

2021

KARINE FLAVIA SIMÕES

Para além de *O Ateneu*: Raul Pompeia em “Lembranças da Semana” (1890-1892) do *Jornal do Comércio*

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social.)

Orientador(a): Dr. Alvaro Santos Simões Junior.

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Cota PROPG (3/2019-4/2020)

ASSIS

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S593p Simões, Karine Flavia
Para além de O Ateneu: Raul Pompeia em “Lembranças da Semana” (1890-1892) do Jornal do Comércio / Karine Flavia Simões. Assis, 2021.
351 p.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Alvaro Santos Simões Junior

1. Literatura. 2. Periódicos. 3. Pompeia, Raul, 1863-1895. I. Título.

CDD 869.899



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Para além de O Ateneu: Raul Pompeia em "Lembranças da Semana" (1890-1892) do Jornal do Comércio

AUTORA: KARINE FLAVIA SIMÕES

ORIENTADOR: ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em LETRAS, área: Literatura e Vida Social pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR (Participação Virtual)
Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação / UNESP/FCL-Assis

Prof. Dr. DIRCEU MAGRI (Participação Virtual)
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. CARLOS EDUARDO MENDES DE MORAES (Participação Virtual)
Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação / UNESP/Câmpus de Assis

Assis, 08 de fevereiro de 2021

Aos meus pais,
meus maiores exemplos de força e luta.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não contou somente com o meu esforço pessoal. O desenvolvimento e o resultado desta pesquisa se devem também ao envolvimento de algumas pessoas, as quais merecem os agradecimentos sinceros que se farão presentes nas próximas linhas.

Agradeço à Deus, por ter me dado coragem mesmo nos momentos mais difíceis e sombrios.

Aos meus pais, José Eliseu e Maria Elisete, por me incentivarem diariamente e constantemente a buscar o sonho de me tornar professora e pesquisadora.

Aos meus irmãos, Letícia e Lucas, pelo apoio incondicional. À Camille, minha irmã gêmea, por dividir a vida e os sonhos comigo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alvaro Santos Simões Junior, por acompanhar minha trajetória acadêmica desde a Iniciação Científica, na Graduação. Sem sua dedicação, conhecimento e paciência, nada disso seria possível.

Ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes, por acompanhar minha trajetória como pesquisadora, participando da entrevista no processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação, do Exame de Qualificação e da Defesa, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da pesquisa.

À Prof. Dra. Eliane Galvão, pelas importantes contribuições durante o exame de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Dirceu Magri, pela presença na banca de Defesa e pelas contribuições tão pertinentes que, certamente, enriqueceram este trabalho.

À Prof. Dra. Sandra Aparecida Ferreira, por gentilmente se dispor a me orientar durante meu Estágio Docência e por partilhar comigo seu amor à literatura.

À minha prima, Jéssica Chagas, por partilhar comigo sua dedicação às Letras.

Aos meus amigos, que torceram e vibraram com cada conquista; especialmente ao Jhonatan, ao Rafael e à Manuela, que cederem um espaço para que eu pudesse pernoitar em Assis durante as aulas da Pós-Graduação.

Aos funcionários do CEDAP, da Biblioteca e da Seção de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, pela disposição em ajudar.

À UNESP Assis, por ter sido meu segundo lar nos últimos anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Cota PROPG 3/2019-4/2020), pelo financiamento à pesquisa.

SIMÕES, Karine Flavia. **Para além de O Ateneu: Raul Pompeia em “Lembranças da Semana” (1890-1892), do *Jornal do Comércio***. 2021. 351 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2021.

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender as crônicas publicadas por Raul Pompeia na seção “Lembranças da Semana” (1890-1892), do *Jornal do Comércio*. Considerando a crônica não somente como factual, mas também como ficção, buscou-se reconhecer aspectos importantes acerca da imprensa, literatura e sociedade brasileira na década final do século XIX. Para tanto, procurou-se compreender fatores importantes sobre a biografia do autor, bem como sua produção ficcional e cronista. Buscou-se o entendimento do gênero crônica, sua origem e sua expressão na imprensa brasileira, na qual tão bem se aclimatou. Será apresentado o percurso histórico do *Jornal do Comércio*, periódico no qual Pompeia colaborou em mais de um momento da sua curta vida e serão também expostos aspectos importantes acerca da seção “Lembranças da Semana”. Buscou-se transcrever as crônicas publicadas de modo a conservar a expressividade do texto e sua sequência cronológica. Considerando a distância temporal, as notas explicativas visam elucidar o leitor hodierno acerca do assunto tratado para um melhor entendimento. Desta forma, é possível compreender “Lembranças da Semana” como uma espécie de “janela” não somente da imprensa, literatura e sociedade brasileira, mas também do próprio autor.

Palavras-chave: Literatura. Imprensa periódica. Raul Pompeia. *Jornal do Comércio*.

SIMÕES, Karine Flavia. **Besides *O Ateneu*: Raul Pompeia in “Lembranças da Semana” (1890-1892), in *Jornal do Comércio***. 2021. 351 f. Dissertation (Masters in Languages). – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2021.

ABSTRACT

The objective of this study is to understand the chronicles published by Raul Pompeia in the section “Lembranças da Semana” (1890-1892), in the *Jornal do Comércio*. Considering the chronicle not only as factual, but also as fiction, it sought to recognize important aspects about the press, literature and Brazilian society in the late nineteenth century. In order to do so, we tried to understand important factors about the author's biography, as well as his fictional and chronicle production. We sought to understand the chronic genre, its origin and its expression in the Brazilian press, in which it acclimated so well. The historical path of *Jornal do Comércio* will be presented, a journal in which Pompeia collaborated in more than one moment of his short life, and important aspects about the section “Lembranças da Semana” will also be exposed. The aim was to transcribe the published chronicles in order to preserve the expressiveness of the text and its chronological sequence. Considering the temporal distance, the explanatory notes aim to elucidate the current reader about the subject treated for a better understanding. In this way, it is possible to understand “Lembranças da Semana” as a kind of "window" not only of the press, literature and Brazilian society, but also of the author himself.

KEYWORDS: Literature. Periodical press. Raul Pompeia. *Jornal do Comércio*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Crônica entre a imprensa e a literatura	15
1.1 A teoria da crônica	15
1.2 Do folhetim francês à crônica brasileira	16
1.3 As classificações da crônica brasileira	24
2. Raul Pompeia entre livros e periódicos	26
2.1 Raul Pompeia vida e obra	26
2.2 Pompeia cronista	31
3. O <i>Jornal do Comércio</i> (1827-2016)	33
3.1 Percorso histórico do <i>Jornal do Comércio</i>	33
3.2 Seções do <i>Jornal do Comércio</i>	37
4. “Lembranças da Semana”	40
4.1 “Lembranças da Semana”: publicação no jornal	40
4.2 “Lembranças da Semana”: publicação em volume	43
4.3 Procedimentos de edição	45
4.4 As crônicas de “Lembranças da Semana”	48
CONCLUSÃO	341
REFERÊNCIAS	344

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que historiadores se têm valido, no exercício de seus ofícios, da pesquisa histórica e documental por intermédio de crônicas publicadas em periódicos. A procura pela referida fonte ocorre principalmente devido a sua veiculação impressa, que permite o registro dos acontecimentos seguindo uma ordem cronológica, tornando-a, assim, terreno fértil para discussões políticas e sociais.

No entanto, deve-se ressaltar que, para além desta análise, a crônica não é somente factual, é também ficcional. A mesma reflete o contexto no qual está inserida, mas não pode ser vista como uma representação exata dele, pois, ainda que trate de assuntos concretos, alia a objetividade jornalística à subjetividade literária.

Oriundo do folhetim francês e localizado no rodapé das folhas impressas, o gênero foi amplamente praticado por literatos brasileiros, que perceberam no ofício de cronista uma garantia de sustento financeiro e um espaço para prática escrita. Deste modo, muitos escritores se inseriram no mundo das letras através das crônicas, para, somente então, publicarem obras de ficção. Esses cronistas, segundo Afrânio Coutinho (2004), foram os primeiros romancistas brasileiros, visto que o romance urbano ou de costumes era um desenvolvimento natural do gênero.

Apesar da extensa produção cronística e da importância da mesma para a formação e a consolidação da Literatura Brasileira, o gênero ainda é, por vezes, considerado menor em comparação a obras ficcionais. Isso justifica a predominância de estudos literários que tangem a produção ficcional em detrimento da produção cronística, por consequência, muitos escritores que desempenharam essa dupla atividade escrita tinham suas publicações como cronista deixadas à margem.

A concepção de que a crônica seria um gênero menor se deve principalmente à periodicidade e à efemeridade do veículo no qual está inserida: o jornal ou revista. No entanto, ainda que de forma não intencional, ao buscar a subjetividade para se destacar no espaço jornalístico, o gênero alcançou sua permanência e notoriedade. Deste modo, estudos mais recentes têm se debruçado sobre a crônica na tentativa de compreendê-la e validá-la.

Assim como ocorre com a maioria dos escritores brasileiros que publicaram crônicas e romances de forma concomitante, a produção cronista de Raul Pompeia, embora expressiva, ainda é pouco conhecida e estudada. Os estudos literários versam, principalmente, sobre o romance *O Ateneu*, publicado nos rodapés da *Gazeta de Notícias*, em 1888 e, posteriormente,

publicado em volume pela tipografia do próprio periódico. Quanto às pesquisas que tratam das crônicas, a maioria costuma limitar-se à temática e ao olhar jornalístico, histórico e literário do escritor sobre a sociedade e política brasileira. Nesses casos, os estudos são realizados de forma superficial, analisando as seções como um todo. Deste modo, faz-se necessário um aprofundamento da contribuição de Pompeia enquanto colaborador jornalístico, bem como um resgate das crônicas publicadas em “Lembranças da Semana” (1890-1892), seção compreendida por este estudo.

Na referida seção, publicada no periódico *Jornal do Comércio* (RJ), o cronista retratava, como um narrador observador, os acontecimentos que julgava serem importantes, tanto na esfera fluminense quanto na nacional. Como um colibri que sobrevoa a sociedade, Pompeia tratava de assuntos políticos e econômicos, assim como de costumes e práticas sociais do período. Como homem das letras e das artes que era, a literatura, as artes plásticas e dramáticas eram também recorrentes na seção.

Acerca da concepção de que a crônica está ligada ao projeto de formação e de consolidação da Literatura Brasileira, alguns teóricos a classificam como um laboratório (GRANJA, 2000), visto que era naquele espaço que os escritores *experimentavam* suas técnicas de estilo e se inseriam nas vertentes literárias vigentes ou precedentes para, posteriormente, exercitar suas ficções.

Apesar de Granja (2000) se referir a Machado de Assis, a mesma observação pode também ser feita a Pompeia, no entanto, de modo diferente. O escritor, tendo-se inserido cedo na imprensa e literatura, já havia publicado suas obras, incluindo as de maior destaque, quando publicou suas seções de crônicas de mais evidência. Diferentemente de outros escritores, que primeiro publicaram crônicas em periódicos para somente depois publicarem suas obras ficcionais de maior notoriedade.

Ainda que *Canções sem metro* (1881) e *O Ateneu* (1888), obras que marcaram Pompeia na literatura, tenham sido publicadas pouco antes de suas seções de maior destaque na imprensa, o escritor fez de sua colaboração em periódicos um espaço para testar e praticar estilos. De modo geral, apesar do caráter híbrido da crônica, que alia a objetividade jornalística à subjetividade literária, suas publicações eram recheadas de técnicas de estilo não muito comuns ao gênero ou ainda pouco empregadas no Brasil.

Em determinados textos de “Lembranças da Semana”, percebe-se a presença de características impressionistas e expressionistas, que, embora antitéticas foram amplamente utilizadas por Pompeia. De forma mais evidente, percebe-se também traços próprios ao

Simbolismo, como símbolos, imagens e sinestesias; assim como traços naturalistas, como descrições anatômicas. Essa ampla disposição de estilos, alguns até mesmo opostos, evidencia sua personalidade efervescente e seu temperamento convulsivo e dificulta sua inclusão em uma única classificação literária, como apontam os teóricos.

Diante disso, assim como outras seções escritas por Pompeia, “Lembranças da Semana” reflete um trato textual rico em estilos e técnicas literárias e permite compreender a crônica, não só como um gênero híbrido, mas também como algo menos fechado às limitações, que ora é mais objetivo, ora mais subjetivo. Essa variação depende, muitas vezes, do assunto tratado.

O contexto histórico, social e político no qual se insere permite compreender aspectos importantes que sucederam à seção, dentre os quais se destacam a intensificação da oposição ao governo de Floriano Peixoto, o desentendimento de Pompeia com colegas, como Olavo Bilac e Luís Murat, assim como sua demissão como colaborador do *Jornal de Comércio*. Tais considerações evidenciam a importância da seção não somente para a literatura e imprensa, mas também para a compreensão do contexto histórico, social e político.

Deste modo, é necessário o resgate e estudo das crônicas publicadas em “Lembranças da Semana”, ainda que esse trabalho já tenha sido realizado por Afrânio Coutinho no volume IX (Crônicas 4) de *Obras de Raul Pompeia* (1983). Isso se justifica devido a possíveis equívocos quanto à indexação e à transcrição dos textos, que, embora raros, implicam na compreensão da seção como um todo.

Considerando o distanciamento temporal, social e cultural do período de publicação da seção com nosso contexto atual, é fundamental uma nova edição das crônicas, visto que muitos apontamentos e questionamentos presentes nos textos não se perpetuaram e precisam ser esclarecidos através de notas explicativas. Portanto, é fundamental contemplar o pano de fundo de cada publicação, de modo a solucionar lacunas de compreensão e interpretação por parte do leitor hodierno.

Buscando compreender toda perspectiva apresentada, este estudo deverá ser dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo abrange a vida e obra de Raul Pompeia, tanto na literatura quanto na imprensa. Inicialmente, apresenta-se o cronista por meio de sua biografia, sua origem e sua formação no Colégio Abílio, período importante para a construção do romance *O Ateneu*.

Além disso, será abordado a luta abolicionista que travou na Academia de Direito, que culminou em perseguições por parte de escravocratas paulistas e o fizeram seguir à Recife para finalizar os estudos. Considerando sua importância para a compreensão de “Lembranças

da Semana” e para os acontecimentos que a sucederam, será abordada também sua defesa do Regime Republicano e, em especial, de Floriano Peixoto. Por fim, serão abordados o suicídio do escritor, o contexto que o levou a tirar sua própria vida e a repercussão de sua morte na imprensa brasileira do período.

Em sequência, serão apresentadas as obras pompeianas. Considerando a dificuldade em classificar Pompeia em uma única vertente literária, o objetivo será apresentar e discutir suas influências e recursos, não as categorizar. Será destacada também a produção cronística do escritor, sua contribuição como colaborador em periódicos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

No segundo capítulo, será analisada a crônica. Percorrendo sua origem no folhetim francês até sua expansão e remodelagem no Brasil, serão apresentadas as transformações sofridas pela mesma para que se tornasse um gênero tão brasileiro. Considerando a expansão do gênero, será discutido também o seu papel na difusão da imprensa e da cultura letrada brasileira. Por fim, serão apresentadas teorias acerca da classificação do gênero.

O terceiro capítulo será dedicado ao *Jornal do Comércio*, periódico carioca no qual Pompeia escreveu como colaborador jornalístico e literário. Será apresentado um breve percurso histórico da folha, sua fundação e as transformações que o levaram a se tornar um dos maiores jornais impressos do Brasil. Acerca disso, abordaremos também sua relevância tanto para a difusão da crônica quanto da imprensa como um todo.

Em sequência, será apresentada a materialidade do veículo impresso no qual o *corpus* dessa pesquisa se insere. Procurando expor quais eram as seções que fizeram parte do *Jornal do Comércio* no período de publicação de “Lembranças da Semana” e que viriam a ser inseridas após o encerramento da seção. Essa exposição tem o objetivo de exemplificar como a literatura foi, cada vez mais, se expandindo nas folhas brasileiras. O capítulo se encerra com a breve apresentação da contribuição de Pompeia como colaborador no *Jornal do Comércio* na seção “Lembranças da Semana”.

O quarto capítulo tratará especificamente do *corpus* deste trabalho: a seção “Lembranças da Semana”. Inicialmente, apresentar-se-ão questões quanto à temática, escrita e grafia, com ênfase para os recursos literários utilizados por Pompeia. Neste momento serão discutidas as implicações da edição realizada por Afrânio Coutinho, em 1983; a forma como a transcrição ocorreu, as escolhas do editor e como isso implica para a compreensão da seção.

Em sequência, serão expostos os procedimentos de reedição dos textos, explicando e justificando cada escolha: as notas explicativas acerca do que está sendo tratado, as

atualizações quanto à ortografia e as observações quanto às divergências entre a versão original – as crônicas publicadas no periódico – e a edição feita por Coutinho, em 1983. Por fim, as crônicas serão transcritas seguindo a cronologia de publicação original e dotadas de notas explicativas quando necessário.

Inicialmente, esperava-se contemplar toda a produção de Pompeia em “Lembranças da Semana” – de 28 de julho de 1890 a 9 de maio de 1892 – totalizando 22 meses e 86 crônicas. No entanto, devido à complexidade do trabalho de transcrição, edição e anotação, não foi possível realizar esse trabalho em toda a produção da seção. Foram transcritas, editadas e anotadas as publicações do início da seção até 24 de agosto de 1891, totalizando 11 meses e 55 crônicas. Espera-se que toda a produção de “Lembranças da Semana” possa ser contemplada em um trabalho próximo.

De modo geral, ainda que o presente trabalho não tenha abordado toda a contribuição de Pompeia na seção, como proposto inicialmente, as crônicas transcritas, editadas e anotadas estão inseridas em um contexto histórico, social e político que nos permite compreender fatores externos à “Lembranças da Semana” e não prejudica a compreensão da seção.

Em suma, espera-se contemplar parte da extensa contribuição de Pompeia para a imprensa e literatura brasileira tendo como base e norte uma das suas seções de maior notoriedade, tanto pelo contexto no qual está inserida quanto pelo trato textual, se revelando um importante panorama da sociedade brasileira e de tudo que a cercava na década final do século XIX.

1. Crônica: entre a imprensa e a literatura

1.1 A teoria da crônica

O vocábulo “crônica” remete a *khronos*, que em grego significa tempo. Historicamente, a crônica foi associada à diferentes acepções: ora ligada à historiografia, como um registro histórico e documental, ora ligada à literatura e ao jornalismo, respectivamente, como narrativa histórica e crônica moderna.

Em todas as acepções, a crônica é o relato dos acontecimentos seguindo uma ordem cronológica. Acerca disso, Massaud Moisés, em *A criação literária - Prosa II*, elucida que

[...] o vocábulo “crônica” designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em sequência cronológica. Situada entre os anais e a história, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los. [...] Na acepção moderna [...] a crônica entrou a ser empregada no século XIX: liberto de sua conotação historicista, o vocábulo passou a revestir de sentido estritamente literário. Beneficiando-se da ampla difusão da imprensa, nessa época a crônica adere ao jornal, como a sugerir, no registro do dia-a-dia. (MOISÉS, 1998, p. 245)

No início do século XIX, surgiu a acepção moderna de crônica: gênero híbrido, que reside entre a objetividade jornalística e a subjetividade literária e tem como suporte o jornal ou a revista. A respeito desse caráter híbrido, Moisés afirma que:

Move-se entre ser no e para o jornal, uma vez que se destina a ser lida na folha diária ou na revista. Difere, porém, da maneira substancialmente jornalística naquilo em que, apesar de fazer do seu cotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objetivo, confesso ou não, reside em transcender o dia a dia pela universalização das suas virtualidades latentes, objetivo esse via de regra minimizado pelo jornalista de ofício. *O cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do cotidiano*. (MOISÉS, 1998, p 246-248, grifos meus)

Segundo Melo (1985, p. 112), a crônica é “um relato poético do real”, ou seja, os acontecimentos são retratados sob a ótica poética. Isso difere substancialmente o cronista moderno de um historiador e de um jornalista, e distancia o termo “crônica” do seu conceito original, mas não o afasta completamente do seu sentido etimológico, como destacam Bender e Laurito, em *Crônica: História, Teoria e Prática* (1993). O vínculo com o sentido

etimológico ainda permanece à medida que se mantém o relato dos acontecimentos seguindo uma ordem cronológica.

Apesar de a crônica moderna ser herdeira direta do folhetim francês, especificamente do folhetim de variedades, no Brasil, o gênero se aclimatou de tal forma, que se desvinculou da influência europeia e conquistou características próprias, tanto em relação à temática quanto em relação ao teor textual, adotando um tom ágil, leve e poético. (CANDIDO, 1987)

Para Antonio Candido em “A vida ao Rés-do-chão”, prefácio do livro *Para Gostar de Ler: Crônicas*, o gênero:

Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo) para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa [...]. Creio que a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma. (CANDIDO, 1987, p. 7)

Na crônica publicada em 1º de novembro de 1877, na seção “História de Quinze Dias” (1876-1878), que compunha a revista quinzenal *Ilustração Brasileira*, Machado de Assis, sob o pseudônimo Manassés, define que é da miudeza do dia-a-dia que surge a crônica.

Há um meio certo de começar a crônica por uma trivialidade. É dizer: Que calor! Que desenfreado calor! [...] Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjecturas acerca do sol e da lua, outros sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e *la glace est rompue*; está começada a crônica. [...] Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. [...] Eis a origem da crônica. (ASSIS, 1877)

O cronista busca na miudeza diária sentido para o seu texto e, a partir disso, recorre aos assuntos concernentes ao tema, como se criasse um panorama no qual expõe tudo o que se relaciona ao fato miúdo, tanto na escala mais abrangente quanto no particular, muitas vezes particular ao próprio cronista.

1.2 Do folhetim francês à crônica brasileira

Ao longo do século XIX, a imprensa periódica se expande, os jornais tomam características de empreendimento industrial e mercantil e as transformações, promovidas pelo cotidiano das grandes metrópoles, se intensificam. É nesse período que o folhetim se populariza na imprensa.

Inicialmente, o vocábulo “folhetim” caracterizava um espaço específico do jornal denominado em francês de *feuilleton*, derivado de *feuille* (pequena folha), remetendo à parte inferior da página, o rodapé. Segundo Marlyse Meyer, em *Folhetim. Uma história* (1996, p. 57), aquele era um “espaço vale-tudo”, dedicado ao entretenimento diverso, pois nele eram publicadas piadas, anedotas, receitas culinárias, críticas de arte e textos em geral.

Posteriormente, o vocábulo foi ressignificado e passou a intitular também uma tipologia narrativa que reside entre o texto literário e o jornalístico: *le roman-feuilleton*. Criado pelo francês Émile Girardin (1802-1881), o romance-folhetim surgiu em 1836, no periódico *La Presse*, com a obra *La Vieille Fille*, de Balzac.

No romance-folhetim eram publicadas ficções seriadas, isto é, a cada edição do jornal um novo capítulo da obra era divulgado. De acordo com Meyer (1996, p. 96), a narrativa que seguia a fórmula *continua amanhã* ou *continua no próximo número* tinha características bem próprias: oposições maniqueístas, heróis românticos e vilões canalhas, mulheres fatais e sofridas, além de histórias improváveis. O corte do capítulo acontecia de forma abrupta e em situações que instigavam a curiosidade do público-leitor em relação ao desdobramento da história, como um *gancho* para a próxima publicação.

Para Meyer,

A fórmula tem outra consequência: uma nova conceituação do termo folhetim, que passa então a designar também o que se torna o novo modo de publicação de romance. Praticamente toda a ficção em prosa da época passa a ser publicada em folhetim, para então depois, conforme o sucesso obtido, sair em volume. (MEYER, 1996, p. 63)

O rodapé do jornal era uma espécie de laboratório e vitrine para romances, devido a isso, algumas publicações eram interrompidas em razão da baixa popularidade, enquanto obras populares eram publicadas e, posteriormente, republicadas em volumes. A impressão em formato de livro geralmente ocorria através da tipografia do próprio jornal e contava com inúmeros anúncios publicitários nas páginas do mesmo periódico.

Entre os romances-folhetins de grande sucesso e prestígio, Meyer (1996) destaca *Les Mystères de Paris* (1842-1843) e *Le Juif Errant* (1844-1845), de Eugène Sue; *Le Capitaine*

Paul (1838), *Le Comte de Monte Cristo* (1844-1846) e *Les Trois Mousquetaires* (1844), de Dumas; *Les Exploits de Rocambole*, de Ponson du Terrail. Os periódicos que mais contribuíram para consolidação do gênero foram *La Presse* (1836-1952), *Le Siècle* (1836-1932), *Journal des Débats* (1789-1944) e *Le Constitutionnel* (1815-1914).

Além do romance-folhetim, outro herdeiro do original folhetim francês foi o folhetim-variedades: *varietés-feuilleton*. Ambas as tipologias textuais coexistiram na imprensa periódica francesa, compartilhando o espaço do rodapé e sendo igualmente populares.

O folhetim-variedades, como o nome evidencia, trata de assuntos diversos, desde acontecimentos triviais do dia-a-dia até questões políticas, sociais e culturais, além de crítica de arte. Apesar da veiculação impressa, a linguagem não era excessivamente formal e não necessitava do rigor objetivo que um texto informativo normalmente exige.

Acerca do folhetim-variedades e do papel do folhetinista, em uma publicação de 24 de setembro de 1854 em “Ao correr da pena”, seção do *Correio Mercantil*, José de Alencar escreve que:

Obrigar um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade [...] *fazem do escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em zigue-zague*, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal, o espírito que deve descobrir no fato mais comezinho! Ainda isso não é tudo. Depois que o mísero folhetinista por força de vontade conseguiu atingir a este último esforço da volubilidade, quando à custa de magia e de encanto fez que a pena se lembrasse dos tempos em que voava, *deixa finalmente o pensamento lançar-se sobre o papel, livre com o espaço*. (ALENCAR, 1854, grifos meus)

Consoante a isso, no metatexto intitulado “O Folhetinista”, publicado em “Aquarelas”, seção que compunha a revista semanal *O Espelho*, Machado de Assis, em 30 de outubro de 1859, afirma que o folhetim é “a fusão admirável do útil e do fútil”.

[...] é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consociado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal. [...] *O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal*; solta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo mundo lhe pertence; até mesmo a política. [...] (MACHADO, 1859, grifo meu)

A partir dos excertos pode-se compreender a amplitude temática do folhetim-variedades, desde os assuntos importantes, como a política, às amenidades. O folhetinista

seria aquele que, como um colibri, coleta informações por onde percorre e as distribui por meio do folhetim.

Um recurso amplamente explorado no folhetim-variedades foi o *faits divers*, termo jornalístico para aquilo que não poderia ser categorizado e que, muitas vezes, era exageradamente apelativo, excêntrico e incômodo. Roland Barthes (2003) define a categoria como algo que “[...] procederia de uma classificação do inclassificável, seria o refugio desorganizado das notícias informes”. (BARTHES, 2003, p. 57).

Os temas recorrentes versavam sempre sobre uma forma de transgressão à norma, seja esta moral, social, religiosa ou natural. Os *faits divers* costumavam noticiar acidentes naturais, deformidades, manifestações do sobrenatural e tragédias, como crimes passionais e suicídios.

O contexto histórico no qual o romance-folhetim, o folhetim-variedades e os *faits divers* surgiram justifica a sua popularidade. O século XIX foi um período de intensas transformações sofridas a partir de ideais iluministas e revolucionários, como a ascensão da burguesia, o avanço do capitalismo, a consolidação da imprensa periódica e o ideal de civilidade e de progresso.

Essas transformações alteraram a realidade econômica, social e cultural das grandes metrópoles e a imprensa periódica, que podemos compreender como uma rede de coletividade e de sociabilidade intelectual (SIRINELLI, 2003), também sofreu alterações. Acerca disso, Marco Morel (2003) destaca as mudanças no modo de impressão, que permitiram mais velocidade e economia, e a inclusão de elementos visuais na paginação dos jornais.

O discurso bacharelesco foi amenizado e a temática popular se tornou mais recorrente; além disso, os periódicos passaram a ser comercializados também em edições avulsas, não somente através de assinaturas. Essas alterações visavam à expansão da imprensa periódica, de modo a alcançar um novo público-leitor: a classe baixa e média já letrada.

O ideal civilizador e progressista, propagado pelos novos ideais, refletiram diretamente no papel da imprensa periódica dentro da sociedade. Através dela passam a ser veiculados valores com o objetivo de educar o público-leitor de acordo com a norma vigente. A imprensa passa, portanto, a atuar como um agente histórico, político, social, cultural e também educativo. Como evidenciado por Pallares-Burke em *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*:

Recém-emancipada da ordem política absolutista a imprensa passa a ser constantemente referida como meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. [...] Tal função insubstituível da imprensa é geralmente

justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de educação pública, que, caso existente, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147).

É nesse amplo contexto que o romance-folhetim, o folhetim-variedades e os *faits divers* consagram-se como formas textuais capazes de transpor barreiras, permeando em diversas camadas sociais e econômicas. É em um contexto semelhante e com objetivos parecidos que tais tipologias textuais migram para a imprensa brasileira diretamente da fonte: a França.

Hallewell em *O livro no Brasil: sua história* (2017), aponta a preferência brasileira por modelos franceses.

[...] uma preferência por modelos franceses em todas as esferas da vida brasileira vinha crescendo constantemente desde fins do século XVIII. A teoria e a prática política eram dominadas por influências francesas; a arte estava sendo confiada deliberadamente a professores franceses (especialmente aqueles ligados à missão artística de 1816); a literatura brasileira era quase inteiramente inspirada na francesa; mesmos os costumes sociais extremamente conservadores do País estavam sendo lentamente transformados pela admissão generalizada de que a França era a única nação civilizada no mundo ocidental. (HALLEWELL, 2017, p. 156)

A partir do século XIX, a Nação francesa se insere como um modelo a ser seguido na construção do ideal nacional brasileiro. Devido aos valores de civilidade e de progressividade herdados do iluminismo, essa *francomania* surge como uma projeção política, social, cultural e educativa para a sociedade.

Consoante a isso, em crônica publicada na seção “Lembranças da Semana” (1890-1892), em 13 de outubro de 1890, Raul Pompeia, enquanto colaborador do *Jornal do Comércio* (RJ), ao tratar de uma lei que pretendia regularizar os impressos franceses no Brasil, afirma que a medida é louvável, visto que “as classes pensantes propriamente ditas pensam em francês” (POMPÉIA, 1890). Ao considerar o consumo nacional de impressos e livros vindos da França, o cronista elucida que o pensamento francês alimenta os espíritos mais educados.

A imprensa periódica, como um agente determinante de práticas e costumes, também recebeu influências francesas¹. Inicialmente, os impressos franceses eram trazidos por viajantes por meio embarcações vindas da Europa, no entanto, a circulação dessas folhas

¹ A imprensa brasileira recebeu também influência inglesa e alemã.

periódicas ainda era restrita. Foi apenas com a vinda de tipógrafos franceses – e suas caixas de tipos e prelos – que esses impressos se tornaram parte da cultura letrada brasileira.

De acordo com Hallewell (2017), um dos primeiros periódicos escritos em língua francesa produzido e impresso no Brasil foi *L'Indépendant: Feuille de Commerce, Politique et Littéraire*, em 1827, na cidade do Rio de Janeiro. Fundado pelo tipógrafo e livreiro francês Pierre Plancher, em sua própria tipografia na rua do Ouvidor, o periódico contou com dez edições, publicadas ao longo de dois meses. No mesmo ano, surge o periódico *L'Écho de l'Amérique du Sud* (1827-1828), produzido pelo tipógrafo francês Émile Sévène.

Surge a imprensa periódica franco-brasileira. A partir disso, a atuação de franceses no ramo editorial e tipográfico torna-se ainda mais significativa. Cabe ressaltar que nesse contexto era constante a ocorrência de assuntos estrangeiros – em especial, franceses – em detrimento dos assuntos nacionais; em relação ao romance-folhetim e ao folhetim-variedades, não seria diferente.

Como herança francesa, o romance-folhetim surgiu na imprensa periódica brasileira *à la française*, um artigo de rodapé dedicado à publicação de ficções seriadas. Inicialmente, eram publicadas obras estrangeiras, preferencialmente francesas, que chegavam ao território brasileiro por meio de navios e aqui eram traduzidas para a língua portuguesa. A respeito da presença do folhetim na imprensa brasileira, Meyer menciona que:

Tão fulgurante e rápida penetração do folhetim francês sugere a constituição no Brasil, nas décadas de 1840 e 1850, de um corpo de leitores e ouvintes consumidores [...] já em número suficiente para influir favoravelmente na vendagem do jornal. [...] Pode-se dizer que essas produções populares estrangeiras contribuem para formar público para as produções nacionais (MEYER, 1996, p. 292- 293).

A partir do excerto, podemos afirmar que a popularidade do romance-folhetim francês contribuiu para a produção e a difusão do referido gênero no Brasil. A publicação de obras seriadas estrangeiras ocorreu de forma concomitante à produção e à difusão nacional de romance-folhetins e, de modo semelhante, ambas se popularizaram à medida que a imprensa periódica brasileira progrediu.

Inicialmente, o folhetim-variedades surgiu nos impressos nacionais também segundo os moldes franceses, um artigo de rodapé dedicado às publicações diversas. No entanto, de forma gradual, o mesmo se afastou de seu modelo original, adquirindo características próprias e se tornando o que atualmente conhecemos por crônica. Como demonstra Candido (1987):

Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim” [de variedades], ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia, - políticas, sociais, artísticas, literárias. [...] Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje. (CANDIDO, 1987, p. 7, grifo meu)

O vocábulo, que inicialmente se limitava a registrar os acontecimentos seguindo uma ordem cronológica, é ressignificado. Afrânio Coutinho no capítulo “Ensaio e Crônica”, na obra *A Literatura no Brasil*, afirma que:

[...] a palavra foi ganhando roupagem semântica diferente. [...] “crônica” passou a significar outra coisa: um gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e a argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas. (COUTINHO, 2004, v. 6, p. 121)

A crônica, ainda sob a rubrica de “folhetim” ou “variedades”, conquistou o público-leitor brasileiro. A partir disso, o gênero passou a ser amplamente explorado pela imprensa quando esta deixa para trás a fase artesanal e adquire status de empreendimento industrial e mercantil, com impressões diárias, redução do custo e do tempo de produção e preços mais acessíveis, como destacam Candido (1987; 1998) e Coutinho (2004).

Em *História da Imprensa no Brasil* (2008), as historiadoras Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, dissertam que as referidas alterações no processo de produção e de transmissão de informação resultantes da evolução da imprensa, reconfiguraram o mercado impresso e a dinâmica intelectual e cultural na sociedade brasileira.

No contexto inicial em que se insere, a produção e a difusão da crônica brasileira – assim como do romance-folhetim e do folhetim-variedades – implica em três aspectos principais: vendagem dos impressos e a consequente expansão da imprensa periódica; a construção do ideal nacional por meio dos impressos e a prática escrita realizada pelos escritores brasileiros.

Com a popularidade da crônica, os periódicos brasileiros, em sua maioria, dedicavam o espaço do rodapé para o gênero, aumentando consideravelmente a vendagem dos jornais e revistas. Além disso, devido às transformações econômicas, sociais e culturais, o contexto histórico exigia uma leitura rápida e fluida, características próprias da crônica, o que favoreceu sua expansão. A esse respeito Arrigucci Junior (1987, p. 53) define o gênero como:

[...] um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos. (ARRIGUCCI, 1987, p 53)

Considerando o papel da imprensa como um agente determinante de práticas e costumes, tais tipologias textuais se destacam na construção do ideal nacional. Em *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX* (2003). Barros e Morel destacam que após a independência brasileira, buscou-se encontrar uma “alma de Nação”, formar uma identidade nacional. De acordo com os autores,

[...] O que se formulava na perspectiva desses homens de letras era sobretudo a crença de que estariam imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora. [...] Havia homens de letras que buscavam, com a definição desse público de excluídos, um instrumento de mobilização política e mesmo de formação de um bloco histórico, em que caberia aos instruídos aproximar-se dos grupos menos favorecidos na defesa de valores de liberdade e igualdade. (BARROS; MOREL, 2003, p. 41)

Os literatos da época não escreviam apenas para seus pares, por meio dos impressos, os escritores buscavam alcançar um público-leitor menos favorecido e se mobilizar politicamente em defesa de ideais de fomento da civilidade, da progressividade e da cidadania, nesse aspecto, a imprensa abolicionista e republicana se destacam.

Assim como nos impressos franceses, o espaço do rodapé nas folhas nacionais funcionou como garantia de sustento financeiro e oportunidade para a prática da escrita. Como aponta Afrânio Coutinho “os cronistas foram também os primeiros romancistas, notando-se que o romance urbano ou de costumes era por assim dizer um desenvolvimento natural da crônica”. (COUTINHO, 2004, p. 124)

Majoritariamente todas as folhas periódicas brasileiras de grande circulação continham em suas páginas um espaço cativo para crônica e contavam com a colaboração de cronistas recorrentes e, muitas vezes, já estabelecidos. Acerca disso, Coutinho (2004, p. 121) esclarece que “publicavam então os jornais uma seção, via de regra semanal, [...] de comentário de assuntos marcantes (ou que marcaram o espírito do artista) da semana”.

Apesar da sua popularidade, a crônica não foi feita para durar, nem para compor as páginas dos livros. Candido (1992) justifica essa concepção ao afirmar que a crônica é um gênero de publicação imediata e efêmera, já que tem como suporte algo transitório: o jornal impresso. No entanto, o teor literário e a proximidade com o público-leitor fizeram com que o

gênero se destacasse ganhando espaço e adeptos, transcendendo a efemeridade do dia-a-dia e se perpetuando na Literatura brasileira.

1.3 As classificações da crônica brasileira

Entre os teóricos, é raro encontrar um consenso a respeito das classificações da crônica. Cada um deles se baseia no que lhe é mais próximo na tentativa de classificá-la, como é o caso do jornalista Luiz Beltrão em *Iniciação à Filosofia do Jornalismo* (1992), que propôs um critério mais voltado para a sua área de atuação. Como se poderia esperar, o crítico literário Afrânio Coutinho aproxima o gênero da literatura, como se nota no excerto a seguir:

Há diversos tipos de crônica na literatura brasileira. Pode-se classificar esses tipos pela natureza do assunto ou pelo movimento interno. Assim temos, a) a crônica narrativa, cujo eixo é uma história, o que a aproxima do conto, como no exemplo de Fernando Sabino; b) a crônica metafísica, constituída de reflexões mais ou menos filosóficas sobre os acontecimentos ou os homens, como é o caso de Machado de Assis ou Carlos Drummond de Andrade, que encontram sempre ocasião e pretexto nos fatos para dissertar ou disreter filosoficamente; c) a crônica-poema em prosa, de conteúdo lírico, mero extravasamento da alma do artista ante o espetáculo da vida, das paisagens ou episódios para ele significativos, como é o caso de Álvaro Moreira, Rubem Braga, Manuel Bandeira, Ledo Ivo; d) a crônica-comentário dos acontecimentos, que tem, no dizer de Eugênio Gomes, ‘o aspecto de um bazar asiático’, acumulando muita coisa diferente ou díspar, como são muitas de José de Alencar, Machado e outros. (COUTINHO, 2004, p. 97-98, grifos meus).

Coutinho ressalta que mais de uma classificação podem existir em uma mesma crônica e, principalmente, em um mesmo cronista, visto que os traços característicos que marcam o gênero costumam estar interligados. Portanto, essa separação é bastante tênue e, por vezes, complexa. É o caso de crônicas metafísicas que possuem traços estéticos literários e se assemelham, deste modo, à crônica narrativa ou poema em prosa.

Em *A Criação Literária – Prosa II* (1998), Massaud Moisés também teoriza sobre a crônica e a classifica de forma mais sucinta, como derivada da poesia ou do conto. Para tanto, as separa em dois tipos básicos: a crônica-poema e a crônica-conto. No primeiro caso, é explorada a temática do “eu”, as emoções do autor ficam em evidência, ao passo que na crônica-conto, a partir de um fato ocorrido, o cronista produz uma narrativa, quase como um conto. Antonio Candido (1987) procura ser menos categórico, não se preocupa em classificar o gênero, mas sim em apresentar as diferenças mais evidentes entre cronistas. Ao tratar das

crônicas presentes em *Para Gostar de Ler: crônicas*, o crítico literário afirma que algumas são do tipo diálogo, como “Gravação”, de Drummond ou como “Conversinha mineira” e “Albertina” de Fernando Sabino.

Outras seguem uma linha mais narrativa, de conto, como “Os Teixeiras” de Rubem Braga, como se assemelham a anedotas, como “A mulher do vizinho”, de Fernando Sabino. Há também crônicas que se aproximam da exposição poética ou biografia lírica, como “Ser brotinho” e “Maria José”, ambas de Paulo Mendes de Campos.

De forma sucinta, Candido encerra o prefácio afirmando que “a crônica brasileira bem realizada participa de uma língua geral lírica, irônica, casual, ora precisa e ora vaga, amparada por um diálogo rápido e certo, ou por uma espécie de monólogo e comunicativo”. Essa afirmação evidencia a dificuldade de classificar a crônica, visto que a mesma é um gênero mais livre.

2. Raul Pompeia entre livros e periódicos

2.1 Raul Pompeia vida e obra

Raul D'Ávila Pompeia nasceu em Jacuecanga, próximo à Angra dos Reis (RJ), em 12 de abril de 1863. Filho de Antônio D'Ávila Pompeia, um advogado, e Rosa Teixeira, filha de abastados produtores de cana de açúcar. Viveu seus primeiros anos na fazenda e, em 1870, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, à época Capital do Império, onde fora matriculado no tradicional e rigoroso Colégio Abílio, local que teria sido sua inspiração para *O Ateneu*, romance que muito tem de biográfico.

No colégio, fora um aluno estudioso e dedicado à literatura e às artes, como apontam seus registros escolares, em especial o de 1873, assinado por Abílio César Borges, no qual entre as observações encontra-se a seguinte indicação: “É um menino de grandes esperanças” (BRITO, 1956). Ainda no colégio, redige e ilustra o jornal estudantil *O Archote*, no qual, sob o pseudônimo de Fabricius, tecia críticas à instituição. Em 1879, transferiu-se para o Colégio Pedro II, onde se projetou como orador e publicou *Uma tragédia no Amazonas* (1880), sua primeira obra.

Nesse período, o jovem autor já demonstrava seu posicionamento crítico perante as situações que lhe eram reprováveis, especialmente no que tange à escravidão. Em um artigo publicado no periódico estudantil *Letras*, Pompeia inspira-se nos versos de “Navio Negreiro”, de Castro Alves para discorrer sobre os horrores do sistema. Ainda como um estudante regular, encabeçou um movimento contra o professor de filosofia Rosendo Muniz Barreto e, posteriormente, entrou em conflito com Teodoro Schieffer, professor de latim. (BROCA, 1956).

Foi com o ingresso na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em 1881 que sua atuação política teve mais evidência. Broca aponta que atmosfera *byroniana*² dos poetas da segunda geração romântica não foi a atmosfera que Pompeia encontrou, mas sim os ecos da voz ardente, de Castro Alves. As “Arcadas” começam a adquirir a consciência social e política, que, posteriormente, seria intensificada com os abolicionistas e republicanos. Pompeia seria um deles.

Ainda no Largo do São Francisco, colaborou, ao lado de Valentim Magalhães e Silva Jardim, no jornal estudantil *A Comédia*, que permanecera em publicação por três meses. Colaborou também no *Entrato*, que após o sexto número passou-se a chamar *O Boêmio* e tinha, conforme afirma Broca, uma ação mais demolidora que o anterior, *A*

² Byroniana: os escritores da segunda geração romântica absorveram o estilo noturno, boêmio e pessimista do poeta britânico George Gordon Byron e, com isso, passaram a ser chamados por “geração byroniana”.

Comédia. Em *O Boêmio* Pompeia colaborou como escritor e caricaturista, sob o pseudônimo de Rapp. Sua atuação jornalística não se limitava aos jornais estudantis; em 1882 publicou um artigo inflamado no panfleto *Ça ira*, do Centro Abolicionista de São Paulo, sob comando de Luís Gama. O referido artigo teria ofendido gravemente os senhores de escravos, a quem Pompeia chama de Caim³. Em 1882 publicou em formato de folhetim na *Gazeta de Notícias* sua segunda obra *As joias da coroa*, uma sátira à Monarquia e em 1883 o poema em prosa *Canções sem metro* foi publicado no *Jornal do Comércio*. (BROCA, 1956)

Acabou por deixar os estudos em São Paulo, devido às represálias que sofreu por parte de professores e de escravocratas, transferiu-se então para Recife, terminando o curso em 1886, quando retornou à Capital. Foi durante o período universitário que aprofundou seu conhecimento a respeito das correntes intelectuais reformistas que iriam influenciá-lo posteriormente, o republicanismo, abolicionismo, evolucionismo cientificista, o positivismo e o realismo/naturalismo.

De volta ao Rio de Janeiro, dedicou-se ao jornalismo e à literatura, colaborando em inúmeros periódicos. Publicou entre 8 de abril e 18 de maio de 1888, em formato de folhetim em colunas na *Gazeta de Notícias*, o romance *O Ateneu*, obra que o consolidaria na literatura nacional. Posteriormente, em 1891, seria nomeado professor de mitologia na Escola de Belas Artes e diretor da Biblioteca Nacional, em 1894.

Com o advento da República, Pompeia, republicano fervoroso, justificava que somente o Governo Militar poderia livrar o Brasil do fantasma da Monarquia⁴, que, segundo ele, vez ou outra ressurgia na recém-formada República Brasileira. O escritor afirmava que frente à inércia por parte da população e da Intendência Municipal, a força militar – patriótica e empenhada – era a melhor alternativa.

A crise do Encilhamento, a febre amarela, os conflitos e as revoltas levaram ao fim do governo de Deodoro da Fonseca. Após a renúncia, assume o vice Floriano Peixoto, o militar que levaria a uma cisão nas rodas literárias e artísticas. De um lado, estavam os florianistas, defensores do Presidente que governava a pulso de ferro; entre os quais: Medeiros e Albuquerque, Lúcio de Mendonça e Raul Pompeia; de outro lado, estavam os antiflorianistas: Olavo Bilac, Carlos de Laet, Luís Murat, José do Patrocínio e Capistrano de Abreu. (BROCA, 1956)

Os apoiadores acreditavam que o rigoroso governo era necessário para instaurar a ordem e manter a República, enquanto os que os intelectuais contrários à Floriano Peixoto alegavam que seu governo ia contra ao ideal de liberdade proposto pela

³ Caim: nas escrituras, Caim, filho de Adão e Eva, matou seu irmão Abel.

⁴ A presença de portugueses na Capital perturba Raul Pompeia, especialmente aqueles ligados ao ex imperador, Dom Pedro II.

República. Com as críticas ao Governo, o discurso de Pompeia na imprensa tornou-se ainda mais agressivo.

Em 1892, Pompeia, à época professor de mitologia da Escola de Belas Artes, escreveu um artigo na seção “Lembranças da Semana” do *Jornal do Comércio* louvando a atitude de Deodoro da Fonseca de não ceder às tentativas de golpe por parte dos antiflorianistas. Na seção “Vida Fluminense”, que Olavo Bilac mantinha no periódico *O Combate*, de Pardal Mallet, sob o pseudônimo Pierrot, surgiu a resposta aos elogios cegos de Pompeia à República:

“As Lembranças da Semana”, folhetim do ‘*Jornal do Comércio*’, bem estão merecendo da nossa crônica uma menção especial. O autor das “Lembranças” é um empregado do governo, professor de Mitologia da Escola de Belas Artes. Esse moço bem podia ganhar e ingerir o seu ordenado completamente sem rebaixamento de caráter e sem alusões indignas. Ele, entretanto, prefere comer esse pão que o diabo amassou, repassando-o pela manteiga do servilismo e da adulação. É muito pretensioso quando pensa que incensando o marechal Deodoro o arrasta para as bandas florianistas, onde a desonra impera. Talvez não seja pretensão, talvez seja amolecimento cerebral, pois Raul Pompéia masturba-se e gosta de altas horas da noite, numa cama fresca, à meia luz de *veilleuse* mortíça, recordar, amoroso e sensual, todas as belezas que viu durante o dia, contando em seguida as tábuas do teto onde elas vaporosamente valsam.⁵

Broca aponta a possibilidade de não ter sido Bilac o autor do referido texto e sim um cronista que o teria substituído naquela edição de *O Combate*. O biógrafo afirma que, segundo testemunhas, quando Bilac soube da publicação fora atrás de Pompeia com a intenção de desculpar-se. No entanto, Pompeia era muito avesso a críticas e, portanto, a referida ofensa não seria perdoada. O escritor escreveu sua réplica no trecho final de “Lembranças da Semana” de 15 de março de 1892:

Pode-se relançar à conta dos fatos da semana a agressão que sofreu nominalmente o obscuro autor destas crônicas, da parte dos escritores prováveis ou certos da seção especial dos desaforos, de um dos diários desta cidade. Fato mínimo, que só não foi personalíssimo, porque foi um caso de imprensa e por isso apenas é lembrado em fim de crônica. Ficou sem resposta a tal agressão. Respingo de lama pode lá ter troco? Nem sequer desprezou-se: seria sujar o desprezo. Quanto a responder... haveria mister voltar contra os agressores a mesma arma fácil da afronta, de que se serviriam, assacar um doesto bem forte, dizer, por exemplo, detidamente, que o ataque foi bem digno de uns tipos, alheados do respeito humano, licenciados, marcados, sagrados - para tudo - pelo estigma preliminar do incesto. Mas até onde iria o escândalo, o ruidoso escândalo inútil?⁶

⁵ PIERROT. [Olavo Bilac] Vida Fluminense. *O Combate*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1892.

⁶ Y. [Raul Pompeia] Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 nov. 1890.

Ainda que Pompeia pudesse ter dúvidas acerca da autoria do artigo, não perdoou Bilac e o ofende publicamente aludindo ao fato de que o poeta tinha o sobrinho – filho de sua irmã mais velha – como um filho. Pouco depois da publicação, os literatos se encontraram na confeitaria Cailteau e ofendem-se mutuamente. A partir disso, as tensões se intensificam ainda mais e ambos se desafiam para um duelo de honra⁷.

Pontes (1935) e Broca (1956) afirmam que o duelo de fato não aconteceu. São duas as versões do acontecimento: uma de que, ao chegarem ao local acordado para o duelo, Aluísio Azevedo, uma das testemunhas de Bilac, anunciou a impossibilidade da realização devido à ciência da polícia. Combinou-se então outro local, o Ateliê de Rodolfo Bernardelli, mas o duelo fora interrompido novamente. Testemunhas e padrinhos afirmaram que ambos já haviam provado que eram honrados.

A outra versão, de Elói Pontes, que teria entrevistado testemunhas presentes durante o duelo, afirma que Pompeia, em conversa com seus padrinhos, assumiu que não sabia manejar nenhuma arma. Com isso, colocaram-se a ajudá-lo. Ficou acordado que o duelo seria a pistola, a pequena distância, devendo Bilac e Pompéia dispararem ao mesmo tempo. Francisco de Matos, testemunha por parte de Pompeia, não concordou. Foi resolvido que seria a espadas, outra dificuldade para Pompeia (PONTES, 1935).

As duas versões concordam sobre a não realização do duelo devido à presença da polícia e sobre a alteração do local para o ateliê de Bernardelli. Novamente o duelo fora impedido pelas testemunhas e padrinhos, que afirmaram que ambos já haviam provado sua honra. No entanto, mesmo tendo ficado calado, o duelo frustrado atormentou Pompeia acerca da possibilidade de o chamarem de covarde e medroso. Com isso, o discurso do cronista tornou-se ainda mais agressivo e sua postura em defesa do Governo de Floriano Peixoto se intensificou, apesar das críticas dos antiflorianistas, aumentando, portanto, a cisão entre os intelectuais.

Na ocasião do funeral de Floriano Peixoto, em 1895, Pompeia atingiu o seu limite, proferindo um discurso no qual exaltava o nacionalismo do presidente falecido. A atitude foi reconhecida como um desrespeito ao presidente Prudente de Moraes, e, como consequência, o cronista foi demitido de seu cargo de diretor da Biblioteca Nacional. Poucos dias depois, Luís Murat publicou um artigo no *Jornal do Comércio* de São Paulo, intitulado “Um louco no cemitério”, no qual defendia o afastamento de Pompeia e resgatava o episódio do duelo frustrado (PONTES, 1935; BROCA, 1956). Rodrigo Otávio (1934 apud COUTINHO, 2016), amigo de longa data do cronista, afirma que Pompeia teria escrito uma réplica, a qual fora

⁷ Os duelos de honra estavam em voga na Europa, especialmente na França. No Brasil, a prática era proibida, mas amplamente praticada.

rejeitada pelo periódico, ofendendo-o profundamente. Sentindo-se rejeitado e caluniado suicidou-se em 25 de dezembro⁸ de 1895, mesmo com os cuidados constantes da mãe e irmã.

A causa de sua morte foi aquela que tanto o assustou e o comoveu nas páginas de “Lembranças da Semana” e corroborou para que surgissem opiniões acerca do temperamento doentio e exaltado do cronista, como o excerto abaixo publicado na primeira página do *Jornal do Comércio* um dia após o seu falecimento.

Em Raul Pompeia, havia efetivamente -, e quantos o conheceram poderão bem, dar testemunho disto -, uma vibratibilidade nervosa excessiva, super aguda, quase mórbida. A sua retina intelectual era de uma impressionabilidade exagerada, e para os pontos afetados desta visão em que se retrataram as coisas e factos, prodigiosamente aumentados, ele se concentrava inteiramente, deixando-se absorver, aniquilar por completo.⁹

O bilhete deixado por Pompeia trazia um recado para aqueles que tanto o ofenderam: “À *Notícia* e ao Brasil declaro que sou um homem de honra.”. Os destinatários do bilhete suicida refletem o caráter público do drama pessoal do cronista: um jornal e a nação brasileira, não um familiar ou um amigo. A honra para ele era a forma como a sociedade o reconhecia e o suicídio era – naquela condição, após a rejeição do artigo – a única forma de provar e mostrar que era um homem honrado perante a sociedade.

Pompeia certamente ficaria satisfeito se soubesse que, de modo geral, seu falecimento impactou a sociedade intelectual fluminense, em especial a imprensa, que comovida reservou muitas de suas colunas para exaltar seu nacionalismo, seu talento para as artes e sua sinceridade em expressar suas opiniões. O periódico *A Notícia* (RJ), um dos destinatários do seu bilhete suicida, no dia 27 de dezembro de 1895, refletiu a situação com profundo pesar:

O nome de Raul Pompeia impõe-se-me à pena porque nenhuma outra ideia me ocupa o espírito desde que soube a notícia de seu suicídio. Em profundo desacordo com o seu ideal político, respeitava-o pela sinceridade de suas opiniões. A muita gente parecerá estranho dizer que era um forte este homem que sucumbiu ontem de uma dor que ainda não sabemos qual foi; mas era positivamente um forte.¹⁰

Em outro texto, ainda em 27 de dezembro, o periódico lamenta as condições que tenham levado Pompeia a tirar a própria vida e procura compreender a razão pela qual a folha tenha sido um dos destinatários de seu bilhete suicida. O texto afirma que acerca

⁸ Biógrafos afirmam que o suicídio tenha ocorrido na noite de Natal, no entanto, a consulta de periódicos aponta que à 13h da tarde do dia 25 de dezembro, após almoçar com sua mãe e irmã, Pompeia teria entrado em seu quarto e tirado sua própria vida com um tiro de revólver no peito.

⁹ RAUL POMPEIA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 dez. 1895.

¹⁰ RAUL POMPEIA. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 dez. 1895.

de um mês antes o cronista teria se dirigido à redação e expressado toda a sua mágoa em relação à imprensa e aos amigos próximos e teria, por fim, se oferecido para escrever uma coluna anônima de crítica literária, denominada “Escorço literário”, a qual o diretor do periódico teria aceito prontamente. O anúncio da nova coluna fora feito em 5 de dezembro, o primeiro texto veio à público uma semana depois – sobre uma obra de Tolstoi – e segundo, sobre a *Galileia* de P. Loti, foi publicado em 27 de dezembro de 1895.

Segundo *A Notícia*, embora estivesse magoado, o comportamento de Pompeia “[...] não tinha o tom da exacerbação e do desespero que pudesse fazer prever o tristíssimo desenlace de ontem [...]”.¹¹

2.2 Pompeia cronista

Assim como a maioria dos grandes romancistas brasileiros, Raul Pompeia fez do rodapé o seu laboratório literário. Ainda que os assuntos políticos e sociais prevalecessem em seus textos, a literatura também tinha um espaço especial e particular. No entanto, de modo geral, o que se observa é a predominância de estudos voltados às questões políticas ou sociais expostas em suas crônicas, em detrimento do seu valor literário.

Ao longo de sua curta vida, Pompeia exerceu com assiduidade o ofício de colaborador em grandes jornais, como *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*, ambos na Capital, e os provinciais *Diário de Minas* e *O Estado de São Paulo*, entre outros. Publicou de forma seriada o romance *As Joias da Coroa*, na *Gazeta de Notícias*, em 1882. No ano seguinte, sob o pseudônimo de *Rapp*, publicou *As Canções sem metro* no rodapé do *Jornal do Comércio*.

Ao retornar à Corte, após ter-se graduado bacharel, escreveu *O Ateneu*, romance que o deixaria marcado na literatura brasileira. Entre abril e maio de 1888 a obra fora publicada de forma seriada no periódico *Gazeta de Notícias* e, posteriormente, editada e impressa pela tipografia do próprio jornal, esgotando a primeira edição rapidamente. Quanto às inúmeras seções de crônicas escritas por Pompeia, merecem destaque “A Vida na Corte”, publicada entre julho de 1888 e setembro de 1889, no periódico provincial *Diário de Minas*, de Juiz de Fora (MG); “Pandora”, da *Gazeta de Notícias* (RJ), publicada ao longo do ano de 1888; “Aos Domingos”, publicada entre agosto de 1889 e junho de 1890, no *Jornal do Comércio* (RJ) e “Lembrança da Semana” publicada no mesmo periódico entre de julho de 1890 a maio de 1892.

¹¹ Na publicação está transcrito o trecho do anúncio da nova seção de crônicas de Pompeia, que, segundo o periódico, pediu para que a autoria permanecesse anônima. A publicação ainda afirma que o cronista teria deixado uma carta destinada à redação.

F. Raul Pompeia. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 dez. 1895.

Com o término de “Lembrança da Semana”, Pompeia migra para “Cavaqueando”, também do *Jornal do Comércio*, a seção teve início em 15 de maio de 1892. Além das publicações como colaborador recorrente, os textos de Pompeia eram replicados também de forma esparsa em jornais de regiões diversas, entre os quais cabe citar o periódico *Pacotilha* (MA), o *Diário de Pernambuco* (PE), o *Jornal de Recife* (PE) e o *A Federação* (RS).

Coutinho (2004, p. 127) considera a respeito da crônica que “[...] assumiu o gênero um teor artístico, em que o Parnasianismo predominava sensivelmente. Nessa linha tomou posição Raul Pompeia”. De modo geral, suas crônicas correspondem o modelo da época: temas políticos, sociais, artísticos e literários. Segundo Coutinho (1886) suas crônicas costumavam ser extensas, ocupando quase todo o espaço do rodapé, e sua linguagem era mais opulenta, o que aproxima seus textos do gênero ensaístico.

É válido destacar também o trabalho de Pompeia como crítico artístico e literário, no qual a tônica era a tentativa de afastar-se da crítica nacionalista, que, com o romantismo, buscava a avaliar os trabalhos artísticos e literários em função de sua capacidade de representar os problemas e realidades nacionais. Pompeia buscava analisar a obra de arte antes de tudo pela visão estética, bem como pela capacidade de transmitir emoção ao público, o que, comumente, aproximava sua crítica de um trabalho expressionista. Nesse ponto, sua análise se afastava dos críticos realistas naturalistas, que concebiam a arte como representação social.

No entanto, esse posicionamento não o impediu de perceber o papel da arte no plano social, especialmente em uma nação em formação, como a nossa. Ao longo de suas crônicas, Pompeia destacava a importância do fomento da arte para a nacionalidade brasileira, somava a sua voz à voz de artistas nacionais pela reforma do ensino artístico, anunciava exposições artísticas e produções literárias, cobrava a Intendência Municipal por melhorias nas instalações da Escola de Belas Artes, entre outros.

Além da educação artística, Pompeia era também um incentivador da instrução pública. Cobrava melhorias educacionais da Intendência Municipal fluminense e questionava a exclusão das províncias nos planos educacionais. Outro ponto que merece ser destacado é o questionamento do cronista acerca dos problemas de infraestrutura da Capital e o servilismo brasileiro em relação ao Governo norte-americano, especialmente acerca do Convênio Americano.

Ainda que fosse um republicano fervoroso e, por vezes, alheio aos problemas do governo, expressava seu descontentamento quando este se fazia presente, em especial em relação aos assuntos que lhe eram caros, como o incentivo às artes e à cultura.

3. *Jornal do Comércio* (1827-2016)

3.1 *Percurso histórico do Jornal do Comércio*

O percurso histórico do *Jornal do Comércio* (1827-2016) aconteceu concomitantemente ao percurso histórico da imprensa periódica brasileira. Sendo este um dos mais importantes periódicos brasileiros atuantes nos séculos XIX e XX, através dele podemos compreender a criação e difusão da imprensa, traçar um perfil mais ou menos comum entre as folhas e apontar os desafios que os primeiros jornais precisaram enfrentar para quebrar a característica efemeridade.

Segundo Marinalva Barbosa (2010), o *Jornal do Comércio* surgiu no dia primeiro de outubro de 1827, com quatro páginas de 21 centímetros de largura por 30 centímetros de altura cada. Impresso pela Imperial Typographia, oficina de posse do fundador da folha, o francês Pierre Plancher, o periódico pretendia concorrer com o *Diário do Rio de Janeiro*, que detinha o monopólio do ramo jornalístico na Capital. Essa concorrência, posteriormente, seria transferida para a *Gazeta de Notícias*, que, ao lado do *Jornal do Comércio*, dominaria quase que inteiramente o mercado impresso no final do século XIX.

Inicialmente o *Jornal do Comércio* dedicava-se a publicar “quase que exclusivamente um resumo das notícias mercantis e marítimas: o movimento de entrada e saída dos portos, os preços correntes e outras informações de interesse dos comerciantes” (BARBOSA, 2010, p. 91). Portanto, como o nome do periódico sugere, o objetivo do mesmo era tratar de assuntos comerciais.

No entanto, logo no segundo ano de atuação o periódico passou a tratar também de assuntos políticos, intitulando-se *Jornal do Commercio, Folha Comercial e Política*, mas o noticiário econômico ainda era predominante. Em 1830, passa a denominar-se *Diário Mercantil* ou *Novo Jornal do Commercio*, dois anos mais tarde retorna ao seu nome original.

De acordo com Matias Molina, na obra *História dos Jornais no Brasil* (2015), em 1834, quatro anos após a revolução que culminou com a queda de Carlos X na França, Pierre Plancher retorna a sua Pátria. O *Jornal do Comércio* é vendido aos franceses Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot por 52 contos e 664 mil réis.

O periódico amplia ainda mais os temas tratados devido à demanda do público por informação. Com isso, as publicações seguem três vertentes: de cotidiano, com notícias de situações que fugissem à pretendida norma; política, com transcrições de sessões parlamentares e debates políticos; e publicitária, com anúncios e propagandas.

Mesmo tratando de temas políticos, o *Jornal do Comércio* ainda mantinha um tom imparcial e, por vezes, conservador, em contraste com o perfil combativo de outros impressos (BARBOSA, 2010). Tal condição fez com que o periódico desenvolvesse uma relação cordial com o Império, tanto no Primeiro Reinado quanto no Segundo; algo que não seria completamente diferente após a Proclamação da República, durante a República das Espadas.

Desde a sua criação, o *Jornal do Comércio* se destacou pela qualidade jornalística e tipográfica. Durante a fase artesanal da imprensa brasileira eram poucas as folhas que continham uma oficina de impressão como a dos franceses, com tipos e prelos variados e artesãos profissionais. A maioria dos periódicos eram “fracos em técnica, artesanais na produção, com distribuição restrita e emprestada¹²”, como destaca Sodré (1977).

Em *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República* (2015), Alzira Alves de Abreu menciona que, no dia 7 de maio de 1836, o *Jornal do Comércio* passou a ser impresso em um prelo mecânico. Importada da França, a máquina foi a primeira instalada na América do Sul e revolucionou a produção do periódico. O processo que antes durava aproximadamente dez horas em prelos manuais de ferro, passou a consumir duas horas de trabalho no prelo mecânico. Esse aperfeiçoamento técnico possibilitou que as folhas do periódico pudessem ser impressas e entregues nas primeiras horas da manhã e em quantidade maior de tiragem.

O *Jornal do Comércio* também propôs inovações no que tange a imprensa ilustrada. Bahia (1990) aponta que em 1837 o periódico publicou a primeira caricatura em uma folha brasileira. Mesmo que o ramo ilustrativo não viesse a ser amplamente explorado pelo *Jornal do Comércio*, o periódico abriu caminho para que outros o fizessem.

Em 1844, Villeneuve retorna a França, deixando a folha aos cuidados de Francisco Antônio Picot, um dos mais importantes diretores na história do periódico. Picot foi o responsável pela real expansão temática do jornal, especialmente em relação à política. No período em que o austríaco naturalizado brasileiro esteve à frente da direção do *Jornal do Comércio*, o mesmo se destacou pela qualidade dos colaboradores e jornalistas, entre eles Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, José Joaquim Vieira Souto, Gonçalves Dias e Guerra Junqueiro (ABREU, 2015).

¹² Distribuição emprestada: prática de empréstimos praticada tanto pelos assinantes dos periódicos quanto pelos gabinetes de leitura e bibliotecas públicas. Na imprensa, eram recorrentes críticas a prática, visto que, embora o público leitor aumentasse consideravelmente, as assinaturas não aumentavam de forma proporcional. O que resultava em muitos leitores e poucos assinantes. Por outro lado, foi por meio dessas práticas de empréstimos de periódicos que a classe média e baixa brasileira se incluiu como leitora e ouvinte da cultura letrada. SANTAELLA, Lucia. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.

Pouco menos de uma década depois, em 1852, Picot regressa ao território francês. No entanto, mesmo à distância o diretor se manteve no comando do *Jornal do Comércio*. Acerca disso, Abreu (2015) destaca, embora tendo se fixado novamente na França, a qualidade da equipe de funcionários e colaboradores da folha possibilitou que o austríaco chefiasse o periódico por meio de cartas instrutivas que foram enviadas periodicamente à equipe por 38 anos.

Após 1860 o *Jornal do Comércio* adquire um tom mais crítico, mas ainda contido se comparado aos outros periódicos brasileiros. Surgem nas páginas do jornal matérias consideradas polêmicas para uma folha de caráter isento, tais como relatos sobre os horrores da Guerra do Paraguai, narrados através de correspondências expedidas em combate e artigos razoavelmente abolicionistas de colaboradores do periódico. (ABREU, 2015)

No ano de 1874, como afirma Molina (2015), o *Jornal do Comércio* surpreende novamente com uma inovação tecnológica importante: a publicação de telegramas, que eram enviados ao periódico pela agência *Reuter-Havas* e proporcionavam rapidez no intercâmbio de informações internacionais.

A referida novidade facilitou o ofício dos colaboradores e correspondentes internacionais, assim como possibilitou a publicação de obras estrangeiras de forma quase que simultânea, como ocorreu com *Os miseráveis*, de Vítor Hugo, publicado na França e nos rodapés do periódico fluminense, em 1880.

As duas décadas finais do Século XIX inauguraram a fase industrial e mercantil da imprensa brasileira, permitindo, portanto, grandes transformações para o processo de composição e impressão dos impressos, como define Bahia (1990):

[...] é quando o jornal toma característica de empreendimento mercantil. [...] a imprensa adquire expressão no campo das atividades industriais. Desde logo a tipografia perde seu conteúdo artesanal, para conquistar a posição de indústria gráfica de definida capacidade econômica. (BAHIA, 1990, p. 47)

No entanto, ainda segundo Bahia, a imprensa brasileira não usufruiu imediatamente do progresso da técnica de compor e imprimir, pelo menos não em sua totalidade. Os periódicos menores ainda permaneceriam com a composição e impressão manual; a técnica mecânica - linotipo - seria, portanto, exclusividade dos grandes jornais brasileiros, entre eles o *Jornal do Comércio*.

A referida inovação possibilitou, além das facilidades de impressão, mudanças na composição e na diagramação das páginas, as quais, anteriormente eram impossibilitadas devido aos poucos recursos tipográficos. A partir disso, as páginas foram ampliadas, surgiram ornamentos visuais – bigodes¹³ e ilustrações – e os títulos e anúncios receberam destaque – devido às variações de fontes e tamanhos. A disposição dos espaços também pode ser alterada, através da diagramação horizontal, que proporcionou a distribuição e hierarquização dos assuntos.

Em 1890, o periódico fluminense foi vendido para José Carlos Rodrigues. Como mencionado por Abreu (2015) e Molina (2015), importante jornalista brasileiro, Rodrigues havia sido correspondente tanto em folhas nacionais – entre elas, o próprio *Jornal do Comércio* – quanto em internacionais, como os ingleses *Times* e *Financial News* e o norte americano *The Nation*.

Além da colaboração em impressos, possuía também larga experiência à frente de um periódico: havia fundado dois impressos publicados em língua portuguesa nos Estados Unidos: *Revista Industrial* (1878-1879) e *Novo Mundo* (1870-1879). Ambos os periódicos eram mensais, produzidos e impressos na cidade de Nova Iorque enquanto Rodrigues trabalhava como correspondente internacional do *Jornal do Comércio*.

Com o novo proprietário, o *Jornal do Comércio* passa a apoiar o regime republicano. No entanto, durante o governo de Floriano Peixoto, o periódico assume uma postura menos isenta e mais crítica em relação à política, se mostrando, ainda que de modo não muito incisivo, contrário ao presidente militar. Nesse período, alguns de seus colaboradores chegaram a exigir em seus editoriais a realização de eleições presidenciais, como afirma Abreu (2015).

Sob direção e propriedade de Rodrigues, o periódico, além de mudar o tom político, também teve suas técnicas de composição e impressão atualizadas. Acerca disso, Bahia (1990) aponta que em 1890 o *Jornal do Comércio*, assim como outros grandes periódicos, importava linotipos, impressoras e realizava modificações tanto da parte administrativa quanto nas oficinas e na redação.

Na última década no século XIX, o jornalismo brasileiro buscava inspirações nos modelos internacionais, especialmente no londrino *The Times* e no *Temps*, folha parisiense. Diante disso, a experiência de Rodrigues como diretor e colaborador internacional, contribuiu

¹³ Bigode: linha tipográfica utilizada para compor e separar as seções das páginas. O termo também é utilizado para designar o subtítulo de matérias.

LOTUFO, Laura. *Rostos tipográficos: a tipografia das folhas de rosto impressas na cidade de São Paulo* (1836-1918). 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

para que o *Jornal do Comércio* tivesse destaque, sendo comparado por jornalistas estrangeiros como uma espécie de *The Times*, pela qualidade jornalística e tipográfica (BAHIA, 1990).

Alguns anos mais tarde, em 1897, o periódico inova novamente ao enviar o primeiro jornalista correspondente ao centro de um acontecimento: a Guerra de Canudos. Os relatos intitulados *O rei dos Jagunços* foram enviados diretamente da Bahia e passaram a integrar as páginas do *Jornal do Comércio*, sob assinatura de Manuel Benício, três anos antes de Euclides da Cunha ser enviado ao local como correspondente de guerra do periódico *O Estado de S. Paulo* (ABREU, 2015).

Sob responsabilidade de Rodrigues, o periódico manteve a sua qualidade jornalística e tipográfica e viveu tempos áureos. Permanecendo como uma folha que representava as classes favorecidas da Capital, o *Jornal do Comércio* manteve-se ao longo de todo o século XX como uma empresa respeitada e permanente, mostrando-se resistente às adversidades e à efemeridade características do ramo jornalístico.

3.2 As seções do *Jornal do Comércio*

Após a primeira metade do século XIX – com intensificação nas décadas finais – o *Jornal do Comércio* expandiu seu conteúdo e passou a tratar de assuntos diversos. Anteriormente configurado como folha exclusivamente comercial, o periódico percebe, com o passar dos anos, a necessidade de expansão temática, devido à demanda populacional por informações.

Deste modo, além das conhecidas informações comerciais, surgem nas páginas do periódico textos de gêneros jornalísticos e literários. Entre os gêneros jornalístico destacam-se o comunicado e o comunicado opinativo. O primeiro constitui-se como uma espécie de nota, enquanto o segundo seria uma nota com caráter opinativo a respeito das notícias em geral. Acerca dos gêneros literários, podemos citar o romance, o conto e a crônica, publicados preferencialmente na seção “Folhetim do Jornal do Comércio”.

Entre as diversas seções presentes no *Jornal do Comércio*, algumas merecem destaque tanto pela importância e quanto pela permanência na folha. Costumeiramente a primeira publicação anual do periódico continha, como seção inicial, uma breve retrospectiva dos assuntos políticos do ano anterior. “Comércio” foi a seção com período mais extenso de publicação, iniciada em 1827, no primeiro número do periódico, se estendeu até o século XX. Com o tempo foram anexadas a ela subseções de assuntos exclusivamente comerciais, como

“Boletim Semanal”, “Importação”, “Exportação”, “Movimento do Porto”, “Mercado do Café”, “Mercado monetário” e “Contratos Comerciais”.

Seguida pela “Gazetilha”, iniciada em meados de 1850, na qual notícias curtas eram publicadas como comunicado, precedidas por um travessão e título em negrito, o título servia como uma chamada rápida para a notícia. Diferentemente de outros periódicos, não tratava de dramas e tragédias cotidianas. Na década de oitenta, a seção passa a veicular apenas informações oficiais.

Encontrava-se também a seção “Publicações a Pedidos”. Nela eram publicados artigos de opinião dos leitores, assinantes do periódico ou não. Os artigos eram pagos e o espaço comumente era palco de polêmicas e desavenças. O tópico “Exterior”, como o nome sugere, tratava de notícias estrangeiras, do tipo jornalístico comunicado. A referida seção foi amplamente beneficiada pelo intercâmbio de informações proporcionado pelo uso da tecnologia da Agência *Reuter-Havas*, assim como “Telegramas”, que surgiu em 1874.

Em contraposição à seção “Exterior”, “Interior” publicava notícias diversas sobre o interior do País. O gênero jornalístico característico também era o comunicado. A seção “Anúncios” foi frequente em quase todo o período de atuação do periódico. Eram publicações propagandistas de tipos variados: produtos diversos, livros, peças teatrais e até mesmo venda e compra de escravos, durante a escravidão. Era comum que a seção publicasse propagandas dos livros produzidos e impressos pela tipografia do jornal.

“Boletim de Notícias da Europa” era um suplemento semanal iniciado aproximadamente em 1870 e encerrado uma década depois, semelhante à seção “Exterior”. Ali publicavam notícias do exterior no tipo comunicado, eram extraídas dos jornais estrangeiros, trazidos pelos navios, em alguns casos, as publicações eram enviadas por correspondentes.

A seção “Editorial” foi de extrema importância. Com sua publicação iniciada em 1877, seu espaço gráfico costumava ser a primeira coluna da página inicial da edição do jornal. O gênero empregado era o comunicado opinativo, no qual os colaboradores do periódico tratavam de assuntos diversos que pudessem interessar à população e poderiam também expressar opinião própria sobre o que era tratado. Foi um espaço importante para o levantamento de questões cruciais para o contexto histórico no qual estava inserido, especialmente os referentes às mudanças políticas e ao regime escravocrata.

A seção “Parte Oficial” durou quase setenta anos. Nela eram publicadas transcrições de sessões parlamentares, discursos políticos oficiais e atualizações referentes à legislação

brasileira. “Variedades”, iniciada em 1834, era do tipo jornalístico comunicado. Nela publicavam-se notícias sobre temas variados. “Literatura” começou a ser publicada no final da década de setenta. Na referida seção publicavam-se palestras, artigos de opinião acerca de assuntos literários. Era semelhante à “Revista Literária”, seção criada por José Veríssimo, publicada entre os anos finais do Século XIX e anos iniciais do século seguinte. Nela o autor tecia comentários acerca do que havia de novidade no ramo literário: obras literárias, revistas, seções de outros periódicos.

Foi nesse espaço que Veríssimo trouxe a público – no sentido de amplamente público – o nome de Lima Barreto pela primeira vez. Em um comentário sobre *O Floreal*, revista editada por Lima, na qual publicou os primeiros capítulos de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Acerca da referida obra de Lima, o autor da seção a define como “escrita com uma simplicidade e sobriedade”. “Folhetim do Jornal do Commercio” foi sem dúvida uma das seções mais importantes em todo o periódico, localizava-se nos rodapés da primeira página do jornal, *seu lugar de destaque*. Recorrente em diversas outras folhas brasileiras e inspirada no modelo francês, a seção foi uma das razões para o sucesso do *Jornal do Comércio*.

Eram publicados capítulos de obras literárias que, posteriormente, iriam entrar para a história da literatura brasileira e crônicas de tipos diversos: literárias, metafísicas, reflexivas, crítica de arte, políticas, entre outras. O “Folhetim do Jornal do Commercio” também reservava um espaço cativo para os correspondentes literários estrangeiros, como Vitor Hugo, que publicou *Os miseráveis*, em 1880.

4. “Lembranças da Semana” (1890-1892)

4.1 “Lembranças da Semana”: publicação original

A seção “Lembranças da Semana”, escrita por Raul Pompeia sob o pseudônimo “Y”, foi publicada entre julho 1890 e maio 1892. Era semanal, vinha a público, geralmente, às segundas ou às terças feiras. A referida seção substituiu a anterior “Aos Domingos” (1889-1890), também escrita por Pompeia e assinada pelo mesmo pseudônimo, a qual por sua vez era substituída de “Microcosmo” de Carlos de Laet ¹⁴.

O cronista retratava, como um narrador observador, os acontecimentos que julgava serem importantes, tanto na esfera fluminense quanto nacional. Foram assuntos recorrentes em suas crônicas o cotidiano da sociedade carioca, a situação dos negros após a Abolição da Escravidão, os primeiros movimentos sindicais e grevistas, as crises econômicas e políticas, o movimento imigratório, entre outros.

Além disso, tecia comentários a respeito do que havia de novo na esfera artística, escrevendo breves resenhas de obras literárias, teatrais e de artes plásticas. Geralmente ao final da crônica, Pompeia reservava um espaço para tal prática, como a crítica acerca do poema *Espiral de Fumo*, publicado pelo poeta Alberto de Oliveira na *Gazeta de Notícias* (RJ) em 19 de setembro de 1890; um ensaio de Araripe Junior sobre Thomás Antonio Gonzaga; *Rapsódias*, de Coelho Neto; *Versos Modernos*, de Luiz Nóbrega; a crítica de Sylvio Romero a respeito de *Ondas*, de Luís Mural, entre muitas outras.

Vale ressaltar que, apesar de seu conhecimento literário, as críticas eram pessoais, baseadas mais na percepção do cronista como leitor do que como crítico literário. Já no caso de críticas de artes plásticas, menos recorrentes nessa seção, a crítica é mais rigorosa, com destaque para as técnicas empregadas pelo artista.

Assim como para muitos cronistas do período, o exercício reflexivo e metalinguístico também foi caro para Raul Pompeia durante o *fazer da crônica*. Isso se justifica, pois, como a maioria dos colaboradores da imprensa eram homens das letras, os mesmos não enxergavam a função de cronista somente como mera ocupação comercial, mas também como missão e labuta.

¹⁴ A substituição de Carlos de Laet por Raul Pompeia é significativa se considerarmos o contexto político do período. Monarquista convicto, Laet publicou – sob o pseudônimo C. de L – a seção “Microcosmo”, no rodapé do *Jornal do Comércio*, por dez anos. Sua saída ocorreu em 1888, ano que antecedeu a Proclamação da República. No dia 4 de julho, na seção “Publicações a Pedido”, Laet justifica sua saída alegando censura por parte da redação do periódico. Segundo ele, Henrique de Villeneuve afirmou que seu último texto enviado para publicação somente viria a público se fossem “amputadas as últimas vertebbras caudais” do mesmo, o que não teria sido aceito pelo colaborador. Pouco mais de um ano depois, em agosto de 1889, Raul Pompeia, republicano fervoroso, inicia “Aos Domingos”, seção que antecedeu “Lembranças da Semana”.
LAET, Carlos. Publicações a pedido. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 1, 4 jul. 1888.

Diante disso, a escolha dos assuntos a serem tratados se torna uma tônica, o cronista, como um estudioso, se debruça sobre o texto e ao escrevê-lo fala sobre o próprio ato de escrever, sobre suas escolhas, suas propostas e seus desafios (BENDER e LAURITO, 1993). Surgem, então, questionamentos diversos no que tange a temática: de quais assuntos tratar e como tratar; assim como a escassez de assuntos ou até mesmo o excesso deles.

Ainda que de forma mesmo corriqueira, as novidades acerca da imprensa periódica brasileira também apareciam nos textos, tais como a aquisição de máquinas impressoras pelas oficinas tipográficas, a criação de novos periódicos ou seções jornalísticas e literárias, ou simplesmente publicações de outros impressos que valem a referência em “Lembranças da Semana”.

O título “Lembranças da Semana” evidencia o aspecto subjetivo e pessoal da seção, aliando-a aos acontecimentos e assuntos caros ao cronista. Retratando situações que lhe marcaram o espírito e a memória durante o intervalo de tempo transcorrido entre uma publicação e outra, geralmente, uma semana.

Com base na teoria de Coutinho acerca da classificação das crônicas, pode-se estabelecer um critério classificatório para as publicações da seção. Deste modo, tais textos se dividem basicamente em crônica narrativa, na qual o cronista narra uma história; crônica metafísica, quando o escritor versa sobre reflexões filosóficas a partir um acontecimento específico.

Além da crônica poema em prosa, de conteúdo poético e lírico, no qual o cronista trata da vida, das paisagens e dos episódios significativos. E, por fim, a crônica comentário, na qual os acontecimentos recentes são apresentados e brevemente comentados pelo cronista, muitas vezes esses comentários são feitos de acordo com a opinião particular do cronista.

De acordo com Coutinho, esse critério é estabelecido em concordância com a escolha temática e com a fatura do texto. No entanto, uma mesma crônica pode possuir características que a colocariam em mais de uma classificação, pois os traços característicos que classificam esse gênero se interligam e se completam.

Tal consideração ocorre especialmente nas publicações de “Lembranças da Semana”, as quais, por serem extensas, tratam de assuntos distintos e até mesmo distantes, o que permite ao cronista tratar brevemente dos acontecimentos recentes e se debruçar com mais atenção sobre questões que lhe permitem uma escrita mais poética ou filosófica.

Quanto à escolha gráfica, os inúmeros assuntos costumam se divididos por marcações gráficas – como travessões – ou por simples espaços. Quanto à estrutura frasal, suas orações eram preferencialmente longas, com cortes abruptos seguidos de frases curtas, quase soltas no

texto. Condição que favorecia as crônicas mais enérgicas de “Lembranças da Semana”, especialmente as de comentário ou metafísica, frequentemente de cunho político ou social.

Devido seu estabelecimento entre a objetividade jornalística e a subjetividade literária, a crônica não costuma se aprofundar com quanta frequência nas vertentes literárias vigentes como ocorre com outros gêneros, o romance e o conto, por exemplo. Deste modo, ainda não são comuns estudos que tenham como foco a análise literária de crônicas, como acontece com “Lembranças da Semana” e muitas outras seções pompeianas.

Além disso, é raro encontrar um consenso entre os teóricos quanto à classificação de Pompeia na literatura brasileira. Comumente reconhecido como realista/naturalista, o escritor possui também influências simbolistas, parnasianistas, impressionistas e até mesmo expressionistas. Ainda que de forma menos evidente, essa pluralidade literária e estética também pode ser observada em suas crônicas.

Como exposto anteriormente, a crítica acerca da produção de Pompeia tem como foco principal *O Ateneu*, romance no qual suas influências literárias se mostram mais evidentes. No entanto, considerando as diferenças substanciais entre os gêneros, é possível transpor algumas observações a respeito da produção ficcional pompeiana para a produção cronista.

Em *Raul Pompéia: estudo psicoestilístico*, Almeida Torres destaca a construção realizada pelas palavras pompeianas que “fazem de Pompeia um verdadeiro poeta da prosa, um impressionista [...] daqueles que escreviam para os olhos.” (1971, p. 48). Consoante a isso, Moisés em *História da Literatura Brasileira* ao tratar do romance *O Ateneu* afirma que a escrita de Pompéia “desenrola-se numa sequência de quadros simbólicos” e de “hipertrofia a ‘escrita artística’ dos Irmãos Goncourt, a ponto de saltar as raias do Impressionismo e penetrar a zona em que bruxuleia a prosa Expressionista” (1984, p. 426-427).

Essa *écriture artiste* de Pompéia apresentada por Moisés e Torres, comum na construção do texto-imagem recorrente na ficção pompeiana, também está presente nas crônicas de “Lembranças da Semana”. O cronista utiliza a ilustração e a ambientação com o intuito de “completar, animar, dar vida” (PLACER, 1962, p. 18) a realidade representada.

As descrições ocorrem por meio da linguagem verbal, não só como recurso poético, mas também como técnica de reprodução de imagem, isto é, a construção da imagem mental é tanta, que o leitor consegue, através da leitura da crônica, visualizar a imagem retratada por Pompéia. Neste sentido, a descrição pictórica da realidade é favorecida pela atuação do escritor como artista plástico.

Além da tentativa de reprodução de imagem, percebe-se também a tentativa de transmissão de sensações e emoções por meio do texto e das imagens. O escritor, se valendo

de preceitos impressionistas, preocupa-se com a construção da atmosfera e para tal faz uso de recursos como a descrição e degradação das cores, os efeitos de luz e sombra, além da perspectiva de espaço e distância.

Esses recursos muitas vezes são associados às sensações e emoções, de modo a expressá-las e transmiti-las. As cores, muitas vezes, refletem o estado de espírito do cronista diante do exposto e, ao expressá-las, ele busca transmiti-las ao leitor, tentando fazer com que o mesmo possa se sentir de forma semelhante a ele.

Os efeitos de luz e sombra visam representar uma perspectiva de realidade, por meio dos opostos claridade e escuridão, consequência do espaço físico e da distância. Acerca disso, Sônia Brayner (1979) considera que ao retratarmos a ambientação como uma realidade percebida, subjetiva e expressiva das sensações e emoções do observador/narrador utilizamos elementos impressionistas.

Além da forte carga impressionista, o Expressionismo também se faz presente em algumas crônicas “Lembranças da Semana”, no que tange à exposição do que havia de sofrido, sombrio e destoante na sociedade, característica própria também ao Realismo-Naturalismo. Ainda quanto às influências expressionistas, percebe-se a presença de cores contrastantes, as metáforas hiperbólicas, o excesso de adjetivos e a representação do disforme, por meio do exagero, do mórbido e do grotesco.

Diante das considerações apresentadas, pode-se constatar que Raul Pompéia é, de fato, um escritor de difícil classificação, visto que, tanto sua produção ficcionista quanto suas crônicas utilizam estéticas literárias diversas. Além disso, vale ressaltar que algumas são, predominantemente, antitéticas, é o caso, por exemplo, do Naturalismo-Realismo em oposição às vertentes impressionistas e expressionistas, as quais se assemelham mais ao subjetivismo romântico.

Essas contradições evidenciam a característica original da estética pompeiana, que consegue ir, com excelência, de um extremo ao outro da literatura, absorvendo características de estéticas distintas. Alguns teóricos, como Torres e Pontes, afirmam que essa escrita original e particular é resultado tanto das influências intelectuais reformistas do período quanto da personalidade e do temperamento do escritor.

4.2 “Lembranças da Semana”: edição em livro

A edição em livro de “Lembranças da Semana” foi organizada por Afrânio Coutinho e publicada em 1983. A referida edição faz parte de uma coleção de obras reunidas pelo crítico

literário; ao todo são dez volumes, os quais contemplam tanto a produção ficcional de Pompeia quanto sua produção cronista, além de um volume dedicado à fotobiografia do escritor, com a indexação de desenhos e caricaturas feitas pelo mesmo.

A coleção se inicia pelo volume 1, *Novelas*, publicado em 1981; em sequência temos o romance *O Ateneu* (1981), como volume 2; *Contos* (1981) é o volume 3 da coleção; o poema em prosa *Canções sem metro*, está inserido no volume 4, publicado em 1982; o volume 5 intitulado *Escritos Políticos* (1982) reúne textos esparsos com temática política e publicados em periódicos diversos.

A partir disso se inicia produção cronista de Pompeia, o volume 6, sob o título *Crônicas 1* (1982), abriga as crônicas publicadas na seção “A vida na Corte”, publicada no periódico *Diário de Minas*; no volume 7, intitulado *Crônicas 2* (1983) estão reunidos os textos publicados em “Aos Domingos”, seção do *Jornal do Comércio*. Em *Crônicas 3* (1983), volume 8, estão as crônicas da seção “Da Capital”, publicadas tanto no periódico *O Farol*, de Juiz de Fora, quanto no *O Estado de São Paulo*; o volume 9, *Crônicas 4*, inclui as crônicas de “Lembranças da Semana”, seção do *Jornal do Comércio*. A coleção se encerra com o volume 10, denominado *Miscelânea/fotobiografia*, no qual estão inclusos desenhos, fotos e caricaturas.

O trabalho realizado por Coutinho é louvável, visto que, abrange e reúne toda a capacidade artística do escritor. No entanto, ao que se refere ao corpus deste estudo, especificamente à seção “Lembranças da Semana”, presente no volume 9 da coleção, serão feitos alguns apontamentos. A obra, que se dedica a transcrever as crônicas publicadas por Pompeia no *Jornal do Comércio*, na seção “Lembranças da Semana”, se inicia com a publicação de 3 de novembro de 1890 e segue até o dia 29 de dezembro do mesmo ano. No entanto, a seção se inicia antes, em 28 de julho, publicação que na edição de Coutinho surge somente após o fim das publicações de 1890.

A partir disso, a edição da Civilização Brasileira acompanha a sequência das publicações originais, com raras exceções, é o caso da crônica de 15 de setembro de 1890, que teve sua inserção trocada, surgindo após a publicação do dia primeiro, que, na sequência original, seria o texto do dia 8 do mesmo mês. Deste modo, a sequência cronológica da seção é quebrada, visto que a transcrição não acompanha as publicações de Pompeia, no original.

Não se pode afirmar com exatidão as razões deste embaraço quanto às datas, no entanto, considerando as dificuldades de se consultar um periódico impresso e antigo na época de publicação da obra, isto é 1983, pode-se supor que talvez seja esta a razão.

Anteriormente, estes materiais não eram microfilmados, como encontramos hoje, o que resultava em dificuldades de consulta ao acervo.

Como exposto anteriormente, de modo geral, a crônica é o relato que segue uma sequência cronológica, diante disso, é válido destacar que a quebra da cronologia reflete na compreensão e na interpretação do leitor quanto ao assunto tratado, pois a “narrativa” apresentada, se repete e se desenvolve à medida que a “história” avança. Em outras palavras, o cronista apresenta um fato miúdo, passados alguns dias, aquela mesma miudeza surge novamente em outra crônica e ele, com o intuito de resgatar o fato, faz alusões. A falta de uma sequência dificulta essa dinâmica narrativa.

Outro apontamento importante quanto à edição de Coutinho se refere à ausência de notas explicativas, o que dificulta a compreensão e a interpretação do leitor hodierno, visto que as considerações, as localidades e as personalidades apresentadas por Pompeia podem não ser comumente conhecidas, como eram na época dele. Deste modo, as notas explicativas atuam como um suporte histórico e social.

Na tentativa de solucionar tais impasses, este trabalho se propõe a transcrever as crônicas de “Lembranças da Semana”, com notas explicativas quando necessárias. Além disso, após o cotejo entre o material original e a edição de Coutinho, espera-se solucionar as divergências entre as duas versões. Na perspectiva da literatura à luz das fontes primárias, considera-se como norte a publicação original, neste caso, as crônicas publicadas no jornal, pois, ainda que ocorram alterações gráficas e edições por parte da redação do periódico, elas estão mais próximas da ideia inicial do cronista.

4.3 Procedimentos de edição:

Inicialmente o presente estudo buscava compreender toda a produção cronista de Pompeia em “Lembranças da Semana”, no entanto, devido à extensão do corpus da pesquisa e do labor que o concerne, não foi possível contemplar os 22 meses da seção. Foram, portanto, transcritas, editadas e anotadas 55 crônicas, publicadas ao longo de 11 meses. A edição de base corresponde aos textos publicados no matutino carioca, os quais foram cotejados com a edição organizada por Afrânio Coutinho no volume IX das *Obras de Raul Pompeia* (1983).

Esse trabalho considerou três aspectos principais como eixos norteadores que estão, em sua maioria, destacados e descritos nas notas de rodapé. O contexto histórico social no qual os textos foram escritos, as atualizações ortográficas de acordo com norma oficial em

vigência, assim como as possíveis divergências observadas entre a versão original – as crônicas publicadas no periódico – e a edição feita por Coutinho.

Acerca do contexto histórico-social, são necessárias elucidações a respeito de determinados assuntos; especialmente no que tange termos recorrentes no período, como personalidades, localidades, práticas e costumes da época, referências a situações específicas, entre outros.

No que se refere à ortografia, leva-se em consideração a ortografia oficial em vigência da língua portuguesa. Nesse sentido, as atualizações mais recorrentes em relação à publicação original são: a simplificação das consoantes duplicadas, como em “diferença”, “collega”, “penna”; a retirada dos dígrafos helenizantes (ph, th, rh), como em “architettura” e “triumphante”; a perda dos encontros consonantais como em “facto” e “adoptar”; atualizações da grafia de palavras grafadas com k, w e y, como “hygiene”, assim como se uniformizou o emprego de “j” e “g”, “s” e “z”, entre outras intervenções.

Mesmo que em quantidade inferior, foram também necessárias atualizações ortográficas em relação à publicação em livro realizada por Afrânio Coutinho, em 1983. Nesse sentido, a maioria das atualizações se devem à perda do acento agudo em palavras paroxítonas que possuem os encontros vocálicos “ei” e “oi”, como em “ideia” e “plateia”.

Quanto às principais divergências observadas entre as duas edições, – crônicas do jornal e livro, – procurou-se destacá-las e descrevê-las nas notas de rodapé, de forma devidamente numerada. Foram observadas ausências de palavras e de sentenças inteiras, que, estando presentes no *Jornal do Comércio*, estavam ausentes na edição de Afrânio Coutinho.

Ainda em relação às divergências entre as duas versões, observou-se que a ordem cronológica da publicação em livro difere da publicação no *Jornal do Comércio*. A edição da *Civilização Brasileira* se inicia com a publicação da crônica do dia 3 de novembro de 1890, segue-se sequencialmente até o texto de 29 de dezembro do mesmo ano e, então, a indexação retorna para 28 de julho de 1890, data da primeira crônica efetivamente publicada em “Lembranças da Semana”.

A partir disso, a edição de Coutinho acompanha cronologicamente as publicações em periódico, com raras exceções, como é o caso da crônica de 15 de setembro de 1890, que teve sua inserção trocada, surgindo logo após o texto do dia primeiro do mesmo mês. No original, porém, encontramos entre as referidas datas uma crônica intermediária, do dia oito de setembro, que, em livro, surge somente após esses dois textos. Percebeu-se também a supressão de alguns recursos gráficos utilizados por Pompeia na separação dos assuntos, que, nesta versão, foram todos mantidos.

O restabelecimento da cronologia se justifica se considerarmos tanto o conceito original do gênero quanto a tentativa de preservar a dinâmica de “Lembranças da Semana”. Os assuntos, quando apresentados em sequência cronológica, proporcionam uma perspectiva sequencial das breves narrativas tratadas nas crônicas. A importância da cronologia fica evidente quando, ao mencionar um episódio anteriormente apresentado na seção, Pompeia procura resgatar o episódio na memória do leitor.

Outro aspecto que merece destaque se refere à padronização gráfica e de escrita, incluindo paragrafação, abreviaturas, uso de aspas e travessões, letras maiúsculas e minúsculas, entre outras. O critério de padronização segue normas sistemáticas comuns, salvo raras exceções. Algumas abreviaturas foram respeitadas e mantidas, enquanto que outras foram desenvolvidas; foram empregados travessões e aspas em sentenças nas quais se fizeram necessários, mesmo naquelas sem a referida pontuação. Essa escolha se justifica pela presença constante de tais pontuações nos textos, ou seja, as raras ausências foram consideradas não intencionais. Letras maiúsculas foram empregadas em palavras com sentido próprio, mas que no original estavam grafadas com minúsculas, como “Ministério da Instrução Pública”, “Escola Politécnica”, entre outras.

Os estrangeirismos e expressões escritas em língua estrangeira foram preservados e grafados em itálico. Essa escolha se justifica de modo a evidenciar a imersão cultural e lexical estrangeira na qual a sociedade brasileira estava inserida nos séculos XIX e XX. Essa imersão se caracteriza tanto pelo uso desses empréstimos linguísticos, quanto pela dependência cultural, artística e tecnológica brasileira diante de países mais desenvolvidos, vistos como modelos a serem seguidos.

Nesse período, a presença de empréstimos linguísticos evidencia tanto a influência estrangeira, quanto a ausência de uma palavra equivalente na língua portuguesa. Essa ausência indicava que significante e significado eram ainda inéditos no contexto nacional, é o caso do vocábulo “*bonds*”, que, oriundo do inglês, representava o transporte coletivo recém-chegado ao Rio de Janeiro, em 1859. Desta forma, a preservação dos estrangeirismos e expressões escritas em língua estrangeira visa a retratar a sua origem e evidenciar sua importância para o contexto histórico e social.

4.4 As crônicas de “Lembranças da Semana”

Jornal do Comércio, 28 de julho de 1890 (Edição 208)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Se Jorge Ohnet, em lugar do já passado Xavier de Motepin ¹⁵, não fosse, justamente falando, a expressão literária do tempo, com o seu bom gênero Dumas hidratado em água morna, podia-se dizer que tivemos maravilhosamente uma semana ao sabor da época.

Suicídios, facadas, histórias de roubo arrebicadas de circunstâncias como nos romances, o ideal do gênero do noticiário ¹⁶.

De todos esses fatos, mesmo mais do que o celebrado crime da bela Paraguaia, que entendeu que podia sumariamente cortar à faca um velho laço de amor e que se ofereceu à justiça soberbamente cínica e de ânimo em paz, tal qual se fosse permitido acabar com uma paixão como se mata um frango, mesmo mais do que essa tragédia do povo, o mais interessante foi o roubo da viúva Montevideana.

Um magnífico capítulo da história inacabável dos procuradores de Tolentino.

Eles pululam, nascem espontaneamente como os cogumelos e os soldados de Pompeu. São em geral repulsivos ao primeiro aspecto. A avidez trêfega palpita-lhes na cara. O olhar cúvido, incerto e faiscante percorre-nos o corpo com escala pelas algibeiras. Eles que se oferecem com um sorriso seco para zeladores do nosso interesse antolham-se nos de modo contraproducente com a mais bem definida apresentação de gatunos.

Mas alguns deles há de boa cara, que se insinuam com o gesto simpático, que sabem jeitosamente dar atestado de honradez, que se dão despreziosamente como bons rapazes que satirizam a rapina dos colegas.

Uns e outros, os de bela ou feia aparência, são perigosos. Os da segunda espécie são insistíveis. A senhora oriental, que aliás não se tinha na conta de tola, caiu em poder de uma comandita dos tais procuradores da segunda espécie.

¹⁵ George Ohnet e Xavier de Motepin: folhetinistas franceses. Citados por Meyer em *Folhetim: uma história* (1996), ambos os autores tiveram muitas de suas obras reproduzidas em folhetins brasileiros entre os anos de 1860 e 1890. Ao apontar que ambos são “a expressão literária do tempo”, Pompeia refere-se ao gênero folhetim, o qual as características se assemelham aos acontecimentos da semana: relações conflituosas, tragédias, romances; foi, portanto, “uma semana ao sabor da época”.

¹⁶ Pompeia se refere aos *fait divers*, expressão francesa para “fatos diversos”. Recorrente na imprensa, o termo jornalístico designa assuntos não categorizáveis e que excedem à norma. O uso de *fait divers* era uma forma de atrair o público leitor.

BARTHES, Roland. A estrutura da notícia. In: *Crítica e verdade*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 3a edição. São Paulo: Perspectiva, 2003.

O desenvolvimento da falcatrua veio ter ao Rio de Janeiro. A polícia brasileira está metida na história. Não é de crer que chegue a grande resultado ¹⁷. A polícia pensa que eles são gatunos: eles são procuradores.

Ver-se-á em última averiguação que os homens se safam limpinhos do negócio, e honrados cada vez mais. A viúva não lhes cedera em carta branca a gerência dos seus negócios? Eles geriram. Por onde os há de pegar a lei? Deslinde-se bem a coisa.

A pesquisa policial adiantou-se brilhantemente. Por melhor ventura coincidiu com a descoberta da esperteza a partida do chefe de Polícia para o Prata, prestando-se funcionário licenciado por amor de averiguações a transtornar em diligência de serviço público a sua excursão recreativa. Deslinde-se a embrulhada.

Descobrir-se-á no fim que tudo não passou de uma variada *reprise* do velhíssimo *pede a Deus que o mate e a Satanás que o leve*.

Não a Deus, mas aos poderes públicos, deviam suplicar os nossos artistas, tão belamente unidos em *comité* de insurreição contra o descabro das belas artes no País, que tivessem pena da paisagem fluminense que os lenhadores do Distrito Federal ameaçam fazer desaparecer.

O generoso apelo publicado da Sociedade Central de Imigração que faz honra ao seu presidente, um dos mais sentidos amigos da natureza brasileira, não merece ficar sem eco.

Vão-se as árvores!

É pouco a devastação das queimadas de agosto, o triste mês nublado, quando a alma das árvores mortas eleva-se sombriamente ao triste céu roxo, cor de agonia.

Os demolidores da mata vencem a ferro tudo que o incêndio poupou.

“*Perchè mi scerpi? Gemiam as árvores de Dante, sangrando decepadas, non hai tu spirito di pietate alcuno?*”¹⁸

São estas as queixas da paisagem fluminense que o progresso da estatística comercial da lenha vai devastando.

Ainda não há muito, quando a cidade debatia-se nos horrores múltiplos da seca, seguiram para as florestas os expedicionários da sede. Eles saíam, os humanitários enviados do sofrimento, a pedir socorros as náiades¹⁹ da selva.

¹⁷ Na edição Coutinho está transcrito “A polícia brasileira está metida na história. A polícia pensa que eles são gatunos: eles são procuradores.”

¹⁸ Trecho em italiano da obra *A Divina Comédia*, canto XIII, de Dante Alighieri, em português “Por que me atormentas? Não tens espírito de piedade?”.
ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. São Paulo: Landmark, 2005.

¹⁹ Náiades: ninfas.

E tiveram de ir vê-las muito longe, porque à medida que lhes vão roubando a cúpula das frondes que as abriga elas vão fugindo, as esquivas selvagens, para onde ainda verdejem frondes²⁰.

Foram buscá-las. As náiades vieram das fecundas fontes distantes: vieram benévolas e generosas e ofereceram os píncaros refrigerantes e abeberaram²¹ a febre dos sedentos.

Falou-se então das árvores que se abatem, das linfas desabrigadas que o sol enxuga, do mal que vinha de se andarem tão longe as náiades do bom socorro.

A devastação continua. A cada golpe de machado que ressoa, mais longe elas se apartam. E hão de sucumbir, enfim, cansadas de fuga as belas aguadeiras, desde que não possam alcançar o bosque onde lhes seja dado ouvir à sombra a crepitação fresca das taiobas aljofaradas dos respingos da cascata.

O Rio de Janeiro terá para complicação do seu problema de saneamento a questão inexorável da sede.

Mas não se trata aqui de higiene. Os higienistas que por seu lado clamem. Mas os artistas que se empenhem pela paisagem.

Mata-se a paisagem fluminense. Os artistas que se empenhem; os pintores sobretudo paisagistas.

Os artistas serão provavelmente atendidos, no assunto, mais depressa que ninguém.

O governo não há de querer que se os prive dos mais fáceis e mais opulentos modelos do natural, para os seus cursos livres de floresta, depois do pouco que lhes tem concedido de esperança em relação ao lamentável hospital de Belas-Artes da rua Leopoldina.

A respeito de esperar, é bem curioso de ver qual será a solução da crise acadêmica da Paulicéia. Lentes e alunos, mais ou menos voluntariamente, criaram uma situação, ideal na verdade, de um regime permanente de sueto.

Outrora, quando S. Paulo era a cidade acadêmica tradicional, esta pausa de descanso dos enfadonhos afazeres do *Corpus juris* e das ordenações, seria de bom humor aproveitada para o jubileu das serenatas. A folga do ponto, que fazia outrora mais querido o sueto²¹, inspiraria os ternos²² delíquios de violão e flauta, sob a serenidade romântica do luar.

Descampariam aos magotes os cantores, através do frio cáustico do meio do ano para as várzeas do Tietê. Os menos platônicos levariam com maior intenção os *chorados* sedutores. Deslizariam por entre o mistério branco da garoa incipiente da noite para oferecerem um idílio musical às janelas trancadas dos seus amores. E deixa correr a vida...

²⁰ Frondres: folhagem de uma árvore ou planta.

²¹ Na edição de Coutinho: ofereceram os píncaros refrigerantes a febre dos sedentos.

²² Suetos: folga escolar. Na edição Coutinho está grafado “sueco” ao invés de sueto.

²³ Na edição de Coutinho está grafado “termos” ao invés de ternos.

Hoje não há disto. A mocidade licenciada pelo amuo da congregação, em vez de exultar com as inesperadas férias, concedidas em junho, arrepela-se contra o *far niente*²⁴ e pede com protestos ao governo que mande abrir as aulas.

Surpreendido por esta causa extraordinária e nova de estudantes pedindo estudo, o Ministério da Instrução Pública encontra-se assoberbado por justo embaraço.

Que pretendessem, em meio do ano, inventar um feriado, quando à Pauliceia foram de passeio os estudantes fluminenses, havendo assim uma espécie de 11 de agosto antecipado, o grande dia de gala acadêmica, era muito natural. Porém, depois de alcançadas, embora à força, as pretendidas férias, e mais uma bela reticência indefinida de sueto, que²⁵ os estudantes se mostrassem queixosos, é realmente de difícil compreensão.

Ao mesmo tempo embaraça a atitude dos lentes. Não admitiam o desejo dos seus alunos de interromperem por um dia os seus trabalhos.

Agora impõem eles surpreendentemente a exuberante oferta de um incrível feriado de prazo sem limite. Despique, despeito, azedume, capricho, brios de corporação a bel prazer interpretados, vê-se que de tudo isso amassado é que se faz a situação.

Como resolvê-la sem que se tenha de cortar a meio o menino de Salomão?

Nada mais razoável do que a demora em desatar-se a crise. E nada mais razoável do que a expectativa de curiosidade com que ansiamos por um desenlace sábio de hipótese.

Saída difícil de augurar não é, com certeza, a do caso do *Buenos-Aires*, cujo naufrágio²⁶ concorreu para ainda mais dramatizar uma tão animada semana.

Os naufragados que pretendem levar o negócio a juízo, por perdas e danos, vão simplesmente acrescentar às ditas perdas e danos a perda do seu precioso tempo e o dano da sua desejável tranquilidade de naufragados, depois da fatigante aventura em que figuraram.

O comandante, que se responsabiliza pela intenção fantástica que teve de rachar em dois, meio a meio, ilha Rasa, está defendido por um grande argumento inconfessável da contingência humana, inconfessável geralmente, mas que, uma vez confessado leva de vencida quantas encrespações se tenham insurgido contra quem o conta por si. Já pertence à história um memorável incidente político dos últimos dias da monarquia, incidente que se liquidou por mera força de um argumento antrope fisiológico de cóis de calças.

²⁴ *Far niente*: do italiano “fazer nada”.

²⁵ No jornal está grafado “suetto, os estudantes”. Optou-se pela uso da conjunção “que”.

²⁶ O naufrágio da embarcação argentina surge nas páginas da *Revista Ilustrada* através de uma ilustração, seguida de um comentário: “[...] ir um navio em noite calma, de encontro à Ilha Rasa, onde existe um poderoso farol, é fato claramente obscuro. Mal comparado, até parece o caso da mariposa que se precipita na luz, para morrer...”
NAUFRÁGIO ARGENTINO. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 jul. 1890.

O comandante do *Buenos-Aires* tem, pois, na responsabilidade do seu extravagante naufrágio esta valiosíssima defesa.

Diante de uma obscura e envergonhada portinha de certo beliche comum a todos os passageiros, hão de estacar todos os argumentos da advocacia indignada.

Não se tem outra coisa a fazer senão meditar sinistramente de que depende a nossa pobre segurança, de vermes da terra em geral, na superfície do planeta, sobre o qual nos achatam, de vez em quando, os passos indiferentes da fatalidade, e a nossa segurança em particular de passageiros de um paquete.

Uma impertinência de chucrute viajado, um momento mais, um momento menos de rapidez e de violência no processo gástrico de um comandante, e está o pobre passageiro condenado a ver perpetuamente os peixes pelo lado da barriga. No caso de *Buenos-Aires*, por felicidade não houve quem se visse forçado a tentar a experiência de tão desagradável espetáculo. O risco não foi menos por isso. À vista, contudo, de semelhante perigo, não seria mau que entre as cláusulas da futura organização (até quando futura?) do serviço de socorro às vítimas dos sinistros do mar, fosse incluída a necessidade de uma providente, cuidadosa e lubrificante distribuição de pílulas reguladoras americanas aos Srs. Comandantes indigestos.

Recomeçou, no último domingo, a *série* dos utilíssimos concertos populares de Carlos de Mesquita²⁷, interrompida por circunstâncias de péssimo resultado para a educação artística do povo. Ao jovem maestro deram-se os parabéns, pela vitória que alcançou sobre quaisquer resistências que o impediam de levar em fácil caminho a direção dos seus esforços.

Graças ao delicado critério com que o ilustre professor do Instituto de Música escolhe os programas das suas seções artísticas, preferindo trechos que sem discrepar da mestria da sua composição, possuem elementos de agrado capazes de seduzir os próprios oposicionistas sistemáticos da elevada música, os Concertos populares haviam pouco a pouco conquistado a simpatia pública. Concorriam já *dilettanti*²⁸ à serena audição do seu gracioso e sempre desenvolvido repertório, com uma boa vontade, que, em tempo, foi privilégio da ópera lírica, adequada às ostentações mundanas, e do rebate brejeiro da música dos *cancans*. Seria lamentável que o hábito, primeira condição da educação do gosto, que assim se ia estabelecendo para uma parte considerável da população, de apreciar o prazer da celeste música, tivesse de perder-se, como sucederia com a cessação dos concertos populares.

Y.

²⁷ Carlos de Mesquita: professor de Harmonia, contraponto e fuga, no Instituto Nacional de Música e fundador dos Concertos Populares.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 jan. 1890.

²⁸ *Dilettanti*: Do italiano, significa amador.

Jornal do Comércio, 3 de agosto de 1890 (Edição 214)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Exatamente no dia em que do Sul nos chegaram por intermédio de um entusiástico serviço telegráfico da imprensa, as primeiras dolorosíssimas notícias da luta fratricida dos nossos vizinhos do Prata, uma festa de generosa paz e filantropia acolhia em grande recepção de sorrisos e flores o honrado chefe da nação brasileira.

Nas salas ornamentadas da vivenda pitoresca que se inaugurava para as recolhidas do amparo público, contemplando a alegria efusiva das crianças, confundidas em um turbilhão cintilante de fitas e de vestes brancas, como se toda a ventura de um dia da alma melancólica das pobrezinhas se quisesse evidenciar em um belo aspecto movimentado de claridade e de cores; no alto prédio da montanha, ruidoso do sedutor tumulto do primeiro dia da caridosa destinação que o consagrava; no meio da multidão, congregada ali por um motivo de júbilo entre familiar e solene, e que ali rejubilava com efeito, confiando-se de todo o coração ao delírio cantante das músicas e à ebriedade do sangue inflamada pela fulguração elétrica de uma manhã sem exemplo, mais iluminada que aquecida pelo mais benigno sol de floresta – não era bem o motivo de caridade do espetáculo presente a preocupação do espírito do ilustre homem de estado.

A descrição telegráfica da revolução argentina²⁹, marcando claramente os pontos principais da topografia do terror, devia ser o seu pensamento, em contraste com a bonança feliz de tudo que o cercava naquele momento.

E o Generalíssimo meditaria a máxima das revoluções e a gravidade sagrada do direito de revolução.

Os telegramas do rio do Prata ofereciam-lhe o quadro de uma jornada que estivera a ponto de se desenvolver sob o mando da sua espada. Um quadro de horror. A vida de uma grande capital repentinamente sustada por uma catalepsia de pânico. Nas ruas, dantes povoadas pelas ufanadas da paz, transitava apenas o furor sangrento da bravura. Os edifícios, decorados pela arquitetura frágil do seu destino pacífico, viram-se inesperadamente traídos no seu aprumo inerme pelos obuses devastadores da guerra. Em um momento aniquilou-se toda espécie de demonstração da existência civil, assaltada pelo regime da violência, comercio, indústria, divertimentos, mil negócios, transformando-se o próprio cenário inconsciente, substituído pelo campo de noção das armas. Lá mesmo onde tanta gente mesquinamente

²⁹A Revolução em curso na Argentina foi destaque na *Revista Ilustrada*, edição de 31 de julho de 1890. ARGENTINA. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 jul. 1890.

patenteava os passos difíceis, aventureiros, doloridos da intenção de nutrir e prolongar a sua árdua existência, auxiliada ainda assim por todas as defesas da ordem social feitas dos cuidados de previdência pública, das garantias do estado, do equilíbrio mútuo da filantropia, da sabedoria política e econômica dos estadistas, da guarda da polícia administrativa e da vigilância internacional do exército, no mesmo teatro dos complicados esforços arquejantes das lutas da paz organizada, viram-se por centenas rolar no pó os castelos tão custosamente tenteados dessas existências. Os elementos fortes do poder público, que faziam da sua ameaça permanente um círculo de confiança para o cidadão, naturalmente indefeso, em qualquer classe ou posição, dado o caso do conflito da sua unidade isolada de indivíduo, com a força da coletividade, conspiraram-se contra o cidadão, e, revogadas as leis do sistema normal da sociedade, começou a reinar o morticínio...

A quem assiste assim o direito de marcar o ensejo de uma desordem? Quem é o predestinado da sorte a quem incumbe o poder de dar a palavra à pólvora para um debate político, de assinalar o momento em que a opinião de cada um se tem de afirmar diante de uma espingarda e cada um tem o direito de punir com a morte aquele que comete o crime de ser seu contrário? Quais as condições sociais que podem, aquele que reconhece em suas mãos a soma de recursos necessários para a grande revulsão, autorizá-lo a tentá-la?

Estas interrogações, de difícil resposta como todas aquelas em que está envolvido o sacrifício da criatura humana, como todas aquelas que se formula a razão, quando, sem poder absorver-se pela selvageria de um desvario, em que o homem deixa de ser homem e passa a ser um elemento comum de destruição igual à peste e igual ao raio, pretende achar argumento para reunir a responsabilidade trágica de uma violência; estas assustadores interrogações, que tantas vezes assombrados se hão de ter dirigido os iniciadores de revoluções malogradas, deviam ocorrer gravemente ao fundador da República.

Ele felizmente, recordando-se do seu grande dia, podia calmo enfrentar, dentro da própria consciência, a investida perturbadora desses problemas. Iluminado pela inspiração misteriosa do heroísmo, decidiu-se uma vez a promover o formidável abalo. Não lhe ficaram sombras na alma; senão o orgulho venturoso do seu incalculável êxito e a crença animadora da cumplicidade da Providência.

Em compensação do desgosto que naturalmente lhe causaram as desventuras do povo vizinho, imenso repouso de consciência devia existir-lhe no ânimo. E pela regra de que tanto mais felicidade desejamos aos outros quando mais felizes nós somos, nunca uma benção paternal valeu a filhos melhores agouros de felicidade do que o olhar comovido do venerado chefe do governo naquele dia sobre a festa das desvalidas.

Com a inauguração no domingo, do seu prédio da rua de S. Clemente, têm as asiladas da Santa Casa da Misericórdia um conveniente abrigo, confortável em dimensões e condições de higiene.

Os esforços do respeitável Sr. Visconde do Cruzeiro foram assim coroados, como merecia a perseverança com que quis deixar de si memória, nos anais da grande instituição de caridade, suscitando a corrente de generosidade popular a que se deve o resultado admirável da sua iniciativa.

Quem dera que as tão faladas creches, que se hão instituir para a infância necessitada, houvessem encontrado um propugnador disposto como o digno provedor da Santa Casa.

Em maio estiveram em moda. Projetaram-se então mil expedientes com que se devia estimular a filantropia, ainda além do que a mesma filantropia desse por si, o que não devia ser pouco.

Haveria espectadores de beneficência, concertos, quermesses, provavelmente, bandos precatórios.

Deu-se mesmo começo à coleta das esmolos para o caridoso fim. Projetou-se uma famosa bombacha da dramática no teatro lírico, em que cada varão ilustre da nomeada fluminense exibira à rampa a caricatura ou a elegância do próprio físico.

Um grupo de escritores e poetas tomou a si o encargo entusiástico de mover até a mais contrita sístole os corações da beneficência popular por meio de conferências eficazes de ardor e eloquência.

E quem ousaria hoje afirmar que foi tudo isso uma realidade; que tão brilhantemente fulgurou um dia a concepção de uma ideia humanitária, que tão facilmente uma tal ideia teve por si o alarido triunfal do aplauso público, hoje, que dessa ideia nem mesmo parece existir lembranças, quando mais dos belos projetos que em desenvolvimento dela foram a preocupação geral das almas boas e dos corações entusiastas?

Entretanto, não se podem esquecer de si mesmas as criancinhas miseráveis, os filhos inúmeros do amor sem mãe, do amor miséria, ou do amor remorso, criação espantosa da vergonha pública ou da penúria, cujo desamparo sobre eles descarrega a punição da culpa de que nasceram, ou uma agravação sem nome do peso da miséria em meio da qual viram a luz. A estes não pode valer a anestesia de esquecimento. E enquanto a filantropia distraída esquece-se de que pretendia ir-lhes em socorro, elas, as pobrezinhas, lembram-se lucidamente de que sofrem, com toda a consciência inédita dos gemidos e prantos.

Gemidos e prantos trazem à mente o nome da gloriosa consoladora, cujo aniversário foi esta semana.

Não se fizeram festas de comemoração, como outrora se faziam, porque quis a fatalidade dos acontecimentos que se compromettesse a tranquilidade pessoal de uma santa senhora no desastre de uma bandeira política. Mas o dia 29 de julho, antigamente de gala oficial, por ser aniversário da Princesa Imperial D. Isabel, foi recordado em grata emoção por todos aqueles que compreendem que a melhor garantia moral³⁰ do presente é não recusar a devida justiça ao passado.

Na história da evolução democrática do Brasil, o nome da Princesa Isabel enche uma das mais claras páginas. A energia varonil com que a ex-soberana depois de inúmeras afirmações pessoais, mais ou menos diretas e sempre revolucionariamente contra a constituição, do seu modo de pensar em relação ao elemento servil, abalçou a subscrever, desafiando todas as ameaças, a abolição do triste regime, gravou fundo o perfil de seu caráter no bronze da imortalidade.

Chegou a termo o caso do professor Justino de Andrade³¹. A mau termo, como pensa uma porção de colegas do referido mestre. A incomparável termo, como pensa o júbilo que atualmente campeia sob as arcadas do velho convento de São Francisco.

A verdade é que a solução do caso foi uma completa surpresa para as tradições administrativas do Brasil. A praxe era diversa outrora nas crises da natureza dessa: ponderava-se a hierarquia de cada uma delas entre as partes reclamadas de um caso de conflito. Invariavelmente a razão era dada ao reclamante de categoria superior. As razões de justiça não davam muito que pensar. Era salvar a disciplina, pensava-se nesse tempo.

O belo ofício do Ministério da Instrução Pública ao Diretor da Academia de São Paulo, peça nobilíssima, em que se não sabe que mais admirar, se o belo fundo de bondade que brilha através das suas expressões, se a inflexibilidade ou julgamento exarado, representa uma extraordinária revolta contra essa velha teoria de disciplina.

A disciplina é um grande princípio: mas é preciso que ela signifique um contrato bilateral de respeito apoiado na mais rigorosa justiça. A disciplina que se impõe sem argumento, pela simples violência autoritária, não é mais do que uma premissa de revolução, como verificaram os próprios lentes de São Paulo, quando tiveram de trancar as portas da Academia.

³⁰ Na edição de Coutinho ausente a palavra “moral”.

³¹ Dr. Francisco Justino Gonçalves de Andrade, professor e conselheiro da Faculdade de Direito de São Paulo, jubilado por Benjamim Constant em 1890. DORIA, Sampaio. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Tip. Siqueira, 1928. V. XXIV. p. 66.

Pena é que a colisão resolvida por esse ofício fosse exatamente ferir um mestre da mocidade, que é o exemplo da austeridade, da honradez impertérrita, além de ser um dos mais robustos e esclarecidos espíritos da corporação docente da escola paulista.

As altas qualidades do mestre, todavia apesar do qual o Sr. Ministro da Instrução Pública deu razão aos estudantes de Direito, em vez de prejudicar a sabedoria dessa resolução, redundava, muito ao contrário, um benefício do seu valor moral.

Se se tratasse de um insignificante decorador de postilas, de uma beca anônima que se quisesse sacudir para fora com um trapo incômodo, de pequena utilidade para a boa aparência de um estrado catedrático, muito mais fácil seria a obra de justiça, do que tratando-se, como foi a hipótese, de uma sumidade em defesa de quem, talvez por ameaça ao governo, formavam parede³² todos os seus colegas.

Uma ordem da polícia foi publicada tendente a obrigar a maior parte dos vendedores de bilhetes de loteria se recolherem a recato.

Esta providência não é uma novidade. Logo nos primeiros dias da República, o governo tratou de moderar o escândalo do comércio dos papeluchos maravilhosos, que obstruía o trânsito público, na capital, com a multidão dos seus vendedores e que atordoavam a humanidade com o clamor dos seus anúncios.

Apesar dos esforços feitos então, a praga do papel-fortuna, sem exclusão de importância ou de providência, não desapareceu da cidade. Pensou-se em facultar simplesmente a venda livre dos bilhetes da capital, contando que o menor número dos bilhetes diminuísse o número dos vendedores, e assim o mau efeito, para a reputação de um povo laborioso, de espetáculo de tão evidente prosperidade de um negócio sobre base de indolência esperançada e papalva³³. Nada se conseguiu. O negócio dos bilhetes escarneceu da vontade do governo e continuou da mesma maneira audazmente, com a confiança de quem joga com a ingenuidade e com a preguiça alheia.

Impacientando-se com o abuso, sai a campo a polícia.

E de crer que a polícia, que trata de mais perto as impertinências da praça pública, poderá conseguir, com a atividade esperta dos seus agentes, o que não conseguiu o governo com recomendação do seu prestígio.

Se conseguiu, não é sem oportunidade. E que diacho! Não se trata de destripar a natureza humana e arrancar-lhe o coração curioso de fortuna e sequioso de tentar o destino; não se pretende suprimir o jogo funesto dos bilhetes, não se espera mesmo atenuar-lhe as

³² Na edição de Coutinho está grafado “parece”, ao invés de parede, que é sinônimo de greve.

³³ Na edição de Coutinho está grafado “palpada”, ao invés de papalva, que significa tola, ingênua.

proporções... Quem quiser que jogue! Precisa-se simplesmente, a bem das aparências civilizadas da capital, que os Srs. Banqueiros dessas roletas de giro legal e periódico façam rodar a máquina sem tanto rumor.

Y.

Jornal do Comércio, 10 de agosto de 1890 (Edição 222)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Quem dera aos cronistas muitas semanas como a que acaba de passar!

Tantas outras correm, ermas, insignificantes, que mal deixam de si lembrança para um bocejo.

A última semana foi a porfia dos assuntos ardentes, desde a ruidosa aclamação pública de um grande aniversário, até ao episódio individualíssimo de um drama de amor, tão simples na sua abundância de generosidade, quanto admirável pela significação do raro sentimento de que deu exemplo.

No dia 5 foi a festa nacional do aniversário do glorioso Chefe da Nação Brasileira³⁴.

O venerado militar, como se viu em dia terrível acompanhado pela dedicação de inúmeros companheiros de armas, teve mais uma vez ensejo de constatar que o acompanha a unanimidade da simpatia pública.

Depois da adesão febril dos entusiasmos, adere à revolução a confiada alegria da paz.

Desde a madrugada do novo dia de gala moveu-se a cidade toda em desusado estremecimento de festa. O dia inteiro foi de músicas e ruidosas desfiladas de préstitos em marchas para a rua Larga, de vibrantes saudações e de salvas. Mas a melhor impressão, para aquele a quem se referiam essas demonstrações, devia ter sido a do baile do Palacete do Itamarati, a mais característica.

O baile do Cassino, a última homenagem aos marinheiros chilenos, já no regime republicano, não foi assim.

Foi antes uma solenidade diplomática, forçada pelo anúncio que dela se fizera. Prejudicou-lhe o franco prazer a recordação muito recente da partida do velho Imperador destronado, cuja sorte de vencido não admitiam todos com a mesma facilidade de ânimo.

³⁴ Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente brasileiro, liderou o golpe militar em prol da República em 1889.

Para a recepção de gala de 5 de agosto, a alegria penetrou resoluta nos paços da nova ordem, a grande alegria pública, que é a consolidação das situações sociais.

O Palácio Itamarati abriu-lhe as portas de par em par e a alegria veio, sem política, sem opinião, animada só do seu grande instinto de segurança e tranquilidade, replicando a alguns raciocinadores sorumbáticos que a interpelavam em caminho, pobres vítimas de frases: “Lá vou, porque o Estado é apenas a ordem e a política é só o equilíbrio da ordem, e, quando a ordem é fixa e quando a política é forte, eu Alegria, a grande conservadora, eu Júbilo, a confiança que exulta, a vida geral que prospera, apareço sempre, sem inquirir da senha da reunião. Sede vós vermelho, sangue de poviléu³⁵, sede vós azul, sangue de fidalgos; eu sou da cor da paz, branco, a cor média do bom senso eclético”.

E com a alegria entraram as músicas... Qual será a política da solfa³⁶? Existem uns hinos com pretensão a símbolo: mas a política não está neles, está no partido que simbolizam. Eles são simplesmente o expresso entusiasmo, uma força avulsa, a linguagem universal do triunfo no bem-estar, indiferentes às restrições de grupos sociais, vastamente humanos, naturais apenas, como o vento, que pode levar favoravelmente as naves de uma frota, mas pouco se lhe daria de soprar com o mesmo ímpeto os panos da frota inimiga. E entraram as danças...

Qual será a política da valsa? Que pensará da república o *cotillon*³⁷? Será legitimista este imigrado francês?... Ninguém se engane: o *cotillon* é simplesmente alegre, quer dizer, poderoso, próspero e rico.

Era essa a grande atmosfera de sensatez o principal turbilhão da alegria, na brilhantíssima festa do palácio Itamarati. E, em última análise, justamente o que era preciso que fosse: pois não se fez para as saudades o dia presente e aí está a história, lápide sobre as velhas cinzas, à qual compete a missão enternecida de epitáfio.

Depois da festa do patriotismo, tivemos a festa das artes, a festa do grande Novelli, no teatro lírico.

Festa das artes bem se pode dizer. Para quem quiser atender ao que são verdadeiramente as artes, modos vários de representação do sentimento, a arte dramática é a primeira, e o artista dramático o mais elevado de todos os intérpretes artísticos.

A superioridade da arte dramática está em que é a mais simples de todas, mais simples, isto é, mais imediatamente *natural*.

³⁵ Poviléu: refere-se à classe mais baixa de uma sociedade.

³⁶ Solfa: música; canto.

³⁷ *Cotillon*: dança popular na Europa e na América do Norte durante o século XVIII.

As interpretações sentidas da natureza dependem geralmente de processos intermediários, cores, linhas do mármore, instrumentos musicais, que distanciam o sentimento inicial da expressão, que impossibilitam quase a exibição flagrante desse sentimento.

A arte dramática é puramente a tradução comunicativa, sugestiva do sentimento pela linguagem e pela gesticulação. É a própria vida, como se vê. O grande artista dramático não nos apresenta realmente o personagem do seu papel: oferece-se a si mesmo em espetáculo, como um acrobata, espetáculo de acrobacia moral. Quando a situação do drama é simples, o acrobata das paixões aparece somente para demonstrar elegância e graça em conduzi-la, como um corcel de alta escola; quando a situação é difícil e o conflito trágico reclama a envergadura excepcional do artista culminante, o acrobata espiritual ostenta a agilidade de funâmbulo na mímica desembaraçada do semblante e da postura, o fôlego robusto da dicção, o vigor nervoso das crises simuladas do sentimento, como a energia do músculo do atleta.

A cena não é como um painel que vemos, mera ilusão de superfície pintada; não é o gesto petrificado de uma estátua, reproduções grosseiramente concretas e incompletas, o painel é a estátua da vida e do sentimento; não é a graça indefinível da harmonia como exprimem a arquitetura e a música, excitantes de sentimentos e excessivamente abstratos e fugitivos. É o entusiasmo artístico em pessoa, que se nos apresenta; é a criatura humana em carne e osso; é o próprio sentimento humano em alma e coração, em coração e linguagem.

O que é a vida de todos os dias? Sentir, agitar-se, comunicar pela palavra. O drama é exatamente isto. Sentimento, gesto e linguagem. Sentimento e gesto, para simplificar, porque a linguagem bem analisada, não é mais do que um gesto sonoro. Sentimento, portanto, e mímica: é isto unicamente a arte dramática. E, com estes dois elementos, o artista dramático resolve-nos a alma, surpreende-nos, deslumbra-nos, atordoa-nos e nos encanta como uma sublime visão da pintura, como uma aparição de bronze, como a magia elevadora de um minueto, como uma soberba avançada de efeitos orquestrais

Toda a flor dos artistas e *dilettanti* do Rio de Janeiro podiam considerar como sua a grande noite das despedidas do Ermete Novelli³⁸, noite iluminada pelo gênio de um prodigioso criador de almas, da qual, além da lembrança impressionada das revelações sempre novas da pujança do trágico, como traziam de todas as récitas anteriores, trouxeram mais, infelizmente, o desgosto de prévia saudade da preciosa estação artística que se concluía.

A imprensa colaborou em boa parte dos entusiasmos da semana.

Representaram-na para o efeito os nossos colegas do *Diário do Comércio*, por ocasião de inaugurar-se o material reformado das suas oficinas.

³⁸ Ermete Novelli: ator e dramaturgo italiano.

Estrearam Marinoni, em sinal da prosperidade da sua empresa, e, em sinal de prazer, transformaram no dia da estreia o seu escritório em salas de dança e de banquete.

Foi uma bela festa; mas não é porque foi uma bela festa a dos ilustrados colegas, que mais brilhantemente ela figura entre as lembranças da semana.

A risonha comemoração jornalística foi também uma generosa festa.

Côncios de que a verdadeira abundância é a que deixa sobra, e para que se provasse a sinceridade efusiva do seu regozijo, resolveram reparti-lo com os necessitados por uma sobra de caridade.

Ocorreram-lhes as *creches*, que a tanta gente muito animada há dois meses já não ocorrem.

Para a fundação dos projetados asilos de proteção à infância, os dignos jornalistas deliberaram concorrer com o produto da venda da sua folha no dia do primeiro serviço da nova máquina.

E felizes foram, que, logo em os primeiros exemplares da tiragem, disputados em caloroso leilão que se improvisou em meio da festa, elevaram-se a um preço tão alto que antes mesmo de apurada a última cifra da espórtula com que pretende contribuir o *Diário do Comércio* para os asilos, já pode ser cumprimentado pela importância dela.

Nem o que houve de triste, por estes sete dias, foi banalidade, quando em geral a tristeza é coisa tão banal.

Acresce que o caso triste foi um caso de suicídio, esta monstruosa extravagância de uns absurdos sujeitos que pensam, na maioria, que desfeiteiam a sociedade jogando-lhe à cara o próprio cadáver.

O suicídio desta semana não foi um desses estúpidos escândalos de vaidade em desespero. Nem foi da espécie do desses Werthers³⁹ de fancaria, que se matam metade com audácia, metade com inconsciência, talvez porque viram em um romance ordinário que um bonito namorado, não podendo ouvir mais os segredinhos da sua querida tomou a resolução de ouvir exageradamente de perto o estampido de um tiro. Foi um nobre suicídio de amor materno.

Na *Sonata de Kleutzer*, a perturbante monografia do veterano Tolstói, há pouco publicada, em que se figura a infelicidade dos matrimônios pelo mal da aproximação física dos esposos e se recomenda como uma solução de moralidade tranquilizadora o simples consórcio platônico dos corações, perca o que perder com isso a perpetuidade da espécie, vem

³⁹ Werthers: alusão à obra *Os sofrimentos do jovem Werther* (1774), escrita por Goethe.

a afirmação de que o amor materno tem atualmente o defeito de ser mais animal do que humano, mais instrutivo que psicológico. Sem que, todavia, seja comum; conforme entre os brutos se nota, a dedicação das mães até a morte em defesa da prole.

Nada mais verdadeiro, tirem-se dali as conclusões de quantos paradoxos foram sonhados; nada mais verdadeiro à vista da excessiva sensibilidade, da egoística e desumana sensibilidade de muitas mães que não podem ver sofrer o filho, sem que muito desagradável lhes seja, entretanto, padecer ele fora de suas vistas.

As exceções dessa regra de abatimento moral são, porém, tão profundamente admiráveis, que por elas o coração feminino pode salvar-se das maldições de um moralista, sem carecer de favor igual ao que oferecia por uma escolha mínima de seis justos o Destruidor de Pentápolis.⁴⁰

Na conta dessas exceções tem-se de incluir o amor da pobre suicida, cuja morte tanto comoveu-nos há alguns dias.

Uma bela jovem de alma impetuosa educada para afeição na escola da miséria, onde se aprende que a simpatia é a única ventura dos desamparados da sorte, apenas desviada mais ou menos regularmente do caminho de necessidades que trilhava, adotara desde muito, para o seu afeto de mãe sem filhos, o filho de uma vizinha. Indisposições que sobrevieram entre ela e a mãe da criança deram lugar a que, com o fito de magoar-lhe, retirassem o filho adotado.

Mas já a planta de ternura que lhe haviam deixado radicar no peito crescera de exuberante viço e, quando lhe arrancaram cruelmente, foram-se as raízes sangrando⁴¹. A pobre moça, a pobre mãe, a verdade, que a outra o era apenas de fato, mãe de puro amor, privada do filho do seu coração, mais amado, quem sabe, do que se o fora das suas entranhas não pôde resistir à dolorosa separação.

Revestida de sombria calma, chorando o menos possível, de medo que lhe fosse obstáculo a indiscrição das lágrimas, a infeliz planejou em algumas horas a terminação da sua angústia; e, logo que se achou em segurança contra todo socorro, uniu ao peito um sapatinho, algumas roupas do filho querido, que pareciam comunicar-lhe ainda o calor do pequenino corpo que não mais abraçaria, galgou uma cadeira, deixou-se pender do nó corredio de um barão. Eis um fim quase consolador.

⁴⁰ Pentápolis: segundo relato bíblico do Antigo Testamento, cinco cidades, Sodoma, Gomorra, Adama, Segor e Seboim, localizadas ao norte do Mar Morto, foram destruídas pelo fogo e enxofre, devido à depravação moral. Pompeia também cita Pentápolis na obra *O Ateneu* “Não posso atear toda a retórica de chamadas que ali correu sobre Pentápolis. Fica uma amostra do enxofre.”

BÍBLIA, Português. *A Bíblia Sagrada*: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 1, 3 maio 1888.

⁴¹ Na edição de Coutinho está grafado: “Mas já a planta de ternura que lhe arrancaram cruelmente, foram-se as raízes sangrando.”

Para nós, de ânimo frio e coração dormente, que arrefecemos qualquer ardor nascente de proveniência sentimental com a destruidora crítica da reflexão a que vivemos vida de extensão, cotando dia a dia os nossos lentos azares de boa ou má fortuna, uma conclusão desta imposta à infelicidade parece antes consumá-la que lhe dar remédio.

Mas a pobre jovem vivia diversamente a vida de intensidade; e o cálice dos gozos e amarguras, que higienicamente nós provamos gole a gole, para que a existência seja longa, ela sabia apenas sorvê-los de um trago, com a violência do seu temperamento.

O êxtase do amor materno, exacerbado pelo desgosto da esterilidade que sofria, era o estado normal do seu sentimento.

Privada do objetivo do seu afeto e da sua existência, o pundonor do seu coração, ela não tinha mais que fazer no mundo. Ausentou-se então, quase venturosa, consolada pela própria febre do seu desespero, insensibilizada pela ebriedade do arrebatamento, mil vezes mais feliz de que o mísero que acaba, ávido de viver mais, argumentando com a morte a contrariedade que lhe causa morrer, desesperadamente desejoso de continuar a ver primaveras, invernos mornos, que são tão interessantes.

Y.

Jornal do Comércio, 17 de agosto de 1890 (Edição 229)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Ainda os distúrbios; deram ainda que falar os distúrbios suscitados entre praças⁴² do exército e praças do corpo policial.

Os distúrbios vêm de longe, insignificantes, mas numerosos e impertinentes, espécie de moléstia social que se poderia dizer uma erupção cutânea, sem gravidade porque superficial de natureza, mas irritante e desagradável, anunciando além disso uma imperfeição íntima de saúde que, como qualquer outra, tende naturalmente a se agravar exacerbada pela própria continuidade.

Até agora a imprensa reservada na veneração que tributa ao Chefe de Governo Provisório, não tem feito carga a respeito, muito convencida de que, antes da sua vigilância, está naturalmente e mais eficazmente postada a do ilustre militar que tão bem soube com a energia metálica do seu pulso tentar o carro da revolução, que sabe a responsabilidade de que se revestiu, e que preza orgulhosamente a tradição das suas dragonas de disciplinados.

⁴² Na edição de Coutinho está grafado “peças” ao invés de praças., que, neste contexto, significa soldado.

Até agora permanece a esperança de que serão tolhidos os abusos e a tranquilidade será ditada soberanamente e realizada, com a mesma firmeza dos mais perigosos dias da revolução. De tal maneira, porém, os fatos se oferecem, tão apaixonados, tão clamorosos de estardalhaço, que já se não pode fazer a crônica sem computá-los. Os reflexos desordeiros estão a cada passo fixando a sequeira proposital dos cronistas de modo que é força notá-los, esses verdadeiros espinhos das rosas da prosperidade atual.

É muito curioso.

Há por aí uma soma de meses, um barril de pólvora estourou à base das instituições que reinavam.

Estourou é simples modo de dizer. A explosão não se fez explosivamente. Foi como se um inaudito abafador de bronze emborcasse logo o cataclisma de uma bomba. A precipitação da coluna aérea não teve tempo de se produzir: ninguém ouviu o estampido. Os estilhaços da ruína, colhidos sob o enorme peso, no ponto de partida da sua dispersão, contiveram-se absolutamente, inertes e inofensivos. O relâmpago da combustão ninguém o viu, esmagado como o estampido e como os estilhaços, em um repouso consternado de treva opressa. Quando pouco depois soergueu-se o abafador ciclópico, na terra de onde pouco antes encastelavam-se os baluartes de um regime altivo e sólido, na terra onde se rastilhara a pólvora indomável da revolta, havia apenas um pouco de fumo frio, escórias negras e cinzas.

E de toda a convulsão desse aniquilamento, nem leve choque de um tremor, nem o eco de um distante fracasso se denunciara!

Isto foi a revolução.

Ora, acontece que depois de ela feita, feita e dominada, dominada pelos próprios que a fizeram, dominada de tal modo que fazê-la e dominá-la foi tudo gesto de um só ato – a pólvora milagrosa que nela ardeu, não como a sarça bíblica sem se consumir, mas sem dar explosão, põe-se incomodamente a fazer-nos espetáculo de infinitas conflagrações mínimas, por partículas esparsas, como uma perseguição implicate de fogos fátuos que queimassem, ou de pirilampos incendiários.

É opressivamente contraditório.

Sabe-se que o exército nacional não tem parte com semelhantes perturbações da ordem, como nenhuma corporação moralizada tem parte com as irregularidades censuráveis dos seus irregulares.

Mas como há de ser? A farda aparece. O olhar não distingue por fora. E fica-se a conjecturar em um grande embaraço de cogitação:

– Ora, senhores, porque não nos hão de dar naturalmente a paz incruenta aqueles mesmos que prodigiosamente nos ofereceram uma revolução sem sangue?

Tanto mais que os próprios bandidos estão em sossego.

Os capoeiras, comunistas do direito sagrado de cada um sobre as próprias tripas intactas, estão a fazer como outrora os da França a sua estação caledoniana, lá para Fernando de Noronha.

Os gatunos eclipsaram-se. Os que aparecem, desdenhando as falcatruas chilras do outro tempo, aplicam-se a bravuras de rapinagem que reflorem de jeito a monotonia das ocorrências diversas. É um que, invejoso do sucesso dos músicos prestímanos de quem se fingia secretário e tesoureiro, logra rir deles logrando-os efetivamente, com um passo de ligeireza manual que os priva da bolada de uma fêria inteira de espetáculo. É outro que consegue atravessar portas e soalhos e paredes inatacáveis de cofres, só para fazer pasmar a população e levar, de quebra, um lucrozinho de trinta contos, nada indigno da superioridade do seu engenho. São outros que se afadigam pelas noitadas ásperas, só para completar o horror teatral de certos sítios de subúrbios, como a volta da Itapuca, onde o viandante em solidão absoluta encontra-se emparedado entre a montanha a pique, de carrancudos perfis de penhasco, e o pavor fragoroso do oceano: como o cais da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde o ermo se complica de toda a escuridão que derrama a muralha altíssima do Corcovado e da imobilidade calada do mar morto em frente. E estes mesmos delitos a que aludimos não passam de medida: ocorrem o suficiente para criar a variedade e o razoável para não criar o alarme. Bem se podia viver em paz se não fossem eles, os distúrbios, os sempre disturbiozinhos de praças do exército e praças de polícia.

Depois, não carecemos de culpas reprováveis para ter a agitação popular no Rio de Janeiro. Aí estão as *grèves*. Supunha-se que era privilégio das populações operárias da velha Europa. As *grèves* foram pouco a pouco emigrando para o nosso continente: aclimataram-se nos Estados Unidos do Norte; desceram depois pela carta geográfica e invadiram o Chile. Agora estão na capital fluminense.

É a justiça, contudo, reconhecer que as nossas *grèves*, no seu caráter de *grèves* de um povo feliz, são calmas e moderadas, quase circunspectas; o que, longe de enfraquecê-las, deve ao contrário prestigiá-las diante daqueles contra quem elas representam.

Em atenção a essa mesma brandura dos que reclamam, devem os patrões cuidar e atendê-los da melhor vontade.

A indústria mal começa a existir entre nós, a opinião operária, por assim dizer, começa apenas a constituir-se. Mas com o natural progresso ela há de ter voto enérgico, aqui como em toda parte, e é bom que aqueles de quem o acordo mais depende para estabelecer-se entre o capital e o trabalho, vão desde já implantando, entre os seus subordinados, pela equidade das concessões, os hábitos de harmonia e mútuo bom humor indispensáveis à vida econômica da produção. E para que regatear em um dia o que no dia seguinte se vai conceder? O meio tempo não passa de um prazo inútil de azedume.

Dir-se-á que, enquanto a impaciência dos grevistas vai e vem, folgam alguns lucros. Mas a indústria não é com certeza uma coisa efêmera, que se adstrinja as vantagens de um momento.

E resistir é unicamente adiar, isto mesmo quando a resistência é profícua; e adiar é instituir a reclamação perpétua em regime; é arvorar em mal crônico uma crise passageira. Acrescentando a consciência de que a resistência fatalmente sucumbirá por fim, o que a faz insensata sobre malévola.

Reparem bem no que é a *grève*. A *grève* é a transformação moderna da guerra.

É mais do que a transformação: é a própria guerra invertida. A guerra é um movimento de agressão; a *grève* é imobilidade agressiva. A *grève* dispõe da mais poderosa das forças da natureza, a celebrada força da inércia. Pela guerra o soldado vence o inimigo; pela *grève* faria coisa mais difícil: venceria o comandante. Se a guerra e a *grève* se confundissem, por efeito de uma conspiração generosa das classes armadas, a guerra seria abolida: o monstro inquieto das ambições internacionais morreria paralítico.

Esta reforma da estratégia das lutas sociais veio da alteração da índole dos povos. A sociedade atual tem no oriente do seu futuro uma aurora evidente de paz. Paz no velho sentido da palavra. O progresso industrial e a decadência da guerra proporcionam-se entre si inevitavelmente. O século XIX, chamado século do operário, tem fabricado armas de guerra incomparavelmente mais do que nenhum outro; mas, apreciando-o com justiça, não custa descobrir que ele as fabrica muito mais para vender do que para matar.

Não há dúvida. A paz ali vem. E porque ela promete vir, os homens foram pensando em fazer dela mesmo... Como diremos? Armas de guerra. *Guerra* aqui em sentido moderno. E, como se sabe dos compêndios de tática que a guerra é principalmente a mobilização, recorreu-se ao princípio contrário da imobilização para conhecer-lhe a eficácia hostilizadora.

O velho princípio da hostilidade é atacar; o novo princípio é não atacar, mas em compensação não fazer mais nada. “Braços cruzados!”⁴³. Tornou-se um grito de campanha mais perigoso do que o anacrônico – “Às armas!” Com a velha guerra corria o sangue, o que era mau; com a *grève* nova deixam de correr os juro, o que é mil vezes pior.

Vejam lá os chefes industriais que incômoda situação lhes pôde reservar a teoria da resistência.

Entre nós, porque a massa dos trabalhadores não é numerosa e a imigração de pessoal para o trabalho é cotidiana, ainda pode haver o apelo para gente nova, em substituição dos seus antecessores incontestados. Basta, porém, que se forme o povo operário domiciliado e que possa a cabala de classe girar melhor, com a intimidade de próximas e antigas camaradagens, para que já não haja outro recurso senão, como na Europa desabusada, o das absurdas coações brutais e mortíferas.

É preciso reconhecer que o operário não é a mesma besta de trabalho da antiguidade.

Vão muito afastados os dias de Queóps e da Torre de Babel⁴⁴, dos soberbos esforços do trabalho do braço humano. Atente-se para o que se está passando com relação ao projeto colossal da estátua de Cristóvão Colombo sobre o Pão de Açúcar.

A ideia do grandioso cometimento, talvez porque se gerou do frio das palestras octogenárias do Instituto Histórico, foi recebida com tal frieza, que parece que cada um só pensou na maçada que vai ter o Pão de Açúcar de carregar com um fabuloso monumento às costas. Aos menos escarnecessem. Mas nem o escárnio, que pôde ser muita vez o batismo de uma bela realidade, nem ao menos o escárnio favoreceu a pobre ideia monumental. Nem os duzentos contos que subscreveu para a sua realização o Sr. Enrique Moreno conseguiram abalar a letargia medusina que se manifestou no espírito público, ante a perspectiva da estátua. E somos um povo reputado entusiasta e ardente.

Depois que se tornou conhecida a ideia da estátua, um fúnebre silêncio unânime foi o seu comentário. Dir-se-ia uma ideia morta...

Passando muito tempo, realizou-se esta semana uma conferência pública sobre o assunto. Será isso indício de que não morreu a pobre ideia; de que poderá resistir ao inverno da indiferença glacial que tão cruelmente a envolveu; de que se vai fortalecer pouco a pouco, até que um dia consiga escalar a rocha e triunfar, na eminência, ao lado da desmedida imagem do descobridor do continente?

⁴³ Diferentemente da versão no *Jornal do Comércio*, optei pelo uso das aspas duplas em duas situações no trecho: “‘Braços cruzados!’ Tornou-se um grito de campanha mais perigoso do que o anacrônico – ‘Às armas!’”.

⁴⁴ Segundo o mito religioso, a Torre de Babel seria construída com o objetivo de alcançar o céu; visando impedir a realização, Deus teria confundido o povo, os fazendo falar diferentes idiomas e dispersando-os pelo mundo. Alguns acreditam que a Pirâmide do faraó Queóps seja a Torre de Babel.

Pode ser que seja. A observação do espírito público, todavia, dá para crer que os honrados iniciadores da gigantesca ideia, só para levantá-la platonicamente como simples monumento de entusiasmo, têm tanto ainda que trabalhar quanto terão quando quiserem realizar como monumento de pedra.

O lendário intérprete de Molière veio outra vez honrar esta terra com a sua visita, testemunhando com esta volta que não tem de nós muito má impressão, que a tem mesmo muito sofrível, porque voltando agora convidou a vir com ele Judie, a estrela parisiense da cançoneta. Sarah Bernhardt há tempos, depois Coquelin e Judie⁴⁵ a arte grave do alto drama, depois a suprema arte do riso, do riso que fala e do riso que canta. Paris envia-nos toda variedade luminosa do seu espírito.

Seja estímulo o acolhimento da plateia fluminense para que tornem a vir os que têm vindo e venham outros, venham sempre, sempre, continuamente e nos distribuam um pouco da magnificência da sua doutrina esses gloriosos doutrinadores do gosto universal.

Y.

Jornal do Comércio, 25 de agosto de 1890 (Edição 237)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Escapamos de ter para a semana uma nota de primeira ordem.

Bastava que fosse verdade o pão de ló do *Correio Paulistano*.

Tinha-se o romance para variar a crônica. Era só extraviar-lhe a moralidade e acrescentar o comentário.

No capítulo primeiro, vinha um quadro de amor, um fogo amor mascavado, de caroço no pescoço como as heroínas do lundu antigo e de almíscar de capro sob as azas. Depois, por acaso, a prole mestiça. No capítulo segundo, já a coisa mudava de figura: apareciam as lágrimas do amor desdenhado. O amor fazia-se ciúme e cólera. Trocavam-se lhe na aljava as setas da simpatia pelos dardos eivados do ódio. Havia as juras flamantes de vingança. No capítulo terceiro, vinha o casamento com a *outra*, festejado entre apreensões. Aí surgia, para centro da tragédia, apetitoso centro, fofo, tostado, exatamente cor de pele de mulata, como para colorir com precisão a vindita que ele significava, surgia entre os noivos o

⁴⁵ Artistas franceses mundialmente famosos no teatro e populares na imprensa brasileira. TEATRO LÍRICO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 ago. 1890.

pão de ló traiçoeiro, de polpa fina dourada de ovo! Era o pão de ló envenenado que devia vingar o amor deposto.

O pão de ló falhava graças a suspeita dos noivos. Então a tragédia enegrecia de todo, quer dizer, reuniam-se os negros fluminenses, de alguma corporação secreta com sede na rua do Senhor dos Passos, e tomavam a sua conta a desforra da filha da sua raça delegando em uma comissão de estranguladores de ébano, dignos da Índia, o tremendo encargo de uma execução sumária da mulher preferida, uma branca.

Nada de mais feito.

Verificou-se, porém, que o terrível correspondente do *Correio Paulistano*, já conhecido pela sem cerimônia e pela minuciosidade de informação com que relata quantos sucessos desta cidade, sucessos ou boatos, boatos ou simples dizeres de opinião os jornais daqui têm dúvida em fazer público, desta vez excedeu-se demais⁴⁶.

Constou-lhe apenas que uma mulher de cor, a quem fizera vezes de esposo um cidadão, depois casado com pessoa de melhor condição, fora causa de uma dupla tentativa na pessoa da noiva legítima de envenenamento, por meio de um pão de ló preparado, e de estrangulação por meio de dois robustos pretos. Constou-lhe apenas e ele foi logo fazendo constar por miúdo.

A polícia verificou que era tudo uma história.

Não há remédio, senão resumir no recém-chegado capitão Constantenus, ou Constantino⁴⁷, o grande interesse da semana. A menos que tenhamos a fazer nota sobre o tiro da feroz Cocural dos cavaleiros, sobre a cediça briga desordenada das chapas eleitorais, tão desordenada agora na república, como outrora na monarquia, ou sobre a louvável instituição decretada do *Pedagogium*, opulenta messe de palmas para o Sr. Benjamin Constant, mas pobríssima de comentários para a crônica⁴⁸.

O capitão Constantenus tem uma cousa de comum com os artistas de circo modernos e com os antigos gladiadores: faz espetáculo dos riscos da própria pele. Com *calembour*⁴⁹, ou sem *calembour*, entenda-se bem. Dos riscos que apresenta nos seus arabescos e dos que correu, durante a terrível operação da tatuagem pela qual o fizeram passar.

⁴⁶ Pompeia refere-se aos boatos presentes na imprensa, algo recorrente especialmente nos *faits divers*.

⁴⁷ Constantino foi membro do exército grego e, posteriormente, do exército inglês. Segundo relatos, ao ser capturado por tropas inimigas, teve toda a extensão do seu corpo tatuado como forma de punição e tortura. Após a fuga, passou a se exibir ao redor do mundo como: “The greek albanian tattooed from head to foot”, em português “o grego albanês tatuado da cabeça aos pés” (tradução nossa).

CAPITÃO COSTENTENUS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 ago. 1890.

⁴⁸ Nesse trecho percebe-se a preocupação de Pompeia com a escolha do assunto a ser tratado, algo recorrente entre os cronistas.

⁴⁹ Calembour: do francês, significa trocadilho.

Uma diferença somente existe, é que o ginasta audacioso nos impressionou com os riscos que corre, e o capitão com os riscos que correu⁵⁰, com o atroz e extenuante suplício ao qual sobrou-lhe energia física para sobreviver. É um herói que traz no corpo a história toda do seu heroísmo gravada precisamente, com o escrúpulo das mais sutis minúcias, de tal maneira que somos como expectadores presentes do que ele aturou e bem podemos admirá-lo.

A tatuagem, o conhecido processo de desenho sobre a carne, tinha sua obscura história na tradição dos povos selvagens e nos costumes de algumas tribos ainda hoje e das prisões e das câmaras de marinhagem, de toda a gente rude condenada aos longos afastamentos da existência, no mar, ou nas galés, para onde é preciso levar a marca indelével de alguma lembrança. Na literatura, a tatuagem apareceu uma vez vagamente em uma aventura tragicômica, em Júlio Verne do famoso sábio Paganel na Nova Zelândia, onde os selvagens bordaram-lhe a pele do peito como uma farda de ministro. Chegou-lhe a vez à tatuagem de ser a glória.

Dando notícia do estranho personagem arabescado que breve se ia mostrar publicamente, que se afirma rico e continua, não obstante, a se dar o incômodo de exhibir-se, um colega embarçou-se com a explicação do fato. O capitão Costentenus, que não se faz ver por ganhar a vida, não se mostra com certeza para fazer anúncio do alto mérito das pintoras chinesas que o sarapintaram – Mostra-se naturalmente por própria glória como os grandes artistas se mostram; mostra-se pela ufanía artística do seu orgulho. Uns têm uma bela voz e se mostram; outros têm uma bela figura, um belo gesto dramático e se mostram; outros têm um sólido músculo e se mostram. Ele *teve* a mais admirável das resistências nervosas para sofrer e igualmente mostra-se. E mais que, neste mundo de frágeis que somos todos, não se pode dizer que seja a mais vã de todas as glórias a glória de ter sofrido.

Alguns indivíduos de sensibilidade delicada (imaginem que espécie de delicadeza) têm sofrido crises de fanicos diante do barracão dos artistas, ali entre a estátua do José Bonifácio e a boca da rua do Ouvidor. Que pena! Tão prejudicados, porque lhes falta aos olhos o grande efeito da arquitetura da Escola Politécnica com todos os seus *puxados* laterais; porque lhes falta principalmente a vista arrebatadora da miniatura de bronze do Patriarca, sobre o seu banquinho de quatro cantos, entre o delicioso bosque de árvores tísicas, tratadas pelo despejo dos quiosques vizinhos!

Entretanto, eles sabem, esses delicados nervosos, que o estabelecimento daquela tenda de trabalho é provisório e existe simplesmente por aproveitar um resto de concessão

⁵⁰ Na edição de Coutinho, está grafado “[...] nos impressionou com os riscos que corre, com o atroz e extenuante suplício [...]”; o trecho “e o capitão com os riscos que correu” está ausente.

municipal, finda a qual os artistas arribarão para onde quer que os despache o Sr. Ministro da Instrução, inclusive para as regiões do desalento, a que podem ser votados todos os seus esforços de campeões do nosso progresso moral.

Mas eles têm nervos... Justo é que lhes não caiam sobre a cabeça, em forma de censura, as pedras que arremessou um desconhecido às claraboias da incômoda barraca. Injusto, contudo, é fazer coro, contra os artistas, como a opinião dessas pedradas. O barracão é feio, não há dúvida; aquelas tapagens de tábua não podem ser de pior jeito; mas leve condição é a de se aturar a má vista daquela oficina, diante do proveito que ali se prepara.

Quem dera que ela não fosse apenas provisória como é, quem dera que muitas outras semelhantes se erguessem por toda parte, tapando mesmo o *esplendor* de todos os nossos chafarizes centrais das praças, mas que nesses *bivouac*⁵¹ artísticos trabalhassem em ardor perene inúmeras, inúmeras famílias de artistas, capazes de um dia meter o ombro à traquitana do seu acampamento, para descobrir de dentro a empresa consumada do engrandecimento da nossa civilização estética.

Os artistas do barracão por sua parte esforçam-se, mestres e discípulos, por compensar a má figura da sua vivenda.

A porta que se transpunha. A vista insipidamente espalmada contra o exterior das paredes do pavilhão consola-se logo no espetáculo de um vasto ateliê, povoado de talento e de atividade; as folhas brancas dos que desenham, as telas claras dos que pintam sucedendo-se expandidas nos cavaletes, como as velas de uma esquadra *liliputiana*⁵² em parada; ao fundo, o estrado, e o modelo em *pose*, modelo de nu, ou modelo de simples atitude; e pouco a pouco, nas telas e nas folhas brancas, as estampas delineando-se, crescendo, tomando presença e cor, vivendo!

Vivendo como um protesto contra os casmurros que acham muito com que, em questão de belas artes, se respeitem as velhas tradições de imobilidade, porque não nos achamos em estado de produzir cousa que compensa o dispêndio da energia reformadora.

Em véspera de ser demolido e enquanto não há tempo para os artistas darem conta do seu trabalho, abriu-se o barracão ao público, para se exibirem os quadros de Belmiro de Almeida, vindos da Europa há poucos dias.

Belas despedidas da pobre dessa amaldiçoada, antes que a vitime o golpe do bota-abaixo⁵³.

⁵¹ *Bivouac*: do francês, significa acampamento improvisado. Na edição de Coutinho está grafado “bivouais”.

⁵² *Liliputiana*: relativo a *Lilliput*, ilha fictícia de *As Viagens de Gulliver*, do escritor Jonathan Swift (1667-1745); ser de tamanho extremamente pequeno.

⁵³ Bota-abaixo: termo usado para designar reformas urbanas radicais, como a realizada por Pereira Passos no Rio de Janeiro a partir de 1903.

Belmiro de Almeida é um dos desviados da nossa academia. Afastando-se da casa oficial do ensino; porque lhe antipatizavam as restritas normas, conseguiu no estudo livre desenvolver-se como demonstra a sua atual exposição.

Faz gosto apreciar o progresso de que dão cópia as doze telas exibidas: um assalto corajoso e triunfante a todos os gêneros, em cujo resultado apenas se pode notar certa desarmonia no modo de tratar de uma mesma tela, uma figura, por exemplo, de nítido e esmerado toque, sobre um cenário de cores largas e rápidas, um semblante de lisa doçura de cromo, sobre um corpo de rude modelado; mas em que é força sempre aclamar a evidência do mais belo talento.

O distinto pintor está na Itália onde o mantêm alguns dedicados admiradores, entre os quais Rodolfo Bernardelli. Estes amigos têm-se desvelado por ele com um cuidado e um interesse verdadeiramente paternais.

As contas que lhes acaba de prestar o seu pensionista correspondem devidamente ao zelo desse nobre e inapreciável favor.

Honra-nos com a sua demora nesta cidade o mais leve, o mais nervoso, o mais vibrante e o mais lúcido dos escritores portugueses – Jaime de Séguier.

Em geral a literatura portuguesa, como representação artística da mentalidade de um povo para o qual as condições da vida, mesmo nos grandes centros, não se realizam com a precipitação tumultuada de outras cidades, onde o espírito dos que apenas vivem e dos que além de viver escrevem, não tem por conseguinte ocasião nem necessidade de se exercitar em vertiginosas lutas de concorrência - é, como essa vida, tranquila no seu estilo, lenta, pausada, quase dizíamos pesada. Os escritores dessa literatura gostam dos períodos grandes, carnosos, muitas vezes de valente fibra sob as exterioridades da linguagem, mas com a característica mantida da espessura e da lentidão. Há disso na própria verve militante de Camillo Castelo Branco, como há nas mais admiráveis frases de Eça de Queiroz ou de Ramalho.

O escritor português que ora nos visita, porque o favorecem circunstâncias pessoais de procedência genealógica, ou porque devia valer uma exceção flagrante contra a generalização (suscetível de ser contrariada como todas as outras) acima dita da correspondência da literatura com as condições do meio, é absolutamente diferente dos mais.

Afeito desde muito aos trabalhos da pena, entrega-se a ele com a mão firme do mestre. Cristalizado na igualdade, seu estilo tem atingido o ponto em que os artistas abdicam sem custo da agradável esperança de fazer melhor: gozando a compensação da plena efluorescência consciente.

Senhor assim do que se pode chamar um sistema de linguagem, a frase não o preocupa e ele atira-se confiado à espontaneidade do seu talento. A resultante desta liberdade de execução e da índole do escritor, é uma desfilada de páginas ao mesmo tempo cintilantes de ardor e de pureza, as quais o humorismo de uma filosofia benévola e contente, acrescenta toda a riqueza de mil recursos de alegria comunicativa.

O *Jornal do Comércio* oferece periodicamente aos seus leitores uma porção das joias desse tesouro de produção.

Os traços gerais que delineamos dessa prosa acelerada, rápida, cintilante como golpes de floretes, determinam facilmente a colaboração literária de que trata. É inútil observar a praxe jornalística do respeito às assinaturas encobertas.

Referimo-nos, todos estão vendo, às crônicas parisienses... aos admiráveis “Ver, ouvir e contar”⁵⁴ em que Jayme de Séguier nos manda de tempos a tempos o espetáculo de Paris em cosmorama vivo, ruas, praças e multidões; e com os aspectos, mais brilhantes na luz da descrição que a própria realidade, os rumores de todo aquele movimento; e eco dos conflitos políticos, das conexões apuradas na suma do seu mais pronunciado caráter ou na síntese da sua mais risonha pilhéria. E subitamente, naquele mundo de gente que se agita e que fala, um indivíduo volta-se e vê-se-lhe a fisionomia, corada a tintas de fino artista; e contra a objetiva do cosmorama tem-se completa e sanguínea cena da vida de uma celebridade, que conhecíamos de nome, que passamos logo a conhecer de pessoa, percebendo pelo caráter da cena exibida, toda a composição moral de alma que vive sob o semblante entrevisto. E, depois dos indivíduos que se encontram na via pública, os interiores, interiores do trabalho e interiores do prazer que se nos oferecem abertos como um *corte* de desenho de arquitetura, ou como os cenários de salão nos teatros.

E vemos os homens à faina, o romancista sobre seu livro, o pintor diante de um quadro, o operário sobre o seu ferro; e vemos os salões de espetáculo regurgitando de público, aplaudindo às vezes, às vezes pateando; ouvimos e vemos passagem um trecho seguido da peça, o mais interessante. As próprias casas fidalgas, de entrada difícil, mostram-nos a vida íntima, como uma cidade de vidro. E se descansa da vista fatigante do bibelô na admiração vasta – dos jardins, de onde tudo nos chega uma parcela de significativa expressão, desde o pontinho luminoso do botão de metal de uma libré de cocheiro, até a intriga do *high-life* que

⁵⁴ Ver, ouvir e contar: seção via correspondência escrita por Jaime de Séguier para o *Jornal do Comércio*, diretamente de Paris. A seção era assinada com o pseudônimo Iriel. Era comum que as correspondências demorassem a chegar no Brasil, para então serem publicadas nos periódicos. É o caso do exemplar consultado, que, datado em 1 de maio de 1891, veio a público somente na folha de 25 de maio de 1891 (edição 144). IRIEL [pseudônimo de Jaime de Séguier]. Ver, ouvir e contar, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p.1, 25 maio 1891.

torvelinho com o vai e vem festivo das flores de *toilette*; dos campos de hipódromo, de onde ouvimos mesmo o murmúrio dos *cancans* do encilhamento⁵⁵.

Só pelo que do ilustre escritor se tem conhecido entre nós nas admiráveis colunas dos seus folhetins, pode a literatura brasileira festejar como um período de gala a estada do ilustre viajante no Rio de Janeiro

Y.

Jornal do Comércio, 1 de setembro de 1890 (Edição 244)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Admiráveis os candidatos.

Um pelo talento, pelo brilhantismo de suas aptidões, pela presença de espírito, indispensável entre os recursos do homem de luta; admirável pelo clarão olímpico da inteligência e pela energia fulminante da vontade, que nos garantem, sobre a tribuna, uma aparição completa de Júpiter. E apenas Júpiter apareça, o parlamento inteiro tremerá e uma eloquência de trovões passará sobre esse pânico. As próprias águias virão acolher-se aos pés do soberbo representante, como outrora, no velho simbolismo, aos pés dos evangelistas ou dos deuses. A assembleia futura será um brinquedo entre as mãos desse homem extraordinário.

Admirável outro pelo estudo. Este não é uma individualidade de aparato. Não se o venera pelo vulto. É admirável. É admirável pelo mistério. Seu grande mérito reside em uma cisterna como a verdade. Brilha rigorosamente pela ausência. Mas a Sibila sairá do outro. Quando ele entrar na assembleia, entrará com ele uma biblioteca. Não será de palavra. Calado, sobre a sua poltrona, curvo, enrolado sobre o próprio umbigo como um budista enquanto falarem os outros ele cogitará. No momento oportuno, no momento difícil, construída a rede de aço inextrincável dos bons argumentos e dos sofistas, erigida a torre Eiffel da controvérsia administrativa ou da mixórdia política, o sábio desenvolver-se-á em toda a estatura e esmagará as dificuldades com o peso de um dicionário.

Admirável outro pela atividade. Este não será o estudo, nem a eloquência, mas há de ser a tática. Por trás da cortina, é o seu lema. Será principalmente *leader*⁵⁶, ou cousa que o valha. Onde outros vencem pelo talento, ou pela proficiência, ele vencerá pela trica ou pela conciliação. O eleitor pode ter confiança: elegê-lo é oferecer à engrenagem do parlamentarismo uma almotolia de azeite. Há de vencer e ladear: ele ladeará. Quando uma

⁵⁵ Encilhamento: política econômica estabelecida no Brasil após a Proclamação da República, que, posteriormente, gerou uma crise financeira e institucional e levou à renúncia de Deodoro da Fonseca.

⁵⁶ *Leader*: do inglês, significa líder.

difficuldade lhe surgir em frente, muito convencida de que lhe está tapando o caminho, já ele estará da outra banda, rindo dela e seguindo adiante. Há o candidato brilhante e o hábil candidato: este é simplesmente fino. E todos sabem que a política é antes de tudo finura e jeito. Ele achará as tangentes para salvar as situações, distribuirá as senhas das votações e inventará as intrigas dos corredores, que fazem mais efeito que os belos discursos.

Admirável outro pelo patriotismo. Em falta de talento, de erudição, ou de atividade, o patriota que simplesmente o é, levará ao parlamento o seu patriotismo. Muito aplicado a cultivar a chama sagrada, não teve tempo de se habilitar em nenhuma outra coisa. Este levará às câmaras a pureza histórica das convicções. Alheio aos debates, sem baixar uma linha da dignidade do seu papel, não descerá nunca à insignificância do debate. Mas apontá-lo-ão ali como a integridade dos princípios. Não sabe, não falta, não pesa, não pensa, vota somente, mas pouco importa - ele é um puro!

Por tudo isso admiráveis são os candidatos um por um. São, porém, muito mais admiráveis e todos ao mesmo tempo – pela audácia com que sabem romper com o bastardo preconceito da modéstia.

À primeira vista pode parecer que o ideal da representação parlamentar devia ser o eleitor suplicante às portas do cidadão capaz, e este a se fazer de rogado pelos incômodos da tarefa.

O que se vê é o eleitor que passa, e, à beira da via pública, as candidaturas ávidas de procura, sorrindo sedutoras e fazendo alarde de mil dotes preciosos, como as damas da Babilônia em dias especiais de outras eleições.

Será lícito, entretanto, condenar o fato? Os homens capazes não são poucos. A disputa entre eles pela alta comissão de salvar a pátria é muito legítima.

Daí a imodéstia.

E depois, que vale a modéstia? A modéstia bem pensando é uma covardia.

Um homem tem o seu merecimento. Porque razão calar? Existe quem se acanhe do espalhafato de um chapéu novo. Por esse motivo já se fez regra que se não substituam, por modéstia, os velhos penantes?

Entre os condenáveis preconceitos sociais existe este de encobrir os seus merecimentos. É afinal de contas uma nova hipocrisia. Um homem deve ser franco mesmo da sua superioridade. Sou um grande homem, que mal faz que eu próprio o diga? Isto aqui é ouro de lei, quem quiser que venha... Quando alguém vai dizendo logo o que vale poupa aos outros a maçada de perguntá-lo.

Antes mesmos de eleitos, já os candidatos começam a prestar serviço aos seus eleitores, dispensando-os de indagar a quem elegem.

Imobilizam-se na modéstia os tímidos, que nada pretendem da invejável honra de pastores de homens como Luís Gama⁵⁷, de cuja morte foi o último dia 24 o oitavo aniversário.

Por isso, meio esquecida vai a sua memória, entre as tradições a envelhecer do povo paulista. Ele foi modesto e de modesto conseguiu restringir à nomeada de uma província uma existência capaz de fazer o orgulho de uma nação.

Ainda agora, depois que, por um dia de generosa exaltação, se fez ouvir de todo o País o seu nome, em meio dos lamentos dos que deploravam o desaparecimento de um grande brasileiro, insiste a fatalidade do olvido, ciosa dos rumores privilegiados da hora presente, em deprender um corolário póstumo de modéstia da modéstia que foi em vida o seu apanágio.

É, todavia, dever da crônica prevenir em quanto possa a ingratidão desses lapsos da retentiva dos povos.

Glória, registre-se, pois, ao soldado da liberdade caído outrora, quando ia em primeiro furor a luta democrática. Porque partiu cedo ainda, não faltou por isso ao seu inteiro dever. Não são as derradeiras horas do combate as de mais arriscado empenho. Viva imperecível o

seu nome. Porque há tantos outros gloriosos no momento, não se conclui que se acabaram os gloriosos de ainda há pouco. Durante as horas do grande sol, o sol evidente é a estrela única do firmamento, o monopólio da luz; há, porém, na consciência uma hora calma como a noite, que nos deve lembrar que há outras estrelas além e uma informação mais precisa do que a astronomia, que nos dirá que ainda maiores.

Desta escola de iludidos da timidez era também o pobre Oscar⁵⁸, que há oito dias deixou-nos.

Entre os seus amigos, que o prezaram e que fruía a satisfação grata da sua convivência, onde ainda há pouco mais de uma semana garrulavam com as azeitinhas de venturoso agouro as boas frases do seu espírito e onde fulgurava matinalmente a luz leve da sua alegria como um ambiente de animação perene, que nos prendia a todos na sua boa vontade de viver, de trabalhar, agora, cerra-se o crepúsculo da tristeza e da ausência.

⁵⁷ Luís Gama: escritor, jornalista e líder abolicionista brasileiro.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁵⁸ Oscar França Leite Paranhos Pederneiras, poeta, cronista, dramaturgo, tradutor e jornalista; autor da sátira *A corte de ceroulas*, de 1883.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, Galante de (dir.). *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global, 2001. 2 v.

Voavam embora as andorinhas. Sente-se que estão perdidos os verões daquela amável juventude.

Pudesse o pesar que também nos aflige, a comparticipação que a nós chamamos dessa perda desastrosa servir de alívio ao venerando pai do nosso colega, ao velho forte que a estas horas maldiz a impertinência da sua válida velhice que lhe reserva o coração para tais dores.

Ao velho pai... Também era pai Oscar Pederneiras; e Deus sabe se, tanto como aquele que lhe abençoava a agonia com o sacramento da imensa dor, não sofria ele, ao morrer, pensando nos filhinhos que aí deixou, que amanhã não terão talvez um amparo na vida, pobres como ficaram e sem a assistência daquele que lhes representava a segurança do futuro.

Oscar Pederneiras era pai e pai amantíssimo. Todos que o têm generosamente lembrado na imprensa celebram a vivacidade do seu talento, o seu fogoso amor ao trabalho, que de tanto e tão bom serviço foram para esta folha. É preciso recordar que ele foi o mais nobre dos corações; e eram os dois filhinhos que tinha o objeto das suas mais ardentes simpatias.

Uma página da sua fácil e interessante literatura, um trecho de folhetim que oferecemos à ternura de quem tiver delicadeza de sentimentos para compreendê-lo, exprime bem essa feição de sua individualidade; um trecho do folhetim que, não há muito, em uma hora de urgência de trabalhos de redação, ele foi convidado a escrever, um trecho de rápido folhetim, em que a surpresa da ocasião o forçava a distribuir por algumas tiras as primeiras ideias e as primeiras imagens que lhe boiassem à flor do espírito, em que era mister vazar em períodos elétricos aquilo que mais presente lhe fosse no cérebro e no sentimento. Por honra de sua alma foi nesse momento um madrigal de amor paterno o que de mais encantador escapou-lhe à pena:

Convite que não aceitarei nem à mão de Deus Padre é para jubileu de crianças.

Não é que eu deteste as crianças; gosto muito delas, adoro-as mesmo: posso aturá-las nos seus caprichos infantis, sujeito-me por amor delas a sair de casa de ponto em branco e voltar de ponto... com manteiga, a armar-lhes chapéus de papel, a tê-las sobre os joelhos, saltitantes e alegres, mas... Vê-las em jubileu?... *Horresco referens*⁵⁹!... Nunca!... Nunca!...

Ainda não se me varreu da memória o que me sucedeu – justamente há oito dias – no campo... *ubi Provisorius fuit*⁶⁰, por ocasião das festas franco-brasileiras.

⁵⁹ *Horresco referens*: do latim, significa “tremo ao me referir”.

⁶⁰ *Ubi Provisorius fuit*: do latim, significa “fruto provisório”.

A coisa começou por casa... Desde a véspera, os pequenos azoinavam-me⁶¹ a paciência com a ideia no dia seguinte.

– *Mi* leva ao campo.... – Dizia um, e lá se ia para o chão a papelada toda.

– Eu quero uma boneca – Choramingava outro, e trepava-se-me ao colo.

– Pois sim, pois sim, respondia eu, atrapalhado com os dois entezinhos que, como dois artilheiros endiabrados, disparavam contra mim perguntas e pedidos ao mesmo tempo que por sobre a minha mesa ia uma desordem terrível em livros e papéis.

Durante o dia, em repetidas escaramuças, tive de ceder diante dos pequenos, prometendo-lhes quanta coisa fútil ou impossível lhes ocorria pedir-me; creio mesmo que ao mais moço, o mais encarniçado nos ataques, cheguei a prometer o comando do corpo de bombeiros.

– Com espadinha e tudo? Perguntou-me ele, evocando talvez a reminiscência de alguma caixa de soldadinhos de chumbo que a sua natureza destruidora reduzira a pedaços.

– Sim, sim, com espadinha e tudo...

No dia do jubileu, levei-os ao campo; fiz mais: aproximei-me do pavilhão central e mostrei-lhes o que ia por ali de brinquedos, e enquanto eles olhavam, cobiçosos, ardendo na impaciência de terem nas mãozinhas o sonhado boneco ou a desejada caixa de Noé, passei o olhar pelas cercanias.

A criançada estava a postos.

Grupos compactos andavam cercando o pavilhão; famílias passavam, acompanhando os alegres bandos dos pequeninos cujos sentidos estavam presos naquelas prateleiras cheias de tentações. Era uma chuva de exclamações, um tiroteio de interrogações, um turbilhão de considerações a erguer-se impetuosa, constante, em roda dos pobres pais e das ditosas mães que eles e elas nem sequer notavam que a multidão engrossava cada vez mais e lá iam, a passo, arrastados pela onda, boiando ao acaso naquele mar encapelado e confuso...⁶²

Aí está, no seu estilo irrequieto e folgazão, no primeiro delicioso quadrinho da vida doméstica, depois, no gracioso enfado de papai em apuros com que esboça o espetáculo da festa infantil do jubileu, a mais flagrante e mais comovedora reprodução de sua alma extremosa e feliz, feliz de amar os entezinhos frágeis de que a natureza o fizera pai e todos os pequeninos parecidos com eles e com quase tanto direito aos seus cuidados de simpatia.

Sabendo quanto soube amar esse pai e compadecidos do quanto perderam os órfãos que hoje choram por ele, os dois filhinhos sem recurso de Oscar Pederneiras, consta que, em benefício destas crianças, vão alguns amigos do morto e seus colegas do jornalismo promover um concerto em alguma das nossas grandes casas de espetáculo.

Praza à sorte que o mais complexo êxito corresponda a esta generosa iniciativa, tão

⁶¹ Na edição de Coutinho está grafado com partícula apassivadora “azoinavam-se” ao invés de azoinavam-me.

⁶² Segundo Pompeia, esse trecho da crônica se refere a um folhetim de Oscar Pederneiras.

bela ocasião aliás, de se unir em fraternidade a imprensa toda, por homenagem à memória de um confrade que tanto honrou a sua classe, de uma existência que tão simplesmente, mas tão raramente e tão simpaticamente realizou-se pelo tríplice consórcio do talento, do trabalho e do coração.

Y.

Jornal do Comércio, 9 de setembro de 1890 (Edição 251)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Fragmento de uma carta erradamente ao cronista:

Eis aí, eu penso o contrário, Sr. Redator. E, como penso o contrário e as contrariedades têm-me sido realmente o pão de cada dia da política, retiro-me dela agora desiludido, ou melhor retiro-me de mim para sempre, abstenho-me da consciência patriótica e do direito ao voto, e vou reduzir-me à boa posição de espectador, do alto do ponto de vista do cada um em sua casa com sua mulher e seus filhos.⁶³

Penso o contrário. Quem se arvorou em símbolo deve acabar com aquilo que simbolizou. Se, retrógrado como sou, eu fosse, mais do que retrógrado, o próprio retrogradismo; se eu me houvesse feito, graças a uma aproveitada cultura de medalhão, alguma coisa mais do que um político - uma política; e, se por meios e modos me houvessem dado cabo dessa política, que afinal de contas, era eu mesmo: eu política morta, *suicidava* o político. Que vai fazer por esse mundo a trompa do levita, se já não pode anunciar a procissão do Tabernáculo? Representarei toda a minha vida uma porção de coisas. Uma porção de coisas desapareceu. Que vou fazer agora? Eu, sujeito, agora represento, verbo da oração, mas onde está o complemento objetivo? Isto já passa de esquisite política: é um absurdo de gramática.

Penso o contrário. Sr. Redator. Dir-me-ão que se não mudam os imbecis, muito bem. Mas então não cometam a imbecilidade de se arvorar em símbolo; porque os símbolos não podem mudar tal qual os imbecis. Compreendo que os legionários obcecados de alguma política ferrenha rodem no que se chama evolução; que façam *volteface* sobre os calcanhares, contra os velhos credos. Os chefes não têm o direito de mudar. Quando uma sociedade evolui, o código sucumbe; e os chefes políticos são os códigos dos partidos. A massa anônima tem o direito de se deixar influir pela sedução da conveniência nova. A massa anônima está no seu direito mudando com as conveniências; porque as suas conveniências são o escopo derradeiro da política. Os chefes é que não podem ver conveniências. Tinham ideias, ideais, puras ideias; dos interesses na vida reconheciam apenas a quintessência: apuravam

⁶³ Segundo Pompeia o trecho foi extraído de uma carta enviada por um leitor.

no alambique da filosofia esses mesmos interesses vulgarmente apelidados sórdidos, e, do alambique dessa calda grossa, extraíam a substância etérea dos princípios. E consagravam esses princípios, generalizando-os de uma vez para sempre como coisa eterna. Os admiradores de toda essa alquimia passam a venerar os mágicos como presentes de Deus, signos personificados da providência. Mas os fatos vêm e mostram que a alquimia estava errada. Que a essência filosófica dos princípios extraía-se da observação verdadeira das conveniências como o vinho da rua do Passeio se extrai da verdadeira uva. Que os tais signos enfim não significavam coisa nenhuma... É direito que então os chefes muito sérios, sem pestanejar engulam sem mais nem menos os celebrados seus princípios e a respectiva inviolabilidade, como um ventríloquo que engole a voz? Penso o contrário, Sr. Redator. A guarnição pode render-se: o chefe mete uma bala na cabeça. Mas isto é muito lúgubre: basta quebrar a espada. É isto o que eu penso. Não se me pode ajeitar no espírito a ideia de um comandante que muda de tope, nem a ideia de uma bandeira furta-cor, nem a ideia de um rosto, como direi? Que perde a fisionomia... Não concorda, Sr. Redator?

Como o folhetim não tem voto político, deixamos para aí esse original fragmento como um disparate.

Resolveu-se oficialmente e finalmente o negócio da viação pública, que já havia algum tempo era assunto obrigado das primeiras páginas da imprensa e a grande atração dos apedidos. Não se resolveu, entretanto, do melhor modo.

As companhias, tão receosas de perder dinheiro, tinham um meio ótimo de servir a si mesmas e ao público simultaneamente. Era elevar a tabela por aí até a altura dos preços das viagens de tálburi⁶⁴.

E estava feito. Os poucos que dos seus carros se servissem faziam a opulência dos cofres das companhias, sem obstá-lo a concorrência dos veículos de rodagem livre e de grandes molas, cujo tremor e cujos solavancos são justamente detestados.

Os que não quisessem servir-se dos carros auferiam a imensa vantagem de andar a pé.

Alguns grãos a mais da escala, tão fácil de subir, das cobranças, e metade da população voltava ao passado quase colonial das gôndolas e das pernadas, essa boa idade sanitária em que as linfatizes e as obesidades, duas formas patológicas de preguiça, não tinham tempo de apanhar um homem sentado para se assenhorearem dele.

Mas as companhias não tiveram coragem ou a intendência não consentiu, e perderam o ensejo de tentar uma excelente reforma dos hábitos da população por elas mesmas estragados. Em compensação não tiveram a coragem de nenhuma outra franca novidade. É a do Jardim Botânico que foi o principal objeto da questão dos *bonds*⁶⁵ na semana, em vez de elevar os

⁶⁴ Tálburi: carruagem de duas rodas puxada por cavalos muito comum no início do século XIX.

⁶⁵ O estrangeirismo refere-se aos bondes, transporte público utilizado no Rio de Janeiro.

preços das passagens, o que era só empurrar um pouco para cima o ponteiro da tabela; ou, em vez de se aventurar audazmente pelo regime da redução completa dos preços, desde que não queria ficar na mesma, o que era mais aceitável, inventou uma solução impossível, toda atravancada de considerações sociais e de afluência, segundo as horas da vida urbana - a tal hora, afluem os *sujos*, é preciso socorrê-los com os baratinhos que lhes assemelhem; se não houver carro sujo para o serviço, suja-se um e manda-se; a tal hora, afluem os *asseados*, é preciso que se apresentem os carros especiais; então lá correm os bondes limpinhos de passagem cara. O sistema era complicado, mas tinha a vantagem de que os que quisessem andar mais a gosto nos carros especiais pagavam a diferença dos lucros perdidos com o aumento do número dos carros de meia passagem.

Durante três dias, entre protestos e algazarras, vigorou esta embrulhada, que os próprios condutores não entendiam e um sem números de passagens se foram cobrando, por conta de enganos. Depois a companhia explicou, e com esta explicação fixou a sua norma, embrulhando tudo ainda mais, com uma história de que todos os bondes são iguais, mas que tais e tais, neste e naquele trecho, tem ou deixam de ter preço de meia viagem, conforme vão para a rua do ouvidor ou de lá vem.

Era, entretanto, tão simples, em lugar de todos as sutilezas de sistema, a pretexto de aliviar a lotação dos carros em favor dos que moram longe, as quais, todavia mais parecem manobra de regateio de quitanda, adotar clara e resolutamente o sistema fácil das seções, a tanto por seção. Para que os moradores dos sítios distantes não fossem prejudicados pela invasão indiferente dos moradores muito mais numerosos dos pontos próximos do centro da cidade, era suficiente que os bondes cuja circulação se estendesse para além do largo do Machado por não serem especiais da zona entre a estação e a rua do Ouvidor, não tivessem aí, nem na ida nem na volta preços de meia viagem.

A razão de todas essas histórias só em parte se refere à Companhia do Jardim Botânico. Ela ensaia os seus primeiros e tímidos passos no caminho da condescendência para com o público; hesita, portanto, e receia. Para que esse receio fosse muito maior concorreu, porém, a intendência municipal com as compensações reclamadas em permuta do favor de prorrogar o prazo das companhias.

A este respeito tanto desacertou a intendência como desacertavam os argumentos dos adversários da prorrogação. As companhias de bondes existem para dar condução aos munícipes e não para dar lucro à municipalidade. Os adversários da prorrogação, embasbacados diante da escrituração dourada das companhias, viam na gerência do serviço

ferro-carril a mina maravilhosa dos consolos de quanta necessidade municipal possa ter esse nome. A intendência viu aí um gordo e sedutor motivo para oferecer prorrogação de privilégio, sob condições de couro e cabelo fora.

E ninguém viu o que de mais visível havia, isto é, que o transporte no Rio de Janeiro, que pode tão copiosamente render fortunas, que pode em poucos anos inventar milionários ou por um milagre de Hausmann, refundar a cidade e refazer-lhe a planta maravilhosamente sobre a topografia da higiene ideal, o serviço urbano de transporte nesta capital é caríssimo.

O movimento da população rende potosis⁶⁶, como ficou provado das cifras que andaram em tumulto colossal durante a polêmica dos jornais. O niquelzinho burguês e pobre, pesado nas balanças, quer dizer, nos balanços da companhia, é ouro. Que concluir daí? Que o público deve pagar muito menos. E nada mais.

Sob a capa da irreflexão, o que a intendência fez, invadindo o capítulo dos lucros das companhias pelo futuro adiante, o que fariam os intendentos conforme a vontade dos inimigos da prorrogação, alojando-se indefinidamente nesses lucros confortáveis - foi, como seria - a invenção traiçoeira de um novo imposto, um colossal imposto de trânsito, em proporção incalculável mais oneroso do que outro do mesmo gênero que fez correr o sangue nas calçadas da cidade. Lucravam de mais as companhias, ganhando como ganhavam: era apenas um mau negócio que a gente fazia. E podia haver remédio.

Agora quem lucra do excesso é a intendência; como se há de isto chamar e qual será o remédio?

Um dia, em conversa com alguém que lhe perguntava se era indiferente à situação de galerias de pintura no plano baixo da cidade, ou em algum dos seus pontos elevados ou em subúrbio mais bem arejado mais seco, parecendo que a humanidade deve ser prejudicial à pintura, a pobre arte acessível ao bolor e à podridão como um trapo, disse um dos nossos mais notáveis artistas que a umidade não fazia assim tanto mal aos quadros; beneficiava-os talvez porque mantinha certa frouxidão na tela e certa brandura na massa das tintas, que impediam que se estalasse a superfície da pintura e que se lhe abrissem sobre a doçura preciosa dos tons os conhecidos dartos⁶⁷ das telas velhas e a redezinha dendritada⁶⁸ de arabescos que vem às vezes com a *patine*⁶⁹.

⁶⁶: Potosis: Potosí: nome próprio de cidade boliviana rica em minérios preciosos; grande riqueza.

⁶⁷ Dartos: erupções.

⁶⁸ Dendritada: superfície disforme, como se fosse dotada de pequenos dentes.

⁶⁹ Patine: camada esverdeada que se forma nas superfícies devido à exposição ao clima (especialmente à umidade). Costumava ocorrer com pinturas e quadros devido à má conservação.

É bem duvidoso que o Sr. Vítor Meireles⁷⁰, igualmente consultado, fosse da mesma benevolência que esse seu colega, quanto aos efeitos da higrometria em arte.

A umidade é o inimigo artístico do Sr. Vítor Meireles. Há artistas que têm contra si a inércia, outros que têm contra si a mão trêmula da idade, outros uma idiossincrasia da visão, outros o gosto público, outros a impertinência da crítica.

O cabrião⁷¹ do Sr. Vítor Meireles é o mofo. E que perseguição para um pintor ver de quando em vez mofar o seu trabalho como uma bota. E que perseguição particularmente para o Sr. Vítor Meireles, de tão delicada sensibilidade que, só de ver feio, conta-se, um pobre cãozinho leproso no meio da rua, tomou-o ao colo, e levou-o compadecidamente a curar em casa, que irritante perseguição esta insistência da lepra da humanidade a comprometer-lhe os coloridos.

Uma vez é a alfândega, a *conservar* de volta dos Estados Unidos do Norte o caixão do rolo da tela da primeira *Batalha do Riachuelo* que deposita em mau lugar, de sorte que quando o Sr. Vítor Meireles foi retirar nada mais achou do que um esquife de putrilagem, a tela podre de umidade, palmo a palmo, verdadeiramente o cadáver de uma obra de arte.

Explicou-se que a tela tinha viajado em más condições, em razão do péssimo encaixotamento que dela haviam feito os americanos da exposição onde a tela figurara, na grande República.

Mas o caso foi que o pintor se quis ter a sua *Batalha do Riachuelo* teve que se dar o pequeno trabalho de fazer outra. Outra vez é a *Primeira missa*. Primeira aqui não quer dizer que o pintor fez outra. Essa escapou por milagre. Ainda hoje, ali para a banda dos índios que se agrupam à sombra do cômodo onde está a cruz, pode-se notar a tatuagem das costuras que se andou fazendo e a diferença de cor dos retoques.

Aconteceu que achando-se esse quadro em uma das salas da academia, antes das últimas obras de transformação do edifício, desabou-lhe em cima uma das claraboias e ainda o aguaceiro de uma noite de temporal, que se despejava pelo rombo da cúpula de vidro. A tela estava em baixo, segundo se diz, sobre cavaletes voltada para cima, em simples depósito, que

⁷⁰ Vítor Meireles de Lima: pintor e professor brasileiro. Ao longo de sua carreira artística sofreu inúmeras vezes com o descuido na conservação de suas obras. Antes de seu falecimento, em 1903, parte de seu acervo fora doado ao Governo e armazenado em caixas em um depósito do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. Foi somente em 1910, na realização de uma reforma no prédio, que os Panoramas foram encontrados ainda encaixotados e já em estado avançado de decomposição. Em 3 de março de 1911, uma publicação do *Jornal do Comércio*, ao tratar da conservação de obras artísticas nacionais, afirma que “a nossa cultura estética se acha ainda na infância e marcha tropeçadamente, cheia de vacilações e eclipses”, ainda sem ideia nítida da significação das obras de arte nacionais. A publicação lamenta as condições em que os Panoramas foram encontrados: “abandonados à intempérie e ao pouco asseio dos responsáveis” a quem Meireles os tinha confiado. PANORAMAS. *Jornal do Comércio* (Edição da Tarde), Rio de Janeiro, p. 2, 3 mar. 1911.

⁷¹ Cabrião: sujeito impertinente.

nesse tempo as galerias não estavam ainda montadas. Recebeu naturalmente a chuva e os destroços de aguaceiro, padecendo com isto o que não custa imaginar.

Agora de novo a umidade aparece como a má sina do ilustre artista, para estragar-lhe o *Panorama do Rio de Janeiro*, tão festejado em Paris, e que nos preparávamos ansiosamente para ver desenrolado.

Não são bem conhecidas do público as devastações da umidade do arsenal onde esteve guardada a imensa tela. Felicitamos ao digno artista, se os estragos não passam dos três metros que constou que fosse a porção prejudicada. Mas não podemos calar a mágoa que nos inspira mais este episódio do caiporismo do Sr. Vítor Meireles, e principalmente a ingratidão do clima fluminense, que, através da incúria dos homens, tão mal recebe o artista que o levou em retrato a óleo a mostrar à admiração do velho mundo.

Y.

Jornal do Comércio, 15 de setembro de 1890 (Edição 258)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Uma semana de *sports*⁷²: *sport* de equitação, *sport* náutico e *sport* eleitoral.

Os da primeira e da segunda espécie foram a entrada triunfal da semana, com o atropelo da sua animação, a febre da ansiedade por amor dos favoritos de páreo, *outrigger* ou *pursang*⁷³ e o interesse de dinheiro e de amor próprio dos apostadores comprometidos.

O Jockey Club congregou vinte mil pessoas para o seu grande prêmio e ofereceu com essa admirável afluência de amadores das suas olimpíadas a mais brilhante de todas as festas do gênero que tem havido este ano.

Em homenagem ao bravo e patriótico chefe da nossa armada, Custódio José de Melo, as águas brandas de Botafogo acordaram para uma tempestade nova de alegria, crispando-se de flâmulas inquietas a enseada toda e cercando-se de clamores do entusiasmo, como um recôncavo de costa tormentosa.

Dois dias seguidos o Rio de Janeiro, este grande jogador, embebedou-se de alternativas de azar como um borracho de alternativas desconstruídas no vinho. Passado, entretanto, esses dias críticos de aposta, ainda lhe ficou muita disposição para o entretido *sport* das candidaturas.

⁷² *Sports*: no jornal foi adotada a grafia inglesa “*sport*”.

⁷³ *Outrigger*: do inglês, estrutura estabilizadora para barcos. *Pursang*: do inglês, puro sangue (cavalo).

Não se trata mais de verificar com o coração na mão quando o parreheiro enfia por diante do poste dos vencedores, nem como puxam os doze remos da airosa baleeira, branca de forquilhas douradas; mas o calor é o mesmo e o interesse é o mesmo. O povo enche as altas arquibancadas do seu direito de soberania e desfere para o grande campo da contenda política todas as energias da alma, tal qual nos melhores momentos das corridas e das regatas; ansiando com tanto maior fervor, que, nesta espécie eleitoral de páreos, os que disputam a primazia levam de fato um pouco da vontade do espectador; o espectador empresta-lhes pelo voto condições de vencer, como se fosse dado a um apostador, pela energia de seu desejo, comunicar magneticamente a um dos adversários em justa a sugestão da vitória e a contenda se trava efetivamente entre todos, entre os recursos dos contendores determinados e indeterminadamente entre os esforços de todos os assistentes.

Muita vitória é o que a todos os interessados desejamos; em falta de completa vitória, a própria vitória moral, que é como um prêmio de consolação para os candidatos; e que seja vivíssima a disputa final da palma do esporte a que assistimos, cujo último momento não tarda a chegar... Mas que seja entre os juizes o menos possível o tribofe⁷⁴.

O *Sete de Setembro*, data significativa da constituição da Pátria independente, passou-se em morna tranquilidade. De dia, nem abarracamentos de gala pelas montanhas para saudar a alvorada, nem coretos de pano ao redor da estátua equestre do Rocio, nem o hino cantado por meninas cândidas em cândidas vestes, simbolizando a perpétua virgindade impoluta da alma patriótica, nem músicas, nem movimento. De noite, a iluminação das repartições públicas, só a luz parada do gás das gambiarras, amarela e tediosa como uma formalidade.

O povo não viu o dia 7 passar pela folhinha, continuando, na República, a sua velha prevenção contra a honrada data como se aceitá-la alegremente fosse coisa incompatível com as graças da melhor recepção que se consagrasse às visitas anuais de outras datas, como 13 de maio, 21 de abril, e quantas por uma linha de significação idênticas e venham acrescentar aos fatos da nossa história.

É uma injustiça. Sete de Setembro é uma data de liberdade e de emancipação como qualquer outra das que mais se festejam. Se algum defeito tem, é que criou com as suas recordações patrióticas aquela velha imagem do caboclo nu, de correntes partidas na mão, que tem dito a muita gente que o Brasil um dia libertou-se; mas que tem dito igualmente ao número infinito dos estultos de todo o mundo que somos uma população de tapuias e que por aqui andamos todos em pelo, com grande agravo da civilização, a cuja mesa custam tanto a

⁷⁴ Tribofe: trapaça em jogo ou aposta.

nos aceitar as nações. Quanto ao mais é questão de circunstâncias. Certo que é muito mais belo o martírio do que um simples brado guerreiro como testemunho de um esforço libertador; certo que é de melhor efeito o movimento desordenado e trágico da massa popular no caminho da sua própria emancipação, do que a avançada somente de um homem, que, além de tudo, para não ser herói democrático, tinha o defeito de ser príncipe; certo que fere mais na imaginação a faísca dos delírios de júbilo uma proclamação simultânea de uma República em vez de um Império; mas a história, registro sereno de realidades, sem a flor de retórica, que, como todo o adorno, enfeita mas esconde, e sem a paixão que anima mas não faz crítica, a história que apara a cronologia simples dos fatos da evolução, por seus efeitos melhor do que suas circunstâncias, ensina que a data de Sete de Setembro nada menos vale perante o nosso grato respeito, do que as outras, que aclamamos. A glória da evolução de um povo cabe por igual a todos os seus grandes momentos, como a explicação de uma subida se refere a todos os degraus de uma escada.

Um fato de se festejar também como motivo de entusiasmo público - a inauguração de mais um grande prelo rotativo Marinoni, na imprensa da capital.

Os críticos do progresso dos povos costumam medir pelo consumo do ácido sulfúrico as proporções do adiantamento industrial. A multiplicidade dos usos dessa substância química e a natureza do seu emprego dão razão a que por seu gasto necessário se compute realmente o progresso.

Não erraria o estudioso da civilização que pedisse à casa Marinoni, para documento das suas verificações de progresso moral as notas dos livros da escrita, e fosse julgando os povos pelo que informassem de cada um esses livros quanto aos recursos da imprensa local.

O aumento numérico da classe dos que leem, a melhor demonstração de progresso, acusa-se nesse registro comercial melhor do que em qualquer documento de estatística.

Felizmente os pedidos da imprensa fluminense para as afamadas fábricas de máquinas tipográficas sucedem-se agora com uma continuidade que nos honra.

Computada a massa da população desta capital e a proporcional *produção* de leitura, podia-se afirmar que estávamos em deplorável atraso, o número limitado dos nossos diários, a sua pequena circulação e a história aventureira dos seus dias eram a prova.

Com a efervescência de iniciativas que se tem notado no País, essa inferioridade parece tendente a resolver-se. Já se foi o tempo em que as *nossas máquinas* eram um sucesso de surpreender polo e polo. Hoje em dia as empresas jornalísticas consideram a adoção de

uma Marinoni rotativa como simples condição indispensável e o único testemunho da prosperidade firmada.

Como sinal de prosperidade, seja felicitado o *Diário de Notícias* pela Marinoni que inaugurou nas suas oficinas.

Em continuação da sua viagem de enviado do governo português, que tem de reconhecer na praça de Buenos Aires fiadores para o comércio de vinhos portugueses, seguiu para o Sul o emérito colaborador desta folha e jornalista de além-mar Jaime de Séguier.

Por despedidas ofereceram-lhe alguns dos seus amigos e admiradores um delicado almoço, no salão superior do *Globo*.

O inconveniente de não poder no momento o *Jornal do Comércio* saudar, com os rumores de festa que o fato pedia, a passagem do seu ilustre correspondente literário por esta cidade, foi compensado pelo esplendor efusivo dessa pequena manifestação.

Dos principais órgãos da nossa imprensa, como representantes idôneos do espírito nacional, estiveram presentes redatores e colaboradores, em número limitado, mas conhecendo bastante o merecimento de Jaime Séguier, para poderem significar-lhe a bela conta em que são tidos entre nós os brilhantes dotes do seu talento.

A figura distinta de Séguier, um nobre sorriso feito rosto, sobre as proporções regulares de um homem elegante, em pleno vigor da mocidade, a figura de Séguier, ordinariamente protegida de intimidades excessivamente invasoras por um laivo de altivez hostil que lhe mora sobre o bigode louro e farto, transformou-se ali maravilhosamente, entre pessoas que ele sabia seus decididos amigos. Uma pequena reserva de solenidade que a princípio por prudência o deteve, desapareceu logo com a sinceridade transbordante e risonha dos que lhe ofereciam a festa; e o altivo mestre da pena fez-se tão modesto, tão animado, tão gentil companheiro, que é impossível realizar-se uma reunião mais agradável do que foi esse almoço, sob mais agradável presidência.

Naquela atmosfera de bom humor, o discreto poeta e estilista sentiu-se tentado à expansão e fez-se inesperadamente um delicioso orador, inesperadamente para ele próprio que confessou o prejuízo de uma rara virgindade que lhe custava aquela festa. *Sinto-me nacionalizado na Pátria dos entusiasmos*, disse ele. E por estrear a veia de eloquência em si descoberta, falou seis vezes, seis ou sete vezes, um grande número de vezes, mas que não foi bastante para satisfazer aos seus amigos, os quais perceberam na eloquência conversada do ilustre escritor a mesma vibração da sua literatura cintilante e inolvidável.

Outro que partiu esta semana, Joaquim Nabuco⁷⁵.

Joaquim Nabuco é o brasileiro cuja atitude tem sido mais original depois da revolução de novembro. Original e, por honra sua, absolutamente correta. Talvez até toda a sua originalidade se faça de correção, se for analisada em relação somente àqueles que não aceitaram o fato consumado da República.

Não há muitos dias, em conversa efusiva de quem vai deixar a Pátria e deseja que não fiquem a perseguir-lhe a reputação conjecturas mal encaminhadas, ele revelava todo o seu grande coração de homem justo e de político generoso.

– Pode ser que eu seja um partidário sem partido, dizia ele (e, como a época é das revelações de entrevistas, por faceirice *interviews* – repetimo-lo nós), o que não creio, porque a massa do povo é profunda e há sempre camadas a que não chegam todos os movimentos de outras e com as quais se pode contar... mas a coroa será sempre para mim uma hipótese presente. Não é a restauração que essa hipótese representa: é o aferidor ideal, situado entre o povo e a opressão de que é capaz um governo republicano, como todos os outros. A observação do que se passa nas repúblicas da América do Sul, das relações entre si das camadas populares nessas repúblicas, das tiranias multiformes que as inferiores sofrem e que as de cima organizam de cumplicidade com os governos, fazem-me crer que convém a existência de um plano de governo para o qual possam deslizar as esperanças dos oprimidos, em caso de opressão, e segundo o qual se delineiem as ideias de um político emancipado de grupos que aspire a servir⁸³ aos fracos e aos pequenos, sem o embaraço teórico das palavras consagradas. Não será a restauração. Mas a um político solitário e forte para ser só, ficará sempre o direito de construir a esperança luminosa de uma venerada monarquia, a justiça e o direito sobre um trono e sob uma coroa, para que ele insurja esse luminoso quadro aos olhos de um governo denominado por escárnio a Liberdade.

De acordo com esse generoso idealismo monárquico, Joaquim Nabuco resolveu afastar-se, desde a revolução, da atividade política e ainda nesse pensamento resolveu retirar-se temporariamente da Pátria. Quer julgar de longe. Os fatos examinados de perto para quem se impõe como dever de patriotismo julgar deles e colaborar com eles, que se produziram sem o concurso de quem os quer julgar, se puder honestamente aceitá-los, os fatos de perto são obscuros. Fora da Pátria, à distância que nos cheguem os acontecimentos englobadamente, mais completos, portanto, de episódios, melhor se os pode encarar e formar juízo a respeito.

Mais tarde, instruído pela síntese da distância e do tempo sobre o caráter firmado do

⁷⁵ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo: político, diplomata, jurista e jornalista brasileiro. ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

novo regime do governo do seu País, o grande e glorioso político estará de volta para a luta do civismo, com a indomável constância e com a eficácia de que se tem já provado capaz.

Por novidade teatral e para compensar-nos do encerramento da deliciosa quadra de espetáculos da Companhia Coquelin Judic, abriu-se o Teatro Apolo, uma joia de construção leve e sólida, em que parece que o talento dos artistas será estimulado pela encantadora elegância e pelo simpático luxo da casa que lhes oferecem para mostrá-lo.

As primeiras noites do novo teatro, pela simples circunstância de ser o teatro novo, tem sido de uma afluência sem nome, que os donos do teatro e empresários têm-se visto obrigados a debelar em parte com praças de polícia e editais de aviso de que não há mais lugar para um alfinete.

Saibam os proprietários da bela casa de divertimento perpetuar este entusiasmo de peneira nova, fazendo viver a cena com uma escolha de espetáculos que não desmereça do gracioso edifício com que dotaram a cidade.

Y.

Jornal do Comércio, 22 de setembro de 1890 (Edição 265)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Ora até que vencemos sem mais desgraças as águas turvas do movimento eleitoral, onde tantos pescadores hábeis pretendiam pescar.

Custa crer.

A estas horas, a realizar-se a miragem de terror com que inúmeros sonhadores mais ou menos práticos se horripilavam e nos horripilavam, devíamos ter a ordem social de pernas para cima e cada cidadão, bastante ousado para afrontar a aproximação arriscada das urnas, meio palmo de ferro fraticida pelo abdômen a dentro. Era a prova final da revolução, pensava-se, e havia um grande medo de que esta prova solene nos saísse provação em vez de prova, e muito mais solene do que precisa sem comumente uma prática de civismo comum.

Arreçados de pressões de ferro e fogo, alguns cidadãos, muito graves e ordeiros, renunciaram ao seu direito de cédula. E, coisa notável, como esses circunspectos cidadãos, que eram a ordem e o respeito cívico, deixou também de comparecer às urnas a desordem, que é a coisa menos circunspecta e menos civicamente respeitosa que é possível existir.

Explicuem os sociólogos o caso como entenderem, ou que a desordem entrou em caminho de bons costumes e que, com o disparate do progresso, já se pode ver a própria anarquia dar conselhos de prudência a Luísa Michel⁷⁶; ou que, ainda mais admiravelmente a mesma desordem desdenhando a companhia da arraia miúda, seus velhos camaradas de sarilho, quer dizer, de sufrágio, resolveu fazer-se de séria e aceitar para si também o *mot d'ordre*⁷⁷ dos moderados, abstendo-se completamente de concorrer ao pleito eleitoral; o fato é que reinou em toda parte, no temido dia 15 do mês, a paz elisíaca⁷⁸ mais admirável que se poderia conceber.

Entretanto, sem descrédito das eleições, diga-se francamente, podia haver desordens, e desordens da pior espécie, isto é, um resultado de violências contra a consciência do cidadão, contra o seu direito de voto, em resultado de fraudes de escrutínio, ou da simples intenção de alguns de inutilizarem os trabalhos de qualquer colégio.

Eleitoralmente falando, não pode haver eleição que não preste.

Moralizando para indivíduos, para os homens de um em um, é mister celebrar os escrutínios puros, segundo o ideal da consciência límpida. Com efeito nada mais honroso do que desejar que uma eleição política se faça absolutamente à vontade de cada eleitor, começando assim todo aquele que em eleições se envolve por não fazer cabala e acabando por indignar-se generosamente, contra todas as práticas de coação ou de esperteza com que outros tentem viciar ou viciem essa forma moderna dos comícios em torno das urnas. Nada mais honroso, e por honra de cada um, individualmente, prega-se em tudo que se refere ao movimento eleitoral, o sermão da paz na terra aos homens de boa vontade.

Socialmente não importa. Impurezas de escrutínio são lamúrias dos partidos fracos.

Quando se apela indistintamente para a multidão pede-se a diagonal de um paralelogramo de forças sociais. Pede-se em política a média de alguns valores algébricos como em mecânica. O caso não é de um exame de almas como em um confessional, em que só se aproveitam as puríssimas: a eleição é uma revista geral dos elementos *todos* com que pode contar o governo para ser autoridade, desde o concurso desinteressado da simpatia do mais austero dos cidadãos até a colaboração *intencional* do cabalista mais trêfego e perigoso.

⁷⁶ Luísa Michel: feminista e anarquista francesa, frequentemente citada na imprensa brasileira. Ao tratar da vinda da ativista ao Brasil, em 1895, em crônica publicada na seção “A Semana”, Machado a classifica como “diva da anarquia”.

ASSIS, Machado. A Semana, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 out. 1895.

⁷⁷ *Mot d'ordre*: do francês, significa lema.

⁷⁸ Elisíaca: calmo, tranquilo, cômodo.

Com qualquer atropelo que esta apuração se faça, o resultado é sempre legítimo. Socialmente, a vitória é vencer. Vencer bem é dos homens, não é das multidões. E ingênuo seria o governo, representativo, por mais honrado que aspirasse manter-se exclusivamente sobre as asas de anjos, como um trono celeste. Para salvação dos escrúpulos basta que não se originem imediatamente do próprio governo as irregularidades.

Em todo caso, felicitemo-nos de homem para homem, com o desenlace pacífico da campanha dos votos. Tanto mais que depois dele agravou-se a lendária endemia fluminense das manifestações, o que é possível que seja a desgraça dos manifestados, mas alegre indubitavelmente a cidade. Tanto mais que já agora as nações do velho continente, sem razão arrufadas com a nossa República, já não têm pretexto para estar de relações cortadas conosco.

Portugal para começar já deu exemplo às monarquias. E um exemplo frisante mesmo, se pensarmos que o problema republicano agita-se a sério neste momento, lá para o velho reino.

A propósito de manifestações, não nos parece que sejam as mais razoáveis deste mundo essas manifestações por triunfo eleitoral.

É o que se pode dizer justamente festejar o êxito e não o indivíduo.

Todos sabem de onde vem mais ou menos o triunfo eleitoral. Os merecimentos concorrem muito, é verdade; mas sucede que muitos que votam não estão habilitados a julgar dos seus eleitos. Não é, pois, perfeitamente da admiração que vem o voto. Não se fala da simpatia pessoal, que gira em círculo ainda mais restrito. Fica o triunfo a cargo dos conchavos de chefes, das imposições dos que têm força, dos embustes dos que têm esperteza, do maior ou menor efeito de uma propaganda de oportuno reclame, ou de uma aura⁷⁹ passageira de popularidade de nomes, de todas as forças múltiplas e insignificantes que podem agitar a inércia natural das massas eleitoras e cuja soma é um resultado às vezes materialmente lotérico, às vezes, e nos piores casos, tão de prever que é quase menos decoroso ficar alegre com ele.

Por outro lado, a comissão de representantes do povo não é uma glorificação, é um encargo; não é galardão, é ônus de serviço. E a um homem de caráter grave injuria-se-lhe apenas a circunspeção contando-se que ele esteja aos saltos de alegria porque saiu eleito e levando-lhe de nossa parte a oferecer os pinotes igualmente do nosso júbilo.

⁷⁹ No jornal está grafado “aurea”, Coutinho também adota essa grafia. Aqui optou-se por aura: brisa, sopro.

Sem que seja a eleição senão em parte mínima, quanto aos seus motivos, uma aclamação de merecimento, sem que seja em si mesma nada mais do que uma comissão de trabalho, o encargo de preparar e redigir legislação, encargo de menos glória até do que aquele com que são honrados os redatores de vastos códigos nacionais, não é fácil arrazoar sinceridade em favor das manifestações aos eleitos.

Salva-se o caso único das candidaturas dos desempregados, em que seria tolhida a questão.

Perante a análise moral, somente são legítimas as manifestações de alegria a que podem corresponder manifestações paralelas de pesar, quando em vez do motivo venturoso existe o motivo contrário.

Um amigo nosso, um grande cidadão faz anos. Alegremo-nos. Podia deixar de viver, e nos entristeceríamos.

Um homem ilustre, uma pessoa que amamos restabelece-se de uma enfermidade. Alegremo-nos. Podia ter morrido e seria uma desgraça.

Um nobre e estimado cidadão é condecorado com uma rara distinção cívica. Alegremo-nos. Podia ser esquecido, como tantos e tantos, e nos havíamos de revoltar perpetuamente contra a injustiça.

Alegremo-nos em todos esses casos e damos testemunho da nossa alegria por meio de uma manifestação de qualquer gênero, *Te deum laudamus*⁸⁰, retrato a óleo, escrivainha de prata, coroas de louro, discurso de légua e meia em declamação de voz cava, ou simplesmente um abraço.

Alegremo-nos. Mas o contrário houvesse sucedido, e levaríamos a toda parte o clamor do nosso desgosto como levamos as festas do nosso regozijo. *En pendant*⁸¹ com o *Te Deum*⁸² e com as felicitações de aniversário, teríamos o ofício de *Requiem*⁸³ e o cerimonial do saimento; as coroas de perpétuas para o esquife, *en pendant* com as coroas de louro; *en pendant* com os discursos exultante, a oração fúnebre de lágrima no olho e voz trêmula. Para a hipótese de não ser reconhecido pelos homens do seu tempo aquele que reputamos excepcional, teríamos mil modos, casa qual mais honroso, de testemunhar-lhe o nosso desgosto, até mesmo por meio da subscrição popular, de simples manifestação ou de oferta, recurso muitas vezes erigido em desfeita contra as injúrias cegueiras dos distribuidores das graças e das distinções sociais.

⁸⁰*Te deum laudamus*: expressão latina, significa nós vos louvamos.

⁸¹*En pendant*: do francês, significa enquanto, paralelamente.

⁸²*Te Deum*: a Deus; hino religioso.

⁸³*Requiem*: do latim, significa descansar. *Te deum* é hino religioso, *requiem* é primeira parte de cerimônia pelos defuntos.

Bem queríamos ver, se, desatendido pelas urnas o benemérito candidato tal ou tal, os seus amigos e entusiastas tomassem trinta bondes de lanternas de papel preto ou *brulots*⁸⁴ de espírito de vinho, como se queimam nos mausoléus, desferindo pela noite flâmulas lúgubres de fogo azul, e saíssem em busca do seu arrabalde com três bandas de música a tocar marchas fúnebres por todo o caminho e surdinas melancólicas; e ao chegar ao palacete do estimado chefe, sobre cujo frontispício (do palacete) dever-se-iam entrecruzar naturalmente por entre lâmpadas do significativo espírito de vinho fanchas largas de metim de tumbas, encontrando-se os pesares dos manifestados com os pesares dos manifestantes, ao chegar ao palacete e antes da ceia composta de todas as amarguras culinárias que se pudessem preparar, abundando principalmente entre elas o jiló, sob uma rega característica de *lacryma Christi*⁸⁵, o orador comissionado se adiantasse com um discurso em uma das mãos e uma ampulheta na outra:

“Sr. Candidato, temos a alma triste, mas, a vida é assim; consolai-vos.

Podíeis ser hoje deputado ou senador, entretanto não sois coisa nenhuma. De quem é a culpa? Nossa, não é; que todos vos sufragamos. Vossa não é também; que vos sobram os merecimentos e a nossa manifestação é a prova. A culpa é da sorte, do destino! *Habent sua fata candidati*⁸⁶. Mas consolai-vos. Podia ser pior. Podíeis ter machucado um calo. Nós é que não podemos nos consolar como Calipso, porque mais vos amamos sem dúvida do que vós mesmo as nossas vaidades. Levamos à urna os nossos votos, a urna não no-los aceitou. Temos mágoa desde desastre, no peito. Em sinal desta mágoa e para que não dure uma sombra de desapontamento no vosso melindre vimos oferecer-vos esta ampulheta, emblema consolador da transitoriedade no mundo – das coisas que passam e das candidaturas que não passam, aceitai-a que vo-la oferecemos de coração.

Foi-se felizmente a peste dos cosmoramas.

E na verdade já era um escândalo.

Pensam alguns que o que a levou foi a temporada eleitoral que se foi também. É mais honesto crer que o que a debelou foi simplesmente a volta do Dr. Sampaio Ferraz à Secretaria da Polícia. Por qualquer um desses motivos, ou por ambos ao mesmo tempo, a realidade é que o aspecto da cidade não é o mesmo, de há alguns dias.

Era, do largo da Carioca até a praça Onze de Julho, de espaço a espaço, uma pequena loja de duas portas⁸⁷, armada de bambinelas de ganga e lanternas, com umas tapagens

⁸⁴ *Brulots*: do francês, significa embarcação de fogo, carregada com materiais inflamáveis.

⁸⁵ *Lacryma Christi*: no latim, lágrima de Cristo.

⁸⁶ *Habent sua fata candidati*: do latim, candidatos têm seu destino. É alteração paródica de *Pro captu lectoris habent sua fata libelli* (tradução literal para a língua portuguesa, “os escritos têm seu destino de acordo com a capacidade do leitor”).

⁸⁷ “Uma pequena loja de duas portas”, trecho ausente na edição de Coutinho.

improvisadas e nas tapagens uns óculos redondos, de vidros de aumento, e por dentro das tapagens, além de algumas vistas de mau desenho, dando para os óculos de aumento, um murmúrio suspeito de vozes, algazarra de quando em quando e a barulhada da jogatina, bem expressiva para parecer coisa que se escondia.

Era o jogo desabrido tal qual no pátio do Recreio Dramático em uma famosa *kermesse*⁸⁸ de barraquinhas que lá funcionava em que no meio de suspeitas rifas atraía o interesse dos visitantes uma máquina de jogo das chamadas *estradas de ferro* sobre cujos trilhos como epigrama ironicamente engendrado para debicar os fregueses lorpas do negócio - corria um camelo.

Agora já é possível visitar o Recreio, ou percorrer a cidade, sem encontrar o espetáculo desse vasto acampamento de escândalo que tinha entre todos os escândalos que podem decorar uma cidade a desvantagem de ser um pífilo escândalo de aldeia. Vamos ver, porém, se a supressão dessa triste ridicularia de maus costumes é desta vez definitiva. A peste dos cosmoramas tem sido periódica. Vencida uma vez, ela volta de mansinho passados tempos. Os cosmoramas vão-se abrindo de um em um. Aqui e ali vão dispersivamente se distribuindo as suas lojas das bambinelas e das lanternas chinesas. Vão aparecendo pouco a pouco, como espiando pelos seus olhos de vidro se já podem surgir os que ainda faltam e se a polícia está distraída. Dentre em breve está alastrada a cidade inteira.

E isto tem acontecido geralmente com a volta periódica das eras eleitorais, como parecendo que entre os jogadores e as autoridades, interessadas em incorporar eleitores, se estabelece em conluio de relaxamento. É da dignidade dos responsáveis da polícia do novo regime evitar que sobre eles recaia o inconveniente dessa feia aparência, de tanto desdouro para os seus antecessores, fazendo cessar de uma vez essa vergonhazinha dos costumes fluminenses.

Anunciou-se o próximo aparecimento de mais um diário da imprensa da capital, entrando no número de seus redatores o querido poeta Alberto de Oliveira. Não há senão congratulações com a literatura nacional por esta criação em vésperas, que há de retirar naturalmente o poeta da altiva obscuridade pessoal em que desde tanto se isola, que nos há de tornar sem dúvida mais frequente a convivência com a sua deliciosa musa.

Já que dele falamos, vem de oportunidade saudar o ilustre mestre da estrofe pelo sucesso literário da semana. Nada mais que alguns versos.

Referimo-nos aos versos de Alberto de Oliveira que a *Gazeta de Notícias* publicou há pouco, sob o título de *Espiral de fumo*. Alguns versos, mas um glorioso poema, tranquilo na

⁸⁸ Kermesse: do alemão, quermesse.

sua glória, e sedutor de novidade e de sinceridade. Ainda nos cantam ao ouvido as suas derradeiras linhas:

Vou tomar a figura esbelta e voluptuosa
Da mais bela mulher que haja encantado a mente
De um poeta; ao ver-me assim, - alma febril e ansiosa⁸⁹
Ele, os braços, convulso, erguendo de repente
Há de chamar-me... E eu sempre errante a voar
Fugindo irei, te me perder cansada
Espirada
No ar.

Y.

Jornal do Comércio, 29 de setembro de 1890 (Edição 271)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Decididamente não há poetas no Rio de Janeiro, em que pese aos magníficos versos que por aí correm no comércio das letras, com a cotação de ouro que valem.

Não há. Pois lá está, na imensa solidão verde dos seus jardins, o palácio da Boa Vista⁹⁰, aquela inapreciável jazida de melancolias: e nem um poeta a visita, por aproveitar o minério exuberante das cismas.

É talvez que passou o tempo em que os indagadores do coração humano buscavam na esfera da vida dos reis e dos príncipes os motivos apaixonados dos seus poemas, por uma seleção criteriosa, baseada muito simplesmente em que, no mundo moral como no mundo físico, aquilo que mais alto está é mais patente e deve portanto mais impressionar.

É talvez que não existe agora o privilégio de mais veemente poesia para a tristeza, como foi em outro tempo, e que os entusiasmos alegres geram hoje foros de paridade sentimental com os êxtases sombrios, como se não sentíssemos vagamente, no fundo da alma, que a dor dói muito mais do que a alegria alegre, e, portanto, muito mais poética, isto é, comovente, deve ser a expressão da melancolia.

A não ser por essas razões, não se explica a ausência dos nossos artistas da cisma, entre as *ruínas* volneianas do paço imperial da Boa Vista.

⁸⁹ Na edição de Coutinho está grafado “alma febril e anseio”. Pela condição um pouco precária da edição do *Jornal do Comércio* não é possível afirmar se a palavra está grafada incorretamente ou se foi um equívoco na transcrição. A publicação de Alberto de Oliveira na *Gazeta de Notícias*, no dia 19 de setembro de 1890, está grafado “ansiosa”, grafia adotada nessa edição.

OLIVEIRA, Alberto de. Espiral de fumo. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 19 set. 1890. p.1, 4.col.

⁹⁰ Palácio da Quinta da Boa Vista: atualmente Museu Nacional de Arqueologia e Antropologia, atingido por incêndio há dois anos.

Entre o museu e sepulcro é a impressão geral da majestosa casa.

O museu é já de si alguma coisa como um túmulo. Tudo aquilo que o museu conserva, conserva estacionado na morte. No museu dos costumes, não são os costumes que a gente encontra: é a múmia dos costumes. Cada objeto que em algum tempo existiu para a vida efetiva do uso, não resta mais senão para a realidade inane de amostra. Na ex-imperial residência de S. Cristóvão esta impressão lutuosa do museu oferece-se tanto mais completa, que as recordações lá depositadas dos fatos e das pessoas pertencem a um passado muito pouco remoto para apenas interessar como documento histórico.

Que romaria para a imaginação visitá-la.

Os salões, fechados, ermos, em meio treva, têm toda a tristeza do abandono. Os móveis deslocados pelo movimento dos leilões que os vão levando embora pouco a pouco, apresentam o espetáculo desolador do espólio de algum morto, uma desordem de inventário, cada traste parecendo errar sem dono pela casa e como a oferecer-se humildemente. Os quadros das paredes, antiquíssimas, denegridos de antiguidade, abrem-se como janelas de umbrais de ouro sobre incertos panoramas, onde agoniza a luz fatigada de extintos coloridos. O silêncio reina em toda a parte, como o único habitador atualmente da grande morada. Há operários que trabalham no palácio, em roda do palácio, que o reformam para novos destinos. Em vão as vozes dos que falam, as marteladas dos que batem acordam, agridem o silêncio adormecido. Os rumores perdem-se repelidos pela reclusão severa das salas, para a imensidade absorvente do parque.

No terraço superior, em uma espaçosa câmara coberta e cercada de vidraças, existe uma luneta de alcance. Quantas vezes lentamente, nos seus eixos, guiada pela mão de um rei, não girava ela perscrutadora sobre os incidentes da paisagem circunvizinha, sobre a bela vista, a *boa vista* da cidade, lá em baixo, além das vastas rampas gramadas da quinta, ao longe, onde borborinhava esse murmúrio da atividade ditosa dos súditos, tão lisonjeiro aos ouvidos de um soberano. Agora, na sua câmara de vidro, em meio do terraço cujo peitoril apodrece e esbruga-se, lavrado das chuvas, a luneta avariada espicha-se inerte e fita baçamente o olhar cego da objetiva em um panorama irreal de nevoeiro sujo e grosso. A poucos passos da luneta sobre o balcão do terraço, está o disco de pedra de um relógio solar. Outrora passava por ali todos os dias o sol da prosperidade... E de passar esse sol feliz, o mostrador está gasto. As horas gravadas apagam-se, desaparecem sob a luz, e realizam a imagem concreta deste absurdo – o próprio tempo imortal, morrendo.

No primeiro andar, à medida que se vão transpondo as salas sombrias, há tão pouco fechadas e parecendo fechadas há séculos, aquelas profundas salas de onde ao entrar-se e

apenas lhes facilitamos a primeira réstia de luz, parece-nos ver surgir a receber-nos o fantasma de um príncipe defunto, nosso hóspede por aquela extraordinária visita, aparecem excessivamente os objetos impressionantes. Espelhos enormes, como portas para outros salões paralelos, de maior obscuridade e de maior mistério. Retratos centenários, que se debruçam com indiferença irônica sobre quem passa. Retratos comoventes de príncipes crianças, sorrindo, a pedir uma carícia. A gente os olha ali como órfãos esquecidos e tem pena. Estátuas de mármore, que avançam dos cantos escuros com o seu gesto lívido, estacando logo se o olhar demora um pouco, como criaturas de excepcional beleza punidas repentinamente do orgulho dessa supremacia e fulminadas de imobilidade no momento mais arrojado de uma soberba atitude.

Entre os mármoreos há um moderno, encantador. Representa um menino que dorme sobre uma cadeira. A cabeça reclinase contra o espaldar, pousando nos braços; as pernas nuas pendem à toa, entregues ao descanso do sono. Nada mais em harmonia do que esta escultura do sono com o imenso repouso do palácio. Dir-se-ia que não há muito estava a correr pelos salões o menino de mármore, quando lá entrava a alegria da luz. E o imaginamos, risonho e ruidoso, levando através das galerias extensas o voo branco da camisinha que o veste. De repente, o pobre pequeno viu tudo fazer-se imobilidade e silêncio no palácio. Alguns homens rudes vieram e sem explicações, mudos e inexoráveis, foram trancando janelas e portas de todos os lados. Surpreendido pela escuridão e fechado dentro, chorou muito primeiro; depois voltou à sua cadeira, fechou os olhos, de medo do escuro, e adormeceu assim, como lá o encontramos.

As salas das grandes recepções da coroa estão ainda armadas tal qual, com a mobília preciosa e as paredes de tapeçaria vermelha e ouro. A ordem absoluta e a forma regular do aparato atribuem-lhes um aspecto de imponência religiosa. Depois da opulenta antessala que se atravessa com instintivo respeito pisando felpudos tapetes, onde todo rumor de passos perece, chega-se à sala do trono. É mais a capela solene de um mausoléu. O trono é elegante e simples, de veludo verde e guarnições de ouro sob o dossel de veludo verde, em cujos degraus desventra-se em perdas de paina uma antiga almofada verde, de veludo. No crepúsculo que ali cria o visitante, com uma banda de janela que abre, o veludo do trono, do estrado, da almofada, das capas em regaço do dossel que acima desabam, parece veludo negro. A majestade do poder não devia representar-se mais imponente quando efetivamente dominava, do que assim naquela suntuosa melancolia funerária do trono deserto.

Há ainda no palácio um aposento, onde de outra maneira, mas assim intensamente para a tristeza no dormitório imperial. Lá estão os leitos onde repousavam os soberanos.

Leitos despidos inteiramente, ou cobertos de colchas de damasco branco e verde. Todos os móveis do aposento mostram em obra de talha sobre medalhões a coroa do império, amparada por dragões. Apesar da severidade carrancuda desde espécie decorativa, a decoração do compartimento, entre suaves combinações de ouro e azul, conserva aí certo ar de tranquilidade amável, que tenta sorrir em contraste com a desolação geral do palácio. No centro do aposento há uma *veilleuse de nuit*⁹¹, de porcelana branca. Dentro, a griseta inútil imergiu no óleo. Ao redor do globo branco, graduado em relógio, um ponteiro parado marca estupidamente uma hora inacabável. Ao pé de uma janela há uma rara mesinha de costuras, de xarão, com todos os utensílios respectivos de marfim. Sob a mesa pende um saco de seda carmesim, onde estão carretéis servidos e restos de lã, indicando trabalho sustado de senhora. Mais ainda do que a sala de trono, onde impressiona o quadro do exílio de um rei, punge, talvez, a vista deste meigo aposento, que lembra uma família expatriada dos próprios lares.

Os paços dos poderosos podem vir a ser assim o retiro da infinita tristeza, como pode, ao capricho da sorte, ter o seu diazinho de relativa festa o interior misérrimo dos cárceres.

Meditando a amargura das condenações e quanto deve ser horrível a continuidade desesperadora da pena, muitas vezes em punição de um momento de loucura, resolveu o governo provisório voltar as suas vistas para os desgraçados que padecem no inferno judiciário das prisões.

Havia na antiga legislação criminal a crueldade das *galés perpétuas*⁹², menos bárbara pela demora da detenção significada, que a morte frequentemente abreviava, do que pelo desespero dantesco da sua cominação definitiva. Vinte anos, trinta anos representação um prazo. No fim, pode-se ainda calcular a esperança; *galés perpétuas* valem o definitivo atroz, a mensagem sem misericórdia, na ilha do sofrimento, limitada, apenas, pelo oceano obscuro da morte.

Havia a agravante dos ferros martirizando ainda mais os escravos infelicíssimos da pena.

Havia a extensão temerosa das prescrições, permitindo o pavor diurno da ameaça legal, contra aqueles que, por não serem useiros no crime, conseguiam fugir a uma condenação dolorosa.

Havia a injustiça das prisões preventivas antes do processo dos indigitados criminosos, que aumentava a severidade do código, crescendo sem a mínima razão, ao tempo da pena de cassação da liberdade, resolvida no tribunal, um prazo em geral longuíssimo da detenção.

⁹¹ *Veilleuse de nuit*: do francês, abajur.

⁹² *Galés perpétuas*: pena perpétua.

Generosamente atendendo a todos esses males, o governo resolveu precisar em trinta anos o prazo máximo das penas de prisão; acabar com a tortura das algemas para os condenados de prisão com trabalho; reduzir o tempo das prescrições proporcionando-as melhor, aos delitos; incluir o tempo da detenção preventiva na conta do prazo da pena resolvida em julgamento.

São poucos quaisquer aplausos para os iniciadores dessa reforma de caridade, cujo valor tão gratamente deve ser compreendido a estas horas no antro lóbrego da escravidão penal, aonde esse decreto misericordioso enviou o conforto de um raio de luz.

Partiu para a Europa o ilustra artista Rodolfo Amoedo.

Neste momento, em que as aspirações de todos, animadas do movimento de renovação geral, convergem para a constituição entre nós de um meio artístico que assim se possa chamar, nada menos agradável do que esta novidade de que nos deixou um daqueles com quem mais justos motivos se contava para a gloriosa organização.

Por maior infelicidade o artista que partiu não somente retira-se, mas se retira desanimado.

Ainda há três meses, quando no governo despontou a primeira esperança para a malfadada vida artística do Rio de Janeiro⁹³, víamos Amoedo, afanoso e ativo, com o seu nervoso entusiasmo de estandarte, reunindo em torno de si a mocidade artística como um batalhão e incitando-a para a gente jornada de trabalho, que se projetava.

As alternativas da boa vontade, na alta administração, não corresponderam, porém, ao seu bem intencionado alvoroço. Receando haver-se excedido na sinceridade do seu caloroso interesse pela transformação do ensino das belas artes, o artista retraiu-se. Não faltou então quem lhe não poupasse desgostos, com essa gentileza moral de certos vingativos que sabem falar aflautado, ou grosso, com aqueles que têm, ou que passam a não ter por si o favor oficial. Amoedo era julgado em situação de desfavor. Ressentido desses desgostos, o digno artista foi cada vez mais se apartando do ponto de combate até onde avançara, e completou esta retirada, deixando mesmo a Pátria, como deixou os cargos que estavam confiados à sua competência.

⁹³ No dia 15 de julho de 1890, reuniram-se em um barracão improvisado Rodolfo Amoedo, os irmãos Rodolfo e Henrique Bernardelli e outros artistas, para que elaborassem em conjunto uma petição para o desenvolvimento artístico da Capital. Uma publicação na *Gazeta de Notícias* destaca a expectativa dos jovens artistas com a entrega da petição ao Ministro da Instrução Pública. Ao que parece, a iniciativa não teve o resultado esperado, visto que em setembro Amoedo parte para a Europa, abandonando o cargo de professor de desenho na Escola Politécnica.

ENSINO ARTÍSTICO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 1, 20 jul. 1890.

RODOLFO AMOEDO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 2, 28 set. 1890.

Fazemos votos para que os ressentimentos do distinto pintor nacional se provem, com o tempo, menos justificados, quando o azar administrativo que foi contrário aos seus patrióticos desejos lhes seja porventura propício.

Caso isto suceda volte à Pátria, com todos ou parte dos trabalhos que pretende realizar durante a sua ausência, certo de que um exílio bem aproveitado, para aqueles que têm em mente uma ideia, pode valer tanto como um prazo correspondente de lutas extenuantes, as mais das vezes odiosas.

O último dia da semana trouxe-nos a desgraçada ocorrência do passamento de França Junior.

Entre os nomes que hão de viver necessariamente nas recordações literárias do Brasil, o de França Junior se deve contar como um dos mais notáveis. Não viverá tanto pela resistência da obra que esse nome subscreveu, aliás resistente em parte, mas pela popularidade considerável que o afagou, que se vai tornar em tradição legendária, agora que desapareceu quem o ilustrou em vida.

Fica este breve comentário com que registramos o infausto acontecimento da morte do ilustre escritor, como a nossa homenagem a sua simpática memória.

Y.

Jornal do Comércio, 6 de outubro de 1890 (Edição 279)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Que se oponham os bons e os maus e que briguem, bons e maus que o sejam por o serem, ou porque mutuamente assim se julgam, nada mais fácil de compreender.

Desde que preto e branco se aproximam, as duas cores brigam; e uma invade a outra; e ambos se invadem, e o resultado é o cinzento, que, se aparando bem, não é uma cor, mas uma luta de cores, como a mestiçagem não é uma raça, mas uma luta de raças, tendo por campo de batalha uma pele, e por campeões moléculas de pigmento.

É muito razoável. Aquilo que é branco, que se define branco, que brilha branco, insiste pela supremacia da cor que representa o seu brilho, a sua definição, a sua essência, porque, desde que não insistisse sem tolerância, tanto em essência, como em definição, como em brilho, aquilo que é branca abdicaria desnaturadamente da própria natureza, da própria

existência. E não há exemplo de coisa nenhuma no universo que, desde que existe, faça empenho naturalmente em deixar de existir.

Imagine-se, ao contrário, que a cor branca ao aproximar da cor vermelha, uma cor bonita, e, como a cor branca é a cor dos jasmims e a cor vermelha é a cor das rosas, e jasmims e rosas dão-se às mil maravilhas, pelo menos nos sonetos, lembra-se o branco jasmim de se apaixonar pela cor das rosas. Em vez de repelir a perigosa vizinha flamejante, o branco amoroso queda-se perturbado e inerte. Podia ali mesmo refulgir com o privilégio solar da sua candidez e subitamente espantar a cor vermelha, por uma explosão elétrica de alvura. Mas o que faz o branco? Entra enternecido em conchavo de amores, e cede à carícia boreal da esplêndida companheira. Em poucos instantes, o branco que era branco, isto é, puro, torna-se cor de carne.

Ainda pode lutar; se não reluta, porém, por voltar à primitiva autonomia deslumbrante, com pouco tem perecido⁹⁴, afogando-se irremissivelmente na imprudência vermelha do seu desastrado abandono.

É natural, portanto, que cada cor extreme faça timbre em ser perpetuamente a mesma, tenha o mais profundo horror a toda combinação de simpatia, e branco e vermelho, ou branco e preto não se aproximam, sem que se opunham e sem que se atraquem.

Assim as cores, assim os caracteres, assim as próprias opiniões.

O que é bom, ou que bom se julga, o que é mau ou que assim é suposto, compreende-se que, em se ou comparando ou enfrentando⁹⁵, vão logo travando guerra.

Tão fácil de compreender não é que⁹⁶ briguem os bons e os bons.

Dois amigos... Vamos à hipótese... que foram toda a vida de aliança e concórdia; que se uniam e que se combinavam porque mutuamente se tinham em alto apreço, alto apreço do igual para igual, sobre fraternidade baseada no respeito ao caráter que de parte a parte se reconheciam. Em contraste com eles agrupavam-se os inimigos, e coincidia que os inimigos de um eram os inimigos do outro, provando-se pela coincidência das antipatias que os dois amigos, os dois referidos caracteres, eram um único e mesmo caráter, a alma dupla de acordo.

Quando mais única e identificada suponhamos a aliança destas duas almas, eis que de inopinado entre ambos rebenta o conflito...

Hão de explicar pelas sutilezas.

⁹⁴ Na edição de Coutinho está grafado “com pouco tempo parecido”.

⁹⁵ Na edição de Coutinho está ausente “ou enfrentando”.

⁹⁶ Na edição de Coutinho está ausente “é que” e, posteriormente, “e os”. Para todas as lacunas o autor usa asteriscos e colchetes e, em uma nota de rodapé, justifica que o trecho estava ilegível no jornal.

É que, entre os puros, dirão, existe a quantidade infinitesimal do melindre, que os pode, dado caso, separar abismadamente uns dos outros, como eles mesmos se separam dos impuros. Para o aparelho moral delicado, tanto vale uma colisão, aquilo que afeta por um, como aquilo que afeta por mil.

Pode ser.

Mas realmente pena. Porque o cálculo infinitesimal do melindre dos puros, pode passar aos olhos inadvertidos ou mal intencionados, com prejuízo ora para um, ora para o outro dos adversários, conforme o capricho do crítico, e com desmoralização sempre dos créditos da sociedade, como a mesma coisa que a grossa computação fácil do que há de incompatível entre os que são puros e os que o não são.

É este o primeiro mal dos duelos⁹⁷ um assunto que lavrou por estes dias com certo interesse.

Porque razão se hão de bater honrados e honrados cavalheiros e cavalheiros? Que pode ocorrer entre homens de bem que produza o *casus belli*⁹⁸ do duelo, um caso em suma de pena última para dois a sorte? Mas o duelo é uma hipótese crítica do admitido, conflito natural entre bons e os maus, entre os impuros e os puros; o duelo é a ocasião do castigo da indignidade, da deslealdade, dos ultrajes à honra.

Esta dúvida não prevalece. A oposição natural dos bons e dos maus é um fato; mas o duelo é a oposição no mesmo terreno, o que é coisa muito diversa. *A* e *B* são incompatíveis. Repugnam-se, um porque tem o asco da vileza do outro, e este, seja dito, porque tem a raiva dos desdêns do primeiro. Pois odeiam-se muito, de parte em parte; mas *A* na sua nobre altura e *B* na sua lama. Em caso de conflito, entendida a coisa como cada um bem parecer, rompa entre os dois a guerra, mas sempre assim, demarcadas as posições, o que não sucede no duelo, que começa por propor aos dois adversários o encontro em igualdade no campo da honra.

O duelo é necessariamente o absurdo de se baterem honrados e honrados cavalheiros e cavalheiros e tão honrados e tão cavalheiros, de fato, que, depois de cruzarem os ferros homicidas, abraçam-se com emoção.

Havia gente receosa na crença de que havia alguma coisa menos sensata no alvoroço

⁹⁷ Entre o século XIX e as décadas iniciais do século XX, era comum que se realizassem duelos. Muitas personalidades brasileiras duelaram (ou tentaram duelar) como forma de recuperar a honra perdida ou de vingar uma ofensa recebida, é o caso do duelo travado entre Pardal Mallet e Coelho Neto, assim como entre Olavo Bilac e Raul Pompeia, quem, nessa crônica, classifica a prática como absurda. No Código Penal, o decreto de nº 847, datado em 11 de outubro de 1890, proíbe a realização de duelos, apesar disso, a prática permaneceu. ATOS OFICIAIS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 out. 1890.

⁹⁸ *Casus belli*: do latim, significa caso grave o suficiente para resultar em guerra ou combate.

com que os entusiastas financeiros do momento precipitam-se na carreira das empresas, montando estabelecimentos industriais, mercantis, casas de crédito, como se tivesse à mão o futuro e com toda a clarividência desde já lhe palpássemos os perigos e deles pudéssemos rir.

Nem era para menos, a considerar ser preciso como vertiginoso e considerável o nosso progresso material para corresponder já não a todos⁹⁹, mas a uma parte dos empreendimentos de arrojo que ora se tentam.

Pois era vã essa crença, com todas as suas aparências de crença fundada.

Os homens atiram-se às indústrias em grosso, às empresas colossais de viação, de saneamento, de aformoseamento, de queijos, de *charcuterie*¹⁰⁰, de vidros, de pregos, de pão, de cordas, de papelões, de vinhos, de jornalismo, de panos, de fósforos, lavoura, de móveis, de criação de gado, cavalos, de arrasamentos, de construção de avenidas, túneis, bairros, cidades, de terras, de colonização, de mineração, de navegação, nada por explorar. Sobre o movimento tumultuário dos acionistas que se atropelam, dos corretores que gritam, do ágio que sobe, dos descontos que descem, das diretorias que se aclamam, dos incorporadores que rejubilam, dos banqueiros que contam, das máquinas que se montam, do povo inumerável de operários que torvelinham, de imigrantes que desembarcam – uma chuva atordoante de ouro, ouro de fato e ouro de direito, que criam, que cunham, que gravam cem bancos de cem espécies diferentes, desde o banco internacional de milhões de contos até o banco lotérico de crédito variável, contos, contos e contos, ror de contos, dinheiro, mais dinheiro, mais dinheiro! A bambochata do esplendor! Podiam pensar os timoratos, pávidos e surpresos, a orgia da bravura mercantil, a loucura da acrobacia financeira!

Estes homens deliram!... Para eles não há o dia de amanhã...

Vãos pavores! Os entusiastas da hora não são tão cegos como se supunha. Leva-os a vertigem do empreendimento a fé absoluta no triunfo, não é assim? O desvario embriagado da vida. Pois, quando os supúnhamos tontos de esquecimento, na leviandade gloriosa dos temerários, eis que alguns se destacam lentos, filosóficos e meditabundos:

– Fundemos agora uma empresa funerária, irmãos!

Está tudo salvo! Estávamos a temer que os homens se perdessem no desperdício pródigo da confiança na vida, belamente, mas ao mesmo tempo doidamente; arrepiava-nos vê-los estendendo gestos proféticos sobre o planeta e sobre o futuro, ordenando que se rasgassem os partos da prosperidade, como se abriram outrora as águas do mar para Moisés: víamos com terror, à semelhança daquele tempo da França, em que Musset disse haver somente naquela gloriosa pátria, mortos e semideuses, haver ainda mais aqui semideuses

⁹⁹ No jornal: já não todos.

¹⁰⁰ *Charcuterie*: do francês, referente ao preparo da carne de porco.

apenas, pelas esquinas, todos eles diretores, gerentes, conselheiros, advogados, síndicos, fiscais, grandes acionistas... Mas estes homens arriscam-se... Onde vamos, senhores?!... E eles de súbito aparecem, calmos, prudentes, quase compungidos, murmurando a morte certa e hora incerta da eterna prudência, incorporando-se gravemente em uma companhia como em um saimento, com um punhado de títulos animadores, a mostrar a gente, em uma das mãos, mas uma tocha, na outra, como nos enterros de arrabalde: uma companhia de enterros, irmãos! E de dentro do rebate em revoadas do grande assalto à fortuna, sabe-nos inesperadamente a poesia esmorecida de um dobre de finados.

Está tudo salvo, não há dúvidas. Temiam-se os tímidos do desvario: pois aí tem a corrigenda do bom senso, mais do que do bom senso sensato – do bom senso lúgubre. O ditirambo metia medo: aí tem o cantochão, que compensa. Não há perigo em acompanhar ao carnaval quem a folia se transporta com a divisa na mente do *pulvis es*¹⁰¹, nem é de assustar uma terça-feira gorda, quando vai assim com ela de mistura a quarta arrependida das cinzas!

A sério, valha a verdade, nenhuma companhia entre todas as fundadas e por fundar é de mais necessidade.

O monopólio do transporte funerário tem sido até hoje para o público vivo ou defunto coisa tão detestável quase como é agora o serviço dos bondes da Companhia do Jardim Botânico. O serviço de viação desta para melhor, com ser o da linha cujo movimento mais vantagens poderia render, por que, se em vida alguns andam a pé, não consta que, fora destas circunstâncias ninguém, por incansável e ardente monomaniaco que fosse, tenha feito caminho sobre os próprios pés, além de não satisfazer, para que digamos, em questão de luxo, regularidade, solenidade e gosto, é o que todos sabem em questão de preços.

E só o privilégio era argumento em favor dos felizes exploradores da imensa zona de tráfego compreendida entre a extrema-unção e o *requiescat in pace*¹⁰².

É provável que a livre concorrência franquida a quantos queiram tomar a si o serviço das grandes viagens, nos venha livrar da triste necessidade atual em que nos vemos de, depois de uma longa vida de economia e de poupança, arruinarmos a família com as simples transferências dos nossos caros despojos.

Depois, acresce a circunstância, pelo que se viu nos prospectos da nova empresa, de que a mocidade é quem nela tem a sua principal iniciativa e, a crer na máxima dos que dizem que o tempo é dos *novos*, com certeza não haverá novidade de vantagem que se não adote, no

¹⁰¹ *Pulvis es*: oriundo da expressão latina “*memento, homo, quia pulvis es et in pulverem reverteris*”, frase dita nas cerimônias religiosas de quarta-feira de cinzas e significa “Lembra-te, homem, que és pó e em pó tornarás”. Aparentemente, no jornal está grafado *pulvis os*, trata-se, provavelmente, de um erro tipográfico.

¹⁰² *Requiescat in pace*: do latim, descanse em paz.

sentido de acomodar em barateza e conforto a *nossa* (salvo seja) desagradável viagem para além... chapa.

Não terminemos sem uma saudação a quem teve a palma do sucesso da semana – o sol fluminense!

Glória ao sol!

Há quantos meses andava esquivo. Mal o víamos, pálido e doentio, agasalhado tristemente em uma espessa veste de brumas. Seus raios não tinham força de chegar sensivelmente à terra. Os objetos mal esclarecidos pelo dia não tinham sombra nem perspectiva e apareciam secamente sobre fundos e de fumaça, onde afogava-se insipidamente a luz difusa do espaço. Nas longínquas montanhas, nas baixas dos vales, sobre o mar aberto, nas gargantas dos píncaros, ao longe nas extensas ruas, onde começa a azular a casaria, por toda a parte, estendia-se, desfiava-se, condensava-se, flutuava uma neblina aborrecida, árida como cinza suspensa, que com as horas mais quentes parecia sufocar-nos. O dia fumegava em toda a parte como uma candeia ordinária.

Algumas chuvas lavaram, todavia, o firmamento. E o sol, lavado também, da morrinha que o acabrunhava, desvendou-se inesperadamente em toda a limpidez do seu reputado fulgor.

Foi o primeiro dia de outubro.

Já não contávamos mais com a prenda inapreciável do nosso orgulho de americanos. Íamos já nos conformando com a triste fatalidade do céu londrino que de tempos para cá parecia nos haver definitivamente imposto a natureza. Perdemos o sol...

De repente o sol ressurgiu em toda a grandeza de seu esplendor, como quem vem dizer que ainda vive e que ainda é o mesmo.

Por infelicidade, foi rápido o aparecimento e já hoje tem ele recaído, para curar-se quando Deus quiser, da sua terrível enfermidade das fumaças.

Y.

Jornal do Comércio, 13 de outubro de 1890 (Edição 286)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Então pensam que é só levar as mãos à cabeça e cair em lágrimas para a rua, para a polícia: “Milha filha! Minha filha!” e perguntar a todos: “Viram passar por aqui uma coroa

branca de flores, de flores entrelaçadas?” E com este grande alvoroço está satisfeito o dever paterno, materno, e não há mais senão recolher-se ao agasalho confortável da comiseração pública, com uma boa consciência de quem fez toda a sua obrigação e de que a culpa é dos outros, só dos outros?

Então somos o jardineiro de um jardim de canduras. E as canduras brotam e vicejam, crescem e florescem; e as flores tecem-se em alvas capelas, e as capelas são formosas, e a gente mira-se no quadro da nívea primavera, que sobe para o firmamento como um levante de estrelas em pleno dia, que constela o chão de relva, como se lá de cima se houvesse desatado um vasto desprendimento do céu; e como admiramos as nossas flores, em que dir-se-ia revermos a nossa própria mocidade, e, como nos lisonjeamos de havê-las tratado assim, até a puberdade do esplendor, franqueamos a quem queira as portas do jardim: “Venham ver as flores admiráveis, e admirem-nas comigo. Eu adoro-as; adorem-nas comigo; admirem-nas e adorem-nas, porque assim parece que me admiram também um pouco e me adoram também, porque amar as flores é lisonjear o jardineiro. Atraídos pelo chamado, os barbados chegam e devastam o jardim canto por canto e assaltam as flores e as colhem e as cercam e as festejam e as acariciam e as maculam, com a excessiva aproximação do afago, tisnam-lhes as pétalas puras, porque todo mundo sabe como fanam facilmente as pétalas brancas, exemplo: o bogari, a camélia, a magnólia; e a liberdade aumenta com todas as intimidades do afeto; e o afeto aceita-se, e a intimidade tem entrada, e a liberdade a tolera, e forma-se o bailado das flores; o afeto faz às vezes de mercante, a intimidade traça o braço, a liberdade desenleia a ronda vertiginosa da valsa e do *grand galop*¹⁰³; e o jardim todo é o delíriodo que há de mais arriscado e mais belo, o rodopio das cores claras que parecem pele humana, o turbilhão dos aromas que parecem hálitos de anseio. Em breve todo o *bouquet* girante cede à fadiga, e desmancha-se na promiscuidade do abatimento, murchas e mortijas as flores, exatamente como flores de festa ao dia seguinte, inertes de tonteira e da embriaguez do volteio, involuntárias, sem mais a primitiva resistência do caule contra a qualquer brutalidade do destino que as arrebate.

Nós, em todo esse júbilo, bailamos com as flores, estonteamo-nos com elas e com as convivas do seu bailado; embebedamo-nos por efeito reflexivo de vaidade sensual com festa caleidoscópica, com a tempestade capitosa daqueles aromas, que nasceram dos cuidados da nossa mimosa e assídua cultura; caímos por terra também, abandonados de prostração, e de embriaguez, quando as flores desfalecem.

¹⁰³ *Grand galop*: dança animada.

Ao despertar do marasmo agradável, dá-nos na cabeça rever o jardim por onde passou a festa... Deus nos acuda! O número das cândidas capelas está incompleto! Falta um. Roubaram-me uma delas, a mais linda coroa!

E nós, cúmplices da liberdade franquiada da licença facilitada, da perigosa admiração que reclamamos, cúmplices da alegria promíscua e temerosa, cúmplices da última hora examine de todas as fogosas demências em que também ardentemente nos perdemos e nos esfalfamos, porque nos era suave e nos sabia o jeito – temos o direito de sair para a praça do escândalo, a mover deuses e humanos, com o horror da nossa infelicidade: – Sou vítima! Sou vítima!

Não. Não é assim.

Desde que isso se dá, o direito de queixa reduz-se muito. Há lugar no caso para pouco mais do que um *paenitet*¹⁰⁴. O perau¹⁰⁵ devora, mas para lá chegar há primeiro um declive; e quem facilita no declive, não deve estranhar o perau.

Infelizmente, é o que sucede na maioria dos casos; quase sempre, no delito de terceiros contra filhas, têm tanta culpa os pais, por mais que vocifere a sua hipocrisia indignada, que dir-se-ia possível indiretamente o incesto.

Quem tem culpa não tem direito de se queixar.

É o que, com toda razão, se poderá dizer um dia aos políticos novos, ávidos de influência, os quais, queixosos de quem os impede de influir suficientemente, emigram, murmurando a eterna legenda desapontada de *ingrata pátria*.

De que se desgostam eles? De que as auras da simpatia pública, por efeito da ventilação natural da atmosfera política, ou pela ação perturbadora de ventiladores artificiais, não lhes foram lisonjeiras; de que, por não serem assaz compreendidos no seu merecimento, não foram como deviam ser sufragados para o sucesso. Estas queixas, por diversas que pareçam, resumem-se em fato único – não apuraram popularidade porque não a tinham; porque tê-la é ser compreendido sempre, e sempre vencer, sobre quaisquer obstáculos que contra a vitória se levantem.

A popularidade que lhes falta, conferida com as ambições que eles sonham, significa que precisam dedicar-se à lavoura de um terreno que ainda pouco lhes produz. O terreno caprichoso da simpatia popular para aqueles que da sua pura e exclusiva fertilidade tenciona fazer fortuna é de uma lavoura rebelde e fadigosa. É preciso longamente e pacientemente;

¹⁰⁴ *Paenitet*: perdão em latim.

¹⁰⁵ No jornal, encontra-se perão, erro tipográfico aqui corrigido, no que se segue a edição Afrânio Coutinho.

polegadas por polegadas, educar-lhe a extensa dimensão, para que alguma coisa se possa colher com o tempo.

Entretanto, eles que se queixam de que os seus adversários conseguiram por quaisquer expedientes tolher-lhes o êxito, ou de que seus compatriotas não os compreenderam no seu valor patriótico; eles que deviam perceber que a popularidade que lhes não assistiu é a popularidade que não têm, e que, depois do revés sofrido, que isso provou, desde que não querem recolher-se à vida privada só têm que tratar de fazer popularidade, de criá-la, de cultivá-la pela assistência imediata e incansável dos conselhos e dos serviços junto aos partidários que contam e aos que quiserem vir a ter, ausentam-se inesperadamente do campo dos seus esforços, tornado, por efêmera incidência, em campo de derrota.

Vão ilustrar o espírito, na tranquilidade do afastamento. Ótimo, mas ao mesmo tempo, impolítico.

A popularidade, que o símile suprafeito de terra lavradia não impedirá que se compare a uma mulher, tem caprichos de cortesã nas suas simpatias. Ama sob condição de cuidados e carinhos exclusivos. Ama absorvendo. Se o amante se distrai dela, ela o esquece. Repartir-lhe os afetos com o amor simultâneo dos livros é um absurdo; Catule Mendes¹⁰⁶ brada alarma aos artistas do trabalho que porventura queiram ser amantes.

Eles pretendem retirar-se para o sossego do estudo. Muito bom proveito tiraram pessoalmente. Mas os partidos não precisam de um sábio; precisam de um chefe. E é muito provável que quem se ausenta para fazer-se sábio, ao voltar, não volta chefe.

É uma velha história: na solidão pode formar-se o espírito, não se forma o caráter. E a popularidade, a influência política, é uma espécie de caráter exterior, quer dizer, é a opinião dos outros e a confiança sobre o nosso caráter, a qual como um fato que se dá paralelamente, pela mesma regra do caráter se deve formar.

A polícia do Rio de Janeiro esteve ultimamente que era o ideal da benemerência.

Não havia elogio que não lhe fosse como uma luva. Gatunos, capoeiras, jogadores, até certa espécie de bilontras em que todos os jornais falaram, sem dar esclarecimentos, como era natural, aliás, em se tratando de profissionais da escuridão suspeita, nenhuma raça de malfetores escapou ao regime de aperfeiçoamento moral que a polícia fluminense andava tentando.

¹⁰⁶ Catule Mendes: foi um escritor francês, quem Jaime de Séguier classifica como mais perfeito e variado artista parnasiano em publicação de “Ver, ouvir e contar”.
SÉGUIER, Jaime de. Ver, ouvir e contar, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p.1, 26 ago 1895.

Entre todos os decretos do governo provisório, destacou-se com a originalidade de não ser lei escrita e com a vantagem da aquiescência unânime e toda parabéns - a decretação efetiva da paz das ruas.

À polícia, como intermediária executiva desse magnânimo conseguimento, foram apresentadas todas as felicitações.

Era precoce.

Já agora temos de pedir-lhe a restituição das palmas que adiantamos.

Estamos de novo com todas as velhas desordens na cidade; e, se não com todas, pelo menos com as piores e mais nefastas.

Não se pode, por exemplo, sem grave risco, facilitar mais com as horas mortas da noite fluminense.

Antigamente, não eram muito de confiança essas famosas horas. Nos tempos que vão uma hora morta é o que há de mais perigoso. Se alguma se aproxima da gente, é ir logo encomendando a alma a Deus e dizendo ao diabo a lembrança do passeio noturno.

E o pior é que a polícia que não nos acode, diz a tremer que com as horas mortas não se mete, como quem tem medo de defuntos.

À vista dessa comovente confissão de fraqueza, depois da qual não pode haver mais responsabilidade por armas proibidas, propomos convictamente ao público que ninguém mais saia à rua de noite por horas mortas, sem ter por chapéu uma explosão de granada, por colete uma fortaleza e por bengala um tiro de clavina. Se não para defender a própria vida em risco, que há corações destemidos que de tal não cuidam, ao menos para proteger a polícia, indefesa e frágil.

Anunciou-se que o representante diplomático da França no Brasil pretende fixar o princípio da propriedade, nas relações literárias entre o seu País e o nosso. A regularização do comércio espiritual da França conosco é de muito mais sérias consequências, desde que não fique em simples letra de lei, do que a de idênticas relações do nosso País com qualquer outro.

No Brasil, pode-se dizer que as classes pensantes propriamente ditas pensam em francês, tão considerável é o consumo de ciência e arte da França que de livros em francês o leitor nacional assimila. Entre as classes superiores dos que estudam, e a massa dos analfabetos, há um povo considerável de indivíduos que leem, se não estudam precisamente. Para a necessidade destes leitores e para que se lhe distribua a nutrição espiritual parecida com a das classes mais ilustradas, existe esse preparo especial tantas vezes indigesto do pensamento francês que se chamam as traduções.

O pensamento francês de que se alimentam os espíritos mais educados é obtido da França por compra e venda corretamente.

Mas todo o outro pensamento francês, o tal que ainda em cima se designa traduzindo, é obtido de lá pelos agentes da sua vulgarização, por uma forma de contrato um tanto fácil que outrora era muito usada nas estradas reais. Obtém-se da França um volume no original e paga-se; desse volume fazem milhares para vender traduzidos e vendem-se e do lucro da fabulosa multiplicação do livro francês, a França nem notícias tem. No caso de ser o livro *aproveitado* em uma peça dramática, a multiplicação dos especuladores não se faz por outros volumes, mas por um número indeterminado de representações, sendo o produtor francês sempre espoliado e em tanto mais dinheiro quanto maior sucesso faz a sua obra.

O caso das traduções dos romances na imprensa, se tem parte com essa culpa, não é de fazer escândalo, porque o lucro direto que essas traduções rendem aos jornais não está na proporção do que rendem as traduções vulgarizadas em livro ou na publicidade da ribalta.

Uma lei, pois, de fiscalização da propriedade literária entre o Brasil e a França, semelhante à que entre o nosso País e qualquer outro, seria de puro platonismo, é positivamente uma lei de polícia, uma lei de apito, uma lei de pega! Que realizada com critério, porá muita gente a correr

Assim queira o digno representante da França empenhar os seus esforços, para que ela deveras exista.

Quanto aos efeitos dessa lei, excluídas as suas consequências inapreciáveis de moralização, quanto aos seus efeitos sobre o desenvolvimento da inteligência nacional, a menos que não a iluda algum sofisma de traduções feitas no estrangeiro, só podem ser salutareis, chamando mais à consideração o autor brasileiro, e também é preciso dizê-lo, generalizando ainda mais o estudo da língua francesa o que não é lucro que se despreze. Quanto à redução que sofre o círculo da procura dos autores franceses, que, menos procurados por haver menos traduções que os vulgarizem, deixaram proporcionalmente de beneficiar a nossa inteligência, não há risco de prejuízo, pois que as obras de fornecimento de verdadeira matéria-prima de ideias, os compêndios importantes de conhecimentos, são em geral procurados e continuarão a ser no próprio original e as obras de arte melhor é que não sejam conhecidas do que serem-no da maneira que se usa, adulteradas pelas processos da vulgarização.

O movimento artístico do Brasil, em que pese aos incrédulos sistemáticos, já pode fazer uma seção permanente nas crônicas. Rara é a semana em¹⁰⁷ que não aparece uma notícia

¹⁰⁷ No jornal: “rara é a semana que não aparece”.

de sensação a esse respeito. Como especialidade a pintura é uma efemeridade admiravelmente constante.

Ainda há pouco era a exposição dos lindos quadros de Capuz, um artista estrangeiro que seria uma felicidade se revolvesse a fixar estabelecimento no Rio de Janeiro. Para breve anuncia-se uma exposição de paisagens de Caron. Agora abre-se em sumptuosa decoração a casa Dewilde para exhibir o quadro de Henrique Bernardelli que representa o generalíssimo Deodoro da Fonseca no ato da Proclamação da República.

Apesar das dificuldades com que naturalmente lutou o artista, para executar um quadro de tão custoso trabalho como o é o da nova tela, um retrato equestre de tamanho natural, o resultado que o ilustre artista conseguiu é completo. A figura do fundador da República, principalmente, saudando a tropa em um gesto de triunfo, destaca-se com um brilho assombroso de realidade e enche a tela com uma largueza de movimento que é tudo que pode fazer a inspiração

Com este último quadro de Bernardelli a arte brasileira pode orgulhar-se de contar mais um monumento.

Y.

Jornal do Comércio, 20 de outubro de 1890 (Edição 293)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Promulgação do código penal¹⁰⁸ foi o caso de sensação da semana.

Este decreto vai ferir, nos seus mais caros interesses, a honrada classe dos réprobos sociais. Eles bem podiam protestar; e queríamos ver... Em longínqua estrada ou lóbrego arrabalde, um antro noturno de bodega, cheirando a vinho e sarro de cachimbo. Uma coisa tétrica. Pelos cantos, bacamartes encostados, como o crime à espera da sua hora. Pelo recinto escuro vagueiam chapéus pontudos de largas abas desabadas. Salteadores. Outros vão chegando. Por baixo das abas desses chapéus, de sombras espessas onde se suspeita haver caras de poucos amigos, saem vozes noturnas. Senhas ou saudações. Em cima das abas cai a luz baça de um lampião suspenso, com um grande *abat-jour*¹⁰⁹ feito outro chapéu pontudo, como se o próprio lampião fosse um salteador. Salteador suspenso é aliás uma imagem um tanto descortês, falando-se de bandidos: mas passa porque certo não lhes chegaram a leitura

¹⁰⁸ Código Penal promulgado em 11 de outubro de 1890.

¹⁰⁹ Abat-jour: do francês, abajur.

estas linhas pitorescas. De um buraco incerto que há no fundo e que pode ser uma porta emerge de vez em quando o taverneiro, velho bandido aposentado a dono da casa, em avental e tamancos, tenteando nas mãos canecos de estanho sujo que vai de dois em dois distribuindo por uma grande mesa velhíssima, lustrada pelos cotovelos de uma série de gerações de fregueses suspeitos. Tantas vezes aparece tantas desaparece o taverneiro pela porta trevosa como se coasse maravilhosamente através de uma ardósia, tantas para reaparecer empunhando canecos de estanho sujo. Os bandidos presentes, vagas formas distintas no cone de sombra dos respectivos chapéus, vão pouco e pouco se acomodando por longos bancos ao redor da mesa. Todos os presentes afetam nos gestos e nos modos uma irritação de tristeza, uma impaciência de enfado que não custa reconhecer.

Sentam-se, mergulhando as pernas no escuro retinto que há no vão dos bancos. Assim, meio corpo na sombra do chapéu, meio corpo na sombra da mesa, continuam sentados a produzir o mesmo efeito de vultos vagos de assombração, como ainda há pouco, quando vagueavam. Sente-se, todavia, que esses vagos vultos descansam simultaneamente os punhos cerrados, na beira da mesa; pousam o queixo nos polegares dobrados; cravam o olhar no copo que cada um tem diante de si. Atitude de intensa cogitação. Em torno da mesa faz-se um silêncio análogo.

E ninguém bebe.

O taverneiro, depois de servir a todos, tem desaparecido definitivamente. Com o escuro que tudo encobre na bodega, pipas, prateleiras, sacos, vasilhame de comércio, distinguem-se apenas, no lugar, as pirâmides dos chapéus bordando a mesa como se arranjam às vezes os guardanapos e, no círculo de luz do lampião suspenso, as coronhas dos bacamartes.

Atraídos por esta cena interessante, apresentam-se um cenógrafo e um empresário prático. O empresário indica a mesa com o dedo, e sai. O cenógrafo desenfia um cavalete de pintura, coloca uma tela e põe-se a copiar o ajuntamento para um cenário. Um romancista entra como o cenógrafo, e como o filósofo, trazido por um editor ávido, encara os chapéus presentes, e começa com uma grande atenção a estudar costumes. O editor sai. Um filósofo, trazido pela fantasia, entra igualmente, senta-se junto do cenógrafo, sacode os ombros e começa a meditar na existência do mal no mundo. A fantasia fica.

De repente, um dos chapéus:

— Contra o código! E o outro chapéu: — Contra o código! E um terceiro chapéu: — Contra o código! E todos os chapéus, rouquinhos como bocas de buzinas: — Contra o código!

— Sim. — Diz sozinho um último chapéu, elevando-se impelido pela sombra que o sustenta. A sombra alonga-se desmedidamente e o chapéu pontudo nivela-se aproximadamente com a altura de um princípio: “Contra o código!”

Sim, meus amigos, rebata esse grave sino de chapelaria bandoleira, contra este código de iniquidade! Que somos nós no mundo, tu assassino, tu ladrão, tu estuprador, tu raptor, tu falsário, tu desordeiro, tu estelionatário, tu incendiário, tu difamador, tu caluniador, tu plagiário, tu danificador, tu conspirador, tu peculatório, tu concussionário, tu prevaricador, tu testamenteiro bíblico, tu contrabandista, e eu, tudo isso ao mesmo tempo, todos vós, interessantíssimos chapéus pontudos, meus irmãos, todos nós, chapadíssimos bandidos?... Nós somos a variedade na vida! O próprio código refere-se benévolo às artes. As artes consolam a alma e amenizam a realidade. Pois nós somos os artistas do capricho! Vede como nos vem buscar aqui os profissionais da sensação, para o drama, para a filosofia, para novela. Sem nós, que imenso bocejo seria a existência, sem nós! Se fosse tudo a brancura insípida da paz, a monotonia tediosa da inocência e da virtude? Que triste horror, a placidez do deserto; que mortal pasmaceira, o oceano cristalino na imobilidade! E que dramas, que dramas, a tempestade das ondas ou das areias! Desde o tempo de alguns famosos príncipes amenos de Roma, é o velho no mundo, gostinho pelas extravagâncias picantes... Que importa o mal de um só, se tantos gozam com ele? Que importa um sujeito esganado, se no outro dia há a notícia para dez mil leitores cúpidos?... Abaixo pois o código, abaixo o código do tédio e viva o drama patife, mas artístico!...

Eles bem podiam protestar com uma carga de dialética que por aí se desenrolasse, e queríamos ver, com a regra comum de que o mal é o que faz mal, regra aliás de todos os códigos, que só olham caras, não olham corações, e pela qual, em recíproca, aquilo que muito mais bem faz do que mal, chega a ser inocência - quem seria capaz de não justificá-los?

Exatamente quando acaba de soar esta grande hora de justiça, noticia-se entre as novidades da semana a próxima desorganização de um dos importantes tribunais de desafronta social que por aí se contavam.

Em breve terá deixado de existir a Sociedade Protetora dos Animais.

Eis em que dá o abandono das nossas melhores instituições.

Nos dias ainda da escravidão, de má memória, o generoso tribunal congregou-se para o julgamento dos malvados que maltratam as pobres criaturas de Deus, bípedes implumes, ou

quadrúpedes. O julgamento não passava disso; e, como não se lhe seguia sanção de espécie alguma, os processos que por esse recatado foro fizeram carreira não foram de rumor.

Mas houve-os e numerosos. Denunciado o réu, que por falta de quem o fosse buscar, não comparecia, geralmente, proferia-se sobre seu nome a mesma toada de arrepiar os cabelos uma tremenda maldição.

— Maldito seja diante dos homens e diante do mundo quem matou uma pulga!

— Maldito seja igualmente aquele que amarra o gato!

— Maldito seja o Baeta que matou o cão!

E era uma felicidade ser animal por esses dias da espécie dos protegidos. Se nem por isso deixavam de sofrer a mesma coisa que sempre (e muita cauda de cão foi esmagada pelos tálburis por essa época, e muita lambada se distribuiu pelos cabisbaixos e serviçais auxiliares da viação urbana, que trotam pela cidade), em compensação, eles podiam estar certos de que atrás das suas desgraças, vinha, com a magnânima abundância da cevada de asno morto, o protesto clamante e inevitável da Protetora.

Desta quota magnânima de comisseração para com as criaturas de Deus Nosso Senhor, os escravos, que tinham uma vida de rosas, não pilhavam a mínima parcela. Mas também eles, além de que eram seres dotados de razão e como tais habilitados para raciocinar os consolos íntimos que nos pode dar o espírito pensando por exemplo no que sofreram os mártires da fé cristã, e entes capazes de resignação, tinham muito quem cuidasse deles – a prova é que se fez a abolição. E depois, o que os escravos sofriam era de produzir sensação excessivamente rude, e pensar neles era propor-se candidato ao chilique perpétuo, coisa a que tão delicados peitos tinham necessariamente de sucumbir, com imenso prejuízo social, porque eram algumas almas boas de menos, e ainda maior prejuízo de umas tantas criaturas de que essas almas benevolentes podiam ter pena sem risco.

Agora que não havia assim um escândalo social de desumanidade e que eles podiam desassombrados prosseguir no seu empenho de proteção aos bichos, estava a benemérita associação resolvida a desenvolver-se notavelmente e que planos se projetavam, e que ideia de amparo aos animais desvalidos!... Eram galinheiros higiênicos para galinhas velhas, currais para bois reumáticos, chiqueiros para porcos hidrópicos, enfermarias para gatos escaldados.

Mas era preciso que o reconhecimento público estimulasse. O exercício do bem, como todos os outros, fadiga. E precisa-se de um cordial... Uma notícia amável ao menos pelos jornais... Tudo faltou aos dedicados iniciadores.

A Protetora dos Animais, pungida de razoável desalento, delibera dissolver-se.

É muito triste conquanto se compreenda. E assim naufraga esta arca de socorro, oferecida por alguns Noés sensíveis aos animais modernos no dilúvio da bordoeira, e nem ao menos o monte Ararat a pega por baixo.

Novidades tivemos desta vez também por casa.

Lá vem um dia em que não há remédio senão a gente falar de si.

O público está farto, aliás, de saber das nossas a que nos referimos: a transferência de propriedade do *Jornal do Comércio*¹¹⁰.

Se não se trata de uma profunda crise de transformação, não deixa de ser por isso a atualidade que essa transferência representa o momento em que o esforço de novo chefe vem prolongar a linha da existência desta folha ensejo azado de nos lembrarmos daqueles que até há dias guiaram leal e firmemente os destinos dela, e com todo o brilho que comportava a impassibilidade de uma crítica jornalística, mais destinada a concretizar a feição mortal da sociedade, com o maior rigor de cópia, com a menor colaboração de retoques, desses de natureza artística, portanto, apaixonada, individual, pessoal, com que certos historiadores invalidam a história; de uma crítica de imprensa mais destinada a registrar em massa os episódios da vida coletiva, com a sua filosofia com o seu poderoso critério de multidão, em um ponto e em outro menos simpático ao critério individual; destinada mais a observar e reproduzir do que a produzir, a testemunhar os fatos e não precipitar-se-lhes adiante com uma bandeira de propaganda e encaminhá-las; crítica de imprensa que pretende ser um eco e não um clamor, que pretende representar a opinião e não fazer opinião, e representando assim a opinião e sendo um refletor acústico; em vez de ser uma voz, e sendo testemunha dos fatos e não cúmplice dos fatos, e sendo a história e não a política e sendo arquivo antes do que tribunal e sendo equilibrada mais do que artística, sendo extensamente social em vez de ser restritamente pessoal, e sendo uma crítica antes de distinguir para simplesmente esclarecer e fazer a ordem, do que de distinguir para simplesmente esclarecer e fazer a ordem, do que de distinguir para ainda assim julgar, sendo assim como era e não como muitos quereriam que fosse – prestar o serviço imenso de informação vastíssima, completa e fiel, da estatística exata dos fatos e dos sentimentos do dia, de cujo conhecimento depende a opinião do mundo sobre um povo e de um povo sobre si mesmo, isto é, a habilitação dos julgadores que nos têm de dar circulação no comércio das relações da humanidade e dos legisladores nacionais e conselheiros da salvação pública a quem mais rigorosamente caiba do que ao jornalismo criar os acontecimentos e encaminhá-los – e principalmente acentuar com a sua palavra fria,

¹¹⁰ Raul Pompeia refere-se à transferência de propriedade do *Jornal do Comércio* para José Carlos Rodrigues ocorrida em outubro de 1890.

prudente e tranquila, as estações definitivas da nossa evolução social. Impassibilidade.

Sobre esse centro giram todas as prevenções menos calmas que se possam aguerir contra o grande passado do *Jornal do Comércio*.

Não compreender, entretanto, esse critério que presidiu-lhe os dias por esse luminoso passado que há pouco se encerrou, deixar de reconhecê-lo e venerá-lo, como um fato necessário do pensamento coletivo de um povo, é não saber ver as coisas. A imprensa pelo apoio que encontra nos seus leitores constitui o pensamento público – as forças da opinião.

É uma espécie de palavra unânime por mil bocas, que diz perpetuamente – caminhar –, e que os homens falam entre si por estímulo mútuo na avançada da vida.

Mas isto é síntese. Analisando-se essa palavra singular de mil bocas, percebe-se que em vez de ser uma só palavra, ela é um complexo harmônico de palavras, que dão esse efeito de ilusão sonora, mas que nem todas dizem a mesma coisa. E uns votos se ouvem a favor da carreira vertiginosa, outros propõem que se vá mais devagar; outros simplesmente assinalam, com um grande descanso vencedor: Andamos!

É natural. A conquista do futuro faz-se pela regra geral da estratégia. Adiante seguem os piquetes de observação, os postos avançados, as forças ligeiras. Depois, seguido de perto pelo material do acampamento ambulante, marcando de légua em légua os padrões da conquista, depois é que vem o grosso das tropas.

Outrora era assim mesmo: adiante precipitavam-se os franco-combatentes, os fundibulários, os retiários¹¹¹, a cavalaria; depois é que vinham os Hoplitas fardados de ferro, registrando na terra, com o coto das lanças os passos irrechaçáveis da vitória.

Quem se lembraria de acusar um general pelo mal de não fazer progredir a marcha à caranguejo, pelo recuo da retaguarda, em vez de ser pelo avanço da vanguarda? Quem censuraria o Hoplita pesado e forte como um castelo, de não sair às pedradas pelo campo como os fundibulários? Na campanha do jornalismo, a regra do combate é a mesma. Existe a imprensa que se precipita ardente e inquieta no tropel dos acontecimentos, que os agride, que os incita, que os defende, que os repele, que se atira na desigualdade fromente da polêmica, até as raias da imprudência e da injustiça; e existe a imprensa mais reservada que só se move para o acerto, que só toma conhecimento dos fatos na hora decisiva, que não tanto se agita, que não tanto desprende bravura e movimento. Mas os que lhe seguem adiante são muitas vezes latidos, vindo muitas vezes exaustos sangrando de uma refrega, acolher-se ao seio invencível da sua força, e a tardia fileira dos Hoplitos do jornalismo onde acampa daí não recua.

¹¹¹ Retiários: no jornal está grafado “retiários”, que significa gladiador romano. Na edição de Coutinho está grafado “tetiários”.

Na conquista do futuro não vai avançar simplesmente e conseguir; é preciso conseguir e conservar. Há a imprensa que o conquista e a imprensa que o conserva.

Não são somente os primeiros que saltam em um reduto, os beneméritos. São-no igualmente aqueles que comparecem a impedir que de lá aos primeiros arremessem-nos para os fossos. E não há dizer que a folha que mais tarde se pronuncia, fá-lo porque já conta com o apoio público, porque se poderia perguntar se não é com este mesmo apoio que contaram os do primeiro avanço.

A impassibilidade do *Jornal do Comércio* significava essa parte lenta da estratégia; mas também a parte decisiva das nossas máquinas sociais.

Reconhecendo assim o que lhe parece valer a primeira parte da existência desta folha, realizadas com a transferência da sua propriedade, o folhetim rende homenagem aos venerados diretores que por todo esse tempo nela dominaram. Já no caráter de seus chefes não era a mesma coisa a impassibilidade do *Jornal*.

É notório (fala-se do mais insensível dos seus redatores) uma vez que uma pobre mártir da escravidão foi trazida a mostrar-se no escritório desta. Era realmente de comover o espetáculo. Viu-a o Dr. Luiz de Castro, o impassível lendário. Sabe-se, entretanto, como se desfez em lágrimas o cristal de rocha daquele coração.

Y.

Jornal do Comércio, 26 de outubro de 1890 (Edição 299)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

A semana começou animada e contente, aos gritos de saudação à Virgem da Penha.

Muito longe daqui, no conhecido arraial, em volta do famoso outeiro de granito, curvilíneo e reforçado, como uma espádua expressamente crescida do solo para erguer nos ares a ermida branca dos romeiros, muito longe daqui onde mora o eterno afã suarento e infatigável da vida dos pobres da cidade, para os pobres, mas para a alegria dos pobres e para o esquecimento das mesquinhas contingências da sua pobreza, acordou no último domingo um espetáculo de rara festa.

Nos descampados circunvizinhos, tristes atualmente de uma tranquilidade de ermo, da insipidez aérea, enervante e indefinida que reina na localidade, através dos ásperos matagais que brotam a espaços do chão, arenoso, dentro naquela cinta de fatigadas colinas, cujo dorso descarna-se da terra gasta e da vegetação enfezada, revelando saliências redondas de rochedo

como as apófises do esqueleto que as arrima, amanheceu inesperada transformação de vida, de prazer, de movimento. Tendas de folhagem, abarracamentos de pano, improvisados ranchos, criavam vasta povoação extravagante, risonha de extravagância e interessantíssima, por meio da qual aproveitando os tetos e os toldos e simples abrigos sombreados de arvoredos, atracavam-se mesas, pranchas, balcões, tabuleiros guardados por um exército de mercadores e abarrotados de provisões de refrigério e de alimento, segundo a justa expectativa de milhares de devotos de boa alma e ainda melhor apetite. Um atropelo de bandeiras desfraldava-se aos ventos do mar que sopram de praias próximas e enchiam de cores brilhantes e várias a paisagem, desmentindo a uniformidade normal do verde denso dos bosquetes.

Aos primeiros raios de sol, espocaram girandolas, e os sinos cantaram na ermida, trêmulos, altos, alegres, de um júbilo novo, como se o próprio som do bronze se houvera renovado para o dia, fazendo vibrar o céu todo, sobre o campo e sobre as colinas, sobre a festa armada e sobre a manhã, como um imenso tímpano cristalino.

Já então chegavam, nos carros arriados e embandeirados, antes do primeiro trem, dos que servem à Penha, os romeiros madrugadores. A muitos veio o sol encontrar galgando a escadaria da pedra talhada, que leva ao templo das romarias.

E por todo o dia foram as manifestações delirantes do regozijo popular, como se avalia, acumulando um ano inteiro nas estalagens e nos bairros de povinho, premeditado um ano inteiro durante aos árduos esforços da vida proletária em que mal se engana a alma com os sonhados consolos de igualdade que a religião proporciona, desforrando-se afinal em um dia único, com perdão da Virgem, que se engambela com os presentes de cera, desforrando-se por uma saturnal desenfreada, em que toda a habitual sobriedade econômica desmoraliza-se em gula selvagem contra os leitões de forno e as lascas salgadas de presunto, todo o bom senso apurado dos dias comuns cambaleia e tomba deploravelmente em náuseas de borracheira, toda a filosofia do viver prudente e regrado se bebe por um chifre.

Este ano houve uma novidade: os romeiros que não foram. Sim, que não foram à romaria e que não deixaram, por isso, de ser romeiros.

Havia para o efeito ali pelas proximidades da estação central da Estrada de Ferro, uma porção de tabuleiros. As mesmas roscas de açúcar por fora que se vendem em rosários na Penha, vendiam-se em rosários naqueles tabuleiros. Foliões chegavam. O trem da Penha tinha partido; outro trem era daí a tantas horas... Pois, muito bem! Venham as roscas destes tabuleiros! Faz-se a romaria por menos e não se aturam trens... Momentos depois, pelos bondes de S. Cristóvão, tal qual os legítimos romeiros, a tiracolo e cingindo os chapéus os

rosários clássicos das características roscas, espalhavam-se em grita, semi bêbados e roucos, um sem número de romeiros, de verdade roucos e embriagados, mas que não tinham feito outra romaria senão aos tabuleiros da estação central.

De triste presságio é esta invasão da fraude nos aspectos da alegria popular.

A princípio, os símbolos característicos da Penha, só na Penha se encontravam, salvo a cachaça e o vinho: roscas em rosário, rosários colossais de contas de pau, e as interessantes condecorações de papel dourado, que fazem comendadores de um dia aos milhares por entre o povo, vivendo, quem sabe, um pouco o sonho de muito operário ou fregista¹¹² de vistas largas.

Já hoje não é preciso a fadiga horrível de uma romaria efetiva. No campo de Sant'Ana vendem-se as roscas, há rosários, há talvez as próprias condecorações que têm aliás a imagem da Senhora da Penha. Dia virá em que da estação central, pelas ruas, pelas portas, parando aquela numa rótula suja, mais adiante, uma estalagem, penetrando além em uma vila, mais modernas, operárias que ora se edificam, saíam os tabuleiros das roscas branco e rosa, dos rosários de pau, das condecorações de quinquilharia, a vender os símbolos da romaria, do distintivo de festa campestre. Os romeiros nem mais terão que abalar até ao campo de Sant'Ana. Cada um em casa, mesmo na sua taverna, no seu quartinho, poderá, solitário e melancólico, festejar a padroeira do povo. Uma garrafa de verde (caninha ou vinho), uma rosca de açúcar e um chifre retorto. Os outros acessórios podem ser dispensados. E, cheio de convicção de que se diverte muito, o romeiro enfiará filosoficamente o dedo na rosca e o chifre cheio na boca. Pelos interstícios dessa cerrada concentração de orgia, arranjará espaço para pensar devotamente em Nossa Senhora, até cair para a banda.

Nesse dia, graças à ação destruidora das simplificações fraudulentas – da velha festa campestre, tradicional e lendária de Nossa Senhora da Penha, resplendente outrora na sua luminosa atmosfera de domingo, varada de flechas de foguetes, repassada de sons de sinos, de frêmitos alegres de bandeiras, não restará mais do que – ao fundo de um cubículo escuro, quadro de costumes e triste memória histórica - uma garrafa vazia, uma rosca roída e um *chuva*¹¹³.

De fraudulentas facilidades perece entre nós a primeira educação espiritual da mocidade. Por isso, entre todas as reformas que, com a ousadia e a firmeza da competência,

¹¹² Fregista: funcionário de frege-moscas, restaurante popular e sem muita higiene.

¹¹³ Um chuva: gíria para bêbado.

vai elaborando ou tem já realizado o ilustre Ministro da Instrução Pública¹¹⁴, nenhuma é tanto de se aplaudir, como a do ensino primário e secundário do município federal.

Pena é que seja matéria compreendida na fragmentação geográfica do interesse dos estados, a fiscalização oficial do regime formador do que se poderia chamar a substância do civismo, que é a instrução popular; pena é que ao arbítrio dos estados se faculte a organização do primeiro ensino público, tão geralmente, tão comumente, e tão igualmente necessário em todas as circunscrições políticas da nacionalidade, assim tão claramente se definindo como conveniência nacional de toda a União; e é pena que se não generalizou, decretada para o Brasil inteiro, a magnífica organização do ensino primário e secundário planejada pelo Dr. Benjamin Constant. Não valem, todavia, as magníficas leis, se para elas se não arranjam executadores condignos.

Conferindo, assim, essa organização com as necessidades do ensino secundário, tal como atualmente é conduzido, não é de crer que, com ser simplesmente magnífica, pelo encarreamento das disciplinas, pela sábia instituição final do exame de madureza, ela venha salvar-nos. O próprio Sr. Inspetor da Instrução, referindo-se, em documento público, a esse descalabro, fala de grandes causadores, que não são exatamente o próprio regime em si.

Imaginem-se as provas públicas de habilitação, em que atualmente os responsáveis pelo seu exame e julgamento tão clamorosamente se descuidam, reduzidas, para verificação decisiva, a um só ato, o exame de madureza; e este exame, este ato, único, estas provas públicas de uma só vez, tratadas a largo pelos examinadores, como os atuais exames. O mal que para seus efeitos de dano, em outro tempo, era preciso reproduzir-se coincidentemente uma porção de vezes, bastará que uma só vez, muito mais facilmente portanto, e muito mais perniciosamente, se produza. Desta forma, não se terá melhorado muito.

Resta, pois, saber, se o Ministério da Instrução Pública pretende, depois de transformar o regime de ensino, reformar também o pessoal de fiscalização desse regime. A menos que conte, o que seria melhor, por facilidade administrativa, se não fosse tão difícil moralmente – com a regeneração profunda e repentina do dito pessoal.

Perante o bom senso e perante a moralidade, pode-se fazer o aforismo de que não há leis, há executadores. Fosse possível alcançar-se o procedimento simultâneo de todos em coerência rigorosa com o critério nunca divergente da prudência e da justiça, e nada haveria supérfluo como as leis e regulamentos.

¹¹⁴ Benjamin Constant: Ministro da Instrução Pública, responsável pela reforma curricular decretada no final de outubro de 1890.
INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA FEDERAL. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 22 out. 1890.

Pode-se ir mais longe. Perante a sensatez e perante a moralidade, nem mesmo existem fatos: existem unicamente fatores. Quer dizer: realizada uma ação, não se a tem de julgar pelo que ela é, se não pelo que é quem a praticou; e idêntico fato, até acompanhado das mesmas circunstâncias aparentes de um outro, pode ser estudado fundo, custoso de perscrutar da sua psicologia, absolutamente diverso desse outro com que se compara.

E são misérias da insuficiência dos julgamentos comuns, que sejamos geralmente obrigados a firmar juízo sobre informação do que é mais fácil de perceber, do que sobre a averiguação do que é mais difícil de sondar.

É desta forma que o pobre Silvestre de Lima¹¹⁵ é um assassino.

Matou. Há um cadáver e um ferimento nesse cadáver. Deste ponto firmado parte o julgamento. E muito naturalmente, do assassinato, deduz-se assassino. Há quem afirme que Silvestre de Lima foi simplesmente cúmplice. Admitamos que foi o principal personagem da cena do crime, em cuja notícia se envolve a sua responsabilidade. Silvestre de Lima, armado de um *revolver* e por motivos de dinheiro, feriu de morte um seu tio que com efeito morreu. Uma coisa horrível, na sua crueza de sucesso narrado.

Mas ficamos a meditar, todos que o conhecemos e não poucos, todos os homens da imprensa fluminense que o eram já há alguns anos, quando na imprensa fluminense militou Silvestre de Lima, e mais a *elite* da mocidade literária o Brasil com a qual fraternizou o desditoso¹¹⁶ poeta, e nada nos convence de que ele é isso de que o acusam, de que o acusa principalmente o seu crime, um assassino, o torpe assaltante e violador do direito humano mais legítimo e ao mesmo tempo mais fácil, o direito à vida. Assassino, Silvestre de Lima, que todos conheceram bom, generoso, sensível e nobre, assassino por dinheiro, o mais ativo e audacioso desprezador de toda espécie de sedução ou insolência social de cobre ou de ouro.

Não! Deve ter havido no fato mal examinado alguma circunstância íntima sagrada que o promoveu, algum sangrento escárnio à pobreza dos entes mais queridos, aquela cruel necessidade que o levava a reclamar do poder de outrem o que aliás era seu, segundo se conta, alguma última provocação exasperante contra um melindre do coração longamente torturado. Silvestre de Lima não é assassino. Matou, não importa. Nem o julgamos louco. É que alguém se colocou diante dele em condições de morrer necessariamente. Há assassinatos em que a vítima é positivamente um suicida. A honra e a nobreza da alma dos outros e a sua severidade lúcida é inexorável, que essa vítima afrontou, são o instrumento funesto que ela armou contra

¹¹⁵ Silvestre Gomes de Lima, poeta, jornalista e político; autor de *A escravidão*, de 1880.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, Galante de (dir.). *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global, 2001. 2 v.

¹¹⁶ Na edição de Coutinho: destioso.

si. O réu aparente de tais crimes tem por si todas as razões de inocência da passividade fatal de que se abusa.

A semana que começou entre aclamações festivas, concluiu-se igualmente entre rumores de festa.

Não mais por alegrias de tradição e de culto religioso: por motivos de futuro e de entusiasmo industrial.

Dizendo-se entusiasmo industrial, tem-se dito que se trata das festas do povo paulista, do ardente e vivido povo paulista, sempre a cantar vitória na vanguarda da evolução do progresso do Brasil, das festas de inauguração das obras projetadas para o certame de indústria da Exposição Continental¹¹⁷, para assistir às quais partiram anteontem alguns membros do governo e uma parte da população fluminense.

Grande e glorioso estado de São Paulo! Na linha de seu destino invariável de Pátria de bandeirantes, tem de perpetuamente destacar para o futuro os guerrilheiros das mais brilhantes conquistas da nossa civilização. Já prevemos, e não custa prever, como hão de ter os seus esforços coroados pelo êxito os beneméritos iniciadores da exposição a realizar-se, verdadeira solenidade inicial do futuro de São Paulo como os paulistas sonham.

Mas não é por São Paulo e seus progressos que quiséramos ter ido, com os que para a amena capital desse estado seguiram nos trens especiais anteontem.

É para assistir à recepção do governo na Academia de Direito. Haverá saraus e banquetes no edifício da Academia, com grande surpresa o escândalo das suas sossegadas tradições de antigo convento, mil sumptuosidades e, sobretudo, a efusão de contentamento dos estudantes, que ainda há pouco, na pendência com os respectivos lentes, e, por auxílio do governo, que agora vão receber em sua casa, saíram vencedores.

Não é isto ainda que desejamos ver: é a recepção em especial, a curiosíssima, muito cerimoniosa, muito de carinha alegre, mas principalmente muito contrita recepção dos lentes da academia.

Não há muito tempo andava a douta e venerada congregação de candeias a avessas com o governo. Durante o conflito Justino, em que um lente disse coisas pouco amáveis do governo e os alunos protestaram, a enérgica corporação declarou-se unânime a favor do seu colega, e ameaçou o governo de *grève* e unânime retirada das suas cadeiras, se o governo se

¹¹⁷ Exposição Continental: evento previsto para ocorrer em 1892, em São Paulo. Os preparativos se iniciaram em 1890 e contaram com o apoio e a divulgação da imprensa brasileira. Segundo os impressos, o evento representava a oportunidade de o Brasil apresentar seu progresso ao restante do continente americano. EXPOSIÇÃO CONTINENTAL. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 27 set. 1890. EXPOSIÇÃO CONTINENTAL. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 out. 1890.

declarasse pelos alunos. O governo declarou-se pelos alunos. Foi, a congregação não se demitiu em massa, nem nada como fizera constar que faria. E para não se demitir teve naturalmente razões muito dignas de acatamento. Mas no fundo, devia ter ficado com uma gana do governo que todos, que tem seu orgulho e que alguma vez tiveram de dobrar a cerviz, podem facilmente conceber.

Ora, calculem que é isso mesmo, uma curiosa cerviz em dobradinhas, com molho de limão ou qualquer outro, que vai ser um dos pratos do centro nos banquetes de recepção do governo na Academia Paulista.

Y.

Jornal do Comércio, 3 de novembro de 1890 (Edição 307)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Boa parte da semana foram os ecos das festas paulistas.

Sem deixar de ser a mais amável das cidades, São Paulo é a mais triste de quantas cidades tristes existam.

Logo ao chegar, quem lá chega do Rio pela estrada do Norte, encontra, à noite, o arrabalde do Brás, onde está a *gare*¹¹⁸, sombrio, com as suas espaçosas ruas pouco iluminadas, isolado no meio de infinitas várzeas, através das quais se condensa a escuridão.

Já se vai com o ânimo fatigado do longo crepúsculo que em São José dos Campos começa a acentuar-se e que se vai denegrindo gradualmente, à medida que o trem avança pelos descampados, dessa cidade para São Paulo. A noite do Brás é o remate de tristeza em que se resolve a lenta degradação de melancolia à qual desde muito sucumbem as horas e nos sucumbe o ânimo.

Daí por diante, na cidade paulista e na vida da cidade, nada destoa desta impressão inicial. É o perpétuo céu de chumbo sob o qual vão passando dias e dias; são as noites de *garoa*, quase sempre que não chove, noites de neblina palpável que o transeunte sente que se lhe abre em ondas diante dos passos, que obscurece o trânsito a dez passos de distância, que envolve e suprime a chama dos lampiões da iluminação pública, permitindo quando muito que se avistem os mais próximos, como vagos clarões vermelhos. O movimento da população faz-se morosamente e quase em silêncio. As ladeiras muito frequentes impedem a circulação rápida dos veículos. O chão de barro frouxo de muitas ruas não deixa avultar esse rumor permanente de rodagem e de tropel de animais que flutua em geral sobre as grandes cidades.

¹¹⁸ *Gare*: do francês, estação ferroviária; onde param os trens.

Através do meio silêncio reinante distingue-se apenas, de vez em quando, o tilintar miúdo das campainhas dos bondes, o apito dos condutores, que apitando os fazem parar ou seguir, o grito arrastado dos vendedores ambulantes. À noitinha multiplicam-se as vozes dos pequenos vendedores das folhas do Rio, que proferem o seu anúncio com o mais descansado vagar. De manhã cedo ouve-se ao longe o chiar fanhoso, de inextinguível folego dos carros de bois que rodam nos arrabaldes e que se aglomeram no vale do Anhangabaú, nos Piques.

Para completar a cena permanente da tristeza, passa de tempos a tempos um lente catedrático da academia, sempre rebarbativo, cabisbaixo jurídico, severo e soturno, que todos conhecem, veneram e temem na cidade, como se a cidade toda fosse uma dependência acadêmica do famoso Convento de São Francisco; e lá está ao alto, verde-escuro oscilante, visível de toda parte na elevada colina da Consolação, o bosque de casuarinas do cemitério. E revoam em grupos ou pousam imóveis na cumieira dos prédios, destacando-se sobre o céu cinzento como pontos negros da mesma tinta que se diluiu para colorir as nuvens – os corvos sinistros.

O clima frio parece exalar-se dessa fisionomia local de tristeza. Pense-se que a aragem glacial tão frequente na Pauliceia, principalmente à tarde, aragem que horripila e caustica, resfria-se ao passar por entre os ramos daquelas casuarinas da Consolação, ou ao contato do voo das aves da morte, que pairam constantemente na altura, que resvalam macio, como alisando o ar.

Não há como essa terra para o *spleen*¹¹⁹, o velho *spleen* celebrado outrora pelos poetas de S. Paulo.

A vida de sociedade ressent-se da influência do ambiente. Os estudantes isolam-se nas repúblicas, alguns por amor ao estudo, outros em maior número para espreguiçar na cama quente as horas de *cinismo*. Ao anoitecer vão em um pulo buscar ao centro da cidade as folhas do Rio. Os de gênio mais comunicativo reúnem-se por pequenos grupos nos botequins e nas cervejarias. As famílias, ainda mais reclusas, apresentam-se apenas para visitar à noite os armarinhos e vão uma vez ou outra em domingo ao passeio público da Luz...

Por exceção de comunicabilidade há algumas reuniões familiares. Há outras menos escolhidas, que passam por serões de divertimento, que nada mais são, todavia, do que uma variedade de *spleen*, o aborrecimento que se agita sob a forma pitoresca e dançante dos *fusos* e dos famosos *sifilíticos*.

¹¹⁹ *Spleen*: do inglês, significa baço. Na literatura, o termo se refere à melancolia, frequentemente expressada pelos poetas decadentistas do século XIX, após ter sido empregada por Baudelaire. BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. v. III.

Para divertimento da multidão, fora das estações de espetáculos acrobáticos ou teatrais, que se anunciam a toda cidade pelas lamentosas charangas dos circos do Largo de S. Bento, ou pelas bombas de foguetes que estalam, à hora do espetáculo, sobre o Teatro de S. José, nada mais há do que as festas de Igreja, irresistivelmente tristonhas com todo o seu reboliço e as características festas das chamadas *Santas-Cruzes*, que se celebram para as bandas do Brás e de Santa Cecília, em volta de uns lúgubres altares ao ar livre, erguidos como túmulos à beira das ruas menos habitadas, nos quais a veneração popular mantém uma iluminação constante de promessas de cera, que, segundo é crença, o vento não pode apagar.

Alegria, em São Paulo, há somente a de alguns raros dias de céu limpo e sol claro, os mais belos dias do mundo. Nestes mesmos é tão suave a temperatura, é a luz tão tenra e tão deliciosa, que o coração viciado pelo regime da tristeza, tem preguiça de se alegrar propriamente e goza a delícia dessas incomparáveis exceções do clima sem o sobressalto do contentamento.

E a regra é aquela tristeza, sempre, de que dá aviso o arrabalde do Brás a quem chega, a quem chega à noite pela Estrada do Norte.

As últimas festas paulistas – afirmam todos que a elas assistiram – realizaram o efeito prodigioso de arrancar do caráter normal e tradicional da melancólica Pauliceia, uma nova S. Paulo, tão resplendente de ostentações de júbilo, quanto sorumbática e retraída dentro do seu vestuário de brumas é a outra do panorama conhecido.

Povoou-se a calma silenciosa, de rumores inauditos de multidão, de aclamações estrondosas, de sons de música, de tropel de marchas, de estrépito de girândolas, de salvas de artilharia.

O céu sombrio forrou-se literalmente de cores de bandeiras, não se reconhecendo, por entre festões de folhagem, nessa vibrante expansão de cores vivas e cantantes, o torvo céu cotidiano de S. Paulo, cor de lona usada.

A noite paulista, desbaratada de úmidas brumas, esquecidos os mesquinhos lampiões da iluminação pública dos costumes mais notáveis pelos dois braços que oferecem como cruzeiros, do que pela claridade que dão, conflagrou-se em mil esplendores de decoração luminosa, em que a graça encantadora dos balões chineses disputava vantagem com a fulguração rude dos focos elétricos.

Ninguém diria que era essa cidade fantástica a mesma capital paulista, a melancólica cidade dos corvos, das casuarinas e dos tufosos catedráticos da Academia¹²⁰.

¹²⁰ Academia de Direito do Largo de São Francisco, atualmente Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Tanto pior para os que as perderam, as grandes festas, que têm de contentar-se com fazer ideia do que elas foram, do que devia ter sido, segundo o exagero de contraste que se nota nos movimentos excepcionais de prazer dos indivíduos de caráter sombrio, naturalmente reproduzido nas raras alegrias das cidades pouco alegres.

Motivo para uma alegria ainda maior do que todas as alegrias de São Paulo teve o felizardo que alcançou a sorte grande dos mil contos.

Desde os tempos quase imemoriais do primeiro anúncio da loteria da Bahia, prolongados por adiantamentos que aos possuidores dos bilhetes pareciam de séculos, milhares de projetos de ventura se formaram a propósito de cada bilhete, sobre esta hipótese invariável - se me sair a sorte grande. Contra a risonha hipótese de cada bilhete, porém, conspiravam todas as hipóteses semelhantes dos mais bilhetes.

Um momento havia de chegar em que a hipótese particular de cada bilhete tinha de encontrar em batalha as inúmeras hipóteses contrárias dos outros bilhetes. A peleja se tinha de travar assim entre a unidade imperceptível e as proporções da multiplicidade sem conta. Só um milagre do acaso, Deus Sabaó¹²⁹ de nova espécie, ocorrendo oportunamente, poderia fazer prevalecer a força quase nula da unidade contra a onipotência incalculável da multiplicidade.

Pesar as chances do combate era desmaiar no desespero irremediável. Contar com a vitória, sem a demência de uma esperança vã, era impossível. Milagre de projetos de ventura se haviam criado ao primeiro anúncio do grande sorteio lotérico, milhares de projetos se haviam acumulado cada vez mais evidentes e luminosos à medida que o referido sorteio era adiado, identificados todos com os destinos das hipóteses representadas pelos bilhetes. Na véspera afinal firmada da extração da loteria, acobardados por um raciocínio definitivo da sensatez, recalcados para o fundo da sua ilusão, extintos e pálidos, ante a eminência da decisão do azar de que lhes dependia a vida ou a morte, mal respiravam esses projetos. A imaginação restringia-se espavorida diante do risco da desilusão, como o coração se contrai diante do perigo de vida. De repente, a um sinal da sorte, desse vasto campo de prostração um dos sonhos examines ressurgiu feito realidade, enquanto simultaneamente todos os outros descambam do desmaio para a morte.

O acaso, novo Deus Sabaó¹²¹, favorecerá a hipótese de um número preferido e todas as numerosas hipóteses contrárias tinham sido vencidas.

E um dos bilhetes da loteria, simples papelucho numerado, que a princípio nada mais valia do que algumas insensatas esperanças, passara de súbito a valer uma fortuna.

¹²¹ Sabaó: do hebraico, significa o Senhor do exército.

Possuir em mãos um tal bilhete, reconhecer na hipótese vencedora a nossa hipótese, reconhecer no sonho revivido e realizado, o nosso pobre sonho de ainda há pouco, que mal tinha coragem de ser sonho, menos que a sombra de uma nuvem, deixem estar que não é rigorosamente ter razão de bradar contra os fados, de amaldiçoar a hora em que se veio ao mundo.

Tão acanhado ficou o cidadão a quem aprouve a sorte lisonjear com essa excessiva gentileza, que não quis entregar o seu nome à curiosidade ávida que o buscava; e de tal modo se esconde no incógnito, que parece querer convencer-nos, apesar do que lhe aconteceu, de que os pessimistas não erram afirmando que é impossível nesta vida achar um homem feliz.

Entre os atos de mais elevada inspiração, com que se tem feito benemérito o governo da República, nenhum leva mais vantagem ao decreto que declarou feriado nacional o dia da comemoração dos finados.

Recomendou-se assim ao respeito da Nação o dia máximo da religião natural da solidariedade humana.

Digna da mais profunda veneração não é somente a memória dos celebrados santos, dos mártires famosos, que se notabilizaram pela dedicação sem limites a um ideal de crença, que beneficiaram a humanidade produzindo os exemplos extraordinários da vontade ascética. Digna de veneração não é somente a memória dos heróis profanos que o patriotismo oficial não esquece. Digna de veneração é a gloriosa lembrança de uns e outros, dos que se possuíram ardentemente do êxtase de uma religião de amor e dos que embora sem os mesmos arroubos do idealismo da crença dedicaram-se apaixonadamente ao serviço direto da humanidade todos os operários da justiça, ou da ciência que passaram da vida legando-nos o resultado precioso dos seus trabalhos e dos seus sacrifícios.

Mas não foram somente os homens excepcionais os que prepararam a atualidade humana, os progenitores da civilização, da cultura social do nosso tempo. Além dos que se distinguiram mais notáveis, houve a massa anônima dos que com esses homens extraordinários colaboraram, dos que efetivamente os auxiliaram com o seu trabalho ou que simplesmente concorrerem com a experiência das lutas, com os próprios sofrimentos, amargando a primeira dolorosa aprendizagem da vida de encontro às mais terríveis adversidades, e que mesmo vencidos nos ensinavam a vencê-las.

Também à memória desses obscuros que se foram devemos o mais grato respeito.

Particularmente, nem carece dizê-lo, temos que prestar homenagem à memória daqueles de quem, quando vivos, nos aproximamos pelo afeto e que já não existem. Evocando

a sua recordação, possuindo-nos de sua alma assim como ela existiu, revivendo-a em nosso coração para o mesmo antigo afeto, evitamos o ingrato olvido daqueles a quem devemos pelo menos as exaltações da alma moralizada pela simpatia, olvido que lhes seria segunda morte como, para os deuses do lar antigo, o era o desleixo do filho que deixava extinguir-se o fogo sagrado sobre o túmulo paterno.

Maior do que os dias santificados em nome da crença ou em nome da Pátria, o dia de finados é a ocasião em que coletivamente se comemora a existência dos entes que prezamos, dos grandes amigos da humanidade, dos que foram outrora o amparo e o consolo dos seus semelhantes, e a existência dos obscuros que viveram no anonimato de seus sofrimentos, que morreram desconhecidos como viveram, que nem por isso deixaram de contribuir com um esforço para encaminhar esse grande movimento da humanidade, que agitou o passado, que nos impele a nós - a marcha do destino humano.

Desde alguns dias florescem os mostradores das lojas com a profusão de uma primavera impressionante, em que somente desabrocham as flores simbólicas da mágoa e do lamento. Os jardineiros apressam-se, acomodando em *bouquets* e coroas saudades e ramos de cipreste.

Hoje serão esparzidas todas essas flores, todas essas coroas sobre a terra onde os mortos repousam.

Não valem mais como culto todos os cerimoniais esplendorosos e complicados das religiões do que esta simples oferenda de flores à morte.

Y.

Jornal do Comércio, 9 de novembro de 1890 (Edição 313)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

O parlamentarismo da República entrou em ensaios, alojando-se provisoriamente no Cassino.

O Palácio de Terpsícore¹²² da rua do Passeio, por uma espécie de fatalidade de vocação, influenciando no destino das coisas como no destino das pessoas, devia afinal um dia acolher sob os seus tetos de estuque e ouro, a musa da eloquência. Certa simpatia lhe achou *Polímnia*¹²³ talvez por causa das galerias magníficas que, sobre renques de colunas, se alinham ao alto do grande salão de baile, nas quais poderia à larga caber a

¹²² Palácio de Terpsícore: Cassino Fluminense situado na Rua do Passeio, foi a sede provisória do Congresso entre novembro de 1890 e dezembro de 1891.

¹²³ *Polímnia*: Na mitologia grega é considerada a musa da poesia sagrada.

vaidade de todos os aplausos – certa simpatia lhe achou, que a mitológica padroeira dos tribunos fez propósito de ali instalar-se.

Já há tempos correu que lá se ia estabelecer a musa sob a forma de eloquência forense. O Cassino ia ser transformado em *fórum*. E o verbo irritado da justiça pública, ou a misericórdia verborrágica da advocacia do crime rebrilharia, emoldurado no luxo arquitetônico da ex-casa de danças. Flores de retórica jurisprudente, proferidas com arrojo, se iriam complicar com a escultura de arabescos do teto; e as decorações risonhas de pintura empalideceriam, assaltadas pelas imagens do horror ou da comiseração que inspirasse o correr trágico dos debates.

A ideia do *fórum* no Cassino não foi avante. *Polímnia* volveu à tentativa de assenhorar-se do Cassino. Desta vez com êxito completo e sob a forma talvez menos dramática, porém, muito mais copiosa e retumbante da oratória parlamentar.

Lá está, pois, na sua melhor espécie de representante, o parlamentarismo, a ensaiar-se e provavelmente lá mesmo muito breve se encontrará em pleno exercício da sua função de falar.

Já pelas sessões preparatórias se pode conjecturar que vantagens nos vai trazer a soberania da eloquência, sobre quantas nos tenha válido a provisória ditadura. As simples questões prévias de regimento vão dando cópia da câmara como há de ser; e pela abundância de verbo fulminante com que se trata de firmar as regras de pedir a palavra e votar encerramentos, já se avalia o que não serão as sessões quando entrarem em cena a sonora causa sagrada da pátria ou os interesses vitais da Nação.

É preciso, contudo, que se reconheça que as normas políticas da atualidade, nos últimos tempos do seu especial feitio dirigente, tem tido vontade de se adaptar ao feitio novo que dentro em pouco principiará a felizmente e maçadoramente nos reger.

É já passado o tempo das reformas de um dia para outro, com o pequeno inconveniente dos erros possíveis que se corrigiriam, com o merecimento, porém, de demonstrar da parte do governo o plano concebido e a firmeza de o realizar, os dois grandes fatores do prestígio do poder e da confiança pública que é a vitória da ordem.

Assim, já se desespera de que venham à luz umas tantas inovações da República. A tão apregoada reforma da instrução primária, por exemplo.

Projetos, projetos soberbos, ideias magníficas. Chegamos a sonhar com a regeneração do primeiro ensino da mocidade, gerações sobre gerações acumulando-se, qual mais habilidade e mais sabida; e as escolas superiores desafogando-se para sempre

do remorso de lavrar passaporte para a vida prática a tanto profissional sem teoria e a tanto teórico abaixo da profissão.

Entre todas essas aéreas e precipitadas imaginações e a realidade vai-se estendendo o tempo e... nada!

Outra reforma engasgada, se permitem a expressão, e para a qual volvia-se igualmente a mais esperançada atenção pública é a famosa, a nunca assaz¹²⁴ decantada reforma da Academia Brasileira das Belas Artes¹²⁵.

Há por aí uns meses, por ocasião mais ou menos de uma exposição de quadros na Academia, clamou em coro toda a imprensa, para fazer público o estado de ruína em que jazia essa instituição de ensino.

Tudo se bradou em altas vozes contra a Academia¹²⁶:

Que a Academia não tinha estatutos, senão uma ridícula colcha de retalhos mal cozidos, com a qual nem as aparências da seriedade do regime acadêmico poderia cobrir;

Que a academia não tinha professores, e que professores tinha com os quais os alunos declaravam não querer trabalhar;

Que, não havendo regulamento sério, nem professores, os alunos desertavam, entregando a Academia à solidão e ao porteiro;

Que só para a referida solidão e para o referido porteiro, não valia a pena correrem as dezenas de contos que custa a manutenção daquela casa dita de ensino público;

Que, rigorosamente de acordo com o seu memorável regulamento e com o abandono verdadeiramente pasmoso ao qual timbraram em deixar a Academia todos os governos, devem existir nela todas as irregularidades possíveis do desleixo administrativo, as quais seria proveitoso sanar, senão por amor das artes, o que é uma ninharia romântica, ao menos pelo zelo natural dos governos em relação ao emprego do dinheiro público.

O clamor da imprensa pareceu surtir efeito felizmente; que começou nas altas regiões governamentais um movimento animador no sentido da reforma da Academia.

¹²⁴ Assaz: Advérbio; suficiente, bastante.

¹²⁵ Reforma da Academia Brasileira das Belas Artes: A consulta de periódicos evidencia as tentativas de reformar o prédio e, conseqüentemente, o ensino artístico no Brasil. Pompeia, assim como a imprensa de modo geral, apoiou e cobrou veemente a iniciativa, no entanto, ao que parece, a reforma não foi feita (ao menos ao longo do período consultado).

A REFORMA DA ACADEMIA DE BELAS ARTES. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 fev. 1890.

¹²⁶ Revolta contra a Academia: Após uma exposição artística a imprensa e os alunos fizeram críticas à Academia Brasileira das Belas Artes, com isso, foi requerido pelo diretor da instituição a nomeação de uma comissão para averiguar a situação tanto do prédio quanto da metodologia de ensino.

ACADEMIA DE BELAS ARTES. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 jul. 1890.

Logo ao estabelecer-se a República esse movimento de restauração do ensino artístico se havia pronunciado. Repentinamente parara, todavia, por motivo de uma saída de Ministro e de uma entrada de outro Ministro. Com a manifestação unânime da imprensa, *propter hoc*, ou simplesmente *post hoc*¹²⁷, o certo é que o movimento reformador pronunciou-se novamente. À vista disso, e, na crença de que era impossível que a transformação revolucionária que tantos anos de tardia e trabalhosa evolução política poupava ao País, realizando de golpe e a contragosto da rabulice conservadora, as instituições que mal ousava idealizar o liberalismo sonhador, não se estendesse da política até a esfera da instrução popular, e particularmente do importantíssimo ensino das Belas Artes no Brasil - não houve quem não contasse com alguma coisa assim como o Renascimento por decreto, a próxima redenção luminosa de todo o triste passado que é a história da educação artística entre nós.

Efetivamente, tem-se chegado ao ponto de oferecer à imprensa os dados gerais de uma grande reforma em vésperas.

Vêm, contudo, tão de longe estas vésperas de reforma, e tão adiadas, tão esticadas; vêm com elas de tão longe as esperanças, desde o ano passado, desde os reclames ruidosos da imprensa, desde as primeiras demonstrações favoráveis do governo, que as esperanças já morrem e as vésperas, por mais animadores que se finjam, nada mais parecem do que o prazo indefinido do desânimo.

Estendeu-se até esta semana o pesar causado pela morte de Júlio Ribeiro.

Ao mesmo tempo as letras e o magistério perderam um dos seus mais altos representantes com o passamento do ilustre escritor e filólogo mineiro, que bem poderíamos dizer paulista, porque toda a carreira dos seus triunfos de investigador erudito e literário faz-se em São Paulo.

Como homem de erudição e mestre da língua portuguesa, Júlio Ribeiro foi por muitos anos uma legenda viva no Brasil. Poucos o conheciam pessoalmente. De vez em quando, porém, chegava do fundo da província, uma voz pausada, de conselho e competência, que era a sua voz, que se estava habituando a escutar como o esclarecimento definitivo em assuntos da mais profunda investigação, que se impunha, superior a toda a contestação possível e a toda a polêmica, como um oráculo.

E de Júlio Ribeiro¹²⁸ falavam os estudiosos como se fosse a citação de um léxico milionário cuja palavra consagrada pelo tempo se aprofunda e se comenta, dá para que

¹²⁷ Post hoc ergo propter hoc: é uma expressão latina que significa “depois disso, logo por causa disso”.

¹²⁸ Júlio César Ribeiro Vaughan: foi um escritor, jornalista e gramático brasileiro.

Y [Raul Pompeia]. Aos Domingos, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 22 mar. 1890.

sobre ela se baseie a edificação de bibliotecas especiais que dela desenvolvem conclusões e teorias, mas ninguém pensa em refutar.

Dotado de uma inteligência assim conformada para o trabalhado a frio da investigação e da literatura didática, dispunha ainda Júlio Ribeiro, por uma rara aliança de condições espirituais, de recursos de entusiasmo psicológico para se arejar a cometimentos artísticos. Dir-se-ia que aos pacientes labores da indagação filológica, diferentes como devem ser por sua natureza de análise e lento raciocínio, de tudo o que é arte, Júlio Ribeiro levava o gosto especial dos colecionadores, que constitui sem dúvida uma maneira de arte, a arte de variedade pela variedade, cuja síntese, diversamente do caso artístico em geral, prescinde da harmonia coerente do objeto a que se refere, para existir unicamente na alma artística e no gozo apenas de comparar e de sentir a diversidade e o contraste. E o vocábulo era assim como um *bibelot* para o gramático paulista, e ele deleitava-se em examiná-lo, em medir-lhe a proporção dos elementos e a procedência etimológica, com o afã satisfeito e entretido do artista colecionador que observa os característicos de um objeto do seu museu, para reconhecer-lhe a autenticidade artística, histórica ou industrial.

Para determinar essa fisionomia particular da sua alma de sábio, sucede realmente que Júlio Ribeiro foi um colecionador de gosto. Não desenvolveu notavelmente esta tendência de predileção porque lhe faltava a fortuna, primeira condição da arte de colecionar, a mais cara, a mais insaciavelmente dispendiosa de todas as artes. Chegou, todavia, a fazer sacrifícios, sacrifícios enormes mesmo, para pobreza em que sempre viveu, para adquirir algumas preciosidades pelas quais irresistivelmente se deixava possuir de paixão.

Os trabalhos literários a que o filólogo se entregou, sem embargo da sua filologia, foram muito ao contrário função do mesmo temperamento que para o exame filológico da linguagem o seduzia.

Neste particular de sua extraordinária atividade entre numerosos outros trabalhos menos consideráveis, produziu Júlio Ribeiro dois conhecidos romances, um deles já de há muito tempo e outro mais recente, o *Padre Belchior de Pontes* e *A Carne*, que a arte brasileira contará sempre entre os seus mais notáveis monumentos.

Infelizmente o entusiasmo de viver, que o absorvia vertiginosamente na vida prática como no estudo e no trabalho de artista, que transformou muita vez o homem de erudição e o artista em jornalista ardente e formidável campeão de lutas políticas, gastou-lhe depressa o vigor da saúde. E, quando apenas nos é dado admirar uma parte

da obra imensa para que um homem da sua respeitável pujança intelectual estava sem dúvida predestinado, temos já que lamentar a tristíssima na terminação dos seus dias.

O ilustre crítico Dr. Araripe Júnior deu à publicidade em folheto um dos seus magníficos trabalhos sobre a literatura nacional, um interessantíssimo estudo sobre o lendário poeta mineiro conhecido na história literária e na tradição poética dos lugares onde existiu pelo nome de *Dirceu*¹²⁹.

A propósito de Gonzaga, o crítico esboça rapidamente o quadro do episódio histórico da Inconfidência, demonstrando habilmente que essa tentativa revolucionária, que o escritor define como uma *fábula dramatizada*, foi menos um fato da vida política dos tempos coloniais, do que um fato da vida literária desse tempo: a desforra da boçalidade dos representantes da metrópole contra o espírito culto dos brasileiros,

que nos ínvios sertões do Brasil representavam o produto de uma seleção esporádica em aparente desacordo com o meio [...] ¹³⁰ a reação da massa bruta e do aparelho colonial, não contra as ideias emitidas pelos inconfidentes, ideias incompreendidas e, portanto, incapazes de produzir temor, mas contra as injúrias irrogadas de contínuo à sua ignorância por aquele grupo de letrados, tanto mais ofensivas e dolorosas, quanto pareciam intocáveis, intangíveis por causa da forma literária.

Apresentando desta forma reduzido o quadro social em que se destacaram, segundo a legenda, os dias heroicos da biografia de Gonzaga, o Dr. Araripe mostra ainda o papel de ausência, de exclusão, que por assim dizer foi o único que na Inconfidência teve o poeta, descuidoso cultor das rosas de Anacreonte, mais interessado pela forma de uma imagem arcádica, do que por todas as hipóteses de forma de governo, e simplesmente comprometido na devassa contra a conspiração mineira porque em sua casa se reuniam os inconfidentes.

O caráter contemplativo e indolente de Gonzaga, que o alheava de planos de revolução e mesmo das preocupações teóricas de alta política, o crítico desenvolve lucidamente através da obra literária de Dirceu. O cantor de Marília não se revela jamais emocionado por vastos e profundos motivos; restringe perpetuamente a sua inspiração em um lirismo de pastoral primitivo e singelo, do qual, se alguma vez ousa distanciar-se:

¹²⁹ O estudo de Araripe Júnior, publicado pela Tipografia Universal de Laemmert, em 1890. De modo geral, o estudo foi amplamente divulgado e elogiado pela imprensa brasileira “[...] o folheto do Dr. Araripe Júnior veio confirmar os elevados créditos de que já gozava, como crítico literário.” LIVROS E AUTORES. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 out. 1890.

¹³⁰ Acréscimo dos colchetes.

Esprema a vil calúnia muito embora...

é para tornar imediatamente e definitivamente resolvido aos ingênuos descantes capesianos:

Eu, Marília, não fui nenhum vaqueiro.

Fui honrado pastor da tua aldeia.

Na análise que a crítica do Dr. Araripe Júnior faz objetivamente das composições de Gonzaga, análise que é pena que não seja mais demorada, o escritor desenvolve dois protagonistas perpétuos, como dois personagens do romance psicológico de forma métrica a que se pode reduzir qualquer coleção de versos líricos - D. Maria Dorotéia, a celebrada Marília, e o Cupido de Gonzaga, uma originalíssima criação.

Os dois capítulos que a esses personagens literários o escritor consagra e que constituem a parte principal do estudo, são de raro êxito.

Aquele, sobretudo, que se refere a Cupido, ou, segundo o título que lhe dá o autor, à *função de Cupido nas Liras e de Gonzaga*, é uma das páginas mais curiosas e mais brilhantes que tem produzido a crítica brasileira.

Y.

Jornal do Comércio, 16 de novembro de 1890 (Edição 320)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Romperam afinal triunfantes as esperadas reformas da instrução pública.

Compensam-nos da demorada expectativa em que nos deixaram, decretando-se por grupos para salvar o tempo do melhor modo.

A da Academia das belas artes, a tal reforma dos desesperos infindos, incrível coisa! É já um fato consumado.

E por sinal que nos saiu uma reforma contra a qual nenhuma encrespação razoável prevalecerá, pautada sobre o excelente plano proposto há tempos pela comissão organizadora que o Sr. Silveira Lobo¹³¹ nomeou, decretada conforme a necessidade do desenvolvimento artístico do País: franca e hospitaleira para todas as aspirações, logicamente e simetricamente construída, sem que, todavia, se deixasse de prevenir do melhor modo o risco do *academicismo*, esta feição do pedantismo em arte, de tão

¹³¹ Aristides da Silveira Lobo, jurista, político e jornalista, foi Ministro dos Negócios do Interior (1889-1890).

más consequências e tão exacerbada dos verdadeiros artistas, que aliás se pode conter em gérmen dentro da mais correta organização sistemática do ensino das belas artes.

Em artigo de morte não quis, entretanto, acabar a velha Academia sem dar que falar de si mais uma vez.

Ela, que toda a vida viveu de silêncio e de esquecimento, ardeu nos últimos tempos de prurido de publicidade e raro dia se não achava pelos jornais uma notinha muito cuidada, muito zelosa e muito explícita, dizendo como passava de saúde a decrepita instituição, e o que tinham deliberado os Catedráticos da sua Congregação, e as visitas que recebera, e os ofícios todos que o Diretor, no mais afetuoso *entrain*¹³² de correspondência, trocara com o Ministro, para o fim de, segundo todo o rigor da praxe administrativa, conseguir para a Academia a vantajosa aquisição de um tubo de tinta, ou mandar opulentar-lhe a magnificência arquitetônica de qualquer canto escuso com uma mão de cal.

Há velhos que, acabrunhados pela idade, e quando sentem já esfalfar-lhes a vida nas arcas do peito, não fazem outra coisa senão dizer que passam muito bem, que nunca se sentiram tão fortes, que a continuar assim vão com certeza aos cem anos. Pobres diabos, que pensam viver mais buscando convencer-se por meio da possibilidade de bons argumentos, consigo mesmo ou com os outros, e que pensam que a morte se ilude assim pelo processo fácil da conversa fiada.

Um belo dia, salta-lhes a macaca por cima de todos os bons argumentos e por cima de todas as lisonjeiras convicções e brincando torce-lhes o gasnete, aos tais velhotes sacudidos e invencíveis.

A Academia também, em véspera de espichar a canela, deu para afirmar a sua existência com a comovente tagarelice de terror senil.

A última vez que nos deu notícias suas foi então um sucesso.

Iludida pelo desvario de pânico que é nos moribundos a derradeira forma de *joie de vivre*¹³³, pensou que havia últimas vontades para as instituições que morrem e quis dizer quem devia ser... Não, isto combinaria talvez com algum bom senso – quis dizer quem não podia ser o Diretor da futura casa de ensino artístico que a Academia ia suceder.

Existia nos seus afamados estatutos uma hipótese prevista de incompatibilidade para o cargo de Diretor. A Academia não reparou que aquilo seria letra morta se a Academia morresse, e constringindo-se em um último arranco de energia diretorial, bradou por todos os

¹³² *Entrain*: do francês, animação viveza, calor.

¹³³ *Joie de vivre*: do francês, alegria de viver.

jornais que, por força da lei velha da Academia, Rodolfo Bernardelli, que desistira do seu lugar de professor, não podia ser escolhido para dirigir a execução da nova lei na projetada Escola Nacional.

Não há, contudo, que glosar, neste disparate amalucado de agonizante: a perturbação *in-extremis*¹³⁴ desculpa muito mais.

E hoje, que a Academia está morta, só temos a desejar sem restrições que Deus Nosso Senhor lhe fale na alma.

A propósito de reformas, ocorre o projeto de reforma da rua do Ouvidor anunciado há alguns dias.

A nossa celebrada grande artéria tem sido objeto de várias cogitações de melhoramento.

Mas, provavelmente porque se trata da predileta dos fluminenses, que cada qual desejaria ver mais garrida e mais brilhante, todos os projetos de reforma ou transformação da grande rua central têm sido matutados com timidez, comparados com hesitação, criticados enfim com desânimo e muito naturalmente abandonados uns após outros preferindo-se sempre que a estimável e estimada Rua do Ouvidor continue tal qual a que se a transforme talvez para pior.

O último projeto a respeito, que força foi esquecer, consistia em ladrilhá-la preciosamente, reformar lhe de extremo a extremo a fachada dos edifícios, conformando-os com regularidades, cobri-la finalmente com um teto de vidro que a protegesse como um salão contra a investida dos temporais.

Dessa sorte, vedada absolutamente a rua à passagem dos veículos, teriam aí os fluminenses um sossegado e abrigado ponto de entrevistas e de mútua inspeção comadresca e bisbilhoteira, que nem por sombras lembraria a rua atual com as suas linhas de construção irregulares e requebradas, com todas as horríveis imperfeições que a deslustram.

Quando, infelizmente, ia a ponto de amadurecer este projeto eis que de súbito descobrem que abafar uma rua estreita e acanhada como a Rua do Ouvidor, com um tampo de vidro de estufa, sob os rigores do sol fluminense, era como fechá-la ao trânsito público, ou condenar o imprudente que cometesse a loucura de se insinuar sob o túnel cristalino a sucumbir em suplício incrível de asfixia e combustão de forno, necessariamente produzidas pelo planejado abafador ou revérbero.

Agora ressurgue a velha ideia transformadora e cumpre reconhecer que se reapresenta com outros títulos de recomendação perante a crítica dos cometimentos capazes de êxito.

¹³⁴ *In extremis*: expressão latina para “nos últimos instantes de vida”.

Trata-se de alargar a rua do Ouvidor até as proporções mais ou menos da rua larga de São Joaquim e estirá-la amplamente desde o mar, rasgando o mercado, até ao Campo de Sant'Anna, fazendo ligeira curva do largo do São Francisco para cima em aproximação da rua do Hospício. Entre a igreja de São Francisco de Paula e o Gabinete Português de Leitura, demolido o edifício da Escola Politécnica, ampliar-se-á uma grande praça, espécie de reservatório de ventilação aberto em meio da cidade às aragens da serra pela banda do campo e às brisas do mar pela banda do mercado, fartamente aceitas aragens e brisas, nos dois lances da esplêndida avenida.

A rua do Ouvidor, como tantas famosas fluminenses, padece de insuficiência de circulação e falta de ar. Elegante o quanto consegue ser, ostentando o esplendor das sedas das suas lojas, e as finas rendas dos meus armarinhos, cobrindo-se do realce de flores das suas floristas, rebrilhando das lojas dos seus ourives, sorrindo com o meneio grácil de namorada junto dos mármore pretos do Paschoal, deleitando-se com enlevo na colheita do galanteio que semeiam os *flâneurs*¹³⁵ de hora fácil, em vão a rua do Ouvidor afeta viver feliz e satisfeita. Estreitazinha de corpo e magra, não há moda que lhe assente bem; todo o luxo com que se adorne no estreito espaço de evidência de que dispõe mais parece carregá-la como a quinquilharia das turcas mascates do que enfeitá-la como *toilette* de uma bela dama. Além de parecer mal, vítima das suas proporções, ela sofre realmente como as meninas doentias; nas horas de sol sufoca e ofega como se lhe não coubesse o coração dentro do corpo; ao menor acréscimo de afluência de transeuntes, ela sente-se morrer de esmagamento e congestão circulatória. E Deus sabe que tristeza é para as meninas serem assim doentias, porque não podem ser belas, e não serem belas porque são doentias.

O projeto que agora se planeja em relação à rua do Ouvidor, tem por fim folgar-lhe a circulação e dar-lhe ar, fazê-la alegre sinceramente, desembaraçada, vistosa e grande.

Em nome da rua do Ouvidor e em nome da cidade, que se há de orgulhar de possuí-la em boas condições, no traçado da sua topografia, fazemos votos para que triunfem os iniciadores da sua transformação.

A cidade foi teatro esta semana da mais extraordinária e mais nova manifestação cívica a que se tem assistido entre nós, extraordinária pelas proporções que assumiu, apesar de que era uma simples manifestação de apreço pessoal, nova pelo caráter particular que a distinguiu de quantas entre nós se tem realizado.

¹³⁵ *Flâneur*: do francês, significa "errante", "caminhante" ou "observador". Persona amplamente difundida na literatura, é aquele que vaga pela cidade, conhece o espaço e as pessoas.

Assistimos a uma parada solene da indústria.

Em honra do grande ministro da fazenda que teve a energia de levar ao governo toda a integridade de seu patriotismo, e que tem sabido gloriosamente mantê-la, revolveram os industriais da cidade e das fábricas mais próximas desta capital incorporar-se com o pessoal dos seus estabelecimentos em marcha cívica.

A unanimidade da aceitação da ideia moveu um exército de operários como ninguém era capaz de imaginar que no Brasil se arregimentaria, e um espetáculo sem precedentes desenrolou-se pela cidade.

Desde muito cedo, por diversas estradas de ferro ou descendo dos arrabaldes em *bonds* especiais, começaram a chegar os operários das fábricas distantes, reunindo-se aos operários das fábricas da cidade, que já pelos outros esperavam na praça de Tiradentes. Esta praça e as ruas que para ela convergem ficaram literalmente ocupadas pelos operários que se agrupavam segundo as fábricas a que pertenciam e segundo os estandartes que alçavam com o símbolo especial da sua indústria. Vertiginoso movimento de gente que se organiza em ordem de marcha e de gente que se alegra reinava aí. Por uma rua, a vista enfiava sobre centenas de chapéus cinzentos com que faziam distintivo os operários de uma fábrica; por outra rua a perspectiva era de galhardetes de mil cores ou de pequeninas bandeiras nacionais que mil operários agitavam. Através da praça passavam em tropel magotes de operários de braço dado de operárias pouco habituadas a andar que se afadigavam para compor pelotões como os seus companheiros de trabalho. Acompanhando os movimentos da multidão como flutuando na onda do povo, viam-se carruagens de comissões e carros alegóricos feitos de máquinas e apetrechos industriais, armados com produtos fabris e com ferramentas, decorados de mil modos expressivamente, e que se moviam devagar desenrolando fitas ao vento, exibindo ao sol cores vivas de tecidos, de festões de flores, e rutilações metálicas. Quase três horas levou a passar na rua do Ouvidor o préstito que desfilou da praça do Tiradentes.

Em frente à Imprensa Nacional, em um delírio que excede a toda a descrição, essa massa de povo condensou-se sob a janela de onde a contemplava o Dr. Rui Barbosa e prorrompeu em aclamações ao maior amigo do povo, ao organizador do trabalho nacional, ao Primeiro Ministro Brasileiro que, fazendo frente ao preconceito tão bem aproveitado pelos inimigos do Brasil, de que o Brasil é essencialmente agrícola, exclusivamente agrícola como a China, compreende que a maior felicidade pública, a emancipação comercial do Brasil vir-lhe sem dúvida de oferecer ao mundo a vasta agricultura do seu território, mas sob condição de prover quanto mais possa as necessidades da sua existência com os recursos da própria indústria.

Digna precursora das festas de 15 de novembro, que ontem tiveram começo, foi a manifestação dos industriais brasileiros.

Era impossível celebrar melhor o aniversário da República do que assim, com a festa da paz e do trabalho, e porque não houve intenção comemorativa nem por isso reverte menos em lustres e glória do regime republicano, essa demonstração jubilosa dos operários, conduzindo mulheres e filhos, felizes e confiados, pelas mesmas ruas onde um ano antes apenas, possuídos de um entusiasmo sombrio de executores do destino, precipitavam-se brandindo as armas, caminho do desconhecido, os soldados da revolução.

As festas expressamente destinadas à comemoração começaram animadas e ardentes como devem ser.

Um ano não é tempo bastante para se julgar de uma forma de governo. Pelo que tem havido, todavia, no Brasil desde 15 de novembro de 89, já podem os mais incrédulos ter certeza de que somos um povo capaz propriamente no que diz respeito ao povo e capaz no que diz respeito a governo.

Aos instintos de ordem de que se mostrou possuído o povo brasileiro no dia da revolução, tem correspondido a absoluta tranquilidade do País inteiro durante o tempo que tem existido a República.

Se isto é prova de que o povo é ordeiro, também é prova de que grandes culpas não hão que censurar aqueles que, com pleno direito ao erro, do qual só seria excetuado um governo de anjos, autêntico, legítimo, de asas às costas, e cândidas fraldas e cabelos milagrosamente soltos às auras da realidade, luminosos, com a luz de certeza das suas aspirações - se encarregaram de presidir a salvação do estado depois da revolução. Se grandes culpas houvessem, certo que, dado o terrível exemplo do 15 de novembro, não era o instinto ordeiro do povo que nos livraria de sérias perturbações da paz.

Entre as felicitações mútuas do povo e do governo, portanto, pelo que cada um por seu lado tem sabido mostrar-se e pela fortuna incontestável que tem favorecido o Brasil e sem a qual nem as boas qualidades do povo nem as do governo aproveitariam, pôde à larga expandir-se o coração nacional nas festas do dia.

Nem tudo foram alegrias através da semana. A igreja brasileira está de luto, pela perda que quarta-feira sofreu de um dos seus mais dignos e mais ilustres pastores, D. Pedro de Lacerda.

A crônica não tem direito de esmerilhar na biografia do falecido bispo, feita cuidadosamente da obscuridade e de modéstia. Abençoada, porém, seja a existência ora encerrada de quem não ocultou na obscuridade senão a prática da bondade e não teve que abater na modéstia senão a santa vaidade de ser bom.

Y.

Jornal do Comércio, 23 de novembro de 1890 (Edição 327)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

A Providência, que preside a todas as coisas que o universo encerra, sem excetuar o grande estilo das mensagens políticas livres-pensadoras, não aprouve que corressem perfeitamente os festejos do primeiro aniversário da República.

Por muito favor foi possível passar o primeiro dia sem novidade. Mas a maior parte da população se havia reservado para concorrer às demonstrações públicas no segundo dia e no terceiro dia; e no segundo¹³⁶ o firmamento desmanchou-se em farto aguaceiro sobre todas as disposições entusiásticas porventura reinantes, e a referida maior parte da população teve de adiar para o ano próximo a colaboração da sua alegria com a alegria oficial do 15 de novembro, e o primeiro aniversário da República, que se devia festejar em três calorosos dias de alarido triunfal, teve, por falta de povo, de reduzir-se a um dia único, quase, esse mesmo, um dia de vésperas de festa, e mais dois de fiasco enxovalhado e úmido.

Não há de censurar o povo por este comedimento do entusiasmo, ante a investida das bátegas e a hipótese de um defluxo. Encontra-se em uma das páginas heroicas da *História de um crime* de Victor Hugo, referência a certo bravo republicano, que, exposto sobre a grimpada de uma barricada, às balas dos soldados de Napoleão III que se preparavam para fazer fogo sobre os revolucionários parisienses, tratava cuidadosamente de se envolver em um *cache-nez*¹³⁷ e resguardar-se das goteiras que o temporal que havia desaguava pelos telhados.

Morrer é o menos, pensava o valente guerrilheiro, horrível seria uma constipação. Sem que talvez pensassem rigorosamente assim os fluminenses, colocados em contingência de preferir a morte ou um espirro, concebe-se bem que, assim como houve um homem que, arriscado a constipar-se e arriscado a morrer, mais se horrorizava com a

¹³⁶ No jornal: no segundo dia e no terceiro dia; e no terceiro dia e no segundo. Aqui corrigido.

¹³⁷ *Cache-nez*: do francês, significa cachecol, manta.

hipótese da constipação do que com a da morte, tenham eles legitimamente deliberado recalcar os ímpetus festejados, por mais sinceros, fogosos e patrióticos, que dentro de si sentiam – por medo ao mau tempo.

Quanto à má vontade da Providência para com as festas do aniversário republicano, é que é força ficar-se pensativo e com vontade de estranhar.

Julgar-se-ia que era motivada pelo pensamento pronunciadamente liberal que tem dominado os atos do governo a respeito de coisas de religião... Mas lá está o *poenitet*¹³⁸ da mensagem compensado, recitado exatamente no único dia de bom tempo dos três da comemoração, expresso nas linhas em que a República, acoimada de positivismo, adere ungidamente ao respeito metafísico da Providência, um voto de centilhão de incontestável eficácia pela sua solenidade.

Pode ser, porém, que a manifestação providencial dos aguaceiros, em vez de oposição de antipatia formal, fosse apenas um meio de observar que a República que acata a Providência no fundo de sua consciência devia ser menos irreligiosa na aparência, e se o não é somente porque entende que o principal é o fundo de um sentimento e aparentar nada vale, então não se devia entregar a tantas demonstrações embandeiradas de júbilo, que um simples aguaceiro de água conspurca, podendo, tal qual na sua recatada convicção, metafísica, encerrar-se sem mais bandeiras e sem mais luminárias, por ocasião dos seus dias alegres, no recesso de uma satisfação silente, concentrada e queda.

E se assim raciocinava o firmamento por ocasião de vazar-nos as importunas chuvas que estragaram os festejos, é preciso reconhecer que ao menos lógica houve naquelas cargas de água.

Senão lógica, que talvez imensa lógica lhes assista no argumento das suas conveniências, senão lógica, pelo menos justiça se pode contestar aos que protestaram contra o fechamento das portas do comércio em dias feriados, como nos domingos.

Se os que contra esse fechamento protestam têm por si a razão respeitável do prejuízo dos seus negócios, aqueles a quem o fechamento aproveita podem argumentar a favor dele com a conveniência do seu maior descanso, conveniência pelo menos tão digna de respeito como a razão de prejuízo dos outros.

Todos os dias de descanso que reclamam os empregados do comércio, aproveitando domingos e dias de feriado civil e dias de feriado religioso, são devidos ao seu direito.

¹³⁸ *Poenitet*: do latim, significa arrepender-se.

De todas as classes, excluídas algumas operárias, é a desses empregados aquela a que mais pesa o trabalho. Um ligeiro passeio que se desvie do centro de vadiagem mais ou menos disfarçada e brilhante que a rua do Ouvidor constitui (ignorando-se já se sabe o movimento de animação e de fadiga que vai por dentro do espetáculo deslumbrante das *vitrines* e que escapa inteiramente à observação), um ligeiro passeio que se dirija à noite da massa de população aglomerada nas esquinas da esplendorosa rua central, destacando-se dos pontos de *bonds* para os teatros, vagueando no esquecimento basbaque de quem só tem que fazer a digestão, parece que é chegada a hora do geral descanso na cidade e da alegria descuidosa de todos. Desde que se enverede por uma das ruas de grande comércio que se aprofundam, sem transeuntes e mal iluminadas, através de uma noite pesada e desanimadora, descobre-se com certa surpresa o engano da ilusão ouvidoeira. Enquanto uma parte da população passeia descansada ou se apressa para os divertimentos, há outra parte muito mais considerável que a essa hora ainda se fadiga em ativos labores. Zonas de luz, de gás espalmam-se de espaço a espaço cortando a calçada. Na direção de onde se alinham essas zonas luminosas há portas abertas, meias portas, pelas quais entrevistam-se homens de todas as idades, crianças às vezes que se movem com atividade febril além dos balcões, por entre caixas e fardos e pilhas de todas as mercadorias, sobe escadas para alcançar prateleiras de armações, dentro de grades de arame de escritório, andando, arrumando, medindo, pesando, carregando, escrevendo, corados, suados da agitação, ofegantes, no ambiente apenas respirável das lojas, mal ventiladas e aquecidas pela iluminação. Absorvidos na agitação do trabalho, estes homens ignoram que haja quem passeie e quem descanse àquela hora, como os que descansam e os que passeiam ignoram que haja naquela hora quem trabalhe. A rua tenebrosa que se estende lá fora sem rumor e sem transeuntes é o que representa para eles a cidade. O passeio esquecido pelas ruas brilhantes, iluminadas a gás e a luz elétrica, os espetáculos que a tanta gente preocupam, nem como sonho lhes ocorre à mente. A realidade presente ocupa-lhes ao mesmo tempo a atividade física e a atividade espiritual. É a encomenda que é preciso estar pronta para a manhã seguinte; é a arrumação que o desarranjo da venda durante o dia requer; é o movimento das mercadorias que precisam ser retiradas do fundo dos armazéns para estar à mão; é a escrita que inesperada afluência de freguesia atrasou e que precisa ser ultimada: labutar, labutar febrilmente até que venha a hora do sono prostrado que a madrugada não tardará muito em interromper para nova faina.

Isto nada mais é do que o quadro esboçado de uma hora somente de mais contraste entre as quinze horas de intenso labor cotidiano, que fazem a vida dos empregados de comércio.

Para eles não existe conchego de família; não existe senão raríssima oportunidade de qualquer cultivo do espírito. A não ser nos poucos dias em que o comércio fecha as portas, mal podem arredar o pé da casa onde trabalham, onde tem de viver fixados em uma continuidade mortificante de serviço sem hora vaga, ou de raras horas vagas, sem liberdade.

Aquele que, em nome da necessidade dos seus lucros regateiam alguns dias de repouso aos ativíssimos colaboradores da sua fortuna, deviam, por ânimo de elementar equidade, atender ao quanto exigem dos seus empregados nos dias úteis, para buscar compensá-los com o descanso razoavelmente proporcional, que deve ser um pouco mais, assim parece, do que o que lhes tem concedido o uso, sem o fechamento obrigatório das portas aos domingos, ou com ele.

Se a frequente interrupção dos trabalhos nos seus escritórios, nas suas lojas, nos seus armazéns, é nociva ao andamento administrativo dos seus negócios, independente mesmo da questão de lucro, instituem, por exemplo, o sistema de dar férias anuais aos seus empregados, por dois ou três meses.

Sem uma satisfação desta ordem aos princípios da equidade social, todos os pedidos de dias feriados que exijam os seus empregados serão razoáveis e todos os protestos que improvisem logicamente os patrões argumentados com todas as razões de interesse de lucro ou de administração serão dignos de repulsa, como um clamoroso regateio mais ou menos hipócrita de egoísta, como se dizia outrora, em uma frase famosa, sem critério e sem coração.

Andam amigos do malogrado Tito Lívio de Castro¹³⁹, há meses falecido, empenhados na tarefa de editar em volume os artigos de crítica literária que esse valente escritor produziu, tão notáveis de erudição e de critério e que se publicaram dispersamente em jornais desta capital e do interior.

Eis aí o que se pode dizer um delicado e notabilíssimo escrúpulo de amizade. O jovem crítico brasileiro, desviado da esfera exclusiva de trabalhos que lhe determinava a sua especial vocação de pensador artista, para a luta grosseira da subsistência, não teve tempo de organizar em coleção os seus escritos.

Produzia-os como que a furto, por preencher horas vagas, à maneira de todo trabalho de arte ou relativo às artes conforme se produz em um meio inadequado como é ainda o nosso às especialidades da requintada cultura humana.

¹³⁹ Tito Lívio de Castro: médico, escritor e ensaísta brasileiro, defendeu o acesso feminino à educação e questionou o entendimento da medicina quanto às mulheres. ROMERO, Sílvio. À memória de Lívio de Castro, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 19 jun. 1890.

Apenas os tinha firmado com a responsabilidade do seu nome, entregava-os aos azares da publicidade, esquecia-os, repudiava-os para a emancipação, como filhos apenas criados que é força que vivam sobre si, porque não sobra o tempo para os carinhos, nem a fortuna para o desejado acolhimento de amor no lar paterno. Bem diferentemente em um meio social onde fosse dado viver a arte exclusivamente de arte, ele podia rever-se prazenteiro na prole espiritual como um patriarca bíblico, viver em família com os seus artigos aquele prazo de observação que Horácio recomendava, e despreocupado de outros interesses da vida, tratá-los por uma verdadeira educação de erratas e corrigendas até o mais perto possível desse ideal de perfeição plástica com que sonham todos os escritores para os seus escritos, e, então, classificá-los uniformizá-los, no que fosse conveniente e juntá-los em volume com esmero e cuidado certo de que lhe havia de corresponder a todo esse esforço de zelo a aceitação do público.

Como lhe não foi permitida no afã da vida, essa ventura do progenitor intelectual de poder consolidar pela união os elementos da obra que, posto que não muito considerável, devia, contudo, responder pelo seu nome nas recordações literárias de sua Pátria, e como a sua morte fez desaparecer o zelador natural da salvação dessa obra, arriscada com o tempo à impossibilidade de jamais colecionar-se, arriscada verdadeiramente a perder-se por dispersão, resolveram os amigos do desditoso escritor remediar esse mal, suprimindo por um esforço de fidelidade póstuma a falta que a si mesmo, aos interesses da sua glória literária, fez Tito Lívio.

São poucos todos os aplausos a esses generosos reconstrutores de uma das mais simpáticas individualidades da mais recente geração¹⁴⁰ literária, individualidades que tão dolorosamente cedo carece de ser erguida de uma campa.

E só desejaríamos que os imitassem amigos e admiradores de tantos artistas nossos notáveis, principalmente dos últimos períodos da nossa história literária, que, obrigados, como Titio Lívio, por ocupações indispensáveis estranhas a literatura, por motivo de completa penúria, ou distraídos por seu gênio de prodigalidade boêmica, não tiveram ocasião, nesta terra de poucos leitores e de desproporcionadamente menos editores profissionais – de confiar à resistência perene do livro a produção brilhante, copiosa às vezes, do seu espírito.

Y.

Jornal do Comércio, primeiro de dezembro de 1890 (Edição 335)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

¹⁴⁰ No jornal: geral, aqui corrigido para “geração”. A edição Afrânio Coutinho grafou “geral”.

Foi um ato acertado, não há dúvida, a nomeação de Rodolfo Bernardelli para o lugar de diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

Com ela faz-se pelo menos um bem pesada experiência.

A antiga Academia foi confiada outrora à direção de artistas. Apesar de haver sido relativamente o tempo dos Taunay e Porto Alegre a idade de ouro dessa casa de ensino artístico, não concorreram as condições gerais de progresso do País para assegurar a eficácia dos esforços desses iniciadores. O gosto artístico não pode medrar sem condições simultâneas de prosperidade política e industrial, e o centro de agitação que por estimular esse gosto seja instituído, tem de isolar-se sem consequência, como as vibrações de um tímpano no vácuo.

Logo que começou o Brasil a adquirir mais ou menos as condições sociais adequadas ao desenvolvimento artístico, começou para o ensino superior das belas artes a época dos conselheiros diretores, mais fatal a esse ensino do que poderia ter sido sem comparação a completa ausência do influxo oficial neste ramo da educação pública.

Com efeito, desde que das mãos dos artistas escapou o direito de fiscalizar a preparação educacional dos artistas, perdeu-se por assim dizer a fé na importância desta preparação. A velha Academia começou como que a sentir o pavor da sua inutilidade. Achou-se demais, no orçamento das despesas. Começou a envergonhar-se de existir entre as nossas instituições, como uma prodigalidade que tivesse remorso de arruinar um príndigo.

– Para que afinal de contas esta história de belas artes? Pensavam as cartas de conselho. Pintura ou escultura é coisa que se coma? Talento é coisa que faça engordar? E, repoltreadas na cadeira de Diretor, as referidas cartas compadeciam-se da gesticulação inane de uns tantos sujeitos que, sob a sua inspeção, na qualidade de mestres e na qualidade de discípulos, borravam para ali telas tesas, ou comprimiam bolos de argila mole com o polegar; tinham vexame no íntimo da consciência de estar ali entre aquelas pancadas, fingindo tomá-los a sério e tomar a sério o pretexto de ensino que os reunia.

O resultado era que a Academia dos Conselheiros não tinha coragem de falar de si. Não acreditando em si mesma, desconfiava que era um peso ao tesouro e tinha medo que dessem por isso: não era possível que, em se percebendo o escândalo de superfecção e demasia que era aquilo na ordem das coisas úteis, não fossem para a rua todos aqueles doidos com direito pleno a uma acomodação no Hospício, e todos aqueles conselheiros que seriam os mais prejudicados, é preciso notar, porque, sendo os que menos se agitavam ali como em trabalho, eram os que mais ganhavam. Assim, vegetava miseravelmente à mingua de recursos, a nossa primeira instituição de ensino artístico, sendo aqueles a quem cumpria reclamar a

dignificação do seu caráter, os que com maior empenho estrangulavam os gritos angustiados da necessidade.

Confiada agora novamente à direção de um artista a casa do ensino artístico superior, e isto em melhores tempos do que outrora, confiada à administração de alguém que será pelo menos advogado convencido dos interesses da instituição, libertada do alarma de desconfiança que a acabrunhava quando dirigida por leigos incapazes de compreender a arte e de zelarem por ela, que dessa direção eram encarregados unicamente porque era necessário oferecer um entretenimento à aposentadoria tediosa de um velho medalhão, esses tais leigos ou porque se recomendavam pela perícia em aviar expedientes de secretaria, se para essa casa de ensino público não tiver começo uma era excepcional de prosperidade, se paralelamente, como efeito social dessa prosperidade, não se pronunciar um movimento de transformação artística no País, de todos os modos por que essa transformação se manifesta pelo desenvolvimento e pelo bem estar da classe dos artistas, pelo aformoseamento das cidades, pela sensata e nobre regularização do luxo particular, pelo apuro da graça comunicada às maneiras de toda a produção industrial, pelo gradual revestimento de beleza de que não podem prescindir as mais sólidas construções da civilização, e que nem sequer é conhecido entre nós - não será porque se não tentou uma vez retificar os erros do passado e preparar do modo mais bem aconselhado e conveniente ponto de partida de tudo isso.

Aos despeitados que acaso insurja tão acertada nomeação, é preciso dizer que Rodolfo Bernardelli não fez campanha por ela. Não rebaixou na trica de uma candidatura orçamentária a altivez retilínea do seu talento.

Uma grande luta se travou, é verdade, por motivos dessa verdadeira homenagem ao merecimento de um mestre. Sem se perceber bastante como estava a ruir de senilidade a velha Academia, gastaram-se muitos golpes, cujo efeito foi tão definitivo que se fica a desconfiar que muitos deles feriram simplesmente um cadáver. E o nome de Rodolfo Bernardelli era a bandeira do combate.

Enquanto, porém, essa luta se empenhava cá fora, Bernardelli no seu *atelier*, descuidoso e sereno, via desnudar-se das formas e aparecer em um grande brilho de gesso nitente a estátua equestre do Osório¹⁴¹, retocava os admiráveis bustos seus que mandou talhar na Europa pelos práticos italianos e comunicava-lhes aquele efeito de vida fremente que neles palpita, moleza de carnes, placidez de vestes, desbastava carinhosamente o aperfeiçoamento

¹⁴¹ Manuel Luís Osório: General do exército homenageado com uma estátua em bronze produzida por Bernardelli. O monumento foi inaugurado em 1894 e se encontra na praça XV, no Rio de Janeiro. FESTEJOS DE NOVENBRO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 out. 1894.

final na terra plástica da estátua de Caxias¹⁴², fazia avançar as tropas brasileiras que ainda modela em baixos relevos de marchas e batalhas para as suas estátuas guerreiras, e enchendo o tempo com uma profusão de atividade surpreendente, deixava que alta administração da República resolvesse criteriosamente, para confiar a guarda dos destinos artísticos do País, entre as preferências prováveis, de um artista que esculpe ou de um conselheiro que despacha.

Entre os campeões da restauração do ensino artístico não foram de menos valia os alunos que abandonaram a Academia para fazer trabalho no *atelier* livre que conseguiram montar.

Vieram para a praça pública como verdadeiros revolucionários. Armaram à boca de uma rua uma verdadeira barricada e ofereceram-na arrogante e inexpugnável à opinião pública.

O barracão de tablado e zinco que armaram para o trabalho livre no Largo de São Francisco, trambolho incomodo para o burguês comodista, era como o “alto lá!” dos revoltados lançando em rosto a culpa da ruína do ensino artístico nacional, a cada transeunte do povo que passava, que se irritava de ver algumas tábuas cobrindo o panorama de uma praça feia, e que não sentia sequer quando desde largos anos contrariava o voo expandido da alma artística da Pátria aquilo que pela mais temerária demência do eufemismo se chamava a Academia das Belas Artes.

Tendo vencido na sua revolta, por festejar a vitória, acabam de abrir festivamente as portas do *atelier* onde ultimamente trabalhavam, depois de suficientemente afirmado o escândalo do seu trabalho ao ar livre da praça.

Lá está exposto o resultado dos seus trabalhos depois do êxodo revolucionário. Os trabalhos não foram tão constantes como poderiam ter sido. Desgostosos das alternativas da campanha cujo desenlace foi a criação da Escola Nacional de Belas Artes, fatigados de apreensões desanimadores que tanto mais vivamente tentavam abatê-los, quanto mais ávida era a aspiração de vencer, embora depois recomeçassem com fervor, os alunos muitas vezes abandonaram o cavalete e a tela. O resultado, todavia, que apresentam, passados quatro meses de interrompidos exercícios, iguala em quantidade e excede em qualidade, incomparavelmente, ao que conseguia a Academia em todo um ano de atividade letiva.

¹⁴² Marechal Luís Alves de Lima e Silva: Duque de Caxias, também homenageado com uma estátua em bronze produzida por Bernardelli. O monumento foi inaugurado em 1899 e se encontra no largo do Machado, no Rio de Janeiro.
A.A. Palestra, *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 out. 1897.

Quem quiser apreciar um brilhante êxito de boa vontade e de inteligência, quem quiser argumentos para a confiança absoluta no gênio artístico do nosso povo e no futuro que nesta parte de esforços espirituais nos está reservado, pode visitar, no *Atelier Moderno* da rua do Ouvidor, a exposição do *atelier livre*¹⁴³, descansado na certeza de que não sofrerá uma decepção.

Os próprios apologistas do silêncio da imprensa a respeito de suicídios, e os acerbos impugnadores desta enérgica feição do *self government*¹⁴⁴ na morte, abriram exceção esta semana para entoar louvores a um impudente cobrador, que comprometeu, no jogo de apostas, todo o dinheiro alheio que consigo tinha, e que por último, como se esse procedimento irregular não fosse senão um desafio atrevido à fatalidade, disparou um tiro de revólver em si mesmo.

Da nossa parte entoamos com o coro dos encômios ao morto. Sem dúvida nenhuma. Surpreendido pela desonra a que cegamente se lançara vítima da tentação do azar, vendo-se por uma hipótese aliás bem fácil de prever, traído pela fortuna adversa e por sua vez traidor da confiança daqueles de quem era encarregado de negócios, vendo perdido, em um momento, todo um passado de honestidade escrupulosamente cultivado, julgando-se infamado para toda a vida pela utilização que fizera do alheio por intenção de lucro próprio, e com prejuízo de seu dono, (já não se fala da iminência de um processo criminal de que estava ameaçado e que para um homem de bem é o último comentário do remorso em um caso de angústia desta espécie) esse homem armou-se de um revólver, buscou um recanto menos habitado da cidade, e disparou o revólver contra o peito.

Esta forma estoica de punição da sua imprudência, mesmo porque foi excessiva, é uma coisa admirável. Como drama de honra é completo; e para que se admire como é o mesmo o coração humano, vê-se a propósito que em um caixeiro de cobranças, herói cômico de burletas geralmente, é possível surpreender-se uma vez a linha da tragédia.

Por mais que admiremos, contudo, e que louvemos um rasgo destes de amor ao bom nome não recomendamos o exemplo.

¹⁴³ Ateliê Livre: Nos anos de 1888 e 1890, foi travada uma disputa na Academia de Belas Artes, entre dois grupos de artistas – os “modernos” e os “positivistas”. Os modernos – entre eles, os irmãos Henrique e Rodolfo Bernardelli – tinham como objetivo a renovação do ensino artístico, enquanto que os positivistas buscavam a manutenção do modelo vigente. Como consequência os modernos se afastam da instituição e montam o Ateliê Livre, no qual eram ministrados cursos e exposições artísticas, entre as quais: o Ateliê Moderno, exposta em 1890.

BARATA, Mário. As artes plásticas de 1808 a 1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico: reações e transações. São Paulo: Difel, 1982, v. 3, p. 409-424. QUESTÕES DO DIA. *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 ago. 1890.

¹⁴⁴ *self government*: do inglês, significa auto governo.

Não se matem os cobradores em caso nenhum. Os cobradores existem para as cobranças e não para os suicídios. Podem livremente como qualquer mortal ter amor à vida e viver desassombrados. Dispensamo-nos absolutamente de lhes impor como regra de proceder um código trágico de honra. Tenham do fundo da alma horror a qualquer desenlace comercial que tenha que ver com tiros de revólver.

Somente antes de usar dessa largueza de coração que facultamos, tenham cuidado de não gastar em apostas o dinheiro alheio.

Aplaudido como o fim terrível desse homem honrado, tem sido o zelo de uma autoridade policial, que tem trazido em reboião quanta espécie de antro ignorado e obscuro serve de teatro aos dramas da miséria fluminense. Teatro é muito bem dito: porque a referida autoridade barafusta pelo reverso imundo dos bastidores cenográficos da nossa vida social, e, quando, sem grande cuidado, vamos supondo que a vida urbana é essa realidade honesta e simples que nos impressiona para fora das paredes e sob a luz do sol, a duas vezes referida autoridade, como um artista excêntrico que perturbasse um espetáculo, põe-se a gritar-nos: Mentira! Mentira! Tudo isso que aparece é tinta, e do lado de dentro há cá muita tela imunda e esmolambada!

Primeiro atirou-se à devassidão dos costumes. Babilônia foi assediada. Para complemento do símile houve até um banquete surpreendido, ao qual presidia, como o próprio Baltazar¹⁴⁵ presente, o demônio da crápula mais cínica.

Atualmente anda ela a visitar as casas de dormida, onde amontoam-se sem atenção da mínima comodidade nem da mínima razão de higiene, dezenas e dezenas de indivíduos, que dormem juntos, porque dormindo como cem, por exemplo, cem cubículos estreitos pagam como um, e a coisa lhes fica por mito bom preço. E os jornais desvelam-se em contar por miúdo todas as diligências.

Trata-se de saber se, com a simples ostentação das misérias sociais, com uma só visita aos antros de má vida, se com o simples rebote fora de horas por um albergue de mendigos, a autoridade pública tem remediado essas misérias, tem refreado a prostituição, tem prevenido a funesta constituição dos núcleos de propagação da peste que são os antros de dar dormida.

Os socialistas do romance dizem que evidenciar a miséria é de alguma sorte curá-la, porque é oferecê-la a curativo. Este raciocínio não pode assistir à autoridade pública, porque, se os socialistas literários dizem que apontar o mal é curá-lo, é porque contam com a autoridade pública e a autoridade pública não tem naturalmente com quem contar.

¹⁴⁵ Baltazar: último rei da Babilônia.

Não nos constando, portanto, que a digna e ativíssima autoridade, além da inversão que oferece dos bastidores da vida da cidade, além de clamorosa indicação das chagas da miséria social, tenha dado um passo, proposto uma medida, que seja impedimento a que, dissolvido um centro de corrupção, o centro não se torne a formar em outro ponto, trancado um antro infecto, não saiam a cair de sono os maltrapilhos para passar a noite em outro albergue semelhante; não sabendo nós que com o desenvolvimento da animação que gasta essa autoridade coincide um plano eficaz da polícia de impedir a devassidão, de acomodar caridosamente os sem abrigo, reformar o interior sombrio da miséria, despercebida no entretenimento da vida dos repudiados, negamo-nos muito decididamente a louvar-lhe o louvável zelo.

Y.

Jornal do Comércio, 7 de dezembro de 1890 (Edição 341)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Se não fosse a coincidência observada de que os nomes dos grevistas presos pela polícia esta semana figuram um por um na relação de nomes existentes na intendência municipal, daqueles que foram declarar que não queriam ser cidadãos brasileiros, poder-se-ia conjecturar que a famosa *grèves* de carroceiros foi uma comemoração sebastianista do 2 de dezembro. Seria uma explicação.

À vista dessa coincidência, porém, que nos indica que, assim como são da lista da intendência os mesmos nomes que figuram nas partes policiais da *grève*, igualmente devem mais ou menos figurar nessa lista os nomes dos grevistas que não foram presos, e repelida a hipótese inverossímil de que estejam estrangeiros a fazer política no Brasil, encontrar-se a gente às voltas com o mais extravagante fenômeno de economia política, de que a dita economia possa jamais cogitar.

A característica das *grèves*, característica necessária e fatal, é a simplicidade do seu motivo. Às camadas que se revoltam em *grève* não chegam nunca os motivos sutis. O povinho só sabe protestar quando impressionado por lesões elementares do seu direito, prejuízos imediatos impostos pelo Estado à sua consciência, à sua liberdade, ou à sua algibeira. Fora isso, não há argúcia de demonstração política que o mova: não há eloquência de tribuno vidente que o impressione se não artisticamente; não há mesmo exemplo heroico; baseado em motivos excessivamente intelectuais para o seu bom senso honrado e prático, que

possa aproveitar. Haja vista o episódio glorioso de Baudin, mostrando ao povo parisiense, que entretanto não se deu por achado, *como se morre por vinte e cinco francos*¹⁴⁶.

É isto. Pois a *grève* que há dias pôs em agitação esta cidade, diferente de todas as *grèves* deste mundo, havidas e por haver, teve por motivo uma rebuscada elaboração jurídica a respeito do direito que não assiste à municipalidade de legislar por sua conta e risco jurisprudência criminal.

Nenhuma outra explicação formulou-se para ela até agora. Somente, para que fosse possível compreender a adesão incompreensível de certos elementos aos quais fora de todo absurdo atribuir essa fantasia de discussão jurídica, alguns dizedores mais razoáveis afirmaram que metade da revolta vinha do exagero propalado das tais penas da legislação incompetente crimino-municipal, por força da qual era arvorado em pavoroso *Guilhotin* o mais reles fiscal de águas sujas, e só a outra metade da revolta é que se referia a tal distinção bizantina de competência legislativa.

Em todo o caso, é surpreendente que, entre os projéteis bravamente arremessados dos grupos de populares em *grève* contra a polícia, com os fundos de garrafa e os paralelepípedos e a saraivada dos nomes feios que nunca faltam em casos tais e que excitam a guerra, não revoassem terrivelmente e em latim duro, alguns textos crespos do Digesto¹⁴⁷.

Talvez porque renunciaram assim a sua melhor arma os nossos extraordinários doutores em carroças, foi a *grève* vencida.

Nem por isso, com a paralização criada de *proche en proche*¹⁴⁸ pelos grevistas entre os agentes do serviço público de transportes, tivemos menos em alarma por dois dias o estômago e os calcanhares, ante a perspectiva duplamente desanimadora de sermos forçados a galgar a pé a distância dos lares em remoto arrabalde e não termos em casa chegando, para cúmulo do infortúnio e para restauração de forças, senão um osso magro de galinha a trincar e, quando muito, um *filet...* de peixe.

Por sua parte a polícia, valha a verdade, gastou-se em esforços para que essa perspectiva fosse feita realidade o menos possível; e andou por todos os cantos da cidade a garantir, a tiro de carabina, os recursos da locomoção urbana, sem outra necessidade mais em tempos comuns do que a do tiro das bestas, e a servir a população em pontas de lança o bife, com grande supressa desde que, nas suas pacatas noções de instrumentos, só conhecia para o

¹⁴⁶ “*como se morre por vinte e cinco francos*”: trecho presente no folhetim intitulado *As Barricadas*, publicado na *Gazeta da Noite* (RJ), em 1880.

AS BARRICADAS. *Gazeta da Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 fev. 1880.

¹⁴⁷ Digesto: Conhecido também como Pandects, é o nome dado ao resumo de escritos jurídicos sobre o direito romano.

¹⁴⁸ *Proche en proche*: do francês, significa de pouco em pouco, passo a passo.

próprio trato indispensável e perfurante – o garfo.

Em uma *grève* iniciada de motivos de tão alta ponderação mental como a jurisprudência argumentada de onde consta haver emanado a comoção popular dos dias 1 e 2 de mês corrente, não se compreendo a estupidez da oposição, por parte dos grevistas, à livre circulação dos carros de enterro.

Paralisar o comércio, impedindo a circulação de caminhões que façam carretos, atropelar a administração, impedindo o movimento dos *bonds* de que depende organicamente o movimento da burocracia, cujos membros, porque toda a gente não cabe no centro da cidade, tem de morar e mora nos arrabaldes, e precisa, não obstante, estar a hora certa do serviço da repartição; incomodar tranquilidade de todo o mundo por meio de correrias de bandos desordeiros e por meio da imposição de todas as privações que possam resultar do súbito impedimento oposto à circulação do carro que leva a carne, do carro que leva o pão, do carro que leva o médico, do veículo que nos auxilia, com economia de tempo, na procura dos meios de vida; oferecer um súbito embaraço à mecânica da ordem social, tão sabiamente movida e que tão profundamente pode ser prejudicada por um único choque; tudo isso facilmente se compreende que uma classe popular revoltada, em desforra dos seus vexames, ou como pressão em favor das suas exigências, possa fazer. Os prejudicados nesse caso são em geral os causadores da opressão sentida porque das camadas de cima vem o peso que as camadas inferiores carregam, e, prejudicando-os, os grevistas vingam-se; ou os prejudicados, se não são voluntariamente causadores, pelo menos, ofendidos pelo capricho dos grevistas, fazem votos e concorrem para que cessem os males dos quais há queixa.

Mas o que é que têm os mortos com todas essas misérias de opressões que pesam ou de sofrimentos que se revoltam, para se lhes fechar o caminho da última morada?

A própria guerra abre espaço para os funerais; e todos os horrores da maior sanha bélica que fizesse viver a lâmina de uma espada a erguer-se flamejante como o gesto dos anjos antigos da destruição, não impediriam que em dado momento esse ferro terrível se abatesse respeitoso, ao passar a padiola humilde de um cadáver, mesmo cadáver de inimigo. É que excluídos das intrigas da vida igualdados na morte, amigos e inimigos, pequenos e grandes, humildes e arrogantes, todos aqueles que passaram desta vida têm direito igual ao respeito aos seus restos, a essa religião comum e unânime que a humanidade tributa aos finados e da qual um dos elementos morais, senão o mais profundo, pelo menos o mais fácil de existir, é a infinita compaixão que ao homem, corpo humano, vibrante de vida, de movimento e de vontade, consciente do sangue que lhe aquece as veias e do sol através de

cuja luz o seu olhar, irradiado nessa luz como se fosse a própria luz conquista o universo – inspira o cadáver, corpo humano exânime de que todos os estímulos do esplendor vital desertaram e que começa a resolver-se em lama, sem que nada o salve no horror dessa tendência que se acusa pela expressão sem nome do semblante pela contração das mãos que parecem sonhar que agarram desesperadas.

A *grève* dos dias 1 e 2 (ainda um traço que a distingue de quantas *grèves* tenham havido) não provocou a natural simpatia que despertam os movimentos de revolta dos fracos contra os fortes.

Concorreu para isso o seu defeito inicial de não ter motivo, de rebentar ao acaso como um pacto obscuro de conspiração, em vez do que poderia ter sido como sincero movimento popular; concorreu mais a insistência com que permaneceram em *grève* os revoltados, apesar das satisfações protestadas de todos os modos, oralmente perante os grevistas influentes e por meio de boletins fartamente distribuídos e pregados pelas esquinas; concorreu também o exagero de sua hostilidade, que mesmo que fossem verdadeiras as propaladas ameaças legais para os casos de desastres ocasionados por veículos, não teria razão de pronunciar-se tão vastamente e tão intensamente ao mesmo tempo, e caprichando em concentrar o maior esforço nos pontos de onde mais incômodas perturbações poderiam derivar para a vida da cidade.

Para fazê-la, todavia, a manifestação popular a mais antipática, nada concorreu como o fato de se assaltarem coches fúnebres, que não seguissem, sob pretexto de que não andavam *bonds* nem carroças, conforme a senha do dia. E o caráter desta brutal extravagância deve ser agora apreciado com horror por aqueles mesmos que nela tomaram parte, é que agora passado o entusiasmo dos tumultos se porventura lhes existe no fundo da alma um pouco de senso moral.

No meio da excitação dos ânimos levantada naturalmente pelos episódios da *grève* dos populares, teve a imprensa, por infelicidade dos amigos da calma política, que se organizar também embora para o futuro, em *grève* de oposição moral.

Os motivos que a imprensa ponderou para publicar o seu protesto de parede jornalística são muito fortes para que sofram discussão. Além disso, toda discussão de que fossem suscetíveis deve-se ter esgotado, na reunião em que se deliberou a resolução do protesto, e qualquer objeção que por argumentos não houvesse sido vencida nesse debate já o tem sido agora pelo fato consumado da publicação do protesto. Se alguém viesse hoje dizer, por exemplo, que a hipótese do silêncio de má vontade só deve ocorrer à imprensa por força

de violência material contra o último dos prelos, porque enquanto a violência apenas moralmente a atinge, o seu dever é clamar contra a violência - esse alguém perderia o seu tempo.

Sem entrarmos, portanto, na apreciação do movimento de bela solidariedade, em nome da qual a imprensa toda comprometeu-se a usar em certa alternativa o recurso extremo do silêncio, sem exceção do próprio *Apóstolo* do *clama, clama, itaque ne cesses*¹⁴⁹, fazemos votos para que da sua união para o silêncio resultem os mesmos efeitos que resultariam e que tem resultado da sua união para o combate franco.

Concatenando-se com os fatos que motivaram o protesto coletivo à imprensa, cresceram pela semana apreensões desconhecidas na atmosfera da vida fluminense.

Em certo dia acompanhado do respectivo pânico que andou a fechar as portas do comércio e a resguardar as vitrines, reinou o boato de que iam ser atacados os jornais da rua do Ouvidor. Não se disseram quantos e não se determinaram quais. Alguns foram alvo somente de impertinências um pouco mais insistidas do boato.

Eis aí uma novidade que não nos assombra o espírito.

De que se trata no caso? Levantou-se várias vezes o boato de que seriam atacados os jornais¹⁵⁰. Por aí vê-se que entre nós, bem diversamente do engano que vive a civilização desde quase vigésimo século, a expressão livre do pensamento ainda está sujeita a agressões materiais a ferro e a fogo.

Que concluiu do reconhecimento desta triste realidade? Que o pensamento deve emudecer e extinguir-se. Não; porque, se todos os homens do pensamento afirmam que o pensamento é uma força, não devem deixá-lo assim desandar como uma fraqueza. Agridem ou prometem agredir ao pensamento inerme: que se há de fazer? Armar o pensamento. Não houve monges guerreiros outrora? Invente-se para o uso da nossa civilização, a espécie nova do jornalista soldado. A imprensa dispõe de prédios sólidos, de corporações tipográficas numerosas, de consideráveis corpos de redação. Pois façam-se praças fortes os prédios,

¹⁴⁹ *Clama, clama, itaque ne cesses*: frase de Pio IX aos sedentos por justiça; lema do periódico católico *O Apóstolo: Periódico religioso, moral e doutrinário* (1866-1901).

¹⁵⁰ Assalto à imprensa: A consulta de periódicos evidencia a ocorrência de ataques às oficinas e redações, entre elas a tipografia do jornal monarquista *A Tribuna*. O ataque, ocorrido em 29 de novembro de 1890, resultou na destruição completa do local, além do falecimento do revisor João Ferreira Romariz. O periódico tornou a ser publicado somente em 10 janeiro do ano seguinte, alegando conhecimento dos perigos a que se expunha ao atacar o governo revolucionário. É válido ressaltar que, segundo consta nos periódicos, as folhas sob ameaça eram, em sua maioria, antirrepublicanas – em 3 de dezembro de 1890, o jornal monarquista *O Brasil* alegou ter também recebido ameaças.

À NAÇÃO BRASILEIRA. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jan. 1891.

NOVO ASSALTO À IMPRENSA? *O Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 dez. 1890.

rasguem-se em canhoneiras as janelas, distribuam-se fardas, clavinas e patronas às tipografias, espadas e penachos aos corpos de redação. Em vez de porteiro poste-se uma sentinela de baioneta à porta das redações.

Se os boatos de assalto à imprensa continuarem a polícia não proibirá por certo essas precauções.

Com algumas horas de exercício por semana, o pessoal de cada folha estará habilitado a fazer frente a qualquer ataque que venha após os boatos, contra o seu edifício. Os escritores escreverão dispostos, com um revólver sobre a mesa. Os compositores, hão de compor com uma espingarda encostada aos caixotins. Ao sinal de alarma suspende-se o trabalho e corre-se para o fogo. Cessado o tiroteio volta-se para ao trabalho...

Teremos retrogrado, dirão alguns pessimistas – para um tempo de selvageria. Admitamos que assim seja. Mas é preciso confessar que a existência agitada dramática, cheia de emoções a que daria lugar um tal estado de coisas, para quem já tem a alma temperada para um destino desses, como os lutadores do jornalismo, não pode representar-se como uma perspectiva tenebrosa.

Y.

Jornal do Comércio, 15 de dezembro de 1890 (Edição 349)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

A propósito de direitos políticos nos sacerdotes, aventou-se em favor destes o argumento de que, depois da separação da Igreja do Estado, ou da Igreja com o Estado, como já ouvimos, não era lícito ao Estado distinguir clérigos, nem mesmo para lhes fazer perseguição.

Desaparecendo a religião do Estado, o padre passou a ser simplesmente o cidadão de batina, como há, por exemplo, o cidadão de fraque e o cidadão de blusa; é um indivíduo como qualquer outro, dado à profissão de salvar almas a seu modo, como pode qualquer outro dar-se à profissão de salvar vidas e propriedades por meio do querosene inexplosivo.

Com vistas ao padre por ser padre, desaparecerá o direito de formular leis especiais; e tanto se entendeu que devia votar e ser votado o indivíduo que, depois de escrutínio voltasse ao ofício da missa, como aquele que depois do mesmo escrutínio volvesse ao ofício de pedreiro.

Sem cogitar da consistência desse modo de considerar em relação às conveniências práticas da política, é incontestável que teoricamente e logicamente esse raciocínio é perfeito.

Teoricamente, pois, as condições atuais dos eclesiásticos na política republicana são contraditórias com o livre pensamento também republicano.

Em parecidas circunstâncias de contradição, acabamos de ver conceder-se a um cidadão o direito de usar uma condecoração estrangeira.

A República tem abolido por princípio as ordens honoríficas nacionais. Por que motivo sujeitar as instituições estrangeiras do mesmo gênero, a um cerimonial de aceitação, que, se o governo não tem uma filosofia política caprichosamente vária segundo as variantes geográficas, podendo aquele que é uma ficção indigna de respeito entre nós, merecer-lhe todo o respeito entre outros povos - é uma simples homenagem hipócrita e de péssimo exemplo social a um símbolo inane e nulo?

Não se desacatem as condecorações e os títulos estrangeiros, ninguém o pede. Nem se persiga o seu uso como coisa reprovada. Tanto seria injuriar de frente os governos que usam a catalogação social das hierarquias por meio de adereços condecorativos e muito mais exatamente decorativos. Mas o governo da democracia austera e simples devia facultar a plena liberdade do *crachat*¹⁵¹ e do título de importação, com a mesma calma neutral e indiferente com que aboliu de entre as instituições oficiais o sistema das distinções aristocráticas entre os cidadãos, menos porque fosse pernicioso, do que porque era profundamente insignificante.

O Estado não considera as distinções honoríficas; porque há de depender do Estado rigorosamente o uso inexpressivo ou mesmo o abuso dessas distinções quando fundamentadas oficialmente por um documento de governo estrangeiro.

A licença de que depende para os nacionais o uso das comendas e títulos estrangeiros, longe de ser oposição ao desenvolvimento da aristocracia artificial das concessões honoríficas como poderia parecer, é a consagração oficial desse regime; é a consideração do Estado diante de alguma coisa, que em teoria não vale nada para ele, mas que de fato ele não quer que exista nos seus domínios, sem que ele permita em regra e com o mesmo cuidado com que o governo estrangeiro desejou que existisse, isto é, sem que, ao lado da concessão que fez um governo de seculares preconceitos históricos, se rabisque o jamegão de outro concedo republicano tão expressivo como nobilitação, quanto o do governo aristocrático.

¹⁵¹ *Crachat*: para além do sentido de “cuspidela”, no francês o vocábulo também significa “condecoração” e deu origem à derivação portuguesa crachá. Pompeia utiliza o termo para se referir às condecorações honoríficas e aristocráticas estrangeiras, em especial as portuguesas, que prevaleceram no Brasil mesmo após a Proclamação da República.

A liberdade do *crachat* teria a imensa vantagem de, não desagradando aos governos estrangeiros, de modo algum - não degradar ainda a própria nobre classe dos comendadores, comendadores sidos e comendadores em vésperas de ser, e não desagradar principalmente a lógica das altas doutrinas diretoras da vida nacional.

Mas o Estado, objetara, considera as ordens honoríficas estrangeiras, porque não foi absoluto na extinção das nacionais e fez exceção entre estas, mesmo afora a ordem militar, que poderia existir como exceção atentos os serviços especiais que ela galardoava...

Esta objeção só vem provar que a contradição de Estado, no caso vertente, com os princípios da sua política é ainda maior.

Espírito terrível de contradição, ou antes espírito perverso de oposição e de intriga é o de quem anda por aí a conspirar *grèves*, protegido pelo incognoscível do “chapéu do Chile”¹⁵², que deixou ao perder de vista (a frase ajusta-se bem) o celeberrimo “talismã” da capa preta.

Há pouco mais de uma semana era a *grève* dos carroceiros. O espírito das trevas achou meio, dessa vez, de inventar um código de posturas expressamente para virar a cabeça de pobres homens, que se acharam depois na dura necessidade de se reconhecer logrados e endireitar para a posição primitiva a referida caixa craneana mais ou menos contundida.

De novo o demônio da meia noite, conforme anuncia o boato, pretende fazer parada de forças; agora desviou as suas vistas do código das posturas para o código criminal.

Já se não pode duvidar de que o “chapéu do Chile”, esse soberbo mito da nossa revolução, pouca, de abas pandas e brancas e fitinha voejante, sobre a cabeça arguciosa de um rábula. Com efeito... e a República que se previna, porque ela, que saiu vencedora do perigo, bem pode naufragar na trica. O autor da conspiração dos carroceiros argumentava outro dia com uma questão de competência jurídica; o elaborador da desordem que se anuncia agora para breve (para hoje, dizem), argumenta com um caso de hermenêutica.

¹⁵² Chapéu do Chile: A consulta de periódicos evidencia a existência de uma espécie de mito no imaginário fluminense após a Proclamação da República, tido como um homem bonito, barbado, elegante e vestindo um chapéu do Chile. Algumas publicações afirmam que eram sebastianistas e antirrepublicanos, que conspiravam contra o governo; outras, como o periódico *A Tribuna*, afirmam que sejam capangas do presidente Deodoro da Fonseca que à força buscava manter a ordem. Em 10 de março de 1890, o *Dário de Notícias* (RJ) simula a investigação da polícia: “Alto... Barbudo... Chapéu do Chile... Não será Fulano? Não; não era Fulano. [...] Então não é outro senão Cicrano. Cicrano não era, Cicrano estava com saudade da Monarquia, sim, mas Cicrano não era homem que por ela desse alguma coisa mais do que seu voto.” E as suposições continuaram. Em 8 de dezembro de 1890, o *Dário de Notícias* ao tratar da *grève* dos carroceiros e cocheiros afirma que “deve estar indignado o homem do chapéu de Chile” devido ao encerramento do movimento.

A SEMANA PASSADA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 mar. 1890.

A SEMANA PASSADA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 8 dez. 1890.

À NAÇÃO BRASILEIRA. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jan. 1891.

A hermenêutica a que se faz recurso é boçal, muito diferente da hermenêutica em geral, que se faz toda de perspicácia e penetração. Mas aquele que joga com ela sabe que a hermenêutica da penetração não vingaria entre os homens ignorantes. E sabendo que pouco alcançaria agitando com aquilo que na lei se pode compreender, faz agitação exatamente com aquilo que na lei os espíritos incultos não podem compreender. E, apesar do argumento simplório e mesmo por causa desse argumento, que se propala e que se baseia na redação de alguns artigos do código criminal, está-se a ver por detrás do movimento da *grève* de operários, que se afirma iminente, a presença gesticulante, trêfega, pernóstica, forense, do mesmo rábula infernal que lançou a discussão do código de posturas no dia 2 de dezembro, do terrível rábula fantástico, forçosamente, do “chapéu do Chile” ...

O que devem fazer os amigos da ordem que acaso se achem em contato com a classe iludida, se ainda há iludidos, depois da formal declaração do governo, o que devem fazer todos aqueles que mereçam a confiança dos que se queixam, e que interpretam com clareza a letra do código, é traduzir por miúdo essa letra, demonstrar o engano que existe e os termos honestos e liberais da lei e como ela pretende, no ponto suspeito, exclusivamente proteger a liberdade dos que queiram trabalhar, e não de modo algum impor o trabalho contra a vontade a quem quer que seja.

Enquanto se debatem estas atribuições da vida popular, há filósofos admiráveis, de bastante calma para meditar a mudança da capital da República.

Foi uma das ideias da semana a da mudança, nada menos (mudança da capital...) do Rio de Janeiro para o sertão de Goiás!

Houve ingênuos que admiraram a simples transferência de um obelisco das margens do Nilo para a capital da França. A vingar a ideia da mudança da capital da República para o sítio da Formosa da Imperatriz no chapadão goiano, teremos ocasião de ver coisa muito mais espantosa, a transferência total, em conjunto ou por partes de uma enorme cidade.

Há coisas nessa transferência que só pensar nelas perturbar a imaginação. Que se levem as estátuas das praças, concebe-se dentro de caixas apropriadas e convenientemente sólidas. Que se leve o chafariz do antigo largo do Paço ou o zimbório da Candelária, também se concebe; basta que se o pegue por cima o chafariz com um bom guindaste, pela ponta da pirâmide, pela esfera armilar e que se suspenda para cima de uma robusta carreta. O zimbório da Candelária, pega-se pela cruz. Compreende-se que vá também a caixa de água da Carioca, desde que a montem sobre quatro rodas, como um carrinho de caixão de meninos. Pode-se até aproveitar o espaçoso vão e meter-lhe dentro, cautelosamente empilhados, os arcos todos do

Aqueduto de Santa Teresa. Os edifícios também é fácil imaginar que irão desconjuntados, parede por parede, escada por escada, teto por teto, desde que se numerem as diferentes peças para se não confundirem. Não foi assim que veio o Teatro Apolo todinho de Paris até aqui? Que se trasladem os pequenos morros do centro da cidade, conjetura-se igualmente: são de terra; podem ir aos bocados em carroças, por exemplo, e lá no seu destino acumulam-se outra vez. Por ventura não se está fazendo a mudança pouco a pouco de alguns desses morros para dentro da baía? ... Mas há mudanças inconcebíveis - como conseguirão os mudadores da capital transladar o Corcovado?... Rochas, águas, florestas e a estrada de ferro. Como hão de poder mudar para lá, para o sertão da Formosa o Pão de Açúcar, as fortalezas, a barra, elementos decorativos da nossa bela capital que mudada sem eles não se teria mudado?

Atordoados por quanto brilha do grandioso e esmagador, nessa concepção, não formulamos juízo a respeito, confiando que o Congresso que acaba de recomençar os seus trabalhos e a cujo parecer consta que foi oferecido o projeto de mudança, pensará a respeito e jugará a coisa conforme for digna.

Não seja, porém, isso ocasião de desperdício de loquela¹⁵³ como é força confessar tanto houve, no Congresso, durante a primeira parte dos seus trabalhos.

Isso, nem outro qualquer assunto.

É preciso repetir sempre que os parlamentos existem para falar, não para palrar como à primeira vista se figura. Cumpre reparar bem para esta ironia etimológica e desmenti-la positivamente nas barbas do dicionário.

Se os parlamentos tem de falar sem gastos inúteis de tempo, quanto mais uma assembleia de cujo voto depende a constituição organizada de uma nacionalidade que anseia por existir no legalismo convictamente formado, no ambiente da ordem de direito, tão indispensável à existência das sociedades civilizadas e, mais ainda talvez, do que a ordem de fato.

Toda a assembleia constituinte é uma comissão de salvação pública. Antes de cristalizar-se na letra da constituição fundamental, o estado entende-se ser efervescência da desordem, sopitada às vezes pela energia correta do regime policial, mas palpitando de perigo sob a aparência de calma imposta, e podendo rebentar vulcanicamente a qualquer momento através dessa ilusão de superfície. Antes de uma constituição tudo é possível, isto é, só o que é forte é que é a lei. Depois da Constituição talvez a coisa seja ainda isso mesmo, mas um elemento perigoso tem ao menos desaparecido e é o necessário, com a fixação escrita da vontade forte vencedora – a surpresa alarmante do arbítrio.

¹⁵³ Loquela: eloquência, modo como alguém se expressa.

Ter a seu cargo como representante do povo a obrigação de criar uma constituição e consumir os dias no propósito mesquinho de fazer figura, confundindo com mais ou menos escândalo, na discussão do mais vivo interesse da Pátria, a retórica da vaidade, do capricho, mesmo de uma paixão mais respeitável, mas de intenção individual, é cometer a traição de mandato mais criminosa que pode cometer um deputado.

Patriotismo puro a senha.

Sirva de exemplo ideal para a abnegação, aliás não muito custosa, de que o momento carece, o nome glorioso do almirante Tamandaré, de quem, por ocasião do seu aniversário, há pouco os brasileiros se lembraram.

Realizando toda a sua longa existência no plano rigoroso do dever e da honra, não pensou jamais senão na conveniência da Pátria. Havendo repartido os seus dias todos entre o heroísmo e o sacrifício, sendo sempre, em nome do patriotismo, na guerra, a abnegação da bravura, na paz a abnegação multiforme do civismo – esse grande cidadão pode hoje, como raros homens, hoje que nevam tão brancos os seus cabelos de velho, considerar orgulhosamente que para o serviço da humanidade feita Nação, feita Pátria, é preciso que existam almas diretas, fiéis, enérgicas e límpidas como as espadas, e que sua alma revelou-se uma dessas.

Y.

Jornal do Comércio, 21 de dezembro de 1890 (Edição 355)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Semana animada a que passou, cheia de assuntos ardentes, inclusive coisas singulares de espécie revolucionária como ultimamente se vêm reproduzir, e, para encher os espaços na crônica, uma sangrenta massa de ocorrências trágicas de noticiário miúdo, assassinatos, suicídios, um trecho de suma da vida fluminense, da vida brasileira, capaz de embaraçar irremissivelmente todos os teóricos convencidos da nossa apatia.

Para começar, o caso de um alto funcionário que baixa ao diálogo das epigramas da imprensa, para corrigir um tema de latim marrônico, composto arrevesadamente entre a inverdade e a artinha.

O caso motivou estranheza. De fato, mais natural era que corresse à revelia, segundo o costume, o libelo do descrédito, embora o descrédito, menosprezado com desdém como uma ruim pilheria, pudesse triunfar em parte da opinião pública como uma farpa carteira.

Para surpresa dos respeitadores da praxe velha dos usos, a vítima não se fez de esquerda como era de esperar. Muito ao contrário, assaltada pelo latim maligno, enfrentou-o com calma e, como toda a estratégia do assaltante vinha de que se insinuava através da própria obscuridade, convidou-o energicamente a traduzir-se.

O resultado foi que apesar da clássica bravura propalada em virtude da qual, *le latin dans les mots brave l'honnêteté*¹⁵⁴, viu-se o latim agressor fugir diante da honestidade com as canelas ligeiras da mais arisca poltronice.

Como consequência desse procedimento o agredido ofereceu a sua vida pública e particular ao miúdo exame de todos os latins da maledicência.

Aí está o que se pode dizer um belo rasgo de polêmica.

Todo aquele que se destina a uma existência de renhidas lutas, como é particularmente a política, pode aprender em tal exemplo o golpe de estratégia definitiva que tem de desembainhar o lutador da vida pública quando carecer de um recurso de última energia a bem do seu nome e a bem da sua honra.

O que é preciso é que quem quiser aprendê-lo aprenda-o em tempo, porque não é de um dia para outro que um indivíduo se habilita para desferir um tal golpe. A espada da honra tem isto de especial, que, apenas mareada, torna-se imprestável para o combate. É preciso que venha de longe o cuidado e o trato com a lâmina finíssima, que maltratada que seja pelo mínimo descuido, nega-se, oxidada e cega, à bravura da esgrima.

A semana finda deixou uma recordação brilhante, a do decreto que mandou entregar às chamas os livros das repartições de fazenda em que se registravam os impostos especiais da escravidão.

Nas vergonhosas páginas dessa escrituração eram lavrados os termos do contrato do Estado com os particulares para a exploração simultânea de uma raça infeliz. Havendo confessado a 13 de maio a sua máxima culpa e o arrependimento profundo do seu erro secular, não podia o Estado permitir que sobre-restassem os documentos desse inconfessável conchavo com uma instituição execranda.

¹⁵⁴ *Le latin, dans les mots brave l'honnêteté*: citação do poema “*L'Art Poétique*”, de Boileau, em tradução livre significa “latim, nas palavras corajosa honestidade.”

Restam ainda outros vestígios da escravidão em documentos públicos que atestam a garantia oferecida outrora pelo Estado à permanência dessa triste herança de costumes bárbaros do passado. Mas nos livros das repartições de fazenda não era essa garantia o que restava arquivado: era o interesse direto do Estado, outrora auferido para um fim ou para outro, do elemento servil; era a sua comparticipação no mercado de carne humana, para especular uma porcentagem para os seus cofres; era positivamente uma corretagem de negreiro, o tráfico, negociado em menor escala como lucro, mas com a mesma intensidade de vergonha, entre o Estado e o particular.

Esses tristíssimos vestígios, os mais tristes, porque a lembrança do sofrimento antigo já não existe do coração benévolo da raça afetiva libertada, esses tristíssimos vestígios vão desaparecer felizmente, com a resolução do governo de queimar os livros de assentamento que os guardavam nas repartições fiscais da República.

A grande limpeza dos arquivos já começou. Nos saguões do tesouro amontoavam-se há dias os livros da primeira coleta. Livros às centenas; muitos sem capa, miseráveis cadernos. Havia sobre as rumas imensas um desagradável aspecto de estrago e imundice. Os antigos negociadores de escravos, traficantes ou donos de casa de alugar serviços eram invariavelmente sórdidos e esfarrapados, como que sujos da impura mercancia a que se davam. Esses livros igualmente desmembravam-se em páginas rotas, enebadas e poeirentas, como se a própria escravidão lavrasse a sua escrita neles com as mãos sujas ainda do seu trato tirânico de brutalidade e de imundice. Pareciam ao mesmo tempo envergonhadas aquelas pobres páginas, um dia brancas, do destino que tiveram e da necessidade que afinal lhes foi imposta de aparecerem à luz, retiradas do sepultado dos arquivos, onde esperavam o lento aniquilamento na tranquilidade do mofo e da podridão.

Como, porém, já começaram também os autos de fé, que hão de reduzir a cinzas todo esse espólio de barbaria, foram compensadas as páginas brancas e os livros envergonhados. Em pouco cessou-lhes absolutamente o vexame da evidência. Foram retirados dos arquivos, mas foram retirados para as chamas. Foram. Agora estão desfeitos em cinza pura e leve fumo, privados do repouso miserável do esconderijo, mas escaparam ao seu destino de vergonha pela extinção purificante no fogo. Nem mais uma letra das inscrições que os maculavam distinguir-se-á no detrito sutil da queima, nenhum sentido de miséria será possível perceber na coluna de fumo, alma da combustão, que se evolou dos seus destroços incinerados.

E, se as almas dos livros extintos têm outra vida com o se crê que têm as dos homens, em outra vida essa alma libertada dos livros infelizes da escravidão conviverá consolada com as almas de tantos grandes livros que se queimaram outrora, livros gloriosos de religião e arte.

Parte considerável da imprensa fluminense reuniu-se para mais um esforço de agremiação jornalística, na série dos muitos esforços congêneres que se tem inutilmente tentado.

Para esse nobre fim de união trabalha o Centro da Imprensa¹⁵⁵, cujas sessões de instalação se acabam de efetuar.

Em uma época em que todas as classes apelam para a união que as deve fazer fortes e que lhes deve dar prestígio e porque se tem já reconhecido que os jornalistas precisam de vez em quando proceder com as vistas iguais da solidariedade, a criação de um Centro da Imprensa é tudo que há de mais conveniente.

A união dos jornalistas em *club* ou classe constituída é de grande conveniência, e não é tão difícil como possa a alguns parecer, mesmo não havendo a condição primordial de serem todos amigos, os jornalistas filiados ao *club* ou centro de classe. E é claro: nunca foi condição de estatutos de *club* ou coisa que o valha, a confraternização dos íntimos laços do afeto entre todos os associados.

Mas para que a união da classe dos jornalistas seja possível, cumpre que se reformem certos hábitos de excesso literário a que se dão muitos membros da classe, principalmente aqueles que combatem no jornalismo com a alma incendiada ainda dos primeiros ardores da mocidade.

Pela fatalidade desses excessos não há questão mínima originada e travada em colunas da imprensa que não tenda a degenerar em colisão de vida ou de morte entre os antagonistas.

Houve quem acreditasse que a introdução do duelo entre os nossos costumes concorreria para a modificação do sistema de polêmica. Alguns duelos mais ou menos completos tiveram lugar e em vez da minoração do mal, viu-se o mal agravar-se, como se a hipótese do duelo final, deixando uma esperança de saída airoso para a última intensidade da polêmica, estimulasse os amigos de conflitos por letra redonda a mais se exagerarem no sistema.

Enquanto reinar entre nós este mal, cuja consequência é nascerem animosidades violentas e prevenções mútuas invencíveis, é bem difícil que, com quanta boa vontade se despenda, se consiga reunir em corporação os jornalistas.

Os iniciadores da criação recente do Centro da Imprensa mostram-se muito esperançados.

¹⁵⁵ Centro da Imprensa: A consulta de periódicos evidencia a tentativa de se estabelecer o Centro da Imprensa Fluminense, no qual os jornalistas pudessem ser auxiliados e defendidos como um grupo. CENTRO DA IMPRENSA FLUMINENSE. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 nov. 1890.

Se, ao mesmo tempo que trabalham para a instituição do club desse nome e enquanto fazem e retocam os estatutos, estudam as necessidades e estabelecem o *modus vivendi*¹⁵⁶ da associação, não se aplicarem a uma companhia contra o uso da excessiva violência nos termos de polêmicas, e a favor de um razoável abrandamento, já se não diz no sentido da cordialidade, mas da justa proporção entre os motivos do debate nas colunas das folhas e as expressões permutadas nesses debates, não cremos muito que se realizem suas esperanças.

Como um punhado de pétalas de rosas que se lançasse ao oceano revolto, acaba de ser dado à publicidade, à inquieta publicidade do momento, onde tumultuam e combatem os grandes motivos tempestuosos da política - um livro de versos do Sr. Álvares de Azevedo Sobrinho¹⁵⁷.

Intitula-se *Vigília das armas* e é uma deliciosa coleção de poesias líricas e descritivas, mas apesar do título convidativo e guerreiro e apesar do valor de suas páginas, que as notícias críticas não tardarão em fazer conhecido, não sabemos se será lido este livro, em uma hora em que tem o monopólio das atenções o Congresso Constituinte.

Pouco nos importa, porém, o êxito de livraria da obra, tanto mais que o poeta mesmo diz, em epigrafe do volume e com Olavo Bilac que, nisto de íntimos cânticos, dos louvores do público prescinde.

Quanto ao êxito literário do volume afigura-se o mais satisfatório que se poderia desejar para um primeiro livro. Há no livro muita coisa mesmo que podia merecer da crítica um punhado de louvor, aparecendo como prova pública de um poeta de carreira feita.

É uma coleção de poesias líricas e descritivas dissemos.

Realmente Álvares de Azevedo Sobrinho aparece-nos ainda como continuador da brilhante escola de poetas líricos que tem ilustrado os últimos tempos da nossa literatura, e que, seja-nos permitido dizer, não seria mau que coexistisse com alguns poetas mais do que aqueles que temos, de inspiração meditativa.

Cultivando o seu talento de sentimentalidade erótica e a sua delicada visão das cenas da vida, o poeta, à parte algumas composições mais fracas, produz uma porção de mimos literários que o recomendam decididamente como artista.

¹⁵⁶ *Modos vivendi*: expressão latina, significa “modo de vida”; “modo de viver”.

¹⁵⁷ A consulta de periódicos evidencia a fraca recepção que a obra de Álvares de Azevedo Sobrinho teve na imprensa. O *Diário de Notícias* afirma que nela “a par de alguns defeitos, encontram-se verdadeiros primores.” O *Jornal do Comércio*, fez poucos comentários, dos quais o de maior relevância é a crônica de Raul Pompeia aqui exposta. A *Gazeta de Notícias* afirma que recebeu um exemplar e que oportunamente irá discorrer sobre a obra, o que, aparentemente, não foi feito.

REGISTRO DE ENTRADAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 dez. 1890.

UM ESTREANTE. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 dez. 1890.

Nos seus cantos de amor, modula a lira em todos os tons, desde a mais delicada meiguice até a mais desabrida lascívia. Nos pequenos poemas descritivos, que, ou intercalando em hinos de amor, ou em composições independentes, distribui pelo volume, conserva sempre uma harmonia suave, que não deixa de ser expressiva por ser dedicada, que brilha, às vezes, intensamente com alguns toques acertados de fulgor.

Um graciosíssimo soneto que aqui apresentamos ao leitor dá ideia da aptidão sedutora do poeta, no gênero descritivo:

À TARDE

Canta a cigarra. No vermelho, quente,
 Amplo horizonte, o sol, manso, declina,
 E pela verde encosta da colina
 Desce o rebanho vagorosamente;
 Ouve-se ao longe a música em surdina
 De uma corrente murmurosa e fria;
 A estrela do pastor, calma e divina,
 Inunda a terra de melancolia.

À porta da choupana a meiga esposa,
 A vista distendendo espera ansiosa
 O estremecido pai de seu filhinho...
 Bandos de aves esvoaçam, procurando
 O ermo dos bosques, e a rir cantarolando
 Os operários vêm pelo caminho.

Y.

Jornal do Comércio, 29 de dezembro de 1890 (Edição 363)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Nos dias que correm a crônica deverá ser feita para as crianças.

Os fatos positivos, os fatos marmanjos deviam-se banir dela, e só serem acolhidos nos seus períodos, bandos de fantasias róseas, coloridos de plumas em revoada, sonoridades de guizos.

Em vez do drama da vida com as suas pesadas grosserias graves ou cômicas, devia ser trazida para aqui a vida dramática de toda essa adorável mitologia infantil que começa em risos argentinos, com a visão amável das fadas, e acaba em delicioso pranto de pérolas, com as imaginações feiarronas do papão.

Nós outros, os pretenciosos prudentes, que já não nos entretemos com essas futilidades da infância, porque há outras futilidades muito importantes que nos preocupam o espírito, dar-nos-íamos por bastante compensados da privação por algum tempo da razão habitual de comentário pitoresco, só de ver ao redor de uma mesa onde se abrisse um grande jornal

atravessado da crônica folhetinesca das crianças formar-se um nimbo dourado de cabecinhas louras, inquietas, curiosas de interpretar nos sinais da impressão tipográfica, mal decifrada ainda, ou absolutamente indecifrável para os analfabetozinhos de quatro anos, todas as espantosas e surpreendentes aventuras que se lhes lessem de um príncipe encantado.

Escrevamos, entretanto, das crianças, se faltamos como os outros ao dever de escrever para as crianças rainhas da hora.

Estamos em plena semana santa das crianças. Uma semana um pouco maior do que as outras, como é natural, com o exagero que as crianças desenvolvem nas suas alegrias, e um pouco mal contada também, segundo a aritmética fantasista dos meninos, semana religiosa que cresce, entre festas e risos, desde o Natal até o dia de Reis.

Maravilhosa sabedoria a da religião católica, que tão delicadamente acompanha as sinuosidades do sentimento na alma dos seus fiéis.

Para os fortes, para as almas feitas, existe a semana trágica da Paixão e das Trevas. A estação do recolhimento meditativo, que como uma medicina regeneradora é mister que ao menos uma vez por ano se imponha aos corações, esquecidos longamente na luta do egoísmo de todos os dias, determina-se então pelo terror grandioso do passamento do filho de Deus, renascendo-nos o espírito, da prostração em que nos deixa a imagem do Calvário, pela transição violenta da ressurreição, reequilibrando-se nos da brutalidade que invade a terra com o rasgar do véu do templo e o escurecedor dos espaços e o desventramento pavoroso dos sepulcros, pela rude compensação de luz explodida na glória do terceiro dia.

As crianças estão longe de perceber a filosofia noturna desta tragédia. A noite é ainda uma concepção excessivamente abstrata para a assimilação rudimentar dos seus pequeninos cérebros. O túmulo está muito distante delas ainda, para que meditem a significação das lápides e a máxima da transitoriedade que os epitáfios soletram. Chegando o dia triste da comemoração da Grande Morte, se lhes impressiona o coração o luto da terra, se lhes atinge o espírito um pouco da sombra do terror comum, elas, porque o terror o terror é escuro como a noite, creem, nas almas desprevenidas, que é apenas a noite que tem chegado, e, encolhendo-se no fundo do berço, dormem. A inocência não acredita no mal nem mesmo a propósito de Deus, crendo em Deus somente porque Deus é a bondade, e, para elas, alguma coisa assim como o amor materno e o leite generoso que conforta.

A inocência acredita, todavia, na bondade e no bem. E porque a religião compreendeu o sentimento das crianças, soleniza-se a temporada do Natal.

Toda a crença cristã é um sorriso até aí. Nem mesmo o caso terrível da degolação dos inocentes tem vindo manchar de sangue as páginas do *Novo Testamento*. A fuga de Belém, no seu alarma precípito, ainda não é um episódio na história da fé. Jesus Cristo nem sequer tem ainda revelado em precoce iniciação, pelo debate varonil com os doutores do templo, o seu destino de enviado de Deus contra o Mal.

Toda a religião é ainda um misto inefável de êxtase religioso e poesia pastoril. Até então há apenas a anunciação do anjo a Maria, a intervenção fecunda do Espírito Santo, a visitação de Nossa Senhora, que é o mais delicado e o mais comovente de todos os poemas do cristianismo... Há as lágrimas jubilosas do velho Simeão, que podia morrer, porque seus olhos haviam visto o Messias e, antes disse – a bucólica do Presepe, que Virgílio invejaria.

Até então não há terrores nem há lágrimas. Jesus ainda não se comoveu das suas próprias mágoas, nem sequer das dos homens, como tantas vezes mais tarde. Aquele perfil divino transido e amargo que Miguel Ângelo distinguiu para fotografar imponente no Juízo Final, ainda não tem razão de ser. Estamos entre aqueles sorrisos tão límpidos, tão calmos, que Rafael ilumina na face dos infantes que as Madonas carregam.

Neste pórtico sedutor da crença, as crianças são aceitas, são acolhidas. A Igreja, que ainda não tem razão para o pranto, sorri abertamente às crianças e as crianças chegam pressurosas, com a grande confiança na bondade e na alegria.

O presepe.

Quem diria que estamos diante de um assunto religioso? Tão simples, tão penetrantemente poético, tão irresistivelmente humano é esse assunto, que nos parece assistir a uma deliciosa pastoral terrena à pura realidade de um poema campestre!

Dentro desta cena, sem igual em nenhuma outra concepção religiosa, não há espaço para as coisas tenebrosas de que se nutre o pânico de todas as contrições. Em vez de mistérios negros e palavras sanguinárias de sacrifício, em vez de êxtase de insensibilidade cadavérica, que suprimem a vida exterior por uma loucura íntima arrebatadora, existe simplesmente, encantadoramente o espetáculo sereno da humanidade que vive.

Um grande campo, começando a verdejar na entreluz da alvorada; a alvorada no céu; balidos matinais de ovelhas, eco no das brisas e tintinar de campânulas errantes. A cena é o paraíso da tranquilidade e da paz. A um canto da paisagem, existe num alpendre de hospedaria, onde, em uma manjedoura, sobre feno está um recém-nascido.

Pastores entram.

De sobrenatural existe apenas no céu uma estrela caudada que parece ao mesmo tempo olhar e indicar, e sente-se a neblina do alvorecer vibrando musicalmente; povoada de cânticos

de anjos, e aí bem a inspirada homenagem dos reis do Oriente. Já se podem avistar em silhueta parda sobre uma facha de luz láctea no horizonte, os palanques e os pescoços balançantes dos camelos que os trazem.

Nesse campo delicioso, por um clima indefinível de bem aventurança, as crianças reúnem-se em imaginação para a festa do seu especialíssimo rito de alegria. Vão pelo campo a rir perdidamente, certas de não perturbarem a paz da região, nem o hino dos anjos, amigos que devem ser da bulha¹⁵⁸ inocente do seu prazer. Correm sobre a relva orvalhada, acariciam os cordeiros, interrogam os pastores, acercam-se dos reis Magos, muito curiosas das roupagens extravagantes que os vestem; penetram jubilosamente sob o alpendre e vão beijar o irmãozinho Deus que lá está, que elas adoram, que elas amam, como nenhum crente, esse bom Deus que é para elas ocasião de tantos bombons e tantas carícias.

Bem haja por muitos anos o turbilhão dos encantadores festeiros dessa festa, a mais ardente e a mais sentida de todas as festas da crença e da sinceridade.

Com esta época particularmente consagrada às alegrias infantis, coincidem as notícias escandalosas de maus tratos dados a pequeninos infelizes nesta cidade.

No Rio de Janeiro, por efeito da mãozinha leve que ficou dos sistemas de castigo da escravidão, é infelizmente um fato comum a prática de barbaridades contra essas criaturinhas indefesas.

Distribuídas ao acaso do desamparo, por que infelizmente aqueles que têm por obrigação velar pelos infelizes não entendem que essa obrigação se deve considerar muito por miúdo, há um sem número de meninos e meninas fora de circunstâncias de prover a própria subsistência pelo trabalho, que padecem as desumanas consequências desse hábito de crueldade: são os forçados dos *serviços leves*, pobrezinhos, para os quais já servem desde os 3 anos.

Por maior horror encontram-se exatamente os algozes em geral entre as criaturas destinadas pela natureza para o amor e para o carinho.

Em uma sociedade de costumes brandos como a nossa, essa exceção monstruosa deve ser combatida na proporção da indignação que provoca.

Pelo que se vê dos fatos, existem por aí indivíduos dados ao vício da crueldade pela crueldade que é preciso exterminar. E não é nos antros habituais do crime, na convivência dos degradados sociais, os últimos bandidos, que esse vício medra; é em plena vida burguesa e, muitas vezes, no meio de famílias que sabem fingir exterioridades de lar tranquilo.

¹⁵⁸ Bulha: gritaria.

Na atualidade essas notícias atrozes que tem propalado a imprensa manifestam-se como simples epidemia de coincidência. Ninguém se iluda. A este respeito, se os fatos se acumulam, é porque, estando a atenção pública voltada para esse gênero de ocorrências e havendo a esperança da punição, atraída veemente pelo escândalo, os denunciante revoltados apresentam-se à imprensa ou à polícia em maior número. Quando não se faz rumor a respeito, nem por isso deixa de haver um grande número de crianças martirizadas.

É preciso que a polícia coíba essa vergonha social, já que a magistratura encarregada dos órfãos não se importa muito, não tendo sentimento bastante para sentir, ou não tendo recursos para agir, ou não tendo tempo para os recursos.

E se a polícia não se mover, mova-se a caridade pública, movam-se os comprometidos iniciadores das *crèches*.

No sentido dessa intervenção misericordiosa, queiram os fados que vá avante a intenção anunciada de um dos membros do governo de syndicar em serviço de alta vigilância de justiça, da vida dos menores que trabalham.

Aí está outra espécie e esta mais numerosa de crianças sofredoras. Mais fortes um pouco que as primeiras, não sofrem estas menos.

Abandonadas na orfandade ou pela miséria dos pais, ou saídas de asilos públicos, caem em poder dos patrões como verdadeira propriedade deles. No fundo de oficinas, ou de lojas de pequeno comércio a vida que passam é a mesma.

Nenhuma instrução, nenhum cuidado de educação, nenhum descanso e quase sempre para completar a obra de aniquilamento moral e físico, a razão ordinária de pancadas.

Os operários organizam-se em partido, estabelecem condições de serviço e ao mesmo tempo que propõem o melhoramento das suas condições de vida, ameaçam com a força da união. E a união dos operários para promover mesmo com ameaça a modificação gradual das suas condições de vida, tem o aplauso da moral e da justiça do Estado e o Estado admite até a hipótese de desistência em *grève* em nome do bem-estar dos que trabalham. Pois toda esta previdência generosa se havia de patentear em covardia hipócrita diante da força, se não se buscasse pela mesma regra do direito ao bem-estar, proteger os pequeninos trabalhadores de toda espécie que não têm força nem se podem organizar para a reclamação do que se lhes deve.

Pelo dever da distribuição igual da filantropia, primeira qualidade de um governo digno de governar, deve-se tratar das condições das crianças que são forçadas a viver do seu trabalho.

Além de que é a equidade esse socorro do Estado oferecido a uma geração de cidadãos futuros que se formam vai prudentemente aliviando a carga da necessidade aos ombros dos pobres, contestar logo em gérmen sofismas de ódio social que entregues ao abandono de seu desgosto teriam de ser o elemento subversivo de cataclismas sociais.

Para encerrar a crônica, já que toda ela versou sobre o assunto dos pequenos, vá neste ponto o nosso sincero louvor àqueles que concorreram para aliviar a pobreza dos filhinhos de Jerônimo Romariz¹⁵⁹. Se as crianças ao desamparo têm direito ao socorro da sociedade, estas mais do que quaisquer outro o merecem, desamparadas como se acham porque seu pai sucumbiu mártir do sagrado interesse social a cujo serviço se achava – da livre manifestação do pensamento.

Y.

Jornal do Comércio, 5 de janeiro de 1891 (Edição 5)¹⁶⁰

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Fez-se a transição do ano novo debaixo de um mau signo.

No meio das alegrias tranquilas da época, fez explosão o escândalo sangrento do caso duplo de assassinato e suicídio, e, como se efetivamente, em vez dos anjos benignos que por fim de dezembro e por princípios de janeiro costumam revoar sobre os lares, preparando surpresas risonhas à meninada, pairasse sobre a cidade uma revoada de gênios satânicos, em guerra com o sossego e a ventura dos homens, depois desse terrível caso de sangue outros aproximadamente congêneres se vão sucedendo de modo a impressionar.

Os casos recentes, porque não se revestem das circunstâncias de drama pungente do primeiro, ou porque mesmo encontraram a *sensação* do sucesso meio fatigada por esse primeiro, não tem sido de grandes cuidados para a população.

¹⁵⁹ Jerônimo Romariz: Segundo os periódicos consultados, o jornalista foi outra vítima fatal do ataque à redação da folha *A Tribuna*. Em 26 de dezembro de 1890, o *Diário de Notícias* divulgou uma nota sobre o funeral, ocorrido um dia após o falecimento, o qual contou com a presença de profissionais da imprensa fluminense, em especial o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias*, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*. Em 30 de dezembro, a *Gazeta de Notícias* divulgou uma nota questionando a autópsia do corpo, na qual foi verificada como causa da morte linfatite perniciosa, de que o jornal discorda devido aos sinais verificados no cadáver. JERÔNINO ROMARIZ. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 dez. 1890. REVISOR ROMARIZ. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 30 dez. 1890.

¹⁶⁰ Crônica publicada em colunas no meio da segunda página. Na página inicial encontra-se a Retrospectiva do ano anterior, na página seguinte, no rodapé, encontra-se a quarta parte de Anna Karênina, de Tolstói.

O primeiro, conquanto não seja um modelo de gosto fazer cenário de crônica com um espetáculo de carnificina, de tal modo agitou a atenção pública que é força levá-lo especialmente em conta.

Todo um romance de infelicidade, horrorosa e rumorosamente resolvido em desenlace súbito.

As simpatias acercaram-se naturalmente da vítima, o personagem sempre querido das tragédias; mas no caso atual acercaram-se pungidas na proporção da desgraça ocorrida.

Quanto ao tirano dramático, conquanto houvesse chamado a si um pouquinho de benevolência, ou parecesse tê-la chamado, castigando-se de próprias mãos, segundo a culpa do seu delito, uma impressão de raro asco e de excepcional execração foi a sua partilha no conceito póstumo, como uma punição social que devia servir de estudo a todo o miserável possível que no fundo da alma percebe uma pontinha de predisposição para produzir, a pretexto de heroísmo atentados parecidos com esse.

Bela e desgraçada mulher! Pensavam os que viam abrir-se para a autópsia o belo cadáver feminino que, em consequência desse terrível caso, foi ter aos mármore do necrotério. Bela e desgraçada, pensavam, vendo na horrível confusão sanguinolenta do peito aberto, onde mergulhavam os dedos do dissecador ajudante em busca das balas que haviam produzido a morte, por entre os farrapos de tecidos dilacerados, o coração, a víscera do sentimento, onde um exame cuidadoso encontraria o resíduo de muitas dores sagradas que, certo, o delírio de uma existência douda não fizera esquecer.

Ali estava em toda a violência do horror a contradição do mais cruel destino.

O cadáver tinha o tórax aberto. Um tampo de costelas abria-se-lhe sobre o ventre, mostrando a guarnição de costelas serradas e os tendões em feixe, brancos, espalmados. Comprimidos pelo peso desse tampo, sobre os quadris, apareciam dos lados os seios, roxos, sujos de sangue, horríveis de notar, no disparate da deslocação. Da cava escura e sanguinosa das entranhas levantava-se um sufocante cheiro quente de açougue. O abutre da autópsia com as suas garras de aço tinha caído sobre aquele pobre corpo com toda a ferocidade bárbara dos seus processos.

Pois tão bela fora em vida aquele mísera forma humana destroçada, que, vencendo aquele horror iconoclasta que a desnaturava, dominando toda a prevenção de repugnância que podia vir daquela exalação nauseante da carne, apesar das nódoas de sangue e da coloração cadavérica que revestia, ainda acusava em um ponto e em outro, algumas linhas invencíveis

de formosura. No rosto sobretudo. A morte não parecia haver chegado à face. Dir-se-ia que a fatalidade, que tão onerosa havia pesado àquela criatura, reservara-lhe em satisfação póstuma a misericórdia exceção de permitir que lhe escapasse até ali a glória de mulher formosa.

Bela assim, a heroína desse triste drama tão bela que, mesmo na morte, alguma coisa mais, sobre o mármore sangrento da autópsia, ainda conseguia ser bela, risonha biografia de felicidades devia sonhar em criança, ao despertarem-se lhe os primeiros estímulos de vaidade feminina, investigando o mistério do seu destino diante do espelho confidente. Um pequenino ensaio da sua predestinação de formosa, a conquista de um primeiro coração insignificante de colegial, que se faz arder à toa e se joga fora como um brinquedo de fogo, deu-lhe a confiança nesse destino, que ela viu talvez realizado em parte algum dia passado do seu coração.

A sedução da vida livre, porém, a emancipação da carne, da formosura, para mais amplo esplendor, rompendo o vexame das conveniências da ordem honesta, seduzia-a com o seu engano de grandes aparências, vestuário dourado de incalculáveis misérias. A pobre mulher bela transviada pela miragem do que ela imaginava talvez ser o simples desenvolvimento do seu feliz destino, entregou-se à sedução... Favorecida como era ela pela predestinação de formosa, o seu destino foi, apesar de tudo, a desgraça sem nome.

Este contraste de esperança e crença com o cruel desastre da realidade impressionava palpitante, na cena da autópsia, no contraste daquele corpo desfeito pelo escalpelo com aquela admirável cabeça que aos movimentos do exame médico estremecia sobre o calço de pau onde pousava, mostrando calmo, quase a sorrir, o mais correto, o mais nobre rosto feminino.

A dor desse desencontro do que foi com o que devia ter sido, a compaixão desse infortúnio acrescido do que teve de desastroso com o que teve de inesperado, foi grande parte do sentimento geral em favor da vítima,

Com a mesma lucidez de crítica sentimental, avultou a indignação contra o assassino dessa pobre mulher.

Os sonhadores de belas situações românticas quiseram ver no caso um episódio de amores trágicos.

É preciso, porém, absoluta cegueira de otimismo róseos para não reconhecer no sucesso uma simples aventura exagerada de um *struggle-for-life*¹⁶¹, como diz Daudet, de um desabusado e audacíssimo tentador da vida, que se deitou a perder e perdeu-se.

Os dramas de paixão são possíveis, se bem que muitíssimo mais raramente do que se supõe. Com as disposições da vida moderna, o amor com todas as suas violências não é

¹⁶¹ *Struggle-for-life*: Em *La lutte pour la Vie*, Daudet apresenta a luta pela vida como sintoma e causa da decomposição social. A história é associada ao darwinismo social, nela os personagens são levados a cometerem atitudes extremas ao lutarem pela vida.

paixão de primeiro plano, mas são possíveis os seus dramas. É indispensável, contudo, para que se decore um acontecimento brutal como esse que ocorreu, com a denominação gloriosa de drama de amor, que se indaguem os precedentes de caráter dos personagens que nele figuram ativamente. Há certas almas generosas e violentas que se podem comprometer em práticas de brutalidade formidável. Mas não há de ser no sistema nervoso de um empresário de expedientes miúdos para viver, de um lutador obscuro de mil recursos, gatuno possível, caráter gasto na fadiga de mil tentativas muito positivas e muito práticas de sucesso, que se irá meter a alma trágica de Otelo.

Tem-se verificado que a mulher assassinada dava dinheiro ao amante; está provado que ela escondia o dinheiro que possuía, às vistas cobiçosas do seu *apaixonado*. Há algumas provas prováveis de que diversas joias da vítima foram, pouco antes do drama, tomadas a ela violentamente pelo homem que a matou.

O caso reduz-se, pois, sem que se possa melhorar de condição, a um mortal assalto para roubar, por alguém que não estando para fazer afinal a má figura de galé na sua vida de ambicioso e pretensioso, achou por isso melhor depois estourar o casco.

O caso desses era para fazer pensar proveitosamente na sorte das mulheres, se aqueles que por elas, na sociedade, têm de velar diretamente, não se achassem tão preocupados pela mania do voto feminino.

Houve um político que afirmou que não vale a pena cogitar disso porque as mulheres já têm entre nós direito político; que desde que as leis existentes não lhes proíbem expressamente votar, elas podem votar quantas vezes queiram. Esta opinião é a nossa em parte.

A respeito dos seus direitos políticos não há nada realmente a fazer, porque as mulheres já os têm, quer dizer aquelas que os querem ter. Mas não é porque não são expressamente privadas deles por lei; é porque mesmo elas os exercitam.

Como todos sabem, elas, que deixam de votar, fazem coisa de muito maior importância em política - cabalam.

A cabala poderosa dos olhos meigos e da voz melíflua, a cabala que as mulheres têm o direito de fazer e fazem, com maior eficácia que os homens, é, a nosso ver, o direito político em toda a latitude, ao alcance da mulher.

Resta saber que lucram elas, do que cabalam, que lucram, como mulheres, da sua política. Não consta ainda, é preciso dizer, que nenhuma delas cabalasse em favor de uma política, que salve os seus direitos especialmente femininos, em uma campanha de divórcio

por exemplo, pró ou contra o que seria o caso único de se julgar razoável a intervenção do elemento feminino em política.

O que se tem de fazer não é, pois, formalizar e estatuir direitos femininos, que já existem em uso suficiente, e de cuja fruição ninguém sabe que as mulheres lucram.

O que convém fazer para prevenir os males de que sofre a parte mais fraca da humanidade não é bem atentar para as suas condições na sociedade, é ver quais são e quais devem ser as suas condições na família e como se poderá estender ao maior número possível de mulheres o benefício de uma boa organização da família.

Enquanto não se envereda por essa espécie de socialismo providencial bem é que se promova a criação das instituições de socorro às criaturas do sexo frágil, mais expostas por natureza às tormentas da vida.

As instituições de socorro público têm a vantagem de que, se não são como as verdadeiras instituições da igualdade e da justiça por meio das quais se leva o medicamento íntimo ao âmago das misérias sociais, servem, todavia, de curativo externo; não sanam o mal em origem, mas suavizam lhe exteriormente as manifestações; fazem meia obra de reparação a quanto depreendam as instituições tão copiosas e tão constantes, da exceção e da iniquidade.

Fala-se que se vai criar uma instituição que, sem ser precisamente de socorro, porque pretende socorrer dando ao mesmo tempo o trabalho e, com uma organização industrial que não lembra absolutamente as humilhantes *work houses*¹⁶² existentes entre povos, destina-se a favorecer as mulheres desamparadas da fortuna.

Se os que tiveram ideia dessa fundação são capazes de realizar essa ideia segundo o que se anuncia e desenvolvê-la no seu vasto plano de beneficência e filantropia, tanto mais nobre quanto evitam a feição de esmola no seu valimento, atirem-se à empresa, certos de que lhes há de aproveitar muito mais sólida benemerência do que a dos espetaculosos apologistas palreiros do voto feminino.

Y.

Jornal do Comércio, 12 de janeiro de 1891 (Edição 12)¹⁶³

LEMBRANÇAS DA SEMANA

¹⁶² *Workhouses*: Do inglês, significa casas de trabalho, lugar onde pessoas muito pobres iam para morar e trabalhar.

¹⁶³ Crônica publicada em colunas no meio da segunda página. Na página inicial encontra-se a continuação da Retrospectiva do ano anterior.

Houve uma festa comemorativa de um dos decretos mais aplaudidos do Governo Provisório, um decreto muito apreciável de liberdade de pensamento e de sentimento.

Assim deve ser: modos de pensar, modos de sentir nada se deve reconhecer mais livre. Nenhum direito existe de impor pautas àquilo que, perante a consciência, nos vai pela mente, ou pelo coração. Viva a liberdade do comentário.

Cada um pode ter no fundo da alma a sua preocupação religiosa: adora-se em consciência a Deus, como ao fetiche, como se adora uma recordação, um nome venerado, ou muito amado, ou a limpidez rutilante de um belo dia.

Porque motivo nos há de pretender inutilmente o Estado se impor em vez da adoração tão fácil do sol, ou de um amor, ou de uma saudade, ou de um fetiche muito concreto e muito ao alcance de um culto – uma religião toda misteriosa, por exemplo, que se dá ao capricho de falar a gente latim ou hebraico em todos os momentos de mais breve e mais urgente consulta?

Com que interesse?

Temos todos na consciência, quase no instinto, é sabido, o princípio religioso de onde provêm as regras morais do respeito humano, ponto de partida dos deveres cívicos.

Depois disto que interessa ao Estado o comentário peculiar a cada um, do princípio comum?

Cada um tem no fundo da alma a sua máxima de adoração; pois cada um que a comente como tiver vontade; desenvolva-a segundo o dogma e segundo o ritual que melhor lhe pareça: faça dela à vontade Bíblia e cristianismo, Alcorão e maometismo, cabala bárbara e práticas de mandinga, ou simplesmente uma inspiração de literatura panteísta e um ardente poema.

O Estado não deve, salvo uma hipótese de dano público evidente, nem mesmo indiretamente, manifestar-se a respeito de maneira que pareça intrometer-se na consciência do cidadão para perturbar lhe o legítimo direito de paz espiritual.

A inteira liberdade religiosa não é mais do que o sensato reconhecimento em um caso especial, mais notável do direito naturalíssimo, iniludível dos organismos de externarem umas tantas demasias que lhes seriam nocivas se se lhes internassem pelo âmago.

O organismo moral tem suas exigências como o organismo físico, que seria realmente cruel se não fora demência deixar de reconhecer. Imaginem que não seria, se por decreto se proibisse à laringe expirar os resíduos gasosos da respiração do oxigênio. O indivíduo rebentaria afinal como um balão de ácido carbônico, se porventura não se desse ao cuidado de, antes do estouro, morrer envenenado do gás funesto. Pois estrangular dentro de nós a

liberdade do comentário, comentário de qualquer espécie, religioso, político, filosófico em geral, ou de simples murmuração, se isso não fosse uma pretensão estulta e utópica podia dar o mesmo explosivo resultado: desde que semelhantemente não ocorresse um episódio de mortandade por um efeito tóxico de tirania – a cada passo, como bombas, por uma cidade bombardeada, veríamos desoladoramente no meio das ruas e praças, os cidadãos muito energéticos, inchando, inchando de princípios comprimidos, de crenças, de opiniões concentradas, rebentarem finalmente em um grande estouro irradiado de tripas dispersas e fragmentos de ideias firmes.

A alma comenta com efeito, como o corpo sua ou respira. Com mais ou menos vivacidade, com mais ou menos bravura, com mais ou menos descrição, com mais ou menos certeza; mas também os apopléticos suam mais do que os de temperamento nervoso e há quem respire mais folgada e sadiamente do que outros.

Seja-lhe, portanto, consentida a respeito de conceitos íntimos e da sua manifestação em termos a mais completa liberdade.

Depois, não há nada mais inofensivo e insignificante do que o comentário.

Em opinião religiosa, o que interessa pela importância social é que exista o instinto religioso, base da moralidade. Que o comentário respectivo, segundo os indivíduos, seja o comentário cristão e católico, ou o comentário maometano ou o comentário fetichista ou o comentário simplesmente poético, é coisa somenos

No comentário político ou em qualquer outro que constitua crítica de coisas ou de pessoas, o que importa não é o comentário em si, mas o fato sobre que ele versa, o núcleo de verdade objetiva sobre que ele se formou.

Favorável, ou desfavorável, tranquilizador ou subversivo, pouco significa ele por si, para qualquer efeito, porque sendo de direito naturalíssimo e incontestável como a respiração das paixões que representa, é naturalmente apaixonado, pessoal e sempre suspeito. E como a paixão acha sempre a expressão de que carece, nada existe de justo e correto que, condenado pelo comentário, não possa parecer odioso, mesquinho e mau.

Se não houver no comentário a articulação positiva expressa do fato, aliás sempre eloquente e significativo por si mesmo, o comentário tem necessariamente de perder-se sem eco e ouvidos que o acolham.

Para os fluminenses que se veem na necessidade de privar-se do prazer de contemplar a natureza nos parques públicos, porque teriam de fratenizar com os episódios de excessiva

intimidade entre “vagabundos e mal acostumados, ou porque se transformam os parques em propriedade particular de empresários de feira de bebidas, ou porque se proíbe a entrada do farnel¹⁶⁴ indispensável a quem, não estando disposto a gastar dinheiro em restaurante de preço abusivo não pode, contudo, passar sem comer o número considerável de horas que exige o passeio aos jardins afastados da cidade, existe agora felizmente a compensação de que é possível mirar uma bela cópia da supradita natureza sem nos darmos o trabalho, nem a despesa de uma jornada campestre.

Basta-nos mergulhar no tunelzinho sombrio da entrada do panorama Vítor Meireles – Langerock¹⁶⁵ e galgar lá dentro os degraus em caracol que levam ao terraço do ponto de vista.

As pessoas que não tem conhecimento deste gênero de espetáculos podem apreciar esse panorama na certeza de que é um exemplar excelente da espécie.

Dos panoramas exibidos em Paris durante a última exposição, dizem mesmo os que visitaram a grande cidade nessa época e que lá viram o panorama do Rio de Janeiro, quando figurava entre cerca de meia dúzia de outros, nenhum levava vantagem a este nem sequer se lhe podia comparar.

Em conjunto, a impressão do panorama atualmente montado nesta cidade é com efeito admirável. A ilusão, apesar dos difíceis quadros de paisagem que, a pouca distância do observador, os artistas tiveram de compor, é completa.

Não fora o ambiente abafado da rotunda que desmente a sensação ótica da elevação e da grande aberta do céu representada na imensa tela circular, e crer-nos-íamos, ao chegar ao tablado do ponto de vista, positivamente erguido a uma das eminências que dominam a capital e repentinamente enfrentando a perspectiva das ruas, da casaria, das montanhas em toda sua realidade, repassadas de luz, penetradas da atmosfera vibrante de uma bela tarde, sob o verdadeiro sol americano, no círculo de um horizonte efetivo, cheio de brumas roxas, onde parece que se elabora já em plano dia, o mistério das sombras noturnas que vão chegar.

Detalhadamente examinando-se, se o exame dos detalhes é permitido em uma composição pitoresca que se destina a produzir uma imitação da natureza em conjunto tal como nos aparece de relance, examinando por partes, o panorama não é tão perfeito como ao entrar nos parece.

Um defeito relativamente generalizado sente-se lhe primeiro e que não é pequeno: a desigualdade da mão de obra. Em seguida, notam-se os defeitos parciais inerentes a essa desigualdade. Realizada a sua execução por dois artistas de temperamento dissemelhante e

¹⁶⁴ Farnel: semelhante à merenda; bolsa com alimentos.

¹⁶⁵ Panorama Vítor Meireles – Langerock: Panorama realizado pelo pintor brasileiro em parceria com o sócio belga Henri Langerock.

A PROPÓSITO DO PANORAMA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 jan. 1890.

mesmo, como se pode depreender do trabalho, de aptidões técnicas desiguais, conhece-se logo que um dos lados do círculo de perspectiva é pintura de palheta muito diferente da que deu as cores à banda em frente e que um desses lados é de trabalho muito superior ao do outro. O lado do ocidente é belissimamente acabado. A natureza aí representada é a nossa; a massa de montanhas, o crespo da vegetação, a suave flutuação de neblina que à tarde se eleva do solo sobre as casas, por entre os contrafortes verdes das colinas, tudo aí é feito com raro êxito. Sente-se reinar a vida.

A folhagem, amortecida dos calores do dia, dobrando-se nos pecíolos, vacila ao afago da brisa da tarde e mostra em doce palpitação, a cor dupla, que as folhas tem em uma face e em outra. Sente-se a neblina variar de forma, mover-se, à medida que o solo a desprende por haustos brandos, como a branda respiração da terra no descanso da hora.

A perspectiva aérea desse lado, apesar de ser do lado da sombra, porque os raios oblíquos do sol poente vão se ficando já para além das grimpas da Tijuca, que se desenham ao longe, apesar de existir mergulhada na quase uniformidade do claro-escuro, aprofunda-se com exatidão, verdade e sentimento. Por honra da arte brasileira, é esse exatamente o lado em que trabalhou o pincel do artista nacional Vítor Meireles.

Do lado oriental, trabalhado pelo artista Langerock, se há expressivos golpes de luz, dessa luz enferrujada das últimas horas do dia, se há uns longos de serrania muito bem feitos e uma deliciosa vista de Niterói, encontraram-se insuportáveis durezas de execução, verdes falsos, arestas vivas impossíveis de se acusarem assim na distância, seres de mar nunca existidos, as espumas absurdas, crispadas na superfície absolutamente tranquila das águas, e mesmo erros palmares de perspectiva de linhas; como por exemplo no desenho da Igreja de São Francisco de Paula, que não há meio de se ajustar em projeção com as casas do quarteirão fronteiro do Largo, incorreções que quebram o efeito tão agradável do primeiro exame, tão habilmente sustentado, aliás, no hemicírculo da perspectiva de ocidente.

Desta análise detalhada, se apreendemos os defeitos, lucrámos, todavia, o reparo no que mais tem surpreendido do grande Panorama – a transição do cenário de terra natural e vegetação verdadeira, que preparou a ilusão do primeiro plano, para os efeitos da pintura na tela.

Em ponto algum do painel circular é possível distinguir onde acaba a realidade e onde começa a ilusão artística. E para esse resultado não se recorre a *trucs*¹⁶⁶ grosseiros nem expedientes facilmente suspeitos. A transição faz-se bem francamente, ousadamente, debaixo dos olhos do espectador. Há certo montículo de terra que é em parte terra natural e em parte terra de pintura; há certa moita de verdura, que em parte debruça-se para o espectador em

¹⁶⁶ *Trucs*: Do francês, significa truques, artimanhas.

galhos verdadeiros e em parte esgalha-se para o lado oposto, em tufo de ramaria pintada; há um caminho de cabra no morro, que o observador vê começar ao alcance da bengala, que seguiu daí, que baixa, esbrugando-se em torrões de barro vivo, que em certo ponto encontra-se a tela do panorama, e de lá por diante aprofunda-se em simples efeito de tintas, de cores combinadas, e a diferença do que é montículo pintado, do que é verdura de tinta verde, do que é caminho feito a pincel, para o que é terra, ramo e picada existentes aquém da tela, nem sequer por uma simples mudança de tom, por uma simples modificação de luz que caia mais ou menos viva, é possível a quem quer que seja, possuidor da melhor vista, perceber e descobrir.

Dotado de qualidades desta força, observáveis em apreciação detalhada, e impressionando como ficou dito, pelo magnífico efeito do conjunto, com todas as exceções que se lhe apontem não custa crer nos que dizem que dos panoramas armados em Paris, durante a exposição, foi o de Vítor Meireles e Langerock, o melhor sendo preciso reconhecê-lo, em todo caso, como uma admirável obra de arte.

Y.

Jornal do Comércio, 20 de janeiro de 1891 (Edição 20)¹⁶⁷

LEMBRANÇAS DA SEMANA

O destino das mulheres tem sido ultimamente uma preocupação.

Quer-se saber se as mulheres podem ser escritoras; quer-se saber se podem ser votantes. Entretanto parece-nos que a tantos meditadores do assunto que se pretendem homens de vistas claras e corações folgados de generosidade, mais devia interessar uma questão muito menos complicada do que qualquer dessas e infinitamente mais prática e proveitosa: a questão de saber se as mulheres podem¹⁶⁸ ser felizes.

Todas essas campanhas que por aí se agitam, tencionando, a pretexto de filantropia, conseguir para o sexo feminino os mesmos direitos sociais de que gozam os homens não são na realidade nada benévolas.

Os revolucionários dos direitos femininos afiguram-se como defensores das mulheres e desejando afinal alcançar a solução do problema da sua situação diante da maior soma de aspirações que elas podem pretender na vida, e realmente não fazem senão marcar lhes

¹⁶⁷ Crônica publicada em colunas no meio da segunda página.

¹⁶⁸ Palavra de difícil legibilidade no periódico, pela leitura optou-se pela palavra “podem”.

socialmente um grau de paridade com os homens, igual na aparência, barbaramente iníquo de fato, na luta de concorrência com homens para partilha do bem-estar.

Trabalham por melhorar a posição das mulheres na sociedade... Isto reduz-se ao problema simples acima formulado da felicidade, que só tem de especial que é lúcido e positivo e não pode ser objeto de sofismas bem coloridos, como por exemplo o dos direitos políticos. Trabalham, pois, embora indiretamente, dizem ou pensam que trabalham pela felicidade das mulheres, pelo seu triunfo no debate das dificuldades da existência. E para que elas vençam querem que se lhes entreguem as mesmas armas com que lutam os homens. Não se lembram, porém, de que, se a espada é a mesma com que as desejam habilitar para a batalha, a mão que teria de empunhar esta espada é incomparavelmente mais fraca do que o punho másculo que comumente maneja e brande as armas do direito.

Facilite-se a comunhão dos sexos na liça dos esforços pelo sucesso; sejam as mulheres masculinamente escritoras, eleitoras, comerciantes, industriais, sem nenhuma consideração de delicadeza -, para que livres de preconceitos, possam lançar mão de todos os recursos de subsistência, e habilitadas pela primeira posse desses recursos a desenvolvê-los, com escritoras criando opinião, como políticas, criando partidos e criando leis, como negociantes e industriais, criando empresas e fontes de fortuna, se possam constituir independentes dos homens e dominar como os homens e atingir como eles todas as altitudes da ambição e do êxito. Mas não atentam para a desigualdade inicial que as condições de sexo estabeleceriam desde logo para a luta; não querem ver, que mesmo não levando em conta a maternidade, que institui absolutamente e definitivamente a exclusão das mulheres do conflito social, todos os predicados físicos e morais do sexo, a debilidade natural e a delicadeza... estes predicados enfim podiam, com grande proveito para os apologistas da masculinização, desaparecer com o uso e com o trato grosseiro dos tais *direitos*, mediante a eficaz criação que haveria de viragos monstros, feitas de estouvamento e feialidade... Mas a grande alma sentimental que é irremissivelmente todo o sexo feminino, em prejuízo do discernimento indispensável ao comércio da grande realidade e dos movimentos de viveza indispensáveis à luta da energia que tantas vezes se acentua imperceptivelmente em matiz de perversidade, todas as suas simpáticas fraquezas concorreriam para que fosse mais ou menos um desastre cada uma das suas tentativas.

Dizem todos – o sexo fraco – e entendem que têm sido equitativos, desde que lhe franqueiam o mesmo campo de combate e as mesmas armas com que se bate o expressamente caracterizado – sexo forte.

Vai até alguma coisa de escárnio cruel neste convite ao êxito que se dirige ao sexo feminino, fazendo-lhe oferta dos meios, sem atender a que existam as forças que tornariam esses meios, sem atender a que existem as forças que tornariam esses meios eficazes, lembrando um pouco a barbaridade histórica do circo romano quando se representava a comédia terrível de Ícaro, na qual o algoz levava um pobre mártir a um cadafalso de altura desmedida, e lá de cima, com um vigoroso empurrão e por que ao infeliz por horrível ironia lhe haviam pregado azas de penas às costas, o convidava a voar...

Com essas ideias de direitos novos para as mulheres, tais como por aí se reclamam, mesmo segundo o aforismo jurídico de que a cada direito corresponde uma obrigação, e as obrigações correspondentes a esses direitos, pesam excessivamente para os delicados ombros femininos – o que parece é que os homens querem alijar a massada da responsabilidade que em relação as mulheres lhes cabem desde a mais remota tradição dos séculos. O nobre compromisso cavalheiresco da dedicação medieval à dama venerada, é talvez um tropeço aos expedientes céleres do século, que tem mais que fazer do que estacar na morosidade improdutiva do respeito.

Querem equiparar em direitos o sexo feminino com o seu, para que o sexo feminino emancipado, isto é, expulso do privilégio de proteção que o favorece, cuide de si, viva sobre si, sofra sobre si, e não pese aos homens, e depois mesmo porque terá todos os direitos e se não souber valer-se desses direitos, a culpa não será dos homens, não haverá mal nenhum em que estes o explorem um pouco mais desabridamente.

Os homens de vistas claras e de coração generoso, era melhor, que, sem pensar em tantos projetos de redenção indireta, se propusessem imediatamente a questão da felicidade social da mulher.

Lançado o problema, em vez de cogitarem do que havemos de fazer para que as mulheres se façam felizes, cogitem antes do como havemos de nós mesmos fazer a felicidade maior do sexo feminino em coerência com o dever que temos de zelar por ele, isto é ainda com aumento de soma dos sacrifícios de que lhes somos naturalmente devedores.

Em seus últimos dias de governo, a ditadura trata de apagar os vestígios do regime de violência que, por necessidade policial da ordem, entendeu em diversos casos que devia estabelecer.

Neste sentido, mandou-se jubilar todos os vencimentos o ilustre lente da Escola Politécnica, Dr. André Rebouças¹⁶⁹, considerado até agora como demitido do seu lugar, em

¹⁶⁹ André Pinto Rebouças: engenheiro e professor da Escola Politécnica, demitido após se posicionar contra o Governo Provisório.
PEQUENOS ECOS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 2 jan. 1891.

consequência de um libelo de injúrias violentíssimas assacadas contra o Brasil e contra o governo da República, que esse cidadão fez inserir nas colunas de uma folha da imprensa estrangeira.

Sob o ponto de vista policial e de segurança pública não entramos em apreciação a respeito da culpa atribuída ao Dr. Rebouças. Conferindo-a com os deveres do patriotismo, é força reconhecer que foi grande e lamentável essa culpa.

O Dr. André Rebouças tinha o direito de externar com o todo o calor e toda a veemência pela imprensa diária, ou por meio do panfleto, as amarguras que lhe sangram na alma com o fato da revolução, após a qual foram apeados do supremo poder e banidos os princípios que pessoalmente e pelos mais nobres motivos ao Dr. Rebouças eram caros. Não se pensa em recusar-lhe o direito de desabafo.

Não há meio, todavia, de justificar o escândalo da divulgação pela imprensa estrangeira das expressões talvez menos intencionadas desse desabafo.

Embora ferido no seu coração, no seu coração mesmo devia encontrar um conselho saudável que lhe dissesse que era sem perdão a obra do descrédito do seu País, uma forma nova de alta traição, tanto mais pungente quanto esse procedimento nenhum compromisso de honra de um patriota exemplaríssimo e impecável como o Dr. Rebouças se havia sempre provado.

Muito, porém, tinha merecido da Pátria o valente chefe das campanhas rudes do abolicionismo, para que se mantivesse em relação a ele uma espécie de cominação de pena que mantida significaria o ressentimento perene da Nação. E tão intensa foi ao seu patriotismo que o seu passado advogou triunfantemente por ele. Os excessos da sua expansão de desgostos são esquecidos como exageros generosos de uma leal e ardente amizade ofendida; e a ação penal que o violento anula-se como uma honrosa anistia.

Viu também o ilustre professor e denodado jornalista Dr. Carlos de Laet¹⁷⁰ suspender-se o efeito da lei de exceção que oprimia o seu direito, sendo agora nele reintegrado com a jubilação que lhe foi igualmente concedida.

A jubilação do Dr. Laet veio antes da do venerando lente da Escola Politécnica. Como retificação, todavia, do ato do governo, que o havia vitimado sem razão alguma, pelo menos

¹⁷⁰ Carlos Maximiliano Pimenta de Laet: político, jornalista e professor do Colégio Dom Pedro II, demitido, em 3 maio de 1890, pelo Governo Provisório, após solicitar a manutenção do nome da instituição. Em 17 de janeiro do ano seguinte, a demissão é revogada e Laet recebe sua aposentadoria e vencimentos. Em 18 de janeiro de 1890, o periódico monarquista *O Brasil* (RJ) critica o Governo Provisório pelas recentes demissões. A publicação qualifica as atitudes como “afrontosas” e denuncia que os cargos eram estabelecidos por concurso público, ou seja, os lentes tinham – ou deveriam ter – estabilidade. Além de Laet, o texto cita também André Rebouças e Franklin Américo de Meneses Dória e questiona por que a demissão dos últimos também não foi revogada. *O BRASIL. O Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jan. 1891.

ao alcance do exame da opinião pública, é de estranhar que há muito mais tempo se não houvesse anunciado.

A atitude política do notável publicista na República não tem sido menos do que correta e forte, de acordo com os seus precedentes, de acordo, sobretudo, com o temperamento excepcional de luta que constitui a envergadura do seu caráter.

Temperamento de combate...

Quem dera menos vigorosamente guerreira fosse a natureza do valente escritor.

Não o teríamos quase exclusivamente absorvido, como sucede, na refrega política, nem a literatura privada dos bons serviços, de quem podia ser, pela erudição, pelo apuro do espírito, pela firmeza equilibrada do critério, o seu mais certo guia e mais esclarecido instrutor, merecendo-lhe ela mais algumas lições do que as que lhe merece, estas mesmo repassadas em geral do humor implacável da guerra e mal aproveitadas, assim, como certos manjares de culinária nacional, succulentos e nutritivos, mas que não vão porque há demasiada pimenta no molho.

Sábado deixou de existir o Dr. Abílio César Borges¹⁷¹, barão de Macaúbas, que foi com justiça, o mais considerado dos educadores da mocidade brasileira.

Cheio de entusiasmo pelas reformas liberais do ensino, o diretor do afamado Ginásio Baiano e do Colégio Abílio foi um propagandista ardente e efficacíssimo do melhoramento das condições do ensino primário e secundário; e os consideráveis estabelecimentos que, por longos anos, sob direção dos seus ativos e zelosos cuidados, distribuíram educação e ensino a um sem número de rapazes, poderão em todo o tempo ser admirados como modelos e os mais perfeitos que na melindrosa espécie pedagógica dos internatos se conseguiria instituir.

Significando uma fecunda existência de trabalhos e dedicação pela causa sagrada da educação popular, seu nome será sempre lembrado em grata e luminosa recordação.

Y.

Jornal do Comércio, 26 de janeiro de 1891 (Edição 26)¹⁷²

LEMBRANÇAS DA SEMANA

¹⁷¹ Abílio César Borges: médico e educador brasileiro (1824-1891), diretor do Colégio Abílio no qual Pompeia estudou quando jovem.

¹⁷² Crônica publicada em colunas no meio da segunda página.

A política chamou a si quase o monopólio das atenções, durante a semana.

Nem o mundo financeiro, que existia absorvido na sua febre e no seu delírio de negócios, pôde prender exclusivamente como até agora fazia os cuidados dos que nele se agitam.

Entre as notícias de crise ministerial e a discussão das mesmas e os cálculos de probabilidade sobre futuras organizações a preocupação dos fluminenses andou em um vaivém, do Congresso para o palácio Itamarati, do Palácio para o Congresso, ansiando por saber o que resolvia o Palácio e o que pensava o Congresso.

Afinal viu-se que o barco da ditadura, prescindia resoluto dos seus marinheiros de começo da viagem e sem grande certeza de haver já vencido a zona das piores tormentas, decidia-se a demandar o porto de salvamento (que neste caso pode ser o de Torres) manobrado por marujos e nova tripulação.

Com os dias da crise ministerial, o que não chega aliás no atual regime a ser uma verdadeira crise do governo, reinou na vida geral uma atmosferazinha de apreensões. O câmbio, que anda já agachadinho e rasteiro a não poder mais, achou mesmo de baixar ainda um pouco; os títulos da bolsa que se alvoroçam por via de regra afogueados, esquecidos de tudo no seu vertiginoso giro, pararam um momento expectantes e pálidos... Com a anunciada organização parece que volta tudo ao primitivo, na esperança de que a nova gente do poder será tão útil como a outra aos que souberem aproveitar a situação.

Se é fácil recompor-se a política para a esperança das conveniências, é bem custoso salvá-la de uma perda como a que sofreu no que ela pode ter de mais nobre e mais elevado, com o passamento de Benjamin Constant¹⁷³, o consagrado patriarca da República.

Antes da revolução de novembro, o nome desse grande cidadão aureolava-se já de vibrante esplendor, mas em um círculo restrito de relações. Quanto valia o seu pujante espírito e o seu grande coração, já conheciam em parte e em parte pressentiam os discípulos e aqueles que, no comércio das simpatias pessoais, se acercavam do eminente professor da Escola Militar.

Todos os dotes do seu caráter reconhecidos e pressentidos se foram desenvolvendo com os fatos que prepararam a República, até que no dia da crise nacional e nos dias seguintes da reorganização da Pátria, Benjamin Constant evidenciou-se em toda a grandeza da sua estatura.

No período da propaganda das suas ideias, no prazo da primeira elaboração do conflito revolucionário, as suas raras qualidades de firmeza e admirável prudência com a qual não

¹⁷³ Benjamin Constant Botelho de Magalhães: político, militar, professor e engenheiro brasileiro (1836-1891).

foram incompatíveis inúmeros rasgos de bravura, atingindo a temeridade que, em ocasiões estudadas e decisivas, revelaram-se sempre, impondo-se principalmente pelo prestígio da pureza imaculada da sua vida. Revelavam-se, porém, a princípio nos seus conselhos de sabedoria somente, porque não era chegado o momento da ação.

Quando o momento decisivo se apresentou, todas essas vantagens dessa alma varonil mostraram-se em campo efetivas e firmes, ainda mais fortes e completas do que se poderia esperar. Havia entre os que com ele tomaram parte na grande luta chefes dispostos, havia corajosos e ardentes, havia alguns com o prestígio que arrasta e subjuga as adesões, havia alguns inspirados de sisudez e visão exata do momento para conduzirem um audacioso pronunciamento. Ninguém, todavia, aliava como ele na sua espada todas essas superioridades. Por isso pôde ser, e foi por honra nossa, o centro da revolução brasileira.

Quando, por ocasião da formidável marcha revolucionária, se soube que à frente dos soldados vinha tão extraordinário chefe entre os chefes, não tardou que certa convicção de segurança fosse substituindo o terror que a notícia do movimento militar enchera a cidade.

Era aquele da frente, apontavam, ao lado do marechal Deodoro, que todos reconheciam com o seu perfil de águia - um oficial de aspecto sereno e modesto, que parecia enlevar-se em mansa meditação no meio das aclamações da tropa em marcha e do povo que parava para ver. Ao longo das extensas ruas, o chão desaparecia sob os passos da soldadesca em marcha. Vinha através de uma selva de baionetas, por cima dessa multidão sombria, como que uma nuvem de terror e de pânico. Os cavalos dos oficiais e da cavalaria empinavam-se aos saltos lascando as pedras da calçada, como em um pressentimento de combate. Ouvia-se trovejar ao longe a rodagem da artilharia como trovões de uma tempestade chegando. A fisionomia severa dos oficiais que cercavam o marechal prontos para tudo e o porte bélico deste, sobre um corcel ardente que parecia levá-lo como a fatalidade, pareciam confirmar o alarma que nascia dos aspectos formidáveis de ameaça que se desdobravam através da cidade.

Era bastante, porém, saber que era aquele, ao lado do marechal, Benjamin Constant, o sereno oficial, a grande alma de todo aquele caudal de guerra para se desvanecerem todos os receios. A força temerosa era comandada pela prudência e pela honra, em que se poderia confiar.

O seu olhar calmo e frio, em meio do alvoroço da revolução em auge, garantia uma promessa de paz, como uma bandeira branca no mais travado de um combate.

Esta confiança não foi desmentida pelos fatos da revolução; e todos os atos de Benjamin Constant no governo, de acordo como se esperava do seu caráter e por glória do seu nome, significaram invariavelmente o conselho da moderação, da justiça e da moralidade.

É bem curioso que espíritos esclarecidos informados do que é necessário no domínio artístico à cultural e intelectual discutam a importância do estudo da mitologia.

Para que perder tempo com essa tarefa estéril de enfileirar velhas imagens do simbolismo clássico na imaginação dos discípulos como estátuas imóveis e mudas através dos museus de estatuação antiga?

Este menosprezo não se justifica.

Só a parte exclusivamente histórica da mitologia é importantíssima. Somente considerar a mitologia dos gregos e romanos na história das mitologias; analisar um por um esses compêndios de moral, de filosofia, de ciência, de história tradicional, que são os símbolos religiosos do paganismo e que os grandes artistas da antiguidade compuseram em pedra e bronze; estudar a influência que tiveram no progresso das artes essas criações da imaginação veneradora que precisavam concretizar-se, esse múltiplo verbo da consciência religiosa dos antigos que precisava se fazer carne, tomar forma e oferecer-se objetivamente à adoração dos crentes e que efetivamente por obra e graça do gênio apareceu esbelto e soberbo sobre os altares dos velhos cultos, constituindo uma idade de progresso artístico jamais igualado; somente estudar uma fase como essa da história das sociedades que constitui a alma e a significação de metade da obra artística da civilização para nada mais do que habilitar-se a compreender essa significação e interpretar essa alma mesmo sem ligar importância à espécie artística das alegorias; somente isso, que é ao que equivaleria o simples conhecimento descritivo da mitologia, seria uma soma de habilitações absolutamente imprescindíveis para o complemento da preparação intelectual de um artista.

Complemento da preparação intelectual, dizemos.

Está claro que, se o ensino das artes só tem em vista educar a prática e se o que se pretende instituindo-o é simplesmente a montagem de um *atelier* de exercícios, não há seção alguma de cultivo teórico que mereça atenção e nesse pouco caso inclui-se o estudo da mitologia.

Se é indispensável, mesmo para o desdém, desdém, aliás de *pose* e que não passa de uma irreverência obcecada e vã para com o verdadeiro mérito dos que viveram outrora, o estudo da mitologia em sua parte histórica e descritiva, não há que se insistir na importância desse estudo na parte filosófica. Nesta parte até ao lado prático da educação artística a

mitologia interessa. Da sua atenta meditação depende nada menos do que, nos seus mais elevados temas, o critério da composição.

Estudando com efeito a origem dos mitos, assistindo ao seu processo de antropomorfismo, o artista educa a imaginação no sistema de sentir a natureza na sua maior energia de pitoresco, exaltada, engrandecida, transfigurada.

Assim como o trovão, fato isolado e particular que os impressionava, sugeriu aos antigos a ideia universal da força que o devia produzir, força que a imaginação poética corporizava na imagem antropomórfica de um deus tonante, igualmente o artista, impressionado por qualquer fato da natureza que o tem de inspirar como modelo para a sua produção, cogita de interpretar a expressão exata desse fato, a alma, o deus latente que nele vive, que lhe dá fisionomia, para representá-lo animado da *vitali flagrante*¹⁷⁴ o impressionante que vibra nas produções geniais, demarcado com um certo traço de verdade que a arte tem de descobrir nas coisas e que é como o *ritus*¹⁷⁵ palpitante da vida universal em tudo presente.

A árvore, que, disse P. Desjardins¹⁷⁶, *est une personne, a ses habitudes, son humeur, sa physionomie et parle à ses amis en pénétrant langage*¹⁷⁷, uma árvore pintada segundo este critério artístico vive na pintura à maneira do homem ou da divindade, respirando sentimento, representando uma paixão, como um mito da floresta.

É uma espécie de elevado simbolismo, que nada tem em comum com a alegria.

E assim como se educa para a mais elevada interpretação da natureza, observando a gênese dos mitos, o artista aprende nesse estudo, com grande vantagem para a formação do seu ideal em arte, que pode positivamente, conforme lhe indicar o seu talento, tentar obra moderna sobre mitos.

O mito não é somente o símbolo religioso, greco-romano. É em geral uma síntese, uma composição mental de forma poética, que a imaginação organiza para representar a si mesma, mais simplesmente ou mais facilmente, um fato ou uma existência.

“Temos constatado”, diz um escritor de mitologia, “que em parte alguma o homem, por mais rudimentar que fosse o seu estado social, deixou de esboçar uma interpretação da natureza, não tanto para conhecê-la como para dominá-la.” A mitologia foi concebida para conhecer e para dominar a natureza. É um processo de limitação de impressões vagas, de representação mais fácil de impressões perante a imaginação. O mito é uma explicação sintética como as imagens na linguagem popular e na literatura.

¹⁷⁴ *vitali flagrante*: flagrante vital.

¹⁷⁵ *ritus*: ritos.

¹⁷⁶ Paul Desjardins: jornalista francês (1859-1940).

¹⁷⁷ A frase francesa, em tradução livre, significa “é uma pessoa, tem seus hábitos, seu temperamento, tem fisionomia e fala com seus amigos em uma linguagem penetrante.”

E como tal não tem desaparecido. A mitologia vive hoje como viveu outrora. Tem vivido sempre; apenas evoluindo. Há mil coisas em plena civilização que só se apresentam no espírito do povo rude como uma criação convencional de símbolo. Em camadas menos obscuras reinam entusiasmos políticos e sociais que não têm por objeto senão uma crença em verdadeiros mitos.

E como entre o povo para inteligência de certos fenômenos ou existências mal compreendidas ou compreendidas em um êxtase de entusiasmo ainda se imaginem verdadeiros mitos, ainda também as almas poéticas os criam por simples efeito estético e os sistematizam tal qual outrora. Toda a obra literária de Émile Zola¹⁷⁸ (um naturalista, Srs. Naturalistas) é uma série de criações de mitos modernos nos quais ora representada pelo esplendor vegetal de um soberbo jardim como o *Paradou*, ora representada pelos horrores da vida agrícola e industrial como na *Terra* e no *Germinal*, vê-se lutar com o homem uma terrível divindade fatal.

Como indagação histórica a mitologia tem toda a importância de um capítulo especialíssimo e da maior importância dos estudos da arte no passado, e como conhecimento filosófico é a página positivamente mais interessante de toda a filosofia da arte.

Y.

Jornal do Comércio, 1 de fevereiro de 1891 (Edição 32)¹⁷⁹

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Em homenagem aos heróis do civismo no Brasil tivemos duas cerimônias comemorativas em que se interessam os sentimentos do mais puro amor da Pátria.

Em um mesmo dia em contrita romaria, seguindo direções opostas, convergindo aliás em uma única intenção venerativa, duas multidões de patriotas foram aos cemitérios dos extremos da cidade visitar os túmulos onde descansam dois dos mais extraordinários campeões cujos nomes ilustram os anais da liberdade.

Os túmulos de Benjamin Constant e Sena Madureira¹⁸⁰ foram rodeados da contemplação afetuosa e sentida de muitos daqueles – todos os bons cidadãos – que reconhecem no exemplo desses grandes homens o ideal mais invejável da correção no dever social e a demonstração mais brilhante da doutrina da dedicação à humanidade.

¹⁷⁸ Émile Zola: escritor naturalista francês (1840-1902), autor de *A terra* e *Germinal*, *Le Paradou* é o nome do jardim presente no romance *La faute de l'Abbé Mouret*.

¹⁷⁹ Crônica publicada em colunas no meio da segunda página. Na página inicial, no rodapé, encontra-se o folhetim “Ver, ouvir e contar”, assinado por Iriel.

¹⁸⁰ Antônio de Sena Madureira (1841-1889): militar brasileiro.

Um deles sucumbiu ainda em meio da jornada que se destinava ao êxito das suas fogosas esperanças; o outro mais feliz de alguma sorte, saiu mais além, ao transpor já a linha decisiva do triunfo.

Porque competiram, porém, na sinceridade das aspirações e na impetuosidade do esforço e porque se sabe que, se vivera mais o que primeiro morreu, sacrificar-se-ia como o outro pela organização da vitória e que, se não houveram ambos desaparecidos em hora tristíssima, seriam ambos iguais apoio e conforto à Pátria sempre que de mais extremos cuidados dos seus filhos ela necessitasse, são ambos igualmente deplorados, e os olhares comovidos que demoravam sobre a terra onde jazem os heróis pareciam arder igualmente no desejo de os ver, por entre a ramaria triste das coroas depositadas nas campas, erguerem-se em espírito e luz, ressurreição de aurora, para inspiração e esclarecimento de todos os bem intencionados do patriotismo.

Os argentinos do Rio de Janeiro também tiveram o seu dia de homenagem à memória de um ilustre concidadão, General Paunero¹⁸¹, cuja biografia se entrelaça com a história dos mais gloriosos dias da vasta República do Prata.

Foi ontem mesmo; e na luminosa manhã, a cidade acordou agitada pelo movimento das tropas brasileiras destacadas a acompanhar os ossos desse ilustre militar, do cemitério de São João Batista onde foi ele enterrado há alguns anos quando, sendo nesta capital representante diplomático da República Argentina, aqui faleceu, até o Arsenal de Marinha, onde deviam embarcar com destino a essa república. Dentro de alguns dias os últimos despojos desse homem ilustre, entre mil homenagens de reconhecimento da Pátria adotiva a quem ele com tanto amor serviu, chegaram a Buenos Aires.

Não seja escasso em manifestações o governo argentino perante essas relíquias do patriotismo. Uma ovação ardente ao nome abençoado de um grande morto, como significado da gratidão nacional, é um proveitoso ensinamento para os povos entre os quais existe o terrível perigo, do qual acaba a própria República Argentina de dar cópia - de dominarem os corações egoístas e duros, ávidos da exclusiva satisfação de grosseira cobiça, seja embora arrastada a Pátria ao precipício da mais vergonhosa ruína.

É costume de palestra, quando se doura dos mais brilhantes êncomios a pessoa Fulano ou Beltrano, afirmar delicadamente que o elogio vai sem desfazer naquelas de quem não se trata.

¹⁸¹ Wenceslao Paunero (1805-1871): militar argentino.

Isto vale um protesto habitual contra o vezo maligno que muito existe de não se exaltar pelo elogio sem que em contraste desta exaltação se subentenda no elogio alguém deprimido ao lado daquela a quem se exalta. O objetivo da manifestação do que critica em tal caso não é absolutamente a reputação daquele a quem parece lisonjear o elogio, se não a daquele a quem indiretamente o elogio vai deprimir.

Este instinto de murmuração de maledicência, antes de malevolência social, explicável aproximadamente como o horror que temos aos vizinhos nos apertões de povo porque nos esmagam os calos malevolência para com os outros, explicável pelo aperto dos interesses da sociedade e que até no elogio se manifesta, pode-se observar no próprio elogio necrológico.

A frase untuosa murmura como uma prece ou como a brisa entre ciprestes, recomenda o morto; mas, se atentamente sondarmos o seu desenho, facilmente leremos um acróstico disfarçado, que é uma diatribe azeda para os que vivem.

Este caso excessivo, sacrilégio como seria pregar francamente um pasquim à cruz de um túmulo, não é, por felicidade, muito comum.

Especialmente e intencionalmente, não sucede muito que se atirem assim de ricochete sobre um ataúde os golpes de má vontade, que alguém nos mereça.

Mas, parecido com isso e igualmente fruto do instinto de murmuração, é o sobejo elogio, em regra prodigalizado aos que morrem, para nos desculparmos da regra correspondente de injustiça dos conceitos com que são julgados os vivos.

Às vezes, a propósito de um mesmo indivíduo, tem-se a amostra clamante do disparate de julgamento.

Enquanto vivo, esse indivíduo por exemplo encontrava em torno de si, no conceito mais ou menos manifesto da opinião, o vilipêndio ou o desconhecimento desdenhoso e quando menos, a indiferença opressiva da sociedade. Tentava, consultando o conceito público, como um espelho, mirar-se na sua imagem por esse espelho refletida; e reconhecia-se disforme ou miseravelmente insignificante. Se não tivesse uma imensa e extraordinária confiança em si mesmo, tenderia a dar razão ao conceito público.

Morto ele, que chegara a descrer de si como um condenado ou como um nulo. E apenas tem cerrado os olhos, apenas aos seus ouvidos não pode mais chegar a voz pública como um prêmio ou como um consolo, eis que bruscamente a opinião se volta, do vilipêndio que seja, ou do desdém e da indiferença em que tinha o defunto e o aclama; e o espelho antipático e adverso que ao próprio que pendia para ele o seu rosto mostrara a fantasia catóptrica de uma careta disforme, agora que não tem mais o original da imagem refletida, resplende subitamente e espontaneamente em uma faíscação escandalosa de estanho ao sol e

mostra-nos, no mesmo raio de reflexão, transformada em semblante olímpico a mesma imagem que momentos antes era uma caricatura.

Era melhor que não houvesse tanta benevolência nos conceitos póstumos, com a condição de haver mais exatidão e mais generosidade em julgar os vivos¹⁸².

Para os verdadeiros criteriosos os raros que formam juízo baseando-se em fatos essa incoerência não tem inconveniente. Mas há muitíssimos que fazem opinião julgando sobre outras opiniões, por não estarem habilitados a julgar dos fatos. E, para toda esta grande maioria dos que esperam que alguém tenha opinião para ter opinião, essa incerteza contraditória é a desmoralização de todos os conceitos favoráveis, ou desfavoráveis no julgamento dos homens, é o ceticismo em relação à sinceridade alheia e a última consequência desastrosíssima de se reputarem os homens, em meio do desencontro de tantas mentiras, muito piores do que são.

Esta inanidade dos conceitos póstumos como geralmente formulam palpá-la-ia bem o pobre ator Galvão¹⁸³, se lhe fosse dado a esta hora considerar as exclamações lamentosas que se largaram ao encalço de seu esquife como gatos pingados.

Só agora descubrem os adjetivos das suas boas qualidades e descubrem-nos os mesmos escritores dos versos alegres que, com a música detestada do *trololó*¹⁸³, concorriam para perder-se fundo e de uma vez a famosa grande arte pela qual morria o inspirado Galvão. Por que não lhe hão de reconhecer logo, que as declarações saudosas que ele proferia pelo seu velho teatro não se voltavam para um ideal perdido, senão para a insuficiência de um passado morto? Por que não lhe hão de afirmar, sem descrédito para o pobre iludido, que se os saltos pinchados do *cancan* pulam fora do caminho da arte, aquelas tremendas passadas trágicas do dramalhão, nesse caminho, dirigem-se francamente para trás?

Triste decadência a desse pobre artista.

Ainda se fosse ator cômico. O cômico ri da sua arte, ri da cabotinagem, ri dos sarrafos, ri da lona borrada dos bastidores, ri das clavículas magras das pataqueiras; ri dos adereços de papel dourado, ri da própria figura sarapintada e enfarinhada como um *clown*¹⁸⁴. Quando maior é a tendência de escárnio a pouco caso que lhe vai na alma, tanto mais graça tem. E como da graça provém o seu sucesso, ele é ao mesmo tempo feliz, por tudo aquilo na vida artificial dos palcos, desde as apresentações das cenas esplendorosas até as intrigas miseráveis da vida boêmia dos atores, só lhe despertam a mofa no espírito, e feliz porque mofando tem o

¹⁸² Galvão: ator de teatro falecido em 28 de janeiro de 1891.

¹⁸³ Trololó: música popular ligeira, de fácil assimilação.

¹⁸⁴ *Clown*: do inglês, significa “palhaço”.

aplauso para o seu amor próprio quando essa única coisa séria lhe existe no caráter, notando-se que ele quer o aplauso do público, mas diretamente ao público não liga a mínima importância.

O pobre do ator a sério começa por julgar sagrado o princípio artístico. Um momento depois ele é o sacerdote desse princípio sagrado e daí começam as suas preocupações...

Para mais facilmente promover a própria encarnação nos seus papéis muito graves, esfolia-se por ter a ilusão completa do cenário. A lentejoula passa a ser pedraria no seu alto espírito vagamente quixotesco; o latão brilha ouro para os seus olhos. Desde que para ele a arte é uma religião, de que o teatro é naturalmente o templo, todas as misérias da vida artística que o envolvem entristecem-no profundamente como as devastações de um eito cruento em maio do qual ele tem fatalmente de pontificar, meio aterrado meio extasiado, diante da Deusa central, a arte.

Nesta crise de alucinação, se o artista sério é dotado de gênio, está feito. A sua existência torna-se uma jornada fantástica de sonâmbulo no mundo das suas criações, e ele vive a vida de artista mais irreal e mais artística que é possível viver. De vez em quando chegam-lhe da realidade como demonstrações únicas da existência de um mundo fora do seu sonho, punhados de flores, braçadas de coroas que lhe vêm enlear de fitas os passos, e um rumor claro de palmas.

Se o gênio falta, a vida do artista é aquela tristeza imensa das últimas páginas do livro de Cervantes, a consciência de uma biografia perdida e do desastre de um ideal. Faltando-lhe as asas para os voos que projeta, cada arranco que ensaia é uma queda.

O ator cômico, com o recurso fácil ainda do *trololó*, quando não se sente satisfeito com o que a arte lhe rende, sai às gargalhadas do teatro e vai buscar fora na vida do comum, um emprego qualquer; em qualquer emprego quem quer rir pode rir à vontade.

O ator a sério, o pobre do trágico sem ventura, não tem coragem de tentar a vida real. A arte é um princípio sagrado e o teatro é um templo de que ele é um sacerdote menos feliz. E o sacerdote não se deserta do seu templo sem ser um traidor da divindade. Se, acossado pela suprema necessidade, o artista a sério deserta da sua arte aí vem a nostalgia atroz.

O pobre Galvão pereceu na angústia desse sofrimento. Ator a sério, ambicioso de arte digna e suprema, não dispôs, todavia, da envergadura de asas que os grandes voos reclamam.

Alcançou algumas primeiras glórias no bom tempo das esperanças, glórias funestas que o ligaram ao seu ideal como um compromisso. Daí o seu melancólico destino e a sua desconsolada morte.

Desconsolada, é preciso dizer: – Se puder morrer infeliz quem morre por um ideal...

Jornal do Comércio, 9 de fevereiro de 1891 (Edição 40)¹⁸⁵

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Morreram as belas esperanças que nutríamos de ter o carnaval no inverno.

Não se falou mais na boa ideia de transferência da era das loucuras para outra situação da folhinha. E a boa ideia como as suas irmãs de infortúnio - todas as ideias esquecidas, desde que se viu em abandono e olvido, perdeu pouco a pouco a auréola de oportunidade que a abrilhantava, e sucumbiu tristemente, como uma vela se extingue e como uma inspiração se oblitera.

Pois, temos com isso um grande prejuízo.

Esses senhores que podem determinar os destinos do *almanack*, são provavelmente de opinião que o incêndio infernal da folia, que atribui ao carnaval a sua feição satânica, deve se corroborar harmoniosamente com a flama aérea do verão; de maneira que se correspondem e se multipliquem por esforço simultâneo de fatores, os estos¹⁸⁶ esfalfados da bela pândega, com os ofegos exaustivos, com que nos extorque a alma pela boca esta temperatura fervente de fevereiro.

Entretanto é um engano.

É verdade que o sol brejeiro, palmando-nos a nuca com a sua mão de fogo, faz-nos arder o sangue e o sangue ardente é a matéria prima de quanta coisa carnavalesca se perpetra neste mundo. É no tempo do calor que os germes anelam por explodir. As sementes soterradas estalam na umidade morna do chão, e o rebento vívido irrompe: a terra fende-se como um ventre a ponto, e rebenta em erupções verdes de arvoredos. Nós também, quanto possuímos de instintos profundos e válidos, sentimo-los que nos agitam com desusado frêmito, como uma espécie de Satanás trancado que tivéssemos dentro, e que ambicionasse em fúrias a caráter e enérgicas revelações irradiadas de pontapés, romper a prisão corpórea e vir fora expandir-se em toda a amplitude das santas intenções de um legítimo diabo. Sucede, porém, conosco que, na proporção das diabruras que nos inspira o sol maligno, ele nos fatiga previamente. De sorte que apenas vê-se solto o referido Satanás, o pobre se reconhece, com grande surpresa dos seus alevantados cálculos, um infeliz demoniozinho velho, inofensivo e acabrunhado; apesar dos desejos sonhados em fogosos ímpetos, encontramos-nos na prova definitiva da realidade,

¹⁸⁵ Crônica publicada em colunas no meio da segunda página.

¹⁸⁶ Esto: ruído, calor, ardor; no sentido figurado ímpeto, paixão.

insuficientes e fracos como se o desejo fosse o que há de mais mole e mais caído neste mundo.

É o caso. O sol é um excitante de folia, mas um excitante irônico. Promete e falha como uma caçoadinha. Inflama-nos para todas as empresas, mas, como se a simples premeditação do instinto consumisse-lhe o vigor, chegada a hora da provação, a chama, como um fogo fátuo, não queima. Parece um conspirador de juventude e alegria: e não faz mais, em regra, do que inventar o entusiasmo inane de uma pretensão de amoroso aposentado, suscitar a animação estéril de uma cobiça senil, incapaz e contristadora.

Examinando, portanto, a fundo a razão das coisas ressalta o absurdo da intenção de estimular as sanhas carnavalescas com os acicates de um clima de calor.

E dessa violência à ordem natural provém que não temos o carnaval como devêramos tê-lo, o carnaval generalizado, carnaval unânime de uma população em peso, como sucede com o carnaval europeu durante o inverno. O que nós temos é a passeata de alguns heróis, geralmente vítimas lamentáveis do seu heroísmo, que realizam o milagre de ostentar um entusiasmo para o qual não lhes chegam as forças e, à beira dos préstitos folgazões, alegres por um milagre quase galvânico da vontade sobre a fibra inerte, a multidão, calada, pensativa, olhar acompanhando o *maillot*¹⁸⁷ sedutor das formas esbeltas que passam e que se contemplam com uma gana de lascívia mal compensada, uma multidão que olha apenas, que emudece, em soturno abatimento, e sua.

Quão diferente disso, o carnaval no inverno.

Com o frio, as reservas do vigor sadio, que faz a base da verdadeira alegria, guardam-se intactas. O entusiasmo da vida não se deixa exaurir em transpiração consumidora e deprimente. Concentradas pelo poder adstringente do frio, as forças aumentam pela união. No calor a longa premeditação instintiva, o antecipado ardor da futura alegria cansa logo para a alegria. No frio, a alegria é espontânea e inesperada; e, porque se não fatiga pela expectativa, é muito mais real e mais veemente.

E isto sem considerar que nada existe antissocial, exclusivista e anacorético¹⁸⁸ como o calor; quer dizer, nada desperta menos o desejo de companhia, o sentimento de comunhão com o seu semelhante, do que o calor.

O frio pelo contrário aconselha às criaturas o aconchego. E incontestavelmente o instinto de chegar-se é o princípio das sociedades, e sem a sociedade, sem a comunicação da alegria, a alegria não existe completamente.

¹⁸⁷ *Maillot*: do francês, significa “camisa”, roupa de banho.

¹⁸⁸ Anacorético: alusão a monges ou eremitãos cristãos que viviam em retiro e solidão.

Assim, se, por vantagem das disposições do indivíduo individualmente, o inverno é uma soberba condição de alegria, cresce de ponto essa importância quando se refere ao prazer em comum; à alegria fraternizada da multidão, como é o carnaval.

Em falta de um carnaval à vontade, em que a gente pudesse tomar parte, sem risco de congestões, nem receita de febres fatais, ou defluxos entisicantes, vamo-nos contentando com o que existe, que, para o fim de nos distrair das preocupações de um ano, sempre vale alguma coisa.

Há quem se sacrifique na grande fornalha... Vejamo-los, pois, arderem. Para que se alimente a fogueira colossal dos delírios de Momo¹⁸⁹, há quem concorra com a presença dos seus magros ossos e mesmo, se quiserem, com a de algumas rotundidades razoáveis de ádipo. Pois vejamos como dissoram banhas ao calor do tempo e como se torram ossos ao fogo do entusiasmo.

Eles se alegram ou pensam que se alegram; alegram-se ao mesmo tempo por nós. Os préstitos passam, os estandartes flamejam ao sol da tarde, ou fulguram à luz das chamas sulfurosas do fogo cambiante. Menos espetaculosamente, os grupos da ralé da folgança, dos foliões modestamente designados, sujos torvelinham em desordem, sacudindo bandeiras brancas de morim. Nos grandes préstimos há músicas que cantam e vozes que rouquejam e braços nus que se afadigam de enlaçar deidades, semibêbadas por combater a prostração do calor, e que pendem flácidas sobre esses braços como cachos maduros em uma alegoria de Baco¹⁹⁰. Nos grupos pobres há figuras humanas que se endemoninham em trejeitos fantásticos, como possessos do oriente. Através dessas extravagantes gatimanhas, tropeja a zabumbada infernal dos zé-pereiras.

Abençoados os que se cansam... Com as zabumbadas e com os trejeitos, com os enlaces e com as deidades em cacho, com as vozes rouquinhas e com as músicas, com as bandeiras de morim e com os estandartes luxuosos, nós que assistimos de longe e de fora, nós que vemos apenas o espetáculo desse espírito e ideia, promiscuamente, foliões entre foliões, e nos alegramos de ver e de assistir como se tomássemos parte... Tudo imaginação, podem dizer desdenhosamente os naturalistas da bambochata. Vá lá que o seja, e o é mesmo... Mas com a inefável vantagem de que eles é que se esfolam, os da realidade.

O povo bem percebe, na sua intuição esperta, que sempre é aproveitável o carnaval assim mesmo.

¹⁸⁹ Momo: personagem da mitologia grega, que simboliza o sarcasmo e a zombaria, se tornou um símbolo do carnaval.

¹⁹⁰ Baco: deus do vinho, simboliza a embriaguez.

Outra coisa não se pode julgar, pelos alvoroços em que o deixa, já não se fala a festa de loucuras, mas a simples aproximação dela.

Chamam-se dias enforcados os que medeiam entre dois feriados e que se inutilizam por isso para o trabalho. O ânimo público em honra ao carnaval vai estrangulando desde muito as vésperas da festa.

Assim é que com prejuízo da crônica tiveram sueto na semana toda preocupações enquanto não chegava a jornada dos guizos e pandeiretas.

Pouco importaram os últimos debates do Congresso, dos quais depende a sorte da Constituição, que é por sua vez a sorte prevista do País, espécie de *buena dicha*¹⁹¹ legislativa, que deve fixar o futuro político da nossa nacionalidade.

Falou-se que se projetavam reformas das reformas, que nos legou o espírito superior de Benjamin Constant e contestaram-se esses boatos. Pouco importaram os boatos, e pouco importaram as contestações.

Enquanto no movimento da praça a criação das empresas animava-se e multiplicava-se às maravilhas, os balcões de fornecimento de luxo estenderam-se esplêndidos por toda a parte; por toda parte, no salão do ex-*club* Beethoven¹⁹², nas salas do Cassino, em galerias particulares, nas galerias públicas da rua do Ouvidor, abriram-se exposições de bronze riquíssimos, de telas de preços especiais para a freguesia da vaidade ou da tolice, de móveis opulentos e tapeçarias... Pouco importou o movimento das empresas audaciosas e a correspondente florescência do luxo.

Publicaram-se notícias da celebração de um importantíssimo tratado, que se não interessa, como o célebre das Missões, à integridade do território nacional, prende-se organicamente o apreensivamente à questão da prosperidade das indústrias... Quem queria saber de indústrias e da respectiva prosperidade?

Só havia atenção para o carnaval, para o carnaval obsedante, para o carnaval iminente, para o carnaval que ora chega.

Bem-vindo seja, pois, o carnaval! E resumam estes votos a revista da semana.

Quanto ao tratado comercial é lastimável que tão distraída estivesse a opinião, que o deixou passar sem uma imediata explosão de revolta.

Bela coisa realmente o grande convênio comercial com os Estados Unidos do Norte.

¹⁹¹ *Buena Dicha*: sorte ou destino adivinhados em cartas ou nas linhas das mãos.

¹⁹² Clube Beethoven: criado em 1882, era um clube formado por intelectuais.

A economia política e financeira pode ter os seus arcanos, e as razões do americanismo podem ter o seu estudado e ponderosíssimo peso.

Sem americanismos, porém, e, sem finanças aprofundadas e sábias, quer-nos parecer que é um horror, que, no momento em que a lavoura nacional tende a libertar-se do terrível jugo das culturas únicas de café e da cana, as duas grandes empresas do braço escravo, cuja ductilidade deu lugar a semelhante lucrativo, é possível, mas aventureiro exclusivismo; quando, sobre as promessas do que hão de render mil indústrias agora iniciadas no País, se faz girar um fabuloso mundo de capitais e de esperanças - venham dar golpes da morte em todas essas indústrias criando uma concorrência impossível entre elas, nascentes apenas, e o mais poderoso centro industrial de mundo e isso em proveito unicamente da tal lavoura exclusiva e condenada¹⁹³ do café e da cana.

Vamos ver de que maneira comentam este tratado-suicídio os Srs. Industriais que andaram ainda não há muito a passear em marcha triunfal o protecionismo, levando em charola as medidas providenciais da última tarifa aduaneira.

A opinião pública, deixem o carnaval passar, temos fé que há de clamar em altos brados a sua reprovação.

Para a opinião, esse eterno menino terrível, se a hora do recreio distrai às vezes, não chega a prejudicar a oportunidade generosa da reflexão sobre as conveniências sacrificadas da Pátria.

Y.

Jornal do Comércio, 15 de fevereiro de 1891 (Edição 47)¹⁹⁴

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Como um rápido deslumbramento de cores e de luzes, como uma alucinação alegre de ruídos e vozes, o carnaval passou, fazendo-se suceder pela normalidade prudente, pacata e monótona do dia comum.

Com a volta das preocupações regulares da vida de cada um, nem por isso deixou de ficar a recordação dos dias animados do rito da folia, recordação meio feita da impressão viva do quadro de júbilo desses dias, meio feita de saudade por eles, como um desejo sem coragem de se formular expressamente, de que, em vez de três dias como são, fossem um mês inteiro, um ano, a vida toda, o delírio das existências, suspensas no sonho, quase inconcretas pela

¹⁹³ No jornal: condenado, no masculino. Adjetivo corrigido para o gênero feminino.

¹⁹⁴ Crônica publicada em colunas no meio da segunda página.

extravagância, irreais e fantásticas, tendo por único destino o prazer e o riso, por única manutenção a orgia e o brinde, por única luz, imenso fogo de bengala, que substituísse o sol nas alturas siderais e que iluminasse de clarões cambiantes a planeta, como uma perpétua noite carnavalesca, obrigada a dominó de princês, através da consumação dos séculos.

Não passa de uma cisma esse vago desejo. Mas é sempre agradável, na absorção da faina diária, poder um pobre mortal escravo do trabalho sustar por intervalos a atenção para divagar na lembrança, do quanto foram suaves esses dias da desorganização geral das conveniências, da volta a um magnífico estado primitivo de desrespeito e de livre prazer, que houve, ou que podia ter havido, antes da maçante invenção das praxes sociais e dos sisudos e insuportáveis deveres respectivos.

Excelente festa é o carnaval, que assim distrai dobradamente a imaginação popular.

Passa a primeira vez através da cidade. Clangor¹⁹⁵ de clarins, estrépito de cavalcadas trincando a calçada, o espetáculo presente da suntuosidade das procissões da loucura; de espaço a espaço, a gigajoga de um carro de ideia, solavancando brutalmente e sacudindo panos e sarrafos, como se os panos e sarrafos rissem das alusões caricatas que se erigem em cima.

Depois é a passagem do carnaval nas recordações. Esta segunda festa, este carnaval depois das Cinzas, esta *mi-carème*¹⁹⁶ da imaginação, tem até a vantagem sobre a primeira festa, de ser menos rude, entretendo igualmente. Diz-se que o melhor das festas é esperar por elas. Parece ao contrário que das festas o melhor é delas recordar-se. O novo carnaval não tem mais as fadigas, os apertões do primeiro, nem os riscos de ser pisado sob a cavalaria das guardas de honra, ou sob as guinadas dos carros alegóricos. Entretanto viaja-nos diante dos olhos, encantados, como a própria realidade, o turbilhão dos trajes de cetim e ouro, a aparição triunfal dos estandartes; e ao ouvido vive-nos o concerto das músicas, cheias de trinados metálicos, e o burburinho dos guizos, como na própria atmosfera da folia passada. Do Carnaval guardamos a reminiscência colorida e sonora, a saudade da alegria, para maior delícia e muito mais delicada, nos refolhos da memória, como se guarda no lenço a saudade mil vezes mais agradável de um perfume forte.

O tal tratado (ou convênio comercial, como insistem alguns para atenuar-lhe a gravidade) com os Estados Unidos do Norte, tem tido por aí o acatamento que merece. E, se desse pacto de desgraça não é permitido, por motivo de linguagem precisa, dizer tratado, é

¹⁹⁵ Clangor: som estridente.

¹⁹⁶ *mi-carème*: festa popular na qual as pessoas se fantasiam, geralmente ocorre na quinta-feira da terceira semana da Quaresma.

bem duvidoso que alguém, inclusive o governo, o deixe de reconhecer já positivamente maltratado.

O *meeting*¹⁹⁷ de indignação que devia representar na opinião popular o eco do semelhante conchavo internacional de ruína de uma nação, não se celebrou ainda. Mas parece que, mesmo sem essa manifestação solene, o governo da República em atenção às que têm havido não despertará saudades da monarquia, instituição onerosa que fosse, mas que dava folga suficiente às palpitações patrióticas do coração do mais patriota dos Chefes de Estado – tornando definitiva a desonra do Brasil com esse convênio de escravização.

Vem o diplomata americano, astuto e fino, e, em bons termos de embaçar papalvos, propõe ao Brasil:

– Tu te comprometes sob palavra a não ter indústrias, porque de tal modo abarrotarei os mercados com a produção de fancaria das minhas fábricas, que nem móveis, que já fabricas e melhores, nem banha de tempero que tens melhor que o meu indigesto sebo em lata poderás mais produzir...

E o Brasil aceita.

– Tu que tens comprometido tua palavra como protetor de toda espécie de produção industrial, te comprometes agora a carregar com o peso do desastre de todas essas empresas. Nem se trata de indústrias de apuro, que não poderias possuir com vantagem; mas de indústrias de produção fácil e de imenso consumo, que sem esforço poderás desenvolver, para o gasto do teu povo, emancipando-te do capricho caro dos ditadores do câmbio que fazem da importação cavalo de batalha. São essas indústrias mesmo cuja exploração queremos para nós em monopólio, com exclusão de tua própria concorrência, que não nos custará matar, com os preços baixos, até que, senhores do terreno, possamos apertar a cravelha...

E o Brasil aceita.

– Em compensação, nos comprometemos a te consumir muito mais café e açúcar, um horror de xícaras a mais, e tu, necessitado de empreender outras espécies de cultura, além da do café, que obriga a lavoura a um nomadismo perpétuo de trinta em trinta anos em busca de terras virgens, e que, dependendo de zonas especiais de território, não será nunca uma riqueza nacional, mas sempre uma causa perniciosa da desigualdade de recursos entre os teus diversos estados; e tu, que precisas de imigrantes, que vês como os colonos odeiam a cultura da cana, tu te obrigas a não cuidar de outra coisa senão produzir café e produzir açúcar...

E o Brasil aceita.

¹⁹⁷ *Meeting*: do inglês, significa “reunião”, “encontro” ou “comício”.

O *yankee*¹⁹⁸, esperto como o inglês para o comércio e industrial até a ferocidade, propõe-nos com jeito a supressão de todas as indústrias do País, impondo-nos em recíproca a servidão da gleba do cafezal e as galés da cultura bárbara da cana.

E o Brasil aceita!...

Não! Não cremos que se faça definitivo esse imenso holocausto de todas as esperanças as mais veementes, as mais santas de um povo no momento exatamente em que esse povo se agita para o progresso.

O deplorável convênio escorraçado por todos os votos da Nação, de toda maneira representados, refugia-se com desespero por detrás dos sofismas ardilosos que podem inventar os seus raros, mas atrevidos defensores, que tentam principalmente deslumbrar pelos funestos lucros que em princípio serão provavelmente promovidos, chegando a este respeito à perfeição de afirmar que o convênio vai até lesar interesses dos Estados Unidos do Norte. O patriotismo brasileiro há de, contudo, desalojar a argúcia dos seus abrigos traiçoeiros, para aniquilá-la como é preciso.

Inspirando-se em nunca assaz louvadas intenções, o Congresso Constituinte, que, a respeito do famoso convênio tem igualmente brilhado, diga-se de passagem, resolveu precisar na Constituição a absoluta não existência de comendadores nem titulares de nobreza na República Brasileira.

Acabando com a fidalguia artificial e meio arrebetada do Brasil, o Congresso andou muito bem.

Povo que somos de origem plebeia e novo ainda para ter grandes tradições de família, era extravagante a corte de nobres que entre nós passeava os seus brasões, nos tempos da monarquia.

Sem o a propósito hereditário das cruzadas, para razão de ser de superioridade social, os nossos candidatos a sangue azul por graça real apegavam-se aos cruzados que lhes enchiam as algibeiras; e com o recurso do níquel das moedas, conseguiam sem custo o que antigamente um pouco mais a sério se alcançava com o aço das espadas.

O resultado de tal facilidade foi a criação espontânea de uma aristocracia impossível, de casca grossa, privada naturalmente da distinção de pessoa e de costumes que a hereditariedade apura e aperfeiçoa na verdadeira aristocracia e não raro descambando, porque a razão do dinheiro para a fidalguia é muito precária, para o triste grotesco de carregarem uma coroa de fidalgo sobre uma caricatura de vilão, agravada pelo traço negro da penúria.

¹⁹⁸ *Yankee*: ianque, se refere ao norte-americano.

Extinguir uma coisa dessas é libertar a sociedade de um ridículo e tirar aos misantropos um argumento de justo desdém contra a humanidade.

Não vamos, porém, às cegas acompanhando os entusiasmos magnânicos de Georges Ohnet, que entende que não há nada execrando como um nobre e nada mais adorável do que um plebeu bem sujo.

De que aplaudimos a abolição dos títulos da nobreza da terra não se infere que somos infensos a toda espécie de aristocracia. A aristocracia é preciso existir como seleção social. Não é com certeza a aristocracia das cartas de nobreza; mas a aristocracia da educação cuidada e dos costumes aperfeiçoados, a aristocracia do caráter e do pundonor, aristocracia firmada principalmente na organização cuidadosa das famílias e das relações pessoais.

Sem os contatos da grosseria que o comum descuido da educação produz e institui como procedimento da massa, distancia-se um grupo social a quem incumbe, como obra de artistas, apurar na civilização, de uma parte, a civilidade e de outra parte, o civismo; marcar as normas da distinção pessoal que pode chegar até a heroicidade, interpretar o sentido da civilização nos sentimentos, nas maneiras e nas práticas da vida, e servir de exemplo e modelo à sociedade dos seus contemporâneos.

Esta aristocracia vê-se que é bem diversa da das comendas e dos baronatos e não vem de concessões privilegiadas de soberanos, mas da vontade individual, de um nobre esforço da altivez, da altivez, que é o esqueleto de apoio de todas as grandes qualidades morais. E esta aristocracia os povos, por mais liberais que sejam, devem timbrar em possuir e manter.

Não vá agora suceder que a abolição dos títulos e condecorações não passe da letra constitucional.

Também suponhamos, por força de lei do País, a Igreja separada do Estado e aí vem o código das continências estabelecendo todo um sistema de homenagens religiosas para o Exército Nacional quando os símbolos das religiões e a tropa tiverem encontro eventual.

A República, como todo o seu ateísmo, parece afinal que tem o seu medozinho de Deus Nosso Senhor. Já no discurso inicial de abertura do Congresso a coisa não se fez sem licença da Providência.

Agora são as continências militares.

É verdade que sobre estas referindo-se a religião, a República pode dizer como Voltaire, a respeito das suas relações com Deus, por motivo de se haver descoberto, ao passar o viático:

– Cumprimentamo-nos, mas não nos falamos.

E à República livre e pensadora não fica mal explicar que tem com a Divindade as mesmas relações que Voltaire.

Y.

Jornal do Comércio, 23 de fevereiro de 1891 (Edição 54)¹⁹⁹

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Vamos por uns tempos mal agourados, como se imaginavam outrora, quando certos e determinados signos antipáticos se mostravam no Zodíaco.

Do estrangeiro as notícias mais interessantes que nos chegam são notícias de desgraças; e os jornais vêm cheirando a sangue como papéis de embrulho de açougue, e raro é o dia em que o telégrafo maligno não nos visita com a novidade de uma porção mais ou menos considerável de horrores.

A Revolução do Porto, porque se teve notícia dela por inteiro de uma vez, não havendo os telegramas adiantado grande coisa quando comunicaram de além-mar o rumoroso sucesso, está na ordem do dia e com um êxito completo de sensação. As revoluções ou antes o *status-quo* de guerra civil das repúblicas hispano-americanas, sem causar a mesma impressão de noticiário, não deixam por isso de dominar com veemência ainda maior, no quadro de desventuras que por esse mundo além vemos desenrolar-se.

Enquanto a geografia pega fogo ao redor de nós, e só vemos, além do Prata e além dos Andes e além do Atlântico, erguerem-se fantasmas de terror trespassando os respectivos mantos, perpassar a capa preta ameaçadora das conspirações, embora comparando a nossa revolução com a revolução dos outros, reconheçamos que somos o povo mais feliz da terra, vemo-nos por nosso lado abarbadados com toda espécie de complicações.

Quando, por exemplo, volverão à praça os simpáticos zangões? Já a gente não podia passar sem sentir na cidade os zumbidos da colmeia da rua da Alfândega com prolongamentos para a rua Direita. E é incontestável que davam sua graça ao comércio, pesadão e burguês, aqueles fidalgos do lucro, à frescata no diletantismo de ouro de sua especialidade, atravessando as tentativas do negócio luzidios e brilhantes, de chapéu levíssimo de palha e peitilho à mostra rutilante e longa facha de cetim de *torero* sobre o peitilho, transpondo de pândega os passos vertiginosos da fortuna e triunfando, onde tanto empreendedor tenaz e vigoroso, esbofado, suarento e imundo de meter ombros à massa grosseira dos trabalhos, tem tombado em definitivo desalento.

¹⁹⁹ Crônica publicada em colunas no meio da segunda página.

Mas agora é inexplicável a reserva dos Srs. *Intermediários*, como hoje são chamados, com a maior elegância.

Foi decretado um imposto quase proibitivo sobre as transações da Bolsa. Quase proibitivo era um pouco demais. Surgiram as reclamações razoáveis e o governo, igualmente razoável nas suas boas intenções, deu satisfação aos protestos de desgosto e revogou quanto havia de excessivo nos impostos de decreto.

Esperava-se que com esta satisfação voltasse tudo aos seus eixos. Baixou, porém, a satisfação às justas representações, e tudo ficou tal qual se o governo houvera sido surdo.

Entenderam os Srs. mercadores de títulos que o decreto das sociedades anônimas deve ser todinho revogado, inclusive a cláusula de maior publicidade das condições de fundação das empresas?

Argumentam, sem dúvida, que o segredo é a alma do negócio, segundo a máxima comercial, e principalmente a alma dos negócios da Bolsa, como todos sabem. Mas é preciso concordar que a máxima do segredo, se é muito legítima quando o negócio versa sobre os nossos interesses, não é tanto assim, quando se trata dos interesses alheios. Daí, não sabemos se se usa considerar alheio o interesse dos acionistas.

Outra dificuldade com que se luta, a *grève* dos estivadores.

Ora aí estão grevistas aos quais sobre muito mais justificativa, do que aos simpáticos *boursiers*²⁰⁰.

Os banqueiros conspiram e nos arranjam um câmbio de arrancar couro e cabelo. Os negociantes, em *grève* de uma generalidade sem nome, levantam os preços do seu comércio até onde bem lhes parece.

Os alfaiates chegam a fazer uma proclamação em que nos intimam a elevação dos seus preços. À imitação dos alfaiates, os barbeiros, entendendo que igualmente, como classe armada, podiam impor em nome da navalha o que se havia imposto em nome da tesoura, resolvem não mais barbear a humanidade por menos de 300 réis. Toda essa violenta reforma na valorização dos objetos e do trabalho se impõe sem dificuldade e sem protesto se aceita.

Entretanto, vêm os pobres estivadores, eles que, na categoria comercial, representam o que há de mais humilde e de mais baixo, mas que emprestam sem metáfora os seus ombros como apoio robustíssimo e indispensável ao movimento comercial, que oferecem os seus braços como êmbolos pujantes ao que há de mais pesado e mais difícil na máquina colossal da mercancia; vêm e dizem: apreçamos um tanto a robustez dos nossos ombros, em tanto a

²⁰⁰ *Boursiers*: do francês, significa “bolsistas”, agentes da Bolsa de Valores.

pujança dos nossos braços... Oferecendo em tabela modesta um preço mais em conta para o suor que suam, e para a vida que exaurem, ao serviço dos outros, – e não acham quem lhes dê razão, e são acabrunhados sob o peso de uma tabela de pagamentos, que lhes cai em cima inexorável como uma fatalidade e esmagadora como o desabamento de um fardo.

O caso da Bolsa deu lugar a uma viravolta de opiniões muito curiosa de observar.

De primeiro havia um burburinho de oposição ao jogo vertiginoso dos títulos. “Ruína! Ruína!” É o que queriam estes inventores do dinheiro de papel, para eterna desgraça deste País! As declarações não impediam que muitos dos declamadores fossem *habitués do encilhamento* e dos mais gananciosos apostadores do condenado *sport*.

Depois do decreto visivelmente repressivo do governo, os clamores mudaram de tom. Então o governo que tinha o defeito de não proceder contra o jogo, o que queria²⁰¹ era entrar de queixo na batota, um governo de roletistas, um governo pulha de *barateiros*!

E os que mais se exacerbavam nas segundas invectivas eram os maiores murmuradores das primeiras censuras.

Há um instinto de maledicência na opinião, que só o que procura é saber o que há para julgar detestável. É preciso dizer mal. Quem não ataca de rijo começa por não ter critério e acaba por não ter coragem. E, como não parece bem dar bordoadas no que está por terra, toca a ver o que está de cima.

Estava de cima a Bolsa. Era um horror a jogatina. Ficou de cima a repressão. Passou a ser o governo um horror.

No fundo, o que é esse instinto é uma inveja indeterminada ao êxito. Quem vence e quem domina é meu inimigo, porque domina e vence. E os vencidos são muito simpáticos, porque não há que lhes invejar.

A compaixão pelos vencidos, o velho grito de misericórdia dos antigos combates, não passa de um disparate nas lutas da opinião. Se não fosse porque eles não precisam disso, era o caso de pedir antes – tenham pena dos que venceram.

Daudet lembrava um dia aos seus leitores: meus amigos não desprezeis nunca, e dava umas boas razões definindo quanto há de soez e tolo no desprezo. Mas os vencedores, se não se devem armar do desprezo contra a malignidade renitente da murmuração, devem-se armar de serenidade ativa e superior, muitíssima serenidade; porque, se há alguma coisa que convide ao pecado do desdém supremo, é a investida impertinente da maledicência, quando se lembra de criticar o alto, só porque tem o defeito de não estar embaixo.

²⁰¹ No jornal está “não proceder contra o jogo o queria era [...]”; sem “o que”, aqui acrescentado.

O Congresso tem quase finda a sua missão constituinte.

Quase, porque ainda faltam uns retoques de coerência, que devem cobrir falhas excessivamente visíveis na obra feita.

Com estas falhas e com outras que se hão de reconhecer depois, e que hão de exigir retificações, é incontestável que não andaram muito mal os congressistas na empresa de que se incumbiram...

Verdade é que não deram voto às mulheres.

Mas as mulheres o que precisam é de mais atenções, de mais proteção social, não é de mais direitos políticos.

O direito de voto com extensão às mulheres seria a instituição legal da *virago*²⁰², que é a mais feia das monstruosidades de que dá cópia a sociedade, ainda pior do que a extravagância oposta do *maricas*; porque o defeito deste está na insuficiência e o da virago está na demasia, e o mal por excesso sempre dá mais na vista. Viragos já basta que o sejam por necessidade de temperamento algumas respeitáveis sogras, que entendem tomar excessivamente a sério o seu papel.

Também o Congresso não deu aos estudantes maiores de 18 anos, nem de nenhuma outra idade.

Mas para que o voto aos estudantes? É preciso que a gente tenha tempo de ser moço e ser moço é poder fazer figas a tudo neste mundo, a começar pela política. Já em São Paulo, o jornal político da Academia matou a serenata. E todos sabem quanto perdeu a poética cidade dos estudantes, com a morte das guitarras. E o interessante é que os oradores dos *clubs* partidários, não oram hoje como cantavam antigamente os trovadores das orgias ao luar.

O voto aos estudantes seria a consagração desse descalabro na lei; seria a abolição dos verdes anos, alguma coisa como a revogação da primavera. Com a idade de 15 anos, de 18 que fosse, entrava-se em sinistra maioridade e adeus credores amáveis, adeus mesmo a risonha mesada, porque as divergências políticas paralisariam muita vez a munificência periódica dos cofres paternos. Era começar logo a vida da responsabilidade, a vida prática... Vida prática. As escolas sabem o sentido destas duas terríveis palavras na imaginação de quem ainda a tem ocupada pelo revoio das estrofes e pelo cantar das rimas.

Já bem pouco de moços têm os moços brasileiros que tão depressa cedem à preocupação melancólica da vida, para mais se agravar essa tendência de fraqueza, sobrecarregando-a com responsabilidades eleitorais.

²⁰² Virago: mulher de aspecto, inclinações sexuais e hábitos masculinos.

Nenhum mal faz que mesmo com perda para estatística dos círculos da cabala se vão deixando os estudantes à *estudiantina*.

Fez a sua festa esta semana o Vasques²⁰³ com o *Orfeu na roça*, o sempre lembrado sucesso da opereta de há vinte anos.

O querido artista brasileiro teve mais uma ocasião de medir o apreço com que o estima a plateia fluminense.

E não são demais todas as palmas que o festejam.

Vasques não é um profissional de teatro, mas um verdadeiro artista. A sinceridade do seu riso de artista de comédia vem em grande parte da satisfação de sua alma de artista contente.

Isto que se pode dizer de todos os bons artistas do grotesco, bem se percebe diante do Vasques, tão efusivo, tão fácil, tão de coração é o seu riso. É impossível que a alegria dos personagens que ele faz não guarde dentro o contentamento real de um coração.

E sabendo-se que nada entristece mais do que não conseguir em arte pode-se avaliar quanto significa, em honra do talento dele, esse elemento íntimo de alegria na comédia do Vasques.

Y.

*Já estavam escritas estas linhas quando se soube que se tinha resolvido a *grève* dos bolsistas, por sinal que com esta solução feliz o câmbio que, ia subindo, rodou outra vez.²⁰⁴

Jornal do Comércio, 1 de março de 1891 (Edição 60)²¹⁷

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Em vésperas de entrarmos na legalidade, segundo a frase corrente, ao dar-se fim ao regime da anarquia organizada, que outra coisa não são os governos revolucionários e que foi o que tivemos depois do 15 de novembro, tomamos um fartão²⁰⁵ de desordem.

Em vésperas da promulgação ordeira do pacto fundamental da República, como para se aproveitar um restinho de direito de barulho, deixado pela revolução, as famosas *grèves*, que constituíram o fato característico do tempo da ditadura, regalaram-se de nos incomodar.

²⁰³ Francisco Correia Vasques: ator e escritor brasileiro (1839-1892). *Orfeu na roça* foi sua maior peça.

²⁰⁴ Trecho escrito ao fim da crônica, após a assinatura do pseudônimo, o que leva a crer que seja uma nota da redação do periódico, não do autor, visto que a greve dos bolsistas teve fim em 22 de fevereiro de 1891.

²⁰⁵ Fartão: em excesso, abundante.

Para provar que não foram coisa nenhuma as *grèves* da bolsa e dos estivadores, o pessoal subalterno da estrada de ferro fez finca-pé contra o prosseguimento regular dos seus trabalhos.

Podem-se gabar de que souberam fazer a da hidra, com a mais escamosa e rabeante perfeição. Por um pouquinho que chegam às proporções da chamada *grève* dos carroceiros. Mas também uma *grève* como a tal dos senhores condutores de todo o gênero de transporte, uma *grève* de paralisia total como essa, espécie de beribéri entorpecedor nos órgãos de locomoção da sociedade, é bem provável que, mesmo aclimatado entre nós, o socialismo europeu, com toda a sua florescência vermelha de Luíças Michel, é bem provável que nunca mais tornemos a ver.

Se a *grève* na estrada de ferro não se pareceu em intensidade e vastidão de consequências, com a dos carneiros e cocheiros de há uns meses, foi-lhe muito semelhante na incontestável pobreza de motivos.

Não que não houvesse razão de desgostos da parte dos trabalhadores insurgidos. Mas as razões de queixa formuladas, conquanto graves, não estavam à altura de tão solene e tão violenta manifestação de coletividade.

Os nossos socialistas, uns socialistas aliás pacatos e transigentes com a ordem constituída, porque sejam talvez de recente formação, não conhecem a justa medida no manejo dos recursos que são as armas do partido.

Ao primeiro fato de opressão contra o qual querem lavrar protestos, vão logo lançando mão do recurso supremo da *grève*, a *ultima ratio*²⁰⁶, o expediente extremo das lutas industriais.

Que o recurso é eficaz não há negar; um tiro de peça, porque se destina a derribar torres couraçadas na guerra nem por isso deixa de matar um pássaro que acaso encontre na brutal trajetória. Mas ainda não está adotado em razão desta possibilidade o emprego dos canhões de campanha nas amenas partidas de caça, nem se pode inferir, da eficácia certa do recurso da *grève*, a sua constante propriedade nos conflitos do trabalho.

Antes da *grève* há uma infinidade de recursos, até mesmo quase desordeiros, que, sem a desorganização total de um serviço, se podem adotar e podem prevalecer. A organização dos operários em partido, como entre nós existe, pode aconselhar e facilitar com grande êxito estes expedientes.

Demais, é preciso não estragar a solenidade, nem cansar o grande recurso. Com este frequente emprego, a disciplina da revolta só tem que perder. Sem dúvida o operário que

²⁰⁶ *Ultima ratio*: expressão latina, significa “última razão” ou “último recurso”.

várias vezes foi convidado a *grève* por motivos somenos, é bem capaz, por ter fatigado os fôlegos da indignação, de não se sentir disposto a acompanhar a resistência em um caso sério.

Com o sistema das *grèves* fáceis, os nossos socialistas dão ideia de um desespero que realmente não os inspira.

Na Europa vá lá. Disputa-se a posse do planeta. A terra distribuída aos privilegiados da fortuna não chega para dar de comer a todos. Alguns têm de fazer cruz na boca, uma terrível cruz mais cruel do que todas as outras. E como não há mais esperança, recorre-se logo ao golpe final. É justo. A necessidade não tem paciência, a fome não tem meios termos, o desespero não tem reservas. Desde que a massa esfaimada e explorada pensa em mover-se, é para precipitar-se. Então, em um dia de negro furor, dia de ira sagrada, as fábricas, as minas temerosas vomitam um turbilhão de vingadores que vêm pedir contas aos ricos da sua riqueza e aos felizes de sua ventura. Como lhes é vedado o direito da representação, eles apelam para a violência da aparição. Como não podem propor, impõem-se. Não lhes sendo permitido erguer a fronte no abatimento da sua miséria, para meditar pouco a pouco uma melhora de condição na vida, eles, que, sem a embriaguez do tumulto unânime, não teriam coragem de tratar de si, arremessam-se em exército, transfigurados como espíritos do mal, satanizados pela erupção do velho desespero do seu coração, contra os interesses, contra o bem-estar, contra a própria vida daqueles, cuja prosperidade eles entendem ser feita da matéria-prima do seu sofrimento.

Então, os serviços cessam; as fábricas calam o rumor de ferro das suas máquinas; os vagões de transporte das vizinhanças das minas imobilizam-se nos trilhos; os elevadores cessam o vaivém lento e regular com que baixam ao fundo da terra, quotidianamente, como um quotidiano mergulho em um sepulcro, as turmas de operários. De dentro das cavas negras não vem o burburinho do trabalho, feito do cântico tristonho dos homens e do tilintar da ponta das picaretas. Tudo morto. E a destruição, e o incêndio, e a obstrução irremediável das galerias das minas consumam o aniquilamento do trabalho.

Quando não alcançam alguma pretensão que haja ocasionado a *grève*, os grevistas conseguem com ela, conseguem sempre e pelo menos a lesão grave das conveniências do capital, seu inimigo perpétuo e seu obsedante tirano, que folgam de ver ferido.

Mas, entre nós, não consta que já se tenha estabelecido o ódio tradicional do proletário, esse preconceito de classes secularmente sofredoras, ódio que seria aliás uma calúnia à nossa geografia, onde há espaço para a fartura consolada e repleta de todas as fomes

do velho mundo, onde há sol para confortar todos os tiritantes e agonizantes invernos da miséria europeia.

E com certeza, se não é por dar largas à expansão de semelhante ódio profundo e convicto, não se compreende que haja facilidade em fazer do prejuízo incalculável de sociedade represália imediata do menor desgosto da vida operária.

Promulgou-se a Constituição da República²⁰⁷. Já agora, diz Calino, se ela for violada não é porque não exista.

Promulgou-se. Mas é pena que tão importante episódio da vida nacional e o mais importante de todos os fatos que já registram e que porventura registrarão os anais da República, se tenha realizado sem a mínima cerimônia de gala. O tão significativo manifesto da vontade popular convinha, como a toda representação da soberania, algum esforço oficial de aparato. As exterioridades nada acrescentam à importância real das coisas, mas é dever de uma elementar compreensão do respeito concorrer para que as coisas respeitáveis se afigurem exteriormente solenes como o são no seu profundo sentido. A religião do respeito precisa concretizar-se, como toda espécie de religião, pela forma universalmente sensível do culto externo.

É do caráter do povo brasileiro uma desconsideração menos razoável pelas exterioridades.

O horror à *pose*, a preguiça talvez da *pose*, mas a despreocupação incontestável dela manifesta-se de mil maneiras em nossos costumes. A começar pelo pouco cuidado do trajar.

É raro perceber-se no modo de vestir do brasileiro a importância que geralmente, no estrangeiro, a gente educada afeta consagrar à própria pessoa.

Não vale a pena gastar tempo em arrebiques de apuro e alisamentos de correção diante do espelho, somente para apresentar-se bonito. Por felicidade, essa despreocupação de parecer estende-se até a constituição moral dos indivíduos e sirva de prova no momento a quota de caridade de proveniência recatadamente desconhecida, que a imprensa distribui. A mesma despreocupação nota-se até no gosto de falar mal dos próprios brasileiros, tão generalizado entre os nossos compatriotas, quando a vaidade nacional é um traço de pretensão tão comum entre os outros povos.

Esta preciosa qualidade, que nos faz honra é preciso dizer, e que devia impressionar os

²⁰⁷ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 24 de fevereiro de 1891. O periódico *Jornal do Comércio* publicou em 27 de fevereiro uma breve transcrição da sessão solene. CONGRESSO NACIONAL. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 fev. 1891.

críticos de costumes que nos visitam, muito mais simpaticamente do que impressionou a Ramalho Ortigão, por efeito de uma cegueira estranhamente prevenida precisa comeder-se diante dos riscos do exagero.

Ser e parecer são as condições complementares. O horror às aparências sem correspondências com a realidade interior induz ao esquecimento errôneo de que as aparências constituem naturalmente a manifestação, a representação, a expressão indispensável dos fatos e das qualidades.

Assim, nada mais natural do que estabelecer a justa proporção entre o esplendor de um fato a cuja natureza ligamos a mais alta importância e essa alta importância que o fato nos merece. Nada mais natural do que fazer proclamar a Constituição da República, investindo esse grande ato das circunstâncias excepcionais de solenidades que, de acordo com a sua elevada significação, deviam acompanhar.

[...] ²⁰⁸ pronunciou-se durante a assembleia a declaração da promulgação, o silêncio imponente da sala, a imobilidade respeitosa dos presentes, de pé os representantes, de pé a multidão das galerias, de pé as senhoras nas tribunas especiais, a meia ansiedade em que sentiam todos os espíritos como se pesasse demais a grandeza do momento, foram característicos precisos e majestosos de um sucesso soleníssimo.

Não se pode fixar na escrita a majestade suprema daqueles rápidos minutos, em que como que todos sentiam presente a aparição sagrada da Pátria, testemunha tremenda do grande ato legislativo.

Mas isto que se passou no Congresso e que foi simplesmente a imediata impressão moral do imponente sentido da promulgação, não teve continuação fora do recinto, diante dos olhos do grande povo como era preciso.

E porque depois aconteceu haver a solenização rumorosa da subida do Presidente da República, deu-se a irregularidade de, por pouco caso de aparências, mentir-se ao povo, apresentando-lhe como coisa de maior importância a exaltação efêmera de um homem, do que o mais solene enunciado da consciência legislativa da nação.

Y.

²⁰⁸ O trecho suprimido (marcado com [...]) está ilegível tanto na versão disponível na Hemeroteca Digital quanto na versão do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP - Assis). No volume IX (Crônicas 4) de *Obras de Raul Pompeia* (1983), Afrânio Coutinho também suprimiu os trechos.

Jornal do Comércio, 9 de março de 1891 (Edição 68)²⁰⁹

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Os argentinos devem estar exultando a estas horas.

Não que lhes corram muito felizes os negócios. Pelo contrário. As condições financeiras em que se debatem, que todos os dias se supõe o extremo dos extremos na extensão da ruína, acham maneira todos os dias de piorar ainda mais. Cada dia rebenta-lhes uma revoluçãozinha em um canto da república, como furúnculos sucessivos, no corpo de um indivíduo de mau sangue.

Não há meio de reaver dos particulares as armas distribuídas durante a última colisão militar de Buenos Aires. Dir-se-ia que cada homem ali, ignorando as conveniências elementares de paz, vive na premeditação permanente de um combate, outro *bautismo del niño*²¹⁰ como dizia a União Cívica, de um combate indispensável, como se a vida dos outros fosse o único obstáculo ao bem-estar da própria vida. Para cúmulo, as tropas chilenas invadem-lhes o território nacional e vão fazendo fogo a torto e a direito contra os pacíficos moradores das fronteiras.

Mas a natureza tem compensações generosas para todos, e, neste momento que devia ser de mágoas para o Prata, o Prata pode saber que temos aqui, no Rio de Janeiro, trinta casos por dia de *amarilla*²¹¹! Trinta casos, vejam lá!

Que bela campanha de descrédito para *el Brasil* pestilencial não vale essa adorável cifra!

Não admira, porém, que os amáveis vizinhos precisando de imigração façam votos por ver diminuída a cota do desfalque que na estatística das entradas lhes possamos causar. Se até aqui se faz empenho em afastar, com todos os espantelhos, a corrente imigratória que promete estabelecer-se para o nosso País.

Outro plano não denunciam os funcionários do serviço especial de imigrantes que, convencidos de uma missão que é inteiramente oposta ao que lhes cumpre fazer, timbram em perpetuar o espetáculo de abandono dos colonos recém-chegados, um velho escândalo, que se torna maior com as pretensões de regeneração que decoram a atualidade.

Não há mais clamores que aproveitem a este respeito. Ostentando-se às vistas de todo o mundo, numa das praças mais frequentadas da cidade, frequentada principalmente por

²⁰⁹ A publicação retorna ao rodapé do periódico.

²¹⁰ *Bautismo del niño*: do espanhol, significa “batismo da criança”.

²¹¹ *Amarilla*: do espanhol, “amarelo”; autor utiliza para se referir à febre amarela.

viajantes, a quem se devia poupar aliás um espetáculo tão lamentavelmente vergonhoso, todas as vezes que os grupos de imigrantes ao desamparo aparecem ali, em acampamento ao ar livre, a cidade revolta-se, a imprensa protesta. É bastante, porém, que cresça um pouco mais o movimento imigratório para que no mesmo ponto, como locação demarcada, ali mesmo sob as janelas do Ministério da Agricultura o irremediável escândalo do ostentoso abandono dos recém-chegados se reproduza.

Nos tempos da Monarquia explicava-se a vergonha pela desorganização das coisas num regime que se dissolvia. A República devia acudir à reprodução da mesma vergonha para que se não dissesse agora explicada por um regime que não tem jeito para instituir-se.

A civilização, menoscabada nos quadros vivos de miséria de grande encenação no Largo do Paço, não tem felizmente que se lastimar, com a solução do último caso de duelo que abrilhantou de romanesco as colunas prosaicas dos noticiários.

O Brasil, nação americana, dispensado por essa qualidade de se filiar às tradições de preconceito do Velho Mundo, tem-se mostrado, apesar disso, com tendências para a adoção do costume medieval dos combates singulares.

O episódio de capa e espada, vulgarmente chamado duelo, realiza-se entre nós com o infalível malogro das intenções trágicas que leva. Mas, tantas vezes se vai repetindo que bem se pode transformar em uso irresistível, principiamente se vier afinal, como deve vir, algum desenlace grave, comunicar à instituição (*instituenda*²¹² por ora) o caráter da seriedade que lhe falta.

Para prevenir a instalação dessa inútil flor de retórica da espada, desse enfático e obsoleto tropo de bravura selvagem no comércio das nossas relações sociais, foi muito bom que a promotoria pública lembrasse que a justiça, pouco romântica de temperamento, não entende que o código do duelo seja a revogação do código penal.

Nenhuma cominação grave, estamos certos, ameaça os cavalheiros comprometidos, mesmo porque só se excederam da linha de prudência que a civilização rigorosamente impõe, aqueles que no conflito não podiam proceder de outro modo, desde que a coisa estava armada. Mas fica já demonstrado pela ação da lei e incisivamente acentuado pela elevada condição social dos alcançados pela justiça, que a simples tentativa, a própria platônica tentativa do duelo é considerada crime, sendo como tal perseguição.

E perseguir as tentativas é o que é verdadeiramente preciso entre nós, antes que os duelos consumados sejam o verdadeiro mal e para que as tentativas em verdadeiro mal não se tornem.

²¹² *Instituenda*: do latim, significa “instituto”; na crônica expressa “em fase de constituição”.

Discutiu-se a questão do uso dos títulos e condecorações, depois da abolição das condecorações e dos títulos.

Não nos parece isto assunto de razoáveis preocupações *máxime* sob o regime da liberdade republicana. Matéria de gosto, quando daí não resulta prejuízo para terceiro, não se discute. Contestar o direito de usar um título aristocrático ou uma comenda, sem nenhuma regalia inerente a esse uso, é como negar que é lícito o uso da casaca aristocrática das cerimônias como traje constante. O mais que podemos julgar semelhante capricho é uma extravagância.

Até as próprias veneras, os símbolos de ourivesaria das distinções nobilitantes, podiam muito bem continuar em uso. Porventura não há chapéus fora da moda? Seriam simples adornos, como os alfinetes de gravata, somente um pouco sem gosto e carnavalescos pelo tamanho exagerado²¹³ e pela esquisitice da forma.

Quanto aos títulos ainda o caso é mais simples; por que então, no caso de serem adotados, *Marquês* junto dos nomes de família, seria a mesma coisa que *Marques*.

Declina o sol de ouro dos belos dias da bolsa.

Parece que começou a declinar do trópico o astro das maravilhas, porque já não se descortinam as paisagens refulgentes do mesmo brilho faiscante²¹⁴ do soberbo verão.

A princípio, o panorama era o deslumbramento. Sob os reflexos fulvos da luz da prosperidade, parecia brotar o mundo lendário de Golconda²¹⁵. A aurora, dando razão ao seu nome, era um pretexto para se fazer o céu uma abóbada dourada e opulentar-se a manhã de floresta de ouro, refluindo de flores de ouro e ramalhando-se sobre torrentes do precioso metal em líquido. Ao meio dia, sob a luz desiludida do zênite sem refração, percebia-se que as aparências da aurora não tinham sido aparências, que a luz aurífera do amanhecer, infiltrando-se na porosidade dos troncos, pelos estômatas das folhas, revestindo os rochedos, fluindo através da limpa corrente, insinuando-se sob a relva, substituirá realmente a natureza das coisas por um processo maravilhoso de invasão molecular. E os troncos eram metálicos preciosamente e os ramos metálicos também de têmpera flexível e a água dos rios, por pouco que demorassem a correnteza, coagulavam-se em ouro, e os rochedos afetavam formas caprichosas de bustos de ouro de rudes perfis, e o chão, como revestido de uma incrível cristalização da luz matinal, era feito de sutilíssima poeira de ouro. Toda a ilusão da manhã reconhecia-se presente e palpável. A aurora fora realmente de ouro.

²¹³ No jornal, está “tamanho exarado”, aqui corrigido para exagerado.

²¹⁴ No jornal, está “faiscantes” no plural, aqui corrigido para o singular.

²¹⁵ Golconda: região da Índia, antiga capital do Reinado. Era muito próspera e repleta de lendas.

A tarde era novamente o brilho da luz dourada, à semelhança da manhã; mas então a ilusão do ouro dos raios rasteiros do sol vinha apenas perder-se sobre a realidade do ouro do universo transformado.

Então todos eram ricos, e bastava inclinar-se e colher um pouco da poeira lúcida do solo para ter nas mãos uma fortuna.

Agora já não é tanto.

O astro mágico não realiza tão facilmente o milagre luminoso da aurização.

Pensam alguns que é o inverno que vem. De fato, as andorinhas vão fugindo. Em todo caso não é inteiramente para desesperar o momento.

E assim como uma andorinha apenas que chega não faz verão, algumas que partem não devem ser necessariamente o inverno.

Talvez por não ter apanhado o bom tempo do dinheiro fácil, teve de naufragar a Companhia Lírica²¹⁶.

A breve existência entre nós dessa corporação de artistas não foi, sem dúvida, um seguimento de vitórias, o que aliás não quer dizer que elas houvessem enganado o público, prometendo sucessos superiores ao que podiam conseguir. Grata recordação guardaremos, todavia, desses iniciadores de arte que ousaram montar duas óperas líricas de autores brasileiros que não se anunciavam com a reputação de chamariz de Carlos Gomes²¹⁷, dando-nos assim ensejo de conhecer e de aplaudir duas brilhantes organizações artísticas como possuem por honra da arte entre nós os autores da *Carmosina* e do *Bug Jargal*²¹⁸.

Todo o sucesso que podia ter feito a companhia lírica no mundo teatral, fê-lo a *dança do ventre*, o *clou*²¹⁹ da reorganização do Eldorado.

Sucesso de exotismo, queremos crer, muito mais digno do que o de outros bailados de teatro por aí, que fazem a delícia de muita gente e em que não é o ventre que principalmente figura, antes pelo contrário, como se dizia noutro tempo.

A dança do ventre é o que há de mais estranho. Não tem obscenidade, pela violência de que dá ideia, como um torcido exercício ginástico, e não tem lascívia, pela horrível impressão de desagrado que produz.

²¹⁶ Companhia Lírica: grupo artístico formado no Rio de Janeiro.

²¹⁷ Antônio Carlos Gomes: compositor brasileiro (1836-1896). Autor de inúmeras óperas de renome, como *II Guarani* (1870) e *Condor* (1891).

²¹⁸ *Carmosina*: ópera de João Gomes de Araújo, teve uma boa recepção do público em 1891; *Bug-Jargal*: ópera de José Candido de Gama Malcher, também apresentada em 1891.

²¹⁹ *Clou*: do francês, ideia de maior atrativo, ponto principal.

Imagine quem não a viu que pode ser um corpo de mulher apenas modificando-se em lentas posturas de bailado, relativamente quase imóvel, imóvel o busto, imóveis os joelhos, imóveis mesmo os quadris, e, no centro desta imobilidade geral, um pequeno ventre bem feito, cingido em um *maillot* vermelho, que se prende a bombachas flutuantes de bailadeira²²⁰, um ventre que se resolve em todas as contorções possíveis, de um lado para outro, para cima e para baixo, rechupando-se para a espinha e distendendo-se como a estourar, girando por fim ao redor do próprio umbigo em uma espantosa gravitação; imaginem um saco de serpentes em fúria, imaginem um tétano infernal do abdômen, o vólculo, a convulsão, a cólica *miserere*²²¹, toda a revolta das entranhas da fábula romana do Menênio Agripa²²²; imaginem isso feito dança do ventre ao compasso de tambores e pratos que imitam *tam-tam*. – É isso a *dança do ventre*.

A artista que fez a dança do ventre é graciosa e extremamente simpática. Dança com certo recato no semblante o que a devia fazer ainda mais simpática. Na dança do ventre, a pobre artista horroriza. Ninguém lhe vê mais o rosto, nem as proporções graciosas, disfarçadas, aliás, em largas roupagens indianas. Distingue-se apenas aquele centro de horríveis movimentos que mais espantam como uma crise patológica na região média do corpo do que atraem como um ritmo coreográfico.

Haverá quem lhe repugne a dança do ventre pelo que tem de indecente, mas a verdadeira coisa que semelhante invenção da fantasia semibárbara de Oriente faz sentir a quem a presencia, não é absolutamente vergonha, é o incômodo de um aflitivo espetáculo.

Y.

Jornal do Comércio, 16 de março de 1891 (Edição 75)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

A política é quase exclusivamente a ordem do dia.

A coisa vai a ponto de até não se falar nas vacas magras que fazem o seu tempo lá para as bandas da Bolsa, e que enchem os ares com os mugidos plangentes de uma crise de fome quase em superlativo de desespero.

²²⁰ Bailadeira: palavra ilegível no jornal, optou-se pelo uso de bailadeira.

²²¹ *Miserere*: expressão latina, expressa um lamento doloroso, um pedido de clemência. Significa também uma dança composta por palavras de um salmo do Antigo Testamento.

²²² Menênio Agripa: político romano (477 a.C. - 476 a.C.). Escreveu uma fábula sobre o corpo humano e seu funcionamento.

Sabe-se talvez que não tardará muito a abundância de uma emissão farta e generosa, e que, ao pasto da prosperidade, fácil será o macilento gado mugidor e faminto volver à feição primitiva das formas redondas, sumindo-se logo, sob a formação rápida de belas espessuras de banha e carnes gordas, as nodosas apófises que lhes tentam furar o couro.

E por isso, preocupadas por embaraços muito mais difíceis de resolver, as atenções convergem para o assunto político.

Embaraços realmente difíceis, não há dissimular.

Nos estados, como se avizinha a época das eleições que devem servir de base à sua respectiva organização, os interessados saem a campo em combates preparatórios em que se vão aguerrindo para a batalha definitiva. E, como depois da revolução desmancharam-se os velhos partidos e foram rasgados ao vento os programas que serviam de base, ou que se diziam servir de base às antigas opiniões, é difícil imaginar um quadro de emaranhamento e confusão semelhante ao dessas lutas, em que nem as simpatias pessoais podem servir de critério porque, mesmo, ninguém sabe perfeitamente com quem deve simpatizar.

No grande centro federal reina confusão maior ainda, se é possível, o que é um mal terrível, porque, quando a coordenação dos movimentos se perpetua apenas nas extremidades, o corpo fica, se tanto, maneta ou capenga, mas, desde que o mal da desorganização afeta gravemente a cabeça, então lá se vai tudo quanto pode rodar no tristíssimo e rotativo diagnóstico – *gira*²²³.

Não será ainda para que se suponha patologicamente comprometido pela mixórdia o centro pensante da política nacional; mas o que existe de embrulhado na luta das opiniões da atualidade, já dá para pôr doido a quem quer que pense em analisá-la e compreendê-la.

Felizmente vão-se realizando, aqui e nos estados, reuniões políticas de livre discussão, e se prometem programas que especifiquem claramente ideias e aspirações.

Estas reuniões são como escolas, e esses programas serão como compêndios, onde se poderá ao menos aprender a quantas anda.

A reunião aqui havida, principalmente, promete-nos o imenso serviço público de explicar que espécie de situação é atual, em que parece que a República, com medo de si própria, deu para andar para trás, votando guerra mesmo a certas inocentes exterioridades, que, entretanto, a caracterizavam, e que só tinham o defeito de irritar indivíduos cuja irritação para a democracia é, como se diz do espirro dos bodes, anúncio de bom tempo.

²²³ Gira: designação vulgar para louco ou desequilibrado.

A estas horas, por exemplo, corre sério risco de existência o famoso *saúde e fraternidade*, que com o seu sal de positivismo nos papéis oficiais, tem feito o desespero de muita gente.

Vão provavelmente argumentar a abolição da fórmula, pelo motivo, aliás aceitável, de que tanto desejo de saúde, em documentos públicos, não prova muito a favor dos créditos de salubridade que se pretendem firmar para o País.

Motivo queríamos ver quais daria o ilustre ministro da Marinha para o Senado, se se não houvesse negado a vender o Riachuelo²²⁴ a uns ingleses que o vieram comprar para o Sr. Balmaceda²²⁵, do Chile.

Era o caso da guarnição do nosso soberbo vaso de guerra recusar-se a entregá-lo e resistir ao próprio governo que resolvesse tão insensato desmembramento das nossas forças navais.

E para que se havia de levar avante esse odioso sacrifício?

Para auxiliar o mais escandaloso bandido da história americana dos últimos tempos, o bárbaro parricida da própria pátria, que, por um capricho pessoal, bem servido pela mais atroz ausência de sentimentos humanos, resolveu assaltar o Chile, em plena prosperidade, e transformá-lo de um dia para o outro, por meio de uma revolução sem nome, em um horroroso campo de morticínios.

O Chile ainda não há muito saudava-nos pelo advento da forma republicana entre nós, convencido de que raiava uma aurora de franca felicidade para o povo brasileiro. Nós, agora, correspondendo à demonstração fraternal da generosa e infeliz nação do Pacífico, facilitávamos, ao governo tirânico que a vítima, o meio de sair para as águas livres do mar, e escapar-se ao miserável constrangimento com que ao menos o castiga a esquadra chilena, que o deixa em terra impedido e impotente na sua fúria como um chaveco de piratas encalhado, que de algum modo lhe prende à terra os movimentos, como a um grilheta.

E que temos nós que intervir direta ou indiretamente nos negócios das outras Nações? Já não foi pouco deixar-nos organizar-se e partir o famoso batalhão patriótico, com o seu comandante à frente.

Este caso militar degenerou na mais tranquila bucólica, reduzindo-se afinal as fúrias mavórcias dos que partiram ao mister de pacífica lavoura em terras de África, por conselho do governo português. Viram-se na necessidade de ficar errantes e ociosos pelas ruas de Lisboa os que não quiseram seguir para o continente negro, somente para afrontar mosquitos e

²²⁴ Encouraçado Riachuelo: uma das principais embarcações da Armada Imperial Brasileira.

²²⁵ José Manuel E. Balmaceda Fernandez: político chileno (1840-1891).

cultivar a terra nas horas vagas, quando o que lhes fervia o peito era a sede do sangue inglês. O bravo comandante da legião patriótica a quem igualmente não sorria esse obscuro destino de Cincinato *in partibus*²²⁶, voltou pacificamente a trazer-nos a sua amável convivência.

Mas imaginem que responsabilidade odiosa nos pesaria perante a Inglaterra e perante o mundo, se o Sr. Mercier dir-se-ia o Sr. Gedeão, com os seus trezentos, consegue invadir a África triunfalmente e sacudir a supremacia inglesa; se consegue heroicamente, em vez das plantações modestas a que muitos dos seus bravos foram destinados, ir plantando o pendão da vitória desde o Senegal até a região dos lagos e dos lagos até o litoral do Oriente; se consegue, depois dos ingleses afogados nas águas pútridas do Tchad, atirar os alemães da África ao mar das Índias; se consegue, forte e valoroso, escarnecer de todos os planos e das resoluções invasoras do governo britânico e da conferência de Berlim...

Almas generosas promovem uma subscrição em favor das famílias desamparadas dos revolucionários do Porto e em favor daqueles mesmos que figuraram no grave tumulto militar e que se acham, depois da sua derrota, nas mais precárias condições, lutando com a fome e com as perseguições da justiça portuguesa.

Abençoada ideia. Não há vítimas mais simpáticas do que os revolucionários políticos vencidos. Valem a expressão mais completa e comovente da dedicação a um ideal. E pela abnegação com que os homens se consagram a um ideal qualquer é que se pode medir a verdadeira superioridade dos homens.

Caíram. Seu único crime é não haverem triunfado. Vencedores, toda a nação que agora assiste à sua humilhação de derrotados, se congratularia para festejá-los como heróis. Quantos daqueles que agora em Portugal ardentemente se alvoraçam, reclamando contra os revoltos a severidade d'El Rei, não se acercariam do triunfo, não dariam junto deles magníficos exemplares do bem conhecido adesismo, se caso a insurreição do Porto houvera triunfado, alargando-se como se esperava, por toda a extensão do velho reino?

Mas foram vencidos. E a derrota é uma espécie de juízo de Deus pesando dolorosamente sobre aqueles que fazem revoluções. Agora pagam como celerados a culpa do seu heroísmo.

Nós, amigos e estranhos à luta em que eles foram vencidos, é que não podemos ceder sem mais nem menos a esse cruel *verdictum* da sorte. Ao contrário, contemplando-os sem

²²⁶ Cincinato foi um general e ditador romano. A expressão latina "*in partibus (infidelium)*" – nas regiões (ocupadas pelos infiéis); diz-se hoje de bispos sem jurisdição ou ministros ou políticos sem funções, mas que ostentam os respectivos títulos como honraria. Cincinato declinou de honrarias e poder para viver pacatamente no campo.

suspeição, insurgimos contra isso a revolta da nossa compaixão e tentamos contradizer com toda a possível clareza a sentença da fatalidade.

A subscrição, ora promovida em favor dos prejudicados do desastroso movimento insurrecional, é a caridosa fórmula do nosso protesto de estranhos e de compadecidos.

Somente achamos pouco.

As vítimas da chamada revolução do Porto não se contam somente entre os vencidos; contam-se também entre os vencedores.

Houve os heróis da dedicação a um ideal; mas houve heróis também da obediência legal e do amor à ordem, heróis que passaram pelos mesmos transe que os outros.

Destes, os que sobreviveram acham-se agora ao alcance da munificência do seu soberano por quem se bateram e de quem saberão atrair as recompensas.

Mas muitos sucumbiram, e, privadas do apoio que lhes valia, suas famílias, viúvas e órfãos, pais decrepitos, irmãs indefesas, ficaram condenados à sorte de todos os abandonados no mundo. A generosidade e gratidão dos poderosos que foram causa de sua desgraça ir lhes á em auxílio; mas nem esse socorro pode bastar, porque nunca são suficientes as esmolas, nem talvez os infelizes consigam todos se fazer lembrados do reconhecimento oficial.

Para aumentar a soma de recursos da proteção de que esses infelizes têm necessidade, e para que mais completamente fosse socorrida a multidão dos necessitados, proporíamos que, junto da subscrição para as vítimas da derrota, se abrisse outra subscrição para as vítimas da vitória.

Assim atestar-se-ia até a isenção que inspira o movimento de piedade para com os infelizes vencidos do Porto.

Não haveria lugar a suscitar-se a dúvida já sugerida da significação política dessas esmolas, desde que com elas, destinadas às vítimas da revolução, seguisse ao mesmo tempo um óbulo²²⁷ de beneficência destinado às vítimas da contrarrevolução.

Se não houvéramos tanto chamado para além-mar a atenção da filantropia brasileira, lembraríamos, neste capítulo de caridade, pobrezinhos nossos. Também por aqui há quem sofra e necessite.

Lembraríamos aos nossos corações bem formados o modesto, mas esperançoso *Asilo D. Bernardina Azeredo*.

²²⁷ Óbulo: pequena contribuição, esmola.

É uma instituição modestíssima. Quer dizer, não dispõe de recursos para avultar consideravelmente e dar na vista como uma grande casa de caridade: mas é por isso mesmo muito mais digna dos cuidados das almas generosas.

Ceder-lhe esmolas não é aquela certeza, que anima por aí tantos feitos de filantropia – de ter o nome coroadado de grandes epítetos louvadores, em suntuosos relatórios anuais de diretoria. Mas, quanto mais esquecido e disfarçado pode ser um ato de caridade, tanto mais convidativo ele é.

O *Asilo D. Bernardina Azeredo* é ainda um projeto de instituição filantrópica, não é bem uma instituição com as suas vinte criancinhas apenas, embora tão carinhosamente acolhidas pelo bondoso iniciador desse projeto. Aqueles, porém, que agora o favorecem aproveitam uma ocasião magnífica de serem bons e caritativos. Em relação àquela choupana insignificante, erguida à praia do imenso oceano dos infortúnios, para socorro dos pequeninos náufragos a quem as ondas do pélago negro são tão adversas, qualquer favor que se lhe facilite não pode ser uma ostentação. Auxiliá-lo é como o desinteresse santo de quem desprende na selva erma a avezinha que se debatia ansiada na armadilha, e, tendo por única testemunha o próprio coração comovido, a vê partir alegre através das árvores verdes.

Houve tanto alvoroço para a fundação das *creches*.

Antes de produzir fruto aproveitável, todo o entusiasmo passou, entusiasmo aliás que fez correr rios de lágrimas, com a eloquência da sua retórica emocional.

Para explicar esse fiasco, os iniciadores *manqués*²²⁸ poderiam dizer que estavam prontos a auxiliar a criação desses retiros de proteção às crianças desgraçadas, mas precisavam de alguém bastante ativo que se dedicasse a certos pequeninos mil cuidados que são o que há de mais prático nas iniciações e para os quais mui raro se encontra gente disposta.

Por faltar esse precioso operário não se lançaram os alicerces da caridosa fundação, sobre os quais a construção do grande edifício não custaria muito.

Pois o *Asilo D. Bernardina Azeredo* é o resultado da atividade espontânea de um desses trabalhadores excepcionais. Ao menos aqueles que, para levarem avante a ideia das creches, só esperavam que o primeiro passo fosse dado, devem acudir em seu auxílio, como ao primeiro e mais difícil esforço já vencido da nobilíssima empresa com que em tempo se ocuparam e que já não precisa agora, senão de que a façam desenvolver-se.

Y.

²²⁸ Manqués: vem do francês “*manqué*”, que significa falhado; mal acabado.

Jornal do Comércio, 23 de março de 1891 (Edição 82)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Semana pitoresca a última, semana de se recolher dia por dia ao memorando dos cronistas.

A *ocorrência diversa*²²⁹, o delicioso acepipe dos devoradores de noticiário reinou avassalante como um romance sensacional dos mais caprichosos episódios. Os mais extravagantes sucessos foram acontecendo uns após os outros, todos montados a capricho, como um dramalhão tragicômico por conta de uma opulenta sociedade anônima de teatros.

Começou pela mais incontestavelmente teatral de todas as ocorrências, o conflito no Apolo²³⁰ e prolongou-se por uma variedade de outros casos que em nada desmerecem do primeiro.

Foi assim que, depois do rolo do Apolo, uma soberba peça extra bastidores em que, conta a imprensa, apareceu e fez bravuras o armamento fantástico das guardas de honra de opereta, veio a notícia de outro sarilho em que os figurantes, que, a respeito de lesões de proveniência térmica em barulhos, não deviam conhecer mais que o lendário *banho de fumaça*²³¹ dos tempos da capoeiragem, ficaram sabendo para quanto vale como arma de guerra uma ducha de café fervendo ou um borrifo de leite a cento e cinquenta graus, ou um emplasto cáustico de mingau; veio o horrível assassinato da rua do Hospício; mil coisas, qual mais extraordinária e mais impressionante, até o singular desastre de um major, instrutor de cavalaria, fuzilado durante um exercício de fogo.

O caso do teatro Apolo é sugestivo.

Estávamos quase a inocentar todas as desordens sob a condição de se apresentarem assim pitorescas e fantasistas. E não louvamos a autoridade que compareceu a reprimir esse conflito, com tão exagerada severidade que foi adiado o espetáculo da noite, senão provando-se que, com o seu procedimento, o delegado em serviço apenas quis significar que, depois do variado espetáculo do jardim, mais alguma coisa em cena seria espetáculo demais.

É preciso confessar que tinha que ver uma bernarda, renhida de espadões arcaicos de mágica e lanças de soldadesca dos príncipes encantados, e a pancadaria fervendo entre

²²⁹ Ocorrência diversa: o autor traduz a expressão francesa *fait divers*, que designa uma modalidade de texto jornalístico; significa fatos diversos.

²³⁰ Conflito do Teatro Apolo: Discussão ocorrida na entrada do espetáculo, por “versões contraditórias”. O espetáculo foi impedido pelas autoridades devido a perturbação da ordem.
A POLÍCIA NO APOLO. *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 mar. 1891.

²³¹ Banho de fumaça: gíria da capoeira para derrubar o adversário.

personagens maravilhosos e comparsas, com a mesma convicção e vivacidade com que se sucedem os lances nas peças de grande espetáculo.

Os noticiaristas não disseram se estavam vestidos a caráter os que tomaram parte neste interessante *lever de rideau*²³², ao qual tiveram o pouco espírito de impedir que se seguisse um espetáculo de boas gargalhadas.

Se se tivesse travado o sarceiro a caráter, a casa teria sido muito melhor.

Nestes tempos de abatimento da fantasia humana e de insaciedade a respeito de impressões, chega-se a pensar em um regime policial decadente, daqui a vários fins de século, que, por haver desaparecido o teatro diante de um bocejo unânime de todas as plateias, declarará, fora de culpa e, pelo contrário, de saudáveis consequências sociais, como distração pública, toda e qualquer desordem mais ou menos grave, cujos compartícipes se lembrem de previamente enfronhar-se em roupagens de fantasia, e cujas lesões e traumatismos se façam ou se provem ser feitas por instrumentos emprestados aos museus da guerra antiga e legendária, ou aos arsenais das extintas empresas de ópera e opereta.

Então, perdidos na tradição da rasteira e da taponna indígena, as recordações de Fernando de Noronha em 90, os transeuntes, atraídos e interessados, poderão assistir pelas esquinas, em rápidas paródias movimentadas, emocionais, ricas de fraturas e escoriações, as cenas históricas, ou da mais curiosa referência literária, como por exemplo a luta dos Horácios e Cunácios, um torneio da Idade Média, a combate dos Capuletos e Montecchios de *Romeu e Julieta*.

Incontestavelmente a mais pitoresca novidade de costumes.

Não foi dos menos curiosos acontecimentos da semana uma bofetada, um pouco forte demais para ser pancada de amor, que estalou entre dois amantes, ativamente de uma parte, passivamente de outra nos saguões da Secretaria da Polícia.

Já se sabe que quem deu a bofetada foi o homem. A iniciativa de tais carícias parte sempre do mais forte. Mas não lembramos o fato para verberar um abuso de força, nem pela circunstância de se haver passado a cena às barbas da polícia, nem mesmo para notar a originalíssima explicação do esbofeteador que disse querer a taponas colher os juro de vinte e dois contos que lhe havia custado a amante, a qual, apesar disso, ali declarava querer ver-se livre dele.

Queremos sublinhar simplesmente uma coincidência de nome por ora insignificante, já notável, entretanto, porque assim como dois pontos determinam a posição de uma reta, duas coincidências que ocorrem previnem-nos ao menos para uma terceira.

²³² *Lever de rideau*: do francês, significa “levantar de cortinas”.

O herói da bofetada, que protestou perante a polícia só não ferir a amante porque lhe faltava uma arma, chama-se Garcia, apelido horrorosamente celebrizado nas tradições do amor fluminense.

Aí está um nome que se podia dizer destinado a produzir ainda ao mulhério fluminense a mesma impressão que produz em White Chappel, de Londres, o nome *Jack*²³³ em lembrança do *estripador*.

Já estamos vendo as alcovas fáceis estremecerem, pávidas, das rendas brancas dos cortinados às felpas dos tapetes e se dificultarem numa constrição inacessível de virgolina²³⁴, quando, depois de três pancadinhas desejosas e súplices, ouvirem, através de uma fresta prudente da porta, insinuar-se misteriosamente:

– Abre, meu amor, é o teu Garcia...

Como o tal Garcia da polícia também não se havia de contentar com uma bofetada, o espanhol do crime da rua do Hospício, para haver juro daquela que lhe consumira qualquer coisa que ele podia arvorar em capital seu mal empregado.

O outro supunha ter comprado por vinte e dois contos uma mulher; o tal Carlos Marchal comprara outra por uma certidão de casamento. E, como a mercadoria não saiu ao seu gosto, com todas as forças do seu direito de comprador quites, ele a destruiu.

Mas estranhável não é que um monstro, sem responsabilidade moral, assim entenda a seu modo uma fórmula selvagem do poder marital²³⁵. O que mais causa estranheza é que não sejam unânimes, na execração de semelhante princípio, os informantes naturais da opinião no jornalismo.

O tempo passa, os preconceitos ruem, e ainda há quem sustente com sinceridade essa coisa monstruosa que se diz o direito de matar em vingança de esposo. Pede-se a abolição da pena de morte para os réus das mais torpes execrações; para o crime de dispor livremente do seu coração e do seu corpo, entende-se que a pena de morte e, ainda mais, pela horrível forma extralegal do homicídio, deve sobre-existir.

Proclamam-se todas as liberdades, representantes dos interesses femininos apresentam-se até, bem pulhas, que pedem para a mulher a liberdade política; a liberdade do sentimento e da carne, o mais simples e mais natural de todos os direitos, aprova-se que seja castigado com todos os ódios do ferro e da ferocidade.

²³³ *Jack the Ripper: Jack*, o Estripador, famoso *serial killer* inglês, que atuou na periferia de *Whitechapel*, distrito de Londres, em 1888.

²³⁴ Virgolina: remédio acreditado no combate a doenças venéreas.

²³⁵ Cabe destacar a atualidade do posicionamento de Raul Pompeia acerca de diversos assuntos. Embora fosse contrário ao sufrágio feminino, o autor defendia que fosse dado às mulheres o direito básico à liberdade e à individualidade e se indignava quando ocorriam casos de ataques às mulheres.

Saem-se então com um preconceito medieval de honra de esposo, confiada a mulher, como se a honra de um indivíduo, aquilo que é o seu caráter, aquilo que ele possui de mais individual, de mais pessoal, de mais seu e de mais exclusivamente em si, pudesse ser comprometido na pessoa e no procedimento de alguém que só tem de comum conosco o amor, quando isso existe, e que, sem o amor, ainda que perdure a comunhão do leito, é moralmente o mais longínquo e o mais refratário estranho que possamos encontrar na sociedade.

E não veem que a tal honra conjugal de mão armada é uma sinistra maroteira de esgotados fisicamente e de incapazes moralmente, que, não conseguindo ligar a si uma mulher por nenhum motivo de simpatia, pretendem prendê-la pelo terror. Não veem que é a mais revoltante invenção de disfarce com que se revestem atos de suprema fereza e covardia, que nunca seriam praticados por quem quer que seja em nome de honra ou coisa parecida, se aquele que os perpetra não tivesse, em largueza ameaçadora para a sociedade, um tigre solto em sua alma.

Não veem que esse fantasma de honra conjugal é o eunuco do Ocidente, o guarda negro dos lares com pretensões a cristãos, em que não existe o prestígio afetuosos do chefe. Não veem que essa instituição fingida e artificial vale tanto com as suas consequências perante a moralidade como a do saco de couro dos maridos otomanos, que precisam conter as revoltadas da poligamia egoística e nefanda em que esses maridos refocilam a sua bestialidade...

Fora da espécie noticiário, não foi menos cheia de assuntos a semana.

Logo em princípio voltou a servir de novidade o celeberrimo convênio americano.

Deu ocasião a falar-se novamente dele em telegrama a respeito, despachado de Nova Iorque, em que se dizia que o tal convênio era irrevogável e que lá em Nova Iorque se sabia que toda a oposição que no Brasil tem sofrido o convênio era movida por uma fábrica de farinha de uns tais ingleses do Rio de Janeiro.

Só ao Brasil se reservam destas coisas. Vejam lá. É naturalmente o governo brasileiro, que está de observação, a ver se o tratado pode ou não ser aproveitado. Sabe-se até que nas altas regiões oficiais, se tem dado muita importância à revolta unânime do espírito público, ocasionada pelo tal conchavo de perdição.

Entretanto, é dos Estados Unidos do Norte, como se lá é que se achasse o critério do nosso governo e o voto da nossa opinião popular, um insolente telegrama que se despacha declarando irrevogável o convênio.

E os Estados Unidos que consideram irrevogável o negócio que nos impõe intrometendo-se na opinião do Brasil e dispensando o critério brasileiro, é o mesmo porque o convênio se tem de roer.

Também foram esta semana as eleições dos Estados.

As notícias eleitorais dos estados do Rio, tiraram-nos um peso da alma.

Haviam sido protestadas tantas ameaças e tão reconhecidamente feroz se sabia a ex-província onde se refugiaram os últimos representantes da sanha negreira, que se podia bem temer não fosse o dia das eleições uma coisa trágica.

As notícias têm vindo, porém, limpinhas de horrores, nítidas como a folha de papel em que os jornais se imprimem.

Ora valha-nos isso. Também os velhos escravocratas, dignos, aliás de completo repouso, depois que se aplicaram a terrível tarefa de praticar a história da escravidão, devem estar cansados de fazer escorrer sangue...

A vida artística teve um dia de júbilo, com o lançamento dos alicerces da estátua de João Caetano²³⁶.

Dentro em breve poderemos admirar, diante do edifício da Escola Nacional de Belas Artes a nobre estátua modelada por Chaves Pinheiro, muito conhecida de longo tempo que existiu em gesso, no saguão do antigo Conservatório de Música.

Este feito de justiça para com a memória de João Caetano é quase exclusivamente devido aos esforços do nosso grande Vasques. Mais uma benemerência conquistada pelo popularíssimo comediante a quem tanto já deve a arte nacional; mais um ramo de louros talvez que, de futuro, representando a admiração da Pátria será esculpido ao pedestal de uma estátua erguida a outro ator no Rio de Janeiro, uma estátua em que o bronze ria, como na de João Caetano o bronze ameaça.

Na proporção da alegria dessa festa houve igualmente para a vida artística, na semana, o luto do passamento de Banville²³⁷.

O poeta desejava em vida que o criticassem com esquecimento da sua pessoa e com a consideração exclusivamente do seu trabalho, como deixam ver algumas linhas suas, já citadas por elegante escritor:

²³⁶ João Caetano dos Santos: ator brasileiro (1808-1863) homenageado com uma estátua em frente ao edifício da Escola Nacional de Belas Artes.

²³⁷ Théodore de Banville: foi um poeta francês (1823-1891), um dos líderes do parnasianismo.

*Un poète, dont la vie a été cachée et modeste, n'a pas d'autre biographie que ses oeuvres*²³⁸.

Já que é preciso inventarmos compensações para as mágoas sem remédio, compense-nos do desaparecimento de tão simpático personagem da arte universal na França, a ideia de que agora lhe há de assistir essa crítica como ele desejava, e cada vez mais perfeita à medida que se for esquecendo a biografia do poeta morto, sendo a consagração cada vez mais brilhante do mérito excepcional da sua obra.

Y.

Jornal do Comércio, 29 de março de 1891 (Edição 88)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

É interessante que, na contemplação de Jesus, como se usa fazer, impressiona muito mais o que o Messias das velhas esperanças tradicionais do mundo teve de humano, do que aquilo que teve de divino.

Logo em princípio o caso do seu nascimento impressiona principalmente pela humildade das suas condições. Pouco importa que venham príncipes de longe, avisados por milagrosa revelação, trazer ao Recém-nascido ofertas preciosas. Pouco importa que misteriosa estrela venha da banda do Oriente pairar sobre o albergue miserável, onde aprouve ao Deus da Encarnação representar a primeira feição do seu mistério. E o coro dos anjos, que enche maravilhosamente o céu suave da madrugada, não mais embaraça e perturba do que se fosse a simples voz dos pássaros, acordando na luz da alvorada. Toda a atenção do afeto religioso, todo o melindre comovido da alma sensível é para a pobreza irmã da nossa pobreza, em que vem ao mundo o anunciado das profecias. A auréola de luz que lhe transpira a fronte encontra os olhos cegos para vê-la. Mas os corações estremecem, de imaginar o padecimento daquele pobre corpozinho tenro e frágil, rosado da nudez e do frio matinal, exposto à inclemência do desabrigo do seu berço.

Depois vem a Paixão.

Todas as revelações estupendas da Divindade na santa biografia do propagandista nazareno, desde a sabedoria precoce da discussão com os doutores da lei; todos os subsequentes milagres, a transfiguração apoteótica do Tabor²³⁹, a assombrosa reaparição a que

²³⁸ *Un poète, dont la vie a été cachée et modeste, n'a pas d'autre biographie que ses oeuvres*: do francês, significa em tradução livre: “Um poeta, cuja vida foi reservada e modesta, não tem outra biografia além de seus livros”.

²³⁹ Tabor: alta colina na Galileia, citada na Bíblia como local da transfiguração de Cristo.

Tomé²⁴⁰ custou a dar crédito. Tudo quanto se destaca mais assombrosamente sobrenatural no Novo Testamento, comparece, por assim dizer, palidamente perante a imaginação da crença. A Paixão do Senhor, os episódios humanos do seu sofrimento palpitam, entretanto, nas páginas sagradas, como um drama atual, como uma realidade presente, com uma energia de sensação que não conseguem amortecer os embates demolidores das ideias novas. Tudo quanto se destina a pura admiração quase falha no efeito; e quanto se destina à emoção cada vez mais nos afeta e punge.

Os fatos comemorativos da religião aí existem como a confirmação disso. Os episódios mais espantosos do cristianismo são lembrados quase em execução de um dever ritual. Chegada a época dolorosa que vem depois do cálice da amargura, é insuficiente toda a despesa de fervor, toda a força de contrição para que seja digna delas a meditação dessas tristíssimas lembranças.

É assim que, na semana especialmente chamada santa, mais do que nunca, sente-se a demonstração dos sentimentos religiosos dos que creem. Tudo quanto existe no cristianismo de mais altamente sobre-humano já se tem passado. Não resta mais do que o suplício do Homem Deus, enquanto homem, a história de todos os martírios da carne. É para essa conclusão naturalíssima da grande existência sobrenatural do Salvador que converge a atenção dos fervores e toda a intensidade da devoção.

A própria Ressurreição não impressiona senão como o final das pungentíssimas torturas do Calvário. A religião palpitante de todas as almas resume-se na adoração acabrunhada das chagas por onde escoou-se o sangue e a vida de Cristo, é toda essa religião.

E porque a religião deve ser mais fácil de aceitar naquilo que tem de mais humano, nunca, mais do que nessa época, é ela sincera.

Não custa transportar para a imagem de Cristo, síntese do sofrimento humano, a imagem das nossas dores. O crucificado é como o nosso coração sofrendo. É a dor dessas perdas sem remédio que nos vai trazendo o tempo inexorável, é o desespero estrangulado das nossas aspirações condenadas a não triunfarem jamais. Não custa sofrer assim sinceramente por nós mesmos, naquela imagem abstrata do Sofrimento que se fez homem.

Mas este modo de ser religioso humanamente, tão efusivo, tão sincero, agradável, sem dúvida, à Divindade, à contemplação de Jesus no que teve de humano, tem o defeito de que conduz ao esquecimento do que Ele teve de divino e assim dos seus divinos princípios. E sendo exclusivamente o amor cristão tendo por base exclusivamente o sentimento, por sua natureza tão vário, tão efêmero e tão leviano, em vez de completar-se pela contemplação

²⁴⁰ Tomé: um dos dozes discípulos.

inteligente e atenta do preceito cristão, sucede que, por mais ardente que sejam os transportes da veneração, por mais intensa que seja a contrição diante do julgador dos nossos pecados, por mais sincero que seja o arrependimento que por seu amor protestamos diante do seu comovente suplício, aí vem logo depois o egoísmo, sentimento também, com as suas mil formas, destruir sinceramente toda a sinceridade da união que nos extasiava momentos antes. Quantos daqueles que, ainda há pouco, vimos envoltos no luto da tristeza universal do sacrifício de quem personificou o bem e a justiça, não estarão já agora planejando as armadilhas do mal; quantos não se hão de achar confortavelmente alojados nas fofas conveniências da injustiça?

Afinal de contas e por desgraça do mundo, é isso um defeito de todas as religiões. Se fossem intelectuais e raciocinadas não vingariam. Carecendo viver a vida intensa do sentimento, têm de sucumbir às vicissitudes mesmas do sentimento.

Para uma semana consagrada à meditação de coisas santas e ao recato da humanidade perante Deus, não foi muito próprio o ato governamental cheio de pecado de soberba, relativamente aos títulos e hierarquias fidalgas na República.

A peça oficial de interpretação constitucional saiu muito bem feitazinha, respirando argúcia e traquejo de dialética, mas não pode de todo ser aplaudida.

Não há boas razões que façam existir aquilo que foi declarado extinto. Se direitos adquiridos havia dignos de respeito, podia-se providenciar uma compensação qualquer que equilibrasse de algum modo antigas vantagens, sem abafar o espírito constitucional da anulação das diferenças de privilégio social.

O argumento da assinatura de alguns membros do Congresso, lançadas a lei constitucional, com os títulos de que esses congressistas gozavam no tempo do Império é um argumento bem achado, mas no fundo não passa de prova por meio daquilo mesmo que se pretende provar. O mais que se poderia concluir da assinatura de alguns redatores da Constituição, de modo contrário às prescrições da própria Constituição, a dar-se importância à coisa era que mais uma imperfeição existia nesse documento político, nunca aliás julgado isento de imperfeições, e que, em caso de revisão da Constituição, seria precioso que se a revisse mesmo nas firmas políticas que as subscrevem.

Mas a verdade é que os signatários titulares assinam com os títulos, para não se darem ao trabalho de mudar de nome o que dependia ainda de explicação pública. Não pretendiam, porém, encartar biscoitos de fidalguia para si próprios no grande documento da nossa

democracia nascente, nem muito menos nutriam o ardiloso intento de criar precedentes heráldicos para a futura organização da República.

E por isso que pensávamos que pelo mesmo motivo não modifica o Sr. Lucena o seu nome, quando o ato oficial nos veio desiludir, convencendo-nos de que o Sr. Barão muito intencional e convictamente o é.

Quem dera que um pouquinho de semelhante amor às grandezas assistisse aos fundadores da cidade.

Mais uma vez, como periodicamente sucede, veio à tona a questão dos aspectos arquitetônicos do Rio de Janeiro.

Realmente podem limpar as mãos às paredes que construíram os nossos respeitáveis, mas imperdoáveis antepassados.

Agora, por exemplo, com a destruição das árvores do largo de São Francisco de Paula, mais um panorama da miséria das construções fluminenses se vem descortinar.

Pode afinal ser bem proveitoso, porque, do espetáculo escandaloso do mal, pode nascer o desejo de lhe dar remédio, mas, sob o ponto de vista do aspecto da cidade, não há negar que é uma pena o melhoramento do largo de São Francisco.

Mil vezes os flamboiãs mirrados e as figueiras que não queriam deixar de ser arbustos, mil vezes aquele aspecto de bosquetes em região árida, do que o cenário que com a derrubada das árvores se vai descobrindo.

Em atenção a essa vantagem de bons aspectos, melhor fora a que, em vez de acabar com a vegetação do largo, mais árvores plantassem, até obstruí-lo com uma floresta, e ainda depois plantassem hera junto dos pardieiros que o cercam, de modo a sumir-se tudo em um vestuário pudico de verdura, que nos poupasse à vista aquela indecência a tetos baixos e janelinhas coloniais a que o comércio esforça-se por acrescentar uma barra de opulência com o esplendor esforçado das suas *vitrines* do andar térreo.

Em breve, teremos por aí uma porção de soberbas estátuas, à execução das primeiras das quais Rodolfo Bernardelli aplica já os esforços do acabamento. Que horrível desarmonia não dá de provir da elegância dos pedestais arguidos em vários pontos da cidade e sobre os pedestais os perfis de bronze escuro, acentuando-se no ar claro em comparação com a perspectiva miserável dos nossos mais notáveis logradouros.

Mas todas as observações são perdidas, e, do desamor às aparências, que é um bom traço característico do nosso povo, que chega, todavia, a inconvenientes extremos, não é de esperar que nasça um movimento de revolta, em virtude do qual, por iniciativa um homem, de

uma empresa, de uma municipalidade, de uma vontade forte qualquer, venham transformar-se, sequer em parte, em²⁴¹ coisa prestável os detestáveis aspectos da nossa cidade.

Por enquanto só nos pode valer a esperança de que farão mais honra aos nossos costumes civilizados as fundações que se projetam para os lados da Gávea, para o alto da Tijuca.

Vão-se criar retiros de salubridade nesses pontos pitorescos dos arredores do Rio de Janeiro. Os que tomaram a si tão bem lembradas tarefas instruem-se nos desgostos que nos causa o triste espetáculo da grande cidade velha, para não incorrerem em culpadas desatenções, quando levantarem as novas cidadezinhas em projeto.

Ao menos tenha a gente nesses futuros sítios uma estação de descanso para a vista maltratada cruelmente pelos horrores do velho Rio de Janeiro português.

As futuras cidades anunciam-se nos prospectos da companhia como lugares de refúgio para os assustados do clima e para os convalescentes. Deixem-se desses reclames de casa de saúde. Anunciem as suas futuras construções como retiros pitorescos em que o sábio gosto dos arquitetos achará meio de aproveitar para extraordinário realce as belezas naturais da topografia; ainda mais: realizem-nas segundo esse plano; aproveitem os formosíssimos sítios que têm escolhido para criar subúrbios que deem lições de beleza além dos quinaus da salubridade a esta velharonia atrasadíssima que é a nossa famosa capital, e hão de reconhecer, com grande prazer dos seus acionistas, que os brasileiros são muito indiferentes, não fazem questão de aparências, mas é principalmente pela razão de não ter que escolher.

Y.

Jornal do Comércio, 5 de abril de 1891 (Edição 94)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Deve andar por aí a percorrer as secretarias dos hospitais em busca de estatísticas, a observar as condições de higiene da nossa cidade e a meditar os obituários da imprensa fluminense, a ilustre comissão de médicos argentinos que veio ver se eram verdadeiros uns boatos de terror que pelo telégrafo mandaram-se a Buenos Aires, a respeito do atual estado sanitário do Rio de Janeiro.

²⁴¹ Ausência da preposição “em”, aqui acrescentada.

Bem-vindos sejam os enviados da verdade. Graças a Deus, com o depoimento dos honrados facultativos comissionados, estamos certos se vão ver uma vez quebrados os dentes, na boca da mentira cínica, que não faz outra coisa senão latir contra a reputação do Brasil e mordê-la, nas margens do Prata.

Essa comissão de médicos visita-nos em ocasião muito própria; quando o louvável zelo das nossas providências municipais nos tem arranjado uma proporção máxima de insalubridade no clima do Rio de Janeiro.

Apesar das péssimas condições sanitárias da atualidade, os nossos ilustres visitantes devem ter visto ao menos que, nos achando sob a influência de rigoroso calor, tempo em que a epidemia costumeira dos nossos verões lavra com toda a força, ainda assim não se morre em pé pelas ruas da cidade como dizem ao sul, nem há rigorosa necessidade de andar o transeunte, por falta de espaço, pisando umbigos de defunto a cada passo.

Mais do que a epidemia amarela, podia impressionar aos ilustres facultativos, se tivessem tempo para ler os nossos jornais e se porventura fossem dados a estudos de patologia criminal, a epidemia de gatunos e assassinos de importação, que, graças à imprudência com que a toda espécie de estrangeiro o Brasil abre as portas da sua hospitalidade, infesta na época presente o nosso País.

Se voltassem a atenção para esse fenômeno amedrontador, que nos vítima, apostamos que os médicos argentinos generosamente nos haviam de dizer que são passados os tempos de maravilha em que se criavam populações, como Rômulo, inventando colônias de refúgio para todos os homens de má nota do mundo; e, com aquela facilidade que distingue a melindrosa higiene dos seus compatriotas, nos iriam logo aconselhando o famoso expediente nacional da quarentena, quarentena severa e dura, contra a invasão funesta desses micróbios em ponto grande que nos chegam de envolta com a entrada de honestos e laboriosos imigrantes.

Como medida defensiva a esse respeito foi muito bom que acabassem com aqueles propagandistas de imigração, que tínhamos em várias cidades europeias.

A nossa irmã do Prata, a estas horas, reduzida às verdadeiras proporções da sua importância como Nação, sabe bem para que servem estes recursos artificiais de reclame.

Nada de tambores de anúncio.

As nações como os indivíduos valem pelo que são e não pelo blasonam²⁴².

O Brasil tem força para atrair a imigração que o há de colonizar; não carece de se fazer conhecer por uma reputação de ruído, por uma nomeada de zabumba. E se não se acha em

²⁴² Blasonam: do verbo blasonar, significa ostentar, vangloriar-se.

condições inteiramente satisfatórias, trate de conseguir estas condições. O mundo que pense por si a seu respeito.

A regra da imigração é estabelecer no País as circunstâncias de atrativo para ela. Confiando que encontrará na terra para onde emigra aquilo de que carecem as suas aspirações o imigrante vem por si mesmo. E vem assim sem direito de se dizer enganado ao chegar, caso não encontre tudo na razão de seus ideais, e sem direito a essas conhecidas arrogâncias, que entendem que existe a restrita obrigação de os sustentarmos porque nos fizeram o favor de não ficar morrendo de fome no seu País.

E assim opera-se a seleção natural dos melhores.

Na massa dos excluídos, dessa terrível conspiração de privilégios e preconceitos que é a civilização europeia, há os fortes e há os irremissivelmente fracos.

A imigração espontânea é o movimento enérgico dos que se podem ainda mover para salvar-se. A imigração procurada, porém, arrasta indistintamente na leva fácil da passividade, com os que podem ir, os perdidos para a salvação, os incuráveis do abatimento moral, os desmoralizados de toda espécie, náufragos da energia que já cruzaram os braços para imergir de uma vez, resignados na covardia da sua fraqueza, paralíticos da vontade e da dignidade.

Há no horizonte do imenso oceano trevoso das injustiças sociais e das opressões da velha civilização, convulso de vagas terríveis, povoado de catástrofes, onde por entre espumas dançam sinistramente cruzeiros de mastros e vergas sobre embarcações, como vizinhos agouros de morte sobre os que vão morrer, há ao longe como faróis para os que se debatem na extensão da sombra, a possibilidade perpétua de uma Pátria nova, menos cruel, uma espécie de promessa perene de salvação. No meio da noite dos desânimos as imaginações todas sonham os Países distantes, despovoados ainda, virgens e férteis, uma coisa incerta que vacila no espírito, mal definida, uma mancha de floresta remota que é sempre um reflexo verde de esperança.

Façamos, cá de longe, com que o farol que nos assinala ao mundo dos que emigram brilhe forte, casa vez mais forte. Mas nada mais façamos do que isso. Nada de nos adiantarmos até os que naufragam. A *sauvetage*²⁴³ aqui é um caso especial.

Desses que nos avistam, os fortes, os vantajosos para o progresso humano, os bons, os dignos de salvação, salvar-se-ão por próprio impulso para a luz que se lhes oferece. Os outros têm de se perder.

Quem tiver a força de viver salvar-se-á por si. Se lançarmos redes de socorro aos náufragos, havemos de colher de mistura com a gente viva cadáveres morais que nada mais vêm fazer à terra do que apodrecer em seco e empestar o sol.

²⁴³ *Sauvetage*: do francês, significa resgate, salvamento.

Os apologistas dos espetaculosos assassinatos a título de honra estão naturalmente agora evoluindo de comentário, a propósito do caso do espanhol da rua do Hospício.

Atesta-se que o assassino nunca foi marido da *esposa* que ele puniu. Os filósofos dos grandes argumentos cavaleirescos já hão de estar protestando de si para si para que o homem não feriu em nome da honra, vá lá que o seja – mas matou por paixão!

A paixão! Ah! A paixão tudo legítima!

Um homem é generoso e bom. Tem coração do tamanho de um chapéu. A morte de uma pulga arranca-lhe lágrimas aos olhos. Um pouco de cascas de alho produz-lhe o mesmo efeito. Mas este homem ama! Ama! E como não é correspondido pelo *objeto amado*, este homem sente-se transformado. Todo o universo torna-se para ele um inferno. Tudo o convida ao desvario. Em torno dele há um círculo de vertigem. Na proporção do tamanho do seu coração, o seu amor era enorme. Enorme como o seu amor, o seu ódio é uma coisa espantosa... Saiam da frente! O homem bufa! O homem treslouca. Vai pedir um beijo à mulher amada: última tentativa. Ela nega. Ele vê vermelho e mata.

Quem não compreenderá a inocentação possível deste crime?

Nós compreendemos. Mas compreendemos também que a justificativa da paixão amorosa tem como consequência o perdão de todos os devastadores, arrebatamento igualmente fortes da animalidade, da fora conteúda que todos temos dentro em nós, mas que com certeza uns têm mais do que os outros.

Preferimos então esta magnanimidade dos doutrinários da paixão, a magnanimidade mais moderna, e por ventura mais certa, que está disposta a perdoar antes os crimes a frio, em nome de uma irresponsabilidade mórbida.

Tanto mais que temos a respeito do homicídio uma opinião única. Entendemos que a premeditação é para ele a mais séria das circunstâncias atenuantes. Salvo a hipótese da degenerescência moral, o indivíduo que premeditando mata é aproximadamente um executor de justiça. Justiça mais ou menos certa, justiça incompetente e por conta própria, mas ao menos o criminoso desta espécie exerce um ato humano de vontade, de raciocínio – é o homem.

O criminoso de súbito, por furor de paixão, muito diferentemente – é o bruto.

E o homicida de premeditação, dado que lhe assista ao crime uma inspiração incontestável de sinceridade e de lealdade – esse sim – pode ser o mais humano e o mais trágico dos heróis.

De Paris acaba de chegar, em edição mandada fazer pela *Gazeta de Notícias* na tipografia Lahure, um volume que é um brinde à nossa literatura.

É um livro de contos de Domício da Gama²⁴⁴, o já bem conhecido correspondente da *Gazeta* na grande capital europeia; e tem por título – *Contos a meia tinta*.

Um livro verdadeiramente excepcional.

O primeiro aspecto que dele (que é um livro de estreia, seja notado de passagem) se observa é a sua feição de acabamento esculpido e cuidado. Uma superfície de rara perfeição é a primeira aparência dessa riquíssima coleção literária, em que os *dilettanti*, documentos capazes podem observar por honra por uma da índole artística do espírito brasileiro quanto entre nós já se consegue em apuro e encantadora seleção no cultivo elaborado da linguagem escrita.

Detalhando mais a apreciação, aquela aparência brilhante do volume encontra-se em perfeita correspondência com a textura íntima da obra.

Contos a meia tinta é o nome que se dá a esses cuidados poemetos de estilo, assim exprimindo certa delicadeza com que o escritor esquivava-se às cores violentas do estilo concreto. O título refere-se apenas ao estilo dos contos. Para significar o que são seus contos mais intimamente o autor devia intitulá-los contos psicológicos. Os *Contos a meia tinta* são intensamente subjetivos.

E esta qualidade marca o valor do volume para a crítica em detalhe.

A distinção aristocrática do espírito de Domício fê-lo inclinado à análise miúda dos fatos espirituais, esta espécie de amor elegante ao *biblot* aplicado às miudezas curiosas do mundo moral.

Enveredando por esse caminho de observações literárias, em que não existe a extensão do campo da literatura objetiva, em que, na restrição do âmbito da indagação, a literatura adianta-se aprofundando-se, em vez de se adiantar por expansão; em que a abundância das impressões do grande universo tem equivalente na contemplação do microcosmo do espírito; em que a arte, em vez de se fazer por simples exposição descritiva, tem de se fazer pela análise, não sendo a análise mais do que o progressivo aperfeiçoamento de uma ideia ou da consciência de um sentimento, Domício da Gama achou meio de fazer tão apurado, tão fino,

²⁴⁴ *Contos a meia tinta*: obra publicada em 1891 e que teve boa recepção crítica. Domício da Gama (1862-1925) foi um assíduo colaborador jornalístico, tendo publicado na *Gazeta de Notícias* a seção “De Paris”, escrita e enviada diretamente da capital francesa. A análise de Pompeia presente nessa crônica de “Lembranças da Semana” foi publicada também na *Gazeta de Notícias*, em 24 de abril de 1891. No texto, o jornal justifica a transcrição afirmando que “ninguém é mais competente para tratar do estilo dos *Contos a meia tinta* do que o brilhante estilista de *O Ateneu*”. Ao longo de 1891, o periódico publicou também alguns trechos da obra em forma de folhetim em colunas.

DOMÍCIO DA GAMA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 abr. 1891.

tão artístico o seu livro, no fundo como na forma, tão precioso na roupagem colorida, luminosa e leve que o envolve, como na filosofia discreta e delicadíssima que o aviventa.

Nem todos os contos que o volume contém são por igual excelentes. Alguns, como “Um primitivo”, “As calças do Manoel Dias”, “Cônsul”, não são da força dos outros. A grande maioria dos ótimos é tão brilhante, porém, que quase não há direito de distinguir no livro para aplaudi-lo. Distinguimos simplesmente porque queremos destacar alguns contos como “Alma Nova” e “Outrora”, que são verdadeiras obras-primas.

Dissemos que era intensamente psicológico o livro de Domício. O próprio estilo é por assim dizer psicológico também.

Os contos a meia tinta colorem-se na névoa dos seus tons esquivos, dos seus matizes transparentes, como a primeira mão de uma aquarela, obtendo o escritor esse gênero de forma que tão bem exprime o título do seu livro por meio de um jogo de termos abstratos, que se auxiliam uns aos outros, que se completam, que se aprofundam, que se cavam por assim dizer uns dentro dos outros como as abóbadas sucessivas de uma galeria fantástica através do pensamento profundo; conseguindo-o mais com o auxílio de imagens de pura abstração e por não aproveitar da realidade concreta para o seu colorido senão um rápido traço de observação requintada ou uma perspectiva desmaiada que lhe serve de fundo longínquo a um outro quadro.

No estilo de Domício dominam realmente três efeitos característicos. Ou a pura expressão abstrata – “e riscando na retina psíquica o traço indistinto de que em breve a memória extingue-se e só fica a sub-memória informe, vaga, indecifrável...” (pág. 53); ou a visão do mundo transfigurado como por efeito de um sonho, num deslumbramento ou em um nevoeiro. Os quadros desta espécie enchem o livro quase a cada página. Ou finalmente, uma nota de observação rara, minuciosa e delicada: “Fez uma longa pausa batendo com a colherzinha no gelo do grog.” (pág. 152).

“Havia mudanças que ele reconhecia pelas linhas dos caixilhos estreitos que lhe quadriculavam o céu, montanhas sumidas sob ramos que cresceram, árvores novas, um teto de casa a um canto” (pág. 128). Estes traços de descritivo sutil não são incompatíveis com uma ou outra nota de vigor quase excessivo que se pode encontrar em pontos dispersos de volume e que não fazem mal à doçura e delicadeza geral do seu estilo, servindo antes de vantajoso aferidor por efeito de contraste para o caráter geral.

Em suma, para não levar mais longe esta notícia, que já muito excede as dimensões de um apontamento de crônica, os *Contos a meia tinta* constituem um livro belíssimo e de originalidade sem igual em toda a literatura contemporânea da nossa língua.

Jornal do Comércio, 19 de abril de 1891 (Edição 108)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Começam os belos dias do nosso clima, antes das fumaceiras de agosto, dos temporais do inverno, e depois dos grandes calores do verão.

Ainda não está a temperatura para que tudo sejam hinos de gratidão ao céu e ao sol; mas já vamos tendo de vez em quando um desses dias incomparáveis, em que os fios de ouro da luz solar se entretecem com a direção das brisas para enlear-nos a vida em uma delícia primaveril de clima que é quanto pode representar a sensação material da felicidade.

Em pouco, pode-se já esperar, vamos assistir à desfiada interrupta dos dias elisiacos que na época do ano em que entramos fazem a glória do nosso clima, clima de paraíso vá-se dizendo, que a incúria, a inadvertência dos homens achou jeito de fazer detestável periodicamente.

Após os dias ásperos do verão que acaba, parece chegar na viração fresca e iluminada dos belos dias, uma bênção auspiciosa sobre todas as coisas, a paisagem, acabrunhada sob o rigor do estilo revive e anima-se sob o céu benigno; as febres que o calor incendiava desaparecem; o bom humor para o trabalho alegra as fisionomias; a disposição para o otimismo invade as almas, resultando do fato de ver as coisas com menos amargura maior facilidade de remediá-las, os embaraços da vida vão pouco a pouco se resolvendo. Com o caminho que fazemos para a nossa primavera, tudo diz-se-ia ressentir-se de uma tendência de melhoria, desde o algarismo estático da saúde pública, até a flutuação do câmbio.

Como a febre amarela parece declinar, ativa-se já a Companhia City Improvements, com os seus editais de letras pretas avisando em um tom britânico de ameaça, que só ela pode bolir nos seus aparelhos de limpeza (?).

Tem medo, naturalmente, a escrupulosa companhia que os particulares desarranjam os seus infetos trambolhos e concorram assim para alguma modificação favorável nas condições sanitárias do Rio de Janeiro, que ela tanto tem feito para serem péssimas.

É fato. Com a City Improvements o público fluminense tem sido de inexplicável injustiça. Há ali não sabemos que Nero de suíças e rabona de xadrez grosso, que quis ter a glória de haver comprometido o clima de uma grande cidade pelo miasma, como o antigo romano comprometeu a perspectiva de outra cidade por meio do incêndio.

O homenzinho veio de Inglaterra para aqui, montou pelas marinhas uns casarões lúgubres de feia alvenaria notáveis por umas chaminés Eiffel, que espicham os seus longuíssimos canudos em vários pontos da cidade, expressamente para borrar de feio fumo o azul límpido do nosso céu.

Depois dos casarões, pôs-se a abrir valas enormes por todas as ruas, abalando a segurança dos prédios. Nem o Aqueduto da Carioca escapou, o gigantesco miriápode de cimento português, que nos presta o honrado serviço de trazer a melhor água à cidade. Nem o Aqueduto escapou, que o inglês cortou-lhe uma das pernas na rua dos Arcos. Nas valas profundas construiu umas galerias inconsistentes e mal niveladas abertas de espaço a espaço por inúmeros respiradores para a via pública. Dessas galerias centrais ramificou condutores de ferro ou barro mal junto para as habitações. Na extremidade desses tubos, acomodou receptáculos de um sistema primitivo, insuficientíssimos, que a falta de água veio fazer ainda profícuos. Construída essa inexplicável máquina infernal, o inglês ficou esperando. Não tardaria muito a circular a morte através dos caminhos subterrâneos. O miasma com efeito não se fez demorado. Em pouco através de porosidade das galerias começou a apodrecer a terra, e através das juntas mal feitas dos condutores secundários começou a encher as casas e o espaço. As infiltrações pútridas começaram a encharcar o chão e as paredes. Com o tempo vieram circunstâncias de acaso favorecer o empreendimento satânico da transformação do clima fluminense. Obstruções que se davam nas galerias, em consequência da falta de nível; rompimentos que vazavam completamente para o subsolo o despejo infecto das galerias; o chão das ruas revolvido para o calçamento e para as obras municipais, que trazia à flor da terra as camadas negras mais profundas; o desarranjo do aparelho dos receptáculos cuidadosamente mantido pela City Improvements. A oportunidade das circunstâncias eventuais multiplicou o êxito do *sábio sistema de infecção* conseguido com ação dos receptáculos e dos respiradouros das ruas.

O inglês alcançou a realidade do seu sonho nerônico.

O Rio de Janeiro que nenhuma tradição do passado celebrou nunca como uma cidade insalubre, transformou-se pouco a pouco na Pátria da febre amarela, como as cidades americanas do golfo do México o são de todas as febres ou como Buenos-Aires é a Pátria da varíola. A City Improvements inventou a epidemia fluminense.

Apesar de tudo, ninguém o quer reconhecer e andam a buscar responsáveis de toda espécie, em toda a parte para as epidemias, negando assim à City Improvements uma glória que exclusivamente lhe pertence – a glória extravagante que ela sonhou

como Nero de ser execrada, mas que afinal de contas cabe-lhe a ela como qualquer outra glória e é uma iniquidade contestar.

A epidemia de desânimo que grassava no mundo das transações vai desaparecendo também como a febre amarela.

A Praça, matrona circumspecta e sisuda representada pelos grandes bancos, chamou ao redor de si seus filhos, essa rapaziada imprudente que andou a comprometer-se nas últimas estroinices da bolsa e que depois desesperou, no momento das liquidações a sério.

Andavam eles dispersos, arrancando os cabelos e comovendo os astros com os gritos de sua angústia, que era ao mesmo tempo, segundo supunham, a desgraça de toda a família.

A Praça chamou-os maternalmente e, entre reprimenda e consolações, falou-lhes.

“Estais enganados, meus filhos, se credes que é minha também vossa desgraça. Vossa desgraça é só vossa. Se minha carteira recusa-vos cauções é porque sois incautos.

Minha fortuna é a mesma; vós é que não pareceis os mesmos, desacreditando a velha prudência pachorrenta do caráter nacional. Estais reduzidos à penúria... Para que comprastes dois carros? Um só já era muito. Eu por mim, tão rica que tenho serenidade para aconselhar-vos em hora crítica, quando não é em cheques que circulo, movo-me de *bond* como a população dos pobres. Por que vos metestes em prodigalidades ostentosas de bom gosto suspeito?

Por que esvaziastes as galerias do Delpech²⁴⁶, as paredes da Sommaruga²⁴⁷, os salões de Rafael de Sienra²⁴⁸? Desconfiai dos presentes gregos que vos chegaram da Argentina faustosa e falida. Não vos poderia acolher em casa a modéstia dos vossos antigos hábitos? O luxo é a flor da fortuna. No cultivo das riquezas, quisestes começar pela flor. Principalmente, por que vos comprometestes em más companhias?”

Neste ponto dos maternais conselhos da Praça, os filhos pródigos da matrona baixaram os olhos e bateram no peito com vivas mostras de arrependimento.

²⁴⁶ Delpech: a consulta de periódico revela publicações a respeito de um possível estelionatário que teria convidado artistas franceses a enviarem suas obras à Exposição de Buenos Aires, que seria realizada no Palácio da Indústria, prédio oficial do governo. A exposição teve o aval do cônsul argentino em Paris, Bemberg. Aproximadamente 847 obras foram enviadas à cidade, a exposição efetuou-se e as obras foram leiloadas, no entanto, Delpech desapareceu e os artistas não receberam pelas vendas. Inúmeras publicações demonstram o descontentamento e as denúncias dos artistas em relação ao golpe de Delpech.

CORRESPONDÊNCIAS – DE PARIS, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 fev. 1890.

²⁴⁷ Sommaruga: exposição de obras italianas realizada nos salões da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro. L’A ARTE ITALIANA, *Il Bersaglière*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 out. 1891.

²⁴⁸ Rafael Sienra: exposição de artistas de diversas nacionalidades realizada no Cassino Fluminense, no Rio de Janeiro.

EXPOSIÇÃO, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 2, 1 fev. 1891.

“Nunca mais nos comprometeram as más companhias, mãe!”

– Muito bem. Evitai em vossas relações as más companhias, atenuai os desmandos de vosso luxo temerário e encontrareis o apoio da minha riqueza como se vossa riqueza fosse.

Graças a essa espécie de conselho de família em que se reuniu prudentemente o comércio fluminense, graças a essa pausa de meditação em que se encontraram aqueles mesmos que ainda há pouco se deixavam aturdir nas loucuras da bolsa, não terão melhorado materialmente as circunstâncias do momento, um frêmito de coragem anima a todos, entretanto, e têm-se desvanecido as sombras do pânico que o desastre de alguns especuladores temerários ia criando.

O movimento literário deste ano não se tem acusado muito vivamente.

Os livros começam a aparecer; todavia pode ser ainda que, na revista anual da atividade do espírito indígena consigam os críticos computar para o ano de noventa e um o mais brilhante retrospecto.

Não há muito falávamos dos *Contos a meia tinta* de Domício da Gama. Temos já sobre a mesa duas outras publicações literárias reclamando a atenção da crônica. A que primeiro nos chegou foi um volume de versos do Sr. Luís Nóbrega.

O Sr. Nóbrega decida-se ao cultivo do verso há muito tempo, mas as suas composições não se distinguem ainda pela irrepreensível lapidação dos trabalhos de mestres. O livro que temos presente com o título de *Versos modernos*²⁴⁹ prova o que afirmamos, sem que nada absolutamente dê para desanimar a força de talento que sem contestação revela da parte do seu autor.

Os *Versos modernos* dividem-se em dois grupos no volume, que se divide assim em duas partes. Destas, a primeira denomina-se *O amor* e a segunda *A razão*. O leitor vê mais ou menos qual o critério com que o poeta distingue os seus versos. Nos versos da primeira parte domina o sentimento, nos da segunda, domina uma força intelectual mais calma, aquilo mesmo que os antigos filósofos chamavam a razão.

Antes dominasse em todo o livro, na primeira como na segunda parte do livro, o sentimento. Em verdade, a segunda parte da obra do Sr. Luís Nóbrega é que mais a prejudica. O poeta não tem fôlego para os vastos entusiasmos, de maneira que suas composições em que, como diz o prefácio, “domina o elemento social, histórico” salvo alguns versos bem feitos,

²⁴⁹ *Versos modernos*: obra lançada por Luiz Nóbrega, poeta pouco conhecido. De modo geral, a obra não teve boa recepção por parte da imprensa. O periódico *Novidades*, por exemplo, classifica que “a forma não presta para nada” e que o autor deveria poupar o seu dinheiro ao invés de “gastá-lo em publicações de maus livros, o que é um crime.”

VIRIATO, Crônica Vespertina. *Novidades*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 jan. 1891.

são frias e insignificantes. Sem atender a que verso, mesmo o verso socialista, como há algum tempo se chamava, deve vazar-se exclusivamente através da mais ardente vibração, o autor, em vez de animar-se, demora em dissertações lentas e sem interesse, em vez de cantar, conversa e caceteia. Os movimentos mais rápidos de sua inspiração, se assim se pode dizer, são quando muito bruscas mutações que só se distinguem pelo rompante automático da transição:

Descreve um anfiteatro romano (pág. 106), uma virgem que é lançada às feras; os aplausos da multidão e, sem mais nem menos:

“Mas, súbito, prodígio, ali, daquele sangue.

Surgia sobre Roma a cruz da Redenção.”

Descreve Marco Antônio (pág. 107), recebendo Cleópatra, esquecendo nos seus amores a Pátria, e para acabar vistosamente, aí vem:

“Mas súbito se ouviu bradar potente.

A voz da história condenando o crime.”

Na parte lírica de seu volume, Luís Nóbrega é muito mais feliz. A facilidade que tem de versificador, notável em todo o livro, coincide aí com a espontaneidade muitas vezes brilhante e delicada do modo de sentir.

Se o poeta se abster de gênero *poesia social*, para o qual não tem tendência o seu talento, e se nas composições líricas, tiver o cuidado de evitar o uso inconveniente de algumas expressões, epítetos rebuscados e antipáticos, que ainda fazem mal às suas estrofes de qualquer espécie, estamos certos de que o primeiro livro que produzir depois de *Versos Modernos*, há de, sem o mínimo favor, ser recebido com palmas do mais festivo acolhimento.

A outra publicação de que podemos dar notícia é produção de um dos mais acatados guias espirituais da mocidade brasileira e um dos raros informantes idôneos da opinião entre nós em assunto de letras.

Referimo-nos ao fascículo de crítica publicado ultimamente por Sílvia Romero, a propósito de *Ondas*²⁵⁰ de Luiz Murat.

No recente trabalho o ilustre crítico mantém a sua conhecida feição, expondo as suas observações perspicazes e eruditas por aquela maneira militante que dá tanta vida a seus

²⁵⁰ Sílvia Romero: escritor e crítico literário (1851-1914), publicou um fascículo crítico sobre a obra *Ondas I* (1890), de Luiz Murat (1861-1929).

artigos. Um frêmito de clarim guerreiro passa perpetuamente por entre os períodos do seu estilo:

“... Portugal é completamente deixado de lado. Apenas alguns ignorantes, retardatários ou preguiçosos, incapazes de ler as produções do grande mundo culto, perdem ainda o tempo e atrofiam o espírito, mastigando a prosa de Ramalho, ou Eça e versos de Junqueiro ou Quental...” (pág. 82 e 82).²⁵¹

A crítica dos belos versos de Luiz Murat é atenta e habilíssima. As detidas páginas que precedem essa crítica palpitam de brilhantismo e verdade, cheias de animados e fecundos trechos de propaganda literária. Notamos especialmente aquelas em que o escritor se refere ao erro de Scherer²⁵² que pensa que a poesia é uma das faculdades do homem primitivo, tendendo, portanto, a desaparecer do quadro psicológico, quando a poesia o que é simplesmente uma faculdade de homem e, como predicado do espírito, tão duradoura como o próprio espírito, da mesma maneira que a faculdade de falar, da mesma maneira que o instinto industrial e o instinto de sociedade.

Como golpes excessivos do estilo militar da crítica de Silvio Romero, não concordamos em dois pontos como o seu fascículo.

Não nos parece justificável a maneira hostil pela qual o escritor arremete contra a prosa poética, como o fascículo diz, a qual, a não considerar o defeito da denominação, caso a denominem como o ilustre crítico, é o que há de mais verdadeiro, de mais legítimo em arte literária. Do próprio fascículo tiramos algumas observações que são o reconhecimento firmado da prosa poética.

“... E esta revolução estendeu-se também à prosa. A maneira contemporânea de escrever, no romance, na história, na crítica e no verso é bem diversa do feitio romântico e muito mais ainda do modo clássico. Muito mais movimento, um vocábulo muito mais rico e variado, a intenção de representar o pensamento, de dar-lhe uma forma plástica por palavras que pintem, por expressões que gravem. Colorido, sonoridade, número, movimento, eis os predicados do estilo moderno...” (pág. 40).

Não aceitamos também da parte de uma crítica tão equilibrada, tão equitativa como a de Silvio Romero, o horror com que o seu último trabalho encara a melancolia, como fonte de inspiração lírica. Entretanto, o crítico admite tudo mais, até mesmo o pessimismo doente, como motivo de poesia sentimental.

Lirismo mal feito, melancolia avariada, poesia ruim, em suma, e só por ser poesia ruim, é que se devia condenar e repelir. Não conhecemos poema de melancolia tão

²⁵¹ Trecho extraído (por Pompeia) do estudo de Silvio Romero.

²⁵² Edmond Scherer: escritor, político e crítico literário francês (1815-1889).

exclusivamente melancólica como é “Corvo” de Edgar Poe – apesar disso, a quem sabe? Por isso mesmo, a página mais comunicativa, mais pungente e mais forte da poesia lírica de todas as literaturas.

Y.

Jornal do Comércio, 26 de abril de 1891 (Edição 115)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

A opinião pública em nosso País é atônica, inerte, quase que pusilânime, lenta e demorada em mover-se como as águas de um lago cobertas por pesada ramagem; sobre elas reflete-se a luz poética das estrelas, mas raro é que as venham bater o sopro rijo das procelas.²⁵³

Esta frase é extraída de uma brilhante publicação de assunto político que apareceu não há muito, sob o título *Império e República ditatorial*²⁵⁴, devida à pena do Dr. Alberto de Carvalho.

Contém uma afirmação verdadeira, que só possui o defeito de poder tornar-se mais real, como o medo, depois que se a confessa.

Mas os que assim entendem não reconhecem ainda o fato em toda a sua funesta verdade. A opinião pública no Brasil é pior do que indiferente: é negativa.

Originalíssimo povo!

Já temos notado nestas colunas de rodapé o pernicioso desprendimento como os brasileiros timbram em dizer mal de si mesmos, quando os outros povos fazem glória dos seus próprios defeitos. Os mais viciados desta mania chegam à indignidade de falar mal da sua nacionalidade no estrangeiro. Dir-se-ia que desde o berço um caprichoso demônio empreende a tarefa de desmoralizar cada brasileiro diante de si mesmo. Não sabemos que inimigo se nos insinua na consciência, explorando a nossa condição indefesa de povo que começa a viver, para atraiçoar-nos em nosso próprio conceito. Há como que uma alma popular estranha e adversa, confundida em nossa alma popular, e que, em um empreendimento vagaroso, paciente e de uma insistência satânica, não tem feito outra coisa, identificada com a sua vítima, senão enfraquecê-la mortalmente, matando-lhe no íntimo aquilo que é tudo na psicologia dos povos – o orgulho nacional, a convicção, ou pelo menos, a ilusão da própria

²⁵³ Trecho extraído (por Pompeia) da obra *Império e República ditatorial*.

²⁵⁴ *Império e República ditatorial*, obra publicada em 1891 por Alberto de Carvalho. Trata-se de um estudo histórico e político sobre o Brasil, desde a abolição da escravidão até a Proclamação da República.

força, em que se apoiam, como em um sistema de vertebração moral, todos os mais belos e mais eficazes sentimentos chamados de nacionalidade.

Ainda em começo desta semana fomos testemunhas de um notável fenômeno dessa inércia de espírito nacional entre nós, dessa forma de negativismo patriótico que temos acusado.

Devia-se festejar em jubilosa comemoração a morte não, a existência do Tiradentes, encerrada pela apoteose do martírio; toda a existência do mártir podendo aliás biografar-se no seu suplício, que foi o momento de afirmação suprema de sua alma e do seu caráter.

Bela comemoração a celebrar. Nos dias da Monarquia vá lá que sem ruído corresse o 21 de abril. Ao grande ato humanitário do herói nacional, vítima exclusivamente de sua dedicação ao interesse universal da Liberdade, podia-se, nesse tempo, ligar a ideia de subversão republicana, porque o herói da liberdade encontrou casualmente um trono no caminho dos seus ideais, e teve de se declarar em guerra com o trono. Desde que desapareceram os motivos que, em atenção à ordem geral da sociedade, faziam calar a respeito o entusiasmo da população, era natural que a população só se lembrasse de quanto foi humano o heroísmo do mártir e de quanto foi patriótica a sua abnegação, muito superior às pequeninas variantes dos programas políticos...

A alma nacional, por sua natureza mesmo, devia estar disposta a compreender assim e dessa forma sentir a rememoração do herói da Inconfidência. A alma nacional. Mas junto da alma nacional estava a outra alma contrária, tão espiritualmente confundida na primeira, que bem se pode dizer nacional também. E as duas almas nacionais entraram em luta, luta imperceptível, indefinida, como os debates dos sentimentos em origem, quando ainda são quase instintos e a verdadeira, a alma capaz de povo, por uma série de misteriosas razões, foi vencida.

Resultou dessa derrota que a data mais comovente e talvez a mais significativa da história brasileira passou despercebida e insignificante como sempre na parte do povo. O Governo Republicano, em sinal de respeito, declarou feriado o grande dia, e no ano passado pôs tropa na rua, em parada. O povo nem a intenção do Governo quis perceber. E a memória de Tiradentes celebrou-se no afã distraído das profissões. Cada um no seu trabalho, comércio aberto, movimento normal pelas ruas e certa surpresa no ar, proveniente das bandeiras inexplicavelmente desdobradas à frente das repartições.

Eis aí um estudo. Por que não se hão de aplicar os nossos prudentes sociólogos a investigação dessa curiosa psicologia dupla da opinião pública entre nós?

Não somos absolutamente um povo cosmopolita. Que significa essa morosidade da opinião, através dos mais sugestivos excitamentos? Por que se não dedicam os publicistas ardentes e desgostosos, o vibrante talento do próprio Dr. Alberto de Carvalho, à sindicância das origens da enfermidade nacional? Por que não vão, com a bravura eficaz das suas aptidões, captar a fonte envenenada de onde emana a linfa letal, cuja erosão daninha, através do caráter do povo, a crônica insuficiente julga distinguir?

“Como as águas de um lago, diz a frase que em começo citamos como as águas de um lago, cobertas por pesada ramagem...” Por que não nos vem alguém traduzir o que são esses ramos e o que significa essa pesada sombra sobre as águas?

Que ao menos se abstraíam do vezo nacional de auto detração aqueles que a respeito do Brasil vão dar esclarecimentos aos enviados da Rússia que atualmente nos visitam, para medir o tamanho de umas mentiras pregadas por um compatriota no seu País, onde aliás não existe a tradição de Munchausen²⁵⁵.

A um deles, padre da Polônia, que tem assistido do parapeito do confessionário ao drama de lágrimas do coração dos seus patrícios esmagados pela conquista; ao outro, escritor da Polônia, que tem consultado o espírito dos homens nessa infeliz região do velho continente, e que lhes conhece essa miséria sem igual, dor da inteligência pior que a dor do coração, que é a convicção irremediável da – Pátria suprimida – nós por nossa parte uma única coisa dizemos:

Isto aqui é um malfadado País de desgraças; há feras que comem gente; e há malandros que não têm que comer. Mas uma vantagem tem ao menos o Brasil para a emigração dos polacos; é que aqui estarão os sofrendores submissos bem longe da Europa para esquecer o espetáculo perene da Pátria sucumbida; e os sofrendores rebelados bem longe da Ásia para esquecer a Sibéria e as minas de açougue.

Vem muito oportunamente darmos hoje notícia do livro do Dr. Alberto de Carvalho, como temos feito de outros volumes.

O conhecido advogado, que é a par disso um valente escritor, festejado já muito no largo campo da publicidade, acaba de concorrer com uma interessantíssima contribuição para o *stock*²⁵⁶ da produção intelectual deste ano.

²⁵⁵ Münchhausen: foi um barão e militar alemão famoso por contar histórias fantasiosas. Suas histórias deram origem ao livro *As Aventuras do Barão de Münchhausen* (1785), compiladas por Rudolph Erich Raspe.

²⁵⁶ *Stock*: do inglês, significa “estoque”.

Seu livro *Império e República ditatorial*, que nos emprestou a opinião com que abrimos estas recordações da semana, é uma revista despretentosa, mas vibrante e bem conduzida, dos últimos tempos da nossa existência política. Lembra no tom e na intenção os livros de Drumont²⁵⁷, como *La fin d'un monde* e o *Testament d'un antisémite*.

Esta espécie de publicações, de intenção diretamente política, tende a desenvolver-se como dando a entender, que, ao contrário da crença vulgar, a hora social já não pertence ao jornalista.

O sistema de abordar em livro os assuntos momentosos, com o tempo que facilita esta espécie de publicidade para a meditação mais atenta e com o espaço que oferece, para mais largo desenvolvimento das opiniões, para mais satisfatória demonstração de motivos, para maior evidência de sinceridade, parece indicar pela aceitação que vai tendo, que já passou muito a era dos alfarrábios²⁵⁸, das indigestas consultas, do doutrinação impossível por meio dos *in-folio*²⁵⁹, mas vai passando também e mais rapidamente o prestígio da opinião sobre o joelho e do critério *à la minute*²⁶⁰.

O livro do Dr. Alberto de Carvalho, e o próprio autor o diz, não é propriamente um estudo como assim se pode fazer.

Tantos são os assuntos contemplados dentro da vastíssima compreensão do título de sua obra – tempos da escravidão, abolicionista; caráter de D. Pedro II, seu reinado e sua sucessão possível; caráter da herdeira do trono, os últimos ministérios da Monarquia; e a revolução de novembro; o governo provisório – que, mesmo dedicando-se a um trabalho mais considerável, não lhe seria fácil demorar-se em cada um desses assuntos mais do que o tempo necessário para expor uma rápida impressão pessoal. Desta maneira, entretanto, e sem querer impor seu trabalho como um compêndio de proficiência, o autor produz, no gênero, uma série de excelentes capítulos.

Impressão pessoal, temos dito.

Como impressão pessoal pode-se, sem restrição, bater palmas ao livro do Dr. Carvalho. Como obra de crítica o livro deixa a desejar.

É preciso que se distinga bem a sátira da crítica. A sátira tem o *parti-pris*²⁶¹ do azedume e da reprovação. O livro do Dr. Alberto de Carvalho, além de ser uma revista excessivamente rápida, satiriza mais do que critica.

²⁵⁷ Édouard Drumont: jornalista, ensaísta e político francês (1844-1917).

²⁵⁸ Alfarrábio: livro muito antigo.

²⁵⁹ *In-folio*: método de impressão no qual a folha tipográfica é dobrada ao meio, isto é, aproveitada integralmente.

²⁶⁰ *À la minute*: do francês, significa “em um ápice, rapidamente”.

²⁶¹ *Parti-pris*: expressão de origem francesa que se refere a uma ideia preconcebida e, por vezes, tendenciosa.

Coração sensível, generoso, acentuado no seu caráter de homem pelo caráter da profissão de advogado que exerce, benévolo assim por índole e reforçado na bondade pela complacência sistemática da sua tribuna do crime, onde tudo se defende, se perdoa e se absolve, o Dr. Alberto de Carvalho deixou-se impressionar de indignação diante de algumas medidas severas, violentas mesmo, da revolução de novembro, aliás a mais moderada das revoluções, incruenta até a anemia, como disseram os mal intencionados. Esta disposição antipática prejudica todas as opiniões do volume.

Estranha-se logo no volume um desdobramento de critério que o vicia radicalmente. Na primeira parte, que acompanha os últimos dias da Monarquia, aproveita-se o critério histórico, a lógica de um determinismo fatal preside aos acontecimentos. O autor dá conta desses acontecimentos, penalizado somente com o que tinha de ser. Na segunda parte, esse fatalismo quase resignado desaparece. O determinismo histórico que no princípio explica os fatos e os desculpa, o deus *ex machina* do evolucionista, é abolido e os homens, subitamente em desabrigo dessa irresponsabilidade, passam a ser diretamente acusados, processados e condenados.

Em duas ilusões, julgamos, labora o ilustre publicista, as quais depois desse defeito geral se devem notar principalmente porque são muito comuns, uma delas em relação à revolução brasileira e a outra em relação a política em geral.

Lastima o livro que o 15 de novembro fosse realizado pelo exército e não pelo povo paiano. As revoluções paianas, na atualidade, com os progressos da teoria da guerra e com o aperfeiçoamento das armas, principalmente com as conquistas do senso prático, que vai classificando os sacrifícios de sangue na categoria que naturalmente lhes compete – são impossíveis. Só uma revolução de povo é possível ainda. É o fim do mundo dos socialistas, algum dilúvio universal que liquide as últimas contas dos degradados sociais. Assim mesmo, quem levará a melhor nessa conflagração hão de ser os contingentes de tropa que fizerem causa comum com o povo.

Outra ilusão de exame no livro é uma consequência de um erro psicológico, frequente em política, forma original do antropocentrismo, em razão da qual nos parece que só nós e os da nossa opinião somos moralizados, e tudo mais é corrupção.

Fiquem tranquilos os azedos críticos. Em que pese às frases felizes e aos adjetivos enérgicos, em todas as opiniões políticas em todos os partidos a média da moralidade dos homens é muito bem mantida. Cá e lá más fadas há. Assim existem outras muito razoáveis de uma e de outra parte, e na mesma proporção.

Com as fadas do aforismo popular, como no descanso de um sonho sereno e amável, entretenham-se e meditem os filósofos da política, não para que atendam à severidade dos seus juízos, mas para que melhor a distribuam.

Y.

Jornal do Comércio, 3 de maio de 1891 (Edição 122)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

O dia maior da semana foi o 1º de maio, que a classe operária de todas as nações resolveu consagrar como um dia universal de descanso.

Entre nós passou sem grande rumor, lembrado apenas por sessões magnas das sociedades operárias. O partido socialista não tem razão de ser no Brasil, porque não representa mais do que a política da fome, entre nós; se há miséria, é a que vem exclusivamente dos vícios e da madraçaria e a que resulta diretamente da luta pela existência pode-se em tese afirmar que é desconhecida.

Soleníssima, porém, devia ter sido a comemoração do 1º de maio no velho continente.

Exatamente agora chega a termo o inverno europeu, tão cruel para os necessitados. Está presente aos operários – aos próprios que têm trabalho e que podem fazer *grève*, quanto mais aos esfaimados aos quais nem sequer a partilha dolorosa da fadiga se facilita e que, nos momentos de protesto coletivo, não deixam de engrossar as fileiras dos que se queixam – está presente à imaginação dos forçados da fadiga e dos que nem isso podem ser o quadro de angústias que é o inverno para os pobres, quando o próprio é antipático em um véu impenetrável de brumas quando a neve cai como um castigo de Deus, quando os filhos tiritam e morrem sem o socorro do fogo, que é pouco para aquecer a lareira dos ricos, quando as lágrimas se congelam nas faces da esposa.

O primeiro dia de maio, quando se pode volver os olhos à noite invernal, suficientemente passada para que já permita pensar nela, bem próxima ainda, para que viva recente e palpitante a lembrança do que ela custou, foi perfeitamente escolhido.

Pode-se imaginar que tenebrosa sinceridade, que entusiasmo sagrado não teriam levado aqueles peitos sob as blusas aos *meetings* colossais, convocados para revista de forças do socialismo, ensaios gerais do esforço titânico que ainda há de ser universalmente tentado, no sentido da melhoria do regime do trabalho, essas assembleias de meditação em comum, verdadeiras missas campais em que oficia a revolta e em que é religião o sofrimento.

Ao ter notícia dos movimentos uniformes quase disciplinados do socialismo, como de um sombrio exército que se destina a algum terrível empreendimento de guerra, pensa-se na filantropia generosa e sábia dos chefes dessa espantosa marcha, dos instrutores dessa formidável manobra da solidariedade. Sem esses chefes, os infelizes, na fadiga sem descanso dos seus trabalhos, nem ânimo teriam de pensar em reação, abatidos moralmente depois do abatimento físico. Vozes amigas, entretanto, foram buscá-los ao fundo de sua miséria.

À porta das fábricas, debruçado à beira das minas, uma espécie de anjo de misericórdia veio-lhes em socorro, como os alados mensageiros da Páscoa visitando os israelitas no cativeiro do Egito, e lembrou-lhes a humanidade humilhada, a humanidade que eles eram e que devia erguer-se no seu peito, e disputar aos opressores sociais o direito à luz, à liberdade e ao repouso que cabe a todos os homens e que as fábricas e as minas, sob os tetos, sob as abóbadas eclipsam e banem.

Faz-se a apoteose do mestre escola. A carapuça do pedagogo faz-se coroa no palavreado da bela retórica... Acordar as almozinhas obscuras para a luz... dizem elegantemente os entusiastas desses quase sempre supliciadores da fraqueza da primeira idade, e explicam que os tais beneméritos, com muita impaciência sempre e às vezes alguns cascudos, nos metem na cabeça o *abc*...

Se o mestre escola é um benemérito, como celebrar o valor desses enviados do destino, apóstolos anônimos da bondade, da justiça e do direito humano, que visitaram o último recesso da desgraça, que baixaram desinteressados até as últimas camadas do sofrimento social, para lembrar a esse sofrimento a consciência de si mesmo, que foram até o mais raso abatimento da alma, que saltaram na sepultura moral das desesperanças, que ressuscitaram Lázaro; e que do cadáver da dignidade humana e da energia, fizeram um soldado e o trouxeram para a luta e, sob as vistas dos próprios inimigos, surpresos e espavoridos, o disciplinam e educam na estratégia das vinditas?

Uma desconfiança, todavia, nos assalta a respeito dessas grandes almas. Por que não aconselham eles a imigração?

A guerra não consiste unicamente em combater. A retirada oportuna e bem dirigida é um recurso de salvação, no caso principalmente da defensiva. Os soldados franceses do Primeiro Império nunca se acharam tão mal em campanha como quando, na Rússia, encontraram diante de si, nos campos, nas aldeias, na cidade, o ermo. O grande inimigo era a ausência do inimigo.

Por que não aconselham os filantropos do socialismo europeu a emigração em massa, a colonização fácil das terras virgens dos países longínquos mil vezes mais felizes, onde o ódio social não medra, esse monstro do subsolo esmagador da consumada civilização?

Esse expediente, que a geografia tão naturalmente ensina, seria a mais fácil e a mais feliz das vitórias. De que se trata? De substituir os poderosos em suas posições? Parece que não. De melhorar a situação dos oprimidos... A emigração resolveria o caso, sem necessidade de grande batalha, batalha, aliás, precoce e injusta perante a natureza, antes da ocupação completa do planeta.

Moisés, o redentor, quando quis salvar os queridos de sua filantropia, não pregou a guerra social, conduziu o êxodo para a Promissão.

E os egípcios, porque tentaram contrariar o direito supremo da fuga, tiveram contra si a indignação do próprio mar.

Bem diferente coisa seria promover a colonização para esse fim de socorro, de promovê-la com o intuito dos nossos chinófilos²⁶² imigrantistas. Porque é preciso que o digamos, diante do mundo: depois da Abolição e depois da República proclamada, ainda há no Brasil quem pense na imigração amarela! Os chefes do socialismo europeu à frente de uma propaganda de imigração seriam órgãos da justiça social e os reveladores da salvação dos miseráveis.

Os nossos repugnantes campeões do cinismo querem gente para escravizar. Repugnando-lhe os maus hábitos do senhorio escravocrata, o europeu não quer tratar com certos patrões. Estes buscam então uma raça etnologicamente humilde até a vileza e incapaz de reação moral, para fixá-la perpetuamente na agricultura do tronco e do relho.

A comiseração filantrópica, o patriotismo nada de honesto têm que ver com o raciocínio desses senhores. Nesses cérebros-barrigas não se pensa um momento; opera-se apenas a digestão mental do interesse e da cobiça. Eles não têm coração; a caixa torácica lhes é toda um estômago sobre a pança, e circula-lhe nas veias, em vez de sangue, o suco gástrico corrosivo e ávido, aviventando-lhes um organismo especial de voracidade.

Também a respeito desses réprobos, escravistas impenitentes depois da escravidão, não vale a pena gastar palavras. Pesa sobre eles tão absoluto desprezo da opinião pública, que nem por sombra se podem considerar uma ameaça à evolução civilizadora da Pátria.

Queixam-se de que não há quem se mate, a cuidar-lhes dos canaviais tísicos, esgrouviados e secos.

²⁶² Chinófilos: refere-se aos defensores da imigração chinesa.

Pois, se para salvá-los é mister inventar mais uma desgraça no seu País, ataquem-lhes antes fogo, que já têm o exemplo de Vidal de Negreiros²⁶³ na história – por amor de um bom nome de cidadão.

A City Improvements²⁶⁴ não faz *amende honorable*²⁶⁵. Valente companhia!

Esmagada debaixo de uma carga de razões que a reduzem à sua posição exata, de primeira causadora da insalubridade do nosso clima, consegue ainda debater-se com uma energia soberba.

E o engraçado é que não é ela que a si mesma se defende, naturalmente porque só sabe falar inglês.

Defende-a a engenharia fiscal junto dela, constituída em procurador bastante, quando a referida engenharia nada mais cumpria, no caso de se querer defender a City, senão dar as informações que fossem reclamadas durante o debate. Isto porque nas acusações feitas nenhuma responsabilidade do que se condenava foi atribuída ao atual representante do governo junto da companhia.

De uma maneira ou de outra, o certo é que não se deu por vencida a valente Improvements.

Isto quer dizer que nenhuma providência se há de dar no sentido de corrigir os defeitos da canalização subterrânea que se afirma não existem, enquanto os obituários transbordam; isto quer dizer que os horrores dos serviços do esgoto dentro das habitações, *maximé* no centro da cidade hão de continuar até que não haja mais um só argentino, um só Berdier²⁶⁶, para falar da febre amarela no estrangeiro; e que o diletantismo original do Nero inglês de que um dia falamos, há de chegar à perfeição de reduzir o Rio de Janeiro à mais interessante das necrópoles.

²⁶³ Vidal de Negreiros: foi militar e governador colonial da Paraíba, conhecido por lutar contra a colonização holandesa no Brasil, durante a Insurreição Pernambucana.

SILVA, Ana Beatriz Barros. *André Vidal de Negreiros: a necessidade da construção de um herói verdadeiramente paraibano*. Saeculum, João Pessoa, v. 14, jan.-jun. 2006.

²⁶⁴ City Improvements: companhia inglesa responsável pelo esgotamento sanitário e pluvial no Rio de Janeiro. ABREU, Mauricio de. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Jorge Zahar Editor, 1987.

²⁶⁵ *Amende honorable*: expressão do francês, significa “retratação, confissão pública”.

²⁶⁶ Manuel Berdier: côsul geral e delegado sanitário argentino, publicou em 23 de março de 1890 um telegrama comunicando o falecimento de 315 vítimas da febre amarela em uma semana no Rio de Janeiro. A consulta de periódicos aponta que, como resultado, estrangeiros se recusavam a embarcar para a capital devido à situação alarmante, o que, obviamente, revoltou tanto a imprensa quanto o governo.

O *Jornal do Comércio* corrige o telegrama afirmando que o total de pessoas que faleceram em decorrência da febre amarela foi 35 e não 315 como exposto por Berdier anteriormente.

FEBRE AMARELA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 mar. 1890.

LOCAL NOTES. *The Rio News*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 mar. 1890.

*As Rapsódias*²⁶⁷, de Coelho Neto, constituem a última novidade literária.

O título desse livro lembra uma coleção de poesias.

A *Rapsódias*, não sendo feitas de estrofes, são realmente uma série de poemetos a que só falta, porque são escritos em prosa, a regular metrificação, para serem o que se chama ordinariamente obra de poeta.

Há, na atualidade literária, os que fazem a apoteose do sangue e da fibra, proclamando que se deve levar a vida como uma empreitada braçal e que as obras de arte se devem compor segundo essa doutrina, sem escolha de assunto nem de linguagem, rudemente e poderosamente, como as erupções vulcânicas sobem ou como os desabamentos descem.

São os naturalistas do grande estilo brilhante e brutal. Há, em campo oposto, os delicados, os puros artistas, mais aplicados à perfeição do que à ampliação dos seus trabalhos.

Por sinal que nada é mais perigoso do que a mania moderna, ocasionada por esta escola, de se fazer delicado à força, sem consulta ao próprio temperamento, o que redundará em produção inane, em pieguice e irritante deliquescência, quando não em esterilização completa.

Em nenhum dos dois campos, em que se travam as lutas do talento contemporâneo, se pode compreender o livro de Coelho Neto.

Não se pode classificar na escola dos panegiristas da força, porque é um livro delicado. Não se pode filiar à escola dos artistas lapidários da ideia e da palavra, porque a delicadeza que nele se nota é ingênua e simples, coisa que se não dirá dos mais finos analistas.

Fora das escolas, porém, é preciso que reconheçamos que há muita coisa boa; e nessa conta de produção espontânea de teorias, devem ser aceitas as *Rapsódias*.

Ingênuo e simples, temos classificado o livro; diríamos mesmo infantis os sedutores contos, se o qualificativo não estivesse estragado pela ironia e se não fosse o assunto geral do livro um tanto forte para a inocência desse epíteto.

É antes um livro de adolescência. Os contos de Coelho Neto transportam-nos para uma Arcádia ideal de jovens pastores, que a gente vê a cada instante, idealizados como sombras e levando rebanhos que desfilam sobre a paisagem vagamente, como se desenovelam névoas. Parece-nos ouvir filetas através da narrativa, ou a própria voz argentina de Cloé ou de Dafne²⁶⁸. Para que o sonho da pastoral seja completo, há ainda quadros bucólicos inspirados na poesia campesina da *Bíblia*.

Correspondendo ao cenário e personagens dos contos, o amor é o sentimento exclusivamente explorado.

²⁶⁷ *Rapsódias*: primeira obra publicada por Coelho Neto, em 1891.

²⁶⁸ Cloé e Dafne: também chamado de *As Pastorais*, é um texto clássico em prosa escrito por Longo, no século II. A história retrata dois pastores adolescentes que se apaixonam.
LONGO. *Dáfnis e Cloé*. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Pontes, 1990.

Da primeira à última página do livro esta paixão é o invariável tema modificador às vezes em amor ciúme, amor esperança ou amor saudade.

O modo geral da narração, no fraseado, nas imagens, é a expressão suave e meiga que convém exatamente ao assunto, perturbada apenas de vez em quando por alguns caprichos de estilo.

A respeito de caprichos de estilo, nem sempre é feliz o livro, tão agradável aliás no conjunto.

O escritor delicia-se na música de vocábulo até a embriaguez e perde-se às vezes, no turbilhão de sinfonia. Quando não é uma imagem que escapa sem a graça conveniente, é o próprio sentido que obscurece e se enevoa. Vide o primeiro capítulo, “A forma”.

Esta delícia cega no encanto do ritmo, ao próprio ritmo da linguagem, prejudica nas *Rapsódias*. O autor deixa-se embalar na monotonia, porque é suave e esquece a variedade, essa força que tanta vantagem dá à prosa sobre o verbo. São muito frequentes no livro trechos e trechos de ritmo e metrificação uniforme, verdadeiras enfiadas de versos, frouxos às vezes, versos de primeira ordem, que se percebe, que ocorreram ao ouvido do escritor e que ele teve pena de sacrificar. Vide “Syrinx”, o ideal.

Isto sem falar em uma boa porção de versos perfeitos, ora em decassílabos, ora alexandrinos, que a cada momento aparecem como coágulos comprometendo a fluência fácil e variada da linguagem.

Y.

Jornal do Comércio, 17 de maio de 1891 (Edição 136)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

O dia 13 de maio marcou a nota da semana.

Fê-la uma semana comemorativa, solene em um só dia, mas toda ela preocupada das recordações de uma triste antiguidade, recordações suaves felizmente, porque, ao contrário do verso de Dante, em que nenhuma dor maior se julga do que na miséria recordar os tempos felizes, em tempos melhores, porventura, é que nos acodem as reminiscências inerentes à data gloriada da Abolição.

Foi-se a idade da treva. Mais rápido do que o podíamos acreditar ruiu o castelo sombrio do mais torpe dos preconceitos, emancipando-os um povo fundamentalmente

generoso e nobre, da tristíssima aparência de selvageria em nome da lei que o desonrava perante o mundo.

Glória aos operários dessa grande demolição. Glória a José do Patrocínio²⁶⁹ o herói popular que por um desses raríssimos favores da história, se achou o exato homem do momento, representação individualizada do clamor unânime de um povo, e dotado de alma casta para sentir assim com a alma da multidão, e de força de gênio, para exprimir com a veemência proporcional a paixão de todos, para viver e para cantar o poema épico, a epopeia guerreira dos livres, quando o sentimento de sua nacionalidade era o horror universal à escravidão.

Lembrando os heroísmos da grande campanha, não é um nome apenas que nos vem à mente: a memória oferece-nos o trabalho glorioso de muitos, afluindo com sede de justiça à revista meditativa da gratidão.

Como, porém, depois de uma grande batalha em que tantos e tantos emularam em bravura, revezaram-se iguais no estoicismo e na perseverança sobre-humana diante do perigo, acima do perigo, não é possível distinguir a todos os heróis, mesmo porque muitos, convencidos por um duplo heroísmo de que o heroísmo é uma obrigação porque se não fica devendo, esquivam-se à compensação dos prêmios – a crítica tem de escolher os que ao acaso da sorte tiveram posição mais destacada, e guia-se por um juízo de Deus, galardoando apenas os mais notáveis, sobre cuja frente vai pousar assim uma coroa que é de direito a coroa de muitos.

Entre os sorteados do destino, para a mais alta glória abolicionista, por menos que se enumerem beneméritos, é força lembrar alguém mais, com o herói popular do abolicionismo. Exatamente em frente, no campo dos poderosos, no mais alto posto, sorri como o vulto de um arcanjo a lembrança da mulher lendária, da princesa de balada que um dia, por que lhe pediam com lágrimas em nome dos que padecentes, arremessou indiferente pela janela do seu palácio como faria a flores mortas a vaidade de reinar, as esperanças de uma dinastia, a própria coroa de seu pai.

Tudo quanto podiam fazer contra o império e contra o trono já o haviam feito os abolicionistas. A demolição desta parte fora desapiedada e era irremediável. Não se lhes haviam atendido a tempo; tanto pior. Faltava somente desagradar... aos outros. O trono estava por um único apoio. Em roda jaziam por terra, exânimes, os leões de ouro do antigo

²⁶⁹ José do Patrocínio: foi um jornalista, escritor e ativista político em favor da Abolição (1853-1905). ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

sustentáculo. Mas o último apoio era o contrato negro com o escravismo. A altiva princesa, a magnânima senhora, corou ao pensá-lo e resolveu como se sabe.

Pena é que um rasgo de tanta abnegação, um feito de tão pura e tão elevada grandeza moral, esteja servindo na atualidade para joguete de manejos reacionários.

De um grande ato cujo sentido não foi outro, para uma princesa a cuja consciência esclarecida não podia passar inobservada a torrente de evolução que se desencadeava, não foi outro senão uma afirmação indireta de renúncia, uma forma sublime de abdicação, ante os acontecimentos que então a assediavam pelo mais fraco da soberania dos príncipes generosos que era o seu coração, desse abandono supremo do desinteresse, desse glorioso erro político em nome da humanidade, quer-se fazer ao contrário hábil manobra do império para manter-se, uma súplica de misericórdia da dinastia que queria salvar-se; e lamenta-se, nas entrelinhas dos artigos, nos sublinhados da eloquência, que o povo ingrato não houvesse garantido um reino a quem em tão bela moeda o quis comprar, ou não houvesse relaxado uma coroa a quem com graça tão comovente a tinha esmolado.

A verdade é que, isolado da fatalidade próxima do 15 de novembro, sem se reconhecer como nobre inspiração de uma princesa receosa de que se encerrasse o período de exaltação de sua família, sob a suspeita de que fora essa família a grande mantenedora da escravidão no Brasil; não considerado apenas um raro e invejável exemplo de submissão de uma soberana diante da necessidade histórica; quanto mais se provar – admitindo o incontestável progresso já então da obra revolucionária – que a Monarquia podia triunfar depois do 13 de maio, e que o 13 de maio foi uma tentativa de sedução à popularidade, da parte de imperantes que ainda podiam agarrar-se a tais recursos – tanto menor gradualmente, até proporção mínima, será o merecimento do ato de assinatura da grande lei nº. 3.353²⁷⁰ do Império.

Um grande resultado indireto da campanha abolicionista que se não tem observado e que, entretanto, pronunciou-se muito antes de terminada essa luta, foi a delimitação forçosa e para sempre dos partidos conservadores extremados e radicais.

Porque a luta era por natureza pessoal e cheia de ódio, porque tinha que ver com os mais suscetíveis interesses, foi uma ocasião tremenda de se experimentarem os caracteres.

Não nos referimos, já se sabe, aos irresponsáveis que havia de parte a parte, de olhos fechados às ordens de uma das causas ou da contrária, conforme o pão ficava mais perto, pessoal vilíssimo de criados ao serviço de opiniões sociais.

²⁷⁰ Lei nº. 3.353 do Império: declaração da extinção da escravidão no Brasil, assinada em 13 de maio de 1888.

Mas, entre os que figuraram na campanha de todo o coração, as posições delimitaram-se tão nitidamente, tão energicamente, como a respeito de nenhuma causa política das de debate cotidiano era possível suceder.

Os da defensiva, assaltados no mais doloroso da avidez conservadora, aceitavam a guerra a frente a frente, sem meneios, nem disfarce, descomposto, na nudez obscena do egoísmo, como soldados surpreendidos à noite no desalinhado acampamento e que tratassem de bater-se antes de pensar em roupa. Os da ofensiva, compreendendo a irritação que iam provocar, rompiam desde logo a todo transe, com um furor de último esforço. Não havia quase tempo de olhar o rosto ao adversário. Em pouco os adversários nem se viam mais, e os golpes cruzavam-se entre paixões, de um lado estimulados pela fé no direito humano e pelo prazer entre perverso e justo, de castigar; do outro lado, pela paixão, talvez mais humana, de brigar pela cobiça animal do bem-estar, conflito de puros ódios, como um duelo de fantasmas.

Rudimentar e simples era a luta em seu motivo, de uma e de outra parte. Também os indivíduos que nela se envolviam demonstravam em evidência grosseira e fácil quanto tinham de generosos ou quanto tinham de mesquinhos.

Em outros encontros políticos, há os subterfúgios possíveis da eterna questão dos princípios em que a má fé evade-se para uma metafísica de onde se não a pode desenovelar nunca de modo completo. Além disso a linguagem encontra jeito de tudo acomodar. E a opinião geral mesmo interessada assiste ao combate, mal percebendo que cores vestem os combatentes, através do fumo do combate. Na luta do abolicionismo os combatentes encontravam-se em campo descoberto e claro. Os golpes da arma branca primitiva que eram os argumentos primitivos da discussão feriam-se no ar límpido, tão facilmente vendo-se no dardo que voava, como a florida depois de um golpe. Adversários que nesse campo se mediam não se podiam confundir.

Hão de se acumular os enredos da política; as conveniências pessoais enfeitar-se-ão de todos os brilhantes eufemismos que o dicionário poético dos políticos enumera e ensina; criar-se-ão mil partidos, haverá republicanos e haverá restauradores, matizados de incalculáveis cambiantes de opinião; o partido escravocrata e o partido abolicionista, no fundo de todas as aparências, hão de ser sempre os dois partidos da realidade. De uma parte, os cegos amigos da conveniência do momento; de outra parte os crentes da justiça, os que lutam mais generosamente pela conveniência do dia de amanhã, que é a confiança em futuro melhor.

Nunca mais em suas relações mútuas os dois partidos se hão de enfrentar com o antigo desespero. A questão dos escravos exasperou o conservantismo até a caricatura e o

liberalismo até ao delírio. Segundo a tabela do interesse em questão, todavia, hão de pegar-se sempre com gana.

Não haja bandeo para os escravocratas alguns abolicionistas cansados das investidas, porque o alto conservantismo é sempre a defensiva; não venham fingir de abolicionistas, apertados de despeito, alguns negreiros velhos, e até os homens serão os mesmos, nos mesmos grupos do grande tempo – indissolúveis.

Na atualidade, por exemplo, os escravocratas, indiferentes às questões mezinhas da política, são todos calada e sombriamente partidários do jogo da bolsa, do papel em abundância, da imigração chinesa, do convênio americano...

Onde houver um mal enorme para a Pátria com uma superfície de vantagem no momento, aí estão eles, unidos e unânimes.

Foram assunto esta semana, ao mesmo tempo, a questão das Missões e a questão de limites com a Guiana Francesa.

A respeito da questão de limites ao Sul, é a impaciência pública, que se vai erguendo, ansiosa, à medida que se aproxima a época das reuniões do Congresso, onde se há de ter conhecimento do tratado que o governo provisório assinou.

A respeito dos limites setentrionais, a opinião agitou-se, em razão de notícias que chegam de que enviados franceses tem invadido o território nacional para além do Amazonas, e andam a fazer propaganda a favor do domínio francês entre os da terra, e sorrateiramente preparam a instituição de um novo Tonquim²⁷¹ sul-americano, mil vezes mais vantajoso que o da Ásia para as esperanças da política colonial da França. Dentro dos limites do Brasil já consta até que anda um sábio, espécie de Paul Bert²⁷² de meia tigela, a preparar a geografia da *possessão*.

O governo veio logo tranquilizando a todos por meias frases, que dão a ideia da mesma tibieza da nossa antiga política internacional, vacilação aliás incompatível com os tempos atuais, em que o Brasil se afirma ou deve querer afirmar-se como nação entre as nações.

Da parte do povo, a respeito das grandes questões da nacionalidade, vai-se notando um salutar movimento, que era bom que se desenvolvesse, que se detalhasse em análise, que acompanhasse todos os incidentes da vida nacional.

Esta questão de fronteiras transporta-se para qualquer terreno. Doem-se das invasões no território. Pois tenham em vista que não são estas as únicas invasões a reear. O

²⁷¹ Tonquim: é a parte mais setentrional do Vietnã, região na qual a França promoveu entre 1883 e 1886 uma campanha militar visando estabelecer um protetorado sobre o local.

CHINE ET TONKIN. *Le messenger du Bresil*, Rio de Janeiro, p. 3, 20 abr. 1884.

²⁷² Paul Bert: zoólogo, fisiologista e político francês.

estrangeiro, em qualquer espécie de relações conosco, tem de ser o nosso povo compatriota, o auxiliar, o irmão, limitando a inspiração dos seus interesses equitativamente no ponto onde os nossos começam. Não sendo assim, é o inimigo e não devem continuar abertas as portas desse nosso cosmopolitismo desprevenido, inerme e ingênuo, que seria um soberbo traço de caráter popular, se não redundasse em fraqueza.

Morreu Joaquim Norberto²⁷³, o venerado presidente do Instituto Histórico.

Ainda não há muito escrevia para a imprensa a respeito da presidência honorária dessa associação um artigo de polêmica em que oferecia amostras, nos seus adiantados anos, de uma inteligência vibrante ainda e sadia como a mocidade.

Morte precoce foi assim a deste ancião, a força de cujo espírito ainda havia muito que esperar.

As letras brasileiras, a que tão bons serviços prestou Joaquim Norberto, perderam com ele um precioso operário da investigação, de tanta consciência no acurado trabalho de busca, quanto criterioso no estudo dos documentos que acumulava. A história foi naturalmente o gênero preferido de sua tendência intelectual, e ele deixa dessa especialidade produções que respondem pelo mérito do autor.

Na atualidade, em que os trabalhadores da literatura tão pouco se dão aos cuidados do lento estudo aprofundado e cansativo, uma perda desta ordem é ainda mais lamentável. O passado, de que eles são amigos, os investigadores, austeros mineiros dos arquivos, quando um desses homens extingue-se, parece que morre ainda mais, no olvido dos documentos, o pobre passado morto.

Y.

Jornal do Comércio, 24 de maio de 1891 (Edição 143)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

A propósito de uma injustiça que nos escapou à crônica, com a facilidade de ir dizendo as coisas sob o efeito da primeira impressão, escrevem-nos o que em seguida publicamos. Ouça o leitor, ao correr da transcrição, as pancadinhas de quem bate no peito. Somos nós, contrito.

²⁷³ Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891) foi um historiador, escritor e crítico literário brasileiro.

“... Fostes altamente injusto na psicologia atribuída ao inglês simbólico da City Improvements. Vós o fizestes passar por uma alma de maldade, Nero britânico, do alto de uma torre de cruel indiferença, assistindo às devastações na grande cidade – do incêndio doloroso da febre. Fostes inexato em vossa alusão, que tanto podia ser impessoal, como personalizar-se em alguém.”

Há na City Improvements quem viva triste. Muitas vezes tem ecoado as salas do escritório central, ao som de passadas de vai-vém em passeio melancólico, dessa espécie de passeio próprio do inglês e do marítimo, que é quase dizer uma e a mesma coisa, como gente que quer meter na largura de um convés o exercício de uma longa caminhada. Muita vez, por entre o pisar desse melancólico passeio, se tem feito ouvir em murmúrio de mal contido desespero a exclamação dos que perderam a alegria: *Never more! Never more!*²⁷⁴ Há ali alguém que vive torturado de pesares. A City bem sabe das culpas que lhe pesam e tem o luto na alma. Tem na consciência o remorso minucioso de suas devastações, como um arquivo da peste e da desolação.

Posso garantir-vos, como quem com ele priva, que é um homem triste o gerente daquela segunda empresa funerária.

E tem sofrido muito. Ainda em novembro do último ano, na data dos mortos, reinando a febre, via-se ele assaltado de insônia, em angustiosa vigília, à meia-noite. No eco das trevas desde muito cedo se perdera o rodar do transporte do último esquife. Nos cemitérios, onde esperavam sepultura os mortos atrasados, os demais, os que não tinham tido o cuidado de falecer a tempo de se enterrar no mesmo dia, já não restava um só coto de vela da iluminação comemorativa; e o aspecto da ornamentação de coroas tinha-se perdido na intensidade do escuro. Por esse efeito de extensão, talvez, que é muito frequente e que comunica ao espetáculo da natureza a disposição moral de quem a contempla, o nosso homem, em alto terraço, sobre uma dessas colinas, salubres e pitorescas dos arredores do Rio, onde buscam sadia vivenda os louros ingleses da população fluminense, reclinado a uma cadeira de conforto enfrentava a noite e reconhecia no imenso espaço calado e negro um como espelho da profunda angústia de sua alma.

Queimava as horas do *spleen* no fogareiro de um cachimbo. Os raros pequeninos astros da noite vinham mirar-se em rápidas estilhas, no tampo de prata cortado do cachimbo, de maneira a produzir a quem quer que não tivesse o espírito atribulado, como o nosso *gentleman*, a ilusão lisonjeira de fumar estrelas. Da cidade, em baixo, não subia um único

²⁷⁴ *Never more*: expressão usada pelo escritor norte-americano Edgar Allan Poe no poema narrativo “O Corvo”.

rumar. Como se, de uma vez, lhe houvesse a peste suprimido todos os habitantes. Os lampiões de gás, inúmeros, irradiavam na distância silente, como olhares espavoridos. Uma neblina trêmula e escassa, como há nos sonhos, diluía as perspectivas e idealizava fantasticamente o panorama. Sobre o aspecto morto da cidade, embaixo, esse imenso fantasma de neblina era como a alma da terra fugindo.

O inglês olhava.

Súbito, os astros do céu sumiram-se; as estrelas do tampo de prata apagaram-se; os vapores suspensos da atmosfera condensaram-se. Uma espécie de coluna de fumo, que subia do vale e acabava justo à altura do terraço, formou-se vacilante em frente. Agora, um contorno vagamente humano declinava-se na estatura da sombra. E o inglês viu inclinar-se sobre a cadeira de repouso, sobre o terraço, a coluna diáfana e ouviu, tetanizado de pavor, alguma que era como se a nuvem falasse:

- Carrasco! Carrasco!

Tal qual em um conto conhecido de Poe. E ainda como no tenebroso sonho de Ptolemais, havia inflexões indefinidas na estranha voz; que lembravam não um homem; muitos homens que tinham morrido e de várias línguas, ingleses, russos, polacos, espanhóis, portugueses – todos os desgraçados que até então levava a peste inexorável dos esgotos.

Mísero gerente!

Mas, em vez de pensarem em salvar quem tanto sofre, remir de tanta mágoa um homem de coração sensível; em vez de lhe pouparem mais remorsos, condenando em absoluto o nefasto sistema de asseio urbano que pôs a perder o clima do Rio de Janeiro; em vez de tratar-se de uma substituição relativamente pouco dispendiosa do sistema atual, causa única da terrível peste fluminense, como o têm atestado os competentes, como o demonstrou até a exuberância a terrível seca de há alguns anos, durante a qual, havendo-se tornado ainda pior o serviço dos esgotos, o Rio de Janeiro presenciou com terror inúmeros casos até de febre amarela fulminante; anda-se a quebrar a cabeça com projetos apocalípticos de saneamento, cujo único resultado será depois de adotados, quando alguma companhia, naturalmente inglesa, houver tomado a si o negócio e começar a realizá-lo – a necessidade imprescindível de uma rescisão do contrato, mediante indenização que só calcular faz vertigem.

É assim. O mal todos conhecem. Com todos os seus lençóis de água e sem os famosos *melhoramentos* ultimamente introduzidos, era o Rio de Janeiro o paraíso da salubridade. Depois dos tais melhoramentos, mais positivamente, depois dos esgotos, a cidade tornou-se inabitável. Sabe-se disso. E não se diz uma palavra a respeito; e surge uma história de

calçamentos estanques e poços de drenagem, como se a peste se originasse de humidade profunda da terra e como se cobrir o miasma com uma imensa tampa fosse suprimir o miasma.

A ir adiante semelhante ideia, vamos desde já dando conselho à população que abandone as casas. Passe a morar no meio da rua; porque, sem dúvida nenhuma, as exalações mefíticas que forem abafadas pelo calçamento, buscarão saída pela área dos prédios, e quem cometer a temeridade de ficar em casa está morto. Se é que ainda restará gente para morrer depois da revolução do subsolo pelas obras *saneadoras*, depois do monstruoso *sabbat* de micróbios que as exalações farão bailar muito tempo na atmosfera.

É o resultado de uma funesta cegueira que nos persegue e de que tanto nós temos feito vítimas a nós mesmos.

Coisa semelhante dá-se com a invenção do tal socialismo no Brasil. Nada pode haver de mais artificial, mais falso, mais inventado. O socialismo, quando não é a manifestação de vil instinto de inveja, que concita quem está debaixo a dar assalto a quem está de cima, não para estabelecer a igualdade, mas para substituir a opressão – é uma filosofia de luta e de heroísmo, que vem da necessidade de habitem muitos em determinada região. Vem da disputa da terra, e seu mais terrível problema não é bem a questão do pequeno salário, mas a triste questão dos que não têm salário algum.

Na Europa, o proletário pede um palmo de terra; mata-se, como o revolucionário irlandês, por algumas braças de campo, onde possa erigir uma choupana e estender uma horta.

No Brasil, se as dificuldades existem, são apenas as dificuldades do contrário. O Estado distribui a terra em regiões virgens e ubérrimas, fez presente delas a quem quer que seja como para aliviar-se. Distribui até pessimamente, de tanta que tem a distribuir.

A coisa chega a ponto de se não poder organizar o serviço doméstico na cidade, porque ninguém precisa servir e há pão de sobra para todos; quando, na Europa, aceitar gratuitamente um indivíduo para criado, é dar uma esmola; e os patrões levam o serviço da copa e do asseio das botas a bofetadas e murros, e muito resignadamente sofridas, como nem com escravidão entre nós sucedia. Há salteadores que se dão ao ofício do banditismo, qual se tem visto agora em São Paulo, por simples luxo, sem a mínima pressão de fome, tendo em casa abundantes somas de dinheiro, como o ladrão Mastema, ultimamente assassinado pelos sócios.

E surgem idealistas, por um desejo de superfície, imitação, a bradar a guerra social

entre nós, como se aqui fôssemos o inferno industrial de Liège e Mons²⁷⁵!

O Brasil tem o seu problema social. É muito grave e interessa mesmo seriamente a humanidade, como o problema que representa, do futuro da raça latina, em uma de suas mais consideráveis ramificações. Mas é um problema de organização, não é uma questão de demolir. O Brasil é uma nação que se forma e que se forma pela imigração, o que é mais sério. Nestas condições, os mil cuidados de sua constituição futura têm de preocupar seriamente os brasileiros.

Mas é um absurdo, quando o grande embaraço é a distribuição conveniente da população em um território sem limites, levantar a paródia do debate social dos países onde as populações se estrangulam por falta de espaço. É um absurdo querer que vingue, na árvore nova de uma civilização nascente, o cogumelo daninho das civilizações putrefatas.

Estas histórias de socialismo no Brasil não podem produzir senão desordens insignificativas, e que nenhum raciocínio humanitário favorecerá; ao alcance, portanto, da mais justa repressão por parte dos responsáveis da ordem geral.

Repetiu-se o tristíssimo caso de fuzilamento durante exercícios de fogo dos nossos soldados.

Se da primeira vez o caso produziu uma impressão deplorável, repetindo-se agora, impressionou a opinião como uma coisa de gravidade excepcional.

Não é possível realmente, da parte de uma corporação que tem de existir exclusivamente pelo respeito social e para garantir esse respeito, afirmar-se mais funesta demonstração, do que este fato de poder um soldado, da própria fileira de manobras, cometer impunemente um homicídio.

Fala-se de descuido na distribuição dos cartuxos para os exercícios com pólvora seca. Se a coisa não dá para uma suposição pior, o caso é de lastimável desídia.

Mas quer-nos parecer que a inocentação dos que dispararam armas embaladas, tal como se pretende fazer, é bem difícil.

Não há confusão possível entre um cartucho embalado e um cartucho sem bala. O soldado que toma um cartucho à patrona reconhece a diferença logo pelo peso e pode perfeitamente dispensar-se de carregar com o cartucho que lhe veio à mão, se sentir a bala. O caso afigura-se-nos antes para a triste convicção de que houve perversa facilidade da parte de um atirador.

²⁷⁵ Liège e Mons: região belga que se industrializou rapidamente após a Revolução Industrial, mas entrou em declínio com as expansões nas colônias. Publicações revelam inúmeras reações e greves por parte dos operários da cidade.

BRUXELAS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 mar. 1886.

Nesta hipótese da perversidade, ou na hipótese da simples desídia, o indispensável é que estes horríveis fatos não se tornem a produzir e que a disciplina se firme. Mais do que por imposição dos oficiais; imposta mesmo pelos camaradas ordeiros e dignos aos camaradas de menos sentimentos. E que estes se se mostrarem incorrigíveis sejam repelidos da corporação como um descrédito.

O bravo exército brasileiro, o nobre e altivo exército que é o refúgio dos nossos mais puros e ardentes sentimentos de Pátria, o exército, que, excluído por natureza desse cosmopolitismo neutro e frio que é o defeito de nossa civilização e que se gera dos contatos dissolventes da vida comum de nossa sociedade – é a esperança do verdadeiro Brasil – precisa que aqueles mesmos que não simpatizem com a sua gloriosa força o tenham de julgar irrepreensível.

Correta até aí pode-se dizer que tem sido ultimamente a polícia.

Saudamo-la na pessoa da distintíssima autoridade, que está movendo guerra de morte à jogatina.

Os depravados dos maus costumes têm se visto em uma dobadoura. Não há eminência a que não chegue o esforço enérgico da polícia tão nobremente representado pelo ativo Dr. Barros Barreto²⁷⁶. A própria hipocrisia revestindo de aparências de caridade a instituição vergonhosa de uma feira de corrupção não escapou à vigilância do digno delegado, que a despiu como ela merecia e a entregou à reprovação pública, em pelo, no impudor de sua vergonha.

Continue por este caminho a polícia. Não lhe faltarão as duras invectivas dos injustos, mas tenha a certeza de que é unânime o aplauso dos que sabem corretamente aplaudir o bem pelo que vale o bem e o mérito pelo que o mérito é.

A este respeito aliás uma coisa nos tranquiliza, é que os que sabem com energia desempenhar-se de suas obrigações estão a salvo do mau efeito dos apodos e não sofrem muito das injustiças, porque em geral consultam altivamente a norma de sua consciência e de seu independente critério em vez de esperar pelo parecer flutuante de quaisquer opiniões.

El Rei de Portugal acaba de mandar dizer ao generalíssimo Deodoro que suspenda o imposto em ouro das alfândegas, porque essa cobrança é prejudicial aos negócios do reino.

²⁷⁶ Barros Barreto: Francisco de Barros Barreto (1866-1946), militar e magistrado brasileiro. Na época da publicação era segundo tenente no Rio de Janeiro. REQUERIMENTOS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 fev. 1890.

El Rei mandou, é coisa feita. Haverá descuidados a quem pareça uma extravagância tal ordem expedida de além-mar. A nós não surpreende que ela tenha vindo, nem que seja obedecida.

Há muito que ouvimos o *folklore*²⁷⁷ cor de rosa das crianças:

Carneirinho, carneirão,
Olhai pro céu, olhai pro chão.
Manda El Rei de Portugal,
Para nos ajoelhar.²⁷⁸

Y.

Jornal do Comércio, 31 de maio de 1891 (Edição 150)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Sem as galas de afetado regozijo que uma vez acompanharam idêntica comemoração, decantou-se, contudo, ainda este ano no Rio de Janeiro o grande aniversário patriótico da República Argentina.

Ora já é tempo de nos deixarmos de cerimônias com a famosa irmã do Prata.

Esta senhora mana, de retórico parentesco, tal qual o maninho Uruguai, que nos deve aliás os cabelos da cabeça, e que sem entrar de queixo nas rendas aduaneiras do Brasil, vive morrendo à míngua, é a nação mais sinceramente nossa inimiga que pesa sobre o planeta.

Aos brasileiros e ao Brasil tem sido indiferente semelhante inimizade. Temos mais em que cuidar do que nas antipatias gratuitas ou ingratas de republiquetas mais ou menos insignificantes e encalacradas. Mas já é tempo de acabar-se com essa comédia de cumprimentos, que, como cavalheiros, não regateamos, embora não seja exatamente o que nos vai na alma e que são tão mal correspondidos lá para as margens do Prata.

Neste ponto, discordamos das próprias colunas ao alto, desta folha. Tribute o governo segundo a pragmática das gentilezas diplomáticas as cortesias que bem quiser a todas as irmãs acainadas que tenham aversão por nós. O povo e os órgãos naturais da opinião do povo, distinto do oficialismo, não devem absolutamente compartilhar, em ressalva dos nossos sentimentos, de tais demonstrações.

²⁷⁷ Folklore: do inglês, “folclore”.

²⁷⁸ Cantiga infantil antiga.

O Brasil tem alguma coisa daquela carniça viva de certa anedota. Cortam-lhe retalhos de fibra gorda e succulenta. Exigentes parasitas hostis ou famélicos metem-lhe o dente agudo nas carnes. O Brasil nem sente. No Sul já descobriram a explicação da coisa, explicação generalizada com admirável perspicácia para julgar a importância da nossa Revolução.

– O brasileiro, dizem por lá, não tem sangue...

Ora, pelo amor de Deus, nós que ao menos tempos pudor para não fazer vida do calote perene, não devemos concorrer com o mínimo descuido para que se autorizem contra nós suspeitas de anemia moral.

Ao Sr. Arturo de Leon²⁷⁹, se o tivesse de saudar pela glória do maior dia da pátria argentina, diria positivamente a crônica:

“Honrado senhor, celebra hoje vossa pátria o dia de maior regozijo nacional. Tanto melhor para ela. Pior seria, além de ser uma de la Palisse²⁸⁰ se, esquecendo-o, deixasse de o celebrar. Quanto a nós, tanto se nos dá que o celebre, como que o não celebre. Ao Brasil não faltam celebreyras que o importunem.

Vosso regozijo de argentino podia ser o nosso regozijo também – se vossa nação compreendesse a fraternidade entre os povos. É coisa que não sucede. Desde a fileira do basbaque de esquina, até aos mais expressivos documentos oficiais e da parte de vosso povo para com o Brasil, somente a provocação se manifesta. Fazeis propaganda de imigração; vossa propaganda consistia mais em pregões do descrédito do Brasil, do que em anúncio de vossas sedutoras condições. Instituis serviço sanitário internacional; vossas quarentenas, frequentemente impostas em razão de sonhadas epidemias do Brasil, e, quando mais razoáveis, contra uma epidemia de febres que não vinga nos climas frios como o de vosso País, tem menos em vista defender-vos de enfermidades assoladas, como tendes a varíola, do que fazer crer ao mundo que o Brasil é inabitável. Tão revoltante atitude de pouca consciência assentia-se a ponto de irritar o mais calmo, na questão chamada das Missões. Irmãos que sois, quereis fraternalmente arrancar-nos uma fração do nosso território. Bem sabemos que toda a República Argentina emigraria avidamente das pampas estéreis e estafadas, para as terras fecundas do nosso Estado do Paraná. Mas não vos podemos salvar com prejuízo nosso.

Em vossa imprensa, como se nem ao menos soubésseis que com vinagre não apanham moscas, nos pretendendo embora, através de manejos diplomáticos, fazer tão rude violência, nutris abertamente, com o combustível de artigos adrede e falsos telegramas, o ardor da antipatia pública para conosco.

²⁷⁹ Arturo de Leon: primeiro secretário argentino. As publicações do período evidenciam seu interesse pela agricultura brasileira, especialmente pela produção de cana de açúcar. INSTITUTO HISTÓRICO. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jul. 1890.

²⁸⁰ *Monsieur de La Palisse*: personagem de canção infantil francesa que enuncia obviedades cômicas.

Aplausos e aceitação não faltam a um indivíduo expulso do nosso país como cáften²⁸¹, admitido naturalmente por falta de sindicância, na corporação dos vossos jornalistas e cuja indústria, aproximadamente tão vil como a que aqui lhe fez correr o cobre dos viciosos, é difamar o nome brasileiro. Difama como outrora difamava; e é aceito. Correspondendo à cega injustiça do povo, ostenta-se a cegueira injusta e proposital do governo que representais, que, no momento mais sério de suas funções administrativas, declarou com impertinência – definitivo – o tratado *ad referendum*²⁸² das Missões. Para cúmulo dos cúmulos, como formidável acinte, arranjou vosso país uma famosa bancarrota²⁸³ de cujas desastradas consequências, dizem-nos, o Rothschild²⁸⁴, fraternamente, nos fazeis participar.

Nestas circunstâncias, a sair da absoluta indiferença que, francamente, é o sentimento em que nos deixam as glórias da *irmã* platina, e, sem prejuízo dessas glórias, hoje, como em qualquer outro dia e sempre, são apenas os votos da crônica que o Brasil saiba replicar com uma guerra, da mesma forma fraternal, a todas as fraternidades, com que sem descanso nos mimoseia vossa nação.

Já que estamos com a mão na massa da franqueza, aproveitamos o ensejo para modelar a careta da nossa impressão a respeito dos últimos trabalhos coletivos da venerada Academia de Medicina.

Durante todas as angústias do povo nas ocasiões em que as enfermidades fazem vítimas, a Academia de Medicina, esquecida de que é o conselho supremo dos interesses da saúde pública, tem brilhado pela ausência. O silêncio de ouro, a mais fervorosa prática do ritual discretíssimo de Sigalião²⁸⁵, tem sido até hoje o seu quase constante apanágio. Esquece-se de que, na qualidade de comissão do povo que é, em determinada espécie de conveniências populares, antes de qualquer convite, devia mesmo dirigir-se ao Governo em termos enérgicos de interpelação e em nome do sofrimento público.

Se o Governo a ela se dirige, move-se um pouco e balbucia. Infelizmente a sua apresentação é pouco mais do que a sua ausência; e o que ela diz pouco mais vale do que o seu silêncio.

Tem-se verificado essa infelicidade nas últimas reuniões da respeitável corporação, a convite do Ministro do Interior, para discutir assuntos momentosos da salubridade pública.

²⁸¹ Cáften: indivíduo que vive de explorar prostitutas.

²⁸² *Ad referendum*: expressão jurídica, refere-se a algo que carece ou que careceu de aceitação por parte de colegiado.

²⁸³ Bancarrota: falência.

²⁸⁴ Rothschild: Casa de empréstimos inglesa.

LONDRES. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 nov. 1890.

²⁸⁵ Sigalião: deus egípcio do silêncio.

São momentosos os assuntos... Toca a reunir a Academia. Dissolvem-se as reuniões; fica-se sabendo tal como dantes que os assuntos são momentosos. Nada mais.

Nem a meditação prévia de um plano de saneamento, nem sequer uma discussão mais séria se tem feito notar nos trabalhos do ilustre conselho de contentes. Os debates correm como palestras, improvisando cada um, com mais ou menos habilidade, o seu folhetim científico, expondo cada um à maneira de burgueses, *seu modo de pensar*, quando o caso era de um homem habilitado impor suas convicções, com a energia dos bons argumentos e a eloquência da verdade indagada e comprovada. Quando a principal questão é saber os meios de evitar, nos domínios da higiene geral, o aparecimento da febre amarela, porque se sabe que é coisa possível, os ilustres acadêmicos desviam-se para questões parciais de terapêutica e põem-se a combater com uma veemência de êmulos de ofício a eficácia da vacinação Freire²⁸⁶.

Um dos ilustres opinantes para ser mais prático vem com a lembrança mal estudada e sem patriotismo, de se fecharem os principais portos do Brasil à imigração, propor assim um pavoroso anúncio anti-imigrantista como obstáculo às devastações da febre amarela cujo mal enorme, maior que a desgraça pessoal das vítimas é exatamente o triste anúncio de descrédito nacional que representa contra a imigração de que carecemos.

É sempre a mesma coisa.

Urgindo instantemente a questão do saneamento da cidade, sendo preciso, pois, enfrentar a questão com todo o desembaraço e com toda a coragem, perde-se o tempo na consideração de banalidades, mesmo as mais funestas. Trata-se de uma grande demolição que é necessário o mais breve possível levar o efeito. Em vez de tomar-se por alvo a base de equilíbrio, encaminhar os golpes ao corpo mesmo da muralha, cogita-se de esbrugar-lhe²⁸⁷ a altura crenelada²⁸⁸. Tudo se examina, tudo se propõe, tudo se discute, naturalmente para tudo, de acordo; para se fazer um belo dia – exceto aquilo que mais importa e mais incontestavelmente é preciso que se realize.

Chega-se a tomar em consideração planos fantásticos de reviramento de toda a cidade de pernas para cima, cumeeiras invertidas para o chão, torres de igreja espetadas na terra como espeques, e o micróbio subterrâneo tomando fresco antes que o encarcerem sob um calçamento de pau calafetado.

²⁸⁶ Vacinação Freire: Domingos José Freire (1842-1899) foi um médico e cientista brasileiro que pesquisou uma vacina da febre amarela.

FEBRE AMARELA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 mar. 1895.

²⁸⁷ Esbrugar: descascar; raspar.

²⁸⁸ Crenelada: que tem crêmulas, pequenas fendas.

A grande questão, a questão máxima, a questão única dos esgotos do Rio de Janeiro, a questão da salutar campanha conta a City Improvements só como um rápido incidente vem de passagem a debate; e se dela falam, é com o escrúpulo medroso de quem se envereda em caminho arriscado.

Entretanto, vai fazendo carreira a poderosa companhia inglesa; e pouco a pouco conquista os arrabaldes, como tem conquistado os cemitérios.

Ainda agora se acaba de conceder licença, para essa execranda empresa de morticínio estender as ramificações dos seus condutos de peste até ao salubérrimo Engenho Novo.

Pobre Engenho Novo, que vai ter esgotos! Quem te vê, quem te há de ver.

Já não existe o velho e querido mestre que era o Dr. Lucindo Pereira Passos²⁸⁹.

E assim vão vendo os moços desaparecerem aqueles que para eles representavam a *idade*, em contraste com a própria juventude, como se aos moços lhes fosse sensivelmente chegando a vez de ser os velhos.

A bem dizer velho, nunca foi o Dr. Lucindo. Se a velhice são os achaques, o mau humor, as impertinências, *morbus*, como dizia o lema do padre Pereira, tão detestado pelo conhecido latinista ora morto, a enfermidade no corpo e no caráter, o Dr. Lucindo foi sempre jovem. A saúde e a alegria irradiavam de sua pessoa, do entusiasmo jovial de sua palavra, da franqueza animada de suas maneiras, quase sempre à larga no conforto folgado do trajar, dentro de grandes abas de brim branco ou de seda, sob a frescura de um terno chapéu de palha-chocolate de fitinhas pretas volantes.

A originalidade do Dr. Lucindo dos Passos era que ele era esse homem que aí se descreve, imensamente simpático portanto, e não obstante e ao mesmo tempo ensinava latim.

O mestre de latim é geralmente uma das lembranças mais desagradáveis da nossa mocidade²⁹⁰. Em regra, pretensioso, obeso de importância, muito cheio de saber e solene como deve ser um grosso volume de erudição, o mestre de latim desdenha o aluno de toda a *eifflesca* atitude de sua enorme capacidade. Miserável criatura, o aprendiz do *hora horae*²⁹¹, que perante o sábio dos sábios, nem sequer é um sábio! A aproximação desses mastodontes de

²⁸⁹ Lucindo Pereira Passos: professor do Ginásio Nacional falecido em Vassouras (RJ) em 25 de maio de 1891. FALECIMENTOS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1891.

²⁹⁰ Vale destacar o desentendimento que Pompeia teve com Teodoro Schiefler, professor de latim do Colégio Pedro II, segundo Broca (1956). Não se sabe quais foram as motivações, mas o mestre é citado ainda nessa crônica.

²⁹¹ *Hora horae*: expressão latina, significa “hora, tempo”. Expressa também o início de lição de declinações latinas.

competência de pobres crianças que apenas começam a disciplinar mais a sério o seu espírito ocasiona um contraste de proporções intelectuais, um desnivelamento tão brusco no plano de intimidade afetuosa e confiança que por vantagens do ensino se tem de estabelecer entre o mestre e o discípulo, que não sabemos se exalta e vale consideração ao mestre, mas oprime e deprime o discípulo.

Raro é aquele que, na penumbra longínqua das suas recordações do primeiro estudo, não pode evocar o perfil rebarbativo de um mestre de latim impaciente e mal, acarretando despezos, gesticulando excomunhões, vociferando nominativos de impropério e participípios de sarabanda entre mil espirros chuviscados de rapé e pandos desdobros vermelhos de Alcobaça.

O professor de latim do colégio de Pedro II e do atual Ginásio Nacional era de outro tipo e de outra fisionomia.

Descreia um pouco dos meninos.

“Até aos doze anos vão muito bem, dizia ele, daí por diante entram em uma crise de estupidez (e dizia a causa) que é um Deus nos acuda.” Mas reservava para alguns uma confiança ardente quase paternal, não recusando mesmo aos piores uma benevolência de carinho vagamente caçoísta que o fazia querido de todos.

No Ginásio Nacional onde vivem as tradições ferozes do Halbout²⁹² e Schiefler²⁹³, como um testamento de terror para muitas gerações de estudantes, não há memória de uma única queixa contra o velho e bom Dr. Lucindo.

Não só a respeito dos modos e do caráter de mestre o Dr. Lucindo foi uma revolta na cadeira tradicional da língua latina. No método do ensino foi um verdadeiro reformador. E todos que têm notícia do que se refere a instrução pública sabem quanto lutou ele a favor das simplificações de Clintock²⁹⁴ contra os antigos processos ronceiros da artinha decorada.

Em relação ao progresso do ensino público em geral ninguém ignora, pelo menos na classe dos professores, que terrível propaganda foi o seu riso, o seu riso largo de gargalhadas corpulentas tantas vezes voltadas contra o carrancismo arrastado e trôpego dos atrasados sistemas.

Y.

²⁹² Halbout: professor jubilado da cadeira de Francês do Colégio Imperial Pedro II, escola tradicional na qual Pompeia estudou quando jovem.

²⁹³ Schiefler: professor jubilado da cadeira de Latim, Grego e Alemão do Colégio Imperial Pedro II.

²⁹⁴ Clintock: gramático de latim, autor de diversos livros.

Jornal do Comércio, 7 de junho de 1891 (Edição 157)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Os paços da lascívia hipócrita vão sendo invadidos pela devassa inexorável. Devassidão e devassa, os dois modos do escândalo, escândalo por fazer e escândalo feito, se têm confundido em uma mesma mixórdia incrível de vergonha pública.

Os gozadores sultanescos dos ignorados prazeres são colhidos de surpresa, bombachas frouxas, turbante ao lado, tontos ainda, em meio somo, do brusco despertar dos enlevos da sensualidade, sobre os empolados coxins macios da orgia, nos lábios ainda o ressaibo do bocal quilotado do *narghileh*²⁹⁵, fecundo em sonhos.

Súbito, desfaz-se a penumbra onde tanto a gosto dormitavam as fadigas das boas festas, onde o próprio prazer, encenado em claro-escuro, era mais doce de fruir, transfigurando-se em incertezas de cor e esbatimentos vaporosos das formas, horror! E entra em jorro a luz do grande dia honesto e límpido.

Abençoada luz, que ilumina e castiga.

Nestes retiros de vergonha fugaz e esquiva, não se conjugam os alegres pares puros em acordo bilateral de folgança. A luxúria, nesses recantos do pecado, exacerba-se de culpa de consciência em positivo crime, em vez de foliões que se comprazem, o deleite aí simplesmente aproxima um vitimador e uma vítima; e a ocasião das embriagantes empresas não se proporciona pelas seduições, nem sequer por um triste comércio, senão pura e unicamente pela odiosíssima violência contra a fraqueza inerme de criaturas miseráveis e pela torpe compressão dos que se dizem grandes na sociedade, contra os que não têm direito nem de pedir socorro.

Que adiantais? Indagaram os descrentes. Vai uma vez a luz a esses misteriosos lupanares; derribam-se um dia os muros do labirinto escuso onde o Minotauro repasta. Um dia mais que decorra, e a sombra volta a proteger as culpadas bodas e os muros reerguem-se em torno ao apetite devastador do monstro.

Não importa. Grande consolo é já para as intenções de justiça dos bem formados, que contra o regime normal das opressões sem remédio possa haver a exceção de um raro protesto. O rebate da generosa repulsa dos que têm coração não será a definitiva cura da

²⁹⁵*Narghileh*: empréstimo do francês, narguilé é espécie de cachimbo de água de origem oriental, utilizado para fumar tabaco aromatizado.

secreta chaga ascorosa do corpo social de que geralmente só uma parte da sociedade padece as dores. Mas é perfeitamente um lenitivo. E mais, é força convir: a crueldade iníqua das opressões pesa menos por fim, desde que se mantenha a probabilidade permanente de se lhe arrancar a máscara das aparências que são a sua primeira condição de existência, em meio da reprovação pública, desde que a reprovação pública possa de vez em quando puni-la.

Manter o cuidado da nobre vigilância contra os discretos haréns dos *honrados* deboches, é que não é muito fácil.

Sob as seguras janelas gradeadas rondam os eunucos²⁹⁶ negros, de cuias de abóbora sobre a cabeça e largos sabres e armas de fogo à cinta. Opiniões muito sérias afirmam mesmo que a vigilância dos costumes não deve existir para os poderosos, para os que têm de ser vistoso exemplo do proceder impecável, e que não podem ser assim desacreditados em meio da rua e expostos na caricatura de seus feios grotescos. E graças à força daquelas armas e ao prestígio destes argumentos, as ameaças de morte vegetam e se ouriçam de espinhos em redor dos retiros da violação e do estupro como as moitas sombrias de um impenetrável parque. E há muito a temer de certas naturezas tenebrosas, com uma predileção voraz por tudo que é carne aberta, ventre de mulher ou peito do homem... Mas é preciso. Não existe alguma coisa que se pareça com a justiça? Não existirá nem em leve debuxo a linha direita do dever?

Querem-no? Seja.

Viva o revólver!

Depois da grande prova de fogo, que pode ter dois desenlaces muito diferentes, inalcançável juízo de Deus, ver-se-á por qual deles se pronuncia o juízo dos homens, se pela agressão sem nome de quem soube manter-se, no posto arriscado de seu dever social, se pela eventual, mas corretíssima punição dos condenados da moralidade.

Chegou, chegou, chegou,

Agora, agora, agora,

Chegou há bocadinho,

Inda não há meia hora!

A canção do Visconti, do Apolo, encheu a semana; com a sua música esganiçada, no teatro, e com o alegre pregão dos meninos vendedores, na rua do Ouvidor²⁹⁷.

²⁹⁶ Eunucos: homens que tinham sua genitália removida total ou parcialmente, como punição bélica, criminal ou religiosa.

²⁹⁷ Rua do Ouvidor, local de consumo e ponto de encontro da sociedade fluminense, a via pública vivia repleta de meninos a anunciar os periódicos impressos e vendidos no Rio de Janeiro.

Primitiva e boçal nos versos, como uma verdadeira inspiração da rapsódia, bem poderia essa canção ser arquivada para a epopeia do ano, como a encarnação lírico-popular dos últimos sete dias.

Quase que só chegadas, com efeito, e outras chegadas para variar, constam das notas do cronista.

Discussão do chegado manifesto do ex-imperador; chegada dos banidos da revolução; chegada com estes de um curioso boato de intenções restauradoras.

Os ilustres ex-banidos afirmam não ter desejos de embaraçar a marcha dos negócios da República, compreendendo que o bem da Pátria está acima de todas as divergências políticas que possam separar os cidadãos.

O que diz aquele dentre eles, cujo nome resume maior soma de responsabilidades diante da nova ordem, o que assegura de mais ameaçador, é que não vacila agora, como nunca em suas ideais monárquicas, mas saberá esperar, no afastamento dos trabalhos a que tem necessidade de se entregar, que a Pátria se transforme no sentido de suas convicções, e impelida pela opinião pública – pacificamente – tal qual se transformou no dia 15 de novembro. Nada menos subversivo, portanto.

E todos entregam-se, no momento, à descansada alegria de rever a Pátria da qual estiveram ausentes por tão longos meses.

Apesar de tudo, com o fato da volta dos monarquistas deportados, coincidiu gerar-se uma forte apreensão, de que o adensamento restaurador não esteja mais vivo do que se crê.

“Dom Pedro de Alcântara conspira.” Era a frase corrente! “Cuidado com os emissários da conspiração!”²⁹⁸

E, para prova do que se dizia, lembravam a seriedade de um projeto interessantíssimo da monarquia centralizadora, contudo, na famosa *fé de ofício* do príncipe em exílio, e, sobretudo, o cuidado aliciador e insinuante, com que esse manifesto, tão rico das intenções que o império *pretendia* realizar, não diz palavra sobre o que de mais importante e mais nobre *realizou* o império – a abolição do elemento servil.

Se Dom Pedro conspira ou não, não queremos discutir. Mesmo é coisa que compete aos altos investigadores políticos, parecendo ainda longe de se tornar em evidência fácil, ao alcance do comentário da crônica.

O que podemos jurar, como certeza formal e inabalável, é que Sua Majestade Fidelíssima, lá do reino está conspirando.

²⁹⁸ A preocupação com a queda do Governo Republicano e a restauração da Monarquia era uma constante no período. Publicações demonstram que a simples presença de portugueses no Rio de Janeiro preocupava os defensores do regime republicano, especialmente se fossem monarquistas ou pessoas ligadas ao ex imperador.

Que quer dizer esta aluvião de comendas e títulos *chegados* de Portugal, com os quais El Rei nos tem assoberbado ultimamente, depois que somos República, e ainda em grande cópia esta semana?

El Rei bem sabe que uma república não comporta em tese aristocracia *ad probandum* dos *crachats*²⁹⁹ e das coroas imaginárias.

El Rei não há de ignorar que, na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em que pese às tradições hierárquicas da terra dos nossos avós, foram declaradas nulas todas as distinções sociais baseadas no papelório das cartas de nobreza de qualquer estampa.

El Rei deve necessariamente estar informado de que o generalíssimo presidente da República Brasileira retirou do peito de sua farda todas as veneras que a adornavam e que, aliás, não brilhavam mal na linha de seu porte militar. Deve saber mais que este digno Chefe de Estado não aceitou, em obediência ao preceito constitucional, um lindo presente de fitinhas e áureos berloques, com que o quis honrar o governo da Venezuela.

Está convencido, portanto, por uma série de certezas que lhe não podem faltar, como espírito esclarecido e como soberano que conhece ao menos o que diz respeito à mais alta direção dos estados, de que todas as utilizações de intuito honorífico da ourivesaria³⁰⁰ e do gorgorão³⁰¹, constituem no Brasil um expressivo elemento de insubestimação política de ordem.

Como interpretar-se, então, esta insistência, espantosamente multiplicada nos últimos tempos, com que El Rei nos forra, nos enche, nos empanтура de títulos e comendas? Se apenas fossem agraciados os súbditos de sua majestade, ainda não seria muito grave, embora desse lugar a reparo uma vontade assim expressa de povoar de súbditos titulares e condecorados um pobre país republicano. Mas o que assusta, o que deve pôr de sobreaviso o nosso governo, é que nem os nacionais brasileiros escapam à invasão avassalante das reais graças.

Sua majestade, sem dúvida alguma, não faz nobres nem titulares, para se dar ao divertimento de vê-los menosprezarem a respectiva nobreza e os títulos respectivos.

Que se pode pensar, pois, das larguezas da régia munificência, de cornucópia voltada para esta banda, senão que El Rei pretende contra a funesta democracia brasileira, fazer

²⁹⁹ *Ad probandum*: expressão latina, significa “somente para provar”.

A expressão se associa a ideia expressa por Pompeia de que a aristocracia portuguesa no Brasil tinha a intenção de manter seus títulos por meio de suas descendências, mesmo após a ruptura com o Reino de Portugal; o que Pompeia é veemente contra.

³⁰⁰ Ourivesaria: ofício de trabalhar com metais preciosos na fabricação de joias.

³⁰¹ Gorgorão: fita de tecido.

marchar desde logo ou ao primeiro apelo, em campo de sangrenta guerra, os seus inúmeros cavaleiros, os seus numerosíssimos oficiais e comendadores sob o comando geral e carrancudo dos seus muitos grã-cruzes³⁰², dos seus barões, viscondes, condes, marqueses?

E não é brincadeira esta propaganda de penduricalho. Promovida por qualquer soberano de uma monarquia pacífica e desassombrada, não significaria senão esse desejo instintivo, conhecido na história e nem sempre bem sucedido, de todos os monarcas a favor da monarquia no estrangeiro. Da parte do rei de Portugal, onde atualmente cobreja uma razoável hidra de princípios revolucionários, que o não deviam pouco preocupar, esta campanha ultramarina dá testemunho de tal sobra de recursos vencedores em mãos de El Rei Dom Carlos, que vai até aparecer problemática, no dia do combate franco, a simples resistência da nossa República.

Outras fossem as circunstâncias e Sua Majestade em vez de vir aqui amansar a irreverência republicana do Brasil, estaria a estas horas fazendo comendadores os revolucionários do Porto.

Chegou também, mas ao seu auge o despropósito dos preços de todas as espécies de consumo no Rio de Janeiro.

Investigam-se mil causas, desde o imposto da alfândega em ouro, até as condições pouco firmes da atualidade política, alarma que ninguém em consciência pode dizer que nota.

Todas as causas são mais ou menos demonstradas e controvertidas. No meio da disputa ninguém sabe em que ficar.

O Brasil cultiva, com exceção do mundo inteiro, a especialidade dos inexplicáveis em economia política.

Mas é porque existe uma espécie de acordo tácito de conveniência ou de cortesia, em virtude do qual estamos sempre decididos a disfarçar em cautelosa reticência a explicação dos nossos males sempre que não é possível incontestavelmente explicá-los pela causa comum da insignificância moral, intelectual e social, que, por estupidez modéstia ou por funesto dandismo, tão facilmente nos atribuímos.

No caso vertente, por exemplo, a carestia de todas as coisas compráveis explica-se, é verdade, pelas causas que se apontam. Mas explica-se principalmente e essencialmente pela desenfreada ganância de intermediários sem patriotismo e sem razões para tê-lo, que, não sendo brasileiros, mas, colocados com toda a perspicácia do mercantilismo, entre o produtor, que é brasileiro, e o consumidor, que é brasileiro, conhecem o segredo de manejar uma arma

³⁰² Grã-cruzes: é a mais alta ordem da cavalaria.

de dois gumes que marca para os dois lados um ritmo de morte e dominam alto e forte no Brasil e tudo entre nós conseguem, mesmo transformar artificialmente, perversamente e mentirosamente uma situação próspera qual devia ser a atualidade brasileira, em o quadro doloroso da ruína pública.

Revoltam-se os que sofrem; porém não contra o governo impotente, que é o que os especuladores mais querem. Saibam ver melhor a quem cabe a culpa, e contra esses se revoltem.

A crise dos gêneros que atualmente nos oprime é tão real, é tanto crise, como a crise no níquel, que não há muito levantava unânimes queixas.

O furor do encilhamento degenerado em agiotagem de vinténs, em assalto à algibeira do pobre, não se deu bem com o encarecimento do níquel, tanto que os soltos das gavetas ensebadas de balcão. Agora versa sobre a fome da população. Como o caso é de bolsa ou de vida, podem ter certeza os especuladores que hão de agora chegar a Creso³⁰³.

Ainda uma chegada para concluir-se.

Acaba de chegar à cidade o ilustre Carlos Gomes, ativíssimo empresário nacional e glorioso maestro italiano.

Seja bem-vindo.

Y.

Jornal do Comércio, 14 de junho de 1891 (Edição 164)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Aquilo que algumas vezes parece corrupção, nos administradores de negócios públicos de um povo radicalmente honesto como é o nosso, é em regra e sem quase exceção, pura e simplesmente fraqueza. A covardia, com efeito, em nada do que tem o vocábulo de injurioso, em tudo, porém, que encerra de expressivo como ausência de energia e firmeza, é o característico das nossas administrações. Com isso contam os advogados administrativos: esses empresários da audácia, que têm todos na face um sorriso fixo, meio amabilidade, meio cinismo; que têm os braços ágeis para o amplexo e vão tomando liberdades ao primeiro trato; que são realmente perturbantes e terríveis com suas maneiras invasoras e confiadas; multiplicando-se o êxito de suas pretensões mais ou menos confessáveis, pelos dois fatores

³⁰³ Creso: último rei da Lídia, um dos mais famosos monarcas da Antiguidade, conhecido pelas riquezas ofertadas aos deuses. Atacou a Pérsia e foi destruído.

aproximados do seu atrevimento de entradas e camaradagens e da timidez incerta e constrangida do alto administrador que lhes sofre o assalto.

Este defeito geral, que, depois de um movimento de energia, como para todas as críticas foi incontestavelmente o 15 de novembro, era de crer que houvesse desaparecido, não por efeito de uma brusca reforma impossível de costumes, mas como consequência de se recorrer ao caráter de outros homens de governo, que substituíssem os males provados da monarquia, está-se verificando continuar na celebrada idade de esperanças que é a nova ordem.

A máxima das audiências continua: não desagradar aos presentes. E como os ausentes são o grande público e os que têm de vir depois de nós, ineptos retardatários, que ainda demoram pelo mundo dos possíveis, a solução dos negócios administrativos, pode-se prever e anunciar sem risco de erro com a mais precoce antecedência. Qual a solução que mais sorri ao advogado administrativo? Qual a que exigem, em nome do esfaimado interesse, os mais impacientes mendigadores de concessões, os mais desalmados traficantes da coisa pública? Qual da coisa pública? Qual a solução que mais deve ser onerosa, que mais deve escandalizar os inermes ausentes, em primeiro lugar, o povo anônimo e sem representação direta, e, depois, o pobre futuro longínquo, nem sequer infante ainda e choramingas nas fachas do primeiro existir?

Descoberta a cômoda solução, a que não nos expõe aos ataques dos poderosos e que não insurge contra nós, senão demonstrações platônicas de nenhum alcance, esta é inevitavelmente a que vem.

Assim está perdendo o seu latim o patriótico e honrado republicano Dr. Érico Coelho³⁰⁴, que às valentes investidas do ilustrado Dr. Pires de Almeida³⁰⁵ e aos ecos do sentimento público acaba de trazer o reforço do seu prestígio a favor do saneamento da nossa infelicíssima cidade.

À última hora, fenomenal achado! Descobre-se que não importa em nada o melhoramento do sistema de esgotos para a salubridade do Rio de Janeiro! Em nada absolutamente! Pois se de estrume vivem as rosas, porque não há de prosperar e reflorescer a

³⁰⁴ Érico Marinho da Gama Coelho (1849-1922): médico, jornalista, professor e político brasileiro. Foi um dos fundadores do jornal antimonarquista *O Povo* e membro do Partido Republicano. IMPERIAL ACADEMIA DE MEDICINA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 fev. 1889.

³⁰⁵ José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913): médico, jornalista, arquivista brasileiro e membro da Comissão de Higiene na capital. GAZETA DE NOTÍCIAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 ago. 1889. COUTINHO, Afrânio; SOUSA, Galante de (dir.). *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global, 2001. 2 v

saúde pública, na podriqueira infecta, que nos mantém no subsolo e no ambiente, a muito *generosa* Companhia City Improvements?

E haviam de descobrir exatamente os concessionários pretendentes da fabulosa empresa de saneamento dos calçamentos estanques.

Como são as coisas! A opinião revolta-se unânime contra o sistema de limpeza urbana, que fez do nosso agradável clima um espantoso viveiro dos mais terríveis micróbios de miasma. A opinião ao mesmo tempo encara com desconfiança certo projeto de saneamento que se oferece para calafetar a terra como um fundo de xaveco, e para aspirar a bomba a inofensiva umidade do subsolo, sem dizer palavra a respeito da zona negra, entre as obras de calafate e as profundezas do enxugo, a camada subterrânea de lodo infecto amassado de infiltrações pútridas e desídias de serviço, de extravasamentos e erros propositais de construção subterrânea, massa torpíssima de capricho inglês e excremento velho, que cresce cada dia, que vai reduzindo a argila, a uma como polpa nauseabunda de feltro molhado, de húmus vivo e corrosivo, que parece matar a terra antes dos homens que há de matar, camada fecunda, entretanto, como todo estrume, que explora e lavra em verdadeiro furor de cultura intensiva, a poderosa, diríamos bem pavorosa empresa dos esgotos fluminense.

Vem-se a saber afinal que essa empresa do grande saneamento e a grande empresa britânica da febre amarela dão-se muito bem uma com a outra; são capazes de se atribuir coisas feias, como o assassinato em massa de uma população e pretendem viver em concórdia desde que o Governo as favoreça juntamente – embaixo da terra, amigas ambas e prósperas, na paz inquebrantável das lamas úberes e das jazidas escaras do ouro.

Mas há de ser assim, grandiosos empresários! A canalização imunda das manilhas da City não faz nenhum mal. As pitadas sulfúricas podem ser até agradáveis? Não há quem goste do rapé? Inche, portanto, a terra de nojentos odores, infiltre-se, encharque-se, inunde-se de umidades graxas de fundo de sepulcro, rabeiem por baixo das ruas as gigantescas minhocas de barro suposta canalização inglesa na festa de contusões do seu frenético traçado, apodreçam as entranhas de planeta como por efeito de uma maldição de Deus.

Por segurança supérflua, sobre os rebordos desse monstruoso urinol, deitar-se-á uma tampa imensa, tampa impermeável de pau, melhor ainda uma tampa de ouro, burilada por preciosíssimo Cellini³⁰⁶ de baixa ourivesaria, tendo sobre o ressalto, em maçaneta de segurar, a cabeça esculpida de um higienista gordo e rico, monumento de dupla glória, para a ciência feita indústria e para o critério dos atuais administradores da salvação pública.

³⁰⁶ Giuseppe Cellini, ilustrador e artista plástico italiano do estilo *art nouveau*.

Há de ser assim, estejam tranquilos. Porque a administração pública deste nosso País, ante a qual comparecem, com toda a instância dos interesses sôfregos, os empresários do saneamento e a City Improvements, não pode absolutamente:

Desagradar aos presentes.

Como se fossem paradisíacas as nossas condições sanitárias, surge-nos à última hora para enriquecer os quadros de obituário, a terrível e repugnante varíola.

É mais uma gentileza de fraternidade que devemos à Irmã do Prata.

Já lhe éramos devedores de uma série de fraternalíssimos flagelos:

- O exemplo da jogatina bolsista;
- A mania do luxo aparente e falso;
- O descrédito financeiro por tabela;
- Os assassinos e ladrões de São Paulo;
- A carne de cavalo;
- O consul Berdier.

Agora obsequia-nos com a varíola nacional e mortífera, como em brejeira permuta da sonhada *amarilla* que para lá nós mandamos.

Em *pendant* com os provocantes escrúpulos da vigilância, portenha, contra as tantas vezes imaginárias epidemias fluminenses de que se defendem os argentinos, as nossas autoridades sanitárias entendem que o que fica mais em harmonia a propósito dessa real e temerosa epidemia que de lá nos chega, é cruzar os braços e fechar os olhos, como se nada houvesse de novo.

Desde muitos meses, como um aviso permanente, o telégrafo anunciava as devastações da varíola na República Argentina.

Se se houvesse estabelecido imediatamente aqui a quarentena para todas as embarcações que comunicassem com a terra em Buenos Aires e se se velasse pela rigorosa execução dessa medida, com metade do escrúpulo barulhento com que se vigia o convento sanitário internacional, na parte que interessa aos argentinos, não estaria terrível enfermidade a fazer vítimas entre nós como atualmente sucede.

Mas vamos a ver que, no tal convênio sanitário, gloriosa peça que está a pedir revisão por uma comissão de militares patrióticos, como os que se congregaram para intervir contra os audaciosos perturbadores da vida financeira do Brasil e que é sempre manejada como explicação de nossas desidiosas complacências em questões internacionais de saúde, — vamos a ver que aí se vai interpretar em ressalva desse inerte descuido, uma cláusula definitiva em que se declare que não são cláusula definitiva em que se declare que não são

cláusulas as cláusulas de defesa do Brasil de acordo com a norma geral de humildade senão de baixaza porque se regulam geralmente as nossas relações com os outros povos.

Uma curiosidade.

No meio das detestáveis cargas de imigração, com que, depois da rodada argentina, nos tem vindo o Rio da Prata poluir a limpidez relativa da corrente imigratória que aflui a estas pragas conta-se infelizmente certo número de italianos, estragados moralmente pela vida de aventuras da infeliz república vizinha e que, porque se habituaram muito a nos odiar, em coro com o ódio teórico e prático que alimenta contra nós essa nação, estão talvez destinados a perturbar a franqueza cordial e decidida que sempre reinou entre os brasileiros e os italianos que vêm concorrer com o seu trabalho para maior engrandecimento do nosso País.

Já um pequenino sintoma se pode colher desse futuro mal, que esperamos, entretanto, saberão prevenir a tempo e conjurar, os amigos leais e sinceros que conta o Brasil na colônia italiana.

Não se trata de nada grave, e em Guy de Maupassant se pode encontrar uma imagem que dá ideia da coisa quando o escritor de *Notre Coeur*³⁰⁷ fala, neste livro, de certos insignificantes frêmitos nervosos, que são prenúncios de nevralgias cruéis.

Querem saber como *Il Bersagliere* (o atirador), jornal italiano desta cidade, pouco lido naturalmente pelos brasileiros e de que é redator por recém-chegado da Argentina, se anuncia para os seus assinantes da Itália, onde os tem como certeza mais do que qualquer órgão nacional da imprensa fluminense?

Veja o leitor e fala por sua conta o comentário especial que a isso se prende:

“IL BERSAGLIERE

Unico giornale quotidiano di grande formato che se publica nel Brasile.”³⁰⁸

Mais perigoso do que essa inscrição, que nos pretende apenas acreditar no estrangeiro, se tem mostrado ultimamente sebastianismo, a ponto de se poder afirmar que Dom Sebastião agita-se deveras para volver a reinar.

O tipo heroico do sebastianista de 16 de novembro vai pouco a pouco desaparecendo no meio de um tumulto de uns tipões que andavam encapotados em discrição e silêncio, com frio, o frio dos poltrões na hora do perigo e que agora, como cigarras de verão, porque

³⁰⁷ *Notre coeur*: obra do francês Guy de Maupassant, publicada em 1883.

³⁰⁸ *Il Bersagliere*: no trecho extraído por Pompeia, o jornal se classifica como “único jornal cotidiano de grande formato publicado no Brasil” (tradução livre).

O periódico era publicado no Rio de Janeiro e escrito em italiano. A consulta de periódicos demonstra que a folha italiana passou a adotar esse *slogan*, logo abaixo do título, em 15 de maio de 1891, o que permaneceu (em todos os números) até 16 de junho do mesmo ano, quando o periódico alterou a frase para ““único jornal italiano cotidiano de grande formato publicado no Brasil””.

parecem mais seguros os tempos, deixam a letargia da invernada e vêm cantar ao sol da bravura evidência.

O apoio, porém, de tais soldados é em pouco animador para Dom Sebastião, porque heróis que por ocasião da crise, da qual nasceu a República, prudentemente se encolheram, não têm razão alguma para se exporem muito na segunda crise, da qual pode vir a restauração. E o perigo que de semelhante adversários provenha à República não é coisa que se considere.

Mas já se surpreendem os manejos da parte de alguns sérios adversários da nova ordem.

Vai-se tornando, por exemplo, senha da restauração a zumbaia ao fazendeiro.

Ainda não há muito, era fé do ofício do ex-monarca que desviava da monarquia a onerosa responsabilidade da glória abolicionista. Agora chega-nos a transcrição da mensagem-saudação do Sr. Joaquim Nabuco, em nome de alguns brasileiros, à ex-princesa imperial, documento em que se acha meio de, ao mesmo tempo, fazer a virtuosa senhora a heroína do 13 de maio e chamar para ela as simpatias dos ressentidos escravistas.

Este apelo não à classe da lavoura, mas aos antigos escravocratas da classe agrícola, na fé de ofício indiretamente exarado, não surpreende, conhecida como é a convivência amável em que, durante cinquenta anos, existiram a escravidão e o Segundo Império.

Da parte de Joaquim Nabuco, o jovem Gladstone brasileiro, que fez toda a glória do seu nome no combate a favor das massas contra o peso tirânico das classes, como a *great old man*, da parte do paladino exemplar da evolução liberal em todas as mais brilhantes fases da nossa história política, que apenas ultimamente por um escrúpulo de puríssima honestidade, supunha-se arredado do combate à espera de ver como se realizava a fundação da República no Brasil, semelhante expediente de tática é uma lástima.

Joaquim Nabuco deve saber que o ressentimento contra a Redentora não pode mais existir como inextinguível chama senão no coração dos mais refratários, dos mais empedernidos negreiros. Desce, entretanto, do pedestal de sua reputação de paladino dos oprimidos a oferecer-se como intermediário de reconciliação entre a sua grande colaboradora da campanha abolicionista, que talvez não aprovasse esse passo, e tão acerbos representantes da opressão social, desde quase a pedir perdão para a imensa glória da princesa e para a sua também um pouco.

Descer assim, para quem fez da mais altiva inflexibilidade moral toda a sua vida de homem público, é como cair.

Jornal do Comércio, 22 de junho de 1891 (Edição 172)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Atingido o sumo grau do aparato, nos seus mais gloriosos dias, como por um efeito de teatro, em que colaborasse com a habilidade a perfídia do contrarregras o diretor dos maquinismos, toda aquela apoteose da Bolsa rodou repentinamente.

Extintos os esplendores que se armavam tão belos com papel de ouro e fogos de bengala, acha-se o público, de volta do deslumbramento, enfrentando agora feio palco de bastidores às avessas, espécie de cenário do Campanone e como se para dentro da cenografia do dinheiro se houvesse passado toda a multidão dos que, não há muito, apenas podiam ver todo aquele reino de maravilhas pelo lado de fora.

Com o correr dos dias, realmente, tem hoje o público diante de si depois de tanta coisa de grande brilho, o triste espetáculo apenas dos bastidores da alta finança fluminense.

As colunas de a pedidos dos jornais oferecem o reverso das grandes vistas que exibiam de antes as largas páginas dos anúncios.

Os projetos de arromba, inundando a imprensa, pintavam, prometiam e faziam mesmo viver desde logo a opulenta realização dos sonhos e encantamentos. Palácios adamantinos erguiam-se em visionárias arquiteturas, rendilhadas de torres leves e aéreas, emperolados de globos de luminárias e batidos de sol elétrico, nas mil facetas da pedraria com que se argamassa sua prodigiosa construção.

Pátios soberbos abriram-se para o céu, muito vastos; de ladrilhos brilhantes cercados de balcões de mármore ou bronze, cujo parapeito pesava sobre mil pequenas estátuas primorosas sucumbidas por afeição, sob enorme peso, para melhor oferecem à vista os músculos bem modelados da escultura. Em torno, dormiam no ar moroso, produzindo verdadeiros murmúrios de rressonar feliz, árvores de copas imensas, transparentes, com o segredo de abrandar a temperatura, sem prejuízo da imensa claridade do dia, e palmeiras cortesanas curvadas em dossel.

Nos pátios, sob o arvoredado, rajás felizes, solenes, lentos, passeavam, muito preocupados, em sua extrema felicidade, de como haviam de ser ainda mais felizes. Outros caíam a ferrar no sono, pelos retiros mais convidativos, com o fito de gozar tanta ventura, com o maior descanso, à moda animal, como os porcos - dormindo.

E o grande público olhava atônito para a *réclame* e para a cena do meio-dia da rua da Alfândega, ramificada sobre todas as horas da vida fluminense e por todas as direções da cidade, como para o prólogo de uma revista de ano, ou para as ostentações dispendiosas da

melhor mágica do Apolo³⁰⁹. Espera-se a cada momento reconhecer em um daqueles grão senhores do assombroso quadro de fausto e riqueza, os traços disfarçados do Colás³¹⁰, ou ver saltar, através daquelas fantasmagorias de prospectos e ostentações quer dizer, das arquiteturas orientais e jardins feéricos³¹¹, a careta do Machado e do Peixoto, quebrando a monotonia hierática da esmagadora grandeza com o disparate de uma boa chufa.

Parecia teatro a coisa. A coisa era mesmo teatral. De súbito, catrâmbias! Onde estavam as pinceladas felizes do cenógrafo, Colliva ou do Rossi³¹², não se veem mais que sarrafos em grade e remendos pardos de pano. Palácios, pátios, alamedas desapareceram. Os príncipes de encantos fogem encalistrados, debaixo de vaia. Cena de bastidores, só bastidores. E dos camarins na sombra, entre cheiros duvidosos e pragas de comparsas, vêm saindo uns homens pálidos, de mau humor, cansados da comédia.

E por sob as portas e tapagens, vêm alargar a ribalta as águas sujas das lavagens em que se limpavam os pataqueiros, antes de se caracterizar e onde deixaram as tintas de fingimento antes de ir para a cama.

E a hora das águas sujas. Os pedidos dos jornais tresandam a sabão servido. Tão repugnante é a lavagem final da farsa aparatosa da Bolsa - intimidade repulsiva da cabotinagem dourada a que o público tem de assistir - que de coração daríamos todo o esplendor primitivo de quanto em começo presenciamos para escapar ao horror desse espetáculo complementar.

Seria uma compensação, entretanto, se, da desagradável evidenciação dos bastidores do *empresismo* bolsista, resultasse, para os artistas das cenas de aparato, a compreensão sensata e direita da realidade útil e o imediato abandono de certas fábulas sonhadas, dos contadores que sabemos e que algumas empresas se meteram em causos realizar.

Aquele intolerável Aterro do Flamengo, para dar um exemplo.

São bem conhecidas as imundas praias da Gamboa por diante até ao Caju. Mar raso; quando as águas baixam, todo o fundo de lama aparece e por uma extensão sem fim refere ao sol, em bolhas de miasmas. Há uma porção de ilhas por aí, que podiam ser ligadas à terra e que são como diques naturais que se oferecem a fixar um aterro.

³⁰⁹ Apolo: teatro localizado na cidade do Rio de Janeiro.

³¹⁰ João Carlos Colás: ator de teatro.

GRANDE FESTIVAL. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jan. 1890.

³¹¹ Feéricos: oriundo de *féeries*, que diz respeito ao universo das fadas, ao encantamento. No teatro, designa recursos cênicos que visam impressionar e surpreender os expectadores.

³¹² Rossi e Colliva: artistas do teatro. Rossi era ator, diretor e cenógrafo, enquanto que Colliva foi um cenógrafo italiano célebre na época por suas criações.

TENENTES DO DIABO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 fev. 1890.

Pois ninguém viu esse convite de condições naturais; ninguém pesou a vantagem para a saúde pública que se poderia alcançar, sem perturbação das correntes da baía do Rio de Janeiro, encaminhando as terras desabadas da Santo Antônio para esses lados.

Foi exatamente o Flamengo, a mais bela, a mais sadia das marinhas fluminenses, praia de águas batidas e ondas límpidas que chegam alegres e reforçadas ao sopro franco das virações da barra, foi essa bacia soberba sobre fundo de rocha viva, que se entendem dever *melhorar*, atravancar de diques e aterros, condenar!

E lá vão, primeiros passos da grande obra, aquelas ridículas estacas de pau em frente ao Passeio; lá vão mar a fora, ninguém sabe para onde, ponte misteriosa que se não sabe o que quer ligar, caminho suspenso em direção ao desconhecido das aventuras industriais.

Pudesse essa ponte crescer, crescer, estender-se, centopeia fantástica sobre as águas, ir até ao Pão de Açúcar, dobrar além e desprender-se depois de terra e partir, monstro viajero: partir... levando de rastos, para o horizonte aquela jigajoga verde de escritório técnico à beira-mar e mais aquela tristíssima ferraria ao lado, e, nas arcas de madeira, os últimos recalcitrantes da empresa que, depois de um bonito ajuste de contas, em assembleia geral, não concordassem em que é um absurdo e um pecado, contra a beleza e a salubridade da nossa capital e portanto um emprego indigno de capitais honrados, o tal empreendimento de *melhorar* o Flamengo.

O *Jornal de Notícias* do Porto publicou e o nosso *Diário de Notícias*³¹³ transcreveu um artigo de horrores referindo a Portugal o que sofrem os súditos portugueses, em nossa capital.

O que está sucedendo é pior que a escravatura... No Brasil, os imigrados portugueses estão passando fome! Chegam-nos informações que nos dilaceram a alma! Os que fugiam à fome e à miséria na sua Pátria, foram encontrar em terra estranha uma coisa pior que a miséria, que é a vergonha! Andam os emigrados portugueses pelas ruas do Rio de Janeiro em bandos de quinhentos (!!!) pedindo esmola, rotos, andrajosos! É a miséria no que ela tem de mais contristador! Chegam-nos estas notícias, e não lhes daríamos crédito – se quem as nos dá não fosse testemunha presencial das comoventes cenas que narramos...

Apesar de toda esta honesta convicção do jornalista do Porto, há um ligeiro engano de personagens e de localidade em sua tremenda notícia de sofrimentos em nosso País. Em parte,

³¹³ O texto citado por Pompeia foi republicado no *Diário de Notícias* (RJ) em 19 de junho de 1891. Intitulado “Portugueses no Brasil”, a publicação introduz o original lamentando a condição dos portugueses que aqui vivem, mas afirma que custa a crer no relato e ressalta que nenhum habitante da cidade tinha presenciado tais cenas de horror.

PORTUGUESES NO BRASIL. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 jun. 1891.

se não estivesse tão longe o escritor, poderiam informá-lo a respeito os monogramas dourados dos grandes *trens* do nosso Rossio³¹⁴ por volta das 5 horas.

Quem padece atualmente fome no Brasil não são os portugueses, nem é população do Rio.

São os brasileiros.

São, segundo notícias recentes e que provavelmente chegaram confundidas até o porto – os brasileiros do alto sertão da Bahia e do remoto sertão de Minas, onde reina agora seca accidental, mas terrível. E há por lá cenas incríveis de dor e de miséria, que, para produzir o espanto, não carecem dos puxos da retórica invicta do escritor do Porto: “Um pobre pai com dois filhos, descrevia-se há muitos dias simplesmente em nossa imprensa – levava a mulher a sepultar; enquanto abria a cova para a mulher, morreram-lhe os dois filhos; e ao lançar a terra aquele primeiro cadáver caiu morto também com ele.” É isto. São brasileiros que morrem.

Morrem à míngua de todo socorro os nossos compatriotas. Enquanto o nosso governo, zurzido pela opinião de jornais estrangeiros suspeitos, e atordado por empresas colossais de pura especulação esfalfa-se em desperdícios de trabalho e de dinheiro para acolher imigrações de ingratos e malandros e lhes dá terra e ferramenta que recusa em revoltante negativa ao trabalhador nacional, branco ou de cor. Enquanto os nossos *capitalistas* só tem caridade para vistosos donativos a instituições ainda mais vistosas, e, para que não decaiam tanto os eternos vencedores do dinheiro, abrem subscrições de dinheiro do Brasil, o eterno pagador, em prol dos judeus... da Rússia!

A tal conspiração das comendas e títulos de sua majestade fidelíssima - que continua, sob a sua feição de ingenuidade amável, a fazer o escândalo do bom senso da nossa República, e por isso é oportuno lembrar - tem um lado muito grave. O Sr. Ministro das Relações Exteriores bem podia pensar no assunto.

A cada concessão honorífica de El Rei para os brasileiros corresponde, no caso frequentíssimo e quase geral da aceitação do título, a perda dos foros de cidadão. Ainda trasanteontem lembrando esse prejuízo fatal, na vida mercantil, os jornais publicavam: No requerimento dirigido à Junta Comercial por Alfredo Prisco Barbosa e Jorge da Costa Franco, agraciados por S. M. Fidelíssima, o 1º com o título de Barão Campolide e o 2º com o de Visconde de Costa Franco, para se fazer a respectiva anotação nas suas matrículas de comerciantes com direito de voto nas eleições comerciais, à vista do art. 72 e 29 da constituição e do art. 14, título único, do código comercial.

³¹⁴ Rossio: no jornal está grafado “Rocio”. Provavelmente se refira ao Rossio Grande, atual praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. O nome é uma alusão ao largo do Rossio lisboeta.

Não teria propósito uma intervenção habilmente diplomática do representante da República Brasileira, junto à Corte de Lisboa, convidando El Rei de Portugal a fazer um pouco mais de cerimônias, com os seus decretos indiretos de perda de direitos de cidadão para os brasileiros?

Nesta questão de fabrico de fidalguia, já não é coisa de muito pouca monta o que demais se tem visto - sua majestade retirando do seu cofre de graças nomes de geografia brasileira, para adornar os títulos dos seus amigos. Será lícito a um soberano estrangeiro demarcar geograficamente condados, viscondados e baronias, sobre o mapa do nosso País? Há pouco era instituído um Viscondado de Sapucaí.

Dir-nos-iam, em que recanto do reino português fica essa localidade Sapucaí, cujo nome, ligado a um título, El Rei D. Carlos foi distribuindo, sem notar sequer que desrespeitava a memória do maior amigo de seu honrado tio D. Pedro de Alcântara, com o esbulho da tradição de um dos mais belos, e mais justificados nomes de fidalgo que honram o registro das cartas de nobreza do nosso extinto império? Ou já pode o Sr. D. Carlos, por uma extensão especial de suserania, enfeudar frações do nosso território à coroa dos seus fidalgos?

Já existe a irregularidade, portanto, da invasão simbólica do território da república brasileira.

Semelhante invasão somada ou multiplicada com a consequência imediata da perda do caráter de cidadão para o brasileiro que recebe títulos ou comendas; isto é visivelmente uma invasão de ordem política depois da invasão geográfica, assume para esta mixórdia de honraria as proporções e as aparências de uma importunação internacional.

Há sujeitos acessíveis às seduções fáceis e tão pouco dignos ou tão néscios, tão baixos de crítica, que prefiram aos foros de cidadão do País onde nascerão e onde vivem, um papelucho rabiscado por mão de rei. Isso é coisa mínima, é ocorrência diversa, é um caso de rua que pouco dá preocupações. Mas é preciso que vejamos que não pode um príncipe respeitável de nação amiga estar de mãos dadas com indivíduos de tal jaez para a realização em abstrato do que se pôde definir verdadeiramente - um rapto de cidadãos do Brasil.

Denunciamos pela crônica uma suspeita do contágio de certo vírus de ódio desleal e perturbador, em consequência do que veríamos ainda perturbadas as boas relações que sempre existiram aqui entre brasileiros e italianos.

Não tanto contávamos acertar no que dizíamos, como de fato acertamos.

A infecção desmascarou-se patente, depois do nosso diagnóstico.

A tal folha³¹⁵, que pelo nome não se perca - a tal *única cotidiana de grande formato* desta terra de ignorantes apenas exploráveis, deu-nos réplica, estremecendo na verdade exata e perigosa do seu caráter e com a reação doída, tal qual, de insidiosa enfermidade, sob a carícia cirúrgica de uma sondagem.

Contraíu-se, e esvurmou³¹⁶ quanto tinha dentro, de sinceridade especial: uma explosão de impropérios contra o Brasil e contra os brasileiros, redigidos em um tom de atrevimento, inspirados em um desassombro de inverdade e má fé, como jamais se viram entre nós, enquadrados em letra de forma e em uma página de papel branco.

Para que o leitor avalie a força e a bravura de tal resposta, imagine que se ousa nela comparar o governo do Brasil, já não dizemos com qualquer governo argentino como aquele famosíssimo e inolvidável governo de Juarez Celeman, o governo peita, o governo suborno, o governo delapidação, o governo rapina, o governo unha e garra, que o manifesto dos revolucionários da União Cívica castigou no mais feroz e mais vigoroso documento de protesto do civismo contra a tirania do crime; governo que entrará para a história argentina como para as galés, arrastando ao tornozelo cambaio, em vez da bala clássica dos presídios, um saco de libras... Compara-se e o que mais é - afirma-se que é um confronto desgraçado para nós!

Y.

Jornal do Comércio, 28 de junho de 1891 (Edição 179)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Passamos sob cargas de água a noite tradicional do fogo.

Pistolas, rodas, busca-pés, bombas reais, rojões, todas as formas da homenagem pirotécnica que ao glorioso Sr. S. João se consagram de costume e se quiseram consagrar ainda este ano, foram falhando irremissivelmente, graças aos banhos do estopim e das pólvoras. As fogueiras, com a lenha molhada, eram impossíveis. Os balões, que durante a noite enfumaçada dos incendiários folguedos costumam substituir as estrelas, criando no espaço estranha e nova astronomia de sebo e breu flamante, não conseguiam falsificar o seu conhecido espetáculo de constelações enfermizas e vagueantes.

³¹⁵ Pompeia refere-se a sua réplica a artigo publicado na folha italiana *Il Bersagliere*, edição de 14 de junho de 1891. A resposta ao cronista surgiu nas páginas do periódico e foi escrita pelo próprio diretor Ugo Falconi, em 15 de junho do mesmo ano.

³¹⁶ Esvurmar: Espremer o pus.

Extinguiam-se no ar chuvoso e não podiam romper a bruma úmida de noite esses incertos astros de luz sonâmbula e sem brilho no céu, céu constelado para as crianças e que elas mil vezes mais prezam, porque melhor compreendem, do que o céu pedante e pretencioso de Leverrier³¹⁷, ou mesmo o céu dos salmos ao qual não chega o alcance de sua pobre admiraçãozinha inexperiente e limitada.

São. João, o famoso dorminhoco, que se diz que passa ferrado no sono a data dos seus aniversários, por mais esforços que façam a fim de despertá-lo as ronqueiras estrondeantes e os importunos fogaréus da querida noite das ronqueiras e dos autos de fé das canas crioulas e das batatas doces, S. João parece que começou a dormir cedo demais, desta vez, e, em favor de seus devotos, esqueceu-se de prevenir a São Medardo³¹⁸, ou quem quer que faça de signo do *aquarius* lá pelas alturas onde os santos residem e de onde os aguaceiros se desalojam.

Consequência: ficamos sem a noite de São João. De resto, era lógico. A noite de São João, a mais fria do ano, resume e representa entre nós o inverno, como a noite de Natal representa o inverno no velho mundo.

Nós não tivemos, não temos e parece que não teremos inverno este ano. Não podíamos, por uma exceção absurda da folhinha meteorológica, ter noite de S. João.

Chuvas é que não têm faltado e, se podem elas ser todo o inverno, já não está aqui quem disse que o inverno este ano era uma burla.

Quase uma semana de bátegas encharcantes e lama e mais lama forrando as ruas!

Felizmente o Rio de Janeiro se transforma, e se, por um lado, com os temporais de chuva, perdemos os folguedos de S. João, pobres folguedos, em suma, de tradição morrente, por outro lado pode-se registrar que o mais seleta pessoal da elegância fluminense já não tanto foge ao mau tempo, como, segundo os tímidos costumes de outras eras, fugia, encapotado e constipado. Não se resguarda mais.

E como o Rio de Janeiro se transforma, — chovam punhais e canivetes! — já se atira afoito sobre saltinhos altos de botinas e exíguas solas de galochas... Ah! Não ignoram os vivos *dilettanti* das cenas do trânsito, artistas especiais inúmeros dos centros civilizados, *reporters* para si mesmos dos rápidos e esquivos transes, tão característicos, tão episódicos, da circulação das ruas, e que vale o mau tempo, quando afronta a seleta elegância; quando esses humanos *bouquets* sobre dois mimosos pés vão aos pequenos pulos, aljofarados da chuva que cai, fingindo guardar-se no recato de capas

³¹⁷ Urbain Le Verrier: matemático e astrônomo francês (1811-1877), reconhecido pela descoberta de Netuno.

³¹⁸ Medardo: santo católico.

impermeáveis e cúpulas de seda abertas, evidenciando, entretanto, com refinado saber, deliciosas fímbrias de renda branca e opulentas colorações florais, em sobras de *toilette*; quando, na indiscrição invasora dos lajedos espelhantes, adivinham-se reflexos indistintos de sedas e, como desenhos maliciosos que se movessem, de Mars, ou Robida³¹⁹ — esbeltos riscos nervosos de meias riscadas!

Um artigo de talentoso e acatado escritor tocou rebate para os campos da literatura, gritando: decadência!

Daí, muito natural sensação no referido campo porque, partindo o alarme de sentinela, que se não podia desconsiderar, ninguém razoavelmente estava disposto a se deixar ficar como inseto seco de coleção entomológica, pelo alfinete da epigrama mais ou menos justo, a um quadro de pasmaceira, de inatividade ou inércia.

Pode-se justificar esse alarma, ou é ele injustificável?

Não entramos na questão.

Mas, intervindo com um aparte de justiça, é preciso que digamos: se pode prevalecer a hipótese da efetiva decadência, a mocidade das letras não tem que se queixar senão de si.

Já foi tempo em que, contra os moços de talento, conspirava o mais odioso retraimento dos proprietários de jornal, que são entre nós os únicos editores possíveis, sem desfazer no Sr. de Leopoldina e alguns outros editores, amadores e eventuais que por aí surgem. Era moda e era talvez justiça atribuir então a esse retraimento antipático dos chefes de jornal os embaraços da produção literária; pois que, derivando essa produção, em sua melhor parte, de jovens desprovidos de recursos pecuniários, e sendo estes repelidos de quem lhes podia mais valer, viam-se os autores forçados em geral a não ter preocupação mais grave do que a do jantar provável, nem melhor atividade educacional para o seu pensamento, do que a cisma dos amargos ócios da vida de boemia.

Como foi justo clamar contra essa repulsa atrofiadora, é justo agora atestar que esse mal desapareceu. Os editores redatores-chefes têm os jornais cheios do que se pode aproveitar de mais elevado, em apuro literário entre os moços fluminenses.

Se, com esse incontestável auxílio, a decadência é um fato, manda a verdade que se diga, em reconhecimento de uma honrosa transformação dos usos, são os decadentes os culpados únicos de decaírem.

³¹⁹ Albert Robida: foi um ilustrador, caricaturista e romancista francês (1848-1926).

Ainda em assunto de letras. Por que se há de fazer a crítica da reprovação absoluta e azeda?

Quando na produção que se critica denuncia-se uma pontinha de audaciosa pretensão, ou um laivo de insolência ofensiva à opinião pública e à liberdade da crítica, vá lá que se aplique justo o castigo de uma tosa.

Quando também o criticando tem resistência e, por trabalho anterior, deu direito a maior exigência dos que o admiraram (salvo, é preciso dizer, se esse produtor de arte já alcançou a consagração que vem depois de uma boa série de trabalhos e que só um odioso abissinismo³³⁸ de censura pode aconselhar que se não respeite) é perfeitamente correto que a crítica seja severa e inexorável.

Mas, no caso de pobres iludidos, que não puderam nunca transpor sequer o limiar da aceitação, que apenas demoram em tentativas de arte, por horas vagas, ou enquanto o critério prático da vida, com a rude sem cerimônia do seu trato, os não chama para o caminho de uma exata vocação, ou pelo menos para um meio de vida que o seja; e no caso ainda mais lamentável dos que se não desiludem nunca e que têm de perpetuamente debater-se contra uma estulta pretensão literária, como a mosca teimosa contra o obstáculo de uma vidraça que não vence nem reconhece, a crítica de reprovação severa é um dispêndio mal empregado de combatividade.

Para que é que existe a crítica do silêncio, tão franco, tão expressivo, tão sincero e, ao mesmo tempo, tão rico de conselhos, tão persuasivo e tão benigno, em sua maneira negativa e tácita de criticar?

Ainda não há muito encontrávamos em nossa imprensa um longo trecho desses de mal aplicada crítica, e tanto mais, mal aplicado quando se aplicava ao julgamento literário de uma senhora.

Quando é que a crítica foi uma coisa forçosa e inevitável para o crítico?

Não seria tão justo e tão bondoso e tão fácil, o não julgamento?

Só pensar que um veredito tão inclemente e cruel foi estragar, mais do que a inofensiva ilusão literária, um dia, uma hora de sossego ao coração mimoso e gentil, embora sem expressão artística, de uma boa mãe, de uma boa irmã, com simples fraco de escrever, é reconhecer de pronto num caso por exemplo como o que citamos, a inconveniência de tais desperdícios judicantes³²⁰.

Os tribunais da justiça comum, quando uma questão se apresenta indigna de exame e comentário, declaram dela não tomar conhecimento.

³²⁰ Judicantes: que expressam juízo ou opinião.

A crítica artística tem casos inúmeros, em que pode sentenciar assim negativamente – não tomando conhecimento.

E em Dante vem o conselho prático para tais emergências, conselho simplicíssimo e aliás suficientemente duro:

- *Guarda e passa.*

Com as senhoras, então, que tanto merecem, por mil motivos, de nossa complacência!

Pobrezinhas, que vamos nós fazer, com uma invasão rude de violência masculina, ao fundo de sua misteriosa e delicada consciência?

Algumas vezes, pensando no que pode ser alma feminina, afigura-se nos acharmos à beira de um precipício, de flores, de mil flores, acabando em sombra longínqua e indecifrável. Lá dentro, através de todos os incidentes floridos de encantadoras lianas que se entrelaçam, sente-se morar a melancolia permanente do sereno desconhecido, calma de um mistério tranquilo, que sofre de ser tranquilo, como a aspiração dolorida ao movimento, na paralisia. E toda aquela primavera suspensa, todas aquelas flores sobre os bordos íngremes, que, ao primeiro olhar nos poderiam parecer sorrisos sinceros sobre o fundo de distante penumbra, que existisse apenas para lhes realçar o brilho, descobre-se que se agarram hirtas³²¹ de ansiedade à esperança do caule débil que as livra de tombar no profundo abismo; e se torcem no hastil pendente e volvem a corola para a alta luz do céu como pequeninas bocas, como gritos de angústia; pedem socorro ao sol e como que antessofrem o horror do desprendimento cansado, exausto, que, não sabem quando, mas muito breve, ao cair da noite talvez, as há de entregar semimortas à trevosa voragem.

Símbolo excessivamente escuro julgar-se-á provavelmente essa visão de psicologia figurada.

Que outro, porém, substituiriam os risonhos cantores do lirismo alegre, que outro criariam na própria imaginação, para fazer ideia do que vai na alma dessas brandas criaturas, de tanta repugnância por tudo que é excessivamente violento e propensas ao suicídio e curiosas, por assim dizer, da morte, como os fatos demonstram?

Nada menos de três suicídios de senhoras tem noticiado os jornais nestes últimos dias. Já dá para impressionar. Não se trata de vítimas da miséria e do sofrimento físico. Caem mortas três jovens em pleno repouso da vida remediada, ou mesmo de excepcionais recursos, cercadas do amparo e do carinho de pais, irmãos e esposo. Que sugestão satânica lhes veio armar o braço subitamente, com a arma do desespero? Em que recanto ignorado da alma, aparentemente ingênua e rasa como a linfa de um regato, se

³²¹ Hirtas: que estão enrijecidas.

lhes ocultava tão terrível demônio destruidor e selvagem, que se lhes havia de demonstrar um dia na consciência, como a necessidade de morrer, como o fim de toda a esperança?

A mulher de hoje tem a alma enferma. Que importa afinal essa enfermidade? Há muito espaço nos corações doentes para o amor e para o consolo. A alma feminina, enferma e desconcertada, tem ainda assim muito que fazer no mundo (que nos perdoem a comparação) como também há que fazer nos hospícios indústrias de papel ou cera para as recolhidas de moléstia moral, de delírio ou sem remédio. E é exatamente essa indústria infantil e fácil de enfermas o que mais esperam os homens das criaturas do outro sexo... Mas, por sua fraqueza, pobres enfermas da sensibilidade, e porque mesmo em dado momento essa fraqueza vale de força para nós: os homens têm uma grande responsabilidade pelo que as mulheres padecem; e como um remédio ou como uma gratidão, lhes são devedoras de toda e da maior benevolência, de todos e os mais animadores cuidados de perene, infinita caridade.

Apoiado quanto afirmamos há algumas semanas em relação à especialíssima e muito original norma de fraternidade que usam conosco os carambescos e brigados vizinhos do Sul, recebemos do Rio da Prata uma porção de cartões de cumprimentos, que de coração agradecemos e uma curiosa carta de que transcrevemos para o leitor alguns trechos:

Nós que aqui nos achamos e que vemos todos os dias os jornais menoscabarem, desfazerem, ridicularizarem, atacarem o Brasil, todas as vezes que a ele se referem; nós, que de perto podemos apreciar o ódio, a inveja que aqui reina pelo progresso espantoso do nosso País, que apreciamos a sistemática quarentena; que observamos até a educação que dão às crianças, ensinando-lhes desde que principiam a falar, *peteneras*³²² e cantigas, todas referentes ao Brasil e de onde transpiram o rancor, o ódio e a inveja que os povos daqui nutrem pela nossa terra e por nós, ficamos realmente satisfeitos por vermos que afinal o primeiro jornal do Brasil já encarou esta amizade fictícia pela face por que deve ser encarada.³²³

“O brasileiro que aqui fica por algum tempo é que pode dizer quão justas e verdadeiras são as apreciações do *Jornal*.”

“Há um café em Montevideu, em cujas vitrines se acha escrito o seguinte: – Café da Moka – Café do Brasil – Pois a palavra Brasil está riscada, arranhada, esfolada, não só em uma *vitrine*, mas em todas elas!”

³²² Petenera: uma forma de flamenco.

³²³ Trecho de uma carta que, segundo Pompeia, foi enviada à redação.

Respiram essas linhas a indignação latente que em qualquer alma honesta e particularmente nos brasileiros desperta a rasteira guerrinha de animosidade e de inveja, que jamais cessaram de mover contra nós Argentinos e Orientais.

Mas a República Argentina está pagando atualmente com língua de palmo, como aqui se diz, porque experimenta as rudes consequências de nos haver odiado a ponto de se descuidar de prezar-se a si própria.

E o pequenito Uruguai nos pagará, quando o Brasil já excessivamente magnânimo, deixar de ter pena.

Y.

Jornal do Comércio, 3 de julho de 1891 (Edição 185)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Como a época é das grandes *empresas*, começamos hoje por oferecer ao leitor, a título de curiosidade, um breve código ou manual de recursos práticos, adequados a esses cometimentos e que há dias ouvimos formular um espírito observador. E redigido em uma série de artigos, cada um dos quais é um monumento de sabedoria e pode-se chamar em conjunto:

Manual do patoteiro³²⁴.

“Art. 1º Toda patota que empreendermos seja colossal.

Enorme. Primeiro, porque a patota em proporções reduzidas não paga o esforço. Depois, as proporções esmagantes, o gênero espanta-burguês tem a vantagem de exceder a compreensão do vulgo e assim, o vulgo, o eterno resmungador, não resmunga. O vulgo, em regra, não condena aquilo que não percebe bem. Antes admira. O latrocínio e a depredação, quando são colossais, têm, na linguagem vulgar, o nome glorioso de conquista. Mercúrio, por ser um gatuno refinadíssimo, mas sobre-humano, foi feito um deus.

Art. 2º Toda e qualquer patota deve visar o dinheiro do Estado.

Cofres públicos... O nome não está dizendo? É meter as mãos.

Art. 3º A boa patota e a de melhor marca deve ser insinuante.

Quer dizer: deve-se propor de maneira a provocar o menor número possível de atritos e resistências. Quanto mais concordamos com os outros, tanto mais os outros concordarão

³²⁴ Patoteiro: aquele que integra uma patota (turma); aquele que faz trapaça.

conosco e tanto mais venceremos. Como o que pretendemos é nos arranjar, importa equitativamente que não vamos desarranjar os outros. Toda patota, portanto, deve ser acomodática...

Art. 4º Exceto, se pretende deslumbrar pelo catonismo³²⁵ de qualquer espécie.

Em tal caso, quanto mais selvagem e mais medonha for a investida, tanto mais provável é a vitória. Este artigo, bem pensando, é um corolário do art. 1º.

Art. 5º Toda a boa e prudente patota deve ter à frente um homem honrado.

Como testa de ferro, não, como... testa de ouro: simpático diadema de responsabilidade.

Um homem honrado, quando se pode arranjar para um negócio, é uma verdadeira mina. Não é coisa comum: mas há nomes limpos cujos proprietários de longa data preparam para empregá-los bem, e é preciso descobrir. A necessidade de um homem de bem em uma patota é clamante. Um nome limpo é o que pode haver de melhor para um negócio sujo.

Art. 6º Também servirá para frontispício um cínico.

Um cínico de força. Este código não poderia ir de encontro ao aforismo corrente do *quem não tem vergonha...*

O que é previsto evitar por todos os modos é o audacioso vulgar. Inúmeras patotas têm naufragado porque as conduziam porcalhões.

Art. 7º É indispensável ao redor da patota *fazer opinião*.

Percebe-se: um mundo de publicações a pedido. Os *a pedidos* informam o juízo público, e, depois de muita coluna ineditorial, a *opinião* é por força favorável.

E pronto.

O leitor está vendo que a coisa, dada como simples curiosidade, vale deveras muito mais, e, como podem ser proveitosos esses conselhos a quem deles quiser servir-se, publicamos com eles um verdadeiro capítulo do que Max Nordau³²⁶ chama filosoficamente a *teoria do êxito*.

A coisa passou sem rumor de protesto, porque era melindrosa; mas não devia ter passado.

Houve nessa acusação dura e violentíssima injustiça.

³²⁵ Catonismo: austeridade exacerbada em alusão a Catão, político e historiador latino.

³²⁶ Max Nordau: foi um médico e ativista do sionismo (1849-1923). Defendia uma educação diferenciada, intitulada “escola ou teoria do êxito”.

NORDAU, Max. *Paradoxos*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

Formulou-a um valente colaborador da imprensa fluminense, e um dos que mais honra lhe fazem a todos os respeitos. O fato de partir de um jornalista a deprimente alusão³²⁶ devia logo ser bastante para lembrar a quem proferiu a áspera e dura condenação que a não devia lançar assim sem restrições, pois alguém honrado havia na imprensa, pelo menos aquele mesmo que a condenava.

Imprensa suscetível de corrupção, órgãos de compressão sobre o livre movimento do patriotismo dos verdadeiros patriotas, foi mais ou menos o libelo.

Mas por que não acentuou melhor o digno parlamentar jornalista o seu ataque aos colegas de imprensa? Imprensa venal. Mas existe também a imprensa superior ao suborno; e, se acaso existe o jornalismo-balcão, a censura acerba aos jornalistas corruptos, não devia abranger o jornalismo que se preza de ser honesto e patriótico e que de fato é.

Mais justo fora, a não se querer fazer acusação direta e franca, calar sobre a culpa de alguns, em respeito aos que não têm culpa, do que comprometer em massa a todos estes, para envolver no castigo os culpados.

Quando acabará entre nós esta facilidade de próprio descrédito, com que concorremos nós mesmos para parecer tão mal no conceito dos outros povos?

É como a respeito do aspecto material do Rio de Janeiro. Quando é que teremos uma municipalidade que cuide honestamente e energicamente do que a respeito nos convém?

A República fundou-se no Brasil por uma revolução. Ainda que o neguem as más línguas, diversas revoluções parciais, de costumes, hábitos e mesmo instituições menores seguiram-se como resultado da reforma das mais altas instituições. Infelizmente entre as instituições revolucionadas não se pode de todo contar a municipal. Pelo menos a grande instituição municipal fluminense.

Em lugar das antigas câmaras, dos edis, criarem-se as intendências republicanas. Mas o que temos visto no Rio de Janeiro, senão que ficamos na mesma?

A primeira intendência teve logo um conflito com o Governo e não pode adiantar grande coisa. A segunda deu-nos os contratos dos *bonds*: uma soberba ocasião perdida de modificar com imensas vantagens para o público o serviço da viação pública nesta cidade. A terceira intendência mimoseia-nos com o chamado Saneamento.

Esta terceira então, que tem tido tempo de sobra, além do poder sem limites, para dar-nos tudo! Nem para calçar regularmente as ruas tem servido. Haja vista o calçamento do

³²⁶ A consulta de periódicos não pôde revelar o jornalista ao qual Pompeia se refere, no entanto, a críticas à imprensa brasileira eram uma constante em muitos intelectuais.

Largo do S. Francisco de Paula, que sempre com boas razões, mas cada qual mais retardante, não parece que venha a ficar pronto neste século.

Aí está, em véspera de se fazer, nova concessão para a exploração do comércio dos quiosques. Como as intendências republicanas não se permitem escapar à tradição das municipalidades monárquicas, em relação aos bons aspectos da nossa primeira cidade, vamos ter ainda essas imundas barraquinhas hexagonais, de chapéu chinês enterrado até as vidraças. Vamos tê-las ainda, agora, como sempre, chatas, desagradáveis, obsedantes, fechando o trânsito nos lugares de trânsito mais difícil, ofendendo-nos a vista com uns vultos esqueléticos de mendigos sedentos, quando estão com a pintura velha, e, piores ainda quando pintadas de novo e quando nos aparecem muito coradas aquelas paisagens fenomenais das árvores azuis e céus de vermelhão, ou aqueles famosos capitães lotéricos de armadura borrada e maços de bilhetes em punho.

O quiosque³²⁷ podia existir decente, em sítio apropriado e para comércio miúdo de consumo indispensável. Mas, como a regra é o abuso, o quiosque não se contenta com existir; o quiosque persegue-nos, o quiosque multiplica-se pelo inumerável; não podendo haver cuidado para tantos, o quiosque é imundo; depois de existir para o fornecimento de bebidas e leves alimentos aos pobres que se acanham de entrar nos botequins, o quiosque meteu-se a jogador e vive agora quase que unicamente para a vergonhosa ostentação do jogo público da loteria. E como as nossas municipalidades, por eleição ou por nomeação, fazem timbre em manter tudo o que pode enfeitar e desmoralizar a nossa cidade — assim como agora temos o quiosque e, como o tivemos, vamos tê-lo, depois do novo contrato de exploração do seu comércio, e tê-lo-emos até a consumação dos tempos.

Temos em mãos um exemplar do Relatório pessoal que o Sr. Salvador Nicósia apresentou, como um voto à parte, à comissão especial ultimamente nomeada para organizar o serviço de imigração e colonização para os Estados Unidos do Brasil.

Não tem muito o que ver conosco essas bem lançadas páginas, que, aliás dirigindo-se embora a uma comissão especial, falam ao Brasil inteiro. Nutrimos a respeito do assunto delas opinião retrógrada e impenitente, — opinião de folhetim, afinal de contas, com que ninguém se deve incomodar.

A nosso ver o governo do Brasil não tem que organizar imigração. Tem simplesmente, a respeito de colonização, que preparar, dentro do nosso território, as condições de vida mais favoráveis a todos aqueles que sem prejuízo da nossa organização social o queiram povoar.

³²⁷ Quiosques: eram pequenas unidades comerciais que vieram abaixo com a Reforma de Pereira Passos (Bota Abaixo). Seus frequentadores eram, em sua maioria, escravos libertos, ambulantes e cocheiros.

Deve sanear cuidadosamente as grandes cidades, estabelecer um sistema de viação regular entre os estados, de maneira que se aproximem dos centros mercantis regiões destinadas a toda espécie de exploração industrial ou agrícola. Deve antes de tudo promover a colonização pelos trabalhadores nacionais, facilitando-lhes as mesmas, senão melhores vantagens que aos estrangeiros. Deve ir em socorro dos libertos, que os abolicionistas brasileiros, cometendo um verdadeiro crime histórico, abandonaram, depois de lhes haver restituído a liberdade. A respeito de colonização pelos nacionais, sirva de exemplo a colonização da Sardenha, promovida pelo governo italiano, e que o relatório do Sr. Nicósia refere.

Em relação aos povos estrangeiros, o Brasil precisa apenas, em vez de criar empresas de propaganda e de introdução de imigrantes, precisa apenas de – defender-se. Defender-se das calúnias que entre esses povos o perseguem, defender-se por meio de atentas contraditas dos publicistas sem critério ou sem dignidade que mentem contra nós desde a Rússia até Portugal. Defender-se energicamente, inexoravelmente do desembarque das massas inúteis³²⁸ e perniciosas dos imigrantes que se julgarem inconvenientes à povoação do nosso território.

Quanto ao mais é deixar correrem as coisas. A imigração para o Brasil é fatal, neste momento de história do mundo. Antes de se povoarem as longínquas regiões áridas do centro da Ásia e antes de se povoarem os pântanos inóspitos do continente africano, por cuja conquista os governos europeus, possuídos de estúpida sanha, batem-se com desespero e esforços cada dia mais demonstrados insanos; antes da ocupação infecunda dos mais refratários desertos, é força, o instinto da espécie humana determina e manda que sejam povoados os imensos espaços quase virgens de civilização, mas salubres e ubérrimos que se espalham por toda a geografia brasileira.

Não encontramos, portanto, com tais ideais grande interesse nas páginas do relatório imigrantista do Sr. Nicósia.

É nossa crença que a primeira condição do povoamento do Brasil, sem prejuízo da nacionalidade brasileira, é que a imigração seja lenta ou gradualmente progressiva.

Os entusiastas do progresso pela imigração podem ler, todavia, com imenso júbilo o trabalho do ilustre auxiliar da consulta do ministério da agricultura.

Toda a discussão do assunto por ilimitado número de faces é aí travada e vencida com facilidade e brilhantismo. O sofisma do despovoamento das regiões de onde partem emigrantes é aniquilado sob uma carga de mil argumentos sólidos. A conveniência das grandes levadas e entradas de emigrantes, encarada pelo ponto de vista do escritor, é debatida

³²⁸ No jornal: vinténs; corrigido para inúteis.

com a maior superioridade. Nenhum preconceito obscurece a franqueza límpida, às vezes mesmo rude, de se exprimirem as opiniões do relatório.

Uma interessante revista, finalmente, dos triunfos da imigração no estrangeiro, e mesmo entre nós, arremata o folheto, coroando com soberba exemplificação toda a teoria aí exposta e desenvolvida. Nesse excelente trabalho, alguns pontos apenas nos parecem merecer reparo, seja qual for a opinião de quem o ler, retrógrada ou adiantada em matéria da imigração ou colonização.

Em primeiro lugar, não compreendemos, na parte em que o relatório oferece o seu plano de solução do problema imigrantista no Brasil, como é que o governo se livraria financeiramente dos grandes compromissos que lhe acarretaram as concessões feitas para introdução de imigrantes e que, se se realizassem *havia de colocá-lo em sérios embaraços*, passando para uma empresa só, como o relatório propõe, todo o encargo de fomentar a imigração, alimentar a colonização, mas sendo essa empresa, em todo o sentido orçamentário da palavra – *protegida pela União brasileira*.

Em segundo lugar, não admitimos a primazia da imigração italiana para o Brasil, que, diz o Sr. Nicósia, se deve estabelecer antes mesmo dos portugueses somíticos e interesseiros.

A imigração que mais convém ao Brasil e a este respeito não se pode admitir dúvida é aquela que já concorreu com a parte mais considerável para constituição do povo brasileiro. É preciso não esquecer que o povo brasileiro já está constituído, e o que é preciso agora é conservá-lo, desenvolvendo-o.

Os portugueses têm feito a esta terra todo o mal que têm podido. Não insistimos em enumerações. Mas é preciso reconhecer que do sangue português tratado pelas influências do meio americano, nas condições em que se achou o povo brasileiro ao nascer, desenvolveu-se o caráter geral do nosso povo que criticado sem azedume só pode ser motivo de ufanía para nós mesmos. E porque ainda a influência perniciosa, que juntamente com as vantagens gerais resultou e resulta da íntima aproximação das duas nacionalidades brasileira e portuguesa, tende a fazer-se sentir cada vez menos, estando já feito o maior mal possível, seria cegueira não concordar que nenhum outro povo mais convém que venha auxiliar o nosso desenvolvimento nacional que o lusitano.

O telégrafo acaba de trazer a notícia de que sucumbiu, devorado pela aberta principal ou por alguma profunda fenda das encostas do Vesúvio, o nosso ilustre compatriota e

conhecidíssimo propagandista da ideia republicana nos seus mais difíceis dias, Dr. Silva Jardim³²⁹.

O pavoroso desastre veio encher da mais transida mágoa os corações patrióticos. Ainda em começo de sua vida pública, cujo programa ia firmando sobre vasto lineamento e a traços admiráveis de talento e de energia, Silva Jardim era já respeitado e querido unanimemente como um modelo de caráter e de civismo.

A bravura temerária, que foi o seu guia único na campanha por ele realizada antes do advento de 15 de novembro e que lhe criou renome quando se batia na arriscada tribuna de propaganda pela vitória dos seus ideais políticos, havia de ser-lhe um dia fatal, convidando-o a afrontar o passo perigoso de um precipício, sobre as escâncaras ignívoras³³⁰ de um vulcão, como tantas vezes afrontara a cratera dos ódios políticos e das ameaçadoras reações.

Y.

Jornal do Comércio, 13 de julho de 1891 (Edição 193)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Passou afinal em definitiva aprovação o horror do Saneamento.

Graças ao espantoso serviço público com que se imortalizou o ministro do Interior (resultado bem extravagante para um decreto geral de morte, como é na consciência pública a aprovação ministerial do concorrente), vamos ter o Rio de Janeiro drenado, estancado e saneado, por quase duzentos mil contos e pelo originalíssimo processo de se conservar para a eternidade toda a estrumeira negra do subsolo da City Improvements – origem conhecida da febre amarela – entre uma camada de terra enxuta e uma camada protetora de cimento sob as calçadas.

Esta é a coisa resolvida.

Alguns ingênuos contam ainda com o Congresso. Mas palavra de rei, mesmo em República, não volta atrás, e aquilo que foi resolvido no Alto (estilo ainda aproveitável dos *ominosos* tempos), há de ir avante pelo sim e pelo não.

³²⁹ Antônio Silva Jardim: foi um jornalista e ativista político brasileiro, defensor da causa abolicionista e republicana (1860-1891).

Ainda estudante, foi o responsável pela redação do *LABORUM LITTERARIO: órgão escolástico* (1876) e dividiu com Pompeia a colaboração no periódico estudantil *A Comédia*, quando ambos foram colegas no Largo do São Francisco. Em viagem à Europa, visita o Vesúvio, vulcão localizado na cidade de Nápoles e que destruiu as cidades romanas Pompeia e Herculano. Durante o passeio, o solo treme e Silva Jardim é tragado pelo Vesúvio, em primeiro de julho de 1891. Em 4 de julho, o *Diário de Notícias* lamenta sua morte e afirma que “aquela vida tempestuosa, cheia de combates, lutas e sacrifícios, findou na cratera de um vulcão.”

SILVA JARDIM. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 jul. 1891.

³³⁰ Ignívoras: aquelas que engolem ou simulam engolir fogo.

Já estamos vendo mesmo a soberba concessão vendida. Que fabulosa mina!

Vendida a ingleses; e os graves e sólidos ingleses dentro mesmo dos 90 dias preliminares do contrato e dentro do seu orgulho de invencíveis, se atiram com ardor e firmeza à exploração desta segunda forma da indústria da febre, de que a empresa dos esgotos fluminenses é a primeira. Já estamos vendo ao sol as entranhas das ruas; por toda parte, montões de paralelepípedos, torres de lajedos, redutos de saibro podre: o Rio de Janeiro virado e revirado para as construções subterrâneas como as cozinheiras reviram moelas, com a diferença que aqui não se despreza o conteúdo repugnante das vísceras e se respeita como coisa sagrada a rede dos esgotos. E as barricas de cimento a se despejarem sobre a cidade, como uma chuva de cinzas; e os poços de drenagem em função; e a circulação do micróbio fechada na praça pública; e o micróbio espavorido refugiando-se nas casas; e a população morrendo – depois de entregar a camisa do corpo, em imposto municipal, para as grandes obras!

Estamos a ver, até, último recurso de desespero, o levante da indignação popular, arremetendo em fúrias de justa revolta contra os escritórios onde entre hipocrisias de ofícios ao governo e em outros disfarces honrados do ataque à bolsa do povo se dirigirá essa criminosa utilização da desgraça pública; edifícios e pessoal da empresa pagando em terrível ajuste de contas o preço dos fáceis triunfos, depois de investidas, escavadas e destroçadas as construções de sub solo; e o contrato rescindido por força de uma revolução.

E, por epílogo a este drama moderno do industrialismo, se tem³³¹ levantado o pano sobre esta monstruosa peça, de naturalismo mal cheiroso, em três atos: 1º, *no congresso médico*; 2º, *na Intendência*; 3º, *no ministério do Interior* – e quarenta e quatro cláusulas, o pedido de indenização, como um fantasma grandioso e trágico, vítima e algoz ao mesmo tempo, apresentando-se inexorável, pavoroso, e recitando, com voz cava e rouquenha de ator Arêas³³², entre outros dizeres de ódio e vingança, a cláusula de ferro:

XII... O presente contrato só poderá ser rescindido passados os primeiros vinte anos [!]³³³ contados da presente data e, nesse caso, pagando a municipalidade a soma que, a juros simples de 6% ao ano [!!] produziria de juros no fim natural do contrato, [!!!] soma igual ao

³³¹ No jornal: “sobre que se tem”; aqui retirado “sobre que”.

³³² José Arêas: ator de teatro, falecido em 1892.

TEATROS E... *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 jun. 1890.

³³³ Os pontos de exclamação entre colchetes marcam a reação do cronista em relação às cláusulas, não estão expressos no documento por ele consultado.

produto da quota anual (três mil contos) de que trata a cláusula III [!!!]
multiplicada pelo número de anos que faltarem correr [!!!!]

Na salutar comoção futura do ânimo público, que não custa prever, e vai ser a crítica final do recente contrato, parece que irá de cambulhada a City Improvements: principalmente por que tudo leva a crer que, antes de qualquer concorrência, são os mesmos da City, já tão hábeis em tirar dinheiro do chão e tão entendidos em subsolo fluminense, os tais ingleses que hão de chamar a si a estupenda concessão, fazendo assim com a empresa dos esgotos e o *Saneamento*, para rendosa indústria, uma só massa confundida de intuítos e interesses.

Felizmente, não foi a semana assinalada apenas por esta suprema vitória da advocacia administrativa na República.

Pode-se lembrar com satisfação o êxito altamente louvável da subscrição para os herdeiros do nome honradíssimo de Silva Jardim.

O pobre aplicara o seu tempo de estudante à contemplação do direito e da justiça, como os encaram as almas ingênuas, e fora depois na vida prática um apóstolo desses ideais, quando podia queimar as pestanas sobre livros de higiene, para vender afinal toda a sabença a empreiteiros ingleses, sob garantia do governo.

Morreu paupérrimo, foi a consequência.

Mas o coração do povo condeu-se. E, porque não ficara mais do que a tradição pura de um belo nome para a família do morto, tratou-se de compensar um pouco o insucesso mercantil da existência de um homem de bem, consagrando-lhe à família na viuvez e na orfandade um óbolo³³⁴ de filantropia que fosse ao mesmo tempo um significado eloquente de reconhecimento póstumo. Não foi imediatamente uma extraordinária soma quanto rendeu a afluência dos generosos donativos que concorreram para este testemunho da solidariedade perante a virtude. A prontidão, todavia, desse concurso, traduziu completamente o seu elevado sentido, afirmando em relação à memória de Silva Jardim, quanto a sociedade é grata pelas consequências sociais da severa honradez.

Também se podem lembrar simpaticamente as medidas que tem tomado a polícia no sentido de desobstruir de abusos a via pública nesta capital.

No número desses abusos figura consideravelmente a brutalidade sanguinária dos cocheiros de *bonds*, que, por não relaxar exigentes horários, ou mesmo por perverso instinto, tão deploravelmente facilitam com a vida do próximo. Para evitar os tristes efeitos dessa

³³⁴ Óbolo: contribuição em dinheiro, esmola.

brutalidade, que faz simetria perfeita na plataforma oposta dos nossos carros americanos, tem tomado o atual chefe de polícia providências especiais, que, conquanto apenas influam indiretamente algumas delas, prometem todas o melhor êxito, devendo aliviar-nos um pouco do constante desgosto que nos aflige de testemunhar ou ter notícias dos mais lamentáveis desastres ocasionados pelo *bond*.

O que convém é que, no propósito de melhorar, não vão por si mesmas comprometer as boas intenções.

Assim, a respeito da exclusão dos *bonds* da rua de Gonçalves Dias e da proibição de estacionarem carros e tálburis no largo da Carioca, levanta-se uma justa reclamação.

Se o fim que teve em vista a polícia foi desimpedir o referido logradouro, como é que se permite que quase todo o espaço seja aí ocupado pela manobra de volta dos carros da Companhia do Jardim Botânico?

Ora, é bastante rápida observação, para que se verifique que, com efeito, pelo simples movimento desses *bonds* sobre a grande curva ultimamente assentada, o livre trânsito do largo da Carioca torna-se impossível.

Por que não atendeu a polícia a esse inconveniente, tão fácil de evitar, considerando a topografia da cidade, e que, ainda em cima, é um sofisma aos compromissos da companhia do Jardim, que se obrigou em seu último contrato a fazer descerem os *bonds* pela rua da Ajuda?

Já que, socorrendo-nos da nulidade da Intendência Municipal (se fosse só nulidade!) a respeito de melhorar as condições da vida dos fluminenses, a polícia se mostra interessada por umas tantas reformas ou inovações, e se tem até agora conservado regularmente na linha do critério, levantamos mais uma vez, contando com a atenção da polícia para o assunto, a questão tantas vezes suscitada do serviço doméstico.

Até agora, todas as medidas tendentes a regularizar esse *ramo de atividade* que se têm proposto, tem naufragado. Têm naufragado pelo excesso. Ora, se tem visto, apesar das reclamações gerais que o serviço doméstico provoca, condenar sua organização, por deprimente em excesso, para os indivíduos que vivem da profissão de criados, ora por envolver grave prejuízo ao livre exercício das profissões a que todos têm direito. E sempre com razão.

Podia-se tentar, entretanto, a organização do serviço doméstico, de maneira a impedir quaisquer protestos do razoável respeito humano ou das garantias constitucionais da sociedade. Cogitar em prender o criado, ou empregado doméstico ao seu trabalho, por qualquer pressão, é uma demasia. Criar cadernetas que os criados tragam, permitindo aos

patrões ou amos que nelas registrem à vontade sua opinião a respeito do portador de cada uma; permitindo, portanto, que qualquer furibundo apoplético, zangado, por exemplo, porque o criado se despede, redija um dia, nas folhas em branco, um passaporte de injúrias contra esse criado, pobre homem talvez sem outra culpa, senão querer fugir às intoleráveis apoplexias do amo, é uma iniquidade sem nome.

Há, porém, o direito longe disso, na sociedade livre, de instituir a vigilância pública, nas profissões que interessam à vida e à propriedade dos seus membros, e meios de fazer valer esse direito sem vexame para aqueles a quem a vigilância se dirige.

Os cocheiros dos carros de praça e agora até dos carros particulares, entende-se que, a bem da segurança dos transeuntes, não podem exercer sua profissão, sem que se provem, perante a autoridade pública, habilitados para esgueirar-se ao trote de sua alimária através dos meandros de mil riscos de vida ou da integridade física dos outros, que são para os cocheiros as ruas, topografia invisível do perigo, *riscos* exatamente que não figuram nos mapas da viação pública, mas que importa maravilhosamente adivinhar e descobrir.

Depois de os reconhecer habilitados, a autoridade competente toma-lhes o nome e dá-lhes uma carteira com licença de servir. Ao ver então um carro em veloz carreira, presume-se que não leva à boleia funesto Faetonte³³⁵, que se metessem o sol nesse carro, a correr o céu, não seria provável um excesso de verão na terra, como sucedeu com o desastre do cocheiro mitológico... sem carteira. Isto quanto à segurança dos transeuntes. Por outro lado, quer dizer do lado de dentro, também vai quem toma um carro de praça muito mais descansado na presunção razoável da carteira de³³⁶ não ser arremessado à rua de encontro aos lampiões pela imperícia do cocheiro, do que na própria almofada em que se senta.

Os carregadores. Porque a eles se tem de confiar para que transportem objetos muitas vezes preciosos e porque a fidelidade não é muito comum, como virtude que é, e porque, não obstante, é preciso que exista a confiança, mesmo para que o direito da desconfiança não venha ofender um honesto carregador por culpa dos desonestos possíveis, e um homem possa recorrer a outro para que o ajude com a força do seu braço, sem carecer de guardar o desconhecido Cirineu³³⁷, como se fosse um preso, a autoridade pública tem estabelecido que os carregadores profissionais tenham um número. Este número corresponde a um registro de nomes e residências e, em caso de infidelidade, pode-se pelo número descobrir o nome do culpado e persegui-lo. Além disso, não sendo admitidos a registro senão o nome de homens

³³⁵ Faetonte: do francês *phaéton*, pequena carruagem.

No texto, refere-se à figura mitológica de Faetonte, que certa vez pôde conduzir – desastradamente – o sol em seu carro.

³³⁶ No jornal: está ausente a preposição “de”, aqui acrescentado.

³³⁷ Simão de Cirineu: foi quem ajudou Jesus Cristo a carregar a cruz.

mais ou menos bem reputados, já existe uma prévia garantia a respeito dos delitos contra a propriedade por ocasião do transporte.

A polícia podia, em falta da municipalidade e em relação ao serviço doméstico, serviço quase de rua, tão bem como o dos carregadores e dos cocheiros, e serviço ainda de maior confiança – promover a instituição de um simples registro de nomes para os criados, como existe de nomes e de números para os carregadores; podia instituir uma caderneta para os criados, igualmente como existe a carteira para os cocheiros.

Nessa caderneta, nada mais se lançaria senão o nome, os sinais do dono dela, o nome dos patrões à medida que o criado os tivesse e a declaração do tempo de serviço que este passasse em casa de cada patrão. Nada mais.

E parece que assim, sem o mínimo vexame, estaria remediado pelo menos o grande mal do serviço doméstico entre nós, quase o mal único – o mal de se não poder em regra conhecer nem saber donde vem o criado que passa a conviver conosco intimamente; graças à grande condição, quase a condição única do regular serviço de uma casa – a condição de existir uma fonte séria das necessárias informações.

Em ressalva da liberdade, com a vantagem a mais de fazer seleção na classe, seria facultativa a inscrição no registro e a posse da caderneta.

Depois disto, o patrão que fosse vítima de um gatuno ou capoeira que lhe entrasse em casa sob disfarce de criado, só de si mesmo poder-se-ia queixar; do seu descuido em não exigir a caderneta, a carta de fiança pessoal de seu servidor.

Anuncia-se para breve a chegada de um delegado especial do governo português, com a missão de estudar entre nós a questão de um tratado de comércio entre o Brasil e Portugal. Nisto de *missões* devem os brasileiros andar ariscos. De que estaremos nós ameaçados, com tal notícia? Além dessa palavrinha de mau agouro, que se envolve na comunicação que por via telegráfica nos acaba de chegar de além do Atlântico, acresce que se trata de novo tratado de comércio, quer dizer, de uma rede de compromissos sérios, em que se vai ainda envolver o Brasil, depois de se haver embrulhado razoavelmente nas malhas do famoso *convênio americano*³³⁸.

A crer no generoso internacionalismo dos nossos grandes políticos, tão eloquentemente demonstrado na aceitação cega das revoltantes cláusulas da convenção comercial com os Estados Unidos do Norte, primeiro fruto da loucura hoje reconhecido

³³⁸ Convênio americano: conhecido também como Convênio Aduaneiro (1891), foi o primeiro acordo realizado entre o Brasil e os Estados Unidos durante o período republicano. O tratado consistia, principalmente, na redução das tarifas de importação para determinados produtos. BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

infeliz ministro Blaine³³⁹ e que aceitamos com pasmo do mundo, pode-se temer que tudo que nos ficou de esperanças industriais vá ser agora mimosamente oferecido em brinde cordial a El Rei D. Carlos da outra banda. Alguma coisa assim como fazer de Portugal, mediante hábeis favores aduaneiros, o almoxarifado geral de quanto importamos da velha Europa... Dos novos mouros à costa quem nos livrará?

Y.

Jornal do Comércio, 19 de julho de 1891 (Edição 199)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Com isso não concordamos.

Todas as questões têm uma face, um grande lado acessível a qualquer exame que a todos pode ser dado examinar, competentes ou incompetentes. Aí não pega o bizantinismo; a análise sutil não tem que ver com essa crítica. Encara-se em grosso. Fica muito longe a jurisdição pretensiosa do pedantismo. E, nesse peristilo, nesse pórtico³⁴⁰ de todos os assuntos, nessa sala de entrada de todas as questões, o público, o grande público, sem rebuscadas distinções de competência pode, deve penetrar.

Em geral, é o golpe de vista da sensatez o que representa esta face, este frontão, esse cortiço e essa antessala das questões. O grande público, que personaliza coletivamente o bom senso, a sensatez chamada multidão, não discerne detalhe; vê por junto, por *manchas*, como dizem os pintores; a multidão é míope, como diz de nós o *Rio News*³⁴¹. Mas também míope é o impressionismo dos pintores; míope é a visão sem análise dos objetos em massa. E nem por isso dessa sensação imperfeita, dessa síntese visual, dessa sensação da luz por feixes de simultaneidade, desse prejuízo estético das minudências, resulta menos a pura estética e menos se depreende a verdade.

³³⁹ James Blaine: político norte-americano, responsável pelo Convênio Aduaneiro estabelecido entre o Brasil e o Estados Unidos.

³⁴⁰ Pórtico: na arquitetura, pórtico é uma entrada coberta; na filosofia, consiste na doutrina dos estoicos cujos conhecimentos eram transmitidos nos pórticos em Atenas.

³⁴¹ *The Rio News*: periódico fundado pelo jornalista norte-americano Andrew Jackson Lamoureux.

A consulta de periódicos não esclarece totalmente a qual publicação Pompeia se refere. No entanto, podem ser feitas algumas suposições acerca do assunto discutido. Muitos colaboradores do *Jornal do Comércio* se mostraram contrários ao Convênio Aduaneiro, em resposta, o periódico norte-americano sugere a correção de algumas publicações, e esclarece que, ao contrário do que o *JC* informou, os Estados Unidos não pretendiam realizar o mesmo acordo com a Espanha, visando ao açúcar cubano. A publicação ainda questiona como um homem com tão pouca influência e experiência política e administrativa pôde escrever um artigo tão importante; não foi possível reconhecer a qual artigo o periódico norte-americano se referiu.

RIO DE JANEIRO. *The Rio News*, Rio de Janeiro, p. 3, 17 abr. 1891.

E hesito: temos quase dito a palavra. O grande público não verá nitidamente os assuntos nem as questões; mas o público faz mais e melhor – o público os sente.

Sente-os e refere-os: sendo em geral os pontos duvidosos em que à sua opinião importa intervir matéria de sua conveniência e sendo tão comumente lesada essa conveniência.

Ora, ao menos o sentimento, o sofrimento perfeito de todas as questões é razoável que seja facultado ao grande público, à opinião ignorante e incompetente dos que não sabem nem deliberam – mas pagam o pato.

Não concordamos, por isso, com o sistema que se pretende introduzir das deliberações administrativas com exclusão do público, com exclusão do grande bom senso. O público entende logo; desde que a coisa não exija muita demonstração; surpreende como um artista instintivo os pontos característicos da questão e assimila imediatamente. Porque é muito penoso, dispensa mesmo o exame da documentação. Conserva-se quase exclusivamente no ponto de vista da sinceridade, da moralidade da questão. E isto fica-lhe ao alcance do critério e isto o grande público examina sem custo e critica logo.

De resto, pode ser o lema – tudo aquilo que é preciso argumentar muito, distinguir muito para explicar: é má fé. Quando a verdade não se apura por aí, na simplicidade patente da sua apresentação, quando a conveniente luz das discussões, precisa que a traga a lâmpada sebenta do rábula, quando, para que o mercado se faça, é preciso que o *gringo* percorra as ruas de carro, parando aqui, parando ali e deitando o verbo grandiloquo e longíloquo, para provar que o seu vidrinho cura dor de dentes ou lâmina do *seu Rodgers*³⁴² corta belamente os calos – é desconfiar. A coisa é pinoia!

Não concordamos, por isso, com a doutrina de excluir o juízo público do julgamento dos negócios, *máxime* dos que lhe dizem respeito de perto. Quem nos quiser contrariar nesta convicção virá bolir-nos com a mola da desconfiança e contra si mesmo nos fará gritar uma vozinha reflexa cá no íntimo – cuidado com o gajo!

Em um caso particular que tem muita aproximação com a nossa tese – não podemos admitir que se conteste aos militares o direito de intervir como opinião no negócio das Missões (famoso negócio!).

Para as questões internacionais e muito principalmente nas questões de integridade ou desintegração do território da Pátria, o exército representa especialmente de grande público.

³⁴² Rodgers: moendas para cana da empresa Henry Rodgers, Sons & co. Além da fabricação de moendas, a empresa também fabricava instrumentos de corte preciso.

Na consulta nacional que, a propósito das *Missões* é preciso que haja, o voto do exército representa o voto supremo.

O exército é como um momento crítico de patriotismo que se perpetua. Representa o milagre da extrema tensão do brio nacional continuado e permanente. O exército é o patriotismo feito espada e feito baioneta. Nas questões flagrantes do patriotismo, como o debate primitivo e fácil, a discussão elementar da fronteira, pleito muito simples de posse material da terra, o exército, sentinela atenta da fronteira, o exército, que reserva no peito a despesa de sangue com que em definitivo se marca o traço vermelho do limite geográfico das nações, precisa ser ouvido. Podia até ser ouvido expressamente em vasto escrutínio, proposta a questão em termos límpidos, simplificada dos embaraços técnicos, na simples alternativa liquidada, honestamente apurada, da justiça e do patriotismo.

Todo e qualquer exército.

Quanto mais o grande exército brasileiro, que, por seu patriotismo e porque dispõe de homens superiores, tem – é preciso dizer – muito que zelar mesmo fora da fronteira geográfica; neste momento histórico do Brasil; nesta hora de internacionalismo confundido em que se organiza a Pátria, em que o elemento nacional trava disputa forçada com a poderosa concorrência, naturalmente e quase inocentemente suspeita, que converge a colaborar conosco; em que é força reconhecer que o perigo da fronteira, o risco da integridade da Pátria, a cargo do exército, está mais algures³⁴³ do que na extrema territorial dos mapas; exigindo positivamente (e os fatos o demonstram de mais a mais) a relaxação dos nossos costumes, em questões de Pátria, o vício de pernicioso abandono cosmopolita a que, desde a primeira idade, habitua o nosso povo, o contato de uma espécie de povo que se não declara estrangeiro, nem chega nunca a ser nacional! – que, junto de cada questão máxima dos interesses pátrios, seja, sem muita imagem, postada uma sentinela e se acerquem gabiões³⁴⁴ ao redor de cada problema.

Também se prende à teoria da conveniente consulta à grande publicidade o estrondoso escândalo da Carioca, que encheu a semana. O povo indignou-se muito; mas a este respeito temos uma opinião prudente: – Não nos metamos com os homens.

O escândalo que acampou de vez sobre a República dispõe de duas temíveis armas; o dinheiro para os *amigos*, mas a insolência para os contrários. E não vale a pena. É mais fácil calar a boca. A audácia assumiu esta feição nova nesta terra: com a unha não só agarra como outrora; agarra e arranha.

³⁴³ Algures: em algum lugar; em qualquer parte.

³⁴⁴ Gabiões: estrutura armada, drenante produzida com fios de aço e preenchida com pedras. É usada para conter barragens e drenar água.

Siga, pois, em gloriosa caminhada a *Metropolitana*.

Querem tomar ao público a caída de água? Sem cerimônias! Vão demoli-la? Vão simplesmente atacar-lhe em cima (bonita pilhéria) uma estação central, poupando gastos inúteis em desapropriações? Com todo gosto! Já não há tanta coisa em cima das arcas do tesouro? Levem a caixa de água! Olhem: se a da Carioca não chegar, levem a de S. Bento, mais a da Viúva e ainda a do Pedregulho, que tem boa altura; levem de quebra os arcos do Aqueduto... Vejam só: aqueduto, viaduto... Para uma estrada aérea pouco falta. Depois... Água para esse povo besta, bem daqui a pouco o Paraíba, canalizado... Como monumentos públicos adicionais ou decorativos, podem aproveitar ainda alguns pilares econômicos que há por aí, o *D. Pedro do Rocio*, o *José Bonifácio*, o *João Caetano* que está novinho. Estes dois, como são um pouco curtos, põe-se lhes um caixão por baixo...

E a Deus ainda demos graças, que bem podiam lembrar-se de querer-nos a gente em pessoa, para espeque da sua estrada suspensa, aproveitando a altura das nossas cartolas... E era ir! Porque a *Metropolitana* dispõe de força para isso; e ainda do *Bersagliere* para nos dizer desaforos e da imprensa *nacional*, bastante digna para os editar em vernáculo contra os seus próprios colegas.

O que não deixamos passar sem protesto é que nos queira intrigar com a água da Carioca.

Perdão, meus senhores! Tomem conta da caixa, apoderem-se dos aquedutos; levem mesmo pelas obras de alvenaria de Santa Teresa e do Silvestre os seus carris³⁴⁵, que já terão leito preparado e sólido para a sua estrada.

Mas não nos caluniem a pobre água da Carioca. É das últimas ilusões que mantemos a respeito do nosso País! A Itália terá o vinho de *Chianti*³⁴⁶, um chiantizinho de quem não pode ter outro, é a Carioca, a pobre Carioca, que para existir nem às uvas molesta! Demais, todos nós a vemos nascer, a pobre linfa cantante do Corcovado. E quase a olhos vistos assistimos-lhe a todo o seu percurso. Leva limpinha e transparente sua efusão cristalina, calhas abaixo. Ninguém habita nos lugares por onde ela corre a descoberto, se não o esplendor de um sol peneirado de arvoredo e o canto dos passarinhos.

Que impurezas podem às águas provir do sol e alegria da mata? Nos lugares habitados que a Carioca percorre, vai ela ao abrigo em resguardado conduto. Como podem ser águas condenáveis?

³⁴⁵ Carris: Barra de metal que serve de guia no deslocamento de um veículo; trilho.

³⁴⁶ Chianti: vinho italiano.

Não são muito puras na caixa da cidade. É possível. E encontram-se nela uns micróbios, chamados talvez, *sapinhos*, que, depois de grandes, podem ser até macróbios.

Mas isto não é motivo para se ir logo ao descrédito e o que mais é ao descrédito químico das águas. São pouco limpas, damos de barato, mas então é limpá-las, o que convém, apenas. E não sabemos por que apelar para a solene análise, quando a caixa da Carioca o que precisa não é de um microscópio, é de uma vassoura.

A jeito de vingar, como as empresas que vingam na atualidade, não nos parece o projeto dos arquitetos Cordoville³⁴⁷, que têm apresentado proposta à Intendência, para fazer – de acordo com os proprietários – a transformação gradual da parte central do Rio de Janeiro.

O expediente que oferecem é simples, é fácil e é honesto.

Pretendem ir levantando até três e quatro andares conforme o prévio acordo, todas as casas do centro da cidade, entre a praça da República e a rua Primeiro de Março. Este prolongamento dos prédios em altura far-se-á guardando para as ruas uma largura de 13 metros, de maneira a ser possível, em qualquer tempo, a demolição da porção saliente dos andares inferiores. À altura dos terceiros andares, correrá em frente às habitações um passadiço longitudinal, comunicando por elevações com o solo e transformando os quartos andares em como que uma segunda cidade sobre a cidade. Alguns desenhos relativos a esta espécie de construção e que, traçados pelos mesmos Srs. Cordoville figuraram na última exposição da Academia de Belas Artes, merecendo francos aplausos podem dar ideia, a quem os veja, da futura beleza da cidade transformada segundo esse plano. Por seu lucro, continuando os andares inferiores a produzir aos proprietários o rendimento que dão os concessionários dessas obras (se o forem) reservam-se o direito de alugar os novos pavimentos que construírem. Comprometem-se, porém, a entregá-los em perfeita conservação, expirado um certo prazo segundo se estipular, aos donos dos andares inferiores e se obrigam ainda a fazer a todo o prédio sobre que versar contrato, toda a espécie de melhoria higiênica que for necessária.

Um plano de completa possibilidade como não custa ver. Tem, porém, um defeito radical que o mata: seus autores não pedem a ministro nem à municipalidade senão: garantia para a realização tranquila do seu projeto.

É muito pouco para um projeto viável.

Se pretendessem comprometer higienicamente em duzentos mil contos os cofres municipais ou se aspirassem fazer das caixas de água da cidade pedestais enormes de monumentos do escândalo, desde já lhes auguráramos jubiloso êxito.

³⁴⁷ Heitor de Cordoville e Hortêncio de Cordoville: arquitetos e engenheiros.

Projetos que hoje em dia se apresentam sem risco de assombrar o mundo podem contar pela certa com a degola dos *indeferidos*.

Reapareceu à discussão no jornalismo a questão da convenção literária entre o Brasil e a França.

A título de justiça e no momento de entusiasmo da nossa Revolução, esta questão passou perante o Governo e perante a imprensa, decidindo-se os votos da maioria a favor da proteção recíproca dos interesses dos dois Países.

Agora que de novo se nos oferece o comentário, tendo o Congresso de estabelecer o que tem de ficar, é preciso, em nova e mais calma consideração, nos lembrarmos que, além de ser a questão da propriedade literária com a França uma questão de justiça, é uma questão de comércio.

Uma convenção internacional a este respeito interessa mesmo infinitamente menos à esfera sublime da ponderação filosófica, onde tudo se equilibra pela simetria, pelo acordo harmônico da santa paz, do que à rasteira competência dos resultados mais lucrativos na luta do ganho.

O Brasil não tem que lembrar-se das vantagens que do não acordo a respeito lhe resultem. Damos que assim seja. Deve, contudo, ver se o acordo comercialmente convém ou lhe é indiferente, e, neste caso, não esquecer que vantagens têm de auferir aqueles que o convidam a uma convenção a que nada o força, examinar se, no terreno das relações econômicas internacionais, são estes dignos do favor que da nossa complacência possa resultar.

De uma convenção literária com a França, que poderia lucrar o Brasil? Nada é coisíssima nenhuma, é bem sabido. A tal questão dos *interesses recíprocos* é uma soberba patacoada³⁴⁸, sendo bem difícil descobrir quais são os proventos dos editores franceses com a tradução dos livros brasileiros. A respeito da concorrência de que assim se livram os nossos escritores, não há benefício a computar, por isso que de Portugal pode vir inundar o nosso mercado a tradução dos livros franceses.

De mais bem pouco digna de existir seria a produção literária entre nós, se lhe fosse útil socorro salvar do concurso com traduções geralmente infames e até mesmo, nos devidos termos, com a produção do espírito francês.

Em uma convenção literária com a França, pois, trata-se é só e unicamente de proteger entre nós o comércio das obras francesas.

³⁴⁸ Patacoada: brincadeira; disparate.

Merecerá de nós este favor a França, cujas relações econômicas conosco só podem significar-se pela afrontosa proibição que existe de emigração dos seus nacionais para o nosso País?

Quanto ao cuidado de *bem parecer* na questão de justiça da propriedade literária internacional, não nos preocupa muito. Fôssemos quixotesicamente cegar-nos por essa ilusão do escrúpulo e eles ainda ririam do nosso cuidado:

– Dengues de *rastaquoères*³⁴⁹...

Y.

Jornal do Comércio, 26 de julho de 1891 (Edição 207)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

A propósito de opinião que se vende, opinião corrompida, temos feito ultimamente indevido gasto de palavras.

– Pode-se provar?

E, se não se prova, quem o pode afirmar?

No dizer da maledicência que anda a fazer carreira, tudo tem cotação. Motivos, argumentos, convicções e entusiasmos.

Vende-se a quilos o pletro!

Vende-se a metro o nariz!

Quer um quilo? Quer um metro?

Isto que dizia o artista dos *triolet*s³⁵⁰, cantando o leilão de rimas de conhecido vate, adapta-se agora às demonstrações da sinceridade. Os raciocínios, as boas razões, os arroubos de dialética, tudo está em tabela. Isto custa tanto; aquilo, tanto; aquilo, tanto. Um raciocínio perfeito, mas calmo e equilibrado, tem tal preço; se ressumbra a mais convencida efusão, vale o dobro; se toca às raias do entusiasmo colorido e ardente, então não tem preço; vale em ouro quanto pesa.

A dar-se ouvidos às más línguas, a grande avenida do conceito público, por exemplo, o idealizado *Boulevard* da Imprensa, podia ir sendo simplesmente e para ganhar tempo – a rua da Quitanda...

A coisa não pode ir assim!

³⁴⁹ *Rastaquoère*: indivíduo rico cuja fortuna recente é de origem suspeita e ainda não se adaptou aos usos e costumes da classe a que ascendeu.

³⁵⁰ *Triolet*: poema de estrofe de oito versos.

– Mas rato não passa recibo, dirá escarninha a esquiiva murmuração. Não passa, é certo; e os queijos vão-se. Mas isso é lá com a moral dos ratos. E a moral humana o que diz, é que o juízo temerário é um pecado, quanto mais a palavra temerária! E manda que, enquanto não tivermos pela gola o larápio surpreendido, evidente e empolgado pelo guante de um bom — *pega!* — o acatemos com a maior consideração, honradíssimo cavalheiro! E nos curvemos dobrados e respeitosos ao seu passar, como a polícia de Madri diante dos ratos brejeiros de Chueca³⁵¹ e Valverde³⁵². Lá. Lá, lá, ri, rá, já, li, li, lá!

Quem tem o direito, entre gente culta de indagar da lepra, quando há roupa por cima? Ainda não há muito, casava-se nesta cidade ilustre diplomata, desempenado e airoso; e, como um convidado ao ato admirasse ao noivo a bela presença, no esplendor do aparato nupcial e se pronunciasse com entusiasmo sobre a ventura de quem alcançava tão belo tesouro de marido...

– Tem casca de sífilis sobre o peitilho! Garantiu um perverso convidado, que jurava saber.

Seria possível jamais, entre homens distintos, mesmo à meia voz, observação mais brutal, nem mais *shocking*³⁵³.

As aparências existem para que as respeitemos. Respeitá-las vem a ser uma homenagem à correta realidade. Vestir os nus! Di-lo até o preceito de misericórdia. Como havemos então de andar despindo os que se vestem? Não, senhores. Honra às *toilettes* que se acolchetam e as exterioridades que se guardam!

Honrar as aparências será pelo menos o mesmo que honrar a virtude...

... em efígie.

Com as aparências, respeitem-se as intenções também, que é quanto há de mais respeitável neste mundo.

Assim, quiséramos que não julgassem tão mal do generoso movimento de nacionalismo que ultimamente vai despertando no espírito deste povo.

*Chauvinismo*³⁵⁴! Ódio aos estrangeiros! Clamam aqueles mesmos a quem as razões sobram para estar convencidos de que o que aqui existe é exatamente e muitíssimo o contrário. Não existe apenas excesso de simpatia internacionalista, existe abandono e desleixo; existe quase inconsciência da inteireza patriótica que é a mais bela fisionomia do

³⁵¹ Chueca: região de Madri, localizada no bairro Justicia.

³⁵² Valverde: Bairro de Madri.

³⁵³ Shocking: do inglês, significa “chocante”.

³⁵⁴ Chauvinismo: opinião exacerbada e tendenciosa a favor de um país.

homem moderno. Os estrangeiros, mesmo os que sabem como por exemplo aqui se bradou contra a escandalosa invasão internacional do convênio americano, nos qualificam em regra de apáticos. Isto seria antes a verdade; e melhor nos julgaria quem antes dissesse que o povo brasileiro tem alma de cocaína.

Quando há alguns meses, o artista Papadopoli³⁵⁵ quis em Trieste realizar um espetáculo a favor das vítimas da pavorosa explosão da fábrica de pólvora em Roma, a autoridade austríaca proibiu a função, explicando friamente que não tinha sido a desgraça de tal ordem, que merecesse que se organizassem atos públicos de beneficência também no estrangeiro. Isto sim, é ódio aos estrangeiros e jamais havia de acontecer no Brasil semibárbaro. Em compensação os italianos, patrícios mesmo de quem ora nos julga tão maus, estrangulam-se em abraços de fraternidade com a Áustria e, com a Áustria, fizeram a tríplice aliança, fazem a quádrupla atualmente e até a quádrupla farão, se tanto for necessário para demonstração do apego que aos vizinhos do nordeste os prende e quanto diversamente do que se ressentem do áspero trato com o brasileiro selvagem são gratos a todas as *carezze austriache*³⁵⁶.

Não nos invadam, pois, as intenções, afirmando que nos move o ódio.

O Brasil, para o mundo, para o socorro à Europa angustiada, tem aberto o coração, mais largo do que o estuário no Amazonas; e tem amor para oferecer muito mais brando que o esplendor hostil e rijo dos seus brilhantes, mil vezes mais aceitos, entretanto, da ávida cobiça, do que o seu valor moral, na crítica estrangeira que o julga.

Mas o Brasil não há de aceitar que o suprimam pela ocupação, nem que a ele se associem para ocupá-lo. Muito tem assistido em suas florestas profundas, onde parece que a própria natureza medita, retraindo-se na sombra e parando na imobilidade pesada do arvoredado – a lição das invasoras parasitas, para que não saiba de cor. Um dia, uma pequenina semente imperceptível e insignificante vem crepitando de folha em folha, porque a deixa cair um pássaro inadvertido, e planta-se junto do mais belo príncipe das selvas. O madeiro possante tem indefeso o tronco, porque demasiado confia na rigidez férrea do córtex. A semente germina no solo úmido e espicha um rebento. Imperceptível ameaça da mônada. Voam, porém, os anos. Em pouco o rebento incipiente faz-se um belo galho; multiplica-se em braços coleantes, sobe, sobe, toma toda a altura à grande árvore, disputa-lhe a primazia ao sol. Então, sente a grande árvore que terrível inimigo vem de enlaçar-lhe a vida. Já não lhe chega para ela o suco de terra, porque o insinuante invasor precisa de muita seiva, sendo já enorme também;

³⁵⁶ Espetáculo de Papadopoli: o artista italiano teve seu espetáculo sobre a explosão negado. O periódico italiano *Il Bersagliere* publicou uma nota lamentando a proibição, em 11 de junho de 1891.

CAREZZE AUSTRIACHE. *Il Bersagliere*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 jun. 1891.

³⁵⁷ Carezze austriache: do italiano, em tradução livre significa carícias austríacas. Título dado a publicação do periódico *Il Bersagliere*.

já não lhe é suficiente à luz, já não lhe basta o ar para o fôlego dos estômatos; porque é copiosa também a folhagem da trepadeira pérfida e porque não tendo a trepadeira o trabalho de manter-se, erguida, todo esse esplendor de folhagem desenvolveu-se demais e excede e domina sobre a árvore primitiva. Adeus então às oscilações felizes, quando o vento vinha, que lhe tonificava os músculos dos ramos. A árvore toda imobilizava-se agora como um bloco. Cordagens³⁵⁸ vegetais, serpentes de rija fibra, fixam em horrível paralisia o movimento e a vida das antigas frondes. Não há mais esperanças. *Laocoonte*³⁵⁹ está vencido, e não tarda muito que de todo sucumba; sendo ainda mais que o patriarca da floresta, por um desses escárnios cegos da natureza, morto mesmo, tem de emprestar o cadáver e o esqueleto à odiosa altivez vencedora e firme de quem o matou.

Assaz conhece o Brasil a velha história das parasitas para que não deva temê-las.

Para todos, entretanto, que afetuosamente se aproximem o Brasil não tem mais do que a inteira confiança e a mais confiante boa vontade. A estrela não tem ódio, disse o velho Hugo. O glorioso cruzeiro do nosso céu tem braços abertos para todos os horizontes.

Queremos amigos por nós, é a máxima – não queremos inimigos em lugar de nós.

Sim, tudo que for deprimir-nos, com premissas, suprimir-se, em proveito de qualquer voto e de qualquer raça, tudo quanto for a dissolução da geração e sob qualquer influência opressora de além dos mares e de além das fronteiras, ser-nos-á como uma agressão e das piores – a traidora agressão insinuante, agressão sem a vantagem de ser franca.

O tipo humano alcançado pela implantação da raça latina neste ponto da América, e reconhecido com respeito pelos mais sérios pensadores europeus, precisa ser conservado. Terá o Brasil resistência para em proveito da raça humana saber conservar-se?

A carga de parasitismo que ele tem até hoje suportado, sem prejuízo de sua imensa força, faz supor que sim. Em qualquer hipótese, é preciso que a luta se trava neste sentido. Em prol da raça, em prol do idioma e em prol dos nossos costumes. Morte a quem vier matar-nos!

E o nosso único e grande defeito, a virtude, em excesso, da hospitalidade. Fechemos um pouco a porta.

Cuidado, portanto, com os entusiasmos imigrantistas. Cuidado com os presentes gregos de muitos inovadores. Cuidado com certos funestos escândalos iminentes e com outros escândalos que vivem de ser olvidados ou ignorados que deviam cessar quanto antes.

³⁵⁸ Cordagens: conjunto de cordas.

³⁵⁹ Laocoonte: personagem da mitologia grega que teria sido morto juntamente com seus filhos por ter arremessado sua lança contra o Cavalo de Troia. Pompeia refere-se ao Grupo de Laocoonte, obra-prima da estatuária antiga exposta no Vaticano.

Em São Paulo há escolas públicas onde se aprende a ler em italiano. Um editor da capital expede para o centro, por milhares de volumes, edições de silabários em italiano. Nas colônias do Rio Grande do Sul há igualmente escolas do estado em que só se ensina o alemão. Onde vai o culto da língua nacional?

Em São Paulo instituiu-se há pouco a extravagância impertinente de terem seu candidato em eleições políticas os *cidadãos brasileiros de origem italiana*, brasileiros, assim, para o direito de voto e italianos bastante para se não confundir com os *eleitores nacionais*!

No Rio Grande do Sul, as ameaças de dissolução do que é brasileiro, essa mesma ruína que mereceu que de jovem patriota, um brinde melancólico em famoso banquete político, já vai muito mais longe. Em São Leopoldo, a três horas de viagem da capital, só se ouve falar alemão. Quem fala brasileiro esconde-o como um vexame. A língua nacional existirá quando muito para os segredos. Assim em todas as inúmeras colônias do estado. O salgado trocadilho da língua do Rio Grande não tardará muito que se possa fazer totalmente sobre o idioma de Goethe. Criou-se no estado meridional uma verdadeira população de estranhos que são senhores da terra e que pais, filhos, netos e bisnetos até os primeiros imigrados, os outros todos nascidos no Brasil, não querem saber da nacionalidade brasileira – denominam-se *teutos*³⁶⁰; o que é simplesmente uma maneira bem achada de não ser alemão às ordens de Caprivia e do imperador – *Em viagem*. Esta população especial de futuros desmembradores da pátria brasileira demonstra logo na capital a enorme influência sob que vai avassalando o Estado. E os brasileiros infelizmente não se opõem. A bela palestra cantante do gaúcho, modulada em um tom descaído de quem repousa na convicção da força, guardando no timbre certa nota indefinível de gentil heroísmo e que até nos lábios enérgicos da senhora rio-grandense se nota, tão sedutora amante expressiva, vai desaparecendo na algazarra sacudida, carroçal da conversação alemã. A cuia simpática do chimarrão de costume mesmo da cidade outrora troca-se em definitivo pelo bronco canjirão³⁶¹ de tampa, babando cerveja. Trajar-se à alemã é a elegância; aproximar-se dos teutos é uma consideração. Os alemães construíram nos arredores de Porto Alegre alguns *chalets*. Toda a gente limpa da terra pôs-se a fazer *chalets* em torno e fundou-se o bairro dos Moinhos de Vento. A porta da alfaiataria Bins, loja alemã na rua da Praia, reúne-se a flor da elegância porto-alegrense, vestida à alemã, falando alemão por *chic* (se os teutos permitem). Nota incrível, finalmente: o *club* de Regatas de Porto Alegre, cujo presidente é brasileiro, cuja diretoria toda é composta de brasileiros, tem os estatutos em alemão, texto único!

³⁶⁰ Teutos: oriundos do centro e norte da Europa; mesmo que alemães.

³⁶¹ Canjirão: Vaso com boca larga usado para beber líquidos em geral.

Para que se não veja assim todo o Brasil – em um Estado os alemães, no imediato os russos, no outro os italianos, mais para o interior os suecos, no centro e ao correr do litoral, os portugueses e os dourados ingleses e mais para o norte, os americanos e no extremo norte, os franceses – todos os povos, todas as nações, invadindo-o, possuindo-nos a Pátria, com exclusão de nós, como começa a dar-se no Rio Grande; para que não seja o nosso País uma transplantação do mapa dos outros países, seguindo-se a esse grande passe mágico, a fragmentação fatal do território, segundo os núcleos de nacionalidades – é preciso que todo brasileiro que se preze de o ser, em todas as relações do internacionalismo, seja prevenido e cauto.

Contra o que já existe de mal encaminhado, é mister pensar no remédio; para evitar que prossigam as consequências do que existe e se reproduzam circunstâncias idênticas, é necessário meditar as preocupações; remédio e precauções que se interponham entre estes preceitos, fáceis de consultar, aliás, na vontade pública, como já se vai manifestando e que se podem taxar de conservadores, mas que são por isso mesmo patrióticos!

– Desconfiar da colaboração estrangeira, por amor de nossos belos olhos;

– Nada de imigração em enorme escala, que, favorecida por mil complacências, venha aqui vencer e suprimir o elemento nacional.

E, depois, nos chamem *tupinambás*.

Fez barulho a notícia da invasão do território das Missões no Paraná, por soldados argentinos.

Temos certeza de que vive ainda alma brasileira!

Na ocasião em que, dando um exemplo de ordem, segundo a reputação que já tem criado para si no mundo, o Brasil discutia a questão dos seus direitos sobre o território pretendido por nossos irrequietos e incômodos vizinhos – debate ardente, fervoroso em que se digladiavam homens iminentes, diante da atenção respeitosa do público, diante da severa tranquilidade de Nação, que esperava em religioso retraimento, que seus representantes intelectuais e políticos na imprensa e no Congresso lançassem a decisão suprema; sem um clamor desordenado fora do terreno da ciência da diplomacia e da justiça, sem a interrupção desordeira dos panfletos, dos manifestos tumultuariamente gritadores, sem agitação na praça pública; sereno e solene como devia ser a atitude de um nobre povo em caso de tal ordem – esta notícia da invasão do território injustamente posto em litígio, tinha a fisionomia da mais insólita provocação.

Mas os gentis irmãos do Prata são homens desabusados e semelhante invasão era perfeitamente possível.

A opinião pública cresceu em uma onda de sentimento, revoltada com a notícia, na proporção da tranquilidade com que contemplava o debate das missões. Um grito que estava a sair de todas as bocas, talvez a explicação desse repouso solene com que se via prosseguir a polêmica das Missões escapou a todos os lábios com uma indiscrição ardente da sinceridade – Guerra! Nos quartéis da cidade houve o mesmo grito, como o alarme sagrado da Pátria: guerra!

Parece infelizmente que veio de infundada suspeita o aviso telegráfico da invasão.

E o Brasil perdeu com isso um bom começo para a liquidação pela certa do inacabável litígio da fronteira, ensinando à consciência difícil dos seus insensatos inimigos, que a justiça tem uma balança e uma espada nas mãos e os embaraços que a pacífica paisagem não consegue resolver, a espada corta-os.

Y.

Jornal do Comércio, 3 de agosto de 1891 (Edição 214)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

O que nos deita a perder não é a miopia; é a cegueira. Mas a pior das cegueiras: a cegueira voluntária, a cegueira teimosa, a cegueira reincidente; e uma cegueira especial que nos deixa ver muito os outros, para basbaquearmos³⁶² a admirá-los e a querer imitá-los entre nós, e, que só para considerar proporções e diferenças de que os outros são e fazem, para que nós somos e demos fazer; só para medir sollicitamente, positivamente as nossas conveniências e o nossos justo e legítimo interesse, nos deixa a escura, espessa, compacta obcecação³⁶³.

Conta-se a história de um sujeito que perdeu a sombra, em um episódio fantástico, no conhecidíssimo *Horta*, do primeiro *conteur*³⁶⁴ da França; certo personagem dessa narrativa aproxima-se do seu espelho e não acha no cristal polido a própria imagem, graças à pilhéria de um duende. O Brasil perdeu o egoísmo – sombra e imagem de uma nacionalidade; ou, por malefício o privaram do instinto de conservação; do instinto de propriedade sobre si mesmo; da consciência nítida de existir como nação entre as nações, como povo entre os povos.

A idolatria etnográfica do caboclo foi, em certo tempo, o erro do nativismo. A hora

³⁶² Basbaquear: vem de *basbaque* e significa surpreender-se, admirar-se com situações triviais.

³⁶³ Obcecação: ato ou efeito de obcecar ou obcecar-se.

³⁶⁴ *Conteur*: do francês, significa “aquele que conta histórias”; comumente se diz do autor de narrativas curtas.

atual não é de nativismo; mas precisa não ser do excesso contrário a que nos temos abandonado. Precisa ser positivamente e valentemente do Nacionalismo.

Não temos que voltar as costas à civilização, nem despirmo-nos em pelo, por amor da lealdade tradicional para com o aborígene; não temos que abrir de carreira, *dentro* da fresca *toilette* adamita³⁶⁵ dos autóctones³⁶⁶ da terra brasileira, nem empunhando um guia de viagem de qualquer Ehrenreich ou den Steinen³⁶⁷, ir buscar a lição dos costumes primitivamente nacionais nas longínquas ocas e tabas que ainda se encontrem, para de lá voltar arabescados com os esplendores da tatuagem a fogo e urutu, coroados de penas, cingindo os rins e as espáduas de peles fulvas de onça e frouxéis³⁶⁸ de miolo de pão; não temos que adotar nos botequins, em substituição de todas as composições de ácido salicílico com que civilizadamente nos envenenamos e em nome do respeito nos hábitos venerados dos primeiros brasileiros, o cauim fermentado de milho verde e cuspo. Não temos sequer que ressuscitar o muito digno cadáver da literatura dos borés³⁶⁹ e dos maracás.

Cumprê, porém, que a tempo nos reconheçamos como o produto de civilização que somos; saibamos avaliar-nos, sem vaidosos entusiasmos, mas sem a depressão suicida da descrença que tanto mal nos há feito, morfinismo moral em que se deleitam as almas inertes e que tem o perigo de passar por teoria filosófica e fazer carreira entre as opiniões ingênuas e facilmente submissas. Cumprê que na atualidade histórica, em que nos desvencilhamos de dois grandes problemas internos que demasiada força nos consumiam em luta fratricida, nos escudemos em confronto com o mundo e em relação à humanidade! Com ânimo de crítica; mas sem olvidar que o *cogito, ergo sum*³⁷⁰ – deve ser o ponto de partida desse exame radical, cartesiano do patriotismo e do qual nos temos infelizmente descuidado. Existimos; cumprê que analisemos as condições de nossa existência e compreendamos imediatamente que é necessário que existamos. E, em seguida, desenvolvamos o raciocínio da conservação, e vejamos o que há a fazer para que não deixemos de existir; apenas evoluindo e melhorando de que sonos hoje, jamais dissolvendo-nos e nulificando-nos do que hoje somos. E desde já estabeleçamos o programa das condescendências possíveis e das repulsas indispensáveis, sem cuja ação ofensiva e defensiva, corroída e desagregada a individualidade nacional, veremos

³⁶² Basbaquear: vem de *basbaque* e significa surpreender-se, admirar-se com situações triviais.

³⁶³ Obcecação: ato ou efeito de obcecar ou obcecar-se.

³⁶⁴ *Conteur*: do francês, significa “aquele que conta histórias”; comumente se diz do autor de narrativas curtas.

³⁶⁵ Adamita: membros de uma seita cristã primitiva, localizada no Norte da África, entre os séculos II e IV. A palavra teve origem em Adão, pois seus membros andavam nus.

³⁶⁶ Autóctone: aquele que habita ou é natural de regiões aborígenes.

³⁶⁷ Ehrenreich e den Steinen: foram pesquisadores alemães que estudaram a Amazônia durante expedições.

³⁶⁸ Frouxéis: enchimento para almofadas e travesseiros.

³⁶⁹ Borés: trombeta de taquara com que os indígenas acompanhavam suas danças.

³⁷⁰ *Cogito, ergo sum*: proposição do cartesianismo, uma cadeia argumentativa cujo ponto de partida é o absolutismo cético acerca de qualquer crença ou convicção.

desmanchar-se a pátria; como as ribanceiras argilosas do Amazonas, verdejantes de viço do arvoredo, felizes da abundância de calor e de umidade para as frondes, de ramos para os ninhos e de luz para desafiar alegria dos pássaros e que a caudal insidiosa lento e lento solapa, e chama um belo dia à onda parda poderosa, dessorando-se as alterosas campinas³⁷¹ em aluvião lamoso, rodando as árvores rio abaixo como o naufrágio da floresta.

Antes desse grave exame, que é que entre nós se vai fazendo? Em atenção ao elementaríssimo instinto de conservação, que passo prosseguem os nossos homens; que direções descortinam os nossos teóricos, que fazem os próprios filhos da revolução de novembro, depois da qual, por ser uma revolução, contava-se que surgisse uma época de intensa atividade regeneradora e decidida revolta contra as indolências descuidadas do passado?

– Não há que aproveitar por aqui! Dizem com cara de ciprestes esses enfermos do desalento, sem cura.

E desprezando o amor da Pátria, o reconhecimento dos seus concidadãos, a gratidão da história nacional, que é o poema épico necessário que vem infalivelmente depois da vida dos povos, ilíada triunfante ou odisseia lamentosa, mas em que figura sempre nobremente a sobreexistência subjetiva dos verdadeiros homens de coração, não os de mais vasto renome, porém, os de renome mais puro; enfronham-se em um carnaval da quixotice internacionalista; privam-se das próprias ideias instintivamente originais, por guarnecer convencionalmente o crânio e o cérebro como uma bacia de barbeiro, onde o sol da popularidade estrangeira possa bater bonito, tomam armaduras ferrugentas, e um pedaço de lança velha ao museu ingênuo do otimismo *fin de siècle*³⁷² do fim do outro século; cavalgam a hipótese magra de um cosmopolitismo benevolente que nem Rocinante³⁷³ adotaria, porque fora fazer do próprio lombo a cavalgadura universal... E, toca a distribuir, em nome do internacionalismo, em nome do cosmopolitismo, em nome do americanismo, em nome da paz palerma de toda a terra – Missões para aqui, convênio americano para ali, imigração para acolá, e mil licenças sem plano, mil concessões sem cálculo, esbanjamento fabuloso! – toca a distribuir em molambos toda esta grande coisa inútil e idiota, que se chama Brasil.

Um dos fatos mais característicos desta mortal ausência de egoísmo, que não é felizmente senão uma consequência de viciosa educação do nosso povo, tanto que só se nota

³⁷¹ No jornal, está grafado “empinas”; aqui corrigido para campinas.

³⁷² *Fin de siècle*: do francês, significa “fim do século”. Expressão usada para designar particularmente o final do século XIX, entendido como um período de decadência.

³⁷³ Rocinante: é o cavalo de Dom Quixote, no romance *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes.

entre as classes mais educadas, mal educadas poder-se-ia dizer, apenas reflete na vida geral da nação, porque os depravados dessa decadência são quase sempre os diretores dos públicos interesses; um dos fatos mais expressivos desse linfatismo moral, desse pouco caso de existir, desse budismo lorpa em que demoramos, com incalculável prejuízo nosso; é o descuido em que por inacabáveis anos andou o Brasil a respeito de estatística.

A estatística é a consciência de um povo. Contemplando os resultados estatísticos, é que uma nação se habilita a conhecer-se; a avaliar precisamente a sua força ou a syndicar das suas necessidades. Sem isso, pode-se vagamente acreditar em condições tais e ais em que vive uma nacionalidade; não se forma, porém, a respeito uma convicção exata. A nação que não dispuser de expressivas e seguras tabelas estatísticas ou demográficas, não pode ter fisionomia social. Supõe que vale isto ou aquilo, ou que tem uma ou outra fraqueza; mas, sem o apontamento, sem a informação rigorosa, sem o dado experimental, sem o subsídio numérico indispensável para secundar e garantir as ideias que a respeito de si mesma forma e conserva, cada afirmação que a respeito de si mesma essa nação avança, em análise razoável, deve corresponder a uma hesitação, uma dúvida no fundo da consciência; deve ser a dubiedade.

Uma nação sem estatística, pode-se dizer, em regra, é uma nação sem caráter.

E o Brasil viveu e longamente, prescindindo desse imprescindível funcionamento da consciência e da dignidade nacional.

Mas enquanto havia problemas que não admitiam preterição cronológica e reclamavam clamorosamente solução, era lícito aos patriotas distrair-se dessa triste deficiência. E então, ela havia por força de perdurar. Convinha a coisa a muita gente. Não é bastante cômodo de explorar um povo que não se conhece; e a falta de estatística impede um povo de se conhecer.

Enquanto não se concentra nesse registro cerebral de impressões aproximadas, comparadas e discutidas, que tanto vale a estatística, o sistema nervoso dispersa-se em dores avulsas, em crispações inconscientes, por todo o organismo de uma grande nação vitimada, e a grande nação, sofrendo, não sabe que sofre.

Consta-se que lhe sugam a vida em um ponto e noutro; consta que lhe vazam perdulárias hemorragias, mais adiante; consta que abscessos enfermos, cancerosos talvez e mortais se vão formando em qualquer extremo desse imenso semicadáver; consta que invasões mortíferas o penetram, que seriam dolorosíssimas se não fosse a anestesia pela ausência dos centros da sensibilidade consciente e coordenada, constam todas as suspeitas de que a matam. Mas a grande nação não sabe de certo. E como quase o ignora, vai-se deixando matar.

O indivíduo, a célula nacional consegue viver alguma vida por si, destacadamente, uma vida quase de elemento que se desagrega, uma vida local de quase podridão. Só, individualmente, por estações esparsas pode existir sensação mais razoavelmente percebida. Mas, desde que não há a centralização consciente dessas dores, o conjunto corpóreo fica como morto e se rende.

Resta só o perigo de sobrevir a completa morte, pode chegar o alarme geral, quer dizer, sempre local, mas casualmente simultâneo, em muitos pontos, o pavoroso *sauve qui peut*³⁷⁴ da célula em gangrena e outra será a franca ruína de todo o organismo. Mas isso tarda. Até que venha, há muito a abusar do estado comatoso da insensibilidade.

Por isso, nunca entre nós houve quem se lembrasse a sério da estatística, por isso não tínhamos estatística.

A República é que não pode permanecer nessa indiferença.

Nos seus primeiros dias pensou um dos seus gloriosos fundadores em criar o grande serviço, e uma repartição especial para isso foi instituída.

Infelizmente, parece que não anima a mesma fé aos ministros de hoje. Ainda há pouco, para a apuração do recenseamento promovido ultimamente, a recém-criada repartição de estatística pedia ao respectivo ministério dezoito auxiliares. Foram concedidos doze. Houve medo, na administração pública, de que a coisa parecesse abusivo desperdício, tal como a pediam.

Ao mesmo tempo, não consta que por ato especial se tenha providenciado a fim de que não falem absolutamente com os rigorosos dados de informação urgentemente oferecidos à repartição oficial de todas as instituições de movimento considerável, cuja existência interessa ao serviço estatístico. Talvez pense a alta administração como um pascácio sungado outrora às iminências do poder e que como ministro reputava uma sinecura o trabalho da estatística:

– Que vai fazer uma repartição deste gênero, concluída a apuração do recenseamento, a que só de anos em anos se manda proceder?

Supunha esse magnífico estadista que a organização de tal serviço seria um oneroso e inútil apêndice aos orçamentos.

Ainda esta semana surgiu diante da curiosidade pública mais um vago cômputo da população desta capital, baseado no que se espera da apuração que se está fazendo do recenseamento. Fala-se agora de setecentas mil almas, como já se falou em oitocentas mil e em um milhão delas. Antes destes cálculos de avultados alcances, tinha-se o ram-ram mal verificado dos trezentos e quatrocentos mil habitantes. É indispensável que oficialmente, autorizadamente, agora quanto antes e depois para sempre nos vejamos livres de incertezas,

³⁷⁴ *Sauve qui peut*: do francês, significa “salve-se quem puder”; expressa uma situação de pânico.

nesta questão da população da capital, por exemplo, para que se acabem os cálculos de mortalidade organizadamente diminutas do número de habitantes do Rio de Janeiro.

Em outro particular, a estatística das nacionalidades e das profissões que se coordene – para que conheçamos patente um dos maiores males que nos arruinam – a confluência de perniciosa imigração de gente inúmera, que aqui vem para nos *trazer o concurso generoso do seu braço e do seu trabalho*, que não vem fazer outra coisa afinal, senão perturbar as relações econômicas da nossa vida de povo, multiplicando ilimitadamente a classe dos intermediários de especulação.

Muito séria apareceu pela imprensa uma representação de súditos italianos endereçada à Sua Majestade Humberto I³⁷⁵, com fim de alcançar providências contra diversas culpas das dignas autoridades consulares e de representação do Reino da Itália em nosso País.

Muito séria. Dentre os tópicos enérgicos contudo em que é formulada, pedimos vênica para achar dois verdadeiramente piramidais.

Aí vai um:

“1º — O assalto à mão armada ao jornal *A Tribuna* em que tocaram seis ferimentos ao nosso patrício general Miguel Maria Franzini³⁷⁶, com o único fim de desembaraçar-se de um credor que reclama o seu direito, a saber: a nomeação de um árbitro...”

Quer desembaraçar-se, não diz bem a representação; mas sabe-se que o Sr. Franzini se julga credor de uma grande soma ao Governo brasileiro e é bem curioso que tão formidável explicação do assalto à *Tribuna* tivesse escapado aos mais ferozes e malignos oposicionistas dos últimos governos do Brasil.

Outro ponto interessante é a queixa:

“4º — Em seguida aos fatos de Nova Orleans, tendo-se suscitado, na imprensa italiana do Rio, a patriótica questão de saber-se, se aos italianos residentes no Brasil, em emergência análogas, nada impossíveis, seria reconhecida pelo governo brasileiro a mesma proteção insuficiente quanto aquela que os Estados Unidos declararam dever-se aos estrangeiros, os nossos representantes (da Itália) não se abalaram nem muito nem pouco...”

Ora sempre queríamos ver a habilidade diplomática de tão esquisita consulta, caso a dirigisse diplomaticamente ao nosso governo, qualquer dos ilustres representantes da Itália.

³⁷⁵ Humberto I: foi rei da Itália de 1878 até 1900, quando foi assassinado.

³⁷⁶ Miguel Maria Franzini: foi um general italiano. Ficou ferido no assalto à redação do periódico *A Tribuna*. ASSALTO À TRIBUNA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 dez. 1890.

Quanto à resposta que o sábio príncipe que hoje ocupa o trono da Itália unida dará naturalmente representação, já vamos fazendo uma ideia:

“Muito me impressiona, amados súditos meus, do longínquo Brasil, quanto me contaís sobre essas ingratas plagas e sobre aqueles que oficialmente me representam. Deixai estar! Desses estados selvagens, onde o governo pior que o de outras repúblicas americanas, em vez de pacificamente – não pagar – as suas dívidas internacionais, como podia fazer, as paga a cacete; onde um representante diplomático não ousa (é a explicação que, parece, se pode dar à inação dos diplomatas, de quem vos queixais) não ousa sequer indagar, de potência a potência, que pensa o ministro local da justiça, dos fatos sucedidos em Nova Orleans, ou mesmo da bordoadada que levou, na cabeça e no Japão, um próximo parente do Czar de todas as Rússias – vou quanto antes retirar toda e qualquer representação oficial da Itália, dispêndio aliás inútil, como vós mesmos afirmaís. Mas, vós, entretanto, súditos meus! Será preciso que vô-lo pergunte? Por que quanto antes não abalais de tão inóspitos lugares?”

Y.

Jornal do Comércio, 10 de agosto de 1891 (Edição 221)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

O dia de meia gala do aniversário natalício do ilustre chefe da nação veio trazer alguma alegria à finda semana, insípida de frio frigidíssimo e de constantes chuvas.

Pelo menos foi um dia satisfatório, apesar do céu coberto. Para a tropa, que teve de representar o principal papel na comemoração dessa data, formando em grande parada e que pôde alinhar-se, fazer evoluções e desfilar, sem o incômodo de um aguaceiro ensopante, nem o horror cáustico de um sol de rachar; para os que, aproveitando-se do feriado de cortesia então improvisado, saíram a comprazer-se com a satisfação dos soldados; e para os amigos mais próximos do Generalíssimo que o foram cumprimentar e que, devendo teoricamente ir a palácio como representantes do regozijo público, puderam de fato representar o geral regozijo.

Houve, é certo, o risco de perder-se tudo, porque a chuva que não vinha esteve para cair a cada momento; por outro lado, perdeu-se o esplendor especial das grandes manobras militares, quando há muita luz no espaço, tornando-se mais coradas as cores das fardas, reluzindo botões e alamares com deslumbrante fulgor, e perpassando reflexos de sol no aço das baionetas, como se essas armas se laminassem do fogo vivo. As cores nos uniformes ofereceram-se em médios tons; os revestimentos de ouro dos dólmans, barretinas e dragonas

apareceram com brilho morto; as baionetas, dominando os pelotões, achatavam-se sobre o céu cinzento e sobre as brumas das ruas profundas, como uma zona de vagos perfis lívidos.

Em compensação, a gente sentia-se bem, lembrando-se do que custa o brilho das paradas ao clarão franco do sol, quando o estacionamento em forma e as pagas marchas inclementes representam a mais insuportável tortura para os obrigados da fileira. E ainda melhor fazia aos assistentes verificar que, com efeito, na festa militar do dia 5, a fisionomia da soldadesca irradiava na razão inversa do brilho das fardas, das armas e dos galões, valendo bem este esplendor humano de contentamento todas as fulgurações apoteóticas das manobras de gala por dias magníficos.

As manobras correram como era natural, derivando de tão boas disposições de ânimo – corretas e admiradas. O povo entreteve-se, atraído por essa redução de meio prazer, meio pânico, que lhe despertam os aparatos bélicos, animados vertiginosamente pela voz dos clarins e das bandas marciais. O novo fardamento dos soldados de marinha alcançou uma verdadeira pontíssima³⁷⁷ perante o aplauso público, sem desmerecer na apresentação irrepreensível das forças de terra.

Simplesmente, do canhenho de esperto *reporter*, pudemos colher estes apontamentos de adversativa:

Três sensações da parada de 5:

- As calças brancas da brigada de polícia expressamente para jornadear na lama;
- Sólon, comandante da cavalaria, emprestado ao serviço de infantaria;
- As condecorações inconstitucionais e chispantes do Piragibe³⁷⁸.

Independente das condições do tempo, devia ser um dia jubiloso para todos os patriotas o do aniversário do generalíssimo Deodoro.

O vulto gigantesco do glorioso soldado da República empalidece às vezes, quando contra ele se atiram os vendavais da crítica e da sátira política, como numa lufada de poeira obscurecem as linhas de um monumento.

Passado o golpe de ar violento, recaída a flutuação espessa do pó, as linhas nítidas da grande construção desenham-se de novo, firmes como a pedra e como o bronze, definidas como a verdade.

O que parecia aniquilamento irremediável de um belo aspecto, não era mais que o inconveniente da exaltação de poeira vil. De cada arguição a que tem dado lugar o Governo

³⁷⁷ Pontíssima: *estar na ponta é gíria para estar elegante.*

³⁷⁸ João Alfredo Piragibe: político e militar brasileiro.

do Generalíssimo, tem escapado ilesa sua reputação pessoal após exame mais sereno e mais justo.

Mas é preciso não haver tanta poeira em torno dos monumentos, que esteja a cada momento a ventania a erguê-la.

A simples poeira no ar, em proporções de *simoun*³⁷⁹, soterra.

A gentinha do Sul continua irrequieta a bolir conosco.

Quando nós vemos os botequins e as casas de pasto apinhados de criados e serventes que foram talvez corretores de luxo, lá para as bandas do Prata; quando vemos gente, as ruas cheias de mendigos de novo formato, que multiplicam os feitiços da indústria da esmola, que andam a cercar-nos com cara de fazer dó; e um vende livrinhos de leitura popular, clamando enfaticamente e humildemente *para a população desta grande capital!* E outro, encarapitado em uma velha caleça³⁸⁰ vende drogas ou faz mágicas de sala para os basbaques gastando-se em pilhérias sem vontade, que devem render vinténs, e outro improvisa-se em músico ambulante e pedinchão, quando vemos o Rio de Janeiro com uma população misteriosa de sujos, jamais encontrados pelas nossas esquinas, de carapuça malandra sobre a orelha, querendo conservar certo requebro de pacholice na absoluta miséria, deixando sentir que já fizeram melhor figura neste mundo; quando vemos esvaziar-se em espetaculosos belchiores aqui improvisados todo esse mundo de luxo e de vaidade em liquidação que vem ter agora ao Rio de Janeiro; quando atentamos para esse espetáculo, para essa imigração da necessidade que as desordens políticas e financeiras dos nossos vizinhos nos criam, nos mandam a estas paragens, dando-nos ideia do sofrimento que lá de onde tudo vem deve reinar, sentimos na alma um movimento de compaixão.

Um grito nos está a fugir do peito: “Esmola para esses infelizes!” Vítimas de si mesmos, são sempre vítimas. Socorramo-los em sua desgraça, aos que nos vêm pedir misericórdia...

Mas não é que estão empenhados os nossos incalculáveis vizinhos em nos matar, para com eles, depois da simpatia, a própria compaixão?

No profundo abatimento que os prostra, que os não prostra, deve-se dizer, porque são inassoberbáveis, os nossos vizinhos acham interstício folgado, para nos atirarem chufas e desafios.

Agora é a questão da anexação do Estado do Rio Grande à República do Uruguai. Uma caçoada que chega a ser irritante.

³⁷⁹ Do francês, *simoun* é o vento quente que sopra do centro da África em direção ao norte e move as dunas de areia do Saara e outras regiões próximas.

³⁸⁰ Caleça: modalidade de veículo puxado por cavalos.

Argumentam com identidade de costumes, com a circunstância de pertencer a proprietários brasileiros metade do território do Uruguai, com a simpatia do rio-grandense pelo oriental, com uma porção de motivos que tanto podem servir para anexar do Rio Grande ao Uruguai como para a anexação do Uruguai ao Rio Grande.

Ora, concordamos perfeitamente com os espertos vizinhos! Devem-se confundir em um só todo o Rio Grande e a Cisplatina histórica.

Mas, como está provado que, sem o Rio Grande, o Uruguai mal subsiste; como está provado que a extinção dos abusos aduaneiros da fronteira meridional é a ruína das finanças do Uruguai; como está provado que sem apegar-se ao flanco dos corcéis dos nossos bravos gaúchos, essa nação carrapato não pode fazer vida; e como é natural que tenda o mais fraco para o mais forte, em vez do contrário; somos de parecer que a alternativa criada pelo raciocínio da anexação tem uma solução muito sensata e muito lógica: em vez do Rio Grande idiotamente entregar-se à República vizinha, que tão cara já lhe tem saído, mande simplesmente quatro praças de cavalaria, que tomem conta do que tanto se pode unificar com ele.

Há uma espécie funesta de patricios nossos, que francamente podia bem levá-la o demo. São os brasileiros que se dignam de o ser.

Dão-nos essa honra a nós, pedaços de antropeide que aqui vivemos, porque afinal de contas também há sol para as toupeiras e para as lesmas, por sinal que nem as lesmas nem as toupeiras gostam muito do sol. Dão-nos a honra disso. Mas com que sacrifício!

Esses senhores patricios são adoráveis. Basta vê-los: possuem geralmente o nariz torcido como o vulgo diz e uma cara de nojo e de enjoo que chega a dar náuseas, às vezes, a quem as olha. Certo pretencioso crítico social, visitando-nos, com plano formulado de partir daqui a dizer cobras e lagartos, chegou à perfeição de *reprovar* a paisagem fluminense, *julgando* excessivamente duro o perfil das montanhas. Provavelmente o Padre Eterno, depois de tão abalizada censura e por amor dos críticos, está a cogitar na maneira de amolecer um pouco os supraditos perfis errados. Os tais brasileiros, que se dignam de ser, medem-se por este estalão³⁸¹. Tudo lhes fede nesta terra. Ainda não há muito um destes figurões, que depois se meteu em uma boa mamata, dizia em um estouro de franqueza: “Qual isto, nem histórias! O que eu quero é um pouco de dinheiro, para me ver livre desta terra que não suporto”. Os tais brasileiros, uns mais sérios e dignos, outros impudentes, uns perfeitamente ricos ou habilitados de fortuna, outros apenas querendo ser ricos para realizar seus planos de enojada ausência longe daqui, são todos unânimes em que um privilégio do céu os tem distanciado do

³⁸¹ Estalão: padrão, craveira.

comum de nossa civilização, antes de nossa hedionda barbaria e nenhum maior suplício lhes pode haver do que a horrível necessidade de ombrear conosco, de nos ouvir, de sentir em torno o rumor de nossa vida.

Representam a flor de ninguém sabe que aristocracia caída talvez do céu como o Bendegó³⁸² e se doem de conviver com a plebe indígena, entre a qual tudo lhes repugna, o pensamento que se exprime, o jantar que se come, política que se faz. Quando têm talento, redigem para o estrangeiro livros de menospreço contra nós; quando não têm, ainda assim fazem às vezes esforços careteiros e arranjam por aí umas páginas pulhas de comentário metido a irônico, em que tentam mal dizer de seu País e apenas exibem lá fora proezas de asno douto, em que, como pretende voltar contra nós o lado dos coices do seu espírito, o que sucede é que apenas mostram ao estrangeiro o lado das orelhas felpudas. Mas têm todos sempre instaurado um processo de descrédito contra a Pátria, senão por escrito, constituindo-se pessoalmente libelos vivos de escárnio, de desdém, de remoque. São os estrangeiros do próprio País esses aristocráticos ciganos do patriotismo. Quando em viagem, são sucessivamente franceses na França, ingleses na Inglaterra, alemães na Alemanha.

Brasileiros é que não são nunca; brasileiros é que não se podem jamais confessar. Às vezes, chegam a ser representantes diplomáticos do Brasil, escárnio dos escárnios. E então é uma desgraça. Só o Brasil na indolência morta do seu pundonor nacional, tolera esta indignidade de se fazer representar por indivíduos que começam por ser inteiramente indiferentes à sua nação e acabam por votar-lhe ascoroso desprezo.

A última forma da faceirice desses pelintras do descontentamento perene é o sebastianismo. Oh! Sebastianistas precisam ser! Quem pode admitir esta República feita por soldados e soldados brasileiros! Desprezíveis macacos a quem se cometeu a imprudência de meter armas na mão?! E quem pode admitir Brasil sem D. Pedro II?!?! Porventura, não era D. Pedro II a única coisa que deste País queriam os estrangeiros? E não são eles justamente estrangeiros, com a desgraça somente de não o ser?

Não desapegam de todo aqui, por naturalização política em outro País, porque há uma coisa (é o diacho!) que não se pode largar assim – é o cobre da terra. Venha ele dos tesoureiros ilícitos do levante de 15, ou venha dos cofres monárquicos por graça de Deus, dinheiro é sempre coisa que paga... Mas esta contingência ignorada do ventre, este nativismo secreto do cóis das calças, será acaso incompatível com o desdém perpetuamente estrangeiro da altiva frente? E eles perpetuamente desdenham e eles perpetuamente suspiram. Oh! Os sempre saudosos de uma Pátria que não têm! Oh! D. Pedro II!

³⁸² Bendegó: é um meteorito que foi encontrado no sertão da Bahia em 1784. Esteve exposto no Museu Nacional (RJ) até o incêndio de 2018.

O Sr. Escragnole Taunay³⁸³, tão simpático vulto das letras Pátrias, de quem temos para notícia e obsequiosamente oferecido um estudo histórico sobre *A cidade do Mato Grosso (antiga Vila Bela)*: o rio Guaporé e sua mais ilustre vítima, possui o defeito de se parecer um pouquinho com esses curiosíssimos nacionais-estrangeiros que entre nós florescem.

Sua preocupação absorvente é a imigração, o estrangeiro. Sua literatura é ora a *Retraite de Laguna*, escrita em francês, ora a *Amelia Smith*, intitulada em inglês e com uns nomes de personagens arrevesados à estrangeira. Toda a sua carreira política tem sido a de uma espécie de curioso de coisas de Brasil. O Sr. Taunay tem tido medo de sujar-se de encontro aos rudes problemas que, a arrancos cavouqueiro, ferindo e engrossando as mãos, se tem tornado indispensável sacudir e mover para construir os fundamentos da nossa nacionalidade. Para evitar essas grosseiras tarefas, entre as quais não era a característica a questão do elemento servil, o Sr. Taunay, com louvável habilidade aliás, esgueirou-se para o problema da imigração, excelente para aproximá-lo do mundo civilizado como para dispensá-lo das lutas civilizadoras deste País. O Sr. Taunay dotado aliás de liberalíssimos sentimentos foi sempre cuidadosamente conservador, o que o arredava da desagradável franqueza democrática dos nossos costumes, e foi depois Visconde, o que queria dizer o refúgio, dentro de uma coroa a salvo, de mil contatos indígenas que lhe não seriam agradáveis. Na Índia, os caçadores isolam-se assim mais ou menos dos animais bravios, resguardando-se em jaulas no meio da floresta. Por último o Sr. Taunay revela-se inesperadamente monarquista *enragé*, o que tanto vale como dizer *sebastianista*.

Justiça, porém, se lhe faça. De todos quantos não sentem no sangue a alma brasileira entre os brasileiros, nenhum tem mais razão para ser assim e nenhum o sabe mais gentilmente ser que o Sr. Visconde de Taunay.

Originário de uma família francesa de seleção e, como legítimo sucessor desses antepassados, não perdendo um só momento a memória do que eles foram, orgulhoso como um continuador genealógico de casa nobre e preocupado proporcionalmente com o seu orgulho, não lhe ocorreu ainda e nem lhe sobrou tempo para reparar que os castelos fidalgos de nobreza medieval só chegam à América transportados nos rótulos de vinho *Bordeaux* e que a fidalguia castelã da antiga civilização, que no velho continente venera-se, aqui na América

³⁸³ Escragnole Taunay: foi um professor, escritor, ensaísta e historiador brasileiro. Escreveu inúmeras obras, entre elas *Retraite de Laguna* (1871) sobre a Guerra do Paraguai e o romance *Amelia Smith*. A obra aqui citada por Pompeia trata da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi a capital da capitania do Mato Grosso, fundada em 1752.

simplesmente – bebe-se. Sonhador, embora, em sua convicção de aristocrata, o Sr. Visconde nem por isso deixa de ser menos convicto. Não se pode compreender comum conosco; mas é justificável o seu preconceito.

Ao mesmo tempo, o Sr. Taunay, como os estrangeiros mais amáveis que têm *vivido de passagem* no Brasil, como os seus ilustres antepassados franceses, adora profundamente a natureza brasileira.

Desta dupla feição do seu caráter, sincero preconceito aristocrático e profundo amor aos aspectos naturais do Brasil, à terra, com exclusão do homem, preferência aliás notável em todos os trabalhos do Sr. Taunay como homem de letras, tem-se documento expresso na última produção literária de sua lavra.

Esse seu estudo histórico distancia-se até longe do gênero, para ser mais uma espécie de coleção de notas para um poema em que o autor quisera desafogar largamente sua alma de aristocrata, de amigo da natureza americana.

Na primeira parte do recente livro, que é, por sua vez, começo de uma obra mais considerável sobre o assunto, o Sr. Taunay entrega-se à averiguação dos fatos da biografia de seu tio Amado Adriano Taunay, chegado ao Brasil em 1816 e perecendo afogado nas águas do Rio Guaporé, a 5 de janeiro de 1828. Na segunda parte dedica-se com atento empenho de investigador ao estudo histórico da antiga cidade de Mato Grosso, capital da civilização ocidental do Brasil e pouco a pouco decaída até à miséria de triste ruína que quase simplesmente o é na atualidade.

Conquanto distintas e até historicamente mal combinadas as duas seções do volume, confundem-se ambas em impressionante conformidade de sentimento. O Sr. Taunay, temperamento artístico invencível, aí se revela todo e resumido, como em nenhum dos seus trabalhos, oferecendo uma autopsicologia completa do seu caráter de homem e do escritor. Quando não é o aristocrata preocupado, é o admirador convencido das paisagens pujantes.

Nas primeiras páginas chega-se a ter vontade de fechar o livro por discrição, em respeito aos sentimentos do autor, tanto ele se absorve na contemplação da sua genealogia; e a gente sente-se demais ali como um estranho diante de um inventário de família. O leitor não tem que ver com aquilo e sente-se inclinado a deixar seguir sozinho o autor em suas meditações saudosas e comovidas pelo escuro das florestas de Mato Grosso e por entre as velhas ruínas coloniais, onde lhe erra uma sombra querida.

Na segunda parte o escritor entrega-se a todo o seu entusiasmo pela natureza; sendo tão feliz que o interesse histórico não desaparece, mas acentuando sobretudo na acomodação

das referências a seu intenso afeto às grandes cenas do ermo, do quase ermo, da povoação rústica quando muito. O escritor lastima a decadência de uma antiga civilização no extremo ocidente; mas compraz-se tanto no lamento que parece aprová-la no íntimo, porque restaura a sua grande amiga – a selva. Até os homens, os personagens históricos cuja fisionomia o autor evoca e cujos méritos celebra, parece que apenas celebra porque são os semisselvagens da existência sem recursos e o autor encontra neles em sua esquecida desolação, em sua semisselvageria rude e melancólica, em seu restrito destino de vegetais humanos, alguma coisa como a simples humanização da floresta, uma representação do ermo apenas mais sentimental.

Y.

Jornal do Comércio, 17 de agosto de 1891 (Edição 228)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Tudo está muito bem quando acaba bem, foi a moralidade resolvente do caso das Missões, que nos fez andar com o coração na mão.

O caso não está positivamente liquidado; mas, como se venceu o primeiro susto, é bem provável que agora continuemos felizmente até *la fin de la fin*³⁸⁴; sobretudo, se, recorrendo ao arbitramento, não nos arriscarmos na *jangada* traiçoeira que, para afrontar as tempestades de um tribunal de justiça entre nações, nos ofereceram os argentinos.

Sossegados por esse lado, já houve tempo e espaço para nos preocuparem outros assuntos.

E a própria polícia, muito patrioticazinha debaixo do seu *bonnet*³⁸⁵ de lustre e detrás do seu apito, parece que sentiu também, com o desenlace das Missões, o coração à larga para outros cuidados mais especiais de sua competência, que foi logo preparando a *deixa*, e que estrondosa *deixa*! — para o novo comentário das esquinas.

Já sabem que estamos falando da mudança solene do *encilhamento* da rua Direita para a do Lavradio. Esta mudança foi outrora uma pilhéria! Pilhéria de mau gosto e de inveja, dos que não podiam arranjar, com meia dúzia de passeios pela rua da Alfândega e adjacências, uma soberba carruagem tirada a cavalos de dezoito contos. Quem diria que ainda havia de ser a realidade?!

³⁸⁴ *La fin de la fin*: Expressão francesa, significa “o fim do fim”.

³⁸⁵ *Bonnet*: do francês, boné.

Por isso, vimos em muita cara uma expressão de triunfo. Então foram pilhados afinal os tratantes que enriquecem! Engaiolam-se os ricos! Bravíssimo! Vive aqui um pobre homem a furtar honradamente aos bocadinhos, no seu negócio; saqueia o cliente, necessitado de justiça ou de saúde, extorquindo-lhe dinheiro doloroso em conta de dar vertigem; saqueia o freguês no balcão, escamoteando o peso ou a medida, impingindo por lebre o gato, dobrando, triplicando o preço do mais urgente consumo; estica a gente quanto pode a sua consciência e as suas unhas, e nem assim arranja nada; ao passo que esses malandros, só porque não sei o que, *com dois planos, mixórdia e meia, química e tanto*, vão sendo logo milionários e barões, com B ou com V! Viscondes, com V ou com B! Condes até com K! É bem feito que agora tomem para o tabaco! Gatunos!

O júbilo dos despeitados, porém, durou pouco. O *encilhamento* mudou-se de fato. Mas por um dia apenas.

Supunha-se que toda a igreja, quer dizer, toda a catedral do ágio vinha abaixo, com torres e abóbodas, bimbando pela última vez os altos sinos do reclame, de encontro às pedras rodantes do escombramento.

Como sucede que, abalada nas suas pretensões de justiça e moralidade, a sociedade tem manias e dá por exemplo para conhecer das donzelas que se vitimam; e leva então a audácia de sua investigação até às mais inacessíveis da culpa e do crime; e vai a devassa desde o mais objeto centro da miséria que se refocila sobre si mesma, sofrendo e amando em monstruosa inconsciência, até os lombos de seda e ouro, além dos quais se esconde o pecado elegante, tanto mais execrável, quanto sabe bem o que faz e regala-se de buscar covardemente as vítimas entre os tristes desamparados do destino; supunha-se que era chegada a vez do grave ajuste de contas com os deboches do dinheiro.

O êxito argentino vive muitas vezes do mistério.

Acredita-se que iam ser brutalmente penetrados todos os mistérios. Começava por pegar a letra falsa, o perpassar trêfego de mão em mão, como o animalzinho da fraude, borboleta de brilhos de asa enganadores, mortal para quem muito a detém imprudentemente, como as jequitiranaboias. Das letras passava-se às atas falsas das assembleias de acionistas, dos conselhos; e das atas falsas, às falsas escriturações; das escriturações, às falsas fortunas, aos falsos afortunados, aos triunfantes de opereta, aos arranjadores das mágicas financeiras.

E na imaginação popular, já desfilava a marcha dos alcançados – zangões, corretores, guarda-livros, caixas, secretários comerciais, fiscais de empresas, diretores de bancos e companhias, opulentos incorporadores e conselhos fiscais em peso, e legiões de suplentes de

toda espécie, homens respeitabilíssimos ontem, hoje modestos e tristes réus de polícia e todos de cara no chão e algemas nos pulsos e, sobre a nuca, canga de chumbo, o peso do desprezo unânime do mundo! Quem é aquele magrinho de barba ruiva, pálido, todo de preto, que vai ali à direita do magote, mais perto da linha cerrada de praças de polícia? Não conhece? É o Barão X. Ora, veja! Ainda ontem, passava de *landau*³⁸⁶ pelo Catete e a roda da carruagem salpicou de lama o rosto de uma pobre velhinha que ia de *bond* à cidade por causa de um *montepio*³⁸⁷... Aquele outro, conhece? Aquele gorducho, apoplético pançudo, cuja *chatelaine*³⁸⁸ de pedraria bate de encontro à virilha, como um martelo em um tímpano? É o Z, amigo da V... Incorporador de vinte empresas. Na que menos lhe rendeu, teve como incorporador vinte empresas. Na que menos lhe rendeu, teve como incorporador quatrocentos contos pagos em títulos, é verdade, mas que foram logo cotados no dobro... O de trás, aquele todo rasgado, de colarinho fora do fraque e amarrado de mãos para as costas, é o N... homem muito digno até ontem. Mas um bolsista feroz! Fabricar uma alta era com ele... Naturalmente lutou com as praças que o rasgaram e que o manifestaram... Acha absurdo, coitado, que lhe tenham posto a mão em cima...

Qual?!

Toda essa visão antipática e sombria desfez-se rápido. Ainda não era chegado o dia do juízo!

E, de grande rebate que fez agitar-se *le mont d'où l'on gagne*³⁸⁹, do estardalhante inquérito dos quinze mil contos e suas incalculáveis consequências, de mil escândalos lobrigados, falados, em vésperas de rebentar, nada mais ficou, para entreter a curiosidade pública e o mister das crônicas, do que a reles verificação de alguns pequenos estelionatos.

Estelionato! Que vale um estelionatozinho? Nos tempos de *atividade* mercantil, é tão natural... Mero incidente da vida do comércio. Na precipitada carreira ao encalço da fortuna, uns chegam velozes ao baronato, outros ao estelionato; questão de desenlace mais ou menos feliz... E o vocábulo, tão escabroso e tão deprimente nas eras ordinárias, perde muito do seu desairoso valor.

Em sentido contrário, é o que está sucedendo com a palavra *contrato*, que daqui a pouco será, por um horripilante efeito de aproximação de ideias, uma coisa de dizer, benzendo-se a gente com a mão canhota, tal qual o nome do tihoso.

³⁸⁶ Landau: tipo de carruagem.

³⁸⁷ Montepio: instituição assistencialista que concede empréstimos aos necessitados.

³⁸⁸ *Chatelaine*: um gancho decorativo usado no cinto, no qual se penduravam pequenos acessórios e utilidades em geral.

³⁸⁹ *Le mont d'ou l'on gagne*: do francês, em tradução livre significa “a montanha da qual ganhamos”.

E contratos da Intendência!

Mais um temos agora, para glória desta criação revolucionária, que porque não morreu em tempo, quando toda a revolução liquidou-se, ficou a apodrecer para aí.

O fim do novo contrato não é sanear-nos mais, nem nos dar clima fresco a peso de ouro.

O recente contrato tem por fim garantir-nos carne fresca (enquanto possível) por preços exorbitantes!

Ora, santo Deus! Como já tarda uma estátua que eternize a fama desta memorabilíssima Intendência!

Há pouco, impunha-nos a necessidade de comprar a bom dinheiro o ar respirável, muito caro, é verdade, mas em compensação dessecado e estancado. Agora, especulando com transitória, abusiva e injustificada carestia de uma espécie de consumo indispensável, como é sem contestação o bife, nos vai obrigar a não ter por infinitos anos, ainda que do céu chovam vacas, a carne fresca a menos de 500 réis!

Extraordinário, Sr. José Félix.

Por contratos, quem não se deita a perder é a Companhia Lírica com o público em geral e com os seus amáveis assinantes muito em particular.

Quis nos pregar para aí um *Condor* em menores, um peru, talvez, de papeira roxa e bico caído, em lugar de condor; e, como com a raivinha que isso fazia ao público, a polícia meteu os pés pelas mãos e pretendeu arvorar-se em grande ensaiador e crítico musical, por despicar-se com a polícia e com a tal raivinha, jurou que nos há de impingir, pelo menos, um *Condor* sem Teodorini³⁹⁰.

Que há de fazer? Se a Sr^a. Teodorini está doente e se os contratos só têm força quando são contra quem paga?

Grande reboição entre os engraxadores! Os imensos guarda-sóis vibram de cólera sobre as cadeiras de braços; estas nos próprios braços desmaiam; as escovas entrechocam-se furiosas nas caixas de rampa e pedal; a graxa salpica perdigotos pretos indignados, de dentro das caixinhas chatas; pelas calçadas do largo do S. Francisco, da Lampadosa, no antigo ponto dos *bonds* de Botafogo, no recente da Carioca, em toda a extensão da rua Direita, sente-se passar de cócoras, com um pé de sapato em punho, a Revolta, dizendo coisas ameaçadoras em

³⁹⁰ Helena Teodorini: cantora de ópera muito popular no período.
HELENA TEODORINI. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 set. 1891.

calão italiano, entre as quais distingue-se bem, como o cunho da ferocidade: *Madre de Dio! Per la Madona! Padre!*

Pois a Intendência (sempre ela) pretende substituir os atuais artifícios do lustro e da pomada por outros mais felizes; somente porque os tais se vão apresentar todos vestidos de fardas e sujeitar-se a apoiar o monopólio de um serviço de que tantos hoje vão vivendo e livremente?!

Prescindindo da consideração da justiça ou da violência que significa a substituição que, segundo se propalou esta semana, francamente ou pouco a pouco, se pretende fazer dos atuais engraxadores, por outros de luxo e empregados de uma grande companhia, por esta questão passamos apenas para acentuar uma nota – neste País fenomenal, a própria indústria do lustro e graxa já dá para companhias e monopólios!

Quando, há tempos, vimos a Municipalidade onerar fabulosamente (em aparência) com exigências pecuniárias as companhias de *bonds*, bradamos alerta para o que queriam dizer esses ônus. Tratava-se simplesmente da afirmação indireta do quanto o público fluminense, no movimento dos transportes urbanos, pagava de mais sobre o preço reduzidíssimo e assim mesmo de sobra suficiente que deviam pagar. A Municipalidade, com os tais ônus, lucrava essa diferença, que bem podia aproveitar ao público, constituindo indiretamente um imposto de capitação, desproporcional e iníquo, porque indistintamente ia chegar aos ricos e ferir os pobres.

De quantas maneiras, por benevolência frouxa, por desatenção ou por vaidade miúda, nos deixamos sangrar na bolsa, pelos sabidos, em todas essas despesas menores – que todos fazem e que deviam ser por isso insignificantíssimas – tal qual nos deixamos explorar no serviço dos *bonds*?

Não queremos dar a ninguém conselhos de economia nem sequer lembramos o vintém poupado de Franklin e do Dr. Enes de Souza. Assinalamos o traço de costumes.

Com esse alvoroço dos engraxadores, por exemplo, e com a invenção que motivou de novos engraxadores, fardados e de cadeira de luxo, ficamos sabendo que, *quanto pagamos de mais*, no serviço do asseio das botas, *é tanto*, que dá, não só para fardas e cadeiras bonitas, o que não é nada mal – mas ainda em cima para seduzir promissoramente empresários e monopolistas.

Sobre o nosso abandono de algibeira já se vão firmando e inveterando até absurdos hábitos de despesa supérflua e até explorações novas e especiais se vão insinuativamente criando.

Está assim aclimada a gorjeta ao garçom do hotel. A gorjeta existe algures, como um complemento de despesa. Paga-se, pela nota, a refeição e paga-se à vontade o serviço do criado à mesa. Este pagamento instituiu-se em razão dos miseráveis vencimentos dos empregados de restaurante e firmou-se porque muitos proprietários de casas de dar comida se foram pouco a pouco dispensando de pagar os criados, à vista do que rendia o *pourboire*³⁹¹ e iam deixando este gasto a cargo do freguês, todo ele, desde que o freguês o queira fazer em parte. E assim geralmente a espórtula a quem serve à mesa no estrangeiro, é dada como aqui se dá também ao músico ambulante a quem o dono do hotel consente que vá de mesa em mesa receber pelo que tocou; a um sujeito alheio aos lucros diretos do restaurante.

Entre nós o garçom do hotel ganha regularmente como todo empregado do comércio, e nós ainda nos julgamos na obrigação de lhes dar a ganhar uns *bicos* de cinco, seis, sete mil réis diários e mais, nem ao menos conseguindo da parte do tal garçom um pouco de cortesia extranumerária.

Em resultante do mesmo luxo da prodigalidade distraída, aí temos a inovação da florista.

– A florista é criação muito moderna e, felizmente, tem certa graça como novidade.

Começa, entretanto, a desenvolver-se demais como comércio, e não tarda que seja um cacete. O que já se pode perceber é que a florista já vai além da média razoável, em que tem de permanecer uma especulação razoavelmente nascida.

A florista ou antes as floristas apareceram naturalmente, como uma evolução desses estafermos dos pontos dos *bonds* e das portas de teatro, barbaças jardineiros, que, suados e sujos do trabalho da terra durante o dia, vêm ao comércio vespertino e noturno das flores descansar as fadigas. Assim, com aquelas barbas intonsas³⁹² e aquela porção de flores em varas de chuchus espetados e em cestas de Flandres que mal lhes deixam aparecer a cara por entre os *bouquets* e coroas multicores davam-nos esses enfeitados marmanjos uma ideia contraditória de primavera-macho, de todo insuficiente para a paz dos nervos.

Surgiram então algumas graciosas meninas vestidas à fantasia que podiam fazer de filha de Flora, na rua, no jardim dos teatros, ou nas salas de botequim com muito maior propriedade. Todos se deram parabéns pela invenção.

Mas as pequenas se foram multiplicando (salvo seja); e depois de numerosíssimas perderam o acanhamento. No princípio, algumas apareciam até acompanhadas de um idoso *respeito*, que as devia garantir nos sítios perigosos onde mais procurado é o comércio das

³⁹¹ *Pourboire*: do francês, significa “gorjeta”.

³⁹² Barba intonsa: cheia, espessa.

flores; e todas ofereciam o seu mercado com medo, esquivamente mesmo. Para alcançar um botão de rosa ou simples cravo era quase mister, a um cavalheiro de escrúpulos, recorrer à família da ingênua e tímida mercadora. Hoje são todos petulantes. As flores já não se precisam buscar com empenho; o que nos custa horivelmente é nos livrarmos delas.

E com habilidade, trabalham as ladinas, coletivamente, no bloqueio da freguesia! Como os hotéis, os botequins não são bastantes em toda a cidade e principalmente os que mais rendem, para que elas os distribuam entre si, e a livre concorrência não daria o melhor proveito à empresa, a que todas pertencem, descobriram uma habilíssima manobra, pela qual podem todas, sem que umas excluam outras, servir aos mesmos fregueses, quer dizer servir-se dos mesmos fregueses, nos mesmos botequins e restaurantes, apenas guardando certo disfarce de consecutividade. Um meio simples. Não entram juntas nunca; em primeiro lugar chegam as mais feias ou as menos interessantes, uma após outra e coordenando-se cuidadosamente entre si em gradação para melhor, segundo o respectivo merecimento plástico. Apresentam-se depois as bonitinhas; até que a última que nos aparece, é sempre a mais galante. Assim, como, quando aparece a primeira florista, a gente casualmente tem vontade de comprar uma flor, nessa expansão do bom humor a que tende um jantar agradável; como quando aparece a seguinte, a gente pode desejar corresponder à simples maneira mais gentil de oferecer; e quando aparece a terceira, não há meio de resistir a uns bonitos olhos que perguntam maciamente se queremos; e como à quarta ou à quinta que surge temos uma verdadeira surpresa não esperamos encontrar criaturinha tão sedutora a vender rosas e heliotrópios, o resultado de todos esses bons motivos, tão sabiamente previstos em estratégia, é que duas, três, quatro, cinco floristas que *caiam* sobre qualquer restaurante, não deixam todas de flores um só freguês que não pareça uma jarra.

Isoladamente a tática não é menos curiosa. Todo o *sistema feminino* da sedução já está posto em prática. Mas o que só vendo e ouvindo se pode avaliar é a arte, o saber, a penetração terebrante com que, em lhe havendo dado a gente mil réis para comprar duas violetas sobre uma folha de malva, a florista amorosa se inclina e interroga:

- O cavalheiro quer troco?

Y.

Jornal do Comércio, 24 de agosto de 1891 (Edição 335)

LEMBRANÇAS DA SEMANA

Uma semana amável, a passada.

Em compensação do escândalo sem nome do câmbio, que os cínicos alquimistas dessa misteriosa filosofia se aplicaram, ainda, como já tanto tempo a manipular, em descrédito de uma nação como esta acreditada quanto é possível sê-lo. Em compensação da famosa penúria das classes mais necessitadas, que continuou dando assim mesmo para engordar a agiotagem furente³⁹³ dos judeus do comércio indispensável ou para que não possamos ter quem se nos preste aos serviços domésticos; e em compensação de certas outras coisinhas ávidas, que se prendem à legenda colonial da nossa minoridade perpétua como povo, muita coisa consoladora ficou a registrar-se.

Como um sabor agri-doce, logo as descomponendas das folhas francesas e londrinas, contra nós e pregando a não imigração para as terras brasileiras.

Jamais nos soou tão bem aos ouvidos o manifesto ardente das simpatias em que somos tidos por muita gente boa, mundo afora.

Abençoadas as más línguas.

Mais nos favorecem esses adversos sonhadores de patranhas³⁹⁴ perversas, nas quais figuramos como algozes, do que os insensatos propagandistas da imigração de qualquer raça para o nosso País, País latino, com o que, em vez de fazer nosso futuro, só se há de preparar a futura ruína do Brasil e o desaparecimento do brasileiro da face da terra.

Ao menos, enquanto as nações europeias, avaras dos seus filhos, para os fazer matar, nas angústias do proletariado oprimido, ou no campo das injustas guerras miram-nos como um espelho das suas misérias, e, por um efeito catóptrico³⁹⁵ da calúnia, reconhecem o Brasil como uma caricatura felicíssima do inferno e a nós, como os mais aperfeiçoados satanases para fazer mal aos outros (já é um pouco melhor que a reputação de macacos de outrora) vai-nos ficando algum tempo para arranjar pacificamente a nossa vida; para preparar a coordenação do nosso bem-estar; para que, sem atropelo e sem descaso, predisponhamos mesmo a aceitação futura dos que se hão de vir trabalhar conosco na obra de engrandecimento do mais novo dos povos latinos.

Dos que hão de vir.

Sim, dos que hão de vir. Porque o movimento imigratório é uma fatalidade. A natureza tem horror ao vácuo, assim a humanidade tem horror aos grandes espaços desertos na superfície da terra.

³⁹³ Furente: acometido pela raiva, furioso.

³⁹⁴ Patranha: história ou narração mentirosa.

³⁹⁵ Catóptrico: relativo ao reflexo da luz.

Sejam-nos embora trancados os portos de onde a imigração emigra. A imigração nos há de vir. Os governos estenderam raivosamente as mãos como alucinados que quisessem deter com palmadas uma torrente; a água passar-lhes-á por entre os dedos e a imigração virá.

Não nos arreceemos, pois, da má vontade dos Estados estrangeiros. Só se forem negaças para encobrir futuras manobras mais naturais e mais francas. Mas, dessa futura atitude, exatamente em contrário do procedimento atual dos diretores dos povos que para cá podem destacar multidões de colonos, da propaganda contra nós, como arrufos zangadinhos, precursores de um futuro amor enlaçante, abrasador e absorvente, e da declaração irresistível de uma violenta paixão consumidora por nossa Pátria, é tão somente que nos pode vir o grande mal.

Não foi menos motivo de satisfação durante a semana o consta de que um banco que sonhava com o monopólio da introdução de imigrantes sofreu séria derrota nas suas pretensões, declarando sobre estas o poder executivo ser de competência exclusiva do legislativo decidir em negócios de imigração.

Com efeito. Dependendo a organização da nacionalidade, no seu primeiro aspecto de massas de população – o maior serviço político que a nossa geração pode prestar às gerações futuras – do cuidado e da prudência que presidir à distribuição das populações no solo da Pátria e, sendo o Congresso o único responsável pelas grandes determinações de ordem política e social, cometeria o mais fatal de todos os erros um ministro, que, sem mais nem menos, fosse deslocando, como por uma concessão industrial ou de privilégio de especulação, essa responsabilidade para uma empresa particular, inabilitada, por séria que fosse, a arcar com ela. Tanto mais que essa responsabilidade se confunde com o direito soberaníssimo do povo de assistir e zelar pelos seus próprios destinos, direito que se não pode alienar dos representantes da nação.

Todas as nações são suscetivelmente zelosas pelo privilégio, reservado em absoluto ao Estado, de marcar e imprimir o cunho às moedas nacionais; pois esse privilégio que as ambições do mercantilismo pretendiam chamar a si é muito mais importante e mais grave – é a missão sagrada de imprimir ou fixar o cunho à nacionalidade.

O ruidoso contrato da carne verde resolveu-se no palco dos escândalos, por um desenlace inesperado e súbito.

Diante das manifestações enérgicas da opinião pública, os concessionários do fornecimento pelo preço fixo de 500 réis resolveram desistir da concessão e já desistiram

oficialmente, perante a Intendência, demonstrando com isso que nenhum furor de cobiça os seduzia, em um negócio que se julgou violência aos interesses da população.

Abandonada assim daqueles que ela supunha uns cúmplices no famoso negócio, ficou descoberta a Intendência e coagida, na mais embaraçosa posição, a recomençar com a cara grande a sua tarefa de salvadora da crise do bife, tendo naturalmente de o fazer por método diverso daquele que tão cruel desapontamento lhe custou.

O exemplo de correção cordata e séria que deram os concessionários desistentes do contrato da carne pegou lodo, ao que parece, porque parece desviada de realização a irregularidade sem nome que a imprensa noticiara a respeito da companhia de *bonds* do Jardim Botânico, consistindo na extravagância planejada por essa companhia, de esbeçar um grande alpendre ou teto por cima do malsinado Largo da Carioca, para transformar esse logradouro em estação de passageiros.

O tal alpendre era uma consequência da tardança em construir as curvas de trilhos das ruas de S. José e da Ajuda, a que se tinha obrigado por contrato a do Jardim Botânico. Como já se vão assentando esses trilhos, é de crer que a ideia do alpendre foi banida.

Quem dera, da mesma forma se tirassem da cabeça suas lembranças infelizes todos os funestos elaboradores de maus projetos mais ou menos aceitos pelos infieis guardadores da conveniência pública!

Esse recuo de pretensões aliás não seria mais que habilíssima comprovação da chapa da partilha humana do erro.

Infelizmente, partilha humana é também a imoralidade e a este respeito não é pequeno o número dos que se podem gabar de bem aquinhoados.

Até no tão difícil capítulo das artes, não deixou razões de queixa a finda semana.

Começou logo pela exposição de pintura de Henrique Bernardelli³⁹⁶. Um sucesso. Uma grande tela de paisagem sobretudo mereceu altíssimos aplausos. Uma planície verde, onde se aveludam rebentos tenros de feno e vão muito longe acabar contra uma floresta de escasso arvoredo, através do qual transparece uma claridade de crepúsculo vespertino. Alguns campônios passam. Não é um simples quadro esta pintura: é uma verdadeira escola de paisagem. O artista, com a mais nobre audácia propõe-se aí um verdadeiro problema de habilidade de fatura e de talento e o resolve de modo incrível.

³⁹⁶ A exposição de Henrique Bernardelli é assunto também na “Crônica Artística” da *Gazeta de Notícias*, em 28 de agosto de 1891. A publicação elogia o artista e afirma que o mesmo é brasileiro por nascimento, mas italiano na educação artística.

CRÔNICA ARTÍSTICA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 ago. 1891.

Propõe-se nada menos que *obter*, com o simples, o ingrato desdobramento de um pano de campina, através da luz difusa de hora em que não há mais sol e por uma tarde úmida em que a própria luz restante do espaço fica embebida em nevoeiros pardos, todos os efeitos da profundidade, da distância, da perspectiva, propõe-se comunicar ainda à sua composição, a esses escassos elementos de pitoresco toda a vida possível, toda a animação da verdade flagrante. E Henrique Bernardelli o consegue sobejamente no admirável quadro.

Rápidas modulações de verde sobre a terra, matizes de imperceptível transição no colorido vegetal; a mais disso, uma estrada tão verde aliás como o campo e disfarçada em um rebrotar da relva dos caminhos mal batidos e ainda uns paus de cerca e um distante monte de feno seco que mal se acentuam em uma tonalidade do crepúsculo sem relevo. Só com isso a paisagem anima-se, vive, palpita, *realiza-se* tão sedutoramente, tão interessante, tão vária, como se a povoaassem mil incidentes, como se preparassem mil efeitos, com todo o sistema dos planos de bastidores que de costume se armam. E talvez destaca a animação do campo mais próximo de uma floresta ao fundo, floresta europeia, espectral, raquítica, fumacenta, cuja ramaria ao longe esbate-se, quase se difunde nas sombras do céu; o panorama foge diante do espectador, escapa-se a si mesmo, enche e aprofunda o espaço com uma impressão de ar, de verdade, de existência que perturba, despertando-nos o instinto de apalpar a tela e ver se há mesmo entre a moldura algum obstáculo de pena e tinta.

A arte musical esteve em festa com as grandes noites do *Condor*.

A cidade está cheia de entusiasmo pelo *Condor* e pelo gênio glorioso de Carlos Gomes. A apoteose da opinião expande-se, prolongada do alvoreço de palmas que as noites líricas da derradeira composição do maestro brasileiro suscita. Esta pobre alma nacional, coitadinha, sufocada na mão de ferro que a estrangula, não perde ensejo de expansões quando a coisa se pode fazer sem comprometer-se. Mas o certo é que o *Condor* o merece.

É uma ópera esquisita de tão rápida. Dir-se-ia o esquema de uma ópera ou o prospecto, o escorço de uma ópera.

O autor compôs o seu poema musical entre dois pontos distantíssimos um do outro; o amor de uma rainha e o amor de um bandoleiro. Nenhum afastamento moral maior do que o que podia existir entre esses dois motivos líricos. Para aproximá-los em arte com certa lógica, que considerável poema fora mister encartar entre esses dois pontos extremos! Entre o amor de uma princesa e o amor de lacaio, Victor Hugo incluiu, na música da sua estrofe, todo o

recortado e acidentado poema do *Ruy Blas*³⁹⁷. Entre o amor de uma princesa e o amor de um chefe guerreiro semisselvagem, outro episódio comparável, Flaubert desenvolveu no ritmo do seu estilo todo o colossal poema da *Salammô*³⁹⁸. Entre as expansões cordiais de um vagabundo dos desertos como *Condor* e as de sua alta namorada, não era razoável por muitos motivos que mediasse um drama tão simples como um pedido de casamento.

Carlos Gomes pouco se importou com tais considerações. Precisou fazer música e entrou em acordo com um libretista. Estabelecendo os pontos extremos da ação sentimental, base do drama musical, mandou que o escritor arranjasse a coisa depressa, *Condor* precisava, quanto antes, dar um beijo em *Odaleia*³⁹⁹. O libretista arranhou-lhe o beijo em três atos, sem muito se preocupar com incidentes, quase que apenas esticando, de parte a parte, os lábios de *Condor* para *Odaleia* e os de *Odaleia* para *Condor*. Como há no meio da história um sacerdote astrólogo e influente, que acha também o libreto muito apressado demais lá segundo seu ponto de vista, o episódio amoroso acaba mal entre o salteador e a rainha; e diante da cólera do povo, a cuja frente vai o tal sacerdote, *Condor* e *Odaleia* suicidam-se em vez de casar e a tragédia, quase antes mesmo de existir, desenlaça-se.

Para chegar a esse funesto desenlace, que o povo metido em cena comenta, no mesmo estilo lacônico do drama, com a única palavra “*Orrore*”⁴⁰⁰! — cantada em coro, Carlos Gomes, acompanhando os versos do libreto, preparou uma ópera elétrica, uma ópera que não quer saber jamais de insistências sobre o seu tema, uma ópera que passa pelos mais suaves ou mais violentos sentimentos como o mesmo gato por brasas, como quem tem mais que fazer; e que se retira da cena às onze horas da noite, deixando a gente na plateia meio desconfiada de que ainda não acabou. Afirma-se que a música do futuro é a ópera que dura três dias, o sono de cem anos da *belle au bois dormant*⁴⁰¹, parece que a música do futuro, com atividade crescente dos homens, o que há de ser antes é assim como Carlos Gomes a fez no *Condor*: música *yankee*⁴⁰², por cima do ombro, música de quem vai tomar o comboio.

Dizê-lo, porém, será censurar o *Condor*? É, quando muito, censurar o libreto. Mas, que vale o libreto nas óperas? O libreto existe nas óperas simplesmente para dar que fazer a este divino instrumento de sopro que se chama a bela voz humana. O libreto é uma informação aproximada do sentimento da música à inteligência do ouvinte, para que ele a

³⁹⁷ *Ruy Blas*: peça de teatro composta por Victor Hugo (1802-1885), encenada pela primeira vez pela Companhia do Teatro da Renascença, em 1838.

³⁹⁸ *Salammô*: romance de Gustave Flaubert (1821-1880), publicado em 1862.

³⁹⁹ *Odaleia*: rainha de Samarcanda, personagem da ópera *Condor*, de Carlos Gomes.

⁴⁰⁰ *Orrore*: expressão italiana; significa horror.

⁴⁰¹ *Belle au bois dormant*: do francês, “bela adormecida”.

⁴⁰² *Yankee*: ianque, mesmo que norte-americano.

perceba melhor; o libreto é uma espécie de programa vagamente apontado por pontos distantes. O libreto⁴⁰³ não é absolutamente um drama, como alguns possam crer; será, se tanto, um vago esboço de drama, cujos períodos puramente sentimentais, não por palavras da linguagem intelectual, senão pela linguagem sentimental da música, têm de ser completados, preenchidos.

Que mal pode assim fazer à música um libreto um tanto mais rápido nos discursos e no enredo?

Aprouve ao gênio do nosso maestro compor também música rápida para um rápido libreto?

Podia ter-se demorado um pouco mais, é certo; em vez de duas arcadas, por exemplo, o violino dava três para exprimir o mesmo sentimento. Em vez de ser isso, a música foi breve. Que nos importa? Pretendeu jamais a música imitar a lentidão lógica do sentimento real? A música é um sonho no som. Quem conta as horas de um sonho? Quem pode dizer que sonhou mais curto ou mais longo? Houve o devaneio sentido da imaginação. O que importa é que fosse delicioso. E que delicioso sonho não é o *Condor*! Carlos Gomes passa o olhar pelo libreto e marca os compassos, na invenção do seu astro cantante. Não se demora. Mas fere certo e profundo e, tão sincero, nos delicadíssimos pizzicatos⁴⁰⁴, que rebentam fagulhas fulgurantes, como nos conjuntos troantes da orquestração, apossa-se-nos da alma como senhor supremo.

De compasso em compasso, como por grandes voos de ilhas sobre um arquipélago de nuvens, por uma viagem de constelações de astro em astro, vai-nos a alma em constantes reptos; sonhando, nas indignações de Odália no primeiro ato: sonhando nas gargalhadas de ouro do delicioso Adin⁴⁰⁵; sonhando no delírio febril de carinho materno de Zuleida⁴⁰⁶, na crise suprema de amor que ocupa o centro da ópera como um ponto culminante; sonhando, sonhando quando a Sra. Teodorini arrulha o *sogno non é*⁴⁰⁷! – sonhando no derradeiro abandono do êxtase, enquanto cantam os violinos e o oboé, no prelúdio do terceiro ato... A cena deserta e o lago, e a Samarcande ao longe, no seu raio azul de lua.

Y.

⁴⁰³ Libreto: textos a partir dos quais são compostas óperas.

⁴⁰⁴ Pizzicatos: técnica de execução de instrumentos de corda na qual as cordas, ao invés de serem friccionadas com o arco, são pinçadas com os dedos.

⁴⁰⁵ Adin: pajem da rainha.

⁴⁰⁶ Zuleida: uma nômade, mãe de Condor.

⁴⁰⁷ *Sogno non é*: do italiano, significa “sonho não é”.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou compreender as crônicas de “Lembranças da Semana”, publicadas por Raul Pompeia no *Jornal do Comércio*, periódico fluminense de grande expressividade. Inicialmente, o objetivo deste estudo era transcrever as crônicas e referenciar aspectos importantes, de modo a elucidar a leitura da seção como um todo, que publicada entre 28 de julho de 1890 e 9 maio de 1892, totaliza 86 crônicas.

No entanto, como explicitado anteriormente, devido à minuciosidade do trabalho de transcrição, edição e anotação, não foi possível realizar esse trabalho em toda a série de “Lembranças da Semana”. Apesar dessa defasagem, é possível compreender aspectos importantes acerca da imprensa, literatura e sociedade brasileira da época à luz da referida seção.

No que tange à imprensa, foi possível compreender a dinâmica do jornalismo a respeito da transmissão das informações, como o uso dos *faits divers* e dos boatos, recursos amplamente utilizados pelos jornalistas no período. Acerca disso, pode-se destacar a crônica publicada em 25 de agosto de 1890, na qual Pompeia trata do pão de ló do *Correio Paulistano*, ou ainda quando relata casos de suicídio e homicídio.

Quando o cronista reflete sobre seu ofício ou discorre sobre as dificuldades em encontrar e selecionar os assuntos para tratar na crônica, percebemos o quanto o espaço era um laboratório. A crônica, assim como o folhetim, seu semelhante, foram espaços de experimentação e propaganda; era ali que escritores vinham à luz e conquistavam seus espaços; por isso a preocupação com o assunto tratado.

É válido destacar também como “Lembranças da Semana” se inseriu de forma expressiva no jornalismo da época. Ao longo da seção foi possível reconhecer – em mais de um momento – o diálogo do cronista com o público leitor e com colaboradores de outros periódicos; foram réplicas, tréplicas e cartas endereçadas à redação. Na crônica de autoria atribuída à Olavo Bilac, na seção “Vida Fluminense” do periódico *O Combate*, Pompeia é o autor de “Lembranças”, não de “O Ateneu”. Ainda que o romance seja sua obra de maior notoriedade, a seção teve seu lugar de destaque durante seu período de publicação.

Quanto à literatura, a seção funcionava como uma vitrine para novos – outros nem tão novos – autores. Os livros recém-saídos das tipografias eram enviados à redação, para, em seguida, serem lidos e comentados pelos colaboradores. Pompeia foi um deles. O cronista analisava as obras com vigor, mas sua análise era pessoal, surgia daquilo que a expressão artística o fazia sentir.

Ainda de forma menos evidente, a *écriture artiste* presente na ficção pompeiana mostra-se presente também na produção cronística. O autor experimentava estilos e recursos variados, utilizava recursos imagéticos e sinestésicos e criava, a partir de um fato miúdo, histórias ficcionais baseando-as no real, no concreto e no noticiário miúdo, o famoso *faits divers*.

Acerca da sociedade, é válido ressaltar novamente o impacto de “Lembranças da Semana” e do *Jornal do Comércio*, periódico no qual a seção era publicada. Sendo um dos periódicos de maior prestígio no Rio de Janeiro, era também um jornal conservador, prezava a boa conduta, os boatos e intrigas costumavam ser menos recorrentes nas suas páginas. Pompeia, no entanto, foi um homem impulsivo, não se calava diante daquilo que o incomodava. Por isso, não seria exagero supor que o referido comportamento o tenha colocado em má situação com a direção do periódico.

A respeito do comportamento de Pompeia enquanto cronista, pode-se destacar sua atuação política em favor da República. Como alguém que não manejava bem as armas – vide a preocupação de seus padrinhos na ocasião do duelo com Olavo Bilac, – o autor fez de “Lembranças da Semana” seu espaço de combate e defesa. Era por meio da pena que Pompeia combatia o que para ele deveria ser combatido (a Monarquia e o socialismo, por exemplo) e defendia o que era digno de sua defesa (a República, a Abolição), ainda que isso lhe custasse amizades e leitores.

No que tange às atuações políticas na imprensa, é válido destacar as censuras relatadas ao longo da seção. Ainda que não tenham ocorrido em “Lembranças da Semana” – visto que, segundo periódicos, os alvos eram redações monarquistas, – os relatos surgem para demonstrar a censura sofrida pelos jornalistas no período. Esses ataques não ocorriam somente com jornalistas, são muitos os relatos de magistrados que, contrários ao Governo Republicano, tiveram sua carreira encerrada.

Acerca da biografia do autor, foi possível compreender aspectos importantes, como o drama público no qual Pompeia esteve exposto. Ainda que o momento mais conturbado de sua vida tenha sido após o término da seção, é perceptível a preocupação do cronista com a forma por que era visto e sua preocupação se estende para “Lembranças da Semana”. Quando ofendido ou criticado, o autor preocupava-se veementemente em se justificar, ainda que isso pudesse ocorrer ao longo de quase todo o rodapé.

Outro ponto que merece ser destacado é como o discurso de Pompeia se alterou ao longo da seção à medida que as tensões políticas se intensificaram. Em algumas crônicas, o

escritor chegava a se desculpar pelo excesso de temas políticos e justificava que, diante de tantos assuntos dessa ordem, ficava difícil não tratar dos mesmos. As amenidades e trivialidades, próprias da crônica, são colocadas à margem.

Sendo Pompeia um homem das letras, em “Lembranças da Semana” criticou veemente os duelos de honra, que estavam em voga no período; no entanto, quando ofendido, desafiou ou fora desafiado para um e aceitou, ironicamente. Caso semelhante ocorreu em relação às mortes trágicas. O cronista se surpreendia e se entristecia com a ocorrência, mas costumava narrar as tragédias e os dramas com dedicação e tom poético.

Na crônica publicada em 10 de agosto de 1890, na qual narra o suicídio de uma mãe adotiva cujo filho lhe fora tirado, o escritor afirma: “[...] O suicídio desta semana não foi um desses estúpidos escândalos de vaidade em desespero. Nem foi da espécie do desses Werthers.” No seu texto, classifica o ato como “moral” e “quase consolador”. No entanto, talvez Pompeia tenha sido um Werther.

Em “Lembranças da Semana”, percebemos sua condenação constante aos suicídios, cada vez mais recorrentes no período, e sabemos que, poucos anos depois, o escritor colocaria fim à própria vida da mesma forma que havia julgado anteriormente. Foi um fim irônico e trágico.

O resgate da seção “Lembranças da Semana” permite uma compreensão atemporal. As notas explicativas visam elucidar o leitor hodierno, como se este pudesse ser transportado para o Brasil de Raul Pompeia. A presença de estrangeirismos, por exemplo, evidencia a imersão cultural da sociedade brasileira do período na cultura europeia, especialmente a francesa e inglesa.

Essa imersão cultural resultou em uma imersão linguística; muitas expressões ainda eram inéditas na língua portuguesa, o que demonstra nossa dependência e reflete o impacto da Europa na sociedade brasileira.

As notas explicativas buscam auxiliar na compreensão quanto às personalidades citadas, aos autores que no período eram consagrados e atualmente pouco conhecemos – ou nem conhecemos, – aos entraves políticos, aos costumes e práticas, às polêmicas em geral e especialmente às questões que se referem à imprensa e à literatura. Desta forma, a seção surge como uma forma de compreensão, de “janela” aberta para a sociedade brasileira do período.

REFERÊNCIAS

Referências das crônicas de “Lembranças da Semana”:

- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 jul. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 ago. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 ago. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 ago. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 25 ago. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 set. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 set. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 set. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 set. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 set. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 6 out. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 13 out. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 out. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 out. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 nov. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.

- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 nov. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 nov. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 nov. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 dez. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 7 dez. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 dez. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 dez. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 dez. 1890. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jan. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 12 jan. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 jan. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 jan. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 fev. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 fev. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 15 fev. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 23 fev. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 1 mar. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.

- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 mar. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 mar. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 mar. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 mar. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 abr. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 abr. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 abr. 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 maio 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 maio 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 maio 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 maio 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 7 jun 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 jun 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 22 jun 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 jun 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 jul 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.
- Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 13 jul 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.

Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 jul 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.

Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 jul 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.

Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 ago 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.

Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 ago 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.

Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 ago 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.

Y. Lembranças da Semana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 ago 1891. Folhetim do Jornal do Commercio.

Referências bibliográficas:

A.A. Palestra, *O País*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 out. 1897.

A SEMANA PASSADA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 mar. 1890.

A SEMANA PASSADA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 8 dez. 1890.

À NAÇÃO BRASILEIRA. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jan. 1891.

ABREU, Alzira Alves. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ABREU, Mauricio de. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Jorge Zahar Editor, 1987.

ACADEMIA DE BELAS ARTES. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 jul. 1890.

ALENCAR, José. Ao correr da pena. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 24 de set. 1854, p.1.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. São Paulo: Landmark, 2005.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

A PROPÓSITO DO PANORAMA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 jan. 1890.

A REFORMA DA ACADEMIA DE BELAS ARTES. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 fev. 1890.

ARGENTINA. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 jul. 1890.

ARRIGUCCI JR. Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

- ASSIS, Machado. História de quinze dias. *Ilustração brasileira*. Rio de Janeiro, 1 nov. 1877, p.1.
- ASSIS, Machado. O folhetinista. *O espelho*, Rio de Janeiro, 30 out. 1859. Aquarelas, p.1.
- ASSIS, Machado. A Semana, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 out. 1895.
- AS BARRICADAS. *Gazeta da Noite*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 fev. 1880.
- ATOS OFICIAIS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 out. 1890
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARATA, Mário. As artes plásticas de 1808 a 1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico: reações e transações*. São Paulo: Difel, 1982, v. 3, p. 409-424.
- BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARTHES, Roland. A estrutura da notícia. In: *Crítica e verdade*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 55- 67.
- BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à filosofia do Jornalismo*. São Paulo: Edusp, 1992.
- BENDER, Flora Christina & LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica - História, teoria e prática*. São Paulo: Editora Scipione, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. v. III
- BIANCHET, Sandra; REZENDE, Antônio. *Dicionário do Latim essencial*. 2. Ed. Autêntica, 2014.
- BÍBLIA, Português. *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.
- BORBA, Francisco S. (org.). *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 1470 p.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. Ed.: 50. São Paulo: Cultrix, 2015, p. 193-199.
- BROCA, Brito. *Raul Pompeia: biografia*. SP: Melhoramentos, 1956.
- BRUXELAS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 mar. 1886.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CAPAZ, Camil. *Raul Pompeia: biografia*. SP: Griphus, 2001.

- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: *Para gostar de Ler: crônicas*. Volume 5. São Paulo: Ática, 1987.
- CANDIDO, Antonio. et alii. *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CAPITÃO COSTENTENUS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 28 ago. 1890.
- CENTRO DA IMPRENSA FLUMINENSE. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 nov. 1890.
- CHINE ET TONKIN. *Le messenger du Bresil*, Rio de Janeiro, p. 3, 20 abr. 1884.
- COUTINHO, Afrânio. Ensaio e Crônica. In: COUTINHO, Afrânio (org.); COUTINHO, Eduardo de Faria (co-org.). *A literatura no Brasil*. 7. ed. rev. e at. São Paulo: Global, 2004. v.6, p. 117-143.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, Galante de (dir.). *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global, 2001. 2 v.
- CORRESPONDÊNCIAS – DE PARIS, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 fev. 1890.
- CONGRESSO NACIONAL. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 fev. 1891.
- DICIONÁRIO *Larousse francês/português, português/francês*: míni. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008. 287 p.
- DIMAS FILHO, Nelson. *Jornal do Commercio: a notícia dia a dia - 1827-1987*. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Commercio, 1987.
- DOMÍCIO DA GAMA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 abr. 1891.
- DORIA, Sampaio. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, 1928. V. XXIV. p. 66.
- ENSINO ARTÍSTICO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 1, 20 jul. 1890.
- EXPOSIÇÃO, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 2, 1 fev. 1891.
- EXPOSIÇÃO CONTINENTAL. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 27 set. 1890.
- EXPOSIÇÃO CONTINENTAL. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 out. 1890.
- F. Raul Pompeia. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 dez. 1895.
- FALECIMENTOS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1891.
- FEBRE AMARELA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 29 mar. 1890.
- FEBRE AMARELA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 mar. 1895.
- FESTEJOS DE NOVEMBRO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 out. 1894.

- GALVÃO, Walnice Nogueira. Página de livro, página de jornal. In: *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Organização de Flora Süssekind e Tânia Dias. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa; Vieira e Lent, 2004. p. 622-630.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 ago. 1889.
- GRANDE FESTIVAL. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 jan. 1890.
- GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)*. São Paulo: Mercado das Letras; Fapesp, 2000.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- IMPERIAL ACADEMIA DE MEDICINA. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 9 fev. 1889.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.
- INSTITUTO HISTÓRICO. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jul. 1890.
- INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA FEDERAL. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 22 out. 1890.
- JERÔNINO ROMARIZ. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 dez. 1890.
- L'A ARTE ITALIANA, *Il Bersaglière*, Rio de Janeiro, p. 2, 5 out. 1891.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- LAET, Carlos. Publicações a pedido. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 4 jul. 1888. p.1.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- LIVROS E AUTORES. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 out. 1890.
- LOCAL NOTES. *The Rio News*, Rio de Janeiro, p. 1, 31 mar. 1890.
- LONDRES. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 nov. 1890.
- LONGO. *Dáfnis e Cloé*. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Pontes, 1990.
- LOTUFO, Laura. *Rostos tipográficos: a tipografia das folhas de rosto impressas na cidade de São Paulo (1836-1918)*. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008
- MELO, José Marques de. *A Opinião No Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis - RJ: Vozes, 1985.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- MOISES, Massaud. *A criação literária – Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 1998.

- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: romantismo, realismo*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1984.
- MOLINA, Matias. *História dos Jornais no Brasil - Da era colonial a Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DR&A, 2003.
- NAUFRÁGIO ARGENTINO. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 jul. 1890.
- NEVES, Lúcia Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Ferreira. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DR&A, 2006.
- NORDAU, Max. *Paradoxos*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.
- NOVO ASSALTO À IMPRENSA? *O Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 3 dez. 1890.
- O BRASIL. *O Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 18 jan. 1891.
- OLIVEIRA, Alberto de. Espiral de fumo. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 19 set. 1890. p.1, 4.col.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 144-161, 1998.
- PANORAMAS. *Jornal do Comércio* (Edição da Tarde), Rio de Janeiro, p. 2, 3 mar. 1911.
- PEQUENOS ECOS. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 2 jan. 1891.
- PIERROT. [Olavo Bilac] Vida Fluminense. *O Combate*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1892.
- PLACER, Xavier. Raul Pompéia. In: *Adelino Magalhães e o Impressionismo na ficção*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962. p. 21 - 23.
- POLITO, André Guilherme. *Michaelis: dicionário escolar italiano: italiano-português, português-italiano*. São Paulo: Melhoramentos, 2003. XVIII, 690 p.
- POMPEIA, Raul. O Ateneu. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 1, 3 maio. 1888.
- POMPÉIA, Raul. Lembrança da semana. In: COUTINHO, Afrânio. *Obras de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- PORTUGUESES NO BRASIL. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 19 jun. 1891.
- RAUL POMPEIA. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 dez. 1895.
- RAUL POMPEIA. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 dez. 1895.
- REGISTRO DE ENTRADAS. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 23 dez. 1890.
- REVISOR ROMARIZ. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 30 dez. 1890.

- REQUERIMENTOS. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 15 fev. 1890.
- RIO DE JANEIRO. *The Rio News*, Rio de Janeiro, p. 3, 17 abr. 1891.
- ROMERO, Sílvio. À memória de Lívio de Castro, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 19 jun. 1890.
- RODOLFO AMOEDO. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 2, 28 set. 1890.
- QUESTÕES DO DIA. *Gazeta da tarde*, Rio de Janeiro, p. 1, 20 ago. 1890.
- SANTAELLA, Lucia. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.
- SÉGUIER, Jaime de. Ver, ouvir e contar, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p.1, 26 ago 1895.
- SIMÕES JÚNIOR, Alvaro Santos. *Estudos de literatura e imprensa*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.
- SILVA, Ana Beatriz Barros. *André Vidal de Negreiros: a necessidade da construção de um herói verdadeiramente paraibano*. *Saeculum*, João Pessoa, v. 14, jan.-jun. 2006.
- SILVA JARDIM. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 4 jul. 1891.
- SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- TEATRO LÍRICO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 19 ago. 1890.
- TENENTES DO DIABO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 10 fev. 1890.
- TORRES, Almeida. *Raul Pompéia: estudo psicoestilístico*. Rio de Janeiro: Editora Livraria São José, 1971.
- UM ESTREANTE. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 dez. 1890.
- VIRIATO, Crônica Vespertina. *Novidades*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 jan. 1891.
- Y. Aos Domingos, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, p. 1, 22 mar. 1890.